



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique
(Projecto n. 174635)

QUADRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Maio 11, 2021

Índice

ÍNDICE.....	II
SUMÁRIO EXECUTIVO	VIII
EXECUTIVE SUMMARY	XVIII
1 INTRODUÇÃO	2427
1 DESCRIÇÃO DO PROJECTO	2528
1.1 Contextualização e Antecedentes	2528
1.2 Objectivo e Componentes do Projecto	2629
1.3 Área de Abrangência Territorial e Beneficiários.....	2932
1.4 Arranjo institucional	3033
1.5 Subprojectos não Elegíveis para Financiamentos	3235
2 QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DE MOÇAMBIQUE	3235
2.1 Quadro Legal e Institucional.....	3235
2.1.1 Processo de Avaliação de Impacto Ambiental	4346
2.2 Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.....	4851
2.3 Quadro Legal Nacional Versus Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial	5255
3 BREVE CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL	5457
3.1 Caracterização Ambiental.....	5558
3.1.1 Riscos climáticos e mudanças climáticas.....	5558
3.1.2 Biodiversidade	5659
3.2 Caracterização Social.....	6164
3.2.1 Povoamento, Densidade Populacional e Migrações	6164
3.2.2 Pobreza	6366
3.2.3 Insegurança e Conflitos	6568
3.2.4 Pessoas Deslocadas Internamente (PDI)	6770
3.2.5 Género	6871
3.2.6 Grupos vulneráveis.....	7174
3.2.7 Património Cultural	7174
4 AVALIAÇÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	7376
4.1 Riscos Contextuais.....	7376
4.2 Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais inerentes à implementação do MozNorte	7881
4.2.1 Introdução	7881
4.2.2 Síntese de Riscos e Impactos.....	7881
4.2.3 Fase de Preparação / Concepção	8689
4.2.4 Fase e Implementação / Operação.....	99103
5 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DOS SUBPROJECTOS	110113
5.1 Introdução	110113
5.2 Triagem Ambiental e Social	114117
5.3 Instrumentos de Avaliação e Gestão Ambiental e Social	116119
5.3.1 Estudo de Impacto Ambiental (e Social) Completo ou Simplificado	116119
5.3.2 Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)	117120

5.3.3	Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social	<u>117120</u>
5.3.4	Plano de Gestão Integrada de Pragas (PGIP).....	<u>118121</u>
5.3.5	Plano de Resposta a Emergência.....	<u>118121</u>
5.3.6	Procedimentos de Gestão de Mão de Obra (PGMO)	<u>118121</u>
5.3.7	Plano de Acção sobre Risco de Violência Baseada no Género	<u>119122</u>
5.3.8	Procedimentos para Achados Fortuitos	<u>119122</u>
5.3.9	Instrumentos do Quadro da Política de Reassentamento	<u>119122</u>
5.4	Supervisão e Monitoria	<u>119122</u>
5.5	Auditoria Externa.....	<u>120123</u>
5.6	Relatórios.....	<u>120123</u>
6	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO QGAS.....	<u>121124</u>
7	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	<u>123126</u>
8	CONSULTA.....	<u>125128</u>
9	ORÇAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO QGAS.....	<u>128130</u>
10	BIBLIOGRAFIA.....	<u>129132</u>

ANEXOS	<u>130133</u>
ANEXO I – FICHA DE TRIAGEM AMBIENTAL E SOCIAL.....	<u>131134</u>
ANEXO II – FICHA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL PRELIMINAR CONSTANTE NO RAIA.....	<u>150153</u>
ANEXO III – MODELO PARA PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS).....	<u>155158</u>
ANEXO IV – MODELO PARA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL <u>162165</u>	
ANEXO V – MODELO PARA RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL E SOCIAL	<u>169172</u>
ANEXO VI - MODELO PARA SUPERVISÃO E INSPECÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS EM OBRAS CIVIS	<u>172175</u>
ANEXO VII – AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA COM BASE NO GÉNERO	<u>175178</u>
ANEXO VIII– PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS	<u>204207</u>
ANEXO IX - PROCEDIMENTO PARA ACHADOS FORTUÍTOS.....	<u>225228</u>
ANEXO X - PROCEDIMENTO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA.....	<u>236239</u>
ANEXO XI – PROTOCOLO SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO DO COVID-19 A NÍVEL DAS ACTIVIDADES COMUNITÁRIAS	<u>274277</u>
ANEXO XII - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE PRAGAS (PGIP)	<u>289292</u>
ANEXO XIII – CONSULTA DOS DRAFTS DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	<u>355358</u>

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Abrangência Territorial do Projecto	<u>2930</u>
Tabela 1 – Quadro legal ambiental e social	<u>3334</u>
Tabela 2 – Lista de Categorias de projectos conforme Decreto nº 54/2015	<u>4344</u>
Tabela 3 - Categoria indicativa de AIA por tipo de projecto para possíveis subprojectos do MozNorte, conforme Anexos II, III e IV do RAIA.....	<u>4546</u>
Tabela 4– Padrões Ambientais e Sociais (NAS), (WB, 2016)	<u>5051</u>
Tabela 5: Principais Lacunas identificadas na Legislação nacional, relativamente ao Quadro Ambiental e Social, do Banco Mundial	<u>5253</u>
Tabela 6 - Área de Conservação / Área importante para a biodiversidade / Reserva Florestal existentes nos distritos abrangidos pelo MozNorte	<u>5960</u>

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano nas Províncias abrangidas pelo Projecto (2018	<u>6364</u>
Tabela 8: Pobreza de Consumo e pobreza multidimensional (2014)	<u>6364</u>
Tabela 10 - Riscos Contextuais.....	<u>7475</u>
Tabela 11 – Infraestruturas e actividades económicas contempladas no MozNorte.....	<u>7980</u>
Tabela 12: Triagem das actividades e locais do projecto.....	<u>110111</u>
Tabela 13- Actividades do MozNorte que irão requerer implantação física e responsabilidade pelo processo de triagem ambiental e social.....	<u>112113</u>
Tabela 14 - Orçamento estimado para implementação do QGAS do MozNorte (5 anos).....	<u>128129</u>

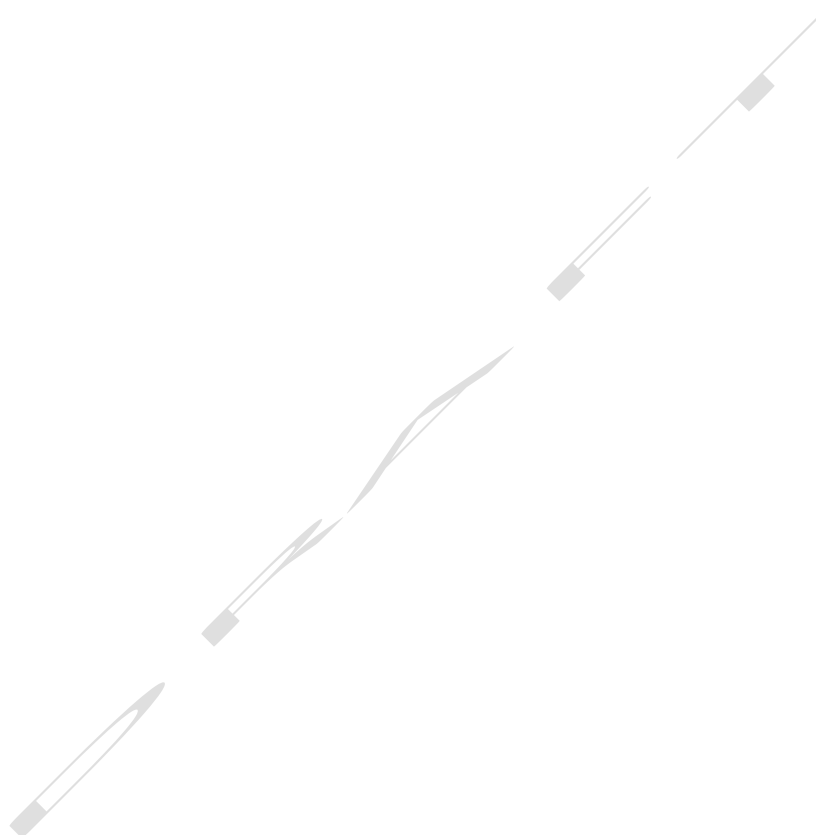
Lista de Figuras

Figura 1 – Abrangência Territorial do Projecto	30
Figura 2 – Arranjo Institucional do MozNorte	31
Figura 3 - Estrutura organizacional para a gestão ambiental e social do MozNorte	32
Figura 4: Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (interpretado do Decreto 54/2015).....	46
Figura 5 – Risco de seca	55
Figura 6 – Risco de ciclones	56
Figura 7 – Risco de cheias	56
Figura 8 . Estado dos habitats	58
Figura 9 – Áreas de Conservação e outras áreas importantes para a biodiversidade	59
Figura 10 – Densidade populacional, vilas / povoados e rede viária	61
Figura 11 – Pobreza multidimensional por distrito	65
Figura 12 – Distritos atingidos por ataques de insurgentes extremistas e distritos que albergam deslocados internos.....	66
Figura 13 – Escala qualitativa de avaliação de risco	78
Figura 14: Fluxograma do processo em subprojecto com Subvenções Comparticipadas	113
Figura 15 – Estrutura organizacional da equipa envolvida na implementação dos instrumentos ambientais e sociais do MozNorte.....	122
Figura 16 – Mecanismo de Mecanismo de Diálogo e de Reparação proposto.....	127

Abreviaturas e Acrónimos

ADIN	Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APAPS	Área de Protecção Ambiental das Primeiras e Segundas
AQUA	Agência Nacional para o Controlo de Qualidade Ambiental
CCGP	Comité de Co-gestão Pesqueira
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDL	Comité de Desenvolvimento Local
CERC	Resposta de emergência de contingência
COGEP	Conselho de Gestão Participativa
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DTA	Direcção Provincial da Terra e Ambiente
EAS	Estudo Ambiental Simplificado
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FC	Fundo c
FC	Fundo de Desenvolvimento Dirigido pela Demanda Comunitária
GALS	Sistema de aprendizagem e acção para equidade de género (do inglês - <i>Gender Action Learning System</i>)
GEE	Gases com Efeito de Estufa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana (do inglês <i>Human Immunodeficiency Virus</i>)
IBA	Área Importante para a Avifauna (do inglês <i>Important Bird Area</i>)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	Corporação Financeira Internacional, do inglês <i>International Finance Corporation</i>
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza, do inglês <i>International Union for Conservation of Nature</i>
L4E	Bloco ou concessão turística L4 Leste na Reserva Especial do Niassa
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MDR	Mecanismo de Diálogo e Reclamações
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MITA	Ministério da Terra e Ambiente
MOZBIO	Projecto sobre Áreas de Conservação de Moçambique para a biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável
MOZFIP	Projecto de Investimento Florestal em Moçambique
MOZLAND	Projecto de Administração da Terra, em Moçambique
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OBC	Organização de Base Comunitária
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
PA	Pequeno Agricultor
PACE	Pequeno Agricultor Comercial Emergente
PDUT	Plano Distrital de Uso de Terra
PERS	Projecto Economia Rural Sustentável
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social

PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
RAIA	Regulamento sobre a Avaliação de Impacto Ambiental
REN	Reserva Especial do Niassa
RFLSE	Relatório do Levantamento Físico e Socioeconómico
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SAPA	Avaliação Social para Áreas DE Protecção e Coconservação, do inglês <i>Social Assessment for Protected and Conserved Areas</i>
SUSTENTA	Projecto de Agricultura e Gestão da Paisagem dos Recursos Naturais
TdR	Termos de Referência
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
USD	Dólar Norte-americano, do inglês <i>United States Dollar</i>
ZPP	Zona de Protecção Parcial



Sumário Executivo

Introdução

O Governo de Moçambique (GdM), com o apoio do Grupo Banco Mundial, está a preparar Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (adiante denominado "Projecto" ou "MozNorte"), que tem como objectivo melhorar o modo de vida das comunidades vulneráveis e melhorar a gestão dos recursos naturais, em áreas rurais seleccionadas da região Norte de Moçambique, com especial enfoque para os deslocados internos do conflito provocado por insurgentes em Cabo Delgado, bem como mulheres e jovens.

O projecto será implementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul) e ao Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), sob supervisão da MADER, MTA e MIMAIP, e em coordenação com a Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN). O FNDS, será responsável pela coordenação, e as três entidades serão responsáveis pela gestão operacional com responsabilidades fiduciárias e de salvaguarda. Na Secção 2.4 é apresentado em mais detalhe o arranjo institucional do Projecto.

O Projecto será implementado num conjunto de 18 distritos das três províncias da região Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), através de múltiplos pequenos subprojectos (abrangendo pequenas infraestruturas, agricultura, pesca e actividades de promoção da gestão comunitária dos recursos naturais e a melhoria da gestão em áreas de conservação), que serão identificados, preparados e implementados durante a implementação do Projecto

O Quadro Ambiental e Social do Grupo Banco Mundial requer a preparação de um instrumento que analise os riscos e impactos do projeto, designadamente um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), quando este representa um programa e/ou uma serie de subprojetos, e os riscos e impactos não podem ser determinados sem que o programa ou subprojeto sejam identificados.

O QGAS visa assegurar que os subprojectos sejam implementados de uma forma sustentável em termos ambientais e sociais. Desta forma, o QGAS define os princípios, regras, diretrizes e procedimentos para avaliar os riscos e impactos socioambientais. Inclui uma identificação de potenciais riscos e impactos ambientais e sociais dos subprojectos, define procedimentos para avaliação de riscos e impactos ambientais e sociais, e contém medidas de mitigação para reduzir, mitigar e/ou neutralizar os riscos e impactos adversos, assim como informações sobre a agência ou órgãos responsáveis pelo projeto, incluindo sua capacidade de gerir os riscos e impactos socioambientais. Contém ainda informações adequadas sobre a área em que se estima que os subprojetos sejam localizados, incluindo possíveis vulnerabilidades ambientais e sociais e, sobre os possíveis impactos e possíveis medidas de mitigação a utilizar, definindo os arranjos institucionais necessários, capacitação e orçamento para implementação de tais medidas.

Antecedentes

A região norte do país apresenta um fraco desenvolvimento em relação a outras regiões do país, os níveis de bem-estar são baixos e os valores de pobreza de consumo e principalmente de pobreza multidimensional são significativamente superiores, principalmente quando comparados com a região sul. O fraco desenvolvimento e altos níveis de pobreza resultam devido a deficiência de investimentos rurais e de infraestruturas por parte do governo, associado a baixa produtividade do sector agrícola, a fraca co-gestão das Áreas de Conservação (ACs), a fraca implementação de programas de monitoria da pesca artesanal, bem como a baixa taxa de licenciamento dos pescadores artesanais, o que contribui negativamente nas perspectivas económicas de resiliência das comunidades locais que vivem ao longo

da costa do norte de Moçambique, o fraco acesso das mulheres e jovens a oportunidades económicas e plataformas políticas devido aos baixos níveis de educação e práticas/questões que desfavorecem a mulher.

Desde 2017, a situação de pobreza tem-se deteriorado, na sequência dos ataques armados de insurgentes extremistas em distritos de Cabo Delgado, que tem resultado numa crise humanitária e no fluxo de deslocados para outros distritos da região. Em 2019, o ciclone Kenneth veio agravar a vulnerabilidade da população, e a partir de 2020 surtiram-se os efeitos da pandemia COVID. Desde Dezembro de 2020 os ataques armados vêm tomando maiores proporções, aumentando o fluxo de refugiados e consequentemente a vulnerabilidade social.

O Projecto está alinhado ao Programa Quinquenal do Governo (PQG, 2020-2024) que enfatiza o desenvolvimento rural através da promoção de actividades produtivas nas áreas rurais, com foco na região centro e norte do país, particularmente na agricultura, silvicultura, pesca, biodiversidade e turismo. Complementa outras iniciativas do governo, tais como o Projecto de Resposta à Crise do Norte de Moçambique (P176157), Projecto de Administração de Terras de Moçambique (P164551), que fornece apoio a 30.000 famílias nas áreas rurais de Nampula e Cabo Delgado, Projecto de Economia Rural Sustentável (P174002), Projecto de Ligações Económicas e Diversificação de Moçambique (171664), que incidirá na produtividade rural e no fortalecimento do desempenho de micro e pequena empresas agrícolas, Projecto de Investimento e Desenvolvimento Inclusivo do Capital Humano em Moçambique (P175298) que irá apoiar o acesso inclusivo a serviços sociais de qualidade e fortalecer a capacidade institucional dos sectores de saúde, educação e protecção social e, o Projecto de Melhoria Urbana do Norte de Moçambique (P175266), que promove a urbanização inclusiva, resiliente e sustentável em cidades seleccionadas do Norte.

Descrição do Projecto

O Projecto está estruturado em quatro componentes

Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias

Subcomponente 1.1: Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade

Subcomponente 1.2: Intervenções em agricultura de conservação

Subcomponente 1.3: Intervenções em pesca sustentável

Componente 2 – Melhoria da gestão dos recursos naturais

Subcomponente 2.1: Melhoria do Maneio das Florestas e Riscos Climáticos

Subcomponente 2.2: Maneio melhorado e mais inclusivo das Áreas de Conservação

Subcomponente 2.3: Melhoria da Gestão dos Recursos Pesqueiros

Componente 3 - Coordenação de múltiplos intervenientes e gestão do projecto

Componente 4 – Componente de Resposta a Emergências de Contingência

A Componente 1 integra actividades de melhoria de infraestruturas sociais e económicas nos 18 distritos abrangidos e em 300 comunidades alvo, através de subsídios distritais e comunitários, definidos com base em processos participativos. Inclui também subvenções comparticipadas dirigidas a pequenos agricultores, apoiados por Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (com condições especiais para deslocados, mulheres e jovens), organização de agricultores vulneráveis, em grupos ou cooperativas (apoiadas por agentes públicos de extensão), subvenções comparticipadas dirigidas a pescadores e pequenas e médias empresas, para desenvolvimento de actividades relacionadas com a pesca e aquacultura.

A Componente 2 inclui actividades para fortalecer a capacidade institucional de aplicação do quadro legal relativo à floresta e produção sustentável de carvão, assim como para a melhoria da gestão de

áreas de conservação (AC), de forma inclusiva (Reserva Especial do Niassa – REN (incluindo a área comunitária de Chipanje Cheto e o Bloco 4 LE da REN), Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas - APAIPS e Parque Nacional das Quirimbas – PNQ), com foco no reforço da protecção dos recursos (fiscalização), construção de infraestruturas melhoradas para desenvolvimento comunitário e turístico, reforço da governação e desenvolvimento de recursos humanos das AC e melhoria das infraestruturas/equipamentos sociais básica e promoção de actividades sustentáveis de subsistência, reforço do envolvimento comunitário na gestão das AC.

Quadro Legal e Institucional

Moçambique possui um vasto quadro ambiental e social, abrangendo as temáticas de avaliação e gestão ambiental e social, terras, reassentamento, ordenamento do território, biodiversidade, recursos hídricos, desastres naturais, mudanças climáticas, qualidade do ambiente, aspectos laborais, saúde e segurança ocupacional, protecção social e património cultural.

Para o presente QGAS, merece especial destaque a legislação relativa ao Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, que define o processo de categorização de actividades, o nível e conteúdo dos estudos ambientais requeridos para as diferentes categorias, processo de participação pública, processo de revisão, etapas do licenciamento ambiental (Provisório, de Instalação e de Operação), responsabilidades, inspecções, taxas e sanções. A Autoridade Ambiental, com responsabilidades na avaliação de impacto ambiental e no licenciamento ambiental está sob a tutela do Ministério da Terra e Ambiente (MTA).

Adicionalmente, para as actividades da Componente 1 são de realçar os dispositivos legais relacionados com (i) zonas de protecção total e parcial definidos pela Lei de terras; (ii) ecossistemas costeiros protegidos pelo Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro; (iii) floresta e fauna bravia protegida pela Lei das Florestas e Fauna Bravia. Merecem também atenção os diplomas legais relativos ao uso da água e o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes e os regulamentos relativos à gestão de resíduos sólidos e gestão de pesticidas. Por fim, os diplomas relacionados com os desastres naturais e mudanças climáticas, a regulamentação sobre reassentamento e a sobre a protecção do património cultural.

Para a Componente 2 a Lei de Florestas e Fauna Bravia, a Lei de Terras e sua regulamentação e a Lei da Conservação da Biodiversidade, constituem os dispositivos legais chave a ter em atenção, bem como o Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro, que protege designadamente os mangais.

Todas as actividades devem ter em consideração a legislação laboral e de saúde ocupacional e o quadro legal relativo à protecção social, nomeadamente a Lei sobre Violência contra a Mulher.

É de referir, que apesar da existência deste vasto quadro legal, há em geral deficiências na fiscalização da sua implementação.

Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial

Em 2018, o Grupo Banco Mundial publicou o seu Quadro Ambiental e Social que compreende a sua Visão e Política Ambiental e Social para o Financiamento de Projectos de Investimento, complementadas por um conjunto de dez Normas Ambientais e Sociais (NAS). Na tabela seguinte apresentam-se as normas e a sua aplicabilidade ao MozNorte.

Norma Ambiental e Social	Aplicabilidade
NAS1: Avaliação e Gestão de Recursos Ambientais e Riscos e Impactos Sociais	Sim
NAS2: Trabalho e Condições de trabalho	Sim
NAS3: Recurso Eficiência e Prevenção da Poluição e Gestão	Sim
NAS4: Comunidade Saúde e segurança	Sim

NAS5: Aquisição de Terra, Restrições ao Uso da Terra e Involuntário Reassentamento	Sim
NAS6: Biodiversidade Conservação e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos	Sim
NAS7: Povos Indígenas/Comunidades Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana	Não
NAS8: Património Cultural	Sim
NAS9: Intermediários Financeiros	Não
NAS10: Envolvimento das Partes interessadas e Divulgação de informações	Sim

Em geral o quadro legal ambiental e social existente em Moçambique inclui os requisitos definidos nestas normas, havendo, contudo, lacunas.

No âmbito do QAS, o Projecto MozNorte foi classificado como de risco *Alto*, devido aos riscos sociais relacionados com as situações de grande vulnerabilidade, conflitos comunitários e a dinâmica social incerta derivada dos conflitos armados na região.

Caracterização ambiental e social

Ao nível da caracterização ambiental, merece destaque o risco de desastres naturais, acentuados por mudanças climáticas. A faixa costeira da região norte (principalmente da Província de Nampula) é propensa à ocorrência de ciclones tropicais, formados no Canal de Moçambique. Todos os distritos da faixa costeira, em análise possuem risco moderado de ocorrência de cheias, junto aos principais rios.

Na área de abrangência do MozNorte distinguem-se duas ecorregiões terrestres: Mosaico Costeiro de Zanzibar – Inhambane (onde se destaca pela importância para a biodiversidade as formações de mangal e as terras húmidas) e Savana arborizada de Miombo oriental, que cobre ainda vastas áreas do território, com baixos níveis de modificação (onde merece destaque a floresta sempre verde, a floresta aberta em áreas regularmente inundadas e as terras húmidas). A principal pressão sobre os habitats naturais terrestres deriva de práticas não sustentáveis por parte da população, enquanto modo de vida e estratégia de subsistência, designadamente pela prática de agricultura itinerante, recolha de lenha (incluindo de mangal), produção de carvão, abate de espécies florestais e queimadas descontroladas, que resultam em desflorestação e consequentemente na degradação do solo (erosão e arraste de sedimentos para corpos de água – incluindo o Lago do Niassa). Esta pressão é tanto maior quanto maior a acessibilidade e a densidade populacional. Nesta região a pressão sobre os recursos naturais decorre também de actividades ilícitas de abate de floresta e caça furtiva, para além de garimpo artesanal.

Em termos de ambiente marinho a área abrangida está integrada na Eco-Região Marinha da África Oriental, onde se destaca pela importância para a biodiversidade, a existência de corais de recifes e zonas com tapetes de ervas marinhas. A destruição de mangal (principalmente junto a assentamentos humanos para suprir necessidade de lenha) e a sobreexploração de recursos pesqueiros são as principais pressões.

Grande parte do território está coberto por áreas de conservação, destacando-se a Reserva Especial do Niassa - REN, Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas - APAIPS e Parque Nacional das Quirimbas – PNQ. Existem ainda diversas coutadas (PRINCIPALMENTE NA Província do Niassa) e reservas florestais (Província de Nampula). O Lago do Niassa está classificado com Sítio Ramsar e Reserva Parcial do Lago do Niassa. No Niassa existe ainda uma área classificada internacionalmente como de importância para Aves (IBA – *Important Bird Area*). É ainda de salientar no Niassa a existência de um Programa Tchimpanje Cheto, de Gestão Comunitária de Recursos Naturais.

Em termos sociais, é de referir que a região norte integra a segunda província mais povoada do país (Província de Nampula) e a província menos povoada do país (Niassa), respectivamente com densidade

populacional média de 73 e 15 hab-km². No Niassa, os distritos interiores (Mecula, Majune e Marrupa abrangidos pelo MozNorte) são os menos povoados, com densidades populacionais inferiores a 5 hab/km². Para além das capitais provinciais, é na costa que se regista maior densidade populacional, nomeadamente nos distritos de Metuge e Angoche.

Há indicações de que a região norte de Moçambique, foi habitada por povos bantu, desde a idade do ferro inferior, num povoamento realizado por clãs de forma lenta e descontínua, privilegiando áreas de maior fertilidade agricultura e disponibilidade de recursos naturais, o que deu origem a diferenciações regionais, que estiveram na origem de dialectos específicos e espaços sociais próprios. Daqui resulta um património cultural, onde é provável a existência de achados arqueológicos.

A população dos distritos de Niassa e Cabo Delgado vêm, desde o início do século XX, estando expostas a deslocamentos relacionados com diversos conflitos, o que pode ter influenciado a fraca penetração da acção do Estado e de equipamentos e infraestruturas sociais, o que pode actualmente constituir um factor de risco para o desenvolvimento da região e exposição a acção de ataques armados por insurgentes extremistas, que se traduzem em riscos contextuais para a implementação do MozNorte.

A região norte é a região do país que apresenta uma maior incidência de pobreza multidimensional (55,1%), com particular destaque para as Províncias de Niassa (60,6%) e Nampula (57,1%), contrapondo 19,9% na região sul.

A população vive essencialmente com base na agricultura de subsistência e/ou pesca de subsistência nas zonas costeiras, Lago do Niassa e outras águas interiores. As práticas agrícolas rudimentares, artes de pesca rudimentares e falta de acesso ao mercado têm sido os principais entraves para o desenvolvimento das actividades, deixando os jovens sem perspectivas de desenvolvimento. O comércio informal e práticas ilegais de exploração de recursos naturais (madeira, caça furtiva ou garimpo), constituem formas alternativas de obtenção de rendimento.

A falta de perspectivas, principalmente por parte dos mais jovens e a percepção de favorecimento daqueles que estão de alguma forma ligados às estruturas do Estado, levam a que os jovens busquem alternativas. Estas acabam por incluir envolvimento com redes de exploração ilegal e contrabando de recursos naturais (minério, árvores de madeira preciosa, fauna bravia) ou mesmo de tráfico de narcóticos e tráfico humano, a par com a adesão a grupos insurgentes que prometem a alteração da situação de desigualdade.

No âmbito da preparação dos instrumentos ambientais e sociais do MozNorte foi preparada uma Avaliação do Risco de Segurança que, para além da situação de insurgência violenta que ocorre em Cabo Delgado, desde 2017, permitiu identificar diferentes situações de conflito ligadas à existência de organizações criminosas a actuarem na região, incluindo nos distritos abrangidos pelo Projecto, que podem resultar em situações de insegurança para os intervenientes no Projecto.

Os ataques violentos, inicialmente dirigidos a instituições e representantes do Estado passam a alastrar-se a comunidades locais, com destruição de aldeias, mortes violentas e graves violações dos direitos humanos, com raptos e VBG. Dos 17 distritos de Cabo Delgado 9 já sofreram ataques. Actualmente a situação é muito tensa, decorrente dos fortes ataques ocorridos em Palma em Março de 2021.

O conflito armado levou ao deslocamento de populações em fuga do conflito, para os distritos envolventes das três províncias da região. De acordo com as Nações Unidas haverá actualmente cerca de 700 mil deslocados, que se estima que possa atingir 1 milhão até Junho¹. Os deslocados tendem a alojar-se preferencialmente junto de familiares ou amigos, tendo sido preparados centros de acolhimento para aqueles que não têm alternativas. Nestes centros as infra-estruturas de cuidados de saúde e saneamento são escassas, resultando em surtos de cólera e COVID-19. A insegurança alimentar é também uma grande preocupação, com uma grande proporção de deslocados internos a sofrer de

¹ <https://news.un.org/en/story/2021/03/1087952>

subnutrição. Têm surgido conflitos entre deslocados e comunidades hospedeiras, quer pelo aumento da pressão sobre infraestruturas sociais escassas, como também por receios de que haja insurgentes entre os deslocados, que possam constituir risco de segurança. Entre os deslocados, são especialmente vulneráveis mulheres, crianças, idosos e deficientes.

Na região norte é de salientar a situação de desfavorecimento das mulheres relativamente aos homens, em várias dimensões da vida social e económica, principalmente nas zonas rurais, havendo limitações ao acesso aos recursos (tais como terra e recursos financeiros), à escolaridade e restrições na participação activa em muitos dos espaços de tomada de decisão.

Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

Em termos ambientais, o MozNorte tem associados impactos positivos decorrentes da promoção de actividades económicas (Componente 1) ambientalmente sustentáveis (que reduzem a pressão sobre os recursos naturais) e resilientes a choques climáticos, assim como, na Componente 2, actividades que visam a melhoria da gestão de recursos naturais e o reforço da conservação.

No desenvolvimento de actividades económicas, como agricultura e pesca o MozNorte está a adoptar estratégias de produção sustentável e resiliente a eventos climáticos extremos, o que é também um impacto ambiental positivo a destacar. Há, no entanto, o risco de dificuldades na efectiva implementação por falta de sensibilização e motivação dos beneficiários (principalmente no caso das PDI, com traumas psicológicos e vontade de regressar à área de origem), mas também por falta de capacidade de assistência do extensionistas do SDAE ou falta de meios de mobilidade. A continuidade de adopção destas práticas a longo prazo é outro desafio a ser gerido pelo Projecto.

Assim, é de esperar que na área abrangida pelas actividades da Subcomponente 2.1 (Província de Nampula) o projecto contribua para a melhoria da gestão florestal e fiscalização, bem como o desenvolvimento de actividades de gestão sustentável da exploração da biomassa resultando numa redução da pressão de desflorestação. Daqui resultam impactos positivos para a biodiversidade associada à floresta, bem como aos diversos serviços dos ecossistemas relacionados, com destaque para a captação de CO₂, recarga de aquíferos. As actividades da Subcomponente 2.3 de Gestão da Pesca irão contribuir para o aumento da fiscalização da pesca nos distritos costeiros abrangidos pelo Projecto, bem como no Lago do Niassa, afectados pela sobreexploração dos recursos. Espera-se que haja um maior controle no licenciamento e na fiscalização, bem como actividades de recuperação de mangal, ecossistema-chave para a produtividade costeira. No entanto, em ambos os casos o sucesso destas actividades dependem do efectivo envolvimento das comunidades, nomeadamente através dos CGRN e dos CCPs, conforme discutido abaixo na secção dos riscos e impactos sociais. A falta de sucesso de anteriores iniciativas mina o sucesso de novas iniciativas de GCRN, que requer bastante tempo para a preparação prévia das comunidades.

Também as actividades da Subcomponente 2.2 - Gestão melhorada e mais inclusiva das Áreas de Conservação, com apoio na fiscalização e gestão de áreas de conservação alvo (RNE e APAIPS e áreas comunitárias de Chipange Tcheto e Bloco 4 Leste) tenderão a contribuir para a melhoria da conservação da biodiversidade no Niassa, nomeadamente um maior controle da pressão exercida pelos caçadores e madeireiros furtivos. Também aqui o sucesso do Projecto estará dependente do efectivo envolvimento das comunidades, através do COGECO. As acções de educação ambiental a promover em escolas, dentro da Subcomponente 1.1, terão também impactos positivos, embora mais a médio-longo prazo.

O MozNorte inclui, contudo, actividades, que apesar de serem de pequeno porte poderão ter impactos ambientais adversos, que irão requerer a adopção de medidas de mitigação logo na fase de preparação / concepção, bem como durante as fases de implementação e operação, tendo em consideração a hierarquia de mitigação. Tais actividades compreendem a construção e/ou reabilitação de infraestruturas e actividades económicas (principalmente agricultura, pecuária, aquacultura e floresta) contempladas tanto na Componente 1 como na Componente 2.

A implementação de infraestruturas e actividades económicas requerem implantação espacial, com potenciais riscos e impactos ambientais adversos, que se prevêm como pouco significativos, relacionados com actividades de desmatamento e movimentações de terras, designadamente: Destruição / fragmentação de habitats naturais, Perturbação da fauna, Erosão e sedimentação, Aumento da concentração de material particulado no ar, Alteração da drenagem natural. Na fase de construção de infraestruturas e também na fase de operação poderão ocorrer os seguintes potenciais riscos e impactos: Contaminação de solos e águas, Contaminação da qualidade do ar, Uso da água. Algumas das actividades económicas têm especificidades, sendo de destacar as actividades que envolvem o uso de recursos naturais vivos (caça, floresta, agricultura, pecuária, pesca e aquacultura), com os seguintes potenciais riscos e impactos adversos: Sobreexploração de recursos, Disseminação de espécies exóticas e invasoras; Desenvolvimento de pragas; Desenvolvimento de zoonoses. Para o caso de actividades envolvendo a exploração de recursos naturais (aquacultura, exploração de produtos florestais ou mesmo agricultura) abrangidas tanto pela componente 1 como pela 2, deverá ser devidamente considerados o risco de sobreexploração do recurso, sendo requerida a implementação de medidas que assegurem a gestão sustentável de recursos naturais tal como requerido pela NAS6. Da mesma forma, os planos de manejo de áreas de conservação ou gestão comunitária de recursos naturais, devem integrar Planos de Gestão da Biodiversidade, conforme requerido pela NAS6. Dada a situação da pandemia do COVID-19, todas as actividades terão risco associado de propagação do vírus, sendo necessária a adopção de medidas de prevenção para protecção de trabalhadores e da comunidade em geral. Todas as actividades têm associadas riscos de saúde e segurança ocupacional que requerem a adopção de procedimentos de gestão de mão de obra. Os distritos com risco mais elevado de eventos climáticos extremos estarão mais vulneráveis a riscos climáticos, devendo adoptar procedimentos de prevenção e resposta a desastres climáticos. No entanto, todas as actividades financiadas pelo MozNorte devem integrar medidas de adaptação mudanças climáticas que os tornem mais resilientes.

Em termos sociais, sendo o foco do Projecto MozNorte a melhoria da subsistência das comunidades vulneráveis, com especial enfoque nos deslocados internos, mulheres e jovens, é à partida de esperar que, em termos sociais, a implementação do Projecto resulte em num impacto positivo para as populações abrangidas. Simultaneamente o Projecto poderá contribuir para o reforço na confiança do Estado, no que toca à resposta às necessidades das populações, o que pode ajudar a reduzir as situações de conflito e insegurança, actualmente existentes.

O Projecto inclui actividades como por exemplo a construção/reabilitação de infraestruturas e o apoio a actividades económicas (tais como a agricultura e pesca), que visam a melhoria dos meios de subsistência das comunidades-alvo (Componente 1), o que por si só resultarão em impactos positivos para as comunidades alvo, principalmente nos distritos com maior nível de pobreza e para os grupos alvo mais vulneráveis, designadamente mulheres e deslocados internos. O Projecto prevê também o envolvimento das comunidades na gestão de recursos naturais (subcomponente 1.5), numa perspectiva de melhoria de condições de vida e desenvolvimento económico, que constituirá um impacto positivo, embora os resultados podem não ser imediatos, criando desafios. Relativamente aos impactos adversos resultantes da implantação de espacial /física de infraestruturas e actividades económicas são de destacar os seguintes impactos sociais adversos: Perdas físicas e ou económicas relacionadas com a aquisição de terras; Perda ou perturbação de património cultural. Cabe aqui clarificar que os blocos de terra a serem utilizados para agricultura pelos deslocados internos, no âmbito da Componente 1 do MozNorte serão atribuídos pelo Governo, através do Projecto Terra Segura (MOzLand).

As actividades das Componentes 1 e 2 que têm associados benefícios para as comunidades, quer seja através de infraestruturas, actividades económicas ou participação na gestão de recursos naturais, que podem não alcançar os objectivos por: Risco de captura de benefícios pelas elites; Risco de os deslocados não aderirem às actividades; Risco de baixo envolvimento de mulheres; Risco de os jovens não aderirem ao projecto, Risco de maior empobrecimento, por endividamento, nos projectos de

subvenções comparticipadas (agricultura e pesca); Benefícios reduzidos para os pequenos agricultores; Redução dos benefícios para comunidades locais de áreas/programas de conservação

Dada a situação de vulnerabilidade social, o projecto pode vir a gerar expectativas de benefícios que não são alcançados, por limitação dos recursos disponíveis ou pelo prazo em que serão atingidos - Expectativa de relativamente aos benefícios do projecto, especialmente em relação à janela 3 e Expectativa de benefícios de curto prazo, por parte das comunidades envolvidas em CGRN (subcomponentes 1.5 e 2.2)

Algumas das actividades poderão ser geradoras ou potenciadoras de conflitos já latentes na região: Conflitos nos processos de selecção de beneficiário; Intensificação de conflito entre deslocados internos e comunidade hospedeira; Conflitos com as comunidades locais resultantes do aumento da fiscalização da exploração de recursos naturais, Conflitos com redes organizadas de exploração ilícita de recursos naturais resultantes do aumento da fiscalização da exploração de recursos naturais; Aumento do conflito homem – fauna bravia.

A área de implementação do MozNorte é particularmente vulnerável em termos sociais pela presença de deslocados internos, mas também pelos elevados níveis de pobreza. Indivíduos em situação de pobreza extrema, mulheres, idosos e deficientes são considerados particularmente vulneráveis, principalmente quando entre os deslocados. Há o risco do projecto excluir de forma desproporcionadas estes grupos / indivíduos ou de os integrar de forma meramente simbólica, para dar resposta aos indicadores. São identificados os seguintes riscos e impactos: Fraco envolvimento da mulher em processos de tomada de decisão; Exclusão desproporcionada de grupos/indivíduos vulneráveis ou discriminados, Risco de VBG.

Procedimentos e Organização institucional para implementação do QGAS

Todos os subprojectos passarão por um processo de triagem ambiental e social que irá determinar a necessidade de preparação de instrumentos adicionais de avaliação e gestão de riscos ambientais e sociais, tais como Plano de Gestão Ambiental e Social, Manual de Boas Práticas Ambientais e Sociais, Plano de Resposta a Emergência, Plano de Gestão de Pragas, Procedimento de Achados Fortuitos.

O FNDS, sob a tutela do MADER, será agência líder responsável pela coordenação geral e implementação do Programa MozNorte, com responsabilidade em assegurar a avaliação e gestão adequada dos riscos e impactos ambientais e sociais de todos os subprojectos, por forma a garantir que sejam sustentáveis em termos ambientais e sociais. O ProAzul irá coordenar as actividades de implementação do QGAS, quando relacionadas com subprojectos de Pescas, e o Biofund no caso das áreas de conservação. O FNDS terá um especialista sénior ambiental e social na UIP Central localizada em Pemba, a ser apoiado por assessores ambientais e sociais em cada uma das províncias. A Proazul Também terá especialistas ambientais e sociais em todas as provinciais.

Todos os intervenientes, mas principalmente os de nível provincial, e mais ainda os de nível distrital, irão precisar de participar em capacitações, incluindo acções de sensibilização, consciencialização e formação técnica. Deverá ser preparado um plano de treinamento detalhado, que preveja reforços regulares.

Consulta e Participação

O Projecto MozNorte foi objecto de um processo de consulta durante a fase de preparação, que terá continuidade na fase de implementação do Projecto, conforme definido no respectivo Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI).

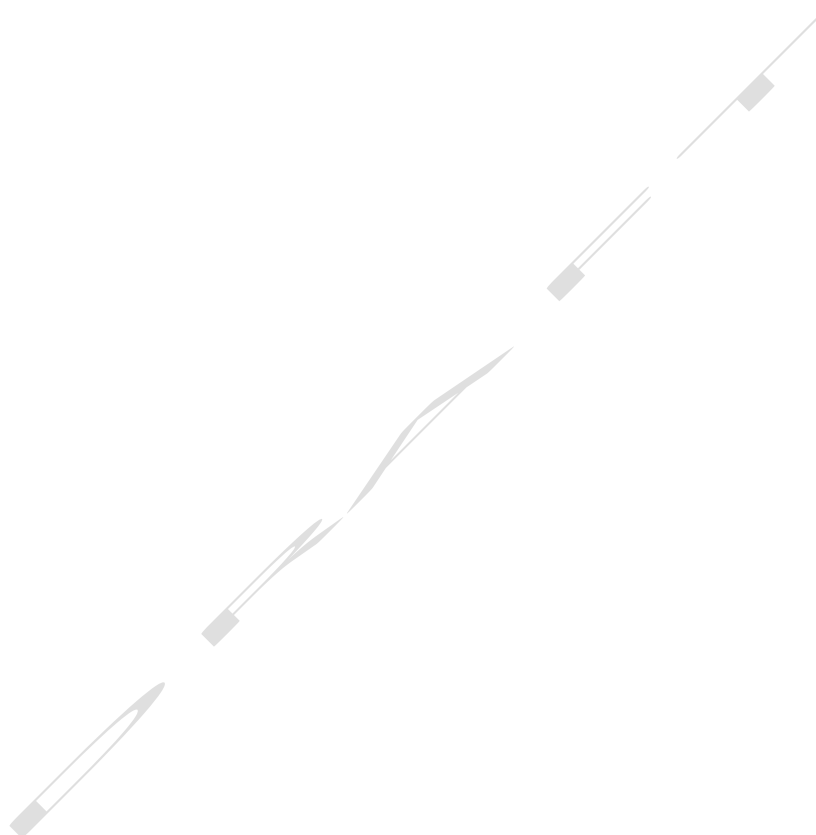
Conforme previsto no PEPI os instrumentos ambientais e sociais elaborados durante a fase de preparação do MozNorte foram objecto de consulta pública. Tendo em consideração as restrições de reuniões, derivadas da pandemia COVID-19 a reunião de consulta foi realizada através de plataforma digital, tendo contado com a participação de representantes de entidades governamentais e de plataformas da sociedade civil. As contribuições apresentadas pelos participantes foram integradas na

Versão Final do QGAS. O PEPI prevê também a realização de acções de consulta e participação, durante a fase de implementação.

De referir que o PEPI contará com um Mecanismo de Reparação de Reclamações comum que foi estabelecido com base nos Mecanismo de Diálogo e de Reparação (MDR) definido para todos os projectos incluídos na carteira do MADER/FNDS e do MIMAIP/ProAzul financiados pelo Banco Mundial em Moçambique - denominado "Mecanismo de Diálogo e de Reparação (MDR)". Foram preparados manuais de procedimentos e estratégias de comunicação para cada fundo, e foi concebida uma plataforma informática para registar e monitorizar os casos relatados. No âmbito do MozNorte é recomendado um reforço deste mecanismo, designadamente com a inclusão de denúncias sobre violência baseada no género.

Orçamento

O orçamento de implementação do QGAS do MozNorte está estimado em 3.390.000 Dólares Americanos.



Executive Summary

Introduction

The Government of Mozambique (GoM), with support from the World Bank Group, is preparing the Northern Mozambique Rural Resilience Project (hereafter referred to as "the Project" or "MozNorte"), which aims to improve the livelihoods of vulnerable communities and improve natural resource management in selected rural areas of Northern Mozambique, with special focus on IDPs from the insurgent conflict in Cabo Delgado, as well as women and youth.

The project will be implemented by the National Fund for Sustainable Development (FNDS), the Blue Economy Development Fund (ProAzul) and the Biodiversity Conservation Foundation (BIOFUND), under the supervision of MADER, MTA and MIMAIP, and in coordination with the Agency for the Integrated Development of the North (ADIN). The FNDS, will be responsible for coordination, and the three entities will be responsible for operational management with fiduciary and safeguard responsibilities. In Section 2.4 the institutional arrangement of the Project is presented in more detail.

The Project will be implemented in a set of 18 districts in the three provinces of the Northern region (Niassa, Cabo Delgado and Nampula), through multiple small sub-projects (covering small infrastructure, agriculture, fisheries and activities to promote community management of natural resources and improved management in conservation areas), which will be identified, prepared and implemented during Project implementation

The World Bank Group's Environmental and Social Framework requires the preparation of a tool that analyzes project risks and impacts, namely an Environmental and Social Management Framework (ESMF)², when it represents a program and/or a series of sub-projects, and risks and impacts cannot be determined without identifying the program or sub-project.

The ESMF/QGAS aims to ensure that subprojects are implemented in an environmentally and socially sustainable manner. Thus, the ESMF/QGAS defines the principles, rules, guidelines and procedures for assessing environmental and social risks and impacts. It includes an identification of potential environmental and social risks and impacts of subprojects, defines procedures for assessing environmental and social risks and impacts, and contains mitigation measures to reduce, mitigate and/or neutralize adverse risks and impacts, as well as information about the agency or agencies responsible for the project, including its ability to manage environmental and social risks and impacts. It also contains adequate information about the area in which the subprojects are estimated to be located, including possible environmental and social vulnerabilities, and, about the possible impacts and possible mitigation measures to be used, defining the necessary institutional arrangements, capacity building and budget for implementing such measures.

Background

The northern region of the country shows poor development in relation to other regions of the country, welfare levels are low and the values of consumption poverty and especially multidimensional poverty are significantly higher, especially when compared to the southern region. The poor development and high poverty levels result from the government's lack of rural investment and infrastructure, coupled with the low productivity of the agricultural sector, the weak co-management of Conservation Areas (CAs), the weak implementation of artisanal fisheries monitoring programs, as well as the low licensing

² In Portuguese, QGAS - *Quadro de Gestão Ambiental e Social*

rate of artisanal fishers, which negatively contribute to the economic prospects of resilience of local communities living along the coast of Northern Mozambique, poor access of women and youth to economic opportunities and political platforms due to low levels of education and practices/issues that disadvantage women.

Since 2017, the poverty situation has deteriorated following armed attacks by extremist insurgents in districts of Cabo Delgado, which has resulted in a humanitarian crisis and the flow of displaced people to other districts in the region. In 2019, Cyclone Kenneth exacerbated the vulnerability of the population, and from 2020 the effects of the COVID pandemic took hold. Since December 2020 armed attacks have been taking on greater proportions, increasing the flow of refugees and consequently social vulnerability.

The Project is aligned with the Five-Year Government Program (PQG, 2020-2024) which emphasizes rural development through the promotion of productive activities in rural areas, with a focus on the central and northern region of the country, particularly in agriculture, forestry, fisheries, biodiversity, and tourism. It complements other government initiatives, such as the Northern Mozambique Crisis Response Project (P176157), Mozambique Land Administration Project (P164551), which provides support to 30. 000 families in rural areas of Nampula and Cabo Delgado, Sustainable Rural Economy Project (P174002), Mozambique Economic Linkages and Diversification Project (171664), which will focus on rural productivity and strengthening the performance of micro and small agricultural enterprises, Inclusive Human Capital Investment and Development Project in Mozambique (P175298) which will support inclusive access to quality social services and strengthen the institutional capacity of the health, education and social protection sectors and, the Northern Mozambique Urban Upgrading Project (P175266), which promotes inclusive, resilient and sustainable urbanization in selected northern cities.

Project Description

The Project is structured in four components

Component 1 – Improving Access to Livelihoods and Community Infrastructure

Subcomponent 1.1: Livelihood Stabilization through Community Driven Development

Subcomponent 1.2: Conservation Agriculture Interventions

Subcomponent 1.3: Sustainable Fisheries Interventions

Component 2 - Improved management of natural resources

Subcomponent 2.1: Improved Management Forests and Climate Risks

Subcomponent 2.2: Improved and more inclusive management of Conservation Areas

Subcomponent 2.3: Improved Management of Fisheries Resources

Component 3 - Multi-Stakeholder Coordination and Project Management

Component 4 - Emergency Contingency Response Component

Component 1 integrates activities to improve social and economic infrastructure in the 18 covered districts and 300 target communities, through district and community grants, defined based on participatory processes. It also includes co-financed grants targeting small farmers, supported by Emerging Commercial Smallholders (with special conditions for displaced people, women and youth), organization of vulnerable farmers in groups or cooperatives (supported by public extension agents), co-financed grants targeting fishermen and small and medium enterprises, for the development of activities related to fisheries and aquaculture.

Component 2 includes activities to strengthen institutional capacity to enforce the legal framework regarding forestry and sustainable charcoal production, as well as to improve the management of

conservation areas (CA), in an inclusive manner (Niassa Special Reserve – REN (including Chipange Cheto Community Area), Area of Environmental Protection of the First and Second Islands - APAIPS, and Quirimbas National Park - PNQ), focusing on strengthening resource protection (enforcement), building improved infrastructure for community and tourism development, strengthening CA governance and human resource development and improving basic social infrastructure/equipment and promoting sustainable livelihood activities, strengthening community involvement in CA management.

Legal and Institutional Framework

Mozambique has a vast environmental and social framework, covering the themes of environmental and social assessment and management, land, resettlement, land use planning, biodiversity, water resources, natural disasters, climate change, quality of the environment, labor aspects, occupational health and safety, social protection and cultural heritage.

For the present ESMF/QGAS, special emphasis should be placed on the legislation relating to the Environmental Impact Assessment Process, which defines the process for categorizing activities, the level and contents of environmental studies required for the different categories, public participation process, review process, stages of environmental licensing (Provisional, Installation and Operation), responsibilities, inspections, fees and sanctions. The Environmental Authority, with responsibilities for environmental impact assessment and environmental licensing is under the Ministry of Land and Environment (MTA).

Additionally, for Component 1 activities the legal provisions related to (i) total and partial protection zones defined by the Land Law; (ii) coastal ecosystems protected by the Regulation for the Prevention of Pollution and Protection of the Coastal Marine Environment; (iii) forest and wildlife protected by the Forest and Wildlife Law are of note. Also worthy of attention are the legal diplomas related to water use and the Regulation on Environmental Quality Standards and Effluent Emission and the regulations on solid waste management and pesticide management. Finally, the diplomas related to natural disasters and climate change, the regulations on resettlement and that on the protection of cultural heritage.

For Component 2, the Forestry and Wildlife Law, the Land Law and its regulations, and the Biodiversity Conservation Law are the key legal provisions to pay attention to, as well as the Regulation for the Prevention of Pollution and Protection of the Coastal Marine Environment, which protects mangroves in particular.

All activities must take into consideration the labor and occupational health legislation and the legal framework regarding social protection, namely the Law on Violence against Women.

It should be noted that despite the existence of this vast legal framework, there are generally deficiencies in monitoring its implementation.

World Bank's Environmental and Social Framework

In 2018, the World Bank Group published its Environmental and Social Framework which comprises its Environmental and Social Vision and Policy for Investment Project Finance, complemented by a set of ten Environmental and Social Standards (NAS). The following table presents the standards and their applicability to MozNorte.

Environmental and Social Standard	Applicability
NAS1: Assessment and Management of Environmental and Social Risks and Impacts	Yes
ESS2: Labour and Working Conditions	Yes
ESS3: Resource Efficiency and Pollution Prevention	Yes
ESS4: Community Health and Safety	Yes

ESS5: Land Acquisition, Restrictions on Land Use and Involuntary Resettlement	Yes
ESS6: Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources	Yes
ESS7: Indigenous Peoples/Historically Disadvantaged Traditional Communities of Sub-Saharan Africa	No
ESS8: Cultural Heritage	Yes
ESS9: Financial Intermediaries	No
ESS10: Stakeholder Engagement and Information Disclosure	Yes

In general, the existing environmental and social legal framework in Mozambique includes the requirements defined in these standards, although there are gaps.

Under the ESF, the MozNorte Project was classified as High risk, due to social risks related to situations of high vulnerability, community conflicts, and uncertain social dynamics derived from armed conflicts in the region.

Environmental and social description

In terms of environmental characterization, the risk of natural disasters, accentuated by climate change, deserves to be highlighted. The coastal strip of the northern region (mainly Nampula Province) is prone to the occurrence of tropical cyclones, formed in the Mozambique Channel. All the districts of the coastal strip, under analysis have moderate risk of flooding, near the main rivers.

In the area covered by MozNorte, two terrestrial ecoregions can be distinguished: Coastal Mosaic of Zanzibar - Inhambane (where the mangrove formations and the wetlands stand out due to their importance for biodiversity) and the wooded Savannah of Eastern Miombo, which still covers vast areas of the territory, with low levels of modification (where it is worth mentioning the evergreen outcrops, the open forest in regularly flooded areas, and the wetlands). The main pressure on natural terrestrial habitats derives from unsustainable practices by the population, as a way of life and subsistence strategy, namely by the practice of itinerant agriculture, collection of firewood (including mangrove), charcoal production, felling of forest species and uncontrolled burning, which results in deforestation and consequently soil degradation (erosion and dragging of sediments to water bodies - including Lake Niassa). This pressure is greater the greater the accessibility and population density. In this region the pressure on natural resources also derives from illegal logging and poaching activities, in addition to artisanal mining.

In terms of marine environment, the area covered is integrated in the Marine Eco-Region of East Africa, where it stands out for its importance for biodiversity, the existence of coral reefs and areas with seagrass mats. The destruction of mangroves (mainly near human settlements to supply the need for firewood) and the overexploitation of fishery resources are the main pressures.

A large part of the territory is covered by conservation areas, especially the Niassa Special Reserve - REN, Area of Environmental Protection of the First and Second Islands - APAIPS, and Quirimbas National Park - PNQ. There are also several coutadas (mainly in Niassa Province) and forest reserves (Nampula Province). The Lake Niassa is classified as a Ramsar Site and Partial Reserve of the Lake Niassa. Niassa also has an internationally classified Important Bird Area (IBA). Niassa also has a Tchimpanje Cheto Program for Community Management of Natural Resources.

In social terms, it should be noted that the northern region integrates the second most populated province in the country (Nampula Province) and the least populated province in the country (Niassa), respectively with an average population density of 73 and 15 hab/km². In Niassa, the interior districts (Mecula, Majune and Marrupa covered by MozNorte) are the least populated, with population densities below 5 inh/km². Apart from the provincial capitals, it is on the coast that the highest population density is recorded, namely in the districts of Metuge and Angoche.

There are indications that the northern region of Mozambique was inhabited by Bantu people since the lower iron age, in a settlement carried out by clans in a slow and discontinuous manner, favoring areas of greater agricultural fertility and availability of natural resources, which gave rise to regional differentiations that gave rise to specific dialects and their own social spaces. The result is a cultural heritage, where archeological finds are likely to exist.

The population of the Niassa and Cabo Delgado districts has, since the beginning of the twentieth century, been exposed to displacements related to various conflicts, which may have influenced the weak penetration of the State's action and of social equipment and infrastructure. This may currently constitute a risk factor for the development of the region and exposure to the action of armed attacks by extremist insurgents, which translate into contextual risks for the implementation of MozNorte.

The northern region of the country has the highest incidence of multidimensional poverty (55.1%), particularly in the provinces of Niassa (60.6%) and Nampula (57.1%), compared to 19.9% in the southern region.

The population lives essentially based on subsistence agriculture and/or subsistence fishing in the coastal areas, Lake Niassa, and other inland waters. Rudimentary agricultural practices, rudimentary fishing gear, and lack of access to markets have been the main obstacles to the development of the activities, leaving the youth without prospects for development. Informal commerce and illegal practices of exploitation of natural resources (wood, poaching or mining) are alternative ways of obtaining income.

The lack of prospects, especially on the part of the youngest, and the perception of favoritism by those who are somehow linked to the structures of the State, lead the young people to seek alternatives. These end up including involvement in networks of illegal exploitation and smuggling of natural resources (ore, precious wood trees, wildlife) or even narcotics and human trafficking, along with joining insurgent groups that promise to change the situation of inequality.

As part of the preparation of the environmental and social instruments of MozNorte, a Security Risk Assessment was prepared which, in addition to the violent insurgency situation occurring in Cabo Delgado since 2017, allowed the identification of different conflict situations linked to the existence of criminal organizations acting in the region, including in the districts covered by the Project, which may result in situations of insecurity for the Project stakeholders.

The violent attacks, initially directed at State institutions and representatives, are now spreading to local communities, with destruction of villages, violent deaths and serious violations of human rights, with kidnappings and GBV. Of the 17 districts in Cabo Delgado 9 have already suffered attacks. Currently the situation is very tense, stemming from the strong attacks that occurred in Palma in March 2021.

The armed conflict has led to the displacement of populations fleeing the conflict, to the surrounding districts of the three provinces in the region. According to the United Nations, there are currently about 700,000 displaced people, and it is estimated that this figure could reach 1 million by June. In these centers health care and sanitation facilities are scarce, resulting in outbreaks of cholera and COVID-19. Food insecurity is also a major concern, with a large proportion of IDPs suffering from malnutrition. Conflicts have arisen between IDPs and host communities, both because of increased pressure on scarce social infrastructure and also because of fears that there are insurgents among the IDPs who may pose a security risk. Among the displaced, women, children, the elderly, and the disabled are especially vulnerable.

In the northern region, women are at a disadvantage compared to men in various dimensions of social and economic life, especially in rural areas, with limited access to resources (such as land and financial resources), limited schooling, and limited active participation in many decision-making spaces.

Assessment of Environmental and Social Risks and Impacts

MozNorte has associated positive environmental impacts resulting from the promotion of economic activities (Component 1) that are environmentally sustainable (reducing pressure on natural resources) and resilient to climate shocks, as well as, in Component 2, activities aimed at improving natural resource management and enhancing conservation.

In the development of economic activities, such as agriculture and fishing MozNorte is adopting strategies for sustainable production and resilient to extreme climate events, which is also a positive environmental impact to highlight. There is, however, the risk of difficulties in effective implementation due to lack of awareness and motivation of beneficiaries (especially in the case of IDPs, with psychological traumas and desire to return to the area of origin), but also due to lack of assistance capacity of SDAE extensionists or lack of means of mobility. The continuity of adoption of these practices in the long term is another challenge to be managed by the Project.

Thus, it is expected that in the area covered by the activities of Subcomponent 2.1 (Nampula Province), the project will contribute to the improvement of forest management and supervision, as well as the development of sustainable management activities for biomass exploitation resulting in a reduction of deforestation pressure. This will have positive impacts on the biodiversity associated with the forest, as well as on the various related ecosystem services, with emphasis on CO₂ capture and aquifer recharge. The activities of Subcomponent 2.3 Fisheries Management will contribute to increase fisheries control in the coastal districts covered by the Project as well as in Lake Niassa, affected by overexploitation of resources. It is expected that there will be increased control in licensing and enforcement, as well as recovery activities for mangroves, a key ecosystem for coastal productivity. However, in both cases the success of these activities depends on the effective involvement of communities, notably through CGRNs and CCPs, as discussed below in the section on social risks and impacts. The lack of success of previous initiatives undermines the success of new CGRN initiatives, which requires considerable time for prior preparation of communities.

The activities under Sub-component 2.2 - Improved and more inclusive management of the Conservation Areas, with support for the supervision and management of the target conservation areas (RNE and APAIPS and community areas of Chipange Tcheto and Block 4L) will also tend to contribute towards improved biodiversity conservation in Niassa, namely greater control of the pressure exerted by poachers and loggers. Here again, the success of the Project will depend on the effective involvement of the communities, through COGECO. The environmental education actions to be promoted in schools, within Subcomponent 1.1, will also have positive impacts, although more medium to long term.

MozNorte includes, however, activities, which despite being small in size may have adverse environmental impacts, which will require the adoption of mitigation measures as early as the preparation/design phase, as well as during the implementation and operation phases, taking into consideration the mitigation hierarchy. Such activities comprise the construction and/or rehabilitation of infrastructure and economic activities (mainly agriculture, livestock, aquaculture and forestry) contemplated in both Component 1 and Component 2.

The implementation of infrastructures and economic activities require spatial deployment, with potential adverse environmental risks and impacts, which are expected to be minor, related to deforestation and land movement activities, namely: Destruction / fragmentation of natural habitats, Disruption of fauna, Erosion and sedimentation, Increased concentration of particulate matter in the air, Alteration of natural drainage. In the construction phase of infrastructure and also in the operation phase the following potential risks and impacts may occur: Soil and water contamination, Air quality contamination, Water use. Some of the economic activities have specificities, with highlight to the activities involving the use of living natural resources (hunting, forestry, agriculture, livestock, fishing and aquaculture), with the following potential risks and adverse impacts: Overexploitation of resources, Dissemination of exotic and invasive species; Development of pests; Development of zoonoses. For the case of activities involving the exploitation of natural resources (aquaculture, forestry products or even

agriculture) covered by both component 1 and 2, the risk of overexploitation of the resource should be duly considered, and the implementation of measures that ensure the sustainable management of natural resources as required by NAS6 is required. Likewise, management plans for conservation areas or community management of natural resources should integrate Biodiversity Management Plans as required by NAS6. Given the situation of the COVID-19 pandemic, all activities will have associated risk of virus spread, and preventive measures must be taken to protect workers and the community at large. All activities have associated occupational health and safety risks that require the adoption of labor management procedures. Districts with higher risk of extreme weather events will be more vulnerable to climate hazards and must adopt climate disaster prevention and response procedures. However, all activities funded by MozNorte should integrate climate change adaptation measures to make them more resilient.

In social terms, as the focus of the MozNorte Project is to improve the livelihood of vulnerable communities, with special focus on internally displaced people, women and youth, it is expected that the implementation of the Project will have a positive impact on the populations covered. Simultaneously, the project may contribute to the strengthening of the State's confidence in responding to the population's needs, which may help to reduce the current situations of conflict and insecurity.

The Project includes activities such as construction/rehabilitation of infrastructure and support to economic activities (such as agriculture and fishing) aimed at improving the livelihoods of the target communities (Component 1), which by themselves will result in positive impacts for the target communities, mainly in the districts with the highest poverty levels and for the most vulnerable target groups, namely women and IDPs. The Project also foresees the involvement of communities in natural resource management (sub-component 1.5), with a view to improving living conditions and economic development, which will constitute a positive impact, although the results may not be immediate, creating challenges. Regarding the adverse impacts resulting from the spatial/physical implantation of infrastructure and economic activities, the following adverse social impacts can be highlighted: Physical and/or economic losses related to land acquisition; Loss or disruption of cultural heritage.

Component 1 and 2 activities that have associated benefits to communities, whether through infrastructure, economic activities or participation in natural resource management, which may not achieve their objectives by: Risk of benefit capture by elites; Risk of IDPs not joining the activities; Risk of low involvement of women; Risk of youth not joining the project, Risk of further impoverishment, through indebtedness, in co-funded grant projects (agriculture and fisheries); Reduced benefits for small farmers; Reduced benefits for local communities in conservation areas/programs

Given the situation of social vulnerability, the project may generate expectations of benefits that are not achieved, due to limitation of available resources or the timeframe in which they will be achieved - Expectation of project benefits, especially in relation to window 3 and Expectation of short-term benefits, on the part of communities involved in CGRN (sub-components 1

Some of the activities may generate or enhance already latent conflicts in the region: Conflicts in the processes of beneficiary selection; Intensification of conflict between IDPs and the host community; Conflicts with local communities resulting from increased supervision of natural resource exploitation, Conflicts with organized networks of illicit exploitation of natural resources resulting from increased supervision of natural resource exploitation; Increase in human-wildlife conflict.

The MozNorte implementation area is particularly vulnerable in social terms due to the presence of internally displaced people, but also due to the high levels of poverty. Individuals in extreme poverty, women, the elderly and the disabled are considered particularly vulnerable, especially when among IDPs. There is a risk that the project will disproportionately exclude these groups/individuals or integrate them in a merely symbolic way to respond to the indicators. The following risks and impacts are identified: Weak involvement of women in decision-making processes; Disproportionate exclusion of vulnerable or discriminated groups/individuals, Risk of GBV.

Procedures and Institutional Organization for the implementation of the ESMF/QGAS

All sub-projects will undergo an environmental and social screening process that will determine the need for the preparation of additional environmental and social risk assessment and management tools, such as the Environmental and Social Management Plan, Good Environmental and Social Practices Manual, Emergency Response Plan, Pest Management Plan and Unforeseen Findings Procedure.

The FNDS, under MADER, will be the lead agency responsible for the overall coordination and implementation of the MozNorte Programme, with responsibility for ensuring the proper assessment and management of environmental and social risks and impacts of all sub-projects, in order to guarantee that they are sustainable in environmental and social terms. ProAzul will coordinate the implementation activities of the ESMF/QGAS, when related to fisheries sub-projects and Biofund in the case of conservation areas. FNDS will have a senior environmental and social specialist in the Central PIU located in Pemba, to be supported by environmental and social advisors in each of the provinces. Proazul will also have environmental and social specialists in all provinces.

All stakeholders, but mainly those at provincial level, and even more so those at district level, will need to participate in capacity building, including sensitization, awareness raising and technical training. A detailed training plan should be prepared, with regular reinforcement.

Consultation and Participation

The MozNorte Project has been the object of a consultation process during the preparation phase, which will continue during the Project implementation phase, as defined in the respective Stakeholder Engagement Plan (SEP/PEPI).

As foreseen in the SEP/pepi, the environmental and social instruments prepared during the preparation phase of MozNorte were submitted to public consultation. Taking into account the meeting restrictions, derived from the COVID-19 pandemic, the consultation meeting was held through a digital platform, with the participation of representatives of government entities and civil society platforms. The contributions presented by the participants were integrated in the Final Version of the ESMF/QGAS. Consultation and participation activities are also planned during the implementation phase.

It should be noted that the SEP/PEPI will have a common Grievance Redress Mechanism which has been established based on the Dialogue and Redress Mechanism (MDR) defined for all projects included in the portfolio of MADER/FNDS and MIMAIP/ProAzul funded by the World Bank in Mozambique - called "Dialogue and Redress Mechanism (MDR)". Procedural manuals and communication strategies were prepared for each fund, and a computer platform was designed to record and monitor reported cases. Within the scope of the MozNorte it is recommended that this mechanism be strengthened, namely with the inclusion of reports on gender-based violence.

Budget

The budget for the implementation of the MozNorte ESMF/QGAS is estimated 3.390.000 US Dollars.

1 Introdução

O Governo de Moçambique (GdM), com o apoio do Grupo Banco Mundial, está a preparar Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (adiante denominado "Projecto" ou "MozNorte"), que tem como objectivo melhorar o modo de vida das comunidades vulneráveis e melhorar a gestão dos recursos naturais, em áreas rurais seleccionadas da região Norte de Moçambique, com especial enfoque para os deslocados internos do conflito provocado por insurgentes em Cabo Delgado, bem como mulheres e jovens.

O projecto será implementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul) e ao Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), sob supervisão da MADER, MTA e MIMAIP, e em coordenação com a Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN). O FNDS, será responsável pela coordenação, e as três entidades serão responsáveis pela gestão operacional com responsabilidades fiduciárias e de salvaguarda. Na Secção 2.4 é apresentado em mais detalhe o arranjo institucional do Projecto.

O Projecto será implementado num conjunto de 18 distritos das três províncias da região Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), através de múltiplos pequenos subprojectos (abrangendo pequenas infraestruturas, agricultura, pesca e actividades de promoção da gestão comunitária dos recursos naturais e a melhoria da gestão em áreas de conservação), que serão identificados, preparados e implementados durante a implementação do Projecto. (ver Secção 2- Descrição do Projecto)

As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Grupo Banco Mundial requerem a preparação, entre outros, de um instrumento de avaliação ambiental e social de riscos e impactos gerados pelo conjunto de atividades e intervenções do projecto, designadamente um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS). Desta forma, o QGAS é um instrumento que analisa os riscos e impactos do projeto, quando este representa um programa e/ou uma série de subprojectos, e os riscos e impactos não podem ser determinados sem que o programa ou subprojeto sejam identificados.

O QGAS visa assegurar que os subprojectos sejam identificados, preparados e implementados de uma forma sustentável em termos ambientais e sociais. Desta forma, o QGAS define os princípios, regras, diretrizes e procedimentos para avaliar os riscos e impactos socioambientais. Inclui a triagem ambiental e social dos subprojectos propostos, para identificação de potenciais riscos e impactos ambientais e sociais dos subprojectos, define procedimentos para avaliação de riscos e impactos ambientais e sociais, e contém medidas de mitigação para reduzir, mitigar e/ou neutralizar os riscos e impactos adversos, assim como informações sobre a agência ou órgãos responsáveis pelo projeto, incluindo sua capacidade de gerir os riscos e impactos socioambientais. Contém ainda informações adequadas sobre a área em que se estima que os subprojetos sejam localizados, incluindo possíveis vulnerabilidades ambientais e sociais e, sobre os possíveis impactos e possíveis medidas de mitigação a utilizar, definindo os arranjos institucionais necessários, capacitação e orçamento para implementação de tais medidas.

O QGAS é um instrumento dinâmico que pode ser revisto durante a implementação do Projeto por forma a refletir a gestão adaptativa das mudanças do Projeto e circunstâncias imprevistas ou em resposta à avaliação do desempenho do Projeto. Em tais circunstâncias, o GoM concordará com as alterações e atualizará o QGAS por forma que se reflitam tais alterações

A versão *draft* deste QGAS foi divulgada publicamente em Moçambique (nos websites do FNDS, do ProAzul e Biofund) e no website do Banco Mundial e foi apresentada e discutida numa reunião de consulta a partes interessadas. Os resultados da consulta foram devidamente integrados nesta versão final do QGAS. A versão final do QGAS ficará disponível nos websites acima referidos.

1 Descrição do Projecto

1.1 Contextualização e Antecedentes

Moçambique ocupa uma área de 800.000 km² que se estende por quase 2.000 km de norte a sul, com cerca de 2.700 km de costa ao longo da orla sudoeste do Oceano Índico. O país é rico em diversos recursos naturais, mas apesar disso é um dos países mais pobres do mundo.

Entre 2001-2015, o PIB do país teve uma trajetória de crescimento elevado, com uma taxa média de crescimento de 7,9 %, mas caiu drasticamente na ordem de 3,3% no período de 2016 e 2019, devido à crise relacionada com as designadas dívidas ocultas, choques climáticos (ciclones Idai e Kenneth em 2019, Chalane em 2020, Eloise e Guambe em 2021) e os conflitos armados na zona centro e norte do país. Em 2020, houve novamente uma redução do PIB devido ao impacto da COVID-19. O desenvolvimento em Moçambique não tem sido inclusivo e não se traduziu numa ampla redução da pobreza, notando-se uma clara distinção entre as regiões sul e norte do país, que registaram índice de pobreza multidimensional de 19 e 68%, respectivamente (MEF/DEEF, 2016).

A região norte do país apresenta um fraco desenvolvimento em relação a outras regiões do país. A pobreza de consumo é 55,1% (contrastando com 46,2 e 32,8% nas regiões Centro e Sul respetivamente), havendo uma discrepância ainda mais marcante na pobreza multidimensional, de 68% na região Norte, contrapondo 64% na região Centro e apenas 19% na região Sul (MEF/DEEF, 2016). O fraco desenvolvimento e altos níveis de pobreza resultam da deficiência de investimentos rurais e de infraestruturas por parte do governo, associado a baixa produtividade do sector agrícola, a fraca co-gestão das Áreas de Conservação, que ocupam mais de 20% do território da região (estimando-se que 500.000 pessoas residam dentro e ao redor dessas áreas), a fraca implementação de programas de monitoria da pesca artesanal, bem como a baixa taxa de licenciamento dos pescadores artesanais, o que contribui negativamente nas perspectivas económicas de resiliência das comunidades locais que vivem ao longo da costa do norte de Moçambique, o fraco acesso das mulheres e jovens a oportunidades económicas e plataformas políticas devido aos baixos níveis de educação e práticas/questões que desfavorecem a mulher.

Desde 2017, a situação de pobreza tem-se deteriorado, na sequência dos ataques armados de insurgentes extremistas em distritos de Cabo Delgado, que tem resultado numa crise humanitária e no fluxo de deslocados para outros distritos da região. Em 2019, o ciclone Kenneth veio agravar a vulnerabilidade da população, e a partir de 2020 surgiram-se os efeitos da pandemia COVID. Desde Dezembro de 2020 os ataques armados vêm tomando maiores proporções, aumentando o fluxo de refugiados e consequentemente a vulnerabilidade social.

O Projecto está alinhado ao Programa Quinquenal do Governo (PQG, 2020-2024) que enfatiza o desenvolvimento rural através da promoção de actividades produtivas nas áreas rurais, com foco na região centro e norte do país, particularmente na agricultura, silvicultura, pesca, biodiversidade e turismo. Complementa outras iniciativas do governo, tais como o Projecto de Resposta à Crise do Norte de Moçambique (P176157), Projecto de Administração de Terras de Moçambique (P164551), que fornece apoio a 30.000 famílias nas áreas rurais de Nampula e Cabo Delgado, Projecto de Economia Rural Sustentável (P174002), Projecto de Ligações Económicas e Diversificação de Moçambique (171664), que incidirá na produtividade rural e no fortalecimento do desempenho de micro e pequena empresas agrícolas, Projecto de Investimento e Desenvolvimento Inclusivo do Capital Humano em Moçambique (P175298) que irá apoiar o acesso inclusivo a serviços sociais de qualidade e fortalecer a capacidade institucional dos sectores de saúde, educação e protecção social e, o Projecto de Melhoria Urbana do Norte de Moçambique (P175266), que promove a urbanização inclusiva, resiliente e sustentável em cidades seleccionadas do Norte.

Há, portanto, um conjunto de projetos em preparação pelo GoM e Banco Mundial, com o intuito de atender às demandas da região norte do país, no curto prazo – através do Projeto de Resposta a Crise; e, no médio e longo prazos pelos projetos de desenvolvimento e melhoria de ambientes urbanos e o de desenvolvimento

de capital humano. Dentro deste escopo de abrangência territorial, 'é prevista a preparação de um estudo de avaliação de impacto ambiental e social regional, que permite identificar impactos cumulativos e potenciais sinérgicos na região de intervenção.

De destacar que o MozNorte não irá abranger distritos que tenham sido alvo de conflitos armados pelos insurgentes, mas que irá priorizar distritos que estejam a receber deslocados internos associados ao conflito. O projecto irá assim contribuir directamente para a Prevenção e Atribuição da Resiliência, através da construção da resiliência das populações na “zona tampão” em torno do conflito activo no Norte e apoiar a prevenção de migração para as províncias vizinhas de Niassa e Nampula. Isso aumentará o envolvimento dos cidadãos, amplificará as vozes da comunidade na tomada de decisões.

O Projecto irá também apoiar o desenvolvimento da recentemente criada Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), que tem como foco o desenvolvimento das províncias do Norte, a operar com base em quatro pilares principais: (i) assistência humanitária, (ii) desenvolvimento económico, (iii) resiliência da comunidade e (iv) comunicação.

1.2 Objectivo e Componentes do Projecto

O Objectivo de Desenvolvimento do Projecto é de melhorar a subsistência das comunidades vulneráveis e a gestão dos recursos naturais em áreas rurais seleccionadas do Norte de Moçambique, com especial enfoque nos deslocados internos e comunidades hospedeiras.

O projecto visa abordar os principais factores de fragilidade e conflito, a fim de melhorar a resiliência das comunidades vulneráveis em paisagens seleccionadas do Norte de Moçambique, mais especificamente, o projecto irá abordar os seguintes factores: (i) exclusão das comunidades locais e deslocados (particularmente mulheres e jovens) no acesso a fontes de subsistência, dependentes de recursos naturais renováveis; (ii) degradação ambiental, variabilidade climática e capacidade limitada das instituições formais para gerir os recursos naturais de uma forma sustentável e inclusiva; e (iii) exclusão das comunidades locais e deslocados na gestão e decisão sobre a utilização dos recursos naturais. Assim, o projecto tem o objectivo de aumentar a resiliência das comunidades, i) promovendo a inclusão das comunidades vulneráveis e dependentes dos recursos naturais na tomada de decisões sobre a reabilitação dos meios de subsistência, ii) aumentando o seu acesso aos recursos naturais, infra-estruturas e serviços básicos, e, iii) proporcionando oportunidades concretas de subsistência. O projecto também apoiará políticas e práticas melhoradas de gestão dos recursos naturais, para proteger a base de recursos naturais da qual os pobres dependem para a sua subsistência.

A abordagem global do Projecto tem em consideração a vulnerabilidade climática, adoptando soluções resilientes a choques climáticos, em todas as actividades e sectores de intervenção, desde as infra-estruturas à agricultura, pescas, silvicultura e actividades orientadas para a comunidade.

O Projecto terá quatro componentes: (1) Melhoria dos meios de subsistência nas comunidades alvo; (2) Melhoria da gestão de recursos naturais; (3) Coordenação e gestão do projecto; e (4) Resposta de emergência de contingência (CERC).

Componente 1 – Melhorar o acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias (100 milhões de USD). Esta componente irá abordar a exclusão das comunidades locais e dos deslocados internos (particularmente mulheres e jovens) no acesso aos meios de subsistência, dependentes dos recursos naturais renováveis. Para este fim, adoptará uma abordagem de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade, enfatizando o controlo comunitário sobre as decisões de planeamento e investimento. Esta abordagem combinará um esquema participativo inovador de subsídios distritais e comunitários em Moçambique, com apoio específico aos pequenos agricultores e pescadores já em implementação através do apoio do BM, com resultados bem sucedidos em Moçambique.

Integra as seguintes subcomponentes:

Subcomponente 1.1 - Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade (52 milhões de dólares). Esta subcomponente irá disponibilizar subsídios aos distritos e às comunidades. No caso dos distritos (Subcomponente 1.1.1), serão financiadas infraestruturas sociais e económicas, que possam gerar efeitos positivos para várias comunidades nos mesmos distritos, incluindo tanto comunidades de acolhimento, como deslocados internos (ex: escolas secundárias, maternidades, estradas, mercados, regadios). Serão priorizados projectos resilientes a choques climáticos e de mão de obra intensiva, para geração de emprego, especialmente entre os jovens da comunidade. Será promovido o planeamento participativo e uma plataforma participativa de monitoria, para minimizar os riscos de corrupção. Através da Subcomponente 1.1.2, de Apoio às Comunidades, serão atribuídos pequenos donativos para dar resposta às necessidades básicas de Infra-estruturas socioeconómicas de um total de 300 comunidades, à melhoria dos meios de subsistência e reforço da coesão social, beneficiando tanto as comunidades de acolhimento, como os deslocados internos. Será definida uma lista positiva de actividades, a serem seleccionadas e priorizadas pelas comunidades, que irão incluir entre outras, infraestruturas comunitárias, infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, promoção de emprego e actividades de subsistência. As comunidades serão assistidas por provedores de serviços na preparação de agendas comunitárias e na implementação dos subprojectos.

Subcomponente 1.2 - Intervenções em agricultura de conservação (31 milhões de dólares). Este subcomponente visa reforçar a resiliência da produção agrícola local, promovendo simultaneamente a estabilização e integração das comunidades agrícolas de acolhimento e de deslocados. O apoio aos pequenos produtores agrícolas será fornecido através de duas modalidades, i) integração de Pequenos Agricultores (PA) no mercado, por intermédio de um Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE), que já tenha alguma integração no mercado, e b) organização de agricultores vulneráveis, em grupos ou cooperativas, apoiadas por agentes públicos de extensão. O apoio aos PACE seguirá a abordagem do Projecto SUSTENTA, ajustada ao contexto de fragilidade da região. Os blocos de terra para agricultores vulneráveis serão atribuídos pelo Governo, através do projecto MozLand (Terra Segura).

Subcomponente 1.3 - Intervenções em pesca sustentável (17 milhões de USD), priorizando as comunidades pesqueiras da costa das províncias de Cabo Delgado e Nampula e do Lago do Niassa. Inclui i) subvenções comparticipadas a pescadores elegíveis (incluindo pescadores deslocados e pescadores de comunidades hospedeiras), assim como a Pequenas e Médias Empresas (PME), para desenvolvimento de actividades na cadeia de valor de pesca ou aquacultura, à semelhança do Projecto MaisPeixe, já em implementação no País; ii) financiamento de Infra-estruturas relacionadas com a cadeia de valor da pesca; iii) restauração de mangais.

Componente 2 – Melhoria da gestão dos recursos naturais (40 milhões de USD). As actividades no âmbito desta componente centrar-se-ão na abordagem de dois factores-chave de fragilidade: i) degradação ambiental agravada pela variabilidade climática e capacidade limitada das instituições formais para gerir os recursos naturais de forma sustentável e inclusiva; e ii) exclusão das comunidades locais e dos deslocados internos da gestão e decisão sobre a utilização dos recursos naturais. Este componente fortalecerá instituições relevantes, para melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais. Compreenderá os seguintes subcomponentes:

Subcomponente 2.1: Melhoria do Maneio das Florestas e Riscos Climáticos (14,0 milhões de dólares). Esta subcomponente financiará actividades de gestão florestal para melhorar a utilização dos recursos florestais a nível comunitário, para reforçar as abordagens para uma melhor gestão e controlo florestal, e para gerir os riscos climáticos na região Norte. Inclui

- i) actividades que respondam à crescente necessidade de materiais de construção e lenha no entorno das áreas de assentamento de deslocados, com financiamento de custos operacionais, equipamento e assistência técnica para apoiar a produção sustentável de carvão;
- ii) actividades que apoiem o reforço da gestão florestal através de a) apoio à prevenção e detecção de infracções em áreas florestais seleccionadas, das três províncias do projecto, e coordenação

com outras instituições envolvidas na governação florestal, b) apoio às delegações da Agência Nacional para a Qualidade e Controle Ambiental (AQUA), nas três províncias da região Norte, e c) o estabelecimento de um modelo de gestão florestal sustentável e colaborativa na província de Nampula (Reserva Florestal de Mecuburi).

- iii) apoio à revisão e implementação de Planos de Adaptação Local (PAL), em distritos selecionados, particularmente vulneráveis às alterações climáticas.

Subcomponente 2.2: Maneio melhorado e mais inclusivo das Áreas de Conservação (23 milhões de dólares). Esta subcomponente irá apoiar actividades na Reserva Especial do Niassa (REN), área comunitária de Chipanje Cheto, a Área de Protecção Ambiental de Ilhas Primeiras e Segundas (APAIP), e o Parque Nacional das Quirimbas (QNB), para apoiar i) a eficácia da gestão das AC e ii) a gestão inclusiva e participativa das Áreas de Conservação.

O apoio à melhoria da eficácia da gestão será realizado através do financiamento de actividades de protecção dos recursos (fiscalização), construção de infraestruturas melhoradas para desenvolvimento comunitário e turístico, reforço da governação e desenvolvimento de recursos humanos das AC e melhoria das infraestruturas/equipamentos sociais básica e promoção de actividades sustentáveis de subsistência.

Para o reforço do envolvimento comunitário na gestão das AC serão desenvolvidas actividades para: i) formalização e reforço dos acordos de concessão e co-gestão em áreas-chave, ii) promoção de actividades de gestão da conservação para as comunidades ligadas aos meios de subsistência existentes e ao turismo baseado na natureza (apoio na adaptação a mudanças climáticas, gestão da terra e redução de conflitos entre homem e vida selvagem). As actividades serão implementadas através de ONGs e operadores privados envolvidos na gestão das AC, e promovendo a conclusão de Parcerias de Gestão Colaborativa (PGC) para a conservação, para alavancagem de recursos técnicos e financeiros para a conservação.

Subcomponente 2.3: Melhoria da Gestão dos Recursos Pesqueiros (3,0 milhões de dólares). As intervenções serão centradas na melhoria da gestão das pescas nas zonas costeiras e no Lago Niassa, incluindo i) melhoria do licenciamento e registo da pesca artesanal, ii) reforço da Monitorização, Controlo e Vigilância das pescas (incluindo o desenvolvimento de capacidades, aquisição de equipamento, e apoio às operações locais de vigilância); e iii) promoção da co-gestão das pescas locais, através do desenvolvimento de capacidades (para instituições e Conselhos Comunitários de Pesca - CCP), apoio a medidas locais de gestão das pescas (por exemplo, encerramentos temporários e zonas de não captura), e restauração dos recursos em zonas de sobrepesca/zonas de não captura.

Componente 3- Coordenação de múltiplos intervenientes e gestão do projecto (10 milhões de dólares): O objectivo desta componente é coordenar e monitorar as actividades do projecto e administrar os recursos financeiros e humanos de forma eficiente e orientada para os resultados, de acordo com os objectivos e procedimentos fiduciários do projecto. Inclui financiamento de i) custos operacionais das plataformas multi-stakeholder, a nível de cada província, para coordenação e diálogo, envolvimento do sector privado, e monitorização local, ii) os custos operacionais de gestão do projecto para FNDS, ProAzul e BIOFUND, iii) reforço da Unidade Medição, Relatório e Verificação do MADER; iv) desenvolvimento e implementação de uma estratégia robusta de comunicação.

Componente 4- Componente de Resposta a Emergências de Contingência (CERC): Visa fornecer os meios de apoio ao destinatário no caso de uma potencial necessidade de recuperação em caso de catástrofe. As condições para activar esta componente seguirão os procedimentos acordados entre o Beneficiário e o Banco, estabelecidos no Acordo de Financiamento, em resposta a uma crise ou emergência elegível.

1.3 Área de Abrangência Territorial e Beneficiários

O MozNorte será implementado num total de 18 distritos de três Províncias (Niassa, Cabo Delgado, Nampula), conforme apresentado na tabela e mapa abaixo.

O processo de selecção foi efectuado com base numa análise multicritério, através de SIG, que incluiu factores para priorização e factores para exclusão, englobando factores socioeconómicos, técnicos e ambientais, visando todos os factores de priorização de actividades relacionadas com melhores práticas agronómicas, conservação florestal, turismo, pescas, entre outros.

A maioria dos distritos localizados da zona norte de Cabo Delgado foram automaticamente excluídos devido aos conflitos armados em curso dentro da província, que provocaram a deslocação da população. A maioria das populações que vivem nos distritos mais severamente atingidos em Cabo Delgado tende a migrar para Nampula e Niassa. Todos locais com assentamentos de deslocados em Nampula e Niassa foram também priorizados. Na Província do Niassa, a cobertura florestal e os focos de desflorestação foram identificados como áreas prioritárias a serem alvo; em Nampula e Cabo Delgado, os dados relativos à pobreza e desnutrição foram os piores e foram utilizados para identificar os distritos prioritários a serem alvo do projecto. Foram também seleccionados os distritos que receberam o maior número de pessoas deslocadas internamente. As áreas de conservação e as suas zonas tampão foram também destacadas para priorização, apesar de Mecula e Mavago não terem sido incluídas na lista preliminar dos 15 distritos. A pesca e a aquicultura foram identificadas como prioritárias na zona costeira e nas zonas lacustres

Tabela 1 – Abrangência Territorial do Projecto

Províncias	Distritos Alvo
Niassa	Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula Sanga
Cabo Delgado	Montepuez, Namuno, Mecufe, Metuge
Nampula	Memba, Erati, Mecuburi, Ribaue, Moma, Larde, Angoche, Mossuril

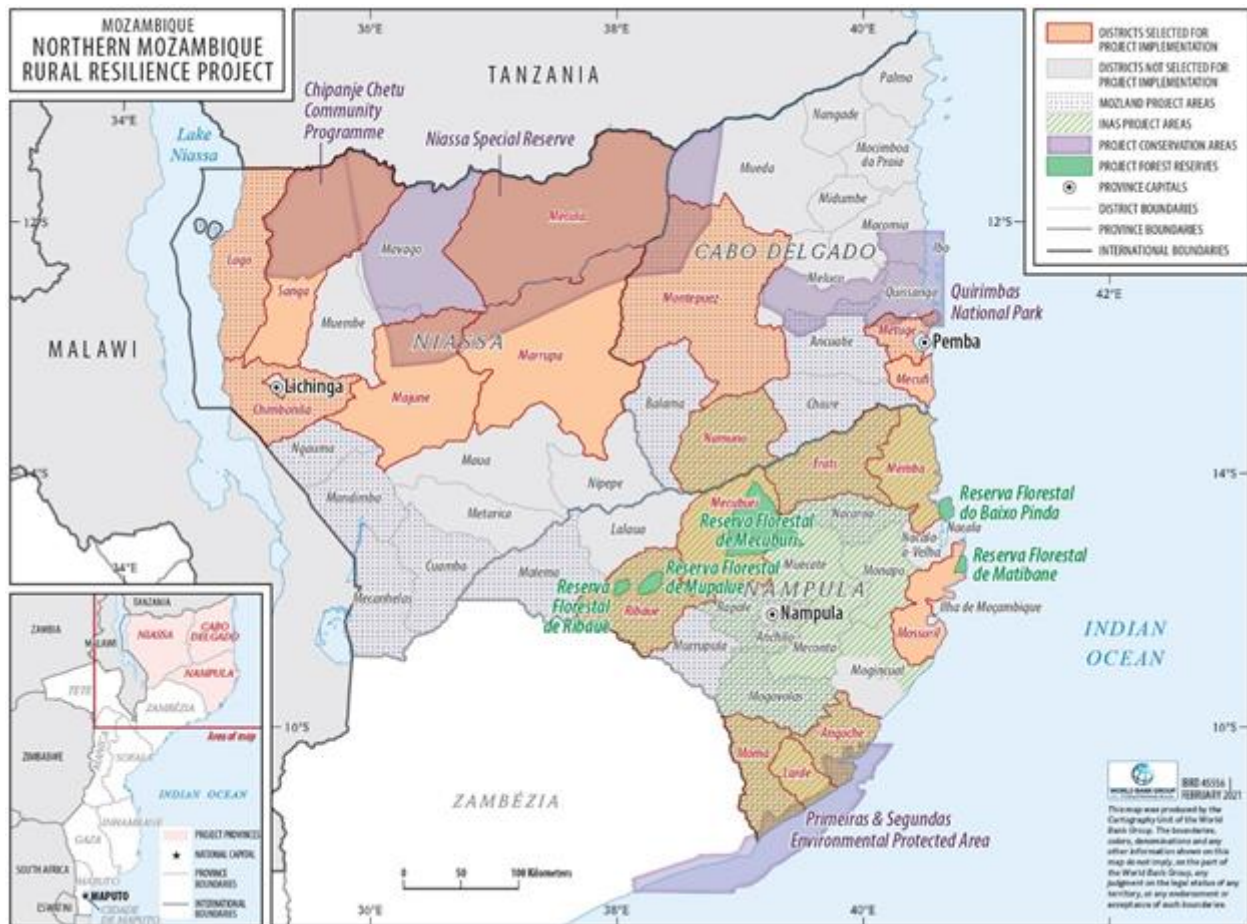


Figura 1 – Abrangência Territorial do Projecto

1.4 Arranjo institucional

Sendo a entidade governamental responsável pela promoção da economia rural sustentável, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) será responsável pela coordenação e implementação global do Projecto, actuando de forma coordenada com outros ministérios e instituições, particularmente Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) e Ministério da Terra e Ambiente (MTA).

Um Comité Directivo do Projecto será criado e presidido pelo MADER e composto por representantes da ADIN, FNDs, BIOFUND, ProAzul, Direcções Nacionais, sector privado e organizações da sociedade civil. O comité será responsável por i) fornecer orientação política geral e tomada de decisão sobre todas as questões relacionadas ao projecto, ii) facilitar a coordenação entre os sectores e agências relevantes, iii) revisar e aprovar o trabalho anual e os planos de despesas apresentados pelo coordenador da UIP, iv) garantir que o projecto esteja alinhado com outros Programas de Governo e fornecer orientação estratégica.

O projecto será implementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul) e o BIOFUND, sob supervisão da MADER, MTA e MIMAIP, e em coordenação com a Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN).

Será criada na cidade de Pemba, na Província de Cabo Delgado, no escritório provincial do FNDS, uma Unidade de Implementação de Projectos (PIU) Central dedicada ao MozNorte. A UIP Central será dirigida por um coordenador de Projecto, e incluirá especialistas em aquisições, gestão financeira, salvaguardas ambientais e sociais género/VBG, segurança e gestão de risco, em comunicação e especialista em monitoria e avaliação, a nível do FNDS. Tanto o FNDS como o ProAzul terão Assistentes de salvaguardas na UIOP Central.

A nível provincial, serão estabelecidos dois escritórios satélite da UIP em Niassa e Nampula. Estes escritórios da UIP reportarão ao coordenador do projecto sediado no escritório de Pemba. Coordenarão o trabalho com os serviços provinciais e departamentos provinciais, bem como, a nível distrital, com o Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) e o Serviço Distrital de Planificação e Infraestrutura (SDPI). A este nível, as actividades serão implementadas por técnicos da PIU, por trabalhadores de extensão que serão formados pelo projecto e por prestadores de serviços. Em termos de prestação de contas das UIP, os serviços provinciais e os departamentos provinciais prestarão contas à ADIN/FNDS.

A ProAzul ao nível provincial irá actuar também através dos seus pontos focais integrados na UIP central, enquanto a BIOFUND actuará através da unidade da ANAC no norte, das Administrações das AC e dos provedores de Serviços. Os órgãos locais ao nível do distrito terão um papel principal de executar as actividades do projecto em coordenação com as UIPs.

Na **Error! Reference source not found.**Figura 7 seguinte apresenta-se um organograma do arranjo institucional e de implementação.

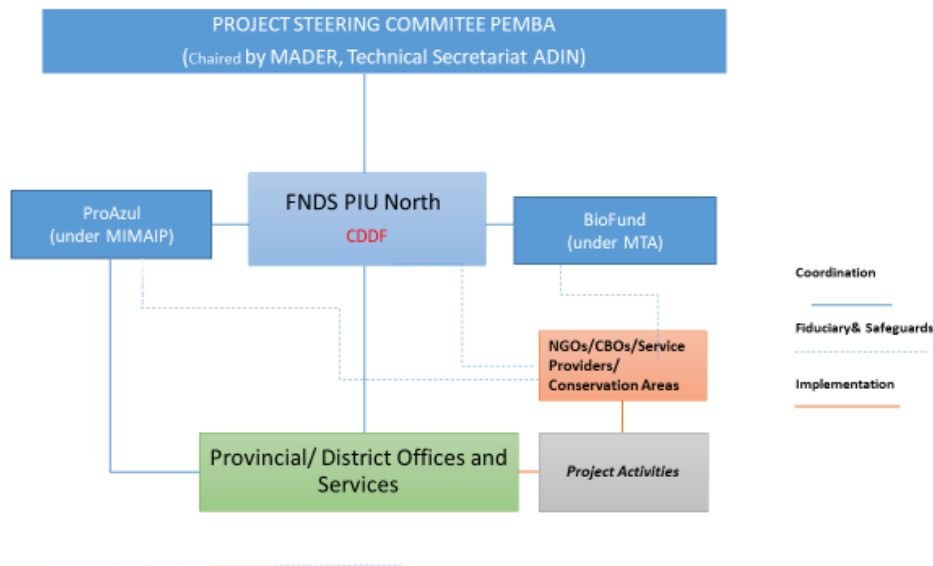


Figura 2 – Arranjo Institucional do MozNorte

Na secção 7 deste QGAS são apresentados detalhes sobre a organização da estrutura para a gestão ambiental e social do MozNorte. Conforme apresentado esquematicamente na figura abaixo, será constituída uma equipa específica para o MozNorte, que irá estabelecer sinergias com a equipa do Projecto de Economia Rural Sustentável (MozRural), a ser também implementado nas províncias de Nampula e Niassa

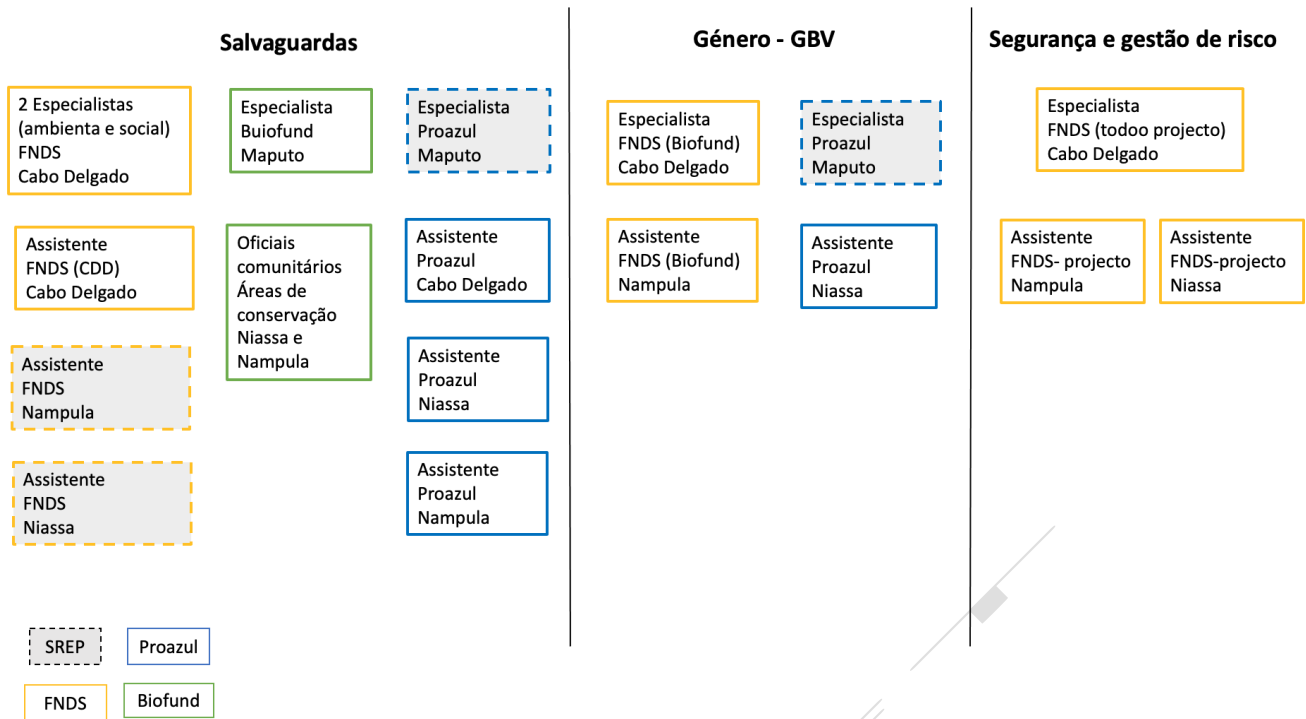


Figura 3 - Estrutura organizacional para a gestão ambiental e social do MozNorte

1.5 Subprojectos não Elegíveis para Financiamentos

Tal como nos projectos anteriores (PERS, Sustenta, MaisPeixe, MozBio e MozFip) os seguintes tipos de subprojectos continuam a não ser elegíveis para financiamento:

- Envolvem a conversão ou degradação significativa de habitats naturais críticos;
- Estão localizados em zonas ecologicamente sensíveis, tais como florestas, zonas húmidas e outras zonas de habitats únicos (quando fora de áreas de conservação);
- Estão localizados em parques nacionais, reservas de vida selvagem, zonas de caça controlada ou reservas florestas; zonas de pesca controladas (desde que não estejam relacionados com a gestão dessas áreas de conservação); Implicam a construção de grandes barragens, tal como definido no Anexo 1 na NAS 4;
- Envolvem subprojectos que necessitem de reassentamentos, em larga escala;
- Envolvem o cultivo ou compra de tabaco ou de drogas; e,
- Envolvam Organismos Genéticos Modificados.

2 Quadro Legal e Institucional de Moçambique

2.1 Quadro Legal e Institucional

Moçambique possui um vasto quadro ambiental e social, apresentando-se na tabela seguinte aqueles que são considerados relevantes para o MozNorte, juntamente com uma breve descrição dos aspectos mais importantes do seu conteúdo.

Tabela 24 – Quadro legal ambiental e social

DIPLOMA	CONTEÚDO E RELEVÂNCIA
AVALIAÇÃO E GESTÃO DE IMPACTO AMBIENTAL	
<i>Lei do Ambiente (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro)</i>	Define as bases legais para o uso e gestão do meio ambiente, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do País. Define a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um instrumento que auxilia o Governo de Moçambique no processo de tomada de decisão sobre a emissão de licenças ambientais para projetos de desenvolvimento. A emissão de uma licença ambiental deve preceder quaisquer outras licenças legais necessárias. Aplicável a todas as actividades públicas ou privadas que podem, directa ou indirectamente, afectar o meio ambiente.
<i>Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto nº 54/2015, de 31 de Dezembro)</i>	Estabelece as normas sobre o processo de avaliação ambiental, nomeadamente o processo de categorização de actividades, o nível e conteúdos dos estudos ambientais requeridos para as diferentes categorias, processo de participação pública, processo de revisão, etapas do licenciamento ambiental (Provisório, de Instalação e de Operação), responsabilidades, inspecções, taxas e sanções.
<i>Regulamento referente a Auditorias Ambientais (Decreto nº 32/2003)</i>	Define a auditoria ambiental como um instrumento objectivo e documentado para a gestão e avaliação sistemática do sistema de gestão e documentação implementado para assegurar a protecção do ambiente. O seu objectivo é avaliar o cumprimento dos processos operacionais e de trabalho com o plano de gestão ambiental, incluindo os requisitos ambientais legais em vigor, aprovados para um determinado projecto.
<i>Regulamento referente a Inspeções Ambientais (Decreto nº 11/2006)</i>	Regulamenta a supervisão, controlo e verificação da conformidade do projecto com as normas de protecção do meio ambiente a nível nacional
<i>Directiva Geral para a Elaboração de Estudos do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 129/2006, de 19 de Julho)</i>	Define o formato, estrutura geral e o conteúdo do relatório de EIA.
<i>Directiva Geral para o Processo de Participação de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho)</i>	Define os princípios básicos, metodologias e procedimentos para o Processo de Participação de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Considera a participação pública um processo interactivo que se inicia na fase de concepção e continua ao longo d ciclo de vida do projecto.
TERRAS E REASSENTAMENTO	
<i>Lei das Terras (Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro) e Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º</i>	Estabelece como princípio principal que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada, em conformidade com a constituição moçambicana.

DIPLOMA	CONTEÚDO E RELEVÂNCIA
66/98, alterado pelo Decreto nº 1/2003);	<p>Define, ao nível do domínio público, zonas de protecção total e parcial, sendo de destacar para este Projecto as seguintes áreas classificadas como zonas de protecção parcial (Art.º 5 a 8):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estradas primárias e a faixa de terreno de 30 metros confinante; - Autoestradas e estradas de quatro faixas e a faixa de terreno de 50 metros confinante; - Instalações e condutores aéreos superficiais (..) de eletricidade, de telecomunicações (..) ao longo da costa e a faixa de terreno de 50 metros confinante para cada lado. <p>No caso de necessidade de restrição do direito de uso e aproveitamento da terra para instalação de infraestruturas de interesse público, a entidade pública ou privada deverá indemnizar o titular do direito, em quantia que represente o efectivo prejuízo pela não utilização da parte afectada, que passará a constituir a servidão, (Art.º 17)</p>
Regulamento de Uso de Estradas e Suas Zonas de Protecção (Decreto nº 109/2014)	Regula o uso das zonas de protecção parcial de estradas, definindo permissões e restrições do seu uso..”
Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial nº181/2010)	<p>Define modalidades de pagamento da indemnização: em dinheiro (numa única prestação) ou em espécie (no caso de edifícios ou construções habitacionais é efectuada através da construção de imóvel equivalente)</p> <p>Define forma de cálculo de indemnização para imóveis (tendo por base a tipologia, importância, qualidade, localização e depreciação) e para plantas (com base na idade, período de crescimento, produção média anual, preço de venda) e culturas anuais (com base na produção por hectare)</p>
Regulamento sobre o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto nº 31/20012, de 8 de Agosto)	<p>Define que o proponente da actividade é responsável pelo desenvolvimento e implementação do plano de reassentamento, além de suportar os custos do processo. A aprovação dos Planos de Reassentamento é da responsabilidade do Governo Distrital (Art.º 9.1) e será precedida da emissão de parecer técnico favorável do sector responsável pelo planeamento territorial ouvidos os sectores da agricultura, administração local e obras públicas e habitação (Art.º 9.2).</p> <p>O Decreto, no Artigo 10, estabelece os Direitos da População Afectada - entendida como aquela que tenha perdido os seus bens (como casas, meios de subsistência e outro tipo de infraestruturas) de ver restabelecido o seu nível de renda e padrão de vida, igual ou superior ao anterior</p>
Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento	Tem por objectivo operacionalizar o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas ao abrigo da alínea c) do artigo 3 do Decreto n.º 31/2012, que aprova o Regulamento sobre o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas.

DIPLOMA	CONTEÚDO E RELEVÂNCIA
<i>(Diploma Ministerial nº 156/2014, de 19 de Setembro)</i>	<p>Durante a elaboração dos Planos de Reassentamento, a CTASR, através das suas Comissões Distritais e Provinciais, faz o acompanhamento de todo o processo, devendo também se pronunciar em relação à escolha do local para o reassentamento, compensações, consultas públicas e implementação de todo o projecto de reassentamento.</p> <p>A directiva técnica define os procedimentos e as etapas a seguir na elaboração do plano de reassentamento. As etapas da elaboração do plano de reassentamento são as seguintes:</p> <p>Fase 1. Relatório de Pesquisa Física e Socioeconómica.</p> <p>Fase 2. Plano de Reassentamento;</p> <p>Fase 3. O Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento.</p>
ORDENAMENTO TERRITORIAL E REASSENTAMENTO	
<i>Lei do Ordenamento Territorial (Lei nº 19/2007, 18 de Julho)</i>	<p>Tem como objectivo garantir a organização da terra nacional e o uso sustentável dos seus recursos naturais; a observância das condições legais, administrativas e culturais; proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento socioeconómico do país; a promoção da qualidade de vida da população; e a protecção e conservação ambiental.</p> <p>“A expropriação por interesse, necessidade ou utilidade pública dá lugar ao pagamento de uma justa indemnização, nos termos da Lei, a ser calculada de modo a compensar, entre outras: a) a perda de bens tangíveis e intangíveis; b) a ruptura da coesão social; c) a perda de bens de produção.” (Art.º 20).</p>
<i>Regulamento da Lei do Ordenamento Territorial (Decreto N.º 23/2008, de 1 de Junho)</i>	<p>A expropriação para efeitos de ordenamento territorial é considerada efectuada por interesse público, quando tiver como objectivo final a salvaguarda de um interesse comum da comunidade, podendo ser declarada nos casos (..) de aquisição de áreas para a implantação de infraestruturas económicas ou sociais com grande impacto social positivo (Art.º 68)</p> <p>A expropriação é sempre precedida de declaração pública do interesse, necessidade ou utilidade pública da área a expropriar (a ser emitida pelo Governo), na qual são indicados os fundamentos que motivam a expropriação. (Art.º 69)</p> <p>A expropriação por interesse, necessidade ou utilidade pública dá sempre lugar ao pagamento de uma justa indemnização, a ser efectuada previamente à transferência da propriedade ou posse dos bens a expropriar. A indemnização deve cobrir não só o valor real e actual dos bens expropriados, à data do pagamento, como também os danos emergentes e os lucros cessantes do proprietário, decorrentes do despojamento do seu património. (Art.º 70)</p>

DIPLOMA	CONTEÚDO E RELEVÂNCIA
<i>Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias (Decreto nº 97/2020)</i>	Condiciona actividades e empreendimentos, na zona costeira à sua compatibilidade com Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e Planos Locais de Ordenamento Territorial e Ambiental
<i>Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial nº181/2010)</i>	<p>Define modalidades de pagamento da indemnização: em dinheiro (numa única prestação) ou em espécie (no caso de edifícios ou construções habitacionais é efectuada através da construção de imóvel equivalente)</p> <p>Define forma de cálculo de indemnização para imóveis (tendo por base a tipologia, importância, qualidade, localização e depreciação) e para plantas (com base na idade, período de crescimento, produção média anual, preço de venda) e culturas anuais (com base na produção por hectare)</p>
<i>Regulamento sobre o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto nº 31/20012, de 8 de Agosto)</i>	<p>Define que o proponente da actividade é responsável pelo desenvolvimento e implementação do plano de reassentamento, além de suportar os custos do processo. A aprovação dos Planos de Reassentamento é da responsabilidade do Governo Distrital (Art.º 9.1) e será precedida da emissão de parecer técnico favorável do sector responsável pelo planeamento territorial ouvidos os sectores da agricultura, administração local e obras públicas e habitação (Art.º 9.2).</p> <p>O Decreto, no Artigo 10, estabelece os Direitos da População Afectada - entendida como aquela que tenha perdido os seus bens (como casas, meios de subsistência e outro tipo de infraestruturas) de ver restabelecido o seu nível de renda e padrão de vida, igual ou superior ao anterior</p>
<i>Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial nº 156/2014, de 19 de Setembro)</i>	<p>Tem por objectivo operacionalizar o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas ao abrigo da alínea c) do artigo 3 do Decreto n.º 31/2012, que aprova o Regulamento sobre o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas.</p> <p>Durante a elaboração dos Planos de Reassentamento, a CTASR, através das suas Comissões Distritais e Provinciais, faz o acompanhamento de todo o processo, devendo também se pronunciar em relação à escolha do local para o reassentamento, compensações, consultas públicas e implementação de todo o projecto de reassentamento.</p> <p>A directiva técnica define os procedimentos e as etapas a seguir na elaboração do plano de reassentamento. As etapas da elaboração do plano de reassentamento são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fase 1. Relatório de Pesquisa Física e Socioeconómica. Fase 2. Plano de Reassentamento; Fase 3. O Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento.

BIODIVERSIDADE	
<i>Lei da Conservação da Biodiversidade (Lei nº 16/2014, alterada pela Lei nº 5/2017, de 11 de Maio.)</i>	<p>Estabelece os princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação, restauração e utilização sustentável da diversidade biológica nas áreas de conservação, bem como o enquadramento de uma administração integrada, para o desenvolvimento sustentável do país.</p> <p>Define tipologias de áreas de conservação</p> <p>Define que cada área de conservação deve ter um Plano de Maneio que constitua um guia de gestão. Estes planos são documentos oficiais (equiparados aos planos de ordenamento territorial).</p> <p>Define ainda responsabilidades pela recuperação e restauração da diversidade biológica, infrações e penalizações.</p>
<i>Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro (Decreto nº. 45/2006)</i>	<p>Estabelece bases legais para a protecção e conservação das áreas que constituem domínio público marítimo, lacustre, fluvial, praias e ecossistemas frágeis.</p> <p>Protege as terras húmidas e mangais, proibindo descargas de poluentes nos rios ou terras húmidas, queimadas não controladas ou desenvolvimento de qualquer actividade que envolva a alteração substancial do regime hidrológico destas áreas (Artº 65).</p> <p>A construção de infraestruturas em zonas de protecção parcial associadas a corpos de águas, só deverá ser efectuada mediante observância de normas e padrões de qualidade ambiental e paisagística em vigor. No caso dos ecossistemas frágeis (incluindo mangais), é apenas permitida mediante a obtenção de licença especial e respeito pela legislação ambiental (Artº 67)</p>
<i>Lei das Florestas e Fauna Bravia (Lei n.º 10/99, de 7 de Julho) e Regulamento da Lei das Florestas e Fauna Bravia (Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho, alterado pelo Decreto n.º 11/2003.)</i>	<p>Estabelece o regime jurídico aplicável ao conjunto dos valores e recursos naturais existentes no território moçambicano e nas águas sob a sua jurisdição.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O derrube de árvores requer pedido de autorização (Art.º 105) - Não é permitido o uso de queimada de floresta (Art.º 106) <p>Anexo II apresenta lista de animais protegidos, cuja caça não é permitida</p>
<i>Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas Invasivas (Decreto n.º 25/2008, de 1 de Julho)</i>	<p>Estabelece normas legais que impeçam a introdução de espécies exóticas evasivas que ameaçam os ecossistemas, habitats ou espécies do seu território, na medida que compreendem o controlo e a eliminação de tais espécies.</p> <p>É proibida a realização de actividades restringidas envolvendo espécies exóticas invasivas, sem prévia autorização (Art.º 8)</p>
DESASTRES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
<i>Lei de Gestão e Redução de Risco de Desastres (Lei nº 10/2020) e Regulamento de Gestão e redução de Risco de Desastres (Decreto nº 76/2020)</i>	<p>Preconiza a resiliência climática e define resposta em caso de desastre</p> <p>Estabelece o regime jurídico da gestão do risco das calamidades, compreendendo a prevenção e mitigação dos efeitos destruidores das calamidades, o desenvolvimento de acções de socorro e assistência, bem como as acções de reconstrução e recuperação das áreas afectadas</p>

	Inclui no conceito calamidade a) cheias; b) inundações; c) seca; d) ciclones; e) incêndios; f) queimadas; g) epidemias; h) erosão; i) aluimentos de terras; j) derrames de hidrocarbonetos.
RECURSOS HÍDRICOS	
<i>Lei de Águas</i> (Lei nº 16/91, de 3 de Agosto)	<p>Estabelece os princípios de gestão dos recursos hídricos de águas interiores, zonas de protecção, princípio do utilizador-pagador e do poluidor-pagador</p> <p>É proibido efectuar directa ou indirectamente despejos que contaminem as águas ou acumular resíduos sólidos, desperdícios de quaisquer substâncias que contaminem ou criem perigo de contaminação de águas (Art.º53)</p>
<i>Regulamento de Licenças e Concessões de Águas</i> (Decreto n.º 43/2007, de 30 de Outubro)	<p>Estabelece princípios e procedimentos para atribuição de licenças e concessões de uso de águas interiores.</p> <p>Os pedidos de uso e aproveitamento privativo da água ou despejo de efluentes serão submetidos a decisão da Administração Regional de Águas (Art.º 22 e 24).</p>
<i>Regulamento de Pesquisa e Exploração de Águas Subterrâneas</i> (Decreto nº 18/2012)	<p>Estabelece princípios e procedimentos para autorização de pesquisa e licenciamento de perfuração para captação de águas subterrâneas</p> <p>Estabelece que as actividades de perfuração só podem ser realizadas por empreiteiros habilitados para o efeito (Art. 25º)</p> <p>É obrigatório efectuar o registo da captação na Administração Regional de Águas territorialmente competente (Artigo 37º).</p>
QUALIDADE DO AMBIENTE	
<i>Lei do Ambiente</i> (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro)	<p>Estabelece o quadro legal em matéria de ambiente.</p> <p>Limita a “produção, o depósito no solo e no subsolo e o lançamento na água ou para a atmosfera, de quaisquer substâncias tóxicas e poluidoras, assim como a prática de actividades que acelerem a erosão, a desertificação, a deflorestação ou qualquer outra forma de degradação do ambiente” aos limites legalmente estabelecidos (Artigo 9).</p>
<i>Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes</i> (Decreto nº 18/2004, 15 de Setembro, alterado pelo Decreto nº 67/2010, 31 de Dezembro)	<p>Define os padrões de qualidade do ar e de emissão de poluentes para fontes fixas e móveis (SO₂, NO₂, CO, O₃, partículas totais suspensas, poluentes inorgânicos e orgânicos carcinogénicos e substâncias com propriedades odoríficas – ver no Anexo 1 deste relatório os padrões relevantes para o presente Projecto) e os parâmetros fundamentais que devem caracterizar a qualidade do ar^{3,4}</p> <p>Define padrões de emissão de efluentes líquidos industriais e domésticos</p>

³ O Regulamento não estabelece normas de qualidade para materiais particulados inaláveis com diâmetro igual ou inferior a 10 µm (PM10) e com diâmetro igual ou inferior a 2,5 µm (PM2,5).

⁴ O Regulamento remete os padrões de emissão de ruído para diploma ministerial a publicar, o que ainda não aconteceu até à presente data.

	Define padrões de qualidade da água do corpo receptor ⁵
<i>Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro (Decreto nº. 45/2006)</i>	<p>Estabelece bases legais para a protecção e conservação das áreas que constituem domínio público marítimo, lacustre, fluvial, praias e ecossistemas frágeis.</p> <p>Protege as terras húmidas e mangais, proibindo descargas de poluentes nos rios ou terras húmidas, queimadas não controladas ou desenvolvimento de qualquer actividade que envolva a alteração substancial do regime hidrológico destas áreas (Artº 65).</p> <p>A construção de infraestruturas em zonas de protecção parcial associadas a corpos de águas, só deverá ser efectuada mediante observância de normas e padrões de qualidade ambiental e paisagística em vigor. No caso dos ecossistemas frágeis (incluindo mangais), é apenas permitida mediante a obtenção de licença especial e respeito pela legislação ambiental (Artº 67)</p>
<i>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Perigosos (Decreto nº 83/2014, de 31 de Dezembro)</i>	<p>Estabelece o quadro legal sobre a gestão de resíduos perigosos.</p> <p>Os resíduos sólidos perigosos deverão ser segregados de acordo com as classes definidas no regulamento, devendo cada entidade produtora ou manuseadora, dispor no mínimo de condições técnicas para o acondicionamento dos resíduos na sua posse (Ar. 13). A recolha dos resíduos sólidos perigosos é da exclusiva responsabilidade das entidades produtoras (Art.15). Os resíduos sólidos perigosos só poderão ser movimentados para fora das instalações das entidades por operadores de transporte previamente certificados para o efeito (Art.º. 16)</p>
<i>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Urbanos (Decreto nº 94/2014, de 31 de Dezembro)</i>	<p>Estabelece o quadro legal sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos e resíduos industriais e hospitalares, equiparados aos urbanos, sendo aplicada a todas as pessoas singulares e colectivas, públicas e privadas.</p> <p>São obrigações dos produtores e transportadores (Art.º 11): a) Minimizar a produção de resíduos sólidos urbanos; b) Capacitar os trabalhadores envolvidos no manuseamento de resíduos sem matéria de saúde, segurança ocupacional e ambiente; c) Garantir a segregação e acondicionamento dos resíduos em diferentes categorias de acordo com o disposto no artigo 14 do presente Regulamento; d) Garantir o tratamento dos resíduos sólidos urbanos antes da sua deposição final adequada; e) Garantir a protecção de todos os trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos sólidos urbanos contra acidentes e doenças resultantes da sua exposição ao risco de contaminação; f) Garantir que o transporte de resíduos seja efectuada de modo adequado, assegurando que não haja dispersão dos resíduos sólidos urbanos ao longo do percurso até ao local de tratamento ou destino final; g) Garantir que a eliminação dos resíduos, dentro e fora do local de produção, não tenha impacto negativo sobre o ambiente ou sobre a saúde e segurança públicas; h) Manter um registo anual minucioso das proveniências, quantidades</p>

⁵ A legislação Moçambicana não estabelece objectivos ambientais de qualidade mínima das águas superficiais nem critérios de qualidade das águas doces superficiais destinadas à produção de água para consumo humano.

	e tipos de resíduos manuseados, transportados, tratados, valorizados ou eliminados.
<i>Diploma Ministerial 153/2002 de 11 de Setembro de 2002 (Regulamento de Pesticidas)</i>	<p>Ele exige que o uso de pesticidas seja objecto de registo anterior junto do Ministério da Agricultura. O Ministério da Saúde estabelece os níveis permitidos de resíduos de pesticidas em alimentos com base nas directrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).</p> <p>Dependendo do seu nível de toxicidade, os pesticidas devem ser claramente rotulados e identificados e codificados com recurso a cores. Em conformidade com o respectivo regulamento (54/2015) uso, armazenamento, manuseio, venda e remoção ou destruição de pesticidas podem estar sujeitos a licenciamento ambiental.</p>
<i>Regulamento de Gestão de Pesticidas (Decreto nº 6/2009 de 31 de Março)</i>	Aplica-se ao registo, produção, doação, comércio, importação, exportação, embalagem, armazenamento, transporte, manuseamento, utilização e eliminação de pesticidas e adjuvantes, por pessoas individuais ou colectivas, para fins agrícolas, de criação de animais, florestais, de protecção da saúde pública, domésticos e outros.
LABORAL, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL	
<i>Lei de Trabalho (Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto)</i>	Define os princípios gerais e estabelece o regime jurídico aplicável às relações individuais e colectivas de trabalho subordinado (nacionais e ou estrangeiros), prestado por conta de outrem e mediante remuneração.
<i>Regulamento Sobre Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais (Decreto nº 62/2013, de 3 de Junho)</i>	Estabelece regime jurídico de acidentes de trabalho e doenças profissionais, aplicável aos trabalhadores nacionais e estrangeiros por conta de outrem.
<i>Lei de Protecção dos trabalhadores com HIV/SIDA (Lei nº 05/2002)</i>	Estabelece os princípios gerais que visam assegurar que todos os empregados e candidatos a emprego não sejam discriminados no local de trabalho ou quando se candidatam a empregos, por estes serem suspeitos ou por terem HIV/SIDA. O artigo 8 estabelece que o trabalho, em conexão com a sua ocupação profissional, além da compensação a que tem direito, tem garantia de assistência médica adequada para aliviar seu estado de saúde, de acordo com a lei do trabalho e demais legislação aplicável, custeados pelo empregador.
<i>Lei de Protecção a Pessoa, Trabalhador ou Candidato ao Emprego convivendo com HIV/SIDA (Lei nº 19/2014 de 27 de Agosto)</i>	Estabelece os direitos e deveres das pessoas, trabalhadores ou candidatos a emprego vivendo com HIV/SIDA, incluindo pessoas em risco de contaminação como o pessoal médico. O artigo 47 preconiza que o trabalhador ou candidato ao emprego com HIV/SIDA não deve ser discriminado por sua condição de seropositivo, devendo-se assegurar o princípio de igualdade de direitos e oportunidades. O artigo 53 estabelece a obrigatoriedade da entidade empregadora na manutenção da assistência ao trabalhador seropositivo.

<i>Regulamento Sobre Inspeção Geral do Trabalho (Decreto nº 45/2009)</i>	Estabelece as regras relativas às actividades de inspecção, no âmbito do controlo da legalidade do trabalho. O ponto 2 do Artigo 4 prevê responsabilidades do empregador em matéria de prevenção de riscos de saúde e segurança profissional para o empregado.
PROTECÇÃO SOCIAL	
<i>Lei da Família (Lei nº 10/2004)</i>	Reitera a igualdade de género e prevê que tanto as mulheres como os homens têm direitos de administrar a propriedade conjugal e têm direitos iguais de transferir e herdar propriedade. reitera a igualdade de género e prevê que tanto as mulheres como os homens têm direitos de administrar a propriedade conjugal e têm direitos iguais de transferir e herdar propriedade.
<i>Lei da Protecção Social (Lei nº4/2007)</i>	Compreende três categorias de protecção social: Protecção Social Básica, Obrigatória e Complementar. A Protecção Social Básica envolve principalmente programas de rede de segurança social, incluindo transferências sociais e outros programas de assistência, programa de trabalhos públicos com uso intensivo em mão-de-obra, alimentação escolar e intervenções para facilitar o acesso aos serviços de saúde e nutrição. A Protecção Social Obrigatória (mecanismos de seguro social) é actualmente muito limitada na cobertura. Enquanto à Protecção Social Complementar (para os trabalhadores auto empregues) ainda está por ser desenvolvida.
<i>Lei de Prevenção e Combate a Uniões Prematuras (Lei nº 19/2019)</i>	Define a idade legal para o casamento como sendo de 18 anos, a partir da qual uma nova família pode ser legalmente constituída. Isto é relevante para os direitos à habitação e para a estimativa do crescimento orgânico das populações afectadas pelos projectos.
<i>Lei sobre Violência contra a Mulher (Lei nº 29/2009)</i>	Criminaliza a violência com base no género e a violência doméstica (Artigo 1º) e a considera um crime público (Artigo 21º). A lei reconhece a violação no seio do casamento pelo esposo e a penaliza (Artigo 17º). Assim como penaliza com penas de até 12 anos de prisão o envolvimento sexual com conhecimento de possuir uma doença infecciosa (Artigo 18º)
<i>Código Penal</i>	O artigo 46 do novo Código Penal (CP) declara as crianças dos 0 aos 16 anos como sendo inimputáveis. As crianças entre os 16 e os 18 anos são consideradas como tendo inimputabilidade relativa, sendo-lhes aplicável a pena máxima de 8 anos de prisão (artigo 134 do CP). Os menores entre 18 e 21 anos podem ser condenados a uma pena máxima de 12 anos de prisão (Artigo 133 do CP).
PATRIMÓNIO CULTURAL	
<i>Lei do Património Cultural (Lei nº 10/88)</i>	Foi formulada para proteger legalmente bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, sendo, o património cultural definido como o "grupo de activos materiais e não materiais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural de Moçambique". Bens culturais materiais incluem: monumentos, grupos de edifícios com histórico, artístico ou científico importância, lugares ou locais (com

	<p>arqueológico, histórico, estético, o interesse etnológico ou antropológico) e elementos naturais (formações físicas e biológicas com particular interesse a partir da estética ou científica ponto de vista).</p> <p>“Qualquer pessoa que encontre lugares, construções, objectos ou documentos susceptíveis de serem classificados bens do património cultural, esta deve comunicá-lo à autoridade administrativa mais próxima (Art.º 13)</p>
<p><i>Regulamento de Protecção do Património Arqueológico</i> (Decreto nº 27/94, de 20 de Julho)</p>	<p>Tem por objecto a protecção das diferentes categorias de bens materiais móveis e imóveis, que pelo seu valor arqueológico, são bens do património cultural de Moçambique.</p> <p>“O autor de qualquer descoberta fortuita de elementos arqueológicos, deve comunicar com um prazo de 48 horas à autoridade local, que notificará os órgãos competentes pela cultura, com a maior brevidade possível, e tomar as medidas apropriadas para a protecção dos referidos elementos.” (Art.º 10)</p> <p>“Todos projectos que impliquem obras de escavação, remoção ou alargamento de terras, ou a remoção de objectos submersos ou soterrados nomeadamente deverão incluir trabalhos de prospecção arqueológica preliminar e de arqueologia de salvaguarda, na área abrangida pelas obras, devendo incluir para tal efeito no respectivo orçamento uma dotação não inferior a 0,5 por cento do custo total das obras.” (Art.º 12)</p>

Para o presente QGAS, merece especial destaque a legislação relativa ao Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, que se apresenta em seguida com maior pormenor.

Adicionalmente, para as actividades da Componente 1 são de realçar os dispositivos legais relacionados com (i) zonas de protecção total e parcial definidos pela Lei de terras; (ii) ecossistemas costeiros protegidos pelo Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro; (iii) floresta e fauna bravia protegida pela Lei das Florestas e Fauna Bravia. Merecem também atenção os diplomas legais relativos ao uso da água e o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes e os regulamentos relativos à gestão de resíduos sólidos e gestão de pesticidas. Por fim, os diplomas relacionados com os desastres naturais e mudanças climáticas, a regulamentação sobre reassentamento e a sobre a protecção do património cultural.

Para a Componente 2 a Lei de Florestas e Fauna Bravia, a Lei de Terras e sua regulamentação e a Lei da Conservação da Biodiversidade, constituem os dispositivos legais chave a ter em atenção, bem como o Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro, que protege designadamente os mangais.

Todas as actividades devem ter em consideração a legislação laboral e de saúde ocupacional e o quadro legal relativo à protecção social, nomeadamente a Lei sobre Violência contra a Mulher.

2.1.1 Processo de Avaliação de Impacto Ambiental

De acordo com a Lei do Ambiente (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro), o processo de Avaliação de Impacto Ambiental⁶ (AIA) é um instrumento de apoio à Autoridade Ambiental no processo de tomada de decisão sobre a emissão de licenças ambientais para projetos de desenvolvimento, sendo que a emissão da licença ambiental deve preceder quaisquer outras licenças legais necessárias.

O Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (PAIA) está regulamentado pelo Decreto nº 54/2015, de 31 de Dezembro, através do Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Este regulamento estabelece as normas sobre o processo de avaliação ambiental, nomeadamente o processo de categorização de actividades, o nível e conteúdos dos estudos ambientais requeridos para as diferentes categorias, processo de participação pública, processo de revisão, etapas do licenciamento ambiental (Provisório, de Instalação e de Operação), responsabilidades, inspecções, taxas e sanções.

O PAIA tem início com a Pré-Avaliação da actividade, pela Autoridade de Avaliação de Impacto Ambiental, tendo por base informação sobre a actividade proposta e sobre a sensibilidade ambiental e social da área proposta para implantação. Esta informação é fornecida pelo proponente, na designada Instrução do Processo, a ser submetida à Autoridade Ambiental Provincial com jurisdição na área proposta para implantação.

Na sequência da Pré-Avaliação a actividade proposta é categorizada ou rejeitada. No Quadro seguinte apresentam-se as categorias consideradas no processo de AIA.

Tabela 32 – Lista de Categorias de projectos conforme Decreto nº 54/2015

Categoria A+	Acções que devido à sua complexidade, localização e/ou irreversibilidade e magnitude dos impactos, merecem não só um elevado nível de vigilância social e ambiental, mas também o envolvimento de especialistas nos processos de AIA
Categoria A	Acções que afectam significativamente seres vivos e áreas ambientalmente sensíveis e os seus impactos são de maior duração, intensidade, magnitude e significância
Categoria B	Acções que não afectam significativamente seres vivos, nem áreas ambientalmente sensíveis, comparativamente às actividades de Categoria A.
Categoria C	Acções que provocam impactos negativos negligenciáveis, insignificantes ou mínimos.

Na tabela seguinte apresentam-se as categorias indicativas de possíveis subprojectos do MozNorte, de acordo com os anexos II, III e IV do RAIA. Refira-se, contudo, que de acordo com os Artºs 8 e 9 do RAIA, o conteúdo destes anexos não constitui o único critério de pré-avaliação por parte da

⁶ É de destacar, que no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental, o termo “ambiente” integra questões dos meios físico, biótico e socio-económico.

Autoridade Ambiental, sendo também considerados critérios relacionados com a sensibilidade da área de implantação, as características do projecto propostos e os potenciais impactos.

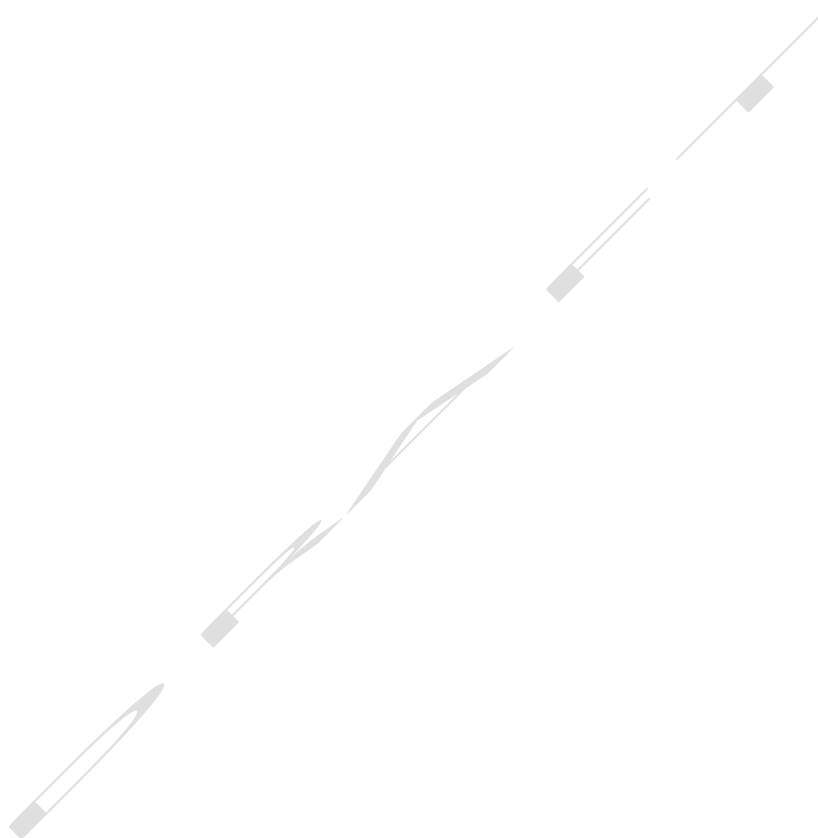


Tabela 43 - Categoria indicativa de AIA por tipo de projecto para possíveis subprojectos do MozNorte, conforme Anexos II, III e IV do RAIA

Tipo de subprojecto	Categoria		
	A	B	C
Principais subprojectos			
Agricultura			
Subdivisão de terras para agricultura em áreas superiores a 350ha (com irrigação) e 100ha (sem irrigação)	x		
Introdução de novas culturas ou espécies exóticas	x		
Sistema de irrigação com área individual ou cumulativa entre 50 a 100 ha			x
Pecuária			
Actividade de pecuária intensiva de mais de: <ul style="list-style-type: none"> • 50.000 animais de capoeira/ano; • 1.500 porcos machos e/ou 100 porcos fêmeas reprodutoras/ano; • 500 bovinos/ano em área individual ou acumulada de 1000ha (menor, igual ou maior que) 	x		
Actividade de pecuária extensiva de gado com mais de: <ul style="list-style-type: none"> • 500 bovinos/ano em área de 2000ha (4ha/animal) (menor, igual ou maior do que) • 2000 animais/ano (pequenos ruminantes - cabras e ovelhas) 	x		
Produção de aves de capoeira - 1000-1500 animais/ano		x	
Produção de aves de capoeira - 1000 animais/ano			x
Silvicultura e Produtos Florestais			
Limpeza de vegetação (vegetação indígena), sub-divisão e exploração em áreas superiores a 100ha	x		
Todas as actividades de desflorestação superiores a 50ha e reflorestação e florestamento em áreas superiores a 250ha	x		
Pesca e Aquacultura			
Actividades de pesca industrial que colocam maior pressão sobre os recursos pesqueiros	x		
Actividades de aquacultura com produção superior a 100t/ano	x		
Processamento (vegetal e animal)			
Indústria de processamento de pescado		x	
Carpintaria doméstica e marcenaria			x
Áreas de Conservação			
Actividades em áreas de conservação propostas pela própria entidade gestora da área de conservação, destinada a melhorar a sua gestão.		x	
Obras de construção civil / infraestruturas			
Edifícios		x	
Estradas principais fora das zonas urbanas	x		
Pontes com mais de 100m	x		
Condutas com diâmetro superior a 0,5m e superior a 10kms	x		
Abastecimento de água, saneamento e eliminação de efluentes		x	
Limpeza de vegetação (vegetação indígena) em áreas de 100-200 ha		x	

Na figura seguinte sintetiza-se o processo de AIA, indicando os estudos requeridos por categoria de actividade, os prazos para entrega de documentos à Autoridade de Avaliação Ambiental e os prazos que esta tem para a comunicação da decisão.

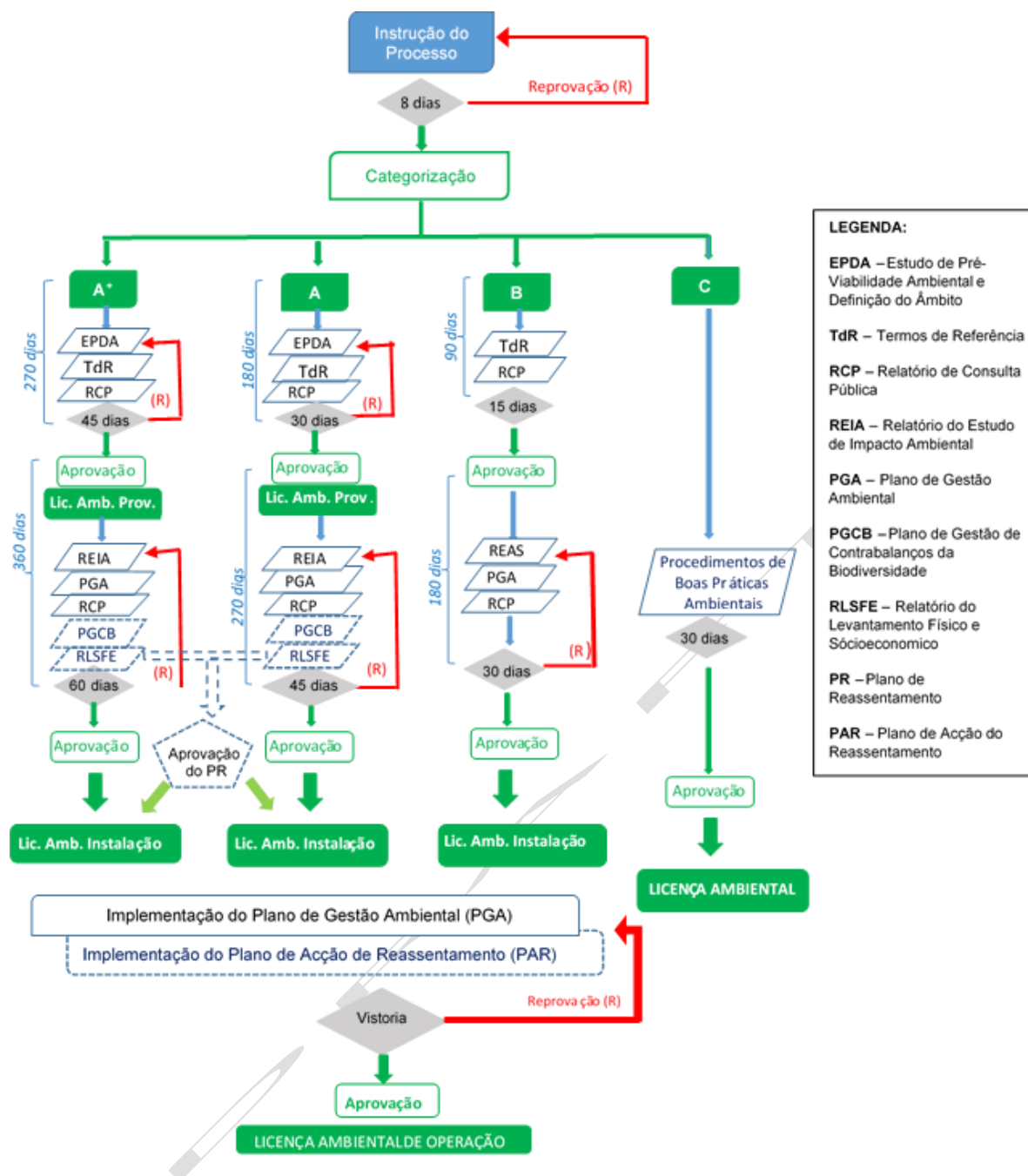


Figura 4: Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (interpretado do Decreto 54/2015)

Conforme se observa na figura, as actividades classificadas com as Categorias A+ e A requerem a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), enquanto que para a Categoria B é requerido um Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e na Categoria C, um Guia de Boas Práticas Ambientais.

O EIA é precedido de um Estudo de Pré-Avaliação de Impacto Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência para o EIA. O EPDA compreende uma avaliação preliminar, que tem como objectivo, identificar os potenciais impactos, os aspectos que deverão ser estudados de forma mais detalhada (em estudos especializados) e verificar se existe alguma falha fatal que ponha em causa a viabilidade ambiental e/ou social do projecto. O EPDA inclui os termos de referência, a serem seguidos na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. Tanto o Relatório do EPDA, como do EIA, são objecto de um processo de participação

pública, que é documentado num Relatório do Processo de Participação Pública (PPP) a ser submetido à Autoridade Ambiental, juntamente com os relatórios de EPDA e de EIA, respectivamente. A aprovação do EPDA possibilita a emissão de uma Licença Ambiental Provisória, enquanto a aprovação do EIA conduz à Licença Ambiental de Instalação (desde que seja também apresentado o Plano de Reassentamento, nos casos em que tal seja requerido). A Licença Ambiental de Instalação permite que sejam desenvolvidas actividades de construção da actividade proposta, mas o início da operação está condicionado à emissão da Licença de Operação, após verificação do cumprimento integral do EIA e total implementação do Plano de Reassentamento.

No caso de actividades classificadas com a categoria B, é requerida a preparação de um Estudo Ambiental Simplificado, contendo um Plano de Gestão Ambiental, elaborados de acordo com Termos de Referência previamente submetidos e aprovados pela Autoridade Ambiental, de nível provincial.

As actividades classificadas com a Categoria C são isentas da realização de estudos de avaliação de impacto ambiental (EIA ou EAS), sendo, contudo, solicitada a apresentação de um Manual de Boas Práticas Ambientais, sendo a licença emitida apenas após a respectiva aprovação e pagamento da taxa de licenciamento ambiental.

O Processo de AIA constitui um instrumento de apoio à decisão, sobre a viabilidade ambiental e social das actividades. Em qualquer uma das fases do processo, que precedem a emissão de Licença de Instalação, a Autoridade de Avaliação Ambiental poderá questionar a viabilidade ambiental e social e solicitar alterações ao projecto ou mesmo rejeitá-lo.

Tanto os EIAs, como o EASs e os PGAs, devem ser elaborados tendo em consideração directivas complementares existentes sobre o Processo de AIA, tais como a Directiva Geral para a Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (Despacho nº 129/06, 19 de Julho) e a Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no Processo de AIA (Diploma Ministerial nº130/2006, de 19 de Julho).

A Autoridade Ambiental, com responsabilidades na avaliação de impacto ambiental e no licenciamento ambiental está sob a tutela do Ministério da Terra e Ambiente (MTA). O MTA foi criado em Janeiro de 2020, sendo responsável por dirigir, planificar, coordenar, controlar e assegurar a execução das políticas nos domínios de Administração e Gestão de Terra e Geomática, Florestas e Fauna Bravia, Ambiente, Mudanças Climáticas e Áreas de Conservação.

Para a execução dos seus objectivos e competências, este Ministério encontra-se organizado em diferentes áreas de actividade distribuídas em diferentes direcções, das quais as seguintes são consideradas relevantes para o presente QGAS

- Direcção Nacional do Ambiente (DINAB), que tem de entre várias funções a responsabilidade de promover a gestão ambiental, integrada e sustentável das áreas marinhas e costeiras, rurais e urbanas, estabelecer normas, directrizes e procedimentos para a elaboração e planos de gestão ambiental dos projectos de desenvolvimentos socioeconómico e promover a conservação ambiental;
- Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial, que tem atribuições nos domínios de Administração e Gestão de Terras, Ordenamento do Território e Reassentamento
- Direcção Nacional de Florestas (DINAF) com responsabilidades nas áreas de gestão sustentável dos recursos florestais (incluindo promoção da participação comunitária), repovoamento florestal, implementação de sistemas de gestão e informação florestal.
- Direcção Nacional de Mudanças Climáticas promover a integração da temática mudanças climáticas nas políticas, estratégias, planos e programas de desenvolvimento, assim como nos processos de planificação.

O MTA possui direcções provinciais estabelecidas em todas as capitais provinciais. As Direcções Provinciais, denominadas Direcções Provinciais da Terra e Ambiente são responsáveis pela revisão e decisão sobre os

relatórios de TdR específicos de EAS e sobre os procedimentos de boas práticas de gestão ambiental; a emissão de Licenças Ambientais para as actividades de categoria B e C; aprovar PGA para todos os projectos mineiros classificados como de categoria B, nos termos do Regulamento Ambiental para a Actividade Mineira. O nível de organização e a capacidade variam de província para província, mas no geral é relativamente fraco, pois tem falta de recursos humanos, financeiros e materiais, que limitam acima de tudo as actividades de inspecção. Ao nível Distrital, o papel da DPTA é realizado pelo Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI).

É de referir que existem limitações na capacidade institucional, principalmente ao nível da fiscalização do desempenho ambiental, quer por parte do MTA, como da AQUA, principalmente ao nível provincial e distrital.

Em anteriores projectos implementados pelo FNDS, com financiamento do Banco Mundial (Sustenta e MozBio), procurou-se colmatar esta lacuna através de uma equipa de especialistas de salvaguardas ambientais e sociais integrada na estrutura organizacional do FNDS, apoiada por assistentes baseados nas UIPs provinciais.

Desde 2020, esta equipa foi transferida para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), para o Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambientais, que está sob subordinação directa do Ministro⁷.

O Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambientais tem como funções:

- a) Estabelecer políticas e estratégias de salvaguardas sociais e ambientais para prevenir ou minimizar qualquer impacto social ou ambiental adverso nas actividades desenvolvidas no sector agrário*
- b) Prestar assistência por forma a garantir que as actividades do sector agrário estejam em conformidade com os princípios básicos e as directrizes de políticas de salvaguardas social e ambiental, em prol do desenvolvimento rural,*
- c) Identificar e propor ajustes e melhoria nas políticas, directrizes e salvaguardas sociais nos padrões de vida das comunidades rurais;*
- d) Promover, no seu âmbito ou em colaboração com os demais sectores, a divulgação de boas práticas que contribuam para a melhor conformidade social e ambiental*
- e) Assegurar a implementação da política de género no sector agrário;*
- f) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente estatuto e demais legislação aplicável.*

2.2 Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial

Em 2018, o Grupo Banco Mundial publicou o seu Quadro Ambiental e Social que compreende a sua Visão e Política Ambiental e Social para o Financiamento de Projectos de Investimento, complementadas por um conjunto de dez Normas Ambientais e Sociais (NAS), designadamente:

NAS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

NAS2: Mão de obra e Condições de Trabalho

NAS3: Eficiência de Recursos, Prevenção e Gestão da Poluição

NAS4: Saúde e Segurança Comunitária

NAS5: Aquisição de Terras, Restrições ao Uso da Terras e Reassentamento Involuntário

NAS6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

⁷ Estatuto orgânico do MADER aprovado pela Resolução 3/2020, de 13 de Março

NAS7: Povos Indígenas/Comunidades Locais, Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana - Não relevante para o projeto

NAS8: Patrimônio Cultural

NAS9: Intermediários Financeiros - não relevante para o projeto

NAS10: Envolvimento das Partes interessadas e Divulgação de informações

De acordo com o Quadro Ambiental e Social, os riscos ambientais e sociais dos projectos são classificados tendo em consideração a sua tipologia, localização, sensibilidade e dimensão do projeto; a natureza e a magnitude dos potenciais riscos e impactos socioambientais; e a capacidade e compromisso do Mutuário (incluindo quaisquer outras entidades que possam ser responsáveis pelo projeto) para gerir os riscos e impactos socioambientais de modo consistente com as NAS. A classificação inclui quatro categorias de risco: *Alto Risco*, *Risco Substancial*, *Risco Moderado* ou *Baixo Risco*. A classificação do risco será regularmente analisada, mesmo durante a fase de implementação.

O presente projecto foi classificado como de risco ambiental e social Alto, devido aos riscos sociais relacionados com as situações de grande vulnerabilidade, conflitos comunitários e a dinâmica social incerta derivada dos conflitos armados na região.

A NAS 1 estipula que no caso de *projetos que envolvam múltiplos subprojetos pequenos, que são identificados, preparados e implementados ao longo da vida do projeto, o Banco analisará a adequação dos requisitos ambientais e sociais nacionais aplicáveis aos subprojetos e avaliará a capacidade do Mutuário de gerir os riscos e impactos socioambientais destes, conforme estipulado no parágrafo. Quando necessário, o projeto incluirá medidas para fortalecer a capacidade do Mutuário.*

O Banco exigirá que o Mutuário realize uma avaliação ambiental e social adequada dos subprojetos e que os prepare e implemente do seguinte modo:

(a) Subprojetos de Alto Risco, de acordo com as NAS;

(b) Subprojetos de Risco Substancial, Risco Moderado e Baixo Risco, de acordo com a legislação nacional e quaisquer requisitos das NAS que o Banco considere relevantes para o subprojeto.

Se a classificação de risco de um subprojeto for alterada para uma classificação mais elevada, o Mutuário aplicará os requisitos relevantes das NAS³¹ conforme acordado com o Banco. As medidas e ações acordadas serão incluídas no PCAS e serão monitorizadas pelo Banco.

Para o presente Projecto não são aplicáveis as NAS7 e 9. Relativamente a NAS7, essa norma é avaliada como não sendo relevante, pois não há grupos vulneráveis ou marginalizados identificados com identidades e aspirações distintas das dos grupos dominantes, como definido sob a definição de Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana na área de influência do projeto. Relativamente a NAS9 – Intermediários Financeiros, essa norma não é relevante, pois o projeto não terá nenhum intermediário financeiro. Vale registrar que nos estágios iniciais de preparação do projeto, o envolvimento dos bancos comerciais como intermediários financeiros foi contemplado, mas eventualmente abandonado do desenho financeiro final do projeto

Na tabela seguinte são apresentadas as NAS consideradas relevantes, os seus principais objectivos e identificados os instrumentos ambientais e sociais desenvolvidos na Fase de Preparação (FP) do Projecto ou que serão desenvolvidos na Fase de Implementação (FI).

De referir que em complemento às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial deverão ser ainda utilizadas as directrizes gerais do Grupo Mundial sobre Ambiente, Saúde e Segurança (General Environment, Health and Safety Guidelines - EHSGs), bem como directrizes específicas do Grupo Banco Mundial, para actividades

abrangidas pelo MozNorte, tais como Produção Anual de Culturas, Produção Perene de Culturas, Aquacultura, Produção de Mamíferos, Produção Avícola, Processamento de Pescado e Produção florestal⁸

Tabela 54— Padrões Ambientais e Sociais (NAS), (WB, 2016)

NAS1: Avaliação e Gestão de Risco e Impactos Ambientais e Sociais	Instrumentos Ambientais e Sociais
<p>Identificar, avaliar e gerir os riscos e impactos ambientais e sociais</p> <p>Adoptar a hierarquia de mitigação</p> <p>Adoptar medidas diferenciadas para que impactos negativos não caiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis</p> <p>Utilizar de instituições, sistemas, leis, regulamentos e procedimentos ambientais e sociais nacionais, sempre que apropriado</p> <p>Promover de um melhor desempenho ambiental e social, de maneira a reconhecer e aprimorar a capacidade do Mutuário.</p>	<p>FP - Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)</p> <p>FP - Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS)</p> <p>FI – Triagem Ambiental e Social dos subprojectos; preparação de instrumentos de avaliação e gestão de risco e impacto; monitorização do desempenho ambiental e social e auditoria ambiental e social</p> <p>FE – Auditoria Ambiental e Social do Encerramento do Projecto</p>
NAS2: Trabalho e Condições de Trabalho	
<p>Promover a segurança e saúde no trabalho</p> <p>Promover o tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades dos trabalhadores do projeto</p> <p>Proteger os trabalhadores do projeto, com ênfase especial nos trabalhadores vulneráveis</p> <p>Interditar do uso de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil</p> <p>Apoiar os princípios de liberdade de associação e negociação coletiva dos trabalhadores do projeto de maneira consistente com a legislação nacional</p> <p>Disponibilizar aos trabalhadores do projeto meios acessíveis para levantar as preocupações no local de trabalho</p>	<p>FP - Procedimento de Gestão de Mão de Obra (a ser integrado no QGAS)</p> <p>FI - Requisitos laborais, saúde e segurança ocupacional a incluir nos contratos com beneficiários e empreiteiros</p>
NAS3: Recurso Eficiência e Prevenção da Poluição e Gestão	
<p>Promover o uso sustentável de recursos, incluindo energia, água e matérias-primas</p> <p>Evitar ou minimizar impactos adversos na saúde humana e no meio ambiente causados pela poluição das atividades do projeto</p> <p>Evitar ou minimizar as emissões relacionadas ao projeto de poluentes climáticos de curta e longa duração</p> <p>Evitar ou minimizar a geração de resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Minimizar e gerir dos riscos e impactos associados ao uso de pesticidas</p>	<p>FP – Potenciais riscos e impactos identificados e possíveis medidas de mitigação no QGAS</p> <p>FP - Plano de Gestão de Pragas (a ser integrado no QGAS)</p> <p>FI – Preparação e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Social, que irão detalhar medidas de mitigação</p>
NAS4: Comunidade Saúde e Segurança	

⁸ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/policies-standards/ehs-guidelines

<p>Antecipar ou evitar impactos adversos na saúde e segurança das comunidades afetadas pelo projeto durante o ciclo de vida do projeto, a partir de circunstâncias rotineiras e não rotineiras</p> <p>Promover a introdução de medidas relacionadas com qualidade, segurança e mudanças climáticas (nomeadamente de resiliência) no projeto e construção da infraestrutura</p> <p>Evitar ou minimizar da exposição da comunidade a riscos de tráfego e segurança nas estradas, doenças e materiais perigosos relacionados ao projeto e adotar medidas eficazes para lidar com eventos de emergência</p> <p>Garantir que a proteção do pessoal e da propriedade seja realizada de maneira a evitar ou minimizar os riscos para as comunidades afetadas pelo projeto</p>	<p>FP - Potenciais riscos e impactos identificados e possíveis medidas de mitigação identificadas no QGAS</p> <p>FP – Avaliação e Plano de Acção de Riscos de Violência Baseada no Género incluído no QGAS</p> <p>FP - Mecanismo de Diálogo e Reclamações incluído no Plano de Envolvimento de Partes Interessadas</p> <p>FI – Preparação e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Social, que irão detalhar medidas de mitigação</p> <p>FI – Implementação do Mecanismo de Diálogo e Reclamações</p>
<p>NAS5: Aquisição de Terra, Restrições ao Uso da Terra e Involuntário Reassentamento</p>	
<p>Evitar ou minimizar o reassentamento involuntário, explorando alternativas de design do projeto</p> <p>Evitar despejo forçado</p> <p>Mitigar de impactos adversos inevitáveis da aquisição ou restrições ao uso da terra, mediante compensação oportuna pela perda de ativos no custo de reposição e ajudar as pessoas deslocadas em seus esforços para melhorar, ou pelo menos restaurar, meios de subsistência e padrões de vida, em termos reais, aos níveis anteriores ao deslocamento ou a níveis prevalecentes antes do início da implementação do projeto, o que for maior</p> <p>Melhorar as condições de vida das pessoas pobres ou vulneráveis que são deslocadas fisicamente, através da provisão de moradia adequada, acesso a serviços e instalações e segurança da posse</p> <p>Garantir que as atividades de reassentamento sejam planeadas e implementadas com divulgação adequada de informações, consulta significativa e participação informada</p>	<p>FP – Preparação de Quadro de Política de Reassentamento (QPR)</p> <p>FP – Preparação de Quadro de Processo (QP)</p> <p>FI – Implementação do QPR e do QP</p>
<p>NAS6: Biodiversidade Conservação e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos</p>	
<p>Proteger e conservar a biodiversidade e os habitats</p> <p>Aplicar a hierarquia de mitigação e a abordagem preventiva no desenho e implementação de projetos que possam impactar a biodiversidade</p> <p>Apoiar os meios de subsistência das comunidades locais, incluindo os povos indígenas e o desenvolvimento econômico inclusivo, através da adoção de práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento</p>	<p>FP - Potenciais riscos e impactos identificados e possíveis medidas de mitigação identificadas no QGAS</p> <p>FI – Preparação e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Social, que irão detalhar medidas de mitigação</p>
<p>NAS8: Património Cultural</p>	
<p>Proteger o património cultural dos impactos adversos das atividades do projeto e apoiar sua preservação</p>	<p>FP - Potenciais riscos e impactos identificados e possíveis medidas de mitigação identificadas no QGAS</p>

<p>Abordar o património cultural como um aspecto integrante do desenvolvimento sustentável</p> <p>Promover consultas significativas com as partes interessadas sobre o património cultural</p> <p>Promover o compartilhamento equitativo dos benefícios do uso de heranças culturais</p>	<p>FI – Preparação e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Social, que irão detalhar medidas de mitigação</p> <p>FI – Implementação do Procedimento de Achados Fortuítos</p>
NAS10: Envolvimento das Partes interessadas e Divulgação de informações	
<p>Estabelecer uma abordagem sistemática para o engajamento das partes interessadas que ajude os Mutuários a identificar as partes interessadas e a manter um relacionamento construtivo com elas</p> <p>Avalie o interesse e o suporte das partes interessadas no projeto e permita que as visões das partes interessadas sejam levadas em consideração no design do projeto</p> <p>Promover e fornecer meios para um engajamento eficaz e inclusivo com as partes afetadas pelo projeto ao longo do ciclo de vida do projeto</p> <p>Garantir que as informações apropriadas do projeto sejam divulgadas às partes interessadas de maneira oportuna, compreensível, acessível e apropriada</p>	<p>FP – Preparação de Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) e consultas durante a preparação do Projeto</p> <p>FI – Implementação do PEPI</p>

2.3 Quadro Legal Nacional Versus Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial

Embora haja em geral uma harmonização entre a legislação ambiental e social de Moçambique e as boas práticas internacionais nestas matérias, existem algumas lacunas no quadro legal nacional, comparativamente com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

Na tabela abaixo são identificadas as principais lacunas identificadas na legislação nacional, relativamente ao Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

Tabela 65: Principais Lacunas identificadas na Legislação nacional, relativamente ao Quadro Ambiental e Social, do Banco Mundial

NAS	Legislação Moçambicana	Lacunas/ conflitos
Avaliação de impacto e risco ambiental e social (NAS 1)	<p>Lei do Ambiente (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro)</p> <p>Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto nº 54/2015, de 31 de Dezembro)</p> <p>Regulamento referente a Auditorias Ambientais (Decreto nº 32/2003)</p> <p>Regulamento referente a Inspeções Ambientais (Decreto nº 11/2006)</p> <p>Directiva Geral para a Elaboração de Estudos do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 129/2006, de 19 de Julho)</p> <p>Directiva Geral para o Processo de Participação de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho)</p>	<p>Incide essencialmente sobre impactos, apesar de incluir alguns riscos (tais como acidentes laborais, incêndios, derrames).</p> <p>Não especifica impactos relacionados com eficiência energética, emissões de GEE, em grupos vulneráveis (incluindo mulheres) e direitos humanos</p> <p>Apesar de já considerar os impactos relativos a mudanças climáticas e serviços dos ecossistemas, ainda há pouca prática na sua integração,</p>

NAS	Legislação Moçambicana	Lacunas/ conflitos
		estando planeada pela DINAB, a preparação de manuais de orientação para tal.
Mão de obra e Condições de Trabalho (NAS 2)	<p>Lei de Trabalho (Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto)</p> <p>Regulamento Sobre Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais (Decreto nº 62/2013, de 3 de Junho)</p> <p>Lei de Protecção dos trabalhadores com HIV/SIDA (Lei nº 05/2002)</p> <p>Lei de Protecção a Pessoa, Trabalhador ou Candidato ao Emprego convivendo com HIV/SIDA (Lei nº 19/2014 de 27 de Agosto)</p> <p>Regulamento Sobre Inspeção Geral do Trabalho (Decreto nº 45/2009)</p>	<p>Não prevê Mecanismo de Gestão de Queixas.</p> <p>Não considera medidas para trabalhadores de terceiros (trabalhadores contratados, de fornecimento primário e comunitários).</p>
Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição (NAS 3)	<p>Lei do Ambiente (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro)</p> <p>Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes (Decreto nº 18/2004, 15 de Setembro, alterado pelo Decreto nº 67/2010, 31 de Dezembro)</p> <p>Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro (Decreto nº. 45/2006)</p> <p>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Perigosos (Decreto nº 83/2014, de 31 de Dezembro)</p> <p>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Urbanos (Decreto nº 94/2014, de 31 de Dezembro)</p> <p>Lei de Águas (Lei nº 16/91, de 3 de Agosto)</p> <p>Regulamento de Licenças e Concessões de Águas (Decreto n.º 43/2007, de 30 de Outubro)</p> <p>Regulamento de Pesquisa e Exploração de Águas Subterrâneas (Decreto nº 18/2012)</p>	<p>Não inclui normas específicas para a emissões de ruído e eficiência energética</p> <p>Não inclui directrizes para gestão integrada de pragas</p>
Saúde e Segurança Comunitárias (NAS 4)	<p><i>Regulamento de Gestão de Pesticidas (Decreto nº 6/2009 de 31 de Março)</i></p> <p><i>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Perigosos (Decreto nº 83/2014, de 31 de Dezembro)</i></p> <p>Lei de Gestão das Calamidades (Lei nº15/2014)</p> <p>Regulamento da Lei de Gestão de Calamidades (Decreto nº 7/2016)</p> <p><i>Regulamento sobre Segurança de Barragens (Decreto 33/2017)</i></p>	Há grandes lacunas relativamente a esta norma, designadamente em relação à segurança da estrutura/infraestrutura (apenas existe para barragem), segurança de serviços, segurança rodoviária, serviços dos ecossistemas, exposição da comunidade a doenças
Aquisição de Terras, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Voluntário (NAS 5)	<p>Lei das Terras (Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro) e Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º 66/98, alterado pelo Decreto nº 1/2003);</p> <p>Regulamento de Uso de Estradas e Suas Zonas de Protecção (Decreto nº 109/2014)</p> <p>Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial nº181/2010)</p> <p>Regulamento sobre o processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto nº 31/20012, de 8 de Agosto)</p> <p>Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial nº 156/2014, de 19 de Setembro)</p>	<p>Não prevê Mecanismo de Gestão de Queixas</p> <p>Não considera data limite</p> <p>Não considera mercado de terra</p>

NAS	Legislação Moçambicana	Lacunas/ conflitos
Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos (NAS 6)	<p>Lei da Conservação da Biodiversidade (Lei nº 16/2014, alterada pela Lei nº 5/2017, de 11 de Maio.)</p> <p>Regulamento para a Prevenção da Poluição e Proteção do Ambiente Marinho Costeiro (Decreto nº. 45/2006)</p> <p>Lei das Florestas e Fauna Bravia (Lei n.º 10/99, de 7 de Julho) e Regulamento da Lei das Florestas e Fauna Bravia (Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho, alterado pelo Decreto n.º 11/2003.)</p> <p>Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas Invasivas (Decreto n.º 25/2008, de 1 de Julho)</p> <p>Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto nº 54/2015, de 31 de Dezembro)</p>	<p>Embora o regulamento de AIA preveja a avaliação de impactos sobre os serviços dos ecossistemas e a realização e planos de gestão de compensação da biodiversidade, visando não perda líquida, mas o ganho líquido, tal ainda não está devidamente regulamentado compensação</p> <p>A legislação de protecção à biodiversidade está focada nas áreas de conservação. Apenas os habitats costeiros sensíveis estão legalmente protegidos. Não está devidamente legislada a protecção de habitats, mesmo que modificados ou o restauro de áreas degradadas.</p>
Património Cultural (NAS8)	<p>Lei do Património Cultural (Lei nº 10/88)</p> <p>Regulamento de Protecção do Património Arqueológico (Decreto nº 27/94, de 20 de Julho)</p>	<p>Legislação abrange património cultural material e imaterial, mas não discrimina locais com importância espiritual para as comunidades locais.; Requer comunicação de achados arqueológicos fortuitos, contudo há falta de sensibilização e fiscalização.</p>
Envolvimento das Partes interessadas e Divulgação de informações (NAS10)	<p>Directiva Geral para o Processo de Participação de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho)</p>	<p>Não prevê Mecanismo de Gestão de Queixas</p>

Apesar da existência deste vasto quadro legal, há em geral deficiências na fiscalização da sua implementação.

3 Breve Caracterização Ambiental e Social

A região norte do país e principalmente as províncias de Niassa e Cabo Delgado são actualmente caracterizadas em termos ambientais pela presença de maiores áreas florestais naturais, comparativamente com o resto do país e consequentemente áreas de elevado valor em termos de biodiversidade, com habitats propícios para espécies com estatuto de conservação. A faixa costeira de toda a região é também marcada pela presença de ecossistemas de elevado valor conservacionista, tais como mangais, recifes de corais e tapetes de ervas marinhas, com importantes serviços de ecossistemas associados. Em termos sociais, comparativamente com o resto do país, esta região apresenta, contudo, percentagem significativamente mais elevada de pobres no Niassa (67%), Nampula (65%) e Cabo Delgado (50%) do que na Província de Maputo (12%) e Cidade de Maputo (4%), as duas áreas que registaram o maior declínio nas taxas de pobreza na última década.

Desde 2017 vêm ocorrendo acções de conflito armado por grupos de insurgentes, estimando-se que, até finais de Dezembro de 2020, o conflito tenha causado mais de 3.800 mortes, e quase 700.000 pessoas deslocadas⁹, criando uma situação de grande vulnerabilidade. As causas da insurgência serão variadas, mas terão sido influenciadas pelo sentimento de desigualdade de abandono por parte do Estado e aproveitadas por grupos extremistas, alegadamente associados a extremistas islâmicos.

De seguida apresenta-se uma caracterização da área de abrangência do projecto, focada em termos ambientais, nos riscos climáticos (com consequências tanto ambientais como sociais), e biodiversidade (áreas de maior valor e actuais pressões). A componente social é focada em aspectos que possam estar relacionados com a actual situação de conflito, bem como outras vulnerabilidades, que possam ser relevantes para a análise de potenciais riscos e impactos do projecto.

A análise é sempre que possível focada nos distritos abrangidos pelo Projecto, que pelas suas características são por vezes agrupados em distritos costeiros, distritos do vale do Lúrio, distritos do Interior do Niassa e distritos fronteiriços.

3.1 Caracterização Ambiental

3.1.1 Riscos climáticos e mudanças climáticas

A região norte do país possui um clima é tropical, predominantemente húmido nas zonas de maior altitude (a noroeste) tornando-se progressivamente mais árido à medida que se reduz a altitude e a proximidade ao mar. Dentre os distritos abrangidos pelo MozNorte é de destacar que os distritos de Memba, Erati e Namuno apresentam alto risco de seca, sendo moderado na maioria dos restantes distritos interiores de toda a região, exceptuando Mecula (**Figura 4**).

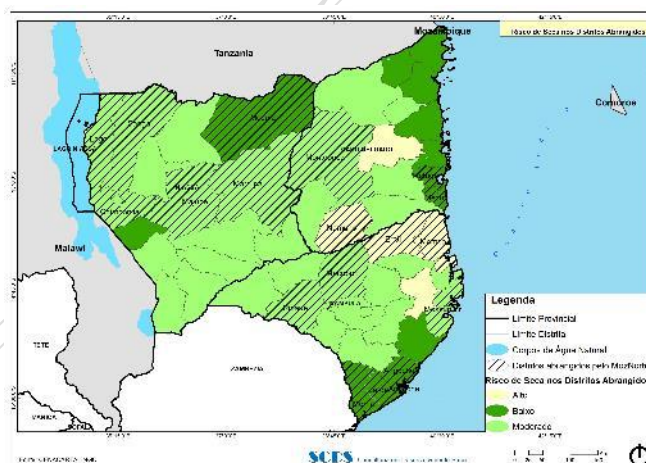


Figura 5 – Risco de seca

A faixa costeira da região norte (principalmente da Província de Nampula) é propensa à ocorrência de **ciclones tropicais**, formados no Canal de Moçambique. Nas últimas décadas tem vindo a aumentar em frequência e intensidade dos ciclones tropicais que atingem a região, sendo exemplo o ciclone Kenneth, que em 2019 afectou drasticamente a região norte, incluindo os distritos de Metuge, Mecufi e Memba. Em 2008 o ciclone Jokwe havia causado graves danos em Angoche. Conforme se observa na Figura 5, os distritos costeiros de

^{9 9} <https://news.un.org/en/story/2021/03/1087952>

Moma, Larde, Angoche e Mossuril são aqueles que apresentam maior risco de serem atingidos por ciclone. Memba e Erati apresentam risco alto, enquanto Metuge e Mecufi apresentam risco moderado.

Todos os distritos da faixa costeira, em análise possuem risco moderado de ocorrência de **cheias**, junto aos principais rios. O mesmo acontece no distrito de Erati (no baixo Lurio).

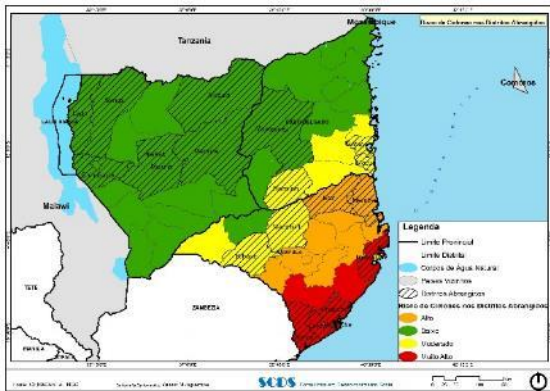


Figura 6 – Risco de ciclones

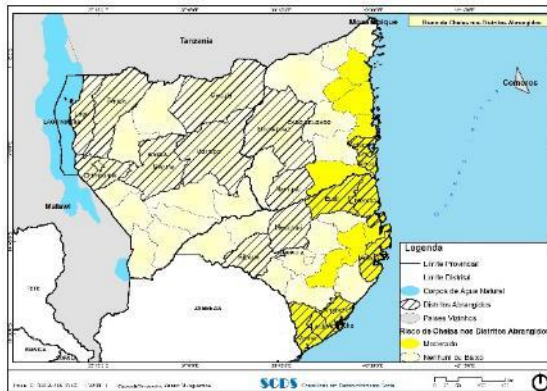


Figura 7 – Risco de cheias

3.1.2 Biodiversidade

3.1.2.1 Contextualização

Na área de abrangência do MozNorte distinguem-se duas ecorregiões terrestres:

- **Mosaico Costeiro de Zanzibar – Inhambane**, que ocorre ao longo da faixa costeira, nomeadamente nos distritos de Mecufi, Metique da Província de Cabo Delgado e os distritos de Memba, Mossuril, Angoche, Larde e Moma da Província de Nampula. Compreende um mosaico de savana arbórea, diversos tipos de florestas, matagais, pântanos e zonas húmidas, intercalados por terras agrícolas. Pelo seu elevado valor em termos de biodiversidade, é de destacar nesta ecorregião a ocorrência de **mangal** na proximidade à linha de costa, em particular em zonas de baías protegidas e ao longo dos rios (em particular na foz do rio Meluli, em Angoche e na foz de linhas de água nos distritos de Larde e Moma). Nos distritos mais a norte o mangal ocorre pontualmente em pequenas baías, com destaque para a Baía de Memba, junto à foz do rio Lúrio, que estabelece a fronteira entre os distritos de Mecufi e Memba. As terras húmidas que ocorrem nas planícies costeiras são também de elevado valor para a biodiversidade, em especial para a avifauna, requerendo uma especial atenção. A esta ecorregião está associado um nível de endemismo significativo, sendo considerado crítico o seu estado de conservação ¹⁰.
- **Savana arborizada de Miombo oriental**, presente no sul da Tanzânia, Malawi e no norte de Moçambique, caracterizada pela vegetação de miombo adaptada a climas de seca e a solos pobres, apresentando como espécies dominantes *Brachystegia spiciformis*, *Brachystegia boehmii*, *Brachystegia allenii* e *Julbernardia globiflora*. Inclui espécies de madeira protegidas tais como *Dalbergia melanoxylon*, *Khaya nyasica* and *Afzelia quenzensis*. Ocorrem diversos tipos de formações de miombo, merecendo maior atenção pela importância para a biodiversidade, a floresta sempre verde (em zonas de maior altitude), a floresta aberta em áreas regularmente inundadas e as terras húmidas. O território é pontuado por inselbergs, a que se associam manchas florestais com elevado valor em termos de biodiversidade e de serviço de ecossistema. As zonas mais preservadas do Niassa (integradas ou na envolvente de áreas de conservação) constituem

¹⁰ MITADER, Estratégia Nacional de Diversidade Biológica

habitat de espécies com estatuto de conservação. É de destacar a presença do elefante africano, que anualmente migra, atravessando áreas dos distritos de Mecula, Majune, Marrupa, Sanga e Montepuez, criando conflito homem – animal, que resulta na perda de vidas, destruição de casas, culturas e árvores de fruta.

Em termos de ambiente marinho a área abrangida está integrada na **Eco-Região Marinha da África Oriental** que vai do Sul da Somália até à costa de Kwazulu-Natal na República da África do Sul, onde se destaca pela importância para a biodiversidade, a existência de corais de recifes e zonas com tapetes de ervas marinhas.

3.1.2.2 *Factores de pressão sobre os habitats naturais*

A principal pressão sobre os habitats naturais terrestres deriva de práticas não sustentáveis por parte da população, enquanto modo de vida e estratégia de subsistência, designadamente pela prática de agricultura itinerante, recolha de lenha (incluindo de mangal), produção de carvão, abate de espécies florestais e queimadas descontroladas, que resultam em desflorestação e consequentemente na degradação do solo (erosão e arraste de sedimentos para corpos de água – incluindo o Lago do Niassa). Esta pressão é tanto maior quanto maior a acessibilidade e a densidade populacional sendo maior nos distritos localizados ao longo do vale do rio Lúrio (Ribaué, Mecuburi e Erati da Província de Nampula e Namuno e a zona sul do distrito de Montepuez, ambos na Província de Cabo Delgado).

É ainda a destacar a actividade de desflorestamento levada a cabo por madeireiros, com licenças simples ou ilegais, bem como a caça furtiva, nomeadamente de elefantes, que na última década provocou uma drástica redução da população. Em ambos os casos a actuação de madeireiros ilegais e caçadores furtivos parece ter a intervenção de redes criminosas, com o envolvimento de população local e conivência de autoridades locais e funcionários do estado, incluindo fiscais através de esquemas de corrupção. Nos últimos anos, intervenções mais drásticas da fiscalização e penalização, têm vindo a contribuir para o controle desta pressão.

Outras pressões que têm resultado em alterações dos habitats naturais inclui a agricultura comercial praticada na região, designadamente o fomento da produção de algodão nos distritos do vale do Lúrio (incluindo Montepuez). Nos distritos de Lago, Sanga, Chimbonila; Majune e Marrupa a actividade de empresas florestais de produção de pinheiro e eucalipto é também responsável alteração da vegetação natural.

A mineração, principalmente a artesanal ilegal (em busca de pedras preciosas e ouro) é responsável pela desflorestação e degradação ambiental, designadamente nos distritos de Montepuez e Majune, Montepuez, Namuno, Lago.

Estão mais preservados os habitats e áreas remotas, principalmente os distritos do interior do Niassa (Majune, Marrupa e Mecula), a zona norte dos distritos de Lago e Sanga e do distrito de Montepuez (este último na Província de Cabo Delgado). Nos distritos costeiros, ainda se encontram manchas de habitats em estado natural, principalmente em zonas de menor acessibilidade.

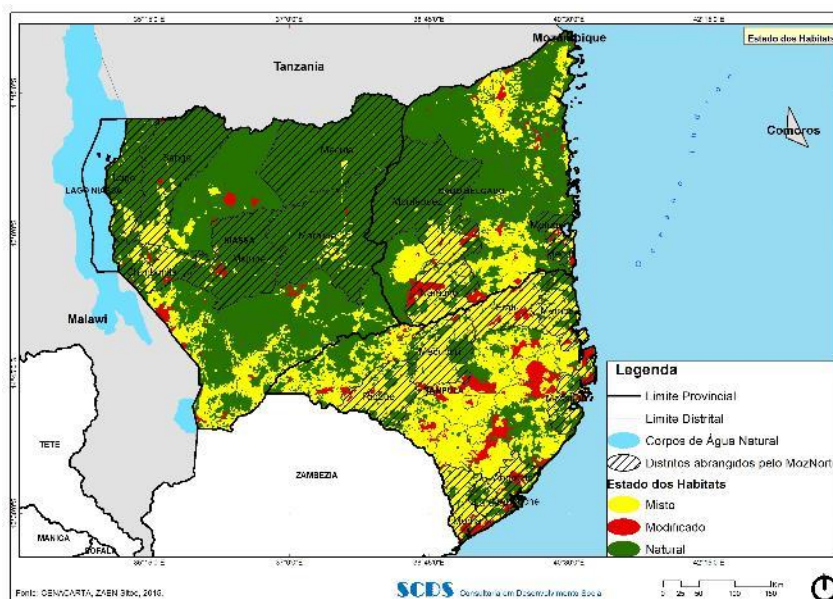


Figura 8 . Estado dos habitats

Fonte: CEAGR. Mapeamento de Habitats de Moçambique, criando as bases para contrabalancos de biodiversidade em Moçambique, 2015

No meio marinho é de referir a sobreexploração dos recursos pesqueiros que ocorre nos distritos costeiros, derivada do crescimento da população, utilização das áreas de pesca por pescadores de outros distritos (ou mesmo países), a utilização de artes de pesca nocivas e a destruição de ecossistemas vitais para o suporte da biodiversidade marinha (como mangais, tapetes de ervas marinhas e recifes de corais) constituem as principais ameaças, que não são acompanhadas por efectiva fiscalização por parte das autoridades governamentais. Também no do lago do Niassa e outros corpos de água existentes nos distritos fronteiriços do Niassa (Chimbonila, Sanga e Lago) os recursos pesqueiros são sujeitos a pressão de sobre pesca praticada por pessoas provenientes do Malawi e/ou Tanzânia, sem que haja a adequada fiscalização.

Outro factor de degradação ambiental a salientar na zona costeira é a exploração de areias pesadas (distritos de Angoche e Larde), que resulta na destruição de habitats costeiros e criação de risco para a qualidade da água e de contaminação de habitats a jusante das bacias de retenção de sedimentos, principalmente considerando o risco de ruptura, o que aliás já sucedeu. De referir ainda a existência de blocos de pesquisa de hidrocarbonetos ao largo dos distritos de Mecufi, Memba e Angoche, que a entrarem em operação poderão vir a criar novas pressões, quer no meio marinho como terrestre.

3.1.2.3 Áreas de conservação e locais importantes para a biodiversidade

A grande maior parte dos distritos abrangidos pelo MozNorte possuem áreas de conservação, sítios importantes para a biodiversidade e/ou reservas florestais, tal como se observa na figura abaixo e se sintetiza na Tabela 6.

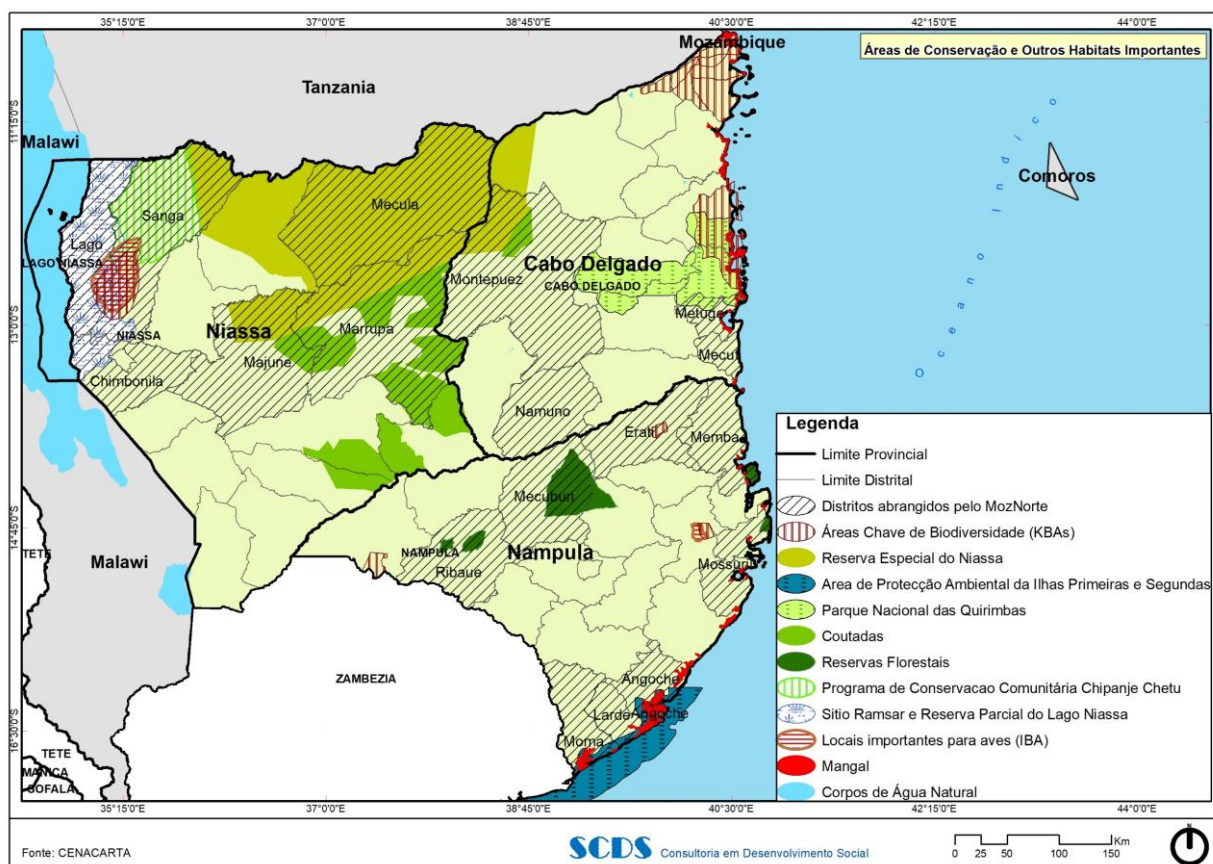


Figura 9 – Áreas de Conservação e outras áreas importantes para a biodiversidade

Tabela 76 - Área de Conservação / Área importante para a biodiversidade / Reserva Florestal existentes nos distritos abrangidos pelo MozNorte

Provincia	Distrito	Área de conservação / Área importante para a biodiversidade / Reserva Florestal
Cabo Delgado	Mecufi	-----
	Metuge	Parque Nacional Quirimbas
	Montepuez	Reserva Especial do Niassa, Coutada Nicage, Parque Nacional das Quirimbas
	Namuno	-----
Nampula	Angoche	Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
	Erati	Área Chave para Biodiversidade
	Larde	Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
	Mecuburi	Reserva Florestal de Mecuburi
	Memba	Reserva Florestal do Baixo Pinda
	Moma	Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
	Mossuril	Reserva Florestal de Matibane
	Ribaue	Reserva Florestal do Ribaue, Reserva Florestal de Mapalue
Niassa	Chimbonila	Sítio Ramsar
	Lago	Palnalto de Njesi (Local Importante Para as Aves), Sítio Ramsar, Área Chave para Biodiversidade
	Majune	Reserva Especial do Niassa, Coutada Oficial Lureco,
	Marrupa	Reserva Especial do Niassa, Coutada Oficial Lureco, Coutada oficial Marangira, Coutada Oficial Messalo, Coutada Oficial Nungo
	Mecula	Reserva Especial do Niassa

	Sanga	Área de Conservação Comunitária Chipanje Chetu, Palnalto de Njesi (Local Importante Para as Aves), Reserva Especial do Niassa, Sítio Ramsar, Área Chave para Biodiversidade
--	-------	---

Merecem destaque as seguintes áreas integradas na rede de áreas conservação de Moçambique:

Reserva Especial do Niassa – Resulta da recente recategorização da Reserva Nacional do Niassa, que inclui a redefinição dos seus limites e o estabelecimento de uma zona tampão. Abrange os distritos de Majune, Marrupa e Mecula. Constituída por uma vasta área de floresta de miombo, alberga as populações mais significativas de vida selvagem do país, incluindo as maiores populações de espécies protegidas como elefante (~3600), leão (1.000-1.200), leopardo, cão selvagem (400-450). Está conectada com a Reserva de Caça Selous da Tanzânia e conectada com o Parque Nacional das Quirimbas, através de um corredor natural de floresta de miombo. Está dividida em 18 blocos/concessões, que utilizam os recursos naturais para gerar rendimentos através da caça, do turismo ou da filantropia envolvida por coutadas de caça. As principais pressões são a caça furtiva, corte de madeira e agricultura itinerante.

Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) - Criado em 2002, abrange a zona norte do distrito de Metuge. O PNQ possui uma grande diversidade de habitats, sendo considerados locais chave para conservação as florestas de mangal e os recifes de coral de franjas, bem como o Banco de São Lázaro. Em 2018, o PNQ foi designado pela UNESCO, como Reserva Mundial da Biosfera

Área de Protecção Ambiental Primeiras e Segundas (APAIPS). Criada em 2012 abrange a faixa costeira dos distritos de Angoche, Larde e Moma, visando a protecção dos habitats costeiro e marinho, reconhecidos como de elevada biodiversidade, associada nomeadamente a mangais, tapetes de ervas marinhas e corais. As praias do arquipélago das ilhas Primeiras e Segundas são locais de desova da tartaruga verde (*Chelonia mydas*), e de aves marinhas. Possui santuários marinhos onde a pesca é vedada. A APAIPS tem vindo a ter o apoio da WWF e CARE, através de uma aliança estabelecida desde 2008 que procura a gestão sustentável dos recursos naturais. Tem havido uma aposta no fortalecimento de Comitês de Gestão de Recursos Naturais e Comitês Comunitários de Pesca, para sensibilização sobre práticas sustentáveis e implementação de programas, tais como de restauro do mangal, engorda de caranguejos e desenvolvimento de agricultura de conservação, para além de actividades nas áreas de água e saneamento e saúde. As principais pressões resultam da sobreexploração da pesca e destruição do mangal, principalmente junto às áreas populacionais, com destaque para Angoche.

Adicionalmente esta região integra áreas de valor reconhecido em termos internacionais, designadamente:

Lago do Niassa, incluído na lista de terras húmidas de importância internacional, ao abrigo da Convenção Ramsar (abrange distritos de Lago e Sanga). É também classificado a nível nacional ¹¹como Reserva Parcial do Lago do Niassa pela elevada biodiversidade¹² e vulnerabilidade da ictiofauna, e pela importância dos habitats costeiros, para avifauna e demais fauna terrestre. A proposta de Plano de Maneio¹³ define uma zona aquática de protecção total e zonas de restrição temporal (na época chuvosa tendo em consideração sensibilidade do ciclo de vida das espécies de peixes migratórios). Inclui zonas tampão na área adjacente ao lago, com restrições de uso da terra. A sobreexploração pesqueira e as actividades antrópicas na sua envolvente (principalmente a agricultura itinerante), constituem os principais factores de pressão.

Planalto de Njesi, classificado pela *Birdlife*, como o Área Importante para Avifauna, constituída onde tem particular preocupação *Apalis moreau subsp. Sousae* - espécie endémica de Moçambique e Tanzânia. O

¹¹ Decreto nº 59/2011, de 17 de Novembro

¹² Possui mais de 1.000 espécies de peixe, das quais cerca de 700 são endémicas.

¹³ MICOA, Plano de Maneio da Reserva Parcial e do Sítio Ramsar do Lago do Niassa (2015 – 2019), ainda não oficialmente aprovado

habitat é constituído por prados montanhosos com barrancos florestais no planalto, rodeados por bosques de *Brachystegia* nas encostas mais baixas e na base (distritos de Lago e Sanga).

Desde 1999, no distrito de Sanga, foi estabelecido pelo Governo Provincial do Niassa, um programa de gestão comunitária de recursos naturais **Programa Chipanje-Chetu**, tendo como objectivo é resolver os conflitos de gestão de recursos naturais e gerar receitas a partir do turismo e da caça desportiva. Esta área possui floresta de miombo, intercalada com planícies de inundação ou pântanos, floresta de montanha no monte Sanga e floresta ribeirinha ao longo de alguns rios permanentes. Alberga mamíferos de grande e médio porte, incluindo espécies com estatuto de conservação. Tal como na REN, principais pressões são a caça furtiva, corte de madeira e agricultura itinerante.

3.2 Caracterização Social

3.2.1 Povoamento, Densidade Populacional e Migrações

A região norte integra a segunda província mais povoada do país (Província de Nampula) e a província menos povoada do país (Niassa), respectivamente com densidade populacional média de 73 e 15 hab-km². No Niassa, os distritos interiores (Mecula, Majune e Marrupa abrangidos pelo MozNorte) são os menos povoados, com densidades populacionais inferiores a 5 hab/km². Para além das capitais provinciais, é na costa que se regista maior densidade populacional, nomeadamente nos distritos de Metuge e Angoche. O tipo de povoamento é mais disperso nos distritos da Província de Nampula. Na província do Niassa na maioria dos distritos do Projecto, as condições inóspitas, designadamente a presença de fauna bravia, resulta em maior concentração da população em pequenos núcleos populacionais, localizados em zonas mais férteis, com menor conflito homem/animal e/ou maior proximidade a estradas.

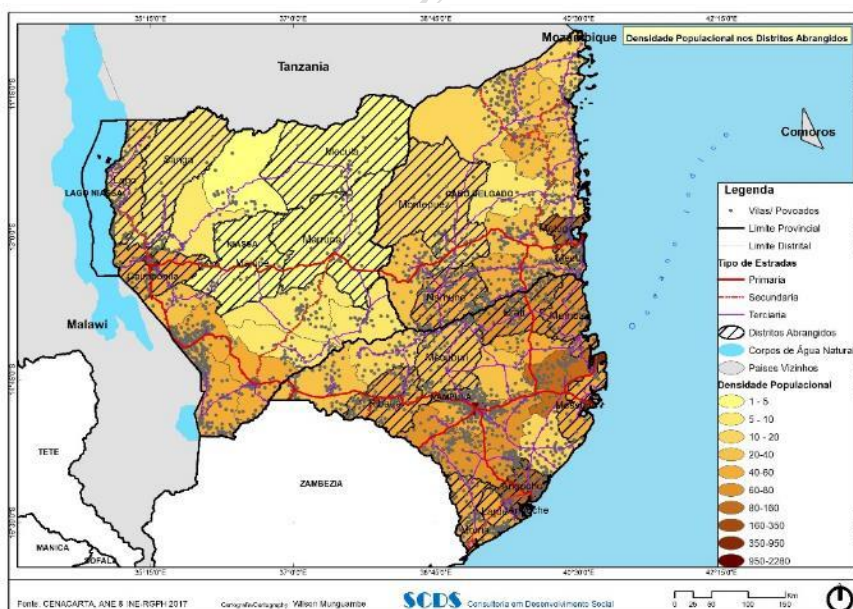


Figura 10 – Densidade populacional, vilas / povoados e rede viária

A actual distribuição da população pelo território resulta certamente das condições naturais proporcionadas e do contexto histórico, que determinou a acção do Estado no território. Há indicações de que desde a idade do ferro inferior, a região norte de Moçambique foi habitada por povos bantu, num povoamento do território realizado por clãs de forma lenta e descontínua, privilegiando áreas de maior fertilidade agricultura e

disponibilidade de recursos naturais, o que deu origem a diferenciações regionais, que estiveram na origem de dialectos específicos e espaços sociais próprios.

Em particular, nas províncias do Niassa e Cabo Delgado verifica-se uma maior diversidade de grupos etnolinguísticos, com predominância do grupo Nyanja, no distrito do Lago e o grupo Yao nos distritos de Majune, Marrupa e Mecula e Maconde, no planalto de Cabo Delgado, com Mwani e Swahili ao longo da costa. O grupo Macua (que integra subgrupos) predomina no restante território da região norte. Em todo o território há de qualquer modo miscigenação emigrantes provenientes de outras províncias ou países. Há uma percepção na região, de que desde a independência o grupo Maconde tem sido privilegiado em termos de acesso ao poder, pelo apoio que dado no processo de libertação, contrapondo ao maior poder detido previamente pelos Swahili e Yaos, que há séculos dominavam o comércio da região.

A partir do sec VII, na faixa costeira, estes povos terão estabelecido contactos com grupos pendulares de comerciantes árabes e muçulmanos, que acabaram por estabelecer cidades estado e entrepostos arabizados ao longo da costa oriental do oceano Índico, onde os sultanados da Ilha de Moçambique e Angoche assumiram particular importância. (Newitt, M., 1997). Os entrepostos eram utilizados para comércio de diversos produtos, sendo de destacar o marfim e o comércio de escravos, provenientes das regiões interiores. Com a fixação dos comerciantes árabes e muçulmanos há disseminação da religião islâmica na faixa costeira, o que perdura até hoje

No século XV, a ocupação do território pelos portugueses teve também início na faixa costeira, com a ilha de Moçambique e ilha do Ibo a constituírem as principais fortalezas. A governação apoia-se na estrutura de chefaturas tradicional para reforçar a penetração no interior e principalmente para assegurar a cobrança de impostos. Numa tentativa de manutenção do território a Norte do rio Lúrio é instituída a Companhia do Niassa, com capitais ingleses e alemães, que se apoiam em missões da igreja evangélica (que ainda hoje está presente em distritos fronteiriços do Niassa com o Malawi). Missões Católicas são, entretanto, estabelecidas pelos portugueses em vários pontos da região norte, resultando na disseminação da religião católica, contrapondo a religião islâmica já instituída na faixa costeira. Na grande maior parte dos distritos do MozNorte a religião predominante é islâmica (acima de 80% da população em Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula e Mossuril). Apenas há maior predominância da religião católica em Namuno e Mecuburi).

Só no início do século XX, após a primeira Guerra Mundial, foi reconhecida a fronteira da colónia portuguesa no Niassa, antecedida por períodos de guerra com ingleses e alemães. Em algumas zonas do Niassa (principalmente nas zonas mais interiores), a organização formal do Estado só em meados do sec XX. No entanto, partir de meados da década de 60, tem início em Niassa e Cabo Delgado a guerra pela libertação, que perdura até à independência de Moçambique em 1974, levando a que populações de Niassa e Cabo Delgado buscassem refúgio nos países vizinhos – Malawi e Tanzânia. Entre os anos 80 e 90 dá-se o conflito armado com o partido da oposição Renamo, numa guerra que perdura durante 16 anos e leva a que novamente a deslocações de população de Niassa e Cabo Delgado, em busca de refúgio nos países vizinhos – Malawi e Tanzânia. No retorno, principalmente em Niassa e Cabo Delgado, a fixação nem sempre é nos locais de origem, mas mais próximo das principais estradas. A floresta e a presença de fauna bravia condicionam o povoamento, que apresenta até à actualidade algum nomadismo, em busca de terras férteis e fuga do conflito homem animal¹⁴. Os distritos fronteiriços Chimbonila, Lago e Sanga mantêm constantes movimentos migratórios com os países fronteiriços. A fronteira do II Congresso no distrito de Sanga constitui um ponto de entrada da rota de entrada de imigrantes (económicos e refugiados) do Corno de África (Etiópia, Eritreia, Somália) e dos

¹⁴ Teixeira, J. A participação das Comunidades Locais na Gestão das Florestas em Moçambique: Caso dos distritos d Montepuez, Maúa. Marrupa e Majune.

Grandes Lagos (Burundi, Ruanda, Uganda e Sudão), tal como tem acontecendo no distrito de Palma em Cabo Delgado¹⁵.

Em resumo a população dos distritos de Niassa e Cabo Delgado vêm desde o início do século XX estando expostas a deslocamentos relacionados com diversos conflitos, o que pode ter influenciado a fraca penetração da acção do Estado e de equipamentos e infraestruturas sociais, o que pode actualmente constituir um factor de risco para o desenvolvimento da região e exposição a acção de insurgentes, que se traduzem em riscos contextuais para a implementação do MozNorte.

Os distritos costeiros, em particular Angoche que assumiu historicamente um papel relevante em termos geoestratégicos (importante sultanato da faixa costeira) e pólo de desenvolvimento económico, vem há muito denotando um sentimento de insatisfação e mesmo revolta pelo abandono a que foi deixado, o que é patente nos resultados eleitorais, que têm sido mais favoráveis para o partido da oposição. O facto de a estrada que liga Angoche a Nampula só ter iniciado a reabilitação em 2017 (estando ainda em curso) é um dos factores apontado para o abandono, daquele que foi um importante pólo cultural e económico da região. De referir que a diferenciação da população de Angoche é também traduzida por terem uma língua própria – Coti, exclusiva desta área.

3.2.2 Pobreza

Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique para 2019 corresponde a 0,456 (UNDP, 2020), reflectindo uma ligeira melhoria relativamente ao ano anterior (0,446). Dados sub-nacionais para 2018¹⁶ (vide tabela abaixo) mostram que todas províncias alvo do presente Projecto têm um IDH inferior ao nacional.

Tabela 87 - Índice de Desenvolvimento Humano nas Províncias abrangidas pelo Projecto (2018)

País/ Província	IDH
Moçambique	0,446
Niassa	0,416
Cabo Delgado	0,383
Nampula	0,433

Fonte: Global Data Lab (<https://globaldatalab.org>)

A Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (realizada com base nos dados do IOF de 2014) traça o perfil do País no que concerne a (a) pobreza de consumo, (b) pobreza multidimensional e (c) desigualdade do consumo. Embora tenha havido uma melhoria em termos da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional¹⁷, comparativamente aos inquéritos anteriores, ela aconteceu de forma díspar ao nível das várias regiões do País, e especialmente entre as áreas urbanas e rurais.

Tabela 98: Pobreza de Consumo e pobreza multidimensional (2014)

Área/Região	Pobreza de consumo (%)	Pobreza multidimensional (%)
Moçambique	46,1	55

¹⁵ Patricio & Peixoto, Migração Forçada na África Subsaariana: alguns subsídios sobre os refugiados em Moçambique, REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 54 2018

¹⁶ Global Data Lab (<https://globaldatalab.org>)

¹⁷ A pobreza de consumo e a pobreza multidimensional medem tipos de privação diferentes, mas as informações providenciadas por cada uma delas complementam-se, especialmente considerando que o consumo é uma medida mais volátil enquanto os indicadores de pobreza multidimensional são mais estáveis ao longo do tempo (MEF/DEEF, 2016).

Meio Rural	50,1	72
Meio Urbano	37,4	18
Região Norte	55,1	68
Região Centro	46,2	64
Região Sul	32,8	19

Fonte: MEF/DEEF (2016)

De acordo com os dados de IOF de 2014, a pobreza com base no consumo afecta 46% da população Moçambicana, sendo a sua incidência muito maior no meio rural, onde metade da população vive abaixo da linha da pobreza¹⁸. A nível regional, a zona Norte é a que apresenta uma maior incidência (55,1%), com particular destaque para as Províncias de Niassa (60,6%) e Nampula (57,1%).

A incidência da pobreza multidimensional¹⁹ é superior à incidência da pobreza de consumo. Isto significa que há famílias que vivem acima da linha de pobreza de consumo, mas que sofrem privações em termos de educação, saúde e/ou padrões de vida. Conforme ilustra a [Tabela 9](#) ~~Tabela 7~~ acima, 55% da população Moçambicana é considerada multidimensionalmente pobre. A incidência da pobreza multidimensional é muito mais alta no meio rural (72%) do que no meio urbano (18%). As tendências regionais são similares às da taxa de pobreza baseada no consumo, sendo a região Norte a que apresenta uma incidência maior (68%), seguida da região Centro (64%).

A população vive essencialmente com base na agricultura de subsistência e/ou pesca de subsistência nas zonas costeiras, Lago do Niassa e outras águas interiores. As práticas agrícolas rudimentares, artes de pesca rudimentares e falta de acesso ao mercado têm sido os principais entraves para o desenvolvimento das actividades, deixando os jovens sem perspectivas de desenvolvimento. O comércio informal e práticas ilegais de exploração de recursos naturais (madeira, caça furtiva ou garimpo), constituem formas alternativas de obtenção de rendimento.

Analisando os distritos abrangidos pelo MozNorte (Figura 10), verifica-se que apresentam maiores índices de pobreza multidimensional, alguns dos distritos localizado no vale do rio Lúrio (com destaque para Namuno, Erati e Memba), bem como o distrito costeiro de Moma. A complexidade do cálculo deste índice leva a que o seu resultado seja afectado por diversos factores abrangendo o nível de educação, acesso a fonte de água e saneamento seguros, tipo de habitação, acesso à electricidade e posse de bens duráveis. Distritos com mais população e povoamento disperso têm em geral menores taxas de cobertura a infraestruturas e equipamentos, que afectarão o resultado.

¹⁸ A linha de pobreza nesta óptica, baseia-se no consumo alimentar (através da definição de um cabaz alimentar básico) e não alimentar (nível consumo de outros itens relativamente ao consumo alimentar). Linhas de pobreza alimentares, não alimentares e totais foram calculadas para 13 domínios espaciais.

¹⁹ Para calcular a pobreza multidimensional, recorreu-se ao método de Alkire-Foster para agregação de indicadores e dimensões de privação, estabelecendo um limite (ou cutoff) de pobreza, que no caso correspondeu a privações em pelo menos quatro dos seis indicadores seleccionados, nomeadamente (i) algum membro do AF com o EP1 concluído, (ii) acesso a fonte de água segura, (iii) acesso a saneamento seguro, (iv) casa com cobertura de material convencional (v) acesso à electricidade e (vi) posse de bens duráveis.

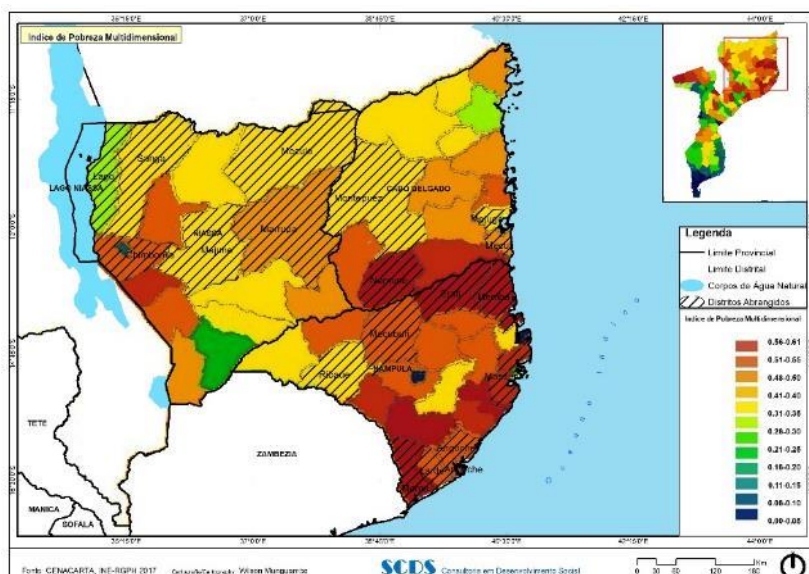


Figura 11 – Pobreza multidimensional por distrito

O choque climático provocado pelo ciclone Kenneth em 2019, os ataques de insurgentes a ocorrerem desde 2017 e a pandemia COVID-19 têm vindo a agudizar a situação, principalmente nos distritos da região norte de Cabo Delgado, onde há já alguns meses ocorre uma grave crise alimentar.

A falta de perspectivas, principalmente por parte dos mais jovens e a percepção de favorecimento daqueles que estão de alguma forma ligados às estruturas do Estado, levam a que os jovens busquem alternativas. Estas acabam por incluir envolvimento com redes de exploração ilegal e contrabando de recursos naturais (minério, árvores de madeira preciosa, fauna bravia) ou mesmo de tráfico de narcóticos e tráfico humano, a par com a adesão a grupos insurgentes que prometem a alteração da situação de desigualdade.

3.2.3 Insegurança e Conflitos

Desde 2017, vêm ocorrendo conflitos violentos em alguns distritos da Província de Cabo Delgado, que se intensificaram desde Dezembro de 2020, principalmente no final de Março de 2021, na sequência do ataque à vila de Palma. Estes ataques terão sido aparentemente despoletados por células de grupos islâmicos extremistas, ligadas a um grupo religioso radical islâmico (localmente conhecido por *Al-Shabaad*), que progressivamente se converteu num grupo armado. Terá havido um aproveitamento da percepção de desigualdade e exclusão social, económica e política, através da construção de uma narrativa anti-estado dirigida especialmente a jovens. O recrutamento de jovens, com promessas de compensações financeiras e melhores de e condições de vida alastrou-se através de uma rede complexa, abrangendo não só Cabo Delgado, como também as províncias de Niassa e Nampula²⁰.

Os ataques violentos, inicialmente dirigidos a instituições e representantes do Estado passaram a alastrar-se a comunidades locais, com destruição de aldeias, mortes violentas e graves violações dos direitos humanos, com raptos e casos de violência baseada no género. Actualmente a situação é muito tensa, decorrente dos fortes ataques ocorridos em Palma em Março de 2021. Na figura abaixo apresentam-se os distritos que sofreram ataques até à data, bem como aqueles que albergam os milhares de desalojados internos (ver subsecção 4.2.4). Conforme se verifica não há indicação de que os distritos abrangidos pelo MozNorte tenham

²⁰ Forquilha, S. Pereira, J. After All, it is not just Cabo Delgado! Insurgency Dynamics in Nampula and Niassa. IESE, March 2021.

sofrido ataques. Contudo, em alguns já foram identificadas células de insurgentes (entretanto desmanteladas pelas FDM), havendo risco de alastramento dos ataques.

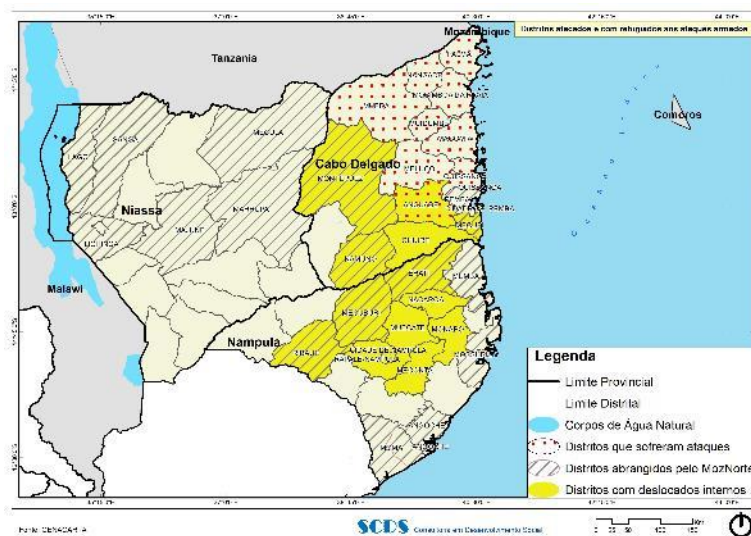


Figura 12 – Distritos atingidos por ataques de insurgentes extremistas e distritos que albergam deslocados internos

Aparentemente, a construção de uma narrativa anti-estatal, a par com a oferta de acesso a recursos financeiros, funcionou como catalisador da adesão dos jovens ao grupo de insurgentes, através de um complexo mecanismo de recrutamento que se alastrou pela região norte (incluindo em distritos abrangidos pelo MozNorte). A pobreza e principalmente o sentimento de forte desigualdade regional e vertical (benefício das elites) poderão ter contribuído, assim como:

- Ambiente de corrupção a diversos níveis, que atinge inclusive os mais vulneráveis, inclusive na solicitação de serviços básicos (educação, saúde, pequenos licenciamentos ou documentos oficiais) como pela extorsão indiscriminada por parte de forças policiais e forças da defesa, com relatos de situações VBG. Associada à percepção de corrupção está a percepção de captação de benefícios pelas elites. O crescente aumento dos níveis de corrupção, foram na realidade apontados como um dos motivos para a queda na classificação de Moçambique da posição 127 do *Bertelsmann Stiftung's Transformation Index* (BTI)¹⁷ em 2016 para 137 em 2020¹⁸. Para combater a corrupção o Estado moçambicano criou o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), um órgão especializado do Ministério Público que tem como atribuição atuar na prevenção e no combate aos crimes de corrupção, participação económica ilícita, tráfico de influências, enriquecimento ilícito, entre outros¹⁵. Em 2018, o GCCC apresentou o novo Plano Estratégico de Combate à Corrupção 2018 – 2022, que prevê avanços na responsabilização e na maior penalização. aos que cometerem os crimes previstos, além de melhorias na legislação existente considerando a referida punição.
- Sentimento de falta de confiança nos resultados eleitorais, que tem resultado em distúrbios e conflitos armados nos períodos pós-eleitorais, com maiores repercussões após as eleições de 2014, que elegeu o novo Presidente da República. Após estas eleições ocorreram intensos conflitos armados com forças da Renamo na região centro do país, que culminaram com a assinatura de um Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, em 2019. Esta acordo prevê a integração de forças da RENAMO nas Forças Armadas e prevê um processo de descentralização, ambos em andamento. Em alguns dos distritos abrangidos pelo MozNorte a RENAMO tem uma forte expressão.
- Casos de violação dos direitos humanos perpetrados alegadamente por forças de segurança do Estado, em diferentes situações, sendo noticiadas as violações ocorridas durante o conflito armado com a Renamo em entre 2014 e 2016, no conflito com mineiros ilegais em Montepuez e no conflito

com insurgentes em Cabo Delgado, que ocorre desde 2017, que podem resultar em falta de confiança nas forças de defesa do Estado.

- Sentimento de redução da liberdade de imprensa e aumento da fiscalização pelos serviços de inteligência do Estado, o que é reflectido no *World Press Freedom Index*, que desde 2013 tem vindo a anualmente a decrescer, tendo decaído de 73/180 em 2016, para 104/180 em 2020, com relatos de perseguição a jornalistas, incluindo prisões, raptos e morte²¹.

Estas condições podem contribuir não só para o descrédito nas estruturas do Estado, como para a adesão a alternativas de obtenção de rendimento, incluindo os ilegais através de redes de contrabando de narcóticos, pedras preciosas, madeira preciosa, marfim, fauna bravia, trafico humano, que resultam também em situações de insegurança e conflito.

A exploração ilegal de madeira e a caça furtiva, com o envolvimento de população local em ligação com grupos organizados (com envolvimento de estrangeiros), têm muitas vezes a conivência de autoridades locais e funcionários do estado, incluindo fiscais através de esquemas de corrupção. Tal limita a intervenção dos CGRN e cria situações de conflito e insegurança. Paralelamente, nas reservas florestais há também conflitos entre as comunidades e os guardas-florestais, pelo uso dos recursos naturais.

É também de referir que a ocupação de terras por projectos de desenvolvimento, como no Projecto Savana em Nampula ou os projectos de plantações florestais no Niassa, resultaram também em descontentamento e mesmo conflitos, com sabotagens dos projectos. Em ambos os casos, não terá havido o correcto entendimento por parte das comunidades da abrangência da área ocupada pelos projectos (no caso das plantações florestais) e/ou expectativas não correspondidas em relação aos benefícios dos projectos.

Por fim, a instalação de deslocados internos tem causado atritos com as comunidades hospedeiras, que muitas vezes vêem os deslocados como um risco de segurança (potenciais insurgentes infiltrados) ou um fardo para os recursos e infra-estruturas já sobrecarregadas.

3.2.4 Pessoas Deslocadas Internamente (PDI)

O conflito armado em Cabo Delgado criou uma de insegurança no norte de Moçambique que levou ao deslocamento de populações em fuga do conflito. De acordo com as Nações Unidas haverá actualmente cerca de 700 mil deslocados, que se estima que possa atingir 1 milhão até Junho²², em resultado dos fortes ataques a Palma, que ocorreram em Março 2021 e dos ataques que prosseguem no terreno.

A maioria das Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) tem-se assentado em distritos relativamente pacíficos de Cabo Delgado (principalmente na cidade de Pemba) ou em distritos de Nampula, conforme apresentado na figura acima. A tendência tem sido de procura de capitais distritais, localizadas ao longo das principais vias de acesso, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. O relatório da *International Organization of Migration* datado de Março de 2021²³ (ainda não reflectindo os ataques de Palma) indica 33% das PDI registadas estavam assentadas em Pemba, seguindo-se o distrito de Metuge (26%), Mueda (18%) e Ancuabe e Montepuez (ambos com 12%).

Os deslocados aparentemente preferem refúgio em casa de familiares ou amigos, ficando em campos de deslocados aqueles que não têm alternativas. De acordo com o relatório da IOM, em todas as províncias avaliadas, a maioria dos deslocados internos reside com familiares (80% dos agregados familiares), seguidos por locais formais/informal (13% dos agregados familiares), abrigos improvisados (4% dos agregados

²¹ <https://rsf.org/en/mozambique>

²² <https://news.un.org/en/story/2021/03/1087952>

²³ <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IOM%20DTM%20Baseline%20Assessment%20Report%20R11%20-%20March%202021.pdf>

familiares), e em casas parcialmente destruídas (3%). Em ambos os casos os assentamentos não têm sido um processo fácil e têm surgido desafios consideráveis, tanto para os deslocados internos, como para as comunidades locais que os acolhem.

As infra-estruturas de cuidados de saúde e saneamento nos campos de deslocados são escassas. Como resultado, têm sido relatados surtos de cólera e COVID-19.

A insegurança alimentar é também uma grande preocupação, com uma grande proporção de deslocados internos a sofrer de subnutrição. As instalações educacionais são também extremamente limitadas e existe um risco real de que as crianças fiquem sem qualquer educação devido à falta de recursos.

É importante destacar que as PDIs não podem ser vistas como um grupo uniforme. No âmbito deste projecto é importante que sejam devidamente considerados os seus modos de vida no local de origem, que pode não estar relacionado com a prática de actividades agrícolas, bem como a devida atenção à língua falada, que pode ser diferente da do local de assentamento, requerendo especial atenção em actividades de comunicação e envolvimento de partes interessadas.

Por outro lado, há que ter em atenção a existência de indivíduos mais vulneráveis dentro das PDIs, com destaque para mulheres, crianças, idosos e portadores de deficiência, que irão requerer uma atenção especial. Do total de mais de 18.600 deslocados internos registados de Palma, 43% são crianças, 31% são mulheres, e 26% são homens; isto inclui 249 crianças não acompanhadas, 289 mulheres grávidas, 605 pessoas idosas e 78 pessoas com deficiências.²⁴

3.2.5 Género

As províncias abrangidas pelo projecto (Nampula, Cabo Delgado e Niassa), localizam-se na zona norte do país, onde as estruturas de linhagem são predominantemente matrilineares, significando que a descendência ocorre pela linha da mãe incluindo os direitos de propriedade da terra. No entanto, de uma forma geral, a matrilinearidade não altera a posição principal da mulher no que diz respeito ao controlo de recursos, tomada de decisão que continuam a ser feitos pelos homens da família do lado materno. A religião e peso significativo nos usos e costumes das famílias resultam em disparidades de género, que desfavorecem as mulheres relativamente aos homens, em várias dimensões da vida social e económica, principalmente nas zonas rurais, havendo limitações ao acesso aos recursos (tais como terra e recursos financeiros), à escolaridade e restrições na participação activa em muitos dos espaços de tomada de decisão.

Entretanto Menezes (2008)²⁵, chama atenção da necessidade de contextualizar a questão uma vez que factores como a incidência forte de valores patriarcais, a religião o universo cultural podem desempenhar um papel importante no lugar da mulher na sociedade. Por exemplo, a região costeira do norte de Moçambique predominantemente assente em valores matrilineares aliados à uma forte influência islâmica assente em estruturas próprias de resolução de conflitos onde as estruturas oficiais de justiça não são muito valorizadas para resolução de conflitos, as mulheres estão presentes nos processos de resolução de conflitos dando lugar a criação de estruturas sensíveis ao género. Apesar destas diferenças de um modo geral em Moçambique as mulheres continuam a não poder ter acesso aos recursos, escolaridade e a uma participação activa em muitos dos espaços de tomada de decisão, contudo outros factores podem influenciar as relações de género, as expectativas em relação aos papéis entre homens e mulheres.

É de destacar que, dados recentes, recolhidos numa sociedade matrilinear demonstraram que apesar de as mulheres estarem representadas nos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) e ocuparem cargos de liderança a sua participação é quase invisível estando muitas delas alheias ao funcionamento do comité

²⁴ <https://reliefweb.int/report/mozambique/cabo-delgado-crisis-situation-report-1-14-april-2021>

²⁵ Menezes, P. 2008: Mulheres submissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Universidade de Coimbra.

incluindo informações básicas. No que concerne à tomada de decisão e acesso aos recursos (financiamento, informação, etc), nas mesmas comunidades foram identificados casos de mulheres que desistiram de participar nos grupos de poupança porque os seus parceiros decidiam sobre outras prioridades e isto acontecia mesmo nos casos em que era a esposa que o ganhava através de pequenos negócios, etc.

A baixa escolaridade que por sua vez limita o acesso à informação e aos recursos constitui um dos elementos identificados como tendo inibido mulheres de beneficiarem-se por exemplo de projectos como o SUSTENTA (quer como PACES ou PA's). Os estereótipos ligados aos papéis sociais de género constituem outros inibidores porque por exemplo, “tradicionalmente” não se espera que as mulheres estejam envolvidas directamente na pesca ou a praticar agricultura para o negócio, esperando que esta esteja em actividades ligadas ao processamento, venda e agricultura de subsistência apesar de existirem vários exemplos de mulheres engajadas no agronegócio.

Importa realçar que devido a constantes apelos para a inclusão da mulher, cria-se um “romantismo” em torno da questão e a inclusão das mulheres em alguns projectos é vista como o cumprimento de uma orientação/obrigação e não como um direito ou merecimento, o que pode resultar na marginalização e discriminação das mesmas mesmo quando inseridas nos projectos. Por exemplo, alguns líderes comunitários de zonas onde é implementado o SUSTENTA afirmaram que “temos que ter mulheres, porque quando não tem PAs mulheres somos questionados. Os chefes quando vêm questionam”. Estas afirmações, mostram que por um lado existe uma preocupação de incluir as mulheres como beneficiárias directas dos projectos de desenvolvimento, mas, por outro, esta necessidade é entendida como uma questão meramente “administrativa”, o que pressupõe que existe ainda há necessidade de alterar a percepção que existe em algumas comunidades sobre os papéis desiguais género. Facilitar o acesso da mulher aos recursos e meios de produção é importante para prevenir a VBG.

Numa situação de exclusão e vulnerabilidade, o assédio e abuso sexual, uniões forçadas e precoces constituem alguns dos riscos a que as mulheres podem estar expostas, por exemplo quando elas participam em actividades em espaço naturalmente dominado por homens, como por exemplo na construção/melhoria de infra-estruturas (buscar água, arrear, cozinhar, sinalização, etc.) num contexto dominado por estereótipos de género construídas a partir de uma ideologia patriarcal. Outros exemplos dizem respeito às comunidades pesqueiras e de mineração, onde a mobilidade de pessoas (pescadores de outras zonas, compradores, empreiteiros de outras zonas), movimentação de dinheiro aumenta e por causa da vulnerabilidade económica muitas mulheres e crianças são sujeitas à casos de VBG. Por várias razões (aparente consentimento da vítima, o desconhecimento dos canais de queixa, a ausência de mecanismos de reclamação acessíveis, normalização social da violência, fraco conhecimento sobre VBG quer por parte das entidades como da vítima, considerar situações de assédio como “brincadeira”, entre outras) o agressor não é responsabilizado.

O extremismo violento em Cabo Delgado e aumento da pessoas internamente deslocadas, o impacto dos desastres naturais (ciclone Kenneth) particularmente na zona norte, a pandemia COVID-19 que surgiu num contexto já bastante frágil social e economicamente (sobretudo para a região norte) aumentam de forma muito significativa a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à VBG, incluindo o risco de aumento do número relações forçadas, de filhos não assumidos pelos pais e de famílias chefiadas por mulheres, sobretudo devido aos conflitos. Evidências recentes podem ilustrar a forma como estes eventos tiveram um impacto maior nas mulheres e raparigas pelo facto de se encontrarem já expostas a uma situação de risco e vulnerabilidade, o que dificulta o recomeço da sua vida e meios de subsistência incluindo o aumento do risco de VBG nas suas variadas formas.

Um estudo exploratório realizado pela Universidade Eduardo Mondlane em 2019, mostra que em contextos de conflito, as mulheres sofrem todo o tipo de violência (sexual, física, psicológica e social-separação dos membros das suas famílias). O mesmo estudo indica ainda que os conflitos provocam consequências devastadoras para a economia das pessoas (ex. aumento dos preços dos e escassez de produtos). Impactos sociais como o aumento da criminalidade, percepção de perda de valores tradicionais (sentido de respeito intergeracional, reciprocidade, solidariedade).

Por sua vez, o estudo da avaliação do impacto dos ciclones IDAI e Kenneth em homens e mulheres numa perspectiva de género, realizado nas províncias afectadas, incluindo Cabo Delgado uma província já conhecida pelos altos índices de uniões prematuras e outras formas de violência contra mulheres e raparigas, a vulnerabilidade das mulheres e a exposição ao risco de VBG aumentou com a eclosão dos ciclones. Por exemplo, foram reportados casos de abuso.

Desde poder e assédio sexual cometidos contra as mulheres e raparigas em troca de comida, sobretudo nos centros de acomodação ou mesmo nas famílias de acolhimento pelos líderes comunitários e outras pessoas responsáveis nos centros de acomodação e outros locais. O estudo indica ainda que as raparigas em particular, órfãs de pais vítimas de HIV e SIDA, eram as mais vulneráveis e propensas à pressão ao sexo transaccional para pagar a escola, alimentação, e comprar roupa para si e os seus irmãos mais novos. A insegurança, limitou ainda as mulheres de continuarem com as suas actividades de subsistência, como por exemplo, ir a machamba.

A província de Cabo Delgado é desde 2017 assolada por conflitos (extremismo violento), por grupos armados desconhecidos, tendo criado uma situação de instabilidade e insegurança e estima-se que o conflito já provocou mais de 3,800 mortes e o deslocamento de aproximadamente 700,000 pessoas (sendo a maior parte mulheres, raparigas e crianças) que se refugiaram para outras zonas/distritos da província mais seguras ou para Nampula e Niassa. De acordo com um estudo realizado em fevereiro de 2021 pela Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) em Cabo Delgado, nos locais de acolhimento (quer seja nos centros ou em casas de familiares, amigos, etc), as pessoas deslocadas (quer homens como mulheres) internas experimentam várias formas de violência, que incluem: insegurança, aumento da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, falta de recursos/acesso à terra para produzir alimentos (subsistência e oportunidades de negócio), discriminação (são tratadas por “*Anakhoto*” = “pessoas vindas da guerra”), maus tratos ou exploração (serviços domésticos não remunerados, realizados pelas mulheres deslocadas internas em troca moradia), perda de bens materiais, discriminação na base da religião (sobretudo sendo esta muitas vezes vista como o foco do conflito), exclusão na distribuição de bens e serviços. Esta situação para além de agudizar a vulnerabilidade socio-económica das mulheres funciona como bloqueio para a sua recuperação e das suas famílias para que possam recomeçar a reconstruir as suas vidas na zona de acolhimento. Esforços adicionais e uma atenção especial deverá ser tomada em conta para permitir que estes grupos já vulneráveis não sejam excluídos.

Como anteriormente mencionado, a COVID-19 emergiu num contexto já frágil e de alto risco para as mulheres e raparigas sobretudo na zona norte, o que veio a expor as mesmas a vulnerabilidades múltiplas e interseccionais aumentando ainda mais a exposição ao risco da VBG, tal como aconteceu em vários países. Um outro estudo recentemente realizado pela ONU Mulheres e UNFPA em finais de 2020 demonstrou que a VBG aumentou com a eclosão da COVID-19 em Moçambique, incluindo a insegurança das mulheres e o medo de serem vítimas quer em casa como na rua. Ainda, a Covid-19 contribuiu para aumentar o peso do trabalho não remunerado (tarefas domésticas) realizado pelas mulheres o que limita e poderá limitar a sua participação em outras actividades fora de casa.

No meio deste contexto, é importante encontrar medidas e acções que vão contribuir para aumentar a capacidade das mulheres e raparigas sobretudo as mais vulneráveis de participar e beneficiar-se das oportunidades de criação de meios de subsistência que irão contribuir para reduzir a sua vulnerabilidade e risco de VBG que são os principais entraves para o empoderamento das mulheres e raparigas. E existem evidências que mostram que uma atenção específica às necessidades e prioridades das mulheres baseada na resposta aos principais elementos que inibem a sua participação plena nas diferentes iniciativas de desenvolvimento, pode melhorar a situação. A Estratégia de Género do sector Agrícola 2016-2025 assinala que esforços levados a cabo a partir de 2005²⁶ resultaram em progressos assinaláveis no que concerne ao

²⁶ Altura da aprovação da primeira Estratégia do Género do Sector Agrário (EGSA 2005-2010), seguida da aprovação da Política do Género e Estratégia de Implementação (PGEI) e do Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM);

acesso pelas mulheres à terra, aos meios de produção, tecnologias, crédito agrário e mercados agrícolas. Contudo, a mesma fonte reconhece que a participação da mulher em toda a cadeia de produção agrária ainda continua muito baixa quando comparada com a sua contraparte masculina, apesar de as mulheres serem a maioria da população empregue no sector agrário. Por exemplo, em 2012, embora as mulheres participam na agricultura com a maior força de trabalho (81,2%) em comparação aos homens (61,6%), apenas 28% das mulheres tem posse de terra contra 71,07% da contraparte masculina; dos produtores assistidos pela rede de extensão pública, 20,98% das mulheres receberam conselhos técnicos contra 46,5% da sua contraparte masculina; e dos produtores que receberam crédito, 15,81% foram mulheres, contra 71,07% de homens²⁷.

3.2.6 Grupos vulneráveis

De acordo com o QAS do Grupo Banco Mundial, indivíduos ou grupos menos favorecidos ou vulneráveis referem-se àqueles que têm maior probabilidade de serem afetados negativamente pelos impactos do projeto e/ou têm maiores limitações na sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto. Tal indivíduo/grupo também tem mais probabilidade de ser excluído/incapaz de participar plenamente no processo principal de consulta e, conseqüentemente, pode requerer medidas específicas e/ou assistência para tanto. Nessas medidas, serão consideradas questões relativas à idade, incluindo idosos e menores, e circunstâncias onde tal indivíduo/grupo pode ser separado da sua família, da comunidade ou de outros indivíduos dos quais dependa. O estatuto vulnerável pode provir da raça, nacionalidade, origem étnica ou social, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, propriedade, idade, cultura, alfabetização, doença, deficiência física ou mental, pobreza ou desvantagem económica de um indivíduo ou grupo, e dependência de recursos naturais únicos.

A situação de pobreza de grande parte da população confere por si só um estado de vulnerabilidade social, distinguem-se, porém, grupos ou indivíduos mais desfavorecidos na sociedade, que se apresentam de seguida, identificando-se possíveis barreiras que possam levar a que não sejam beneficiados ou sejam mesmo discriminados dos benefícios da vacinação.

Os grupos vulneráveis na área de abrangência do MozNorte incluem, mas não estão limitados ao seguinte: deslocados internos, comunidades anfitriãs, idosos, mulheres e crianças, deficientes, pessoas desempregadas, famílias chefiadas por mulheres e crianças e pessoas com doenças crônicas (por exemplo, HIV / SIDA, leprosas, etc), albinos, pessoas que não sabem escrever nem ler e/ou falam apenas as línguas locais, grupos estigmatizados.

3.2.7 Património Cultural

Segundo a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, Capítulo II, artigo 3, Nº 1, define o património cultural como conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana.

O património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais (móveis e imóveis). Para a análise de potenciais impactos e riscos do Projecto MozNorte importa analisar o património cultural material, que é constituído de bens culturais móveis e bens culturais imóveis.

Bens culturais imoveis, que compreendem as seguintes categorias:

a) Monumentos; b) conjuntos; c) locais ou sítios e d) elementos naturais.

Bens culturais moveis, que compreendem:

a) Espécimes; b) Elementos arqueológicos; c) Manuscritos antigos; d) Objectos históricos e documentos antigos; e) Objectos etnográficos; f) Obras de arte plásticas; g) Filmes e gravações sonoras e h) Documentos e objectos relacionados com personalidades do movimento de libertação nacional.

²⁷ Fonte: Estratégia de Género do Sector Produtivo 2016-2025;

Relativamente aos distritos abrangidos pelo MozNorte, o Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios de Património Cultural de Moçambique²⁸ identifica a existência de bens culturais imóveis apenas nos distritos de Lago e Majune (província de Niassa) e nos distritos de Angoche e Mossuril da Província de Nampula. No distrito de Lago está registada a Base Ngungunyane (sítio de valor histórico ligada à Luta de Libertação Nacional) e em Majune Pinturas rupestres de Nancheve, localizadas na margem direita do rio Luambala. Na cidade de Angoche e vila de Mossuril são identificados diversos monumentos com valor arquitectónico, histórico, e/ou espiritual. Em Mossuril é ainda de destacar um sítio de valor histórico - Mugenga, correspondente ao local onde se travou a de Mugenga, entre os Namarrais e soldados dirigidos por Mouzinho de Albuquerque, em 1895, durante as guerras de ocupação efectiva.

Dentre o património cultural cabe aqui realçar a categoria Elementos arqueológicos. Trata-se de todas as evidências e bens materiais móveis e imóveis: ou qualquer traço da existência do homem, que tenha sido detectado ou possa vir a ser detectado à superfície, no subsolo; leito de águas interiores e plataforma continental, a partir das quais se pode extrair informações arqueológicas sobre o passado da Humanidade, sendo protegidos por lei, e só possíveis de serem removidos ou escavados, com recurso a meios científicos e técnicos apropriados e licenciados pela autoridade competente, incluindo:

- a) objectos produzidos pelo homem, como instrumentos e artefactos de pedra ou ferro, cerâmica, vestígios de adornos em metal, vidro ou osso, vestígios de construções, edifícios e obras, entre outros;
- b) vestígios humanos, antigos cemitérios, jazidas ou locais de enterramento;
- c) vestígios paleontológicos, geológicos e outros vestígios naturais de fauna ou flora, associados aos objectos e vestígios humanos;
- d) outros vestígios que podem auxiliar em questões de datação e esclarecimento.

Pode-se notar que nesta definição de elementos arqueológicos engloba um conjunto bastante vasto de objectos que podem ser encontrados no campo como descobertas fortuitas, o que dificultará na sua identificação para quem não tenha o olho treinado para o efeito. É preciso ter em mente que todo elemento arqueológico faz parte do património arqueológico desde que esteja no contexto da estação arqueológica.

A região norte de Moçambique é caracterizada pela existência de múltiplos recursos naturais como água, diversificada fauna, floresta, silvicultura e matérias-primas (por exemplo granito, quartzo, ferro, ouro, argila, etc.). No passado, a existência de tais recursos, atraiu assentamentos humanos, como é evidenciado pelas estações arqueológicas que foram localizadas nesta região.

Devido às várias limitações (vias de acesso, distância de Maputo à Norte, os conflitos armados, custos de transporte, etc.) a região norte é menos estudada em termos arqueológicos comparativamente com o sul e o centro de Moçambique. No entanto, considerando a geomorfologia, os diferentes ecossistemas (aquáticos e terrestres) e a extensão da área do projeto é provável que as intervenções propostas pelo projecto possam gerar algum impacto em diferentes estações e elementos arqueológicos desconhecidos de diferentes períodos de ocupação na área do projeto. De facto, trabalhos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos por diferentes arqueólogos (Adamowicz 1987; Sinclair 1985a, 1986; Duarte 1993; Madiquida 2007, 2015) identificaram, na zona norte de Moçambique, evidências arqueológicas que resultam da ocupação por diferentes comunidades, que desenvolveram diversificadas actividades como agricultura, domesticação de animais, o comércio a longa distância e fundação de cidades-estado (ver Anexo IXa). Portanto, é provável que existam mais sítios arqueológicos, do que aquelas que já foram identificados, incluindo nos distritos abrangidos pelo MozNorte.

²⁸ Ministério da Cultura. Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios de Património Cultural de Moçambique. Unesco. 2003.

4 Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

A adequada preparação e implementação do Projeto MozNorte trará um conjunto de impactos ambientais e sociais significativos, com destaque para o aumento da resiliência do modo de vida das populações locais e a melhoria da gestão e conservação dos recursos naturais.

Nesta secção são identificados e avaliados riscos e impactos ambientais e sociais que podem afectar o alcance dos objectivos do projecto e/ou resultar em efeitos ambientais e sociais adversos, decorrentes da implementação das actividades financiadas pelo projecto.

A avaliação é baseada na análise das actividades propostas nas diversas componentes do Projecto (Secção 2) e caracterização ambiental e social da área de abrangência apresentada na secção 4, tendo em consideração os requisitos ambientais e sociais apresentados na Secção 3.

Inicia-se com a apresentação dos riscos contextuais presentes na área de abrangência do projeto, que poderão influenciar o alcance dos objectivos do Projecto. Na sequência é apresentada a avaliação de potenciais riscos e impactos ambientais e sociais decorrentes das actividades e intervenções específicas do projeto MozNorte (seus componentes e subcomponentes), inicialmente numa análise temática, que é depois detalhada por fase de preparação/concepção e implementação/operação.

4.1 Riscos Contextuais

Entre os riscos contextuais são identificados riscos ambientais, sociais e institucionais, conforme apresentado nas tabelas seguintes.

Os riscos ambientais compreendem riscos associados a desastres naturais, potenciados pelas mudanças climáticas, mas também riscos de origem antrópica, que resultam na degradação do ambiente, com consequência para a biodiversidade e saúde da comunidade. O MozNorte já integra estratégias de resiliência a mudanças climáticas, principalmente na componente de agricultura.

O contexto de pobreza, que pode constituir um risco para o projecto, está directamente relacionada com as condições de vulnerabilidade social, exacerbadas pela situação de insegurança (associada à acção de insurgentes extremistas e redes criminosas de tráfico), pandemia de COVID-19 e efeitos de choques climáticos. O objectivo do MozNorte visa melhorar a subsistência das comunidades vulneráveis, com especial enfoque nos deslocados internos, mulheres e jovens.

Também os riscos associados com a desigualdade de género, já estão incorporados nos objectivos e estratégias do MozNorte. O projecto prevê abordar a participação das mulheres nas actividades produtivas, bem como nos processos de tomada de decisão no âmbito da gestão do Fundo Comunitário e na gestão dos recursos naturais e atenuar o risco de violência baseada no género (VBG).

Por fim, são apresentados riscos institucionais e estruturais que poderão também afectar o alcance dos objectivos do Projecto e que devem portanto ser devidamente considerados na fase de preparação.

Tabela 10 - Riscos Contextuais

Factor de Risco	Descrição	Risco
AMBIENTAIS		
Ciclone tropical, cheias e inundações	<p>A zona costeira da região Norte apresenta risco ocorrência de ciclones tropicais, marcados por ventos e chuvas intensas, que resultam em cheias severas. Os distritos do MozNorte com risco muito alto de ocorrência de ciclones são Moma, Larde, Angoche e Mossuril. Memba e Erati apresentam risco alto.</p> <p>Todos os distritos da faixa costeira, em análise possuem risco moderado de ocorrência de cheias, junto aos principais rios. O mesmo acontece no distrito de Erati.</p> <p>Estes eventos podem ter como efeito indirecto o deslizamento de terras, erosão etc.</p>	<p>Perda de vidas e de estruturas, equipamentos, insumos, produtos, culturas agrícolas e animais de unidades de pecuária.</p> <p>Desarticulação da coesão social e agravamento das condições para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento e do projecto</p> <p>Contaminação ambiental por fuga / derrame de resíduos e/ou substâncias perigosas</p>
Seca	<p>As secas ocorrem com maior frequência na zona costeira, incluindo no distrito de Memba.</p> <p>Prevê-se que as mudanças climáticas aumentem o risco de seca</p>	<p>Produção afectada por escassez de água para a produção</p> <p>Crescente pressão sobre os recursos hídricos e aumento de conflitos de uso da água com outros utilizadores</p>
Incêndios florestais	<p>Resultam essencialmente da disseminação descontrolada de fogos para abertura de novos campos agrícolas.</p> <p>As mudanças climáticas têm o potencial de agravar o risco de incêndio, pela alteração da frequência, da intensidade, da severidade e da sazonalidade dos fogos</p>	<p>Unidades dos subprojectos afectadas por incêndios descontrolados</p> <p>Aumento da contribuição e da visibilidade de Moçambique como contribuinte para a degradação florestal em oposição ao seu potencial papel de sumidouro de dióxido de carbono</p>
Exploração ilegal de recursos naturais	Exploração ilegal de floresta natural e fauna, através de redes de crime organizado, com envolvimento de populações locais e conivência de autoridades locais e funcionários do estado, incluindo fiscais através de esquemas de corrupção	<p>Risco sobre áreas de conservação alvo do MozNorte</p> <p>Risco de membros da comunidade local preferirem manter este tipo de actividade, mais lucrativa</p> <p>Risco de sabotagem de projectos que visam alterar a gestão e aumentar a fiscalização</p>
Degradação/poluição ambiental	Áreas sujeitas a contaminação ambiental, nomeadamente contaminação resultante de actividade artesanal, ilegal, nos distritos de Majune, Montepuez e Namuno.	Água com qualidade imprópria limita a utilização para os usos pretendidos pelos subprojectos, requerendo fontes alternativas ou tratamento adicional
COVID-19	Desde Fevereiro 2020 a pandemia COVID-19 vem assolando Moçambique, à semelhança do que vem acontecendo no Mundo, com perda de muitas vidas e levando à declaração de estado de emergência, com restrições na circulação de pessoas e na actividade económica.	<p>Risco de aumento da disseminação da pandemia, com aumento de perdas de vida</p> <p>Risco de impactos na economia, em resultado das medidas de contenção da pandemia</p>
SOCIAIS		
Pobreza	a pobreza com base no consumo afecta 46% da população Moçambicana, sendo a sua incidência muito maior no meio rural, onde metade da	Risco de exploração de pequenos agricultores ou pescadores, na relação com beneficiários e/ou com compradores de produção, devido a fraca capacidade de negociação e acentuação do seu estado de pobreza.

Factor de Risco	Descrição	Risco
	<p>população vive abaixo da linha da pobreza²⁹. A nível regional, a zona Norte é a que apresenta uma maior incidência (55,1%), com particular destaque para as Províncias de Niassa (60,6%) e Nampula (57,1%).</p> <p>Particular vulnerabilidade ocorre em agregados familiares liderados por idoso, mulheres solteiras ou com portadores de deficiência e doença crónica.</p>	
Insegurança por ataques de insurgentes extremista e redes de crime organizado	Os distritos situados na zona norte e faixa costeira da província de Cabo Delgado têm estado a ser objecto de ataques de insurgentes extremista, resultando em grave insegurança, com perdas de vida e desarticulação da vida económica e social das populações locais e de outras entidades.	Nas zonas em que a acção da violência extremista se faz sentir e naquelas para as quais os deslocados pela mesma se fixam torna-se muito difícil abraçar uma agenda de desenvolvimento com enfoque em resultados de médio/longo prazo. Isso milita contra os objectivos essenciais do projecto.
Deslocados internos	<p>Os deslocados internos abandonam as suas vastas áreas de origem e de desenvolvimento das suas actividades de subsistência, para se concentrarem em áreas limitadas nos pontos de acomodação que até ao momento se situam no sul e leste da província de Cabo Delgado (mais de 80%) e no norte da Província de Nampula (cerca de 10%).</p> <p>Nestes pontos o modelo de acomodação e reorganização da vida tem dado mostras de preferência por (i) juntar-se a familiares e amigos; (ii) auto acomodação com recursos a meios próprios, incluindo (iii) a preferência por meios urbanos e/ou urbanizados (por ex. Pemba, Nampula, Namialo, etc.). O modelo de acomodação institucionalizado (campos de acomodação geridos pelo governo e/ou outras agências) e os meios rurais aparentam ser de menor preferência.</p> <p>Têm-se registado tensões e conflitos entre deslocados e comunidade hospedeira, devido a:</p> <ul style="list-style-type: none"> agravamento da pressão sobre bens e serviços sociais (educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, terra e outros recursos naturais) que já de si se encontram sobrecarregados; risco de haver insurgentes entre os deslocados, que possam criar novos focos de insurgência. <p>A auto acomodação tem o potencial de mascarar problemas tais como traumas psicológicos e outras necessidades básicas de que os deslocados são portadores que de outro modo poderiam ou deveriam ser objecto de atenção dedicada e medidas de gestão.</p> <p>Os grandes campos onde os deslocados internos vivem e partilham recursos escassos cria condições a propagação de doenças contagiosas, doenças</p>	<p>Risco de que priorização de benefícios e para deslocados possa despoletar tensões e conflitos, entre deslocados e comunidades hospedeiras.</p> <p>Risco de os deslocados não estarem motivados para aderirem às actividades do MozNorte, por considerarem o assentamento temporário (pretendendo regressar à zona de origem) e/ou por trauma psicológico.</p> <p>Risco de tratamento dos deslocados como um grupo homogéneo pode minar o sucesso dos objectivos de benefício.</p> <p>Risco de tratamento discriminativo na entrega de apoio, por medo de inclusão de insurgentes em grupos originários de áreas atacadas específicas, sobre quais circula informação sobre insurgentes, em como se disfarçam entre a população, ou que estão potencialmente prontos a tornarem-se insurgentes.</p> <p>O risco de o MozNorte estar a tentar estabilizar e estabelecer populações em áreas de acolhimento sem recursos suficientes para as apoiar a longo prazo.</p> <p>Risco de falta de vontade das populações anfitriãs em proporcionar espaço para o assentamento e para agricultura para os deslocados, estado a ser forçadas pelo governo, a ceder terras.</p> <p>Risco de percepção, por parte das ONG de vigilância, de que o governo está a facilitar a redistribuição de terras em grande escala.</p> <p>As deficientes condições sanitárias, baixa segurança alimentar e alto risco de propagação de doenças afectam a capacidade para trabalhar e participar na restauração dos seus meios de subsistência.</p>

²⁹ A linha de pobreza nesta óptica, baseia-se no consumo alimentar (através da definição de um cabaz alimentar básico) e não alimentar (nível consumo de outros itens relativamente ao consumo alimentar). Linhas de pobreza alimentares, não alimentares e totais foram calculadas para 13 domínios espaciais.

Factor de Risco	Descrição	Risco
	<p>transmitidas pela água como a cólera, altas taxas de malária e COVID.</p> <p>Não existe uma homogeneidade e coesão social entre os deslocados. Compreendem, diferentes proveniências de origem, diferentes modos de vida, religião, etc. Incluem indivíduos especialmente vulneráveis ou discriminados, nomeadamente mulheres, crianças, idosos, deficientes, entre outros</p>	
Discriminação da mulher na sociedade	<p>Disparidades de género, em regra geral desfavorecem as mulheres relativamente aos homens, evidentes em várias dimensões da vida social e económica, principalmente nas zonas rurais, onde sistemas de organização social patrilineares e matrilineares assumem ainda um peso significativo nos usos e costumes das famílias. Daqui decorre limitado poder de decisão, falta de acesso por parte da mulher à posse da terra e a recursos financeiros.</p>	<p>Envolvimento limitado de mulheres derivado das normas sociais e do limitado poder de decisão, falta de acesso por parte da mulher à posse da terra e a recursos financeiros.</p> <p>Abordagem paternalista da inclusão das mulheres por quotas, sem verificar o potencial estratégico e realista em termos de benefícios e custos.</p> <p>Risco de, após com líderes (homens) terem sido cedidas terras anteriormente utilizadas por mulheres, sem que estas tenham sido consultadas no processo de cedência, dada a autoridade primordial dos homens.</p>
Violência baseada no género	<p>A violência baseada no género, incluindo a exploração e abuso sexual, é persistente e generalizada, estando acentuada na Região Norte em face da situação de conflito e de IDP, extremamente fragilizados e vulneráveis.</p>	<p>Risco de ocorrência de VBG durante a implementação de actividades do MozNorte</p>
Conflito Homem – Fauna Bravia	<p>Principalmente dentro da REN e no seu entorno, os corredores com assentamentos humanos obstruem a passagem de grandes mamíferos, no norte e sul da REN, causando danos nas culturas e perda de vidas humanas.</p> <p>Na REN e Chipanje Chetu são comuns danos às culturas por babuínos, macacos e porcos selvagens.</p> <p>Ocorrem também conflitos, ao longo dos rios, na competição pelo acesso à água.</p> <p>Em particular, em situações em que há perda de vida, mas também em outros danos a propriedades, o custo das perdas não é devidamente compensado.</p>	<p>Risco de perda de vidas humanas, destruição de estruturas, perda de culturas, associadas ao MozNorte.</p> <p>Ameaça à adesão a iniciativas de conservação de fauna bravia.</p> <p>Risco de as perdas se tornarem insuportáveis pelas famílias, levando à matança de mais vida selvagem.</p> <p>Riscos de se escolher uma abordagem simples para a gestão de conflitos, que não construa um mecanismo de incentivos sustentável para pós-projecto.</p>
INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS		
Falta de capital humano	<p>Apesar de crescente melhoria, o País continua a enfrentar deficiência de quadros técnicos qualificados, principalmente a nível provincial e distrital</p>	<p>Dificuldades na análise técnica, com influência no desempenho e no processo de tomada de decisão.</p> <p>A falta de pessoal nas instituições, a nível da gestão intermédia resulta em estratégias de campo fracas e intervenções de capacitação da comunidade que não terão impactos duradouros.</p>
Falta de infraestruturas e recursos físicos, nomeadamente de transporte e comunicação	<p>No meio rural a rede de estradas é limitada, sendo as existentes em geral de circulação limitada na época chuvosa.</p> <p>Dificuldades de comunicação, principalmente em áreas remotas, distantes da rede viária principal e principais centros populacionais</p>	<p>Dificuldades de acesso e comunicação entre actores das cadeias de valor.</p> <p>Dificuldades de acesso e comunicação da equipa afecta ao projecto e dos técnicos que prestam apoio aos vários beneficiários.</p> <p>Como consequência da falta de infra-estruturas, as intervenções dos projectos só apoiam os</p>

Factor de Risco	Descrição	Risco
		beneficiários em condições de fácil acesso e não os mais necessitados.
Limitações da agricultura, florestas e pescas para responder aos desafios do desenvolvimento na zona norte (e do país)	Devido à baixa produtividade e limitações no acesso ao mercado, as actividades de agricultura, florestas e pescas, são essencialmente de subsistência, não atraindo as camadas jovens.	Risco de falta de motivação por parte dos jovens para adesão a actividades de agricultura, florestas e pescas propostas pelo MozNorte
Desemprego massivo, sobretudo dos jovens	Desemprego e falta de perspectivas levam a que jovens adiram a práticas ilegais de exploração de recursos naturais ou redes criminosas de comércio ilícito, que gerem maiores rendimentos	Risco de falta de motivação por parte dos jovens para adesão a actividades de MozNorte, em detrimento de outras com maiores rendimentos. As consequências são a participação em actividades ilegais podem ser actividades criminosas, a longo prazo, de apoio ao crime organizado ou para a maioria, marginalização e maior empobrecimento, especialmente devido à associação do rendimento disponível com o consumo de álcool e drogas
Falta de cultura de associativismo / cooperação	A adesão às associações em Moçambique é condicionada por uma percepção com conotações de cunho negativo devido a um contexto histórico ligado à criação de cooperativas num estado de orientação colectivista. A maioria das associações em Moçambique foram criadas em resposta a estímulos externos, quer se trate de financiamento de projectos ou de instruções do governo ou de requisitos por lei. A maioria não persiste para além do imediato e curto prazo enquanto existirem as circunstâncias iniciais favoráveis.	Criação de associações seguindo uma orientação de cima para baixo, pode resultar em baixa taxa de sucesso. A criação de um associativismo funcional terá de ser de baixo para cima, recorrendo a grupos de interesse assentes nos grupos costumeiros e nos grupos de confiança que normalmente são estabelecidos em meios mais restritos (de familiares ou de vizinhos). Os requisitos para formar grupos para garantir o acesso aos fundos, particularmente se os deslocados internos forem incluídos, podem gerar altas taxas de desconfiança e inveja.
Fraqueza dos Comités de Gestão de Recursos Naturais	Em geral os CGRN estão desmotivados, pouco organizados e pouco activos. Não têm um estatuto legal, embora tenham sido institucionalmente encarregados da GRM. O seu funcionamento a longo prazo para gerir os recursos naturais não foi considerado a favor da sua posição, como gestores de fundos em benefício da comunidade. A função a médio e longo prazo de grupos comunitários voluntários, sem estatuto legal, precisa de ser inserida num mecanismo de financiamento, a longo prazo, que apoie uma gestão transparente e a partilha de benefícios, caso contrário não dura. Isto tem sido amplamente demonstrado em todo o país	Dificuldades na mobilização dos CGRN para as actividades de gestão comunitária previstas no MozNorte. Os benefícios para os membros da CGRN não compensam os custos das suas actividades na GRM. O apoio do governo local não dá prioridade à aplicação da lei através da CGRN. O número de CGRN pode ser demasiado para que sejam efectivamente devidamente cobertos e pagos, através do imposto de 20%, de forma a proporcionar motivação suficiente para que continuem a trabalhar.

4.2 Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais inerentes à implementação do MozNorte

4.2.1 Introdução

Nesta secção são identificados e avaliados os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais do Projecto MozNorte. Apresenta-se inicialmente uma síntese dos riscos e impactos identificados, seguindo-se a sua apresentação e avaliação de forma mais detalhada, para as fases de preparação e/ concepção e fase de implementação, por cada uma das subcomponentes do projecto, indicando-se as respectivas medidas de mitigação.

A avaliação dos impactos e riscos ambientais e sociais é realizada utilizando a seguinte escala qualitativa de risco.

Matriz Qualitativa de Risco e Impacto		Consequência				
		Desprezível	Marginal	Médio	Crítico	Extremo
Probabilidade	Quase Certo					
	Provável					
	Possível					
	Pouco Provável					
	Raro					

Elevado		Substancial		Moderado		Baixo
---------	--	-------------	--	----------	--	-------

Figura 13 – Escala qualitativa de avaliação de risco

4.2.2 Síntese de Riscos e Impactos

4.2.2.1 AMBIENTAIS

O MozNorte tem associados impactos ambientais positivos decorrentes da promoção de actividades económicas (Componente 1) ambientalmente sustentáveis (que reduzem a pressão sobre os recursos naturais) e resilientes a choques climáticos, assim como, na Componente 2, actividades que visam a melhoria da gestão de recursos naturais e o reforço da conservação.

No desenvolvimento de actividades económicas, como agricultura e pesca o MozNorte está a adoptar estratégias de produção sustentável e resiliente a eventos climáticos extremos, o que é também um impacto ambiental positivo a destacar. Há, no entanto, o risco de dificuldades na efectiva implementação por falta de sensibilização e motivação dos beneficiários (principalmente no caso das PDI, com traumas psicológicos e vontade de regressar à área de origem), mas também por falta de capacidade de assistência do extensionistas do SDAE ou falta de meios de mobilidade. A continuidade de adopção destas práticas a longo prazo é outro desafio a ser gerido pelo Projecto.

Assim, é de esperar que na área abrangida pelas actividades da Subcomponente 2.1 (Província de Nampula) o projecto contribua para a melhoria da gestão florestal e fiscalização, bem como o desenvolvimento de actividades de gestão sustentável da exploração da biomassa resultando numa redução da pressão de

desflorestação. Daqui resultam impactos positivos para a biodiversidade associada à floresta, bem como aos diversos serviços dos ecossistemas relacionados, com destaque para a captação de CO₂, recarga de aquíferos. As actividades da Subcomponente 2.3 de Gestão da Pesca irão contribuir para o aumento da fiscalização da pesca nos distritos costeiros abrangidos pelo Projecto, bem como no Lago do Niassa, afectados pela sobreexploração dos recursos. Espera-se que haja um maior controle no licenciamento e na fiscalização, bem como actividades de recuperação de mangal, ecossistema-chave para a produtividade costeira. No entanto, em ambos os casos o sucesso destas actividades dependem do efectivo envolvimento das comunidades, nomeadamente através dos CGRN e dos CCPs, conforme discutido abaixo na secção dos riscos e impactos sociais. A falta de sucesso de anteriores iniciativas mina o sucesso de novas iniciativas de GCRN, que requer bastante tempo para a preparação prévia das comunidades.

Também as actividades da Subcomponente 2.2 – Maneio melhorado e mais inclusivo das Áreas de Conservação, com apoio na fiscalização e gestão de áreas de conservação alvo e reforço do envolvimento comunitário (RNE e APAIPS, Chipange Tcheto e Bloco 4 Leste) tenderão a contribuir para a melhoria da conservação da biodiversidade no Niassa, nomeadamente um maior controle da pressão exercida pelos caçadores e madeireiros furtivos. Também aqui o sucesso do Projecto estará dependente do efectivo envolvimento das comunidades, através do COGECO.

O MozNorte inclui, contudo, actividades, que apesar de serem de pequeno porte poderão ter impactos ambientais adversos, que irão requerer a adopção de medidas de mitigação logo na fase de preparação / concepção, bem como durante as fases de implementação e operação, tendo em consideração a hierarquia de mitigação. Tais actividades compreendem a construção e/ou reabilitação de infraestruturas e actividades económicas (principalmente agricultura, pecuária, aquacultura e floresta) contempladas tanto na Componente 1 como na Componente 2, conforme apresentado na tabela seguinte.

Na secção 6 são apresentados os procedimentos de avaliação e gestão ambiental a serem adoptados por todos estes subprojectos, que passam pela prévia triagem ambiental e social e identificação de instrumentos de avaliação e gestão a serem preparados e implementados.

Tabela 11 – Infraestruturas e actividades económicas contempladas no MozNorte

Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias
<u>Subcomponente 1.1 – Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade)</u>
<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estruturas sociais e económicas a serem propostas pelos distritos (ex: escolas secundárias, maternidades, estradas, mercados, regadios), cerca de 700 mil USD por distrito; - Infra-estruturas sociais e económicas propostas pelas comunidades (90 mil USD, por comunidade, ao longo dos 5 anos))
<u>Subcomponente 1.2 – Intervenções em agricultura de conservação)</u>
<ul style="list-style-type: none"> - Planos de negócio propostos por pequenos agricultores comerciais emergentes (PACE) para subvenção comparticipada (modelo Sustenta – selecção através da Unidade de Subvenções Comparticipadas do FNDS) - Áreas propostas para agricultura para pequenos agricultores - organização de agricultores vulneráveis, em grupos ou cooperativas, apoiadas por agentes públicos de extensão)
<u>Subcomponente 1.4 – Intervenções em pesca Sustentável)</u>
<ul style="list-style-type: none"> - Propostas para subvenção comparticipada para pescadores elegíveis - Planos de negócio de PME para desenvolvimento de actividades na cadeia de valor de pesca ou aquacultura - Pequenas infraestruturas relacionadas com a cadeia de valor da pesca - Restauração de mangais
Componente 2 - Melhoria gestão dos recursos naturais
<u>Subcomponente 2.1 Melhoria da Gestão das Florestas e Riscos Climáticos</u>
<ul style="list-style-type: none"> - Produção sustentável de carvão

- Abertura e manutenção de acessos e aceiros, sistema de abastecimento de água, com furo de água
Subcomponente 2.2 – Maneio melhorado e mais inclusivo das Áreas de Conservação (REN, Chipanje Tcheto, Bloco L4E, APAIPS, PNQ):
- Construção de infra-estruturas de fiscalização (centro de coordenação, postos, portões e reabilitação de pontecas)
- Construção de infraestruturas melhoradas para desenvolvimento comunitário e turístico (abastecimento de água, energia, saúde, educação)
- Melhoria das infraestruturas/equipamentos sociais básica e promoção de actividades sustentáveis de subsistência (apicultura, pecuária, piscicultura, agricultura de conservação)

A implementação destas infraestruturas e actividades económicas requerem implantação espacial, com potenciais riscos e impactos ambientais adversos, que se prevêm como pouco significativos, relacionados com actividades de desmatagem e movimentações de terras, designadamente:

Destruição / fragmentação de habitats naturais, sendo de maior preocupação nas áreas já consideradas importantes para a biodiversidade, designadamente quando integradas em áreas de conservação, sítios Ramsar e áreas importante para avifauna, mas também habitats naturais de elevado valor para a biodiversidade, tais como mangais, corais e ervas marinhas (no meio aquático) e terras húmidas, habitats ripários, floresta sempre verde e floresta associada a terras húmidas (no meio terrestre), principalmente nas áreas em que se encontram em maior estado de preservação. Deve ser implementada a hierarquia de mitigação, que deve começar por evitar actividades nas áreas mais sensíveis em termos de biodiversidade e a minimização da desmatagem de habitats naturais (com proibição de abate árvores preciosas e árvores de grande porte). Deve ser ainda promovida o restauro de todas as áreas que venham a ser degradadas por actividades do projecto (mesmo nos projectos agrícolas, apesar de no MozNorte não estarem previstas actividades de recuperação de áreas degradadas em áreas agrícolas, conforme praticado no Projecto Sustenta)

Perturbação da fauna, principalmente quando na proximidade de áreas de conservação (REN, PNQ, APAIP) ou áreas que actuem como corredores ecológicos naturais – tal é particularmente crítico em áreas / corredores de migração / circulação de grandes mamíferos (podendo resultar em conflito homem-animal), mas também áreas que albergam aves migratórias (como Sítio RAMSAR do Lago do Niassa ou APAIPS) ou peixes migratórios (caso do Lago do Niassa). Devem ser evitadas a implantação de actividades em áreas onde é conhecida a presença de números significativos de espécies faunísticas. Devem ser evitadas actividades perturbadoras (principalmente ruidosas) nos períodos de migração e nidificação.

Erosão e sedimentação, decorrente exposição do solo a factores erosivos, após desmatagem, resultando em perda de solo, aumento de sólidos suspenso nos corpos de água e sedimentação, com implicações adversas para os ecossistemas aquáticos. Não devem ser realizadas desmatagem e movimentação de terras na época chuvosa. Devem ser adoptadas medidas de contenção de escorrências e protecção dos solos (*mulching*)

Aumento da concentração de material particulado no ar, em resultado da movimentação de terras e exposição de solos, principalmente na época seca, em dias ventosos. Requer implementação de medidas de gestão de poeiras que passam por evitar movimentações de terras em dias ventosos, cobertura pilhas de terras e humedecimento de áreas desmatadas (quando junto a áreas sensíveis a poeiras)

Alteração da drenagem natural, na sequência de movimentação de terras, e consequentes impactos adversos nos habitats ripários. As linhas de drenagem natural devem ser preservadas.

Na fase de construção de infraestruturas e também na fase de operação poderão ocorrer os seguintes potenciais riscos e impactos:

Contaminação de solos e águas por efluentes líquidos, resíduos sólidos ou substâncias perigosas, com impactos indirectos na biodiversidade, saúde e segurança de trabalhadores e comunidades. É requerida a adopção de medidas adequadas de gestão de resíduos sólidos, águas residuais e substâncias perigosas (em especial pesticidas, na actividade agrícola, mas também óleos usados e outros produtos químicos). Especial atenção deve ser dada à gestão de resíduos perigosos tais como óleos usados, pesticidas obsoletos e mesmo resíduos hospitalares (no caso das instalações sanitárias da REN) que requerem medidas específicas determinadas por diplomas legais específicos.

Contaminação da qualidade do ar, em resultado de emissões atmosféricas por veículos, equipamentos e máquinas utilizados nas fases de construção e operação, que incluem designadamente a emissão de GEE. É requerida a utilização de equipamentos eficientes em termos energéticos e com reduzidos níveis de emissões atmosféricas e a adequada manutenção.

Uso da água, que podem criar impactos na disponibilidade de água na envolvente ou a jusante, afectando ecossistemas aquáticos, se não for mantido um caudal ecológico.

Algumas das actividades económicas têm especificidades, sendo de destacar as actividades que envolvem o uso de recursos naturais vivos (caça, floresta, agricultura, pecuária, pesca e aquacultura), com os seguintes potenciais riscos e impactos adversos:

Sobreexploração de recursos, principalmente no caso de caça e pesca, mas também agricultura, que pode levar à exaustão do solo. É requerida a adopção de práticas sustentáveis, incluindo a agricultura de conservação.

Disseminação de espécies exóticas e invasoras, resulta da introdução de espécies exóticas de fauna e flora, que deve ser proibida em áreas de conservação e/ou de elevado valor em termos de biodiversidade. Especial atenção para aquacultura, onde há risco de fuga de espécimes para os corpos de água, provocando alterações nos ecossistemas aquáticos

Desenvolvimento de pragas, quer seja na agricultura, pecuária ou aquacultura, com consequências para a biodiversidade, sendo requerida a adopção de práticas de gestão integrada de pragas.

Desenvolvimento de zoonoses, em resultado de má gestão da saúde e bem-estar animal. É requerido o acompanhamento da sanidade animal e a adopção das boas práticas do WB de bem-estar animal.

Para o caso de actividades envolvendo a exploração de recursos naturais (aquacultura, exploração de produtos florestais ou mesmo agricultura) abrangidas tanto pela componente 1 como pela 2, deverá ser devidamente considerados o risco de sobreexploração do recurso, sendo requerida a implementação de medidas que assegurem a gestão sustentável de recursos naturais tal como requerido pela NAS6. Da mesma forma, os planos de manejo de áreas de conservação ou gestão comunitária de recursos naturais, devem integrar Planos de Gestão da Biodiversidade, conforme requerido pela NAS6.

Dada a situação da **pandemia do COVID-19**, todas as actividades terão risco associado de propagação do vírus, sendo necessária a adopção de medidas de prevenção para protecção de trabalhadores e da comunidade em geral.

Todas as actividades têm associadas riscos de **saúde e segurança ocupacional** que requerem a adopção de procedimentos de gestão de mão de obra (Anexo X).

Os distritos com risco mais elevado de **eventos climáticos extremos** estarão mais vulneráveis a riscos climáticos, devendo adoptar procedimentos de prevenção e resposta a desastres climáticos (Anexo VIII). No entanto, todas as actividades financiadas pelo MozNorte devem integrar medidas de adaptação mudanças climáticas que os tornem mais resilientes.

4.2.2.2 SOCIAIS

Sendo o foco do Projecto MozNorte a melhoria da subsistência das comunidades vulneráveis, com especial enfoque nos deslocados internos, mulheres e jovens, é à partida de esperar que, em termos sociais, a implementação do Projecto resulte em num impacto positivo para as populações abrangidas. Simultaneamente o Projecto poderá contribuir para o reforço na confiança do Estado, no que toca à resposta às necessidades das populações, o que pode ajudar a reduzir as situações de conflito e insegurança, actualmente existentes.

O MozNorte inclui actividades como por exemplo a construção/reabilitação de infraestruturas e o apoio a actividades económicas (tais como a agricultura e pesca), que visam a melhoria dos meios de subsistência das comunidades-alvo (Componente 1), o que por si só resultarão em impactos positivos para as comunidades alvo, principalmente nos distritos com maior nível de pobreza e para os grupos alvo mais vulneráveis, designadamente mulheres e deslocados internos.

Prevê também o envolvimento das comunidades na gestão de recursos naturais (subcomponente 1.5), numa perspectiva de melhoria de condições de vida e desenvolvimento económico, que constituirá um impacto positivo, embora os resultados podem não ser imediatos, criando desafios, conforme discutido abaixo.

Há, portanto, riscos adversos que terão de ser devidamente considerados durante as fases de preparação e implementação das diversas actividades. Nas secções 5.2.3 e 5.2.4, os riscos e impactos sociais são apresentados por fase do projecto, e indicação da respectiva medida de mitigação.

Relativamente aos impactos adversos resultantes da implantação de espacial /física de infraestruturas e actividades económicas são de destacar os seguintes impactos sociais adversos:

Perdas físicas e ou económicas relacionadas com a aquisição de terras em resultado da implementação de infraestruturas e/ou actividades económicas financiadas pelo MozNorte (listadas na Tabela 11 acima). Apesar de não serem elegíveis pelo MozNorte actividades que resultem em reassentamentos significativos, a implantação de infraestruturas e/ou actividades económicas pode resultar em pequenas perdas físicas ou económicas relacionadas com o uso da terra. Nestas situações terão de ser seguidas as medidas definidas no Quadro de Política de Reassentamento que visam o restabelecimento ou melhoria da situação antes das perdas. Cabe aqui clarificar que os blocos de terra a serem utilizados para agricultura pelos deslocados internos, no âmbito da Componente 1 do MozNorte serão atribuídos pelo Governo, através do Projecto Terra Segura (MOzLand), não estando cobertos pelo QPR do MozNorte.

Perda ou perturbação de património cultural (actividades listadas na Tabela 11 acima), inclui danos ou perturbação em locais com património cultural, incluindo locais sagrados, locais históricos, campos ou achados arqueológicos. É recomendado que se evite actividades junto a locais reconhecidos como de importância cultural, que devem ser previamente mapeados. Deve ser implementado o procedimento de achados fortuitos, conforme definido legalmente.

As actividades das Componentes 1 e 2 que têm associados benefícios para as comunidades, quer seja através de infraestruturas, actividades económicas ou participação na gestão de recursos naturais, que podem não alcançar os objectivos por:

Risco de captura de benefícios pelas elites – Principalmente nas actividades a serem financiadas pelo Fundo Comunitário (Subcomponente 1.1) e por mecanismos de subvenções comparticipadas (Subcomponentes 1.2 e 1.3). No Projecto Sustenta e MaisPeixe foram identificadas situações passadas em que as lideranças locais influenciaram, o processo de candidatura de subvenções, em busca de vantagens e clientelismo, o que poderá acontecer no MozNorte se não forem adoptadas desde a fase de preparação medidas de mitigação, a serem monitorizadas na implementação. Também no Fundo Comunitário, haverá o risco de os governos distritais e autoridades locais influenciarem/capturarem

o processo de selecção e tomada de decisão por parte das comunidades, afectando o objectivo do projecto de gestão comunitária do FC, baseada na demanda.

Risco de os deslocados não aderirem às actividades do MozNorte por falta de motivação, por considerarem o assentamento temporário (pretendendo regressar à zona de origem) e/ou por trauma psicológico.

Risco de baixo envolvimento de mulheres por reduzido papel nos processos de tomada de decisão e marginalização no acesso a tecnologia e benefícios, especialmente no que diz respeito ao acesso e segurança da posse à terra, ao cumprimento dos requisitos para a concessão de financiamento, que exigem pelo menos a alfabetização básica, a participação em parcelas de demonstração e a aceitação de novas culturas básicas (que exigem mais esforço do que a mandioca), e à utilização de novas tecnologias que os jovens e os homens procuram competitivamente .

Risco de os jovens não aderirem ao projecto, por falta de confiança no projecto e no Estado em geral, falta de confiança na obtenção de rendimento, através de projectos de agricultura ou pesca. Os retornos a longo prazo da agricultura não satisfazem as suas necessidades imediatas percebidas e não tem sido uma área socialmente prioritária para os jovens homens investirem. Requer um programa de comunicação abrangente, com mensagens dirigidas especificamente aos jovens, acompanhado de um processo participativo, com o envolvimento de jovens, na definição de critérios de elegibilidade e processos de tomada de decisão.

Risco de maior empobrecimento, por endividamento, nos projectos de subvenções participadas (agricultura e pesca), quando os insumos e equipamentos são atribuídos a preços superiores aos praticados no mercado, quando não são entregues a tempo de serem utilizados na época agrícola, ou quando se apresentam deteriorados. São recomendadas medidas para os procedimentos de aquisição, que devem ter em conta os preços do mercado local e privilegiar fornecedores locais (dinamizando a economia local).

Benefícios reduzidos para os pequenos agricultores, por baixa capacidade de negociação na venda da produção, sendo requerido apoio do MozNorte (através dos facilitadores) em estratégias de comercialização e negociação, incluindo a organização dos produtores na definição de preço de venda.

Redução dos benefícios para comunidades locais de áreas/programas de conservação, caso seja privilegiado o ecoturismo em detrimento do turismo cinegético. Os requisitos administrativos e de gestão das ACC exigirão mais esforço, mas o contrato de benefícios não mudará no que diz respeito a Chipanje Chetu. A APAIPS não tem programas que aumentem os benefícios comunitários e compensem as perdas dos meios de subsistência com recursos disponíveis, para implementação, durante o período de apoio da MozNorte, ao estabelecimento das equipas de protecção de recursos fiscais. A REN exige a instalação de benefícios baseados no desempenho da gestão da vida selvagem, para compensar perdas que são complexas e exigem muito esforço por parte dos CGRNs, impulsionados pelos requisitos de gestão em torno da ocupação física e utilização pelas comunidades dos corredores propostos para a vida selvagem.

Dada a situação de vulnerabilidade social, o projecto pode vir a gerar expectativas de benefícios que não são alcançados, por limitação dos recursos disponíveis ou pelo prazo em que serão atingidos.

Expectativa de relativamente aos benefícios do projecto, podem não ser atingidas, pela limitação o fundo disponível.

Expectativa de benefícios de curto prazo, por parte das comunidades envolvidas em CGRN (subcomponentes 2.2), sem que todos os intervenientes tenham em consideração os seguintes factores, os benefícios dos investimentos na conservação e desenvolvimento serão de curta duração: Um equilíbrio justo e viável entre os custos sociais individuais a curto prazo (esforço da CGRN) e os

benefícios a longo prazo da comunidade, decorrentes das actividades da CGRN (para que estes incentivos sejam acertados, devem ser considerados os períodos diferenciados de custos e benefícios).

Algumas das actividades poderão ser geradoras ou potenciadoras de conflitos já latentes na região:

Conflitos nos processos de selecção de beneficiários (basicamente em todas as actividades das componentes 1 e 2, que envolvam financiamento de infraestruturas e/ou actividades económicas, incluindo na selecção das comunidades alvo, selecção de participantes nas capacitações comunitárias, nos órgãos comunitários de tomada de decisão, na selecção de beneficiários de infraestruturas e/ou de actividades económicas.

Intensificação de conflito entre deslocados internos e comunidade hospedeira em resultado da implementação de actividades que beneficiem os deslocados, sem ter em consideração as necessidades da comunidade hospedeira (em infraestruturas e equipamentos sociais, recursos naturais, designadamente terra). Recomenda-se a adopção de processos transparentes e inclusivos, também beneficiando as comunidades hospedeiras, sendo recomendada a assistência com estratégias de gestão de conflito.

Conflitos com as comunidades locais resultantes do aumento da fiscalização da exploração de recursos naturais, sem que se tenha antes apostado em campanhas de informação e sensibilização e encontrado formas de envolvimento e negociação com as comunidades sobre contrapartidas, conforme desenvolvido no Quadro do Processo de Envolvimento. É requerida a definição de Acordos de Compromissos com as comunidades nas áreas onde em o acesso aos recursos é reduzido ou perdido, devido à implementação da protecção dos recursos por fiscais e outros grupos (incluindo o CGRN), envolvidos na aplicação das restrições e no desenvolvimento participativo de Planos de Acção para o Desenvolvimento Comunitário (PADC) para compensar essas perdas

Conflitos com redes organizadas de exploração ilícita de recursos naturais resultantes do aumento da fiscalização da exploração de recursos naturais que podem aumentar a situação de insegurança da região e provocar conflitos a nível local nos assentamentos de deslocados e nas suas imediações. Seguir as directrizes de segurança do Projecto e mitigar, assegurando um GRM funcional em todas as CA, assegurar que as questões de segurança relativas aos recursos naturais são partilhadas adequadamente, priorizar esquemas que beneficiem de forma justa as comunidades nas CA que são devidamente concebidas e geridas - com pessoal adequado para implementar com sucesso,

Aumento do conflito homem – fauna bravia, decorrente da promoção da conservação, sem que seja acompanhada por efectiva gestão do conflito e consideração das perdas sentidas pela população. A implantação de vedações, enquanto medida de contenção poderá criar insatisfação e sentimento de oposição à conservação. Será um desafio tanto para os gestores, como para os facilitadores locais trabalhar com as comunidades, de forma a deslocá-las (e/ou deslocar os seus bens) para fora de áreas de risco, assegurando modos de vida alternativos e espaços para assentamento seguros, fora dos corredores de fauna bravia, ou de outros riscos. Exigirá parceiros estruturados e sustentados e contribuições especializadas para conceber e monitorizar.

A área de implementação do MozNorte é particularmente vulnerável em termos sociais pela presença de deslocados internos, mas também pelos elevados níveis de pobreza. Indivíduos em situação de pobreza extrema, mulheres, idosos e deficientes são considerados particularmente vulneráveis, principalmente quando entre os deslocados. Há o risco do projecto excluir de forma desproporcionadas estes grupos / indivíduos ou de os integrar de forma meramente simbólica, para dar resposta aos indicadores. São identificados os seguintes riscos e impactos:

Fraco envolvimento da mulher em processos de tomada de decisão, nomeadamente em relação ao fundo comunitário (Subcomponente 1.1) e à gestão de recursos naturais (subcomponente 2.1, 2.2 2

2.3), onde há o risco de a participação da mulher ser apenas simbólica, sem papel activo no processo de toada de decisão.

Exclusão desproporcionada de grupos/indivíduos vulneráveis ou discriminados, principalmente nas subcomponentes com subvenções para actividades económicas, em que são requeridas compartidas de posse de terra e recursos financeiros, que se tornam exclusivas para a mulher, deslocados internos, idosos, deficientes. São requeridos critérios de elegibilidade específicos para as mulheres e deslocados internos e uma monitorização atenta das candidaturas, para evitar situações em que a candidatura da mulher é apenas simbólica, de resposta a estratégia familiar sob controle do homem, em que por exemplo, na reunião de quotas para as mulheres participantes, os homens apresentam as suas esposas ou filhas como benfeitoras enquanto serão eles os beneficiários finais

Risco de VBG, num contexto em que a VBG é culturalmente aceite e em que há mulheres extremamente vulneráveis (principalmente quando PDI), já com risco de VBG por parte da população hospedeira, comerciantes, forças de segurança ou mesmo trabalhadores envolvidos na ajuda humanitária). O risco de VBG e casamentos prematuros pode ser elevado, em situações em que há selecção de beneficiários ou quando expostas a mão de obra envolvida na construção de infraestruturas, entre outros. Será requerida a implementação de códigos de conduta para empresas, dirigentes e trabalhadores.

As actividades que pretendem promover actividades de conservação, em áreas de conservação comunitária ou dentro das áreas de conservação (subcomponentes 2.2), assim como as actividades de melhoria do manejo florestal (subcomponente 2.1) e da pesca (subcomponente 2.3).

Perda de acesso a recursos naturais, decorrente da gestão de recursos naturais, nomeadamente do zoneamento da criação de corredores de fauna bravia que atravessam assentamentos e campos agrícolas, conflito homem-fauna bravia, falta de sistema de compensação por dos danos/perdas (que levam a falta de simpatia pela conservação) e aumento da fiscalização da exploração de recursos naturais (subcomponentes 2.1, 2.2 e 2.3) Requerem a implementação de processos participativos recomendados no Plano do Processo de Envolvimento

Há ainda a considerar os riscos para a saúde e segurança da comunidade, decorrente de actividades do projecto designadamente:

Riscos para a segurança das comunidades, associados com as condições estruturais das infraestruturas a construir, que podem pôr em risco os seus utilizadores. É requerido que as equipas envolvidas sejam competentes e que as infraestruturas sejam projectadas tendo em consideração a resiliência a potenciais desastres climáticos, identificados para o distrito e riscos de insegurança acima mencionados.

Riscos para a saúde das comunidades, que compreendem risco de exposição a áreas contaminadas por resíduos ou substâncias perigosas, acesso a substâncias perigosas, acidentes envolvendo veículos e maquinaria utilizados em obras ou operação de actividades económicas. A mitigação passa pela adopção das medidas de gestão de efluentes, resíduos sólidos e substâncias perigosas, acesso restrito a áreas de armazenagem de substâncias perigosas e áreas onde estejam a decorrer obras. Veículos devem ter limites de velocidade de circulação em áreas povoadas.

4.2.3 Fase de Preparação / Concepção

4.2.3.1 Riscos e Impactos Ambientais

4.2.3.1.1 Questões transversais as todas as componentes - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Impactos por eventos climáticos extremos sobre o subprojecto		Definição de directrizes para que todos os projectos de concepção ou planos de negócios integrem medidas de adaptação a mudanças climáticas, nas diversas tipologias de projectos, tendo em consideração os riscos climáticos do distrito	Directriz
		Definição de acções de preparação e resposta a eventos climáticos extremos	Plano de Resposta a Emergência
Subprojecto incrementa riscos de alterações climáticas		Definição de directrizes para que todos os projectos de concepção ou planos de negócios avaliem previamente os riscos climáticos da área de implantação e que adoptem medidas para evitar que venham a contribuir para o agravamento do risco existente	
Destruição / fragmentação de habitats naturais críticos		Não elegibilidade de actividades que envolvem a conversão ou degradação significativa de habitats naturais críticos ou zonas ecologicamente sensíveis, tais como florestas, zonas húmidas; áreas de conservação ou reservas florestais. O procedimento de triagem por meio da Ficha de Triagem Ambiental e Social (ver Anexo I-) confirmara a não elegibilidade nesses casos. Nas áreas da rede de conservação só serão elegíveis projectos relacionados com a melhoria da gestão da conservação e/ou gestão dos recursos naturais	Ficha de Triagem
Acidentes com trabalhadores ou comunidade, devido a falha técnica, mau manuseamento ou manutenção de equipamento fornecido pelo MozNorte, põe em risco trabalhadores e comunidades		Definição directrizes, que garantam que o processo de aquisição visa equipamentos com certificado de qualidade e que é assegurado a devida capacitação do beneficiário para o manuseamento e manutenção	Procedimento de aquisição
Falta de sensibilização e capacitação da equipa do Projecto em matérias ambientais		Preparação de plano de treinamento, com acções de sensibilização, consciencialização e capacitação para toda a equipa, em especial para aqueles que estarão a trabalhar directamente com as comunidades (facilitadores e extensionistas)	Plano de treinamento

4.2.3.1.2 *Questões transversais as todas as actividades que envolvem implantação física de infraestruturas ou actividades económicas -- Fase de Preparação / Concepção*

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Conflito homem – fauna bravia		Identificação de áreas habitualmente afectadas por conflito homem / fauna bravia, designadamente de elefantes, hipopótamos e búfalos, a serem devidamente considerados na definição da localização e planeamento das actividades, a fim de evitar conflitos	Entrevistas com oficiais distritais e provinciais dos sectores de agricultura e fauna bravia
Impactos ambientais adversos significativos, em uma ou mais temáticas identificadas na secção 5.2.2		Todas as actividades propostas com implantação têm de ser objecto de triagem ambiental e social, para verificação de elegibilidade ambiental e identificação de instrumentos requeridos para de avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais.	Procedimento de gestão ambiental e social do QGAS

4.2.3.1.3 *Componente 1 – Melhorar os meios de subsistência nas comunidades-alvo*

Subcomponente 1.1 - Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade -- Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Falta de sensibilização sobre consequências da degradação ambiental e perda de biodiversidade		Integrar nos TdR dos prestadores de serviços ações de sensibilização e treinamento sobre questões ambientais relacionadas com conservação da biodiversidade, serviços dos ecossistemas e resiliência climática, mas também questões relacionadas com degradação e contaminação de solos e recursos hídricos	TdR

Subcomponente 1.2 - Intervenções em agricultura de conservação- Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Sementes distribuídas pelo Projecto não adaptadas aos riscos climáticos		Desenvolver directrizes para que selecção de sementes tenha em consideração as condições agroecológicas e os riscos climáticos específicos dos distritos abrangidos	Procedimento de Aquisição
Desenvolvimento de praga em resultado de distribuição de semente contaminadas		Desenvolver directrizes para compra de sementes certificadas	Procedimento de Aquisição
Geração de quantidades significativas de pesticidas obsoletos, por fornecimento de quantidade excessivas de pesticidas		Análise dos consumos efectivos de pesticidas e geração de pesticidas obsoletos e reavaliação das quantidades a disponibilizar aos agricultores no âmbito do MozNorte	
Criação de foco de desenvolvimento de doenças pecuárias contagiosas, por introdução de animais contaminados, com riscos para a saúde animal e humana		Desenvolver directrizes de certificação veterinária na para introdução de animais Promoção de boas práticas de saúde animal	
Falta de informação sobre os benefícios das práticas de produção sustentável e resiliente a choques climáticos, pode limitar a apropriação local das práticas e pôr em causa a sua adopção a longo prazo.		Preparação e implementação de plano de comunicação sobre os benefícios das práticas de produção sustentável, a curto e longo prazos, boas práticas, a divulgar de forma extensiva a todos os actores (organizações governamentais, ONGs, associações de camponeses e sociedade civil e beneficiários) Preparação de plano de sensibilização e treinamento em boas práticas ambientais e sociais para supervisores e extensionistas	

Subcomponente 1.3: Intervenções em pesca sustentável - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Aumento do esforço de pesca pelo pescador artesanal		Subvenções Janela 1 incluindo estratégias de controle do esforço de pesca, designadamente embarcações, motores e artes de pesca apenas são atribuídos a pescadores artesanais licenciados em regime de substituição, condicionados a participação em acção de formação sobre pesca sustentável e assinatura de compromisso de adopção destas práticas Preparação e implementação de plano de comunicação relativo à pesca sustentável, definindo acções de sensibilização preparadas para diferentes actores (nomeadamente pescadores e vendedores)	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Disseminação de doença em espécies piscícolas, devido a foco em unidade de aquacultura financiada pelo MozNorte		Definir directrizes de biossegurança tendentes a reduzir o risco de introdução e propagação de doenças, em articulação com as instituições com autoridade no sector Estabelecer acordos de cooperação com universidades nesta área Certificar que os consultores envolvidos utilizam boas práticas internacionais da indústria	

Componente 2.: Melhoria da gestão dos recursos naturais _ Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Comunidades de não aderem às propostas de gestão eficiente de recursos naturais, resultando em continuação da pressão		Consultas amplas, abrangentes e informadas sobre os recursos naturais existentes, usos da terra e propostas para garantir a colaboração e consenso sobre o modelo de.	

4.2.3.2 Riscos e Impactos Sociais

4.2.3.2.1 Questões transversais as todas as actividades que tenham foco nas mulheres, jovens e deslocados internos - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Fraco envolvimento da mulher nos benefícios do projecto		Definição de estratégias para promover o envolvimento da mulher, designadamente através da aplicação da metodologia GALS30	
Falta de motivação de envolvimento por parte das PDI por trauma psicológico e por encararem o alojamento na área hospedeira como temporário		Deverão ser definidas sinergias com organizações humanitárias a actuarem no terreno com PDI, para cobertura de acções de apoio psicológico a potenciais beneficiários do MozNorte	

³⁰ GALS - Sistema de aprendizagem e acção para equidade de género (do inglês - Gender Action Learning System)

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
		Apoiar ligações com membros e grupos comunitários anteriores e promover o desenvolvimento de grupos com base no género e reforçar as relações de confiança.	
Falta de motivação de envolvimento por parte das PDIs por trauma psicológico e por encararem o alojamento na área hospedeira como temporário		Deverão ser definidas sinergias com organizações humanitárias a actuarem no terreno com PDI, para cobertura de acções de apoio psicológico a potenciais beneficiários do MozNorte Apoiar ligações com membros e grupos comunitários anteriores e promover o desenvolvimento de grupos com base no género e reforçar as relações de confiança.	
Risco de a priorização dos deslocados pode gerar conflitos nas comunidades hospedeiras, com elevado nível de multipobreza (carências no acesso a infraestruturas e equipamentos sociais e/ou terra)		Os benefícios do MozNorte deverão beneficiar também a população da área hospedeira.	
Baixos níveis de alfabetização podem dificultar envolvimento comunitário		Incluir actividades de educação para adultos	
Barreiras linguísticas na comunicação com PDI assentados em áreas com diferente língua local		Todas as actividades de comunicação e envolvimento devem ter em consideração a língua falada pelas PDI	PEPI

4.2.3.2.2 Questões transversais a todas as actividades que envolvem implantação física de infraestruturas ou actividades económicas - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Aquisições de terra, com perdas físicas e económicas por parte de comunidades locais, em larga escala		Não elegibilidade de actividades que envolvem aquisições de terra, com perdas físicas e económicas por parte de comunidades locais, em larga escala. O procedimento de triagem por meio da Ficha de Triagem Ambiental e Social (ver Anexo I) confirmara a não elegibilidade nesses casos.	Critérios de não elegibilidade
Risco de perdas / danos no património cultural		Mapeamento de património cultural existente conhecido, incluindo estações arqueológicas, nos distritos alvo do projecto	Mapeamento

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Conflito homem – fauna bravia		Identificação / mapeamento de corredores de migração / circulação e calendários de migração, designadamente de elefantes, hipopótamos e búfalos, a serem devidamente considerados na definição da localização e planeamento das actividades, a fim de evitar conflitos	Mapeamento

4.2.3.2.3 Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias

Subcomponente 1.1 - Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Conflitos devido fraca comunicação das regras e limitada abrangência no processo de selecção das 300 comunidades-alvo		Definição de processo transparente de selecção, com critérios claros Este processo deve ser definido de forma participativa com representantes de comunidades e sociedade civil	
Dificuldade em contratação de provedores com oficiais e facilitadores devidamente experientes e capacitados		Termos de referência devem requerer experiência prévia em projectos similares, fluência em língua local, conhecimento de desenvolvimento e a necessidade de compensar as perdas com benefícios suficientes e distribuídos de forma justa. 5 ou 7 anos de experiência em facilitar o desenvolvimento participativo da comunidade, resolução de conflitos e elaboração de planos de desenvolvimento comunitário, de negócios, e de uso de terra, associativismo e voluntarismo. No caso das capacitações dos CGRN os TdR devem especificar experiência em avaliação de custos e benefícios para as comunidades decorrentes do desenvolvimento, conservação, conflito e violência, e corrupção. Como proporcionar benefícios (20% e benefícios directos) de forma equitativa (reconhecendo quem suporta os maiores custos e quem contribui mais para os benefícios), estratégias para promover o sentido de propriedade e liderança e a responsabilidade decrescente – a prestação de contas para a comunidade. Comunicação e marketing social, desenvolvimento empresarial e concepção de projectos viáveis, etc.	TdR
Conflitos na selecção de participantes das acções de treino e capacitação		Definição de processo transparente de selecção de participantes, com critérios claros. Este processo deve ser definido de forma participativa, com representantes de comunidades e sociedade civil.	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
		Encorajar parcerias com prestadores de educação de adultos, considerar parcerias com provedores de métodos de aprendizagem participativos de educação de adultos como REFLECT e bolsas para a educação contínua.	
Exclusão de indivíduos / grupos vulneráveis ou discriminados, durante o processo de selecção de participantes		Critérios de selecção de participantes devem ser inclusivos e adaptados ao contexto local	Procedimento
		Indivíduos vulneráveis/discriminados ou representantes de grupos vulneráveis, tais como PDI, mulheres, idosos ou deficientes devem ser envolvidos na definição dos critérios de selecção. Os PDIs não devem ser vistos como um grupo homogéneo. Estabelecer quotas, e publicitá-las com justificação clara para a inclusão de deslocados internos, mulheres e jovens	PEPI
Por questões culturais, a participação da mulher é meramente simbólica, sem participação activa na tomada de decisão		Definição de estratégias a serem adoptadas, que promovam o envolvimento da mulher Estabelecer grupos apenas de mulheres; promover GALS a nível doméstico e adaptar uma componente especial para os deslocados internos Concentrar-se nos interesses das mulheres e preparar a formação durante as horas do dia em que as mulheres estão livres. Organizar cuidados alternativos para bebés e crianças durante a formação. Assegurar que as mulheres também são codetentores de DUAT e que indicadores monitoram a sua participação em formação e a aplicação daquilo aprendido.	
Dificuldade da comunidade na assimilação das capacitações, em resultado dos reduzidos níveis de educação e falta de experiência em processos similares, o que leva ao atraso do estado de prontidão		Termos de referência para provedores de serviço devem requerer a adopção de metodologias apropriadas, tais como conhecer a área geográfica, características culturais e sócio-políticas, e incluir especialistas suficientes em vários tópicos para cobrir as necessidades estratégicas e técnicas para um desenvolvimento comunitário bem sucedido e sustentável. Concentrar-se na identificação do risco e no planeamento estratégico para mitigar e gerir como o quadro para os contributos operacionais. Assegurar a inclusão de especialistas em facilitação participativa e que as abordagens de envolvimento sejam capacitantes e incluam estratégias de saída para todo o apoio e insumos de desenvolvimento comunitário. Reforçar as ligações a todos os níveis das comunidades com o governo, vizinhos, bem como o apoio sectorial e compreender as fraquezas, as raízes da desconfiança	TdR

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
		e as causas de atitudes de todas as partes antes de encorajar parcerias. Incluir especialistas em gestão e mediação de conflitos.	
Conflitos na atribuição de bolsas de estudo e programas de estágio		Definição de processo transparente de selecção, com critérios claros Incluir validação pelas comunidades das selecções como parte do processo. Assegurar que candidatos são seleccionados que podem aproveitar melhor e que representam várias áreas geográficas e não são concentradas em zonas acessíveis. Assegurar que as bolsas cobrem os custos de internatos.	Procedimento
Actividades seleccionadas pelos distritos, na subcomponente 1.1 não correspondem às prioridades sentidas pelas comunidades		Definição de procedimento de selecção de actividades, que envolva processo participativo	Procedimento
Conflitos nas comunidades durante a selecção de propostas de subprojectos, decorrente de conflitos existentes entre PDI e comunidade hospedeira		Termos de Referência dos facilitadores e oficiais de desenvolvimento comunitário, deve incluir conhecimento de técnicas de gestão de conflitos	TdR
Fraco envolvimento da mulher nos benefícios do projecto, pelo seu fraco papel nos processos de tomada de decisão e marginalização no acesso a tecnologia e benefícios, devido ao domínio do homem.		Adopção de estratégias para promover o envolvimento da mulher, designadamente através da aplicação da metodologia GALS	
Risco de forçar os projectos a cumprir os números, especialmente dos prestadores de serviços que dominam os processos, quando o grupo não cumpre os requisitos com a sua proposta pela primeira vez.		Processo tem de seguir o ritmo de assimilação da comunidade (em geral mais lento do que o desejado pelo Projecto), com um processo de capacitação contínua	
Expectativas e perda de confiança por falta de entendimento do processo de gestão do fundo comunitário por demanda da comunidade		O processo de demanda requer campanhas de comunicação bem concebidas, para clara compreensão do processo, utilizando diversos canais de comunicação. A comunicação deve ter em consideração as especificidades de cada zona. Terá de haver clara comunicação sobre a dimensão por cada fase e os limites globais geográficos e quantitativos, momentos de candidatura, valores máximos e critérios e	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
		processo de elegibilidade e ênfase na diferença em relação a experiências anteriores falhadas, de fundos distritais	
Expectativas podem não ser atingidas, pela limitação o fundo disponível		Comunicação clara e abrangente sobre candidaturas, critérios de elegibilidade e processo de selecção	

Subcomponente 1.2 - Intervenções em agricultura de conservação - Fase de Preparação / Concepção

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Apropriação do processo de candidatura por parte do governo e líderes locais, em busca de vantagens e clientelismo		Definição procedimento de monitorização dos processos de candidatura, em tempo real (com recurso a tablets)	Procedimento
		Adoptar estratégia para promoção da organização dos PAs na identificação de candidato a PACE	
Corrupção por parte dos extensionistas na selecção de PAs, com risco de VBG		Definição de processo transparente de selecção de PAs, com critérios claros, incluindo para o Piloto de Segurança Alimentar	Procedimento
Candidatura de mulheres apenas como estratégia familiar, que é, contudo, liderada pelo homem		Estabelecimento de critérios exclusivos para a candidatura de mulheres Estabelecimento de um fundo de maneio exclusivamente para mulheres chefes de família para evitar que esta medida seja usada como estratégia familiar, em famílias chefiadas por homens.	
Pequenos agricultores não captam devidamente os seus direitos e deveres		Desenvolver plano de comunicação com acções destinadas a potenciais PAs, com envolvimento de canais de comunicação usualmente utilizados na comunidade, bem como através do envolvimento de OCB, ONG e congregações religiosas actuando no distrito. Esclarecimento claro e pormenorizado dos deveres e compromissos do Projecto, do PACE e do PA com estabelecimentos de sanções para todos pelo não cumprimento.	PEPI
		Preparação de modelos de contratos escritos simples e claros sobre esses direitos, obrigações e sanções	Procedimento
Discriminação de mulheres beneficiárias (pequena agricultora), designadamente na durante a entrega do kit		Estabelecer bolsas de estudo para extensionistas mulheres	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Perda de rendimento por parte de PACE e PA, por perda de culturas, devido a fornecimento tardio de insumos e equipamentos		Privilegiar envolvimento de fornecedores locais de insumos e pequenos equipamentos que garantam uma assistência directa e imediata e evitem os possíveis atrasos	Procedimento de Aquisição
Inflação do valor do crédito de PACEs e PAS, devido a preços de insumos e equipamentos acima dos preços praticados no mercado local		Procedimento de aquisição privilegiando fornecedores locais e tendo em consideração preços de insumos e equipamentos praticados no mercado local, de forma a evitar inflação dos custos.	Procedimento
Benefícios reduzidos para os pequenos agricultores, por baixa capacidade de negociação na venda da produção		Prever nos termos de referência dos extensionistas e/ou facilitadores de desenvolvimento comunitário, apoio em estratégias de comercialização e negociação, incluindo a organização dos produtores na definição de preço de venda	TdR
Degradação de equipamentos fornecidos por utilização indevida (para outros fins)		Cláusulas contratuais com PACEs devem especificar que a utilização dos equipamentos (incluindo tractores) estará limitada a fins para os quais foi previsto no plano de negócios	Procedimentos do Mecanismo de Subvenções Comparticipadas
Falta de assistência técnica por dificuldade de acesso do extensionista		Prever meios de transporte e ajudas de custo para os extensionistas do SDAE, de forma a garantir que o seu apoio aos PAS beneficiados pelo MozNorte esteja assegurado durante toda a campanha agrícola.	Orçamento

Subcomponente 1.3: Intervenções em pesca sustentável

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Limitações na candidatura de mulheres por falta de conhecimento do projecto e falta de capacidade de cumprimento dos requisitos de comparticipação financeira		Instituir mecanismos de apoio específicos para informar e apoiar mulheres no processo de candidaturas; Estabelecimento de um a linha de crédito específica para mulheres chefes de família. Para evitar que esta medida seja usada como estratégia familiar em famílias chefiadas por homens, estipulação de que esse fundo só seja disponibilizado a mulheres que estejam a trabalhar em grupos de 2 ou 3 no caso das mulheres com marido.	
Candidatura de mulheres apenas como estratégia familiar, que é, contudo, liderada pelo homem		Estabelecimento de um fundo de maneio exclusivamente para mulheres chefes de família para evitar que esta medida seja usada como estratégia familiar em famílias chefiadas por homens.	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Desencorajamento do envolvimento de jovens na actividade pesqueira sustentável devido aos requisitos exigidos		Definir e integrar estratégias para transferir jovens que praticam artes ilegais para a prática de artes legais, com apoio do projecto.	
Crenças tradicionais enraizadas nas comunidades de que a mulher não vai à pesca, podem excluí-las de participar em projectos similares aumentando mais a sua vulnerabilidade e risco de VBG		Promover acções de sensibilização para prevenção de VBG sobretudo nas comunidades pesqueiras para homens, mulheres, raparigas e rapazes; Nos projectos de pesca/comunidades pesqueiras incluir as mulheres nas outras fases da cadeia (ex. processamento e venda), bem como outras actividades ligadas à produção agrícola para reduzir a sua vulnerabilidade económica;	

4.2.3.2.4 Componente 2 – Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais:

Subcomponente 2.1: Melhoria da Governação Florestal

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Descontentamento nas comunidades em resultado do aumento de acções de penalização por parte dos fiscais		Apetrechamento da AQUA com pessoal adequadamente experiente para assegurar que valorizem a sensibilização ampla antes de apreensão por violações.	
Descontentamento nas comunidades por falta de contratação de pessoas locais, para o quadro de fiscais, por baixo nível educação		Assegurar que a concepção inclui a inclusão de fiscais comunitários formados em actividades que contribuem para a protecção do RN e pelos quais são adequadamente compensados de acordo com o seu desempenho. Se a motivação do CGRN for resolvida de forma mais eficaz, a sua participação nestes comités seria muito benéfica.	

Subcomponente 2.2: Gestão melhorada e mais inclusiva das Áreas de Conservação

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Descontentamento nas comunidades em resultado do aumento de acções de penalização por parte dos fiscais		<p>Campanhas de informação e sensibilização e encontrar formas de envolvimento e negociação com as comunidades sobre contrapartidas, conforme desenvolvido no Quadro do Processo de envolvimento.</p> <p>É requerida a definição de Compromissos com as comunidades, nas áreas onde o acesso aos recursos sofre redução ou perda devido à implementação da protecção dos recursos por fiscais e outros grupos (incluindo CGRN) envolvidos na aplicação das restrições</p> <p>É também requerido o desenvolvimento participativo de Planos de Acção para o Desenvolvimento Comunitário (PADC) para compensar essas perdas.</p>	
Descontentamento nas comunidades por falta de inclusão de membros das comunidades no quadro de fiscais por baixo nível de educação		<p>Acções de capacitação para membros da comunidade de forma a integra-los nas actividades de fiscalização.</p> <p>Os programas de educação de adultos e educação contínua devem incluir programas fiscais formados</p>	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Falta de compreensão e aceitação consensual por parte das comunidades locais da proposta de zoneamento, composição e regras de funcionamento e organizações de base comunitária e proposta de acordo de parceria.		<p>Consultas amplas, abrangentes e informadas sobre os recursos naturais existentes, usos da terra e propostas para garantir a colaboração e consenso sobre o modelo de gestão (Associação ou COGECO) nas novas circunstâncias de co-gestão.</p> <p>Flexibilidade suficiente para assegurar a concepção de uma estrutura que permita o desenvolvimento das comunidades para gerir e assumir responsabilidades de gestão.</p> <p>O calendário de realização destas consultas deve ter em consideração o tempo necessário para a organização da comunidade e para a assimilação e compreensão e discussão da informação</p>	
Conflitos entre concessionários turísticos e as populações locais.		Envolver os concessionários em todas as iniciativas relacionadas com a organização e desenvolvimento comunitários. Partilhar recursos e ajudar a alavancar apoio adicional quando necessário, particularmente de especialistas para aconselhar sobre estratégia e materiais e métodos de formação que permitam e trabalhem para pessoas que coexistam com a vida selvagem.	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Comunidades locais ficam prejudicadas por haver falta de capacidade de organização dos CGRN no PCCC, para acompanhar a alteração de estatuto		Assegurar a contribuição especializada para a concepção de módulos de formação e concepção estratégica dos resultados e resultados esperados. Desenvolver a monitorização participativa como parte integrante do desenvolvimento de capacidades para encorajar a aprendizagem precoce sobre bandeiras vermelhas quando os resultados não são esperados. Assegurar a abordagem à formação e supervisão da implementação com base na experiência passada e na resiliência existente.	
A estrutura existente de gestão do PCCC fica enfraquecida pela pressão posta pelos novos instrumentos e processos externos		assistência técnica que reconheça as especificidades do PCCC e a necessidade de equilibrar os benefícios com novos custos em esforço e confiança que serão necessários para a criação das novas estruturas para o ACC. Assegurar a abordagem à formação e supervisão da implementação com base na experiência passada e na resiliência existente.	
Falta de gestão adequada do conflito homem – fauna bravia		Necessidade de equipamentos e ensinos sobre proteção contra CHFB mais eficazes, com bases sólidos e com sistema adequado de comunicação para resposta	
Redução dos benefícios da comunidade por aposta em eco-turismo. É de notar que o turismo cinegético, encorajado a nível nacional não é considerado como tendo um futuro a longo prazo, pelos actores da conservação		Através de um processo participativa, identificação de formas alternativas de geração de renda, que sejam aceites pelas comunidades. Na REN /L4E é requerida instalação de benefícios baseados no desempenho da gestão da vida selvagem, para compensar perdas que são complexas e exigem muito esforço por parte dos CGRNs, impulsionados por requisitos de gestão em torno da ocupação física e utilização pelas comunidades dos corredores propostos para a vida selvagem. Este sistema deve também ser examinado para avaliar como deve ser complementado de forma mais eficaz pelas receitas das concessões turísticas, examinando de perto os custos e benefícios do ecoturismo ou do turismo cinegético. Assegurar que o contributo especializado continua até que se possam identificar opções adequadas e seja trazido de volta como parte do apoio externo à monitorização e avaliação.	
Atitudes negativas por parte de comunidades que sejam cercadas com vedação para evitar invasão animal		Decisões sobre vedação deverão ser precedidas de processo de consultas amplo, abrangente e informado	
O espaço para a participação das comunidades em decisões que lhes concerne, na co-gestão é reduzido.		Necessidade de adoptar ferramentas de apoio, como visão da comunidade, planeamento participativo do uso da terra, mapeamento e zoneamento para serem aplicados largamente precisa de capacitação escalonada, tempo e seguimento. Falta de capacidade de facilitar desenvolvimento da visão e estratégia de desenvolvimento de:	Procedimentos e Planos de Gestão para as áreas geridas

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
		<ul style="list-style-type: none"> capacitação para que as comunidades gerirem activamente os recursos e assegurar que os benefícios são claros para as comunidades, CGRN, governo e parceiros, Realizarem monitoramento orientado para a gestão, Terem fiscais comunitários Implementarem planos comunitários de uso da terra. 	pela comunidade

Subcomponente 2.3: Melhoria da Gestão dos Recursos Pesqueiros

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Aumento do conflito homem – fauna bravia decorrente da promoção da conservação, sem que seja acompanhada por efectiva gestão do conflito e consideração das perdas sentidas pela população		<p>A implantação de vedações, enquanto medida de contenção poderá criar insatisfação e sentimento de oposição à conservação.</p> <p>O nível de concepção da gestão e a capacidade dos facilitadores locais para trabalharem com as comunidades, quer para se retirarem a si próprios quer aos seus bens das áreas de risco, assegurar meios de subsistência alternativos e espaço de vida fora dos corredores de vida selvagem e outras áreas de risco, e a motivação para agir é positiva, será um desafio. Exigirá parceiros estruturados e sustentados e contribuições especializadas para conceber e monitorizar, em particular.</p>	PEPI
A APAIPS não tem programas que aumentem os benefícios comunitários e compensem as perdas dos meios de subsistência com recursos disponíveis para implementar durante o período de apoio da MozNorte ao estabelecimento das equipas de protecção de recursos fiscais.		O novo parceiro de co-gestão e a WWF devem ser encorajados a trabalhar em estreita colaboração no desenvolvimento de estratégias, com base na ampla experiência da WWF com as comunidades na APA.	

4.2.4 Fase e Implementação / Operação

4.2.4.1 Riscos e Impactos Ambientais

4.2.4.1.1 Questões transversais a todas as actividades – Implementação / Operação

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Contágio por COVID-19, em resultado de actividades de do Projecto		Implementação dos Protocolos de Prevenção do COVID-19, do FNDS e ProAzul, em todas as actividades, em especial em treino, capacitação e reuniões de consulta / envolvimento	Protocolo Prevenção COVID -19
Conflito homem – fauna bravia		Consultas na comunidade sobre eventuais conflitos ocorridos, tipo de animal, sazonalidade e frequência dos eventos.	Ficha de Triagem
Destruição de património cultural		Na fase de triagem consulta às comunidades locais sobre existência de locais com eventual valor histórico ou espiritual	Ficha de Triagem

4.2.4.1.2 Questões transversais a infraestruturas– Implementação / Operação

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Alteração da drenagem natural e consequentes impactos nos habitats ripários e em usos da água a jusante		Evitar quaisquer desvios da drenagem natural Limitar actividades na zona de protecção parcial associada a cursos de água. Protecção e restauro da vegetação ripícola ao longo das linhas de água	PGAS/MBPAS
Erosão do solo e assoreamento de linhas de água		Implementar práticas de agricultura sustentável preconizadas pelo Projecto	PGAS/MBPAS
Incómodos na comunidade por geração de poeiras		Implementação de medidas de mitigação da emissão de poeiras, tais como evitar período de exposição de terrenos desmatados, limitação de actividade geradoras de poeiras em dias ventosos, aspersão de água em dias secos, em locais com receptores sensíveis	PGAS/MBPAS
Alteração na topografia e impacto na paisagem em zonas de extracção de inertes		Saibreiras/pedreiras devidamente licenciadas, com planos de lavra evitando habitats naturais e minimizando a remoção de vegetação sempre que possível e promovendo o restauro da área afectada Utilização de práticas que minimizem a erosão e emissão de poeiras	PGAS/MBPAS

Conflito relacionado com o uso da água com comunidade da área envolvente e utilizadores a jusante (incluindo para habitats ripícolas)		<p>Avaliação das necessidades de água de outros utilizadores a jusante (ou no entorno no caso de águas subterrâneas), de forma a evitar conflitos pelo uso da água.</p> <p>Utilização de técnicas que minimizem o consumo de água (ex: sistemas de recirculação, mangueiras com dispositivos de pressão)</p> <p>Monitorização do consumo da água.</p>	PGAS/MBPAS
Contaminação de solos e água por resíduos		<p>Preparação e implementação de medidas de gestão adequada gestão de resíduos sólidos</p> <p>Identificar e categorizar os resíduos a serem gerados e definir o destino a dar a cada categoria tendo sempre em mente o princípio dos “3R - Redução, Reutilização e Reciclagem”, visando reduzir a quantidade de resíduos sólidos encaminhados para destino final, com especial atenção para os resíduos perigosos (especial atenção em situações de surto de doenças transmissíveis)</p> <p>Os resíduos serão devidamente eliminados em locais de eliminação autorizados</p>	PGAS/MBPAS
Contaminação de solos e água por substâncias perigosas		<p>Preparação e implementação medidas de gestão adequada de substâncias perigosa</p> <p>Definir princípios para gestão adequada de substâncias perigosas, incluindo a minimização da utilização ao estritamente necessário</p> <p>Locais dedicados para armazenamento e atividades de manutenção, devidamente cobertos e revestidos.</p> <p>Práticas adequadas de manuseamento</p>	PGAS/MBPAS
Contaminação da qualidade do ar e geração de incomodidade na comunidade por emissão de poluentes atmosféricos (incluindo GEE) e emissão de ruído		Manutenção adequada dos equipamentos e limitação de actividades ruidosas ao período diurno	PGAS/MBPAS

Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias**Subcomponente 1.2 - Intervenções em agricultura de conservação**

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	Instrumento
Alteração da drenagem natural e consequentes impactos nos habitats ripários e em usos da água a jusante		Evitar quaisquer desvios da drenagem natural Limitar actividades na zona de protecção parcial associada a cursos de água. Protecção e restauro da vegetação ripícola ao longo das linhas de água	PGAS/MBPAS
Erosão do solo e assoreamento de linhas de água		Implementar práticas de agricultura sustentável preconizadas pelo Projecto	PGAS/MBPAS
Conflito relacionado com o uso da água com comunidade da área envolvente e utilizadores a jusante (incluindo para habitats ripícolas)		Avaliação das necessidades de água de outros utilizadores a jusante (ou no entorno no caso de águas subterrâneas), de forma a evitar conflitos pelo uso da água. Utilização de técnicas que minimizem o consumo de água (ex: sistemas de recirculação, mangueiras com dispositivos de pressão) Monitorização do consumo da água.	PGAS/MBPAS
Contaminação de solos e água por resíduos		Preparação e implementação de medidas de gestão de resíduos sólidos Identificar e categorizar os resíduos a serem gerados e definir o destino a dar a cada categoria tendo sempre em mente o princípio dos “3R - Redução, Reutilização e Reciclagem”, visando reduzir a quantidade de resíduos sólidos encaminhados para destino final, com especial atenção para os resíduos perigosos (especial atenção em situações de surto de doenças transmissíveis)	PGAS/MBPAS
Contaminação de solos e água por substâncias perigosas (incluindo pesticidas)		Preparação e implementação de medidas de gestão adequada gestão de substâncias perigosa Definir princípios para gestão adequada de substâncias perigosas, incluindo a minimização da utilização ao estritamente necessário Locais dedicados para armazenamento e atividades de manutenção, devidamente cobertos e revestidos. Práticas adequadas de manuseamento	PGAS/MBPAS
Contaminação da qualidade do ar e geração de incomodidade na comunidade por emissão de poluentes atmosféricos (incluindo GEE) e emissão de ruído		Manutenção adequada dos equipamentos e limitação de actividades ruidosas ao período diurno	PGAS/MBPAS

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	Instrumento
Inconforto na comunidade por emissão de odores de unidades pecuárias		As áreas da unidade com maior risco de emissão de odores devem ficar distanciadas de residências ou outros receptores sensíveis Implementar procedimentos e medidas de gestão que minimizem odores	PGAS/MBPAS
Risco de desenvolvimento e propagação de incêndio florestal, por queima para desmatamento ou eliminação de resíduos		Preparação e adopção de procedimentos de prevenção e combate a incêndio	PGAS/MBPAS
Contaminação de águas por uso excessivo de fertilizante		Implementar práticas de agricultura sustentável preconizadas pelo Projecto	PGAS/MBPAS
Risco para a saúde do trabalhador e da comunidade por uso indevido de pesticida		Aplicação de técnicas de gestão integrada de pragas, que evitem ou minimizem a necessidade de aplicação de pesticidas químicos Estabeleça procedimentos de manuseio e aplicação para evitar liberação excessiva no meio ambiente. Treinar os trabalhadores sobre o manuseio e aplicação segura e adequada de pesticidas.	PGAS/MBPAS
Desenvolvimento de doenças pecuárias contagiosas, com riscos para a saúde animal e humana		Implementar boas práticas de saúde animal	PGP
Bem-estar animal deficiente (por exemplo, habitação inadequada, transporte a longa distância de animais vivos, acesso limitado a serviços veterinários)		Implementar boas práticas de bem-estar animal que reduzam risco de desenvolvimento de doenças infecciosas e que não afectem o bem estar animal (por exemplo, lesões, sede, fome, insolação ou exaustão)	PGAS/MBPAS

Subcomponente 1.3- Intervenções em Pesca Sustentável

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	Instrumento
Conflito relacionado com o uso da água com comunidade da área envolvente e utilizadores a jusante (incluindo para habitats ripícolas) - aquacultura		Licenciamento/permissão de uso das fontes de água pelas autoridades competentes e comunidades locais Utilização de técnicas que minimizem o consumo de água Monitorização do consumo da água.	PGAS/MBPAS

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	Instrumento
Disseminação de doença em espécies piscícolas, devido a foco em unidade de aquicultura financiada pelo MozNorte		Definir e implementar procedimentos e medidas de biossegurança	PGAS/MBPAS
Perturbação do equilíbrio ecológico do meio aquático, por fuga de espécie exótica ou por uso excessivo de antibióticos		Definir e implementar procedimentos e medidas de prevenção que sejam definidos no respectivo PGAS/MBPAS, que incluam estruturas e procedimentos que evitem quaisquer fugas de espécimes para o exterior, bem como a implementação das directrizes relativas à biosegurança	PGAS/MBPAS
Contaminação de solos e água por substâncias perigosas (incluindo pesticidas)		Preparação e implementação de medidas de gestão adequada gestão de substâncias perigosa Definir princípios para gestão adequada de substâncias perigosas, incluindo a minimização da utilização ao estritamente necessário Locais dedicados para armazenamento e atividades de manutenção, devidamente cobertos e revestidos. Práticas adequadas de manuseamento	PGAS/MBPAS
Contaminação por águas de descarga dos tanques		Planos de negócios devem incluir medidas específicas para gestão adequada dos efluentes das unidades de aquicultura, respeitando os padrões de qualidade da legislação nacional e da Directrizes de Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial	PGAS/MBPAS

4.2.4.2 Riscos e Impactos Sociais

4.2.4.3 Questões transversais- – Implementação / Operação

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Aquisições de terra, com perdas físicas e económicas por parte de comunidades locais, em larga escala		Minimização de deslocamento físico e/ou económico e implementação das acções previstas no Quadro da Política de Reassentamento	QPR
Condições inadequadas para trabalhadores, discriminação e exploração		Implementação das medidas definidas nos Procedimentos de Gestão de Mão de Obra	PGMO
Risco de abuso e assédio sexual (incluindo sexo transacional)		Implementação das medidas definidas no Plano sobre Violência Baseada no Género	PGMO e Plano Acção VBG

4.2.4.4 Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias - Implementação / Operação

Subcomponente 1.1 - Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Conflitos no processo de selecção das 300 comunidades-alvo		Na sequência da definição dos critérios de forma participativa (recomendada para a fase anterior), divulgação ampla e abrangente do processo de selecção nos distritos alvo, nos diversos postos administrativos, incluindo utilizando canais de comunicação locais, com rádios locais Divulgação ampla e abrangente do MDR	PEPI
Conflitos na selecção de participantes das acções de treino e capacitação		Divulgação abrangente do processo de selecção de participantes, com critérios de selecção claros Divulgação ampla e abrangente do MDR	PEPI
Apropriação do processo de selecção de participantes a por parte do governo e líderes locais		Divulgação abrangente do processo de selecção de participantes, com critérios claros Monitorização do processo de selecção Divulgação ampla e abrangente do MDR	PEPI
Exclusão de indivíduos / grupos vulneráveis ou discriminados, durante o processo de selecção de participantes		Facilitadores de desenvolvimento comunitário devem promover o envolvimento de indivíduos / grupos vulneráveis ou discriminados	Monitorização
Por questões culturais, a participação da mulher é meramente simbólica, sem participação activa na tomada de decisão		Promoção de acções de sensibilização sobre o envolvimento da mulher Promoção do envolvimento activo da mulher nos processos de tomada de decisão da comunidade relativos ao FC	Monitorização
Falta de motivação de envolvimento por parte das PDIs por trauma psicológico e por encararem o alojamento na área hospedeira como temporário		Deverá ser considerado o apoio psicológico às PDI, em articulação com organizações humanitárias a actuarem no terreno. Monitoria e coordenação com as agências responsáveis pela monitoria social e de saúde mental dos PDIs.	
Conflitos na atribuição de bolsas de estudo e programas de estágio		O programa e o processo de selecção deve ser amplamente divulgado pelos participantes, escolas e comunidades abrangidas Avaliações de verificação pontual. Verificação de métodos de selecção e localização geográfica de escolas, etc.	PEPI e Monitorização

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Desconhecimento e desconfiança sobre o modo Fundo Comunitário		Divulgação ampla e abrangente do processo de funcionamento da UFC	PEPI
Actividades seleccionadas pelos distritos, na Janela 1 não correspondem às prioridades sentidas pelas comunidades		Monitorização da implementação de processo participativo, envolvendo as diversas partes interessadas	Monitorização
Conflitos nas comunidades durante a selecção de propostas de subprojectos, decorrente de conflitos existentes entre PDI e comunidade hospedeira		Assistência de facilitadores e oficiais de desenvolvimento comunitário, aplicando técnicas de gestão de conflitos e assegurando que as discussões são participativas, envolvendo representantes de todas as partes interessadas.	
Actividades seleccionadas pelos distritos, na Janela 1, 2 ou 3 resultam em impactos sociais adversos significativos		Implementação de procedimentos de avaliação e gestão ambiental e social do QGAS	Ficha de Triagem
Apropriação por parte governo e líderes locais, do processo de candidaturas para Janelas 2 e 3		Assistência directa às comunidades nos processos de selecção de actividades Monitorização dos processos de candidatura Divulgação ampla e abrangente do MDR	Monitorização
Fraco envolvimento da mulher nos benefícios do projecto, pelo seu fraco papel nos		Implementação de estratégias para promover o envolvimento da mulher, designadamente através da aplicação da tecnologia GALS	
Fraca divulgação dos mecanismos de diálogo e reclamação, principalmente ao nível dos pequenos produtores		Integração da divulgação dos MDR nos planos de comunicação sobre o MOZNORTE Integração nos planos de treinamento, de acções de sensibilização de todos actores sobre o objectivo do MDR, com destaque para o nível distrital, a fim de dissipar eventuais receios relacionados com represálias aos extensionistas Ampla divulgação dos números das linhas telefónica do MDR, nos órgãos de informação (incluindo rádios comunitárias) e nos canais de comunicação geralmente utilizados pela comunidade	PEPI

Subcomponente 1.3 - Intervenções em agricultura de conservação³¹

³¹ As actividades serão principalmente implementadas nas comunidades que acolhem um grande número de deslocados internos envolvidos na agricultura em Nampula, Niassa e no sul de Cabo Delgado. Será seguida a mesma abordagem em curso no Projecto de Paisagem de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA - P149620).

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Apropriação do processo de candidatura por parte do governo e líderes locais, em busca de vantagens e clientelismo		Ampla divulgação do processo de candidatura para PACE. Através dos diversos canais de comunicação e envolvimento os órgãos de informação (rádio, TV, rádio comunitária e sistemas informais de comunicação a nível das comunidades), com os critérios de elegibilidade e as condições de crédito, e canais para apresentação de candidatura claramente apresentadas.	PEPI
		Monitorização dos processos de candidatura, em tempo real (com recurso a tablets)	Monitorização
		Facilitar a organização dos PAs na identificação de candidato a PACE	
Corrupção por parte dos extensionistas na selecção de PAs, com risco de VBG		Divulgação ampla e abrangente do processo de selecção e do MDR	PEPI
		Sensibilização dos extensionistas em VBG e assinatura de código de conduta I	PGMO
		Monitorização do processo de selecção em tempo real	Monitorização
Candidatura de mulheres apenas como estratégia familiar, que é, contudo, liderada pelo homem		Facilitadores devem promover e apoiar a candidatura de mulheres	
Pequenos agricultores não captam devidamente os seus direitos e deveres		Desenvolver plano de comunicação com acções destinadas a potenciais PAs, com envolvimento de canais de comunicação usualmente utilizados na comunidade, bem como através do envolvimento de OCB, ONG e congregações religiosas actuando no distrito.	PEPI
		Esclarecimento claro e pormenorizado dos deveres e compromissos do Projecto, do PACE e do PA com estabelecimentos de sanções para todos pelo não cumprimento.	
		Monitorizar a assinatura de contratos escritos simples e claros, com direitos, obrigações e sanções	Monitorização
Discriminação de mulheres beneficiárias (pequena agricultora), designadamente na durante a entrega do kit		Facilitadores devem monitorizar a entrega dos kits de insumos, particularmente a mulheres ou outros indivíduos vulneráveis	Monitorização
Benefícios reduzidos para os pequenos agricultores por baixa capacidade de negociação na venda da produção		Facilitação da organização dos produtores e adopção de estratégias de comercialização e negociação, incluindo a na definição de preço de venda	Monitorização

4.2.4.4.1 Componente 2 – Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais:

Subcomponente 2.1: Melhoria da Governação Florestal

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Ausência de incentivos para a CGRN e comunidades na fase de falta de produtos florestais.		Estabelecer áreas-alvo em torno de florestas e áreas de conservação para implementação do apoio da CGRN, através da MozNorte.	

Subcomponente 2.2: Maneio de Áreas de Conservação

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Nenhum apoio a um programa de desenvolvimento comunitário no APAIPS pode prejudicar a colaboração comunitária numa fase posterior.		Como parte da operação e estrutura de co-gestão, o WWF deveria estar estreitamente envolvido no apoio ao desenvolvimento estratégico da comunidade, juntamente com as autoridades distritais. Positivamente visar áreas em redor das florestas e nas áreas de conservação e em torno delas para a implementação do apoio da CGRN através da MozNorte..	
A estrutura para beneficiar dos 20% das receitas não pode ser tornada transparente enquanto os fundos não forem atribuídos de forma transparente.		Inclusão do governo a todos os níveis para definir os melhores caminhos a seguir.	
Após o COVID, a necessidade de subsídios devido à falta de turismo pode exigir estratégias alternativas para a geração de rendimentos não planeadas.		Estratégias alternativas de geração de rendimentos devem fazer parte da abordagem de gestão adaptativa, tendo em consideração não só a gestão CA, mas também a participação da comunidade nas decisões de gestão e a colaboração no zoneamento. Os níveis realistas de motivação devem ser considerados.	

Intervenções para a conservação comunitária (Chipanje Tcheto e Bloco 4 Leste da REN)

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
Ambiente propício não é suficientemente positivo para que o reforço da comunidade resulte em mais do que uma mera participação simbólica nas decisões de gestão		O reforço do governo local, como parte da estratégia de apoio não deve ser esquecido ou não priorizado. A responsabilidade transparente para baixo deve ser reforçada para que a força de todas as comunidades possa contribuir para as decisões de gestão.	
As estruturas e participação comunitárias não promovem o envolvimento ou desenvolvimento das mulheres		Assegurar que os estatutos e as directrizes operacionais sublinhem a participação das mulheres. Identificar os bens que as mulheres mais valorizam e desenvolver incentivos para o seu envolvimento em torno destes.	

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
A gestão do Bloco L4E não está incorporada na estratégia global de Confito Homem-Fauna Bravia, de conservação, baseada no desempenho, contando totalmente com os benefícios da concessão.		A gestão comunitária da REN deve assegurar que o desenvolvimento da L4E é consistente com o resto da Reserva, e as questões-chave em torno do seu desenvolvimento são facilitadas pela REN com qualquer assistência especializada, conforme necessário.	

Subcomponente 2.4: Fortalecimento das instituições-chave

Riscos	Avaliação	Medidas de Mitigação	
A colaboração do governo local com os ACs está em risco enquanto os esforços de conservação se concentram na aplicação da lei.		Deve ser adoptada uma abordagem equilibrada com o governo local que seja bem planeada e executada para que se construa confiança e se fomente a colaboração.	

5 Procedimentos de Avaliação e Gestão Ambiental e Social dos Subprojectos

5.1 Introdução

Para assegurar que os riscos e impactos ambientais e sociais adversos sejam devidamente geridos, de acordo com a hierarquia de mitigação e que os impactos positivos sejam maximizados, os vários níveis de governação e implementação operacional do projecto serão envolvidos ao longo de todas as fases de implementação.

Todos os subprojectos serão previamente sujeitos a um processo de revisão e triagem ambiental e social, a fim de identificar potenciais riscos e impactos ambientais e sociais, ao longo de todas as fases do subprojecto, e determinar o nível de avaliação ambiental e social e os instrumentos de gestão ambiental e social requeridos. A triagem é, portanto, um passo crucial para assegurar a devida sustentabilidade ambiental e social do subprojecto.

Esta secção do QGAS descreve o processo para assegurar que as questões ambientais e sociais sejam adequadamente abordadas através de procedimentos a implementar ao longo de todo o ciclo do subprojecto, desde a sua identificação, selecção, aprovação, construção e implementação. Associada a cada uma destas fases são definidas tarefas para a gestão ambiental e social, conforme apresentado na tabela seguinte.

Este processo já vem sendo adoptado em outros os projectos implementados pelo FNDS e ProAzul, designadamente nos projectos PERS, Sustenta, Swiofish/MaisPeixe, MozFip e MozBio. Durante a elaboração do presente QGAS procura-se aprimorar os procedimentos, de forma a colmatar deficiências detectadas e dar resposta a novos requisitos definidos novo Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, harmonizando com o projecto similar PERS, com o qual haverá sinergias entre as equipas ambientais e sociais.

Tabela 12: Triagem das actividades e locais do projecto

Papéis	Responsabilidades Institucionais	Assistência/ Colaboração	Revisão pelo BM
Identificação inicial dos subprojectos	Subcomponente 1.2: Governos Distritais (Janela 1); Comunidades alvo (Janela 2); Grupos interessados (Janela 3) – Subcomponente 1.3- Actividades Agrícolas (candidaturas ou selecção por extensionistas) Subcomponente 1.3- Actividades 1.4 – Pesca (candidaturas a actividades económicas, distrito selecciona infraestruturas)	Especialistas de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESAS) das UIP	
Triagem dos subprojectos	Distritos	UIP – ESAS	X
Categorização incluindo a confirmação da necessidade	SPA	UIP – ESAS	

Papéis	Responsabilidades Institucionais	Assistência/ Colaboração	Revisão pelo BM
de AIAS/PGAS e/ou PAR para licenças ambientais			
Preparação de instrumentos ambientais e sociais requeridos	- UIP no caso de infraestruturas - Beneficiário no caso de actividades económicas (PACE e agricultura ou pesca comercial)	UIP – ESAS	
Revisão do Projecto e Aprovação da AIAS/PGAS/PAR	SPA	UIP – ESAS	X
Consulta Pública Participativa	Distritos Podendo ser por intermédio de Consultores Contratados ou pessoal dos serviços	UIP – ESAS	
Implementação dos instrumentos de gestão	Distritos Podendo ser por intermédio de Consultores Contratados ou pessoal dos serviços	UIP – ESAS	
Atendimento e Encaminhamento das Queixas	Distritos Podendo ser por intermédio de Consultores Contratados ou pessoal dos serviços	Autoridades Distritais/Municipais/DPT A/lideranças locais	
Monitorização	Distritos	UIP – ESAS	
Auditoria Ambiental e Social	DPTA/Consultores	Autoridades Distritais /DPTA/lideranças locais UIP-ESAS	BM

Na Tabela 13 apresentam-se actividades do MozNorte com implantação física, que irão requerer processos de triagem e responsabilidades pela condução da gestão ambiental e social.

Tabela 13- Actividades do MozNorte que irão requerer implantação física e responsabilidade pelo processo de triagem ambiental e social

Componente 1 – Melhoria do acesso a meios de subsistência e infra-estruturas comunitárias	
<u>Subcomponente 1.1 – Estabilização dos Meios de Subsistência através de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade)</u> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas sociais e económicas a serem propostas pelos distritos (ex: escolas secundárias, maternidades, estradas, mercados, regadios), cerca de 700 mil USD por distrito; - Infraestruturas sociais e económicas propostas pelas comunidades (90 mil USD, por comunidade, ao longo dos 5 anos)) 	FNDS
<u>Subcomponente 1.2 – Intervenções em agricultura de conservação)</u> <ul style="list-style-type: none"> - Planos de negócio propostos por pequenos agricultores comerciais emergentes (PACE) para subvenção comparticipada (modelo Sustenta – selecção através da Unidade de Subvenções Comparticipadas do FNDS) - Áreas propostas para agricultura para pequenos agricultores - organização de agricultores vulneráveis, em grupos ou cooperativas, apoiadas por agentes públicos de extensão) 	FNDS
<u>Subcomponente 1.4 – Intervenções em Pesca Sustentável</u> <ul style="list-style-type: none"> - Propostas para subvenção comparticipada para pescadores elegíveis - Planos de negócio de PME para desenvolvimento de actividades na cadeia de valor de pesca ou aquacultura - Pequenas infraestruturas relacionadas com a cadeia de valor da pesca - Restauração de mangais 	ProAzul
Componente 2 - Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais	
<u>Subcomponente 2.1 Melhoria da Gestão das Florestas e Riscos Climáticos</u> <ul style="list-style-type: none"> - Produção sustentável de carvão - Abertura e manutenção de acessos e aceiros, sistema de abastecimento de água, com furo de água 	FNDS
<u>Subcomponente 2.2 – Gestão melhorada e mais inclusiva das Áreas de Conservação (REN, Chipanje Tcheto, Bloco 4 LE, APAIPS, PNQ):</u> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de infraestruturas de fiscalização (centro de coordenação, postos, portões e reabilitação de pontecas) - Construção de infraestruturas melhoradas para desenvolvimento comunitário e turístico (abastecimento de água, energia, saúde, educação) - Melhoria das infraestruturas/equipamentos sociais básica e promoção de actividades sustentáveis de subsistência (apicultura, pecuária, piscicultura, agricultura de conservação) 	FNDS, ProAzul e BIOFUND

Na figura seguinte apresenta-se uma síntese do processo, para um subprojecto de subvenção comparticipada, ilustrando a relação entre a avaliação e gestão ambiental de riscos e impactos, ao longo do processo global. Neste fluxograma é patente a necessidade de licenciamento ambiental, antes da assinatura de contrato com os beneficiários. Em situações de subprojectos mais complexos, como em alguns subprojectos propostos por PMEs, em que o beneficiário não detém ainda uma licença ambiental, poderá haver um constrangimento temporal, com atrasos na implementação do projecto e no primeiro desembolso. Tendo em conta que o licenciamento ambiental de uma

actividade de Categoria B³² pode levar entre 6 a 8 meses, é de todo salutar que nesses casos, seja vivamente recomendado o início imediato do processo de avaliação de impacto ambiental, junto da autoridade ambiental provincial, conforme descrito a seguir. No caso de subprojectos financiados pelo Fundo Comunitário o processo será semelhante.

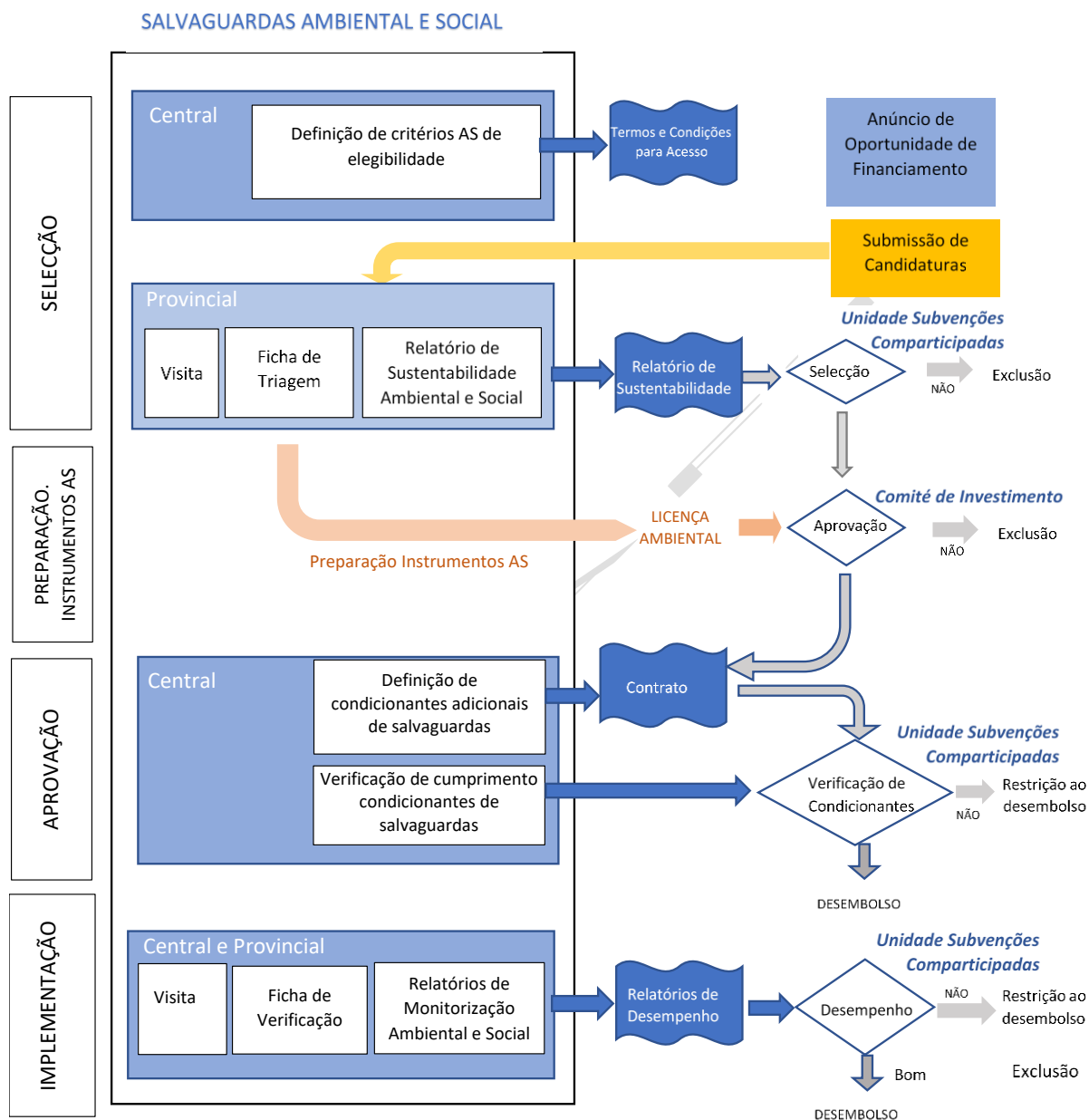


Figura 14: Fluxograma do processo em subprojecto com Subvenções Comparticipadas

³² Ver Secção 4.1.

5.2 Triagem Ambiental e Social

O objectivo da etapa de Triagem Ambiental e Social é assegurar que os subprojectos propostos sejam sujeitos ao tipo e extensão adequados de avaliação ambiental e social, proporcional aos potenciais riscos e impactos do subprojecto. Tal como discutido anteriormente (Secção 4.1), o processo de licenciamento ambiental, regulado pelo Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental RAIA, tem também início com esta etapa.

A triagem dos subprojectos (começará no momento da identificação do projecto, quando os detalhes básicos do subprojecto forem conhecidos, incluindo natureza, âmbito e localização proposta, entre outras informações disponíveis.

A triagem será em geral realizada pelo Especialista de Ambiental e Social (EAS) baseado na UIP de nível provincial, em colaboração com os assistentes distritais e sob supervisão do EAS da UIP central.

Neste processo o EAS Provincial irá articular com os restantes técnicos da equipa do projecto na província, a fim de ter um bom entendimento da proposta técnica. A triagem será baseada em visita de reconhecimento ao local proposto para o subprojecto, análise do plano de negócios / projecto de concepção e no preenchimento da Ficha de Triagem Ambiental e Social (Anexo I)

A Ficha de Triagem é composta por seis secções, como se segue:

1. Identificação do sub-projecto
2. Descrição das actividades (apoiada por quadros específicos para diferentes tipos de projectos no Anexo da Lista de Controlo - Edifícios, Estradas, Agricultura, Silvicultura e Recursos Florestais, Pecuária, Aquacultura, Turismo, Actividade de Processamento)
3. Descrição do local (condições ambientais e sociais)
4. Envolvimento das partes interessadas
5. Triagem inicial dos impactos, riscos e gestão ambiental e social
6. Classificação do risco e impacto do subprojecto

A Ficha de Triagem fornecerá, portanto, informações sobre as actividades propostas para o subprojecto (tipo e escala), as condições ambientais e sociais da área proposta para o subprojecto e quaisquer preocupações/expectativas identificadas pelas partes interessadas. É de referir que em casos em que o plano de negócios / projecto de concepção incluir mais do que uma das actividades, deverão ser preenchidas fichas relativas a cada uma das actividades proposta.

A informação da Ficha de Triagem apoiará na identificação da natureza e magnitude dos potenciais riscos e impactos ambientais e sociais, que por sua vez serão a base para a classificação do risco do subprojecto pela Equipa de Ambiental e Social do FNDS, BIOFUND ou ProAzul.

A Equipa Ambiental e Social, de nível central (FNDS, BIOFUND ou ProAzul) irá rever a Ficha de Triagem, verificando se foram utilizadas a(s) ficha(s) adequadas e se foi preenchida toda a informação requerida, solicitando se necessário qualquer informação/esclarecimento adicional, necessário para a avaliação do nível de risco e impacto e definição dos instrumentos de avaliação e gestão requeridos. Durante a revisão da ficha será efectuada a análise da área de implantação proposta, no *GoogleEarth*, onde devem estar representadas áreas de conservação de biodiversidade e outros locais reconhecidos como importantes para a biodiversidade, tais como Áreas Importantes para a Avifauna (IBA - *Important Bird Áreas*), Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBA - *Key Important Areas*), podendo ainda ser verificada a eventual existência de habitats sensíveis, tais como floresta, áreas húmidas ou mangais. Será ainda possível verificar a ocupação do terreno e da área envolvente.

Em paralelo, nos casos em que o proponente ainda não tenha licença ambiental do subprojecto proposto, deve ser desencadeada a instrução do processo de avaliação de impacto ambiental na

Autoridade Ambiental de nível provincial, tal como estabelecido no RAIA. Nestes casos, a Ficha de Triagem fornecerá dados para completar a Ficha de Informação Ambiental Preliminar constante no RAIA, base para a instrução do processo de avaliação de impacto ambiental na Autoridade Ambiental provincial, em vista do licenciamento ambiental da actividade (Anexo I).

Na Ficha de Triagem, os potenciais riscos e impactos serão classificados entre

Significativo (S) - risco ou impacto é susceptível de ser significativo

Não Significativo (NS) - o risco ou impacto existe, mas não é significativo;

Não há Risco ou Impacto (N) - nenhum risco ou impacto notório ocorreria; ou

Risco ou Impacto Desconhecido (?) - se desconhecido

Tendo em consideração que o quadro legal de avaliação de impacto ambiental e social de Moçambique, não apresenta lacunas relevantes, comparativamente com a NAS1 (ver Secção 4.3), neste QGAS considera-se que são aplicáveis as tipologias de instrumentos de avaliação e de gestão de impacto ambiental e social previstos no RAIA, designadamente Estudo Ambiental Simplificado (incluindo Plano de Gestão Ambiental) ou um Manual de Boas Práticas Ambientais e Sociais (MBPAS) para actividades de Categoria B e C, respetivamente

Estes instrumentos responderão aos requisitos da NAS1, desde que abranjam todos os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais constantes das NAS2 a 10 e que sejam considerados relevantes para o subprojecto proposto. Complementarmente poderão ser requeridos outros instrumentos, conforme definido no Quadro de Política de Reassentamento (QPR)³³, o Quadro do Processo (QP)³⁴ e o Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) do MozNorte.

Assim, os casos em que maioritariamente não há risco/impacto e que caso ocorram estes serão considerados não significativos, serão equipados a projectos de Categoria C do RAIA, requerendo apenas um Manual de Boas Práticas Ambientais e Sociais (MBAS). Caso sejam preponderantes situações em que se prevê que ocorram impactos e que possam mesmo vir a ser significativos será requerida a preparação de um Estudo Ambiental e Social Simplificado, com Plano de Gestão Ambiental e Social.

Poderá, contudo, haver situações em que a Autoridade Ambiental classifica um subprojecto como Categoria C, requerendo apenas a elaboração do MBPAS, enquanto para responder ao QGAS, seja requerida a elaboração de um PGAS, que terá de ser realizada para cumprimento do presente QGAS.

A coordenação da Equipa de Salvaguardas Ambiental e Social do Projecto apresentará os resultados da triagem ambiental e social ao Banco Mundial, propondo uma classificação de nível de risco e impactos expectáveis e instrumentos de avaliação ambiental e social e de gestão ambiental e social a serem preparados (Estudo Ambiental Simplificado, Plano de Gestão Ambiental e Social ou Manual de Boas Práticas)

A Ficha de Triagem permite a identificação, numa fase inicial, de questões ambientais e/ou sociais que possam tornar o projecto inelegível para financiamento ou como não exequível. Esta ficha permite também a identificação de potenciais riscos e impactos ambientais e/ou sociais, incluindo a identificação de medidas de mitigação, a integrar na proposta inicial do subprojecto e no estudo de viabilidade subsequente, a fim de evitar ou mitigar impactos adversos e/ou aumentar os impactos

³³ O QPR deve ser aplicado sempre que o subprojecto gere perdas físicas e/ou económicas. Este instrumento que tem como objectivo definir procedimentos para garantir que os afectados são devidamente compensados e ficam em situação equivalente ou melhor do que a situação de base..

³⁴ O QP será aplicado nos casos em que o subprojecto possa restringir o acesso à utilização de recursos naturais e possa ter um impacto negativo nos meios de subsistência, exigindo a preparação de um Acordo e Plano de Acção Comunitário através de um processo participativo que envolva as famílias afectadas. O QP define critérios de elegibilidade e potenciais medidas de mitigação a serem aplicadas.

positivos. É necessária e necessária desde o início uma estreita colaboração entre a equipa responsável pela preparação da proposta do subprojecto e a equipa de salvaguardas.

5.3 Instrumentos de Avaliação e Gestão Ambiental e Social

A preparação dos instrumentos de avaliação de risco e impacto ambiental e social e/ou gestão ambiental e social, devem ser precedidos de uma definição de âmbito, que assegure que os instrumentos sejam focados, nos riscos e impactos identificados como potencialmente significativos. Para estes riscos e impactos será requerida a identificação de medidas de mitigação a integrar no Plano de Gestão Ambiental e Social. A Ficha de Triagem irá apoiar na definição do âmbito e consequentemente na preparação de Termos de Referência para os instrumentos requeridos.

Nesta fase deverão ser consultadas as tabelas de potenciais riscos e impactos ambientais e sociais e possíveis medidas de mitigação, apresentadas na Secção 6.3.2, por tipologia de subprojecto.

A responsabilidade de preparação dos instrumentos será do FNDS, no caso de actividades integradas em planos de negócio de PACEs ou infraestruturas. Em situações em que o proponente é uma PME, a responsabilidade pela preparação dos instrumentos é da PME beneficiária (subprojecto de aquacultura ou pesca comercial – subcomponente 1.4), a ser revisto pelo ProAzul, antes da submissão ao Banco Mundial.

Nos casos em que o beneficiário já possui um PGAS, a equipa de salvaguardas do FNDS/ProAzul efectuará a revisão do documento, tendo em consideração os resultados da triagem, para verificar se estão devidamente abordadas todas as questões relevantes, conforme indicado no presente QGAS ou se há necessidade de preparação de uma Adenda ao PGAS existente.

As medidas de mitigação contidas no PGAS ou no Manual de Boas Práticas Ambiental e Social serão então integradas nos documentos de concurso para obras ou nos contratos com beneficiários de subvenções participadas.

As directrizes para a elaboração de cada um dos instrumentos de avaliação/gestão de riscos e impactos ambiental e social são apresentadas na secção que se segue.

5.3.1 Estudo de Impacto Ambiental (e Social) Completo ou Simplificado

Aos subprojectos que venham a ser classificados pela Autoridade Ambiental, como projectos de Categoria A ou B, será requerida a preparação de instrumentos de avaliação e impacto ambiental e social, Designadamente Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou Estudo Ambiental (EAS) Simplificado, respectivamente para as categorias A e B.

Tanto o EIA como o EAS serão elaborados de acordo com o estipulado no RAIA e na Directiva Geral para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial nº 129/2006), devendo, contudo, ser também considerado, todos os potenciais riscos e impactos constantes das NAS2 a 10, que sejam julgados relevantes para o subprojecto, conforme, identificado na etapa de triagem do subprojecto. Esta será a forma de garantir que são supridas as lacunas verificadas entre o Quadro Legal Nacional e o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

Conforme definido no RAIA (art. 23º), apenas os consultores registados na Autoridade de Avaliação Ambiental (Ministério da Terra e Ambiente) podem realizar estudos de avaliação ambiental em Moçambique. Os consultores devem apresentar um certificado de registo válido emitido pelo MTA antes da adjudicação de contrato de consultoria.

Os Termos de Referência para a elaboração do EIA/EAS e os próprios estudos, após revisão pela equipa de salvaguardas do MozNorte, devem ser submetidos ao Banco Mundial (BM) para revisão e aprovação, antes de serem apresentados à Autoridade Ambiental para aprovação

O PGAS, integrado no EIA/EAS será integrado no contrato com o beneficiário (em subvenções comparticipadas) ou Documentos de Concurso e contrato com empreiteiro (em actividades da responsabilidade do Estado, no âmbito do MozNorte).

5.3.2 Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Aplicável para os casos em que é requerido pela triagem ambiental e social do MozNorte, mas não pela Autoridade Ambiental (quando classificado com a categoria C). Este PGAS será preparado, com base no modelo incluído no Anexo III e tendo em consideração as possíveis medidas de mitigação indicadas na Secção 6.3.2, bem como medidas-chave adicionais a serem identificadas durante o processo de definição de valores empresariais para cadeias de valor.

O PGAS fornecerá informações relacionadas com o projecto, bem como com as condições ambientais e sociais do sítio. Deverá incluir medidas práticas de mitigação para gerir os impactos identificados na Lista de Controlo de Triagem, identificando claramente as responsabilidades pela sua implementação durante as fases de construção e operação.

O PGAS deve incluir um processo de participação no seu conteúdo e requisitos, envolvendo as principais partes interessadas, incluindo as autoridades locais e as comunidades interessadas e afectadas.

Para assegurar que os beneficiários e/ou empreiteiros compreendem como as medidas de mitigação devem ser planeadas e executadas, o PGAS apresenta-as de forma sequencial, na ordem em que necessitam de ser implementadas - em vez de apresentar medidas de mitigação por receptor ambiental e social.

O PGAS será integrado no contrato com o beneficiário (em subvenções comparticipadas) ou Documentos de Concurso e contrato com empreiteiro (em actividades da responsabilidade do Estado, no âmbito do MozNorte).

Os empreiteiros deverão desenvolver um Código de Conduta do Empreiteiro aplicável à natureza do trabalho, conforme definido no Procedimento de Gestão de Mão de Obra do MozNorte.

Os empreiteiros deverão submeter um plano com estratégias de gestão e de implementação, indicando como planeiam implementar as medidas definidas no PGAS. Será crucial que sejam incluídas acções de sensibilização e formação, para assegurar que os empreiteiros e trabalhadores compreendam os potenciais impactos ambientais e sociais de um projecto, e que compreendam o seu papel na atenuação desses impactos. A formação deve também abranger o Código de Conduta do Empreiteiro, os comportamentos esperados e as soluções aplicáveis. A formação de sensibilização deve ser conduzida com equipas de trabalho antes do início das actividades e reforçadas ao longo do tempo, principalmente antes do início de novas actividades.

5.3.3 Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social

O Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social (ver Anexo IV) contém uma compilação de medidas básicas de mitigação ambiental e social a serem implementadas durante a construção e operação de um subprojecto classificado na triagem como de baixo risco e como de Categoria C pela Autoridade Ambiental.

Este instrumento será adaptado pelo FNDS/ProAzul para cada subprojecto, com uma introdução que sublinha os impactos potenciais identificados e inclui qualquer medida de mitigação adicional necessária. Serão consideradas as directrizes gerais e específicas em matéria de ambiente, saúde e segurança.

Antes de ser submetido à Autoridade Ambiental para aprovação, o MBPAS será enviado ao BM para não objecção.

O MBPAS elaborado pelo FNDS/ProAzul será incluído nos Documentos de Concurso para obras de construção civil e será anexado ao Contrato, bem como o Código de Conduta do Empreiteiro.

No caso de subvenções comparticipadas, o respectivo MBPAS, específico para a actividade proposta, é integrado no contrato com o beneficiário .

5.3.4 Plano de Gestão Integrada de Pragas (PGIP)

Subprojectos com actividades agrícola, pecuária ou de aquacultura terão de seguir as medidas definidas no Plano de Gestão Integrada de Pragas, incluído no Anexo XI deste QGAS, elaborado em linha com a legislação nacional e a NAS3.

O PGIP define a abordagem geral a seguir para minimizar potenciais impactos adversos do projecto no que respeita ao controlo de pragas na saúde humana e ambiental por intermédio da promoção de Boas Práticas de Produção Agrária e Aquícola e uso racional de pesticidas, inseticidas e herbicidas, bem como as acções de formação e supervisão para que haja uma adopção, uso e descarte seguros desses produtos onde eles tiverem que ser usados.

5.3.5 Plano de Resposta a Emergência

Nos distritos com riscos climáticos muito elevados a elevado todos os subprojectos deverão incluir medidas de adaptação, prevenção e resposta a emergências, para as diversas fases do ciclo do projecto,, tendo em consideração os potenciais eventos climáticos extremos, baseados no Plano de Resposta a Emergência, incluído no Anexo VIII.

Estes procedimentos incluem medidas de prevenção e contingência, visando a protecção de pessoas e bens, tendo também em consideração eventuais riscos de contaminação ambiental, por derrame de substâncias / resíduos perigosos.

5.3.6 Procedimentos de Gestão de Mão de Obra (PGMO)

Todos os subprojectos financiados pelo MozNorte terão de implementar um procedimento de gestão de mão de obra tendo em vista:

- Promover o tratamento justo, não discriminação e a igualdade de oportunidades.
- Proteger os trabalhadores do Projecto (directos e indirectos) incluindo categorias vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, indivíduos com deficiências, crianças em idade laboral (entre 15 e 18 anos)³⁵, trabalhadores migrantes.
- Evitar o uso de todas as formas de trabalho forçado e infantil, situação particularmente sensível quando perante deslocados internos, pela sua maior vulnerabilidade.
- Apoiar os princípios de liberdade de associação e negociação colectiva dos trabalhadores do projecto de maneira compatível com a legislação nacional.
- Fornecer meios acessíveis aos trabalhadores do projecto para levantar preocupações no local de trabalho.

Este procedimento, apresentado em detalhe no Anexo X, aplica-se a trabalhadores directos, trabalhadores contratados, trabalhadores de fornecedores primários e trabalhadores comunitários.

Define políticas e procedimentos laborais, de higiene, saúde e segurança ocupacional (incluindo medidas de prevenção da contaminação por COVID-19), um código de conduta e um mecanismo de diálogo e reclamações a ser disponibilizado aos trabalhadores.

O PGMO define ainda procedimentos de resposta para situações de emergência que ponham em risco a saúde e segurança dos trabalhadores.

³⁵ A Lei do Trabalho considera como válida a relação jurídico-laboral estabelecida com menores entre os quinze (15) e os dezoito (18) anos de idade, desde que autorizados pelo representante legal, devendo ser descrito o tipo de actividades a desenvolver, as condições, o período de trabalho - que não deve exceder a trinta e oito horas semanais e sete horas diárias conforme estipulado na lei do trabalho. O menor não pode desenvolver actividades perigosas ou que possam interferir na sua educação, ou que sejam prejudiciais à sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

5.3.7 Plano de Acção sobre Risco de Violência Baseada no Género

Todos os subprojectos deverão implementar as medidas definidas no Plano de Acção sobre Risco de Violência Baseada no Género, assegurando:

- Sensibilização de trabalhadores e comunidade sobre VBG (incluindo assédio e abuso sexual), uniões prematuras, quadro legal criminalização, ações e comportamentos proibidos no âmbito do projecto e sanções aplicáveis.
- Implementação de Código de Conduta, com cláusulas específicas sobre VGB a todos os trabalhadores, conforme PGMO
- Implementação de procedimento específico para denúncia sobre VBG no Mecanismo de Diálogo e Reclamações, com possibilidade de encaminhamento para prestadores de serviços de VBG, previamente mapeados.;

Todas estas actividades deverão ser continuamente monitoradas.

5.3.8 Procedimentos para Achados Fortuitos

Apesar de na região norte haver poucas estações arqueológicas identificadas haverá necessidade de definição de áreas mais sensíveis e triagem de eventual valor histórico ou espiritual do local.

Nos subprojectos que envolvam escavações e/ou movimentações de terras e que estejam em áreas de maior risco de ocorrência de achados arqueológicos, deverá ser implementado o procedimento para achados fortuitos que inclui o treinamento de pessoal envolvido e medidas a implementar no caso de potencial achado. Tais passam pela interrupção dos trabalhos e protecção do local, para que o achado possa ser avaliado por especialista. Tal como definido legalmente, o achado deve ser comunicado à Direcção Provincial responsável pelo património cultural.

5.3.9 Instrumentos do Quadro da Política de Reassentamento

Caso se verifique a necessidade de ocupação de novas áreas que possam potencialmente estar ocupadas, deverá se fortificar a descrição das actividades do subprojecto através da triagem de reassentamento por forma a obter dados da terra / área a ocupar e das potenciais restrições de uso da terra que podem resultar em reassentamento, podendo requer a preparação de Planos de Compensação (PC)³⁶ ou Planos de Acção Reassentamento Simplificado (PAR-S).

5.4 Supervisão e Monitoria

A equipa de salvaguardas ambientais e sociais será responsável pela fiscalização e monitoria do desempenho ambiental e social de todos os subprojectos, o que passa pelo cumprimento de todas as medidas de mitigação medidas identificadas no PGAS ou MBPAS.

A monitorização do cumprimento compreende a inspecção no local das actividades para verificar se as medidas identificadas no PGAS ou MBPAS estão a ser implementadas.

Durante a implementação dos subprojectos que requerem obras civis, o SDPI será envolvido na supervisão das obras, sendo também responsável pela verificação do cumprimento das medidas de gestão ambiental e social, principalmente relacionadas com medidas laborais, de saúde e segurança. Quando o papel do Supervisor de Obras Civis for externalizado/contratado, os seus RPT deverão prever a fiscalização da implementação das Medidas de Gestão Ambiental e Social.

Quando forem identificados incumprimentos por parte do Beneficiário / Empreiteiro, estes serão imediatamente informados, de modo a que se realize uma discussão conjunta sobre as acções

³⁶ A legislação moçambicana considera reassentamento aquele que requer o deslocamento físico. O Plano de Compensação (que, por regra, não inclui o reassentamento físico) segue a legislação que detalha o processo de cálculo de indemnizações de perdas económicas.

necessárias. Por outro lado, se for identificado qualquer dano ambiental ou social, deverá consultado o Assistente de Salvaguarda para identificar as medidas de remediação aplicáveis.

As equipas de Subvenções Comparticipadas e do Fundo Comunitário³⁷, bem como de Aquisições e Finanças³⁸ do MozNorte devem assegurar a retenção dos pagamentos aos beneficiários ou empreiteiros, mediante a recepção de um Relatório de Desempenho de Salvaguardas aceitável em termos de conformidade (modelo incluído no Anexo V), de acordo com as novas normas de aquisições. Tais normas de aquisições serão comunicadas ao Contratante antes da adjudicação do contrato, de preferência como parte dos Documentos de Concurso.

Além disso, a Equipa de Salvaguardas do FNDS deverá realizar inspecções regulares para verificar a natureza e magnitude dos impactos reais, verificar a eficácia da implementação de medidas de mitigação, e determinar a necessidade de mitigação adicional ou alterações às medidas existentes. Estas podem ser inicialmente visitas trimestrais, a serem adaptadas com base no tipo e dimensão dos subprojectos, incluindo os impactos associados.

O Anexo VI contém um Modelo de Verificação a ser utilizado durante as visitas de fiscalização/monitoria regulares.

Para avaliar o progresso, o Banco Mundial receberá relatórios trimestrais da Equipa de Salvaguardas do FNDS relativamente à implementação do projecto. Além disso, serão realizadas pelo Banco Mundial de seis em seis meses visitas de supervisão / revisões intercalares (Missão de Supervisão e Acompanhamento).

5.5 Auditoria Externa

Anualmente será realizada uma Auditoria Ambiental e Social Externa para avaliar o desempenho do projecto MozNorte em relação aos objectivos e metas declarados e para identificar áreas a melhorar. Prevê-se que esta auditoria seja realizada por um terceiro competente e que o seu âmbito complemente o trabalho realizado pelo Banco Mundial durante as suas missões de supervisão.

Os relatórios de auditoria incluem:

- Resumo do desempenho ambiental, social, de saúde e segurança dos Subprojectos, com base nas AIASs, PGASs, PARs e da implementação das cláusulas ambientais e sociais nos contratos do empreiteiro e PGASs do empreiteiro;
- Apresentação de conformidade e os progressos na implementação dos PGASs dos Subprojectos;
- Resumo dos resultados da monitorização ambiental e social de medidas de controlo dos Subprojectos individuais (como estabelecido nos PGASs dos Subprojectos).

5.6 Relatórios

O processo implementado no âmbito deste QGAS deve ser adequadamente registado para referência futura e para fins de supervisão e auditoria, por parte do Banco Mundial.

Assim, serão preparados relatórios trimestrais, semestrais e anuais, sobre o estado de implementação do QGAS. Estes relatórios deverão apresentar de forma sistemática as actividades realizadas pelas equipas de salvaguardas, em cada uma das províncias abrangidas, especificando actividades realizadas

³⁷ No caso de subprojecto beneficiários de subvenções comparticipadas.

³⁸ No caso de subprojectos de infraestruturas públicas

por fases do ciclo do projecto (triagem, preparação de instrumentos ambientais e sociais, aprovação e monitorização). Esta informação deve ser contextualizada com informações chave do Projecto, tais como o cronograma geral, identificando datas de recepção de candidaturas, número total de candidatos e número total de subprojectos aprovados por programa de subvenção comparticipada ou obras públicas.

Deverá ser apresentada uma análise das principais condicionantes ambientais e sociais identificadas na fase de triagem e avaliação de riscos e impactos, bem como das principais situações de não conformidade e medidas/acções de correctivas e/ou preventivas adoptadas.

Os relatórios deverão ainda apresentar eventuais alterações na equipa de salvaguardas (contratações ou demissões) e descrever as actividades de formação realizadas, indicando detalhadamente o seu conteúdo, duração e participantes.

Deverão ser sintetizados os principais desafios e lições apreendidas do período a que se refere o relatório e quaisquer propostas de alteração de procedimentos, tendo em vista a melhoria do desempenho da equipa e/ou do desempenho ambiental e social dos subprojectos.

6 Organização Institucional para a Implementação do QGAS

Dada a falta de experiência da recentemente criada ADIN, o FNDS, sob a tutela do MADER, será agência líder responsável pela coordenação geral e implementação do Programa MozNorte, com responsabilidade em assegurar a avaliação e gestão adequada dos riscos e impactos ambientais e sociais de todos os subprojectos, por forma a garantir que sejam sustentáveis em termos ambientais e sociais.

A implementação dos instrumentos ambientais e sociais nos subprojectos das componentes de desenvolvimento comunitário, agricultura e floresta (subcomponentes 1.1, 1.2, 1.3 e 2.1) será da responsabilidade directa do FNDS, das actividades de conservação (subcomponentes 1.5 e 2.2) será da responsabilidade do BIOFUND, quando relativos a áreas de conservação), enquanto nos subprojectos do sector de pesca (subcomponentes 1.4 e 2.3) esta responsabilidade caberá à ProAzul.

Tanto o FNDS como a ProAzul já vêm implementando projectos financiados pelo Banco Mundial, através de equipas de salvaguardas de nível central, com especialistas ambientais e sociais, que zelam pela implementação dos requisitos ambientais e sociais nacionais, bem como os do Banco Mundial. O BIOFUND tem sido apoiado pela equipa de salvaguardas do FNDS, mas neste projecto irá ter o seu próprio especialista sénior de salvaguardas ambiental e social.

Na figura seguinte é apresentada a equipa que estará directamente envolvida na implementação dos instrumentos ambientais e sociais.

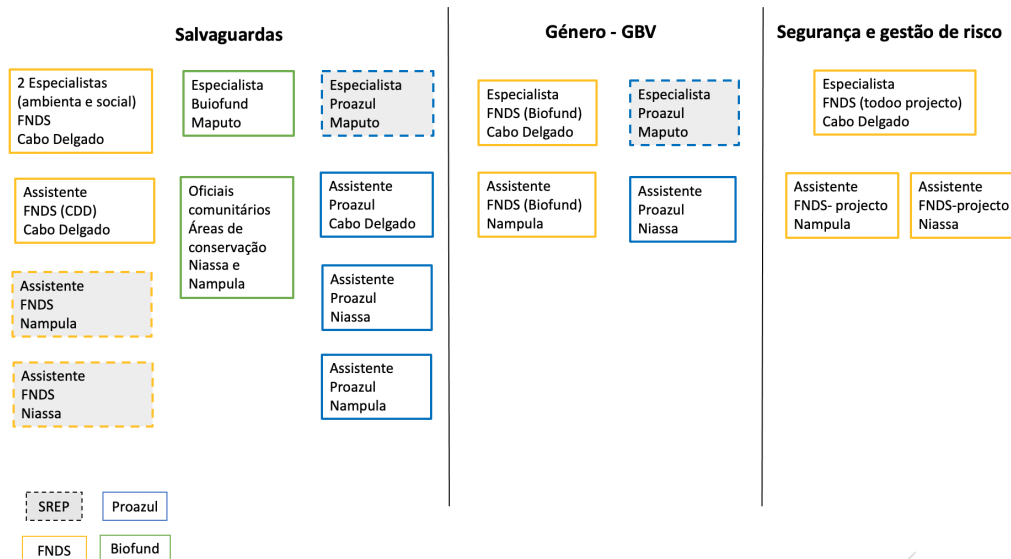


Figura 15 – Estrutura organizacional da equipa envolvida na implementação dos instrumentos ambientais e sociais do MozNorte

No presente projecto, em que a UIP Central estará baseada em Pemba, haverá aí um especialista sénior de salvaguardas ambientais e outro em salvaguardas sociais do FNDS, que serão assessorados por assessores de salvaguardas do FNDS e do ProAzul, baseados na UIP Central e por assistentes baseados nas UIPs satélite do FNDS e da ProAzul de Nampula e Niassa. No caso de Cabo Delgado, o assessor de salvaguardas do FNDS dará também apoio à Unidade do Fundo Comunitário.

A UIP Central contará ainda com um especialista de Género/VBG do FNDS, a ser apoiado por assistente do FNDS em Nampula. Para as actividades do ProAzul, as questões de género/GBV serão da responsabilidade do especialista baseado em Maputo, apoiado por um assistente localizado no Niassa.

A UIP Central do FNDS contará ainda com um especialista sénior em desenvolvimento comunitário e gestão de conflitos e com um assistente técnico de género e VBG, baseado no escritório do Niassa. A ProAzul terá também um especialista de salvaguardas em cada província.

Nas províncias de Nampula e Niassa serão aproveitadas as sinergias da capacidade organizacional das UIPs do FNDS e ProAzul, que já dispõem de equipas de salvaguardas ambientais e sociais para assistência a outros projectos, tais como o PERS (P174002).

As áreas que serão abrangidas por actividades de gestão comunitária de recursos naturais (Chipanje Chetu) irão também dispor de oficiais de educação ambiental, oficiais e/ou facilitadores de desenvolvimento comunitário, que irão coordenar com a Gestora de .. Comunitária da REN e serem geridos pelo BIOFUND.

Em Nampula, a UIP e o BIOFUND terão de coordenar com a ONG WWF e a Administradora da APAIPS para supervisionar e monitorar as actividades na APAIPS, pois não há recursos locais de desenvolvimento comunitário dedicados à APA. Irá também coordenar com o Assistente de Salvaguarda e o Auxiliar Provincial Sector Privado em Nampula no âmbito de ProAzul.

As equipas de salvaguarda de nível central serão apoiadas a nível provincial e distrital, por técnicos afectos ao projecto e/ou de agências governamentais.

7 Capacitação e Formação

O sucesso da implementação do Projecto MozNorte dependerá, entre outros, da implementação efectiva das medidas de gestão ambiental e social delineadas no QGAS, QP e QPR, o que capacidades técnicas nas temáticas de avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais por parte de todos os principais intervenientes.

Conforme apresentado na secção anterior, a implementação deste QGAS, bem como do QPR e QP irão requerer o envolvimento de diversos intervenientes, sendo essencial o devido alinhamento dos conceitos, princípios, directrizes e procedimentos a implementar no âmbito do MozNorte.

Apesar de nos últimos anos ter havido progresso considerável nos processos institucionais, legais e regulamentares relacionados com a gestão ambiental e social em Moçambique. No entanto continua a haver capacidades limitadas nesta matéria, principalmente ao nível distrital.

A unidades de salvaguardas ambientais e sociais dos FNDS e ProAzul deverão assim em conjunto preparar um plano de treinamento, que envolva toda a equipa de salvaguardas da sua estrutura organizacional, mas também os especialistas de outras áreas técnicas e administrativas (com especial atenção para as áreas de aquisições e de subvenções comparticipadas). Técnicos de direcções provinciais e distritais deverão ser também directamente envolvidos.

É de salientar que o reforço de capacidades deve ser visto como mais do que formação. Constitui o desenvolvimento de recursos humanos e inclui o processo de equipar os indivíduos com a compreensão, competências e acesso à informação, conhecimento e formação que lhes permita um desempenho eficaz. Por conseguinte, deve também incluir a sensibilização e sensibilização, para além da formação técnica.

Consciencialização dos intervenientes que precisam de apreciar o significado/ relevância das questões ambientais e sociais ao longo de todo o ciclo de vida do projecto.

Sensibilização dos intervenientes que precisam de estar suficientemente familiarizados com as questões, de modo a poderem fazer pedidos específicos e informados de assistência técnica.

Formação técnica para as partes interessadas que precisarão de utilizar as ferramentas do QGAS

Durante a implementação dos anteriores projectos tanto o FNDS, como o ProAzul desenvolveram acções de treinamento em salvaguardas ambientais e sociais, com apoio da equipa do Banco Mundial.

Desde 2017, o Banco Mundial vem apoiando o reforço das capacidades da equipa de salvaguardas do FNDS, tanto a nível central como provincial, bem como de diversos outros actores governamentais do processo de avaliação de impacto ambiental.

Tanto o FNDS e como o ProAzul, têm vindo por outro lado a desenvolver acções de sensibilização a nível distrital, junto das equipas do SDAE e SDPI, em diversas temáticas para incluindo práticas de produção sustentável, gestão sustentável de recursos naturais e questões transversais relacionadas com o género, a inclusão de grupos vulneráveis e mecanismo de diálogo e reclamações. Para o MozNorte será fulcral dar continuidade a estas acções mas de uma forma mais estruturada e continuada.

A preparação de um plano de treinamento detalhado será um instrumento chave de planeamento para garantir um processo de capacitação efectivo. Este programa deverá ter como objectivo:

- sensibilizar os vários intervenientes sobre as ligações entre o ambiente e os impactos sociais e subprojectos do Programa;

- demonstrar o papel dos vários intervenientes-chave na implementação e monitorização dos instrumentos de salvaguarda (QGAS-AIAS/PGAS, QP/PARs, etc.);
- sensibilizar os representantes e líderes de grupos comunitários e associações (que por sua vez irão transmitir a mensagem para suas respectivas comunidades) sobre a implementação e gestão das medidas de mitigação; e nas suas funções atingir a sustentabilidade ambiental e social;
- assegurar que o pessoal tanto provincial como distrital seja capaz de fornecer liderança e orientação, bem como supervisionar a implementação das suas componentes no AIAS/PGAS, QO/PAR, etc.;
- garantir que os participantes sejam capazes de analisar os potenciais impactos ambientais e sociais, e com competência prescrever as opções de mitigação, bem como supervisionar a implementação dos planos de gestão.
- fortalecer as ONGs e equipas de extensionistas locais para dar apoio técnico a agricultores e pescadores.

O plano de treinamento deverá identificar todos os intervenientes, definir temáticas a abordar com cada um, objectivo da capacitação (sensibilização, consciencialização ou formação técnica), formato da capacitação (ex: em sala, prática), responsável pela organização e periodicidade.

É de salientar que a experiência passada indica que há necessidade de tornar as capacitações mais regulares, principalmente ao nível distrital. A entrada de novos técnicos tanto para as unidades provinciais como o SDAE irá requerer um esforço intenso de capacitação no primeiro ano, não devendo ser descurada a sua continuidade nos anos seguintes. Deverá ser efectuada uma capacitação mais intensa no ponto focal de salvaguardas ambientais e sociais a ser identificado nos distritos.

assim, deverão ser incluídas as seguintes temáticas:

- Formação sobre o Quadro Ambiental e Social (Normas Ambientais e Sociais)
- Envolvimento das partes interessadas
- Triagem ambiental e social
- Saúde e segurança no trabalho e comunitária
- Preparação e resposta de emergência
- Mitigação do risco de violência com base no género
- Mecanismo de Diálogo e Reclamações
- Monitorização e relatórios
- Procedimentos de gestão de mão de obra
- Atenuação Covid-19
- Preparação e implementação do RAP.
- Disposições de resposta a situações de emergência.
- Governação comunitária
- Gestão de Conflitos
- Gestão de Segurança

Deverão ser ainda realizadas acções de formação para a comunidade, destinadas a aumentar a sensibilização para os riscos e impactos ambientais e sociais e as medidas de mitigação. Isto incluirá, mas não se limitará ao seguinte:

- Sensibilização e prevenção da Covid-19
- Sensibilização e prevenção SEA/GBV
- Mecanismo comunitário de reparação de queixas, como descrito no PEPI/EIA, PGAS
- Sensibilização para a Segurança Rodoviária
- Medidas de gestão do fluxo de trabalho
- Procedimentos de resposta de emergência
- Doenças transmissíveis/HIV-SIDA/DST/ sensibilização e prevenção

8 Consulta

O Projecto MozNorte foi objecto de um processo de consulta durante a fase de preparação, que terá continuidade na fase de implementação do Projecto, conforme definido no respectivo Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI).

De forma a garantir que as opiniões das partes interessadas sejam incorporadas na concepção e implementação dos projectos, foram realizadas várias reuniões com instituições governamentais, a sociedade civil e privadas a nível central e provincial e comunitárias. Devido à pandemia COVID-19, a maioria das reuniões foram realizadas online usando as plataformas (Webex, Zoom, Skype, telefone e outras).

As reuniões contaram com a participação de representantes do governo a nível central (Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas, Terra e Ambiente, Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Saúde, Educação, Género, Protecção Infantil e Social e Instituto Nacional de Gestão de Desastres) e nível provincial (secretaria de estado, representantes da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte e da Comissão Provincial de Apoio e Reconstrução Social). Também foram realizadas reuniões paralelas com a participação de representantes da sociedade civil, na sua maioria ONGs locais (ORAM- Associação Rural de Ajuda Mútua, MMMR-Movimento Moçambicana da Mulher Rural, Fórum Terra, Terra Amiga, Solidariedade de Moçambique e outros) do sector privado (CTA-Confederação das Associações Económicas de Moçambique) e Universidades e Instituições de Investigação (Uni Lúrio, Universidade Pedagógica).

As partes interessadas contribuíram colocando preocupações e sugestões sobre vários aspectos da preparação do projecto, que foram muito importantes para a elaboração do Plano de engajamento das Partes Interessadas (PEPI) e Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS).

As questões identificadas durante essas reuniões incluíram (i) garantir que o mecanismo de diálogo e reclamações (MDR) seja bem disseminado entre as partes interessadas; (ii) garantir o envolvimento das partes interessadas (especialmente IDPs, comunidades anfitriãs e ONGs locais) durante a preparação dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais do projecto; (iii) garantir que os critérios da selecção das comunidades beneficiárias sejam amplamente divulgados nas zonas de intervenção do projecto; (iv) garantir que as capacitações e treinamentos incluam a prevenção e resposta da Covid-19 a situações de emergência (incidentes e acidentes).

Para além das reuniões acima referidas, foram realizadas consultas presenciais na província de Nampula, obedecendo todas as medidas de COVID-19 para recolher informações e receber retorno dos beneficiários sobre a implementação do projecto, assegurando melhores ajustes ao longo do período de intervenção. Foram consultadas diferentes partes interessadas, a nível da província e Cidade de Nampula, com enfoque para os representantes do SPA, DPAP, chefe do Departamento de Cadastro, Delegado do INGD, Secretário do Estado, entre outros. Houve também consulta a nível dos distritos de Meconta e Mecuburi na mesma província, com enfoque para os administradores do distrito, representantes do SDAE, SDPI entre outros.

Os principais aspectos levantados durante estas consultas foram ligadas:

- a necessidade de transmitir informação sobre os processos e apoio aos deslocados (IDPs) em centros de reassentamento criados na província,
- necessidade de estabelecimento e ampliação de infraestruturas sociais e de produção como por exemplo, sistemas de água, escolas, centros de saúde e vias de acesso, pequenas represas, melhorar os meios de subsistência das comunidades locais deslocadas e anfitriãs.

- necessidade de realização de reuniões de consulta para assegurar uma boa gestão de expectativas das comunidades e explicar bem o processo e mecanismos da implementação de projecto, incluindo as actividades alternativas para jovens (raparigas e rapazes).
- a gestão da Reserva de Mecubúri e processo de redimensionamento da sua área é outra questão foi considerada como requerendo mais divulgação e consulta.

Em 28 de Abril 2021 realizou-se uma reunião de consulta às partes interessadas das províncias de Niassa e Cabo Delgado que contou com a presença de representantes do governo da província de Niassa e representantes da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula e Cabo Delgado. De uma forma geral todos os participantes foram receptivos ao MozNorte tendo, contudo, sido levantadas as seguintes questões:

- O Projecto apresenta pouca ênfase na comercialização agrícola
- O projecto deve reflectir sobre a possibilidade de acesso ao registo de nascimento para facilitar a identificação dos produtores
- O Projecto deve encontrar formas de intervir na gestão do Lago Niassa porque embora actualmente não existam conflitos, esse potencial existe tendo em conta ser lago partilhado com o Malawi
- No Lago do Niassa, a actividade de aquacultura deve ser abordada numa perspectiva de pesca intensiva
- Deve ser revista a abordagem das intervenções que estão previstas para o Parque Nacional das Quirimbas tendo em conta a condição actual para o acesso a esta paisagem
- Em Cabo Delgado, o trabalho com as comunidades deve ser desenvolvido de forma criteriosa, tendo em conta que devido ao grande movimento dos deslocados, requerendo comunicação.

Os instrumentos ambientais e sociais (PEPI, QGAS, QPR e QP) foram publicados para consulta, nos websites do FNDS, ProAzul, Biofund e WB a partir do dia 14 de Abril de 2021. Dadas as restrições de realização de reuniões públicas derivadas do agravamento no país da situação da pandemia COVID-19, não foi possível realizar reuniões presenciais para apresentação e discussão dos instrumentos, mas foi realizada no dia 28 de Abril uma reunião de consulta online, via plataforma digital.

A reunião de consulta do dia 28 de Abril contou com 23 participantes, incluindo representantes de organizações governamentais envolvidas no MozNorte e representantes da sociedade civil, das províncias de Nampula e Cabo Delgado. Foi efectuada a apresentação do projecto e dos instrumentos e aberto espaço para apresentação de dúvidas, preocupações e contribuições, apresentadas. A acta desta reunião é apresentada no Anexo XII deste QGAS. Foram clarificadas dúvidas sobre o Projecto (orçamento global e integração da Reserva Florestal de Mecuburi) e levantadas as seguintes preocupações, que foram integradas nos instrumentos:

- Os baixos níveis de alfabetização poderão dificultar o trabalho comunitário, sendo recomendável incluir actividades de educação de adultos. – Foi respondido que a recomendação será transmitida à equipa do Projecto
- Têm ocorrido situações em que as terras atribuídas pelo governo para assentamento dos deslocados são depois reclamadas por nativos, gerando conflitos. Há também problemas no aumento da pressão sobre os recursos naturais, como o mangal. Estas questões devem ser devidamente consideradas pelo Projecto. - *Foi esclarecido que o MozNorte não irá fazer aquisição de terras destinada a deslocados internos, quer seja para assentamento ou para agricultura, estando este processo sob a responsabilidade do Projecto Terra Segura (MozLand), através de procedimentos que prevêm ampla consulta antes da delimitação da terra.*

De referir que o PEPI contará com um Mecanismo de Reparação de Reclamações comum que foi estabelecido com base nos Mecanismo de Diálogo e de Reparação (MDR) definido para todos os

projectos incluídos na carteira do MADER/FNDS e do MIMAIP/ProAzul financiados pelo Banco Mundial em Moçambique - "Mecanismo de Diálogo e de Reparação (MDR)". Foram preparados manuais de procedimentos e estratégias de comunicação para cada fundo, e foi concebida uma plataforma informática para registar e monitorizar os casos relatados. No âmbito do MozNorte é recomendado um reforço deste mecanismo, designadamente com a inclusão de denúncias sobre violência baseada no género.

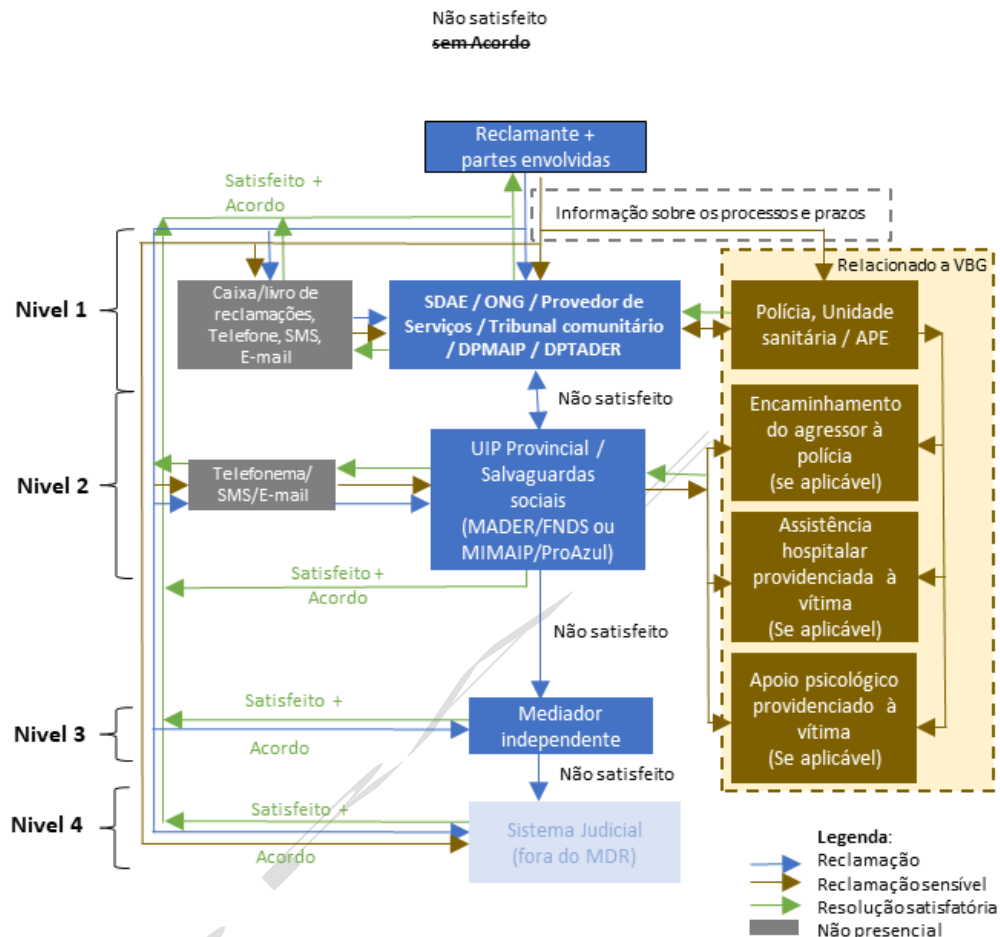


Figura 16 – Mecanismo de Mecanismo de Diálogo e de Reparação proposto

Finalmente, as comunidades e indivíduos (incluindo trabalhadores do projecto) afectados pelo Projecto podem apresentar queixas para uma rápida revisão ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS). Para informações sobre como submeter queixas ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS), por favor visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem também submeter uma queixa ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se houve ou poderá haver danos em resultado do não cumprimento das suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser apresentadas em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas directamente ao conhecimento do Banco Mundial, tendo sido dada à Direcção do Banco uma oportunidade de responder. Para informações sobre como apresentar queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, queira visitar www.inspectionpanel.org.

9 Orçamento de Implementação do QGAS

O custo do projecto teve em conta fundos necessários para a implementação de actividades relacionadas com a aplicação das ferramentas de salvaguardas (gestão ambiental e social), incluindo reforço de capacidade. O custo total para a implementação do QGAS do MozNorte é de 3.390.000 Dólares Americanos, conforme apresentado na seguinte tabela.

Tabela 14 - Orçamento estimado para implementação do QGAS do MozNorte (5 anos)

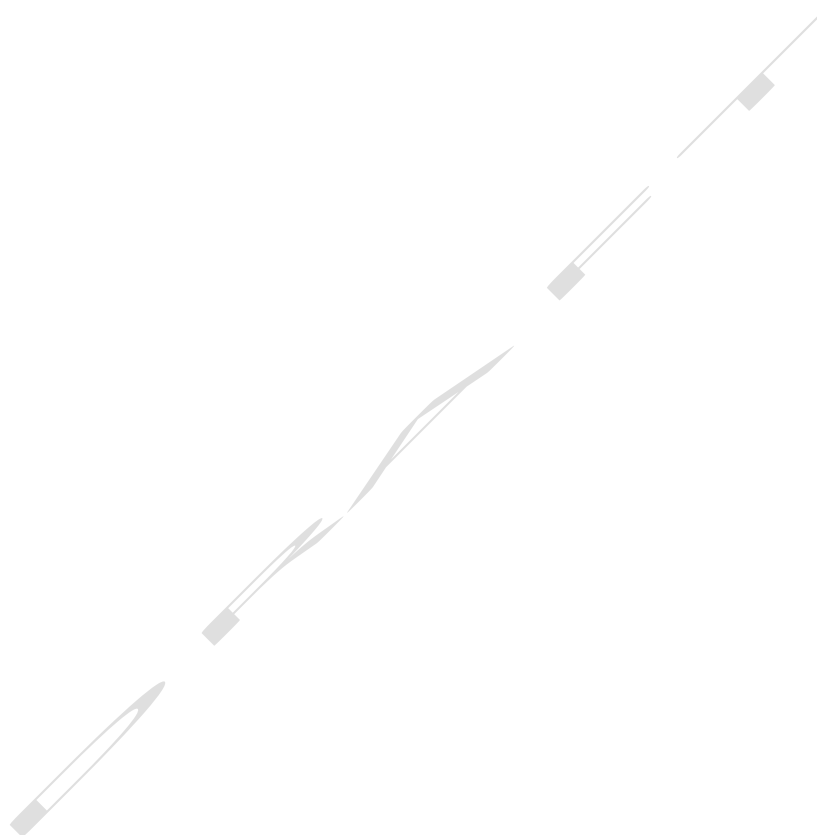
	(5 anos)	FNDS	Biofund	ProAzul	Total (USD)
Equipa ambiental e social MozNorte					
Especialista de Salvaguardas Ambiental		240 000	240 000		480 000
Especialista de Salvaguardas Ambiental		240 000			240 000
Especialista de Salvaguardas Social		240 000			240 000
Assistente de Salvaguardas				150 000	150 000
Especialista de Género e GBV		240 000			240 000
Assistente de Género e GBV		150 000		150 000	300 000
Total		1 110 000	240 000	300 000	1 650 000
Implementação do QGAS					
Preparação de instrumentos de avaliação e gestão ambientais e sociais		300 000		100 000	400 000
Preparação de Estudos, Protocolos, Planos		120 000	50 000	100 000	270 000
Fiscalização e monitoria		200 000	30 000	150 000	380 000
Auditorias		60 000			60 000
Capacitação (treinamento e sensibilização)		300 000	30 000	100 000	430 000
Implementação e Manutenção do MDR		120 000	30 000	50 000	200 000
Total		1 100 000	140 000	500 000	1 740 000
TOTAL		2 210 000	380 000	800 000	3 390 000

10 Bibliografia

- INE (2019). CENSO 2017- IV Recenseamento Geral da População e Habitação: Apresentação dos Resultados Definitivos na Cerimónia Central em Maputo (Maputo, 29 de Abril de 2019). Acedido em www.ine.gov.mz entre 1 e 10 ed Fevereiro de 2020.
- INE (2019b). Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Definitivos - Moçambique. Acedido em www.ine.gov.mz entre 1 e 10 ed Fevereiro de 2020..
- INE (2020). Anuário Estatístico 2019- Moçambique. Instituto Nacional de Estatística acedido em www.ine.gov.mz entre 1 e 10 ed Fevereiro de 2020..
- MICOA/Impacto (2013). Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica do Desenvolvimento ao Longo da Zona Costeira de Moçambique: Volume I - Diagnóstico Ambiental
- JICA (2015). Country Gender Profile: Mozambique. Final Report.
- MEF/DEEF (2016). Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação Nacional – Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/2015
- Banco de Moçambique (??). Relatórios de Inclusão Financeira 2017
- Banco de Moçambique (??). Relatórios de Inclusão Financeira 2019
- INE, Contas Nacionais, II trimestre 2020. Acedido em www.ine.gov.mz entre 1 e 10 ed Fevereiro de 2020.
- UNDP (2019). Human Development Report 2020 - The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene. Briefing note for countries on the 2020 Human Development Report- Mozambique
- UNDP (2018). Human Development Report 2019 - Inequalities in Human Development in the 21st Century. Briefing note for countries on the 2019 Human Development Report – Mozambique
- Mosca, J. (2009). Pobreza, Economia Informal, Informalidades e Desenvolvimento.
- INE (2006). Resultados do Primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal (INFOR – 2004)
- Gradin, C. e Tarp, F. (2019). Gender Inequality in Employment in Mozambique. South African Journal of Economics. Vol. 87:2, June 2019.
- CIAT; World Bank. 2017. Climate-Smart Agriculture in Mozambique. CSA Country Profiles for Africa Series. International Center for Tropical Agriculture (CIAT); World Bank. Washington, D.C. 25 p.

Anexos

ANEXO I – FICHA DE TRIAGEM AMBIENTAL E SOCIAL



Esta Ficha de Triagem Ambiental e Social visa apoiar a avaliação da elegibilidade para financiamento dos subprojectos propostos no MozNorte. Apoia na identificação dos necessários instrumentos de salvaguarda / gestão ambiental e social.

A lista de verificação compreende seis secções, como se segue:

- 1. IDENTIFICAÇÃO DOS SUB-PROJECTOS**
- 2. DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES** (apoiada por quadros específicos para diferentes tipos de projectos no Apendice desta Lista de Triagem - Edifícios, Estradas e pontes, Agricultura, Silvicultura e Recursos Florestais, Pecuária, Aquacultura, , Actividade de Processamento).
- 3. DESCRIÇÃO DO LOCAL** (condições ambientais e sociais)
- 4. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**
- 5. TRIAGEM INICIAL DOS IMPACTOS E GESTÃO DO IMPACTO**
- 6. CATEGORIZAÇÃO DOS SUB-PROJECTOS**

1 – IDENTIFICAÇÃO DO SUBPROJECTO	
<i>A ser preenchido pelo assistente Ambiental e social da Província</i>	
Designação do Subproject	
• Província	
• Distrito	
• Posto Administrativo	
• Comunidade	
Proponente do Subprojecto (quando aplicável)	
• Pessoa de Contacto	
• Cell	
• Email	
Tipo de Documento de Identificação	B.I () Cartão de Eleitor () Carta de condução () NUIT (X) Número do documento: 100669285
Estado Civil	Solteiro () Casado oficialmente () Casado por união de facto () Divorciado () Viúvo ()
Nome do cônjuge	

2 - DESCRIÇÃO DE ACTIVIDADES

Selecione a(s) Tabela(s) de Descrição de Actividades aplicável(eis) no Apêndice a esta Lista de Controlo - ou seja

- Edifício
- Estradas
- Agricultura
- Silvicultura e Produtos Florestais
- Pecuária
- Turismo
- Actividade de processamento

Note-se que um subprojecto poderá exigir o preenchimento de mais do que uma tabela de Descrição de Actividades, por exemplo, um subprojecto agrícola poderá incluir a construção de armazém (edifício) ou uma fábrica de processamento exigiria o preenchimento de informação relacionada tanto com o edifício como com a actividade de processamento.

A ser preenchido pelo Assistente de Salvaguardas Provincial, em conjunto com a equipa que prepara a proposta do subprojecto

3- DESCRIÇÃO DO LOCAL PROSTO		
<i>A ser preenchido pelo assistente Ambiental e social da Província</i>		
<i>(Incluir duas imagens do Google: uma mostrando a área circundante do subprojecto e outra fazendo zoom do site do subprojecto, destacando as características relevantes)</i>		
Área do terreno.	Com DUAT ____ha	Sem DUAT ____ha
Tipo de Documento de Posse de Terra Apresentado <i>(Anexar cópia do documento)</i>	Título de DUAT () DUAT Provisório () Licença de ocupação () Documentos de Trespasse da área () Outro () Nenhum ()	
Validade do documento		
Actual uso do solo		
Tamanho da área para a qual pretende financiamento do subprojecto		
CASO NÃO POSSUA DUAT – Registar coordenadas dos limites (vertices) do terreno		
Tem Licença Ambiental?	Sim () Não () Em Processo ()	
Tipo de actividade para a qual é solicitado o financiamento		
Número de famílias residentes na área		
Principal actividade das famílias residentes na área		
Existe algum acordo de utilização da terra pelos residentes?	Sim () Não _____ Se sim, anexar o acordo num anexo	
Número de trabalhadores		
Existência de vínculo contratual .../trabalhadores	Sim (..) Não ()	

AMBIENTE BIOFÍSICO
<ul style="list-style-type: none"> • Principais características da paisagem na zona (montanha, inselberg, linha costeira). • Tipo de solo (predominantemente arenoso / argiloso / rochoso;) cor predominante do solo (branco / vermelho / castanho). • Topografia do local do subprojecto (colina, encosta, zona plana, etc.). • Existem quaisquer sinais de erosão no local ou áreas circundantes (ravinas, barrancos, etc.) - incluir foto. • Existe um corpo de água (linha de água, rio, lagoa, queda de água) dentro ou nas proximidades do local? Permanente ou temporária? Incluir foto. • O terreno está numa área susceptível de inundação ou inundação? • Quando foi o último evento registado quando ocorreu a inundação? Incluir detalhes (quando, danos registados, etc.). • Quais são as utilizações actuais da água (no local, a montante e a jusante) - beber, lavar, agricultura, gado, pesca, mineração, actividades recreativas, outras? • Existem fontes conhecidas de poluição do ar, água ou terra nas proximidades da área do projecto? <i>Ter em consideração as seguintes actividades como fontes de poluição: mineração artesanal, agricultura comercial, manufactura, processamento de alimentos, turismo e actividades recreativas, etc.</i> • Existem no terreno áreas com vegetação em estado natural (floresta natural ou paisagem) ou a área já transformada (agricultura, residencial, área de extracção de recursos naturais, etc.). • Tipo de unidade de vegetação onde o local está integrado (mata de miombo, floresta costeira, prados, etc.), descrever o nível de perturbação e as suas causas. • Descrever o tipo de vegetação dentro do terreno (identificar espécies vegetais, principalmente árvores e incluir fotografias). • Identificar habitats conhecidos ou potencialmente sensíveis dentro do sítio ou perto dele, tais como vegetação ribeirinha, zonas húmidas, pântanos, mangais, dunas. (Favor fornecer a localização na imagem do GoogleEarth e incluir fotografias). • Identificar fauna selvagem que ocorre dentro e à volta do sítio e fornecer a fonte da informação (autoridade local, membro da comunidade, outros, etc.). • Indicar se ocorreram / são susceptíveis de ocorrer no futuro conflitos entre homem e fauna bravia. Com que animais? Em que épocas do ano? Fornecedor a fonte da informação (guarda florestal, membro da comunidade, operadores turísticos, etc.).
<p>USO DA TERRA E USO DOS RECURSOS NATURAIS - considerar comunidades num raio de 10 km, susceptíveis de serem envolvidas / afectadas pelo projecto (consultar a Avaliação Social).</p>
<p>Descrever o(s) uso(s) actual(is) da terra no local do projecto e arredores imediatos (caminhos, agricultura de subsistência, pastagens, recolha de recursos florestais tais como madeira, colmo, plantas medicinais, exploração de recursos minerais tais como areia, rocha, etc.).</p>

<p>Distâncias para as comunidades 1 - 3 mais próximas e a(s) casa(s) mais próxima(s) (localizar na imagem do Google Earth e incluir fotos).</p> <p>Descrever o tipo de povoamento - agrupado, espalhado, localizado ao longo da estrada - e indicar a densidade (alta, média, baixa).</p>
<p>ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DE SUBSISTÊNCIA - <i>considerar comunidades num raio de 10 km, susceptíveis de serem envolvidas / afectadas pelo projecto e outras com ligações funcionais conhecidas</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Enumerar as principais actividades de subsistência: agricultura de subsistência (identificar culturas e tamanho das parcelas), gado (bovinos, caprinos, aves), pesca, extracção de recursos minerais (ouro, areia, pedras, outros), recursos florestais (madeira, carvão, canas, barro, plantas alimentares e medicinais), etc. • Enumerar o sistema geral e as entradas na produção: utilização de equipamento manual e/ou mecanizado (tipo); utilização de pesticidas, herbicidas e fertilizantes (agricultura); utilização de antibióticos e pesticidas (gado). • Actividades económicas existentes: agricultura comercial (identificar culturas, dimensão das parcelas e/ou rendimentos da produção, e onde a actividade já está ligada a uma cadeia de valor, identificar a empresa/programa, Pecuária, etc.). • Indicar as distâncias aproximadas entre o local do projecto e as actividades acima referidas. • Enumerar o sistema geral e as entradas na produção: utilização de equipamento manual e/ou mecanizado (tipo); utilização de pesticidas, herbicidas e fertilizantes (agricultura); utilização de antibióticos e pesticidas (pecuária).
<p>INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas no / perto do local do projecto: estrada de acesso (pavimentada / não pavimentada e estado geral); tempo de viagem até à sede distrital); serviços públicos tais como abastecimento de água (rede de água, furo, bomba manual), electricidade (gerador, painel solar, rede municipal), comunicação (telemóvel, internet), transportes públicos, outros. • Identificar distâncias ou tempo de viagem, quando relevante. • Infra-estruturas e serviços sociais e económicos próximos do local do projecto e distâncias entre as instalações e as comunidades: educação, saúde, polícia, tribunal, mercado, loja, banco, etc.
<p>DINÂMICA COMUNITÁRIA - <i>considerar as comunidades num raio de 10 km, susceptíveis de serem envolvidas / afectadas pelo projecto.</i></p>

<ul style="list-style-type: none"> • Grupo(s) étnicolíngístico(s) e religião(s) predominantes • Emprego: Quais são as principais fontes de emprego e de rendimento na área? • Quais são as tendências da migração populacional dentro da área (para ou de onde, por quem, homens/mulheres, jovens?)? • Existem indícios / sinais de males sociais (alcoholismo, abuso de drogas, violência doméstica, prostituição ou outras formas de abuso e exploração sexual, violência pública) ou criminalidade? • Existem CBO ou ONG activas na zona? Identificar nomes e tipos de actividades levadas a cabo localmente (agricultura, saúde, educação, género, conservação, etc.). • Há mulheres em posições de liderança dentro da comunidade (incluindo na CBO?) • Quais são as principais actividades levadas a cabo pelas jovens raparigas? - Ajudar a família, para o lazer? • E para os jovens do sexo masculino? • Existem indivíduos ou grupos / famílias vulneráveis identificados na área circundante (ex: famílias lideradas por crianças ou idosos, ou famílias com doenças crónicas ou deficiências)? • Estes indivíduos e/ou famílias recebem assistência social? Em caso afirmativo, que entidades prestam assistência?
PATRIMÓNIO CULTURAL
<p>Existem sítios sagrados ou sítios de património cultural (ex: igrejas, sítios sagrados, florestas sagradas, sepulturas, locais com valor histórico ou espiritual) no interior do sítio ou na área circundante? (consultar os líderes e comunidades locais)</p> <p>Existem quaisquer sítios de importância comunitária para actividades sociais ou recreativas.</p>

4 - ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Identificar quando / onde teve lugar a consulta sobre o projecto.

Que partes interessadas estiveram envolvidas?

Que questões-chave foram levantadas e que resultados foram observados?

Se possível anexar uma fotografia com evidência das consultas

5 - RASTREIO INICIAL DOS IMPACTOS E GESTÃO DO IMPACTO			
<i>A ser preenchido pelo Assistente Ambiental e Social da Provincia, com o apoio da Equipa de Central</i>			
IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL RISCO/IMPACTO			AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE RISCO / IMPACTO
RISCO/IMPACTO	SIM / NÃO	JUSTIFICAÇÃO Para descrever o impacto potencial e qualquer medida de mitigação já incluída no subprojecto	Alto
			Médio
			Baixo
			Negligenciável
Existe o risco do subprojecto acelerar a erosão por água e/ou vento? (por exemplo, devido à canalização ou acumulação de águas pluviais ou pela exposição do solo?)			
Existem riscos de alteração dos padrões naturais de drenagem da água (por exemplo, devido ao aterro da linha de drenagem ou zona húmida)			
Existem riscos de contaminação dos recursos hídricos (por exemplo, devido à descarga de águas residuais, eliminação de produtos tóxicos ou resíduos sólidos, utilização de fertilizantes ou pesticidas)			
Existem riscos relacionados com impactos em habitats críticos, tais como zonas húmidas, florestas ribeirinhas, florestas de montanha, mangais, dunas?			
O subprojecto poderá vir a criar conflitos com fauna bravia?			
Poderá o subprojecto gerar impactos em espécies endémicas,			

<p>raras ou vulneráveis (por exemplo, na Lista Vermelha da IUCN)?</p> <p>Que tipos de impactos?</p> <p>Considerar a introdução de espécies exóticas de plantas e/ou animais, mudança ou perda de habitat, etc.?</p>			
<p>Poderá o subprojecto afectar as áreas circundantes devido ao ruído significativo, emissão de poeira e odores, durante as fases de construção e operação?</p>			
<p>Existem conflitos sobre terras ou recursos que possam afectar o subprojecto ou que possam ser afectados pelo subprojecto?</p> <p>Considerar o acesso à terra e aos recursos e se o projecto pode obstruir o acesso ou tornar o acesso mais difícil para os utilizadores actuais e, por conseguinte, ter impacto na sua subsistência. <i>Favor fornecer detalhes.</i></p>			
<p>Pode o projecto causar danos temporários ou permanentes em habitações, outras estruturas privadas ou actividades económicas (por exemplo: árvores de fruto, parcelas agrícolas)?</p>			
<p>Pode o projecto causar a deslocação de um agregado familiar e ter de se mudar para outro local. Quantos agregados familiares seriam afectados desta forma?</p>			
<p>Poderá o projecto afectar aspectos do património cultural? (Por exemplo, perda de acesso a locais sagrados, exumação de sepulturas, etc.).</p>			
<p>Quais poderiam ser os impactos nas comunidades locais, utilizadores de</p>			

recursos e outros, durante a construção ou operação?			
Como é que as mulheres e os grupos vulneráveis serão afectados ou beneficiarão do projecto durante a construção e funcionamento?			
Quais são as potenciais questões de segurança durante a construção ou operação (ex: risco de acidentes rodoviários, risco de acidentes com crianças no estaleiro, risco de acidentes com trabalhadores) durante a construção e/ou operação?			
Poderá o subprojecto contribuir para a propagação de doenças transmissíveis ou outras doenças (como a malária) durante a construção e/ou o funcionamento?			
Poderá o subprojecto afectar a segurança alimentar? Como?			
O projecto iria interferir com áreas socialmente importantes para a subsistência? Explicar onde e como.			
Poderá o subprojecto induzir a um afluxo de mão-de-obra? Especificar uma estimativa aproximada dos trabalhadores.			
Outros problemas			

6 - CATEGORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO

A ser preenchido pelo especialista de nível central

Requisitos do QGAS

☐ Projecto não elegível

☐ Requer Avaliação de Risco e Impacto Ambiental e Social e Plano de Gestão Ambiental

☐ Apenas requer preparação de Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social

<input type="checkbox"/>	Requer Preparação de Plano de Acção de Reassentamento
<input type="checkbox"/>	Requer Preparação de Procedimento de Resposta a Emergência
Categorização Indicativa de acordo com RAIA (Decreto nr. 54/2015) – a ser confirmada pela Autoridade Ambiental da Província	
<input type="checkbox"/>	Categoria B O subprojecto tem pelo menos uma actividade na lista da Categoria B que pode ter impactos ambientais ou sociais potencialmente moderados.
<input type="checkbox"/>	Categoria C O subprojecto não tem qualquer impacto na lista das Categorias A e B e é provável que não tenha qualquer impacto ambiental ou social ou baixo, sendo os impactos positivos superiores aos impactos negativos. Tem actividades incluídas na lista das Categorias C.

Em representação da equipa de salvaguardas ambientais e sociais

Nome: _____ Posição: _____

Assinatura:

Data ____/____/____

Contributos (quando aplicável):

Nome: _____ Posição: _____

Nome: _____ Posição: _____

Apêndices –Descrição da Actividade

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - EDIFÍCIO
<ul style="list-style-type: none"> Objectivo do Subprojecto (por exemplo, escritório, mercado, armazém, fábrica de processamento, etc.) Área estimada a ser ocupada - incluindo infra-estruturas e terrenos associados
Fase de Construção
<ul style="list-style-type: none"> Que tipo de materiais de construção serão utilizados para construir o projecto (construção convencional, materiais locais, pré-fabricados, etc.). Indicar possíveis locais e distâncias estimadas para o(s) local(is) de onde os materiais serão obtidos, especialmente agregados, água e pedras. Serão necessárias instalações de apoio à construção (estrada de acesso, pedreiras, cais/jacto, abastecimento de água, etc.). Em caso afirmativo, por favor indicar qual. Será necessário o abastecimento de água? Em caso afirmativo, identificar a fonte de água (fonte e sistema de água existente ou nova, como furo, rio, barragem, etc.). Será necessária electricidade? Em caso afirmativo, identificar a fonte (rede eléctrica, gerador e tipo de combustível, painel solar, etc).
Mão-de-obra - Construção
<ul style="list-style-type: none"> Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50). De onde provirá a mão-de-obra? Os trabalhadores podem ser recrutados localmente? Estão a ser consideradas oportunidades para contratação de mulheres nas actividades de construção?
Mão-de-obra - Operação
<ul style="list-style-type: none"> Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50). De onde provirá a mão-de-obra? Quantos destes trabalhadores podem ser recrutados localmente? Existem oportunidades para as mulheres se envolverem em actividades operacionais? Descreva estas oportunidades (por exemplo, manutenção da casa, mão-de-obra em geral, apoio administrativo, etc.). Que infra-estruturas e apoio serão fornecidos à mão-de-obra durante as operações (transporte, alojamento, formação, etc.).
Benefícios

<ul style="list-style-type: none"> • Que benefícios sociais é que o projecto poderá trazer? Considerar emprego, formação, oportunidades geradoras de rendimentos, melhoria dos meios de subsistência / rendimentos de produção, etc.
<ul style="list-style-type: none"> • Que benefícios ambientais é que o projecto pode trazer? Considerar melhores resultados de protecção dos solos, preservação da biodiversidade, remediação de habitats, melhores práticas de gestão ambiental (incluindo a prevenção da poluição), etc.

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - ESTRADA / PONTE / CAIS

<ul style="list-style-type: none"> • Finalidade do Subprojecto (ligar ... a / para melhorar as condições de acesso a....) • Infraestrutura nova ou reabilitação/melhoria de infraestrutura existente? • Breve descrição (comprimento/área a ocupar
Fase de Construção
<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de materiais de construção serão utilizados para construir o projecto • Indicar possíveis locais e distâncias estimadas para o(s) local(is) de onde os materiais serão obtidos, especialmente agregados, água e pedras. • Existe pederira ou saibreira licenciada? • Serão necessárias instalações de apoio à construção (estrada de acesso, pedreiras, cais/jactos, abastecimento de água, etc.). Em caso afirmativo, por favor indicar qual. • Será necessário o abastecimento de água? Em caso afirmativo, identificar a fonte de água (fonte e sistema de água existente ou nova, como furo, rio, barragem, etc.).
Mão-de-obra - Construção
<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50). • De onde será obtida a mão-de-obra? • Os trabalhadores podem ser recrutados localmente?

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - AGRICULTURA
<ul style="list-style-type: none"> • Nova, expansão ou melhoria da actividade existente? • Se a actividade existente, descreva-a brevemente. • Culturas propostas • Listar as culturas existentes (se aplicável) e as culturas futuras. • Estas culturas já estão a ser produzidas na paisagem? • Pluviais ou irrigação (se a irrigação estiver planeada, identificar a fonte de água e o sistema de irrigação - canais abertos, aspersores, gota, outros) • Que mercados estão a ser visados para o produto final?
Mão de obra
<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50). • De onde provirá a mão-de-obra? • Quantos destes trabalhadores serão recrutados localmente? • Existem oportunidades para as mulheres se envolverem em actividades operacionais? Descreva estas oportunidades • Que infra-estruturas e apoio serão disponibilizados à mão-de-obra durante as operações (transporte, alojamento, formação, etc.).
Benefícios
<ul style="list-style-type: none"> • Que benefícios sociais é que o projecto poderá trazer? Considerar emprego, formação, oportunidades geradoras de rendimentos, melhoria dos meios de subsistência / rendimentos de produção, etc. • Que benefícios ambientais é que o projecto pode trazer? Considerar melhores resultados de protecção dos solos, preservação da biodiversidade, remediação de habitats, melhores práticas de gestão ambiental (incluindo a prevenção da poluição), etc.

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - PECUÁRIA

- Finalidade do projecto
- Nova ou expansão da actividade existente?
- Se a actividade existente, descreva-a brevemente.
- Identificar as espécies a serem criadas e o número de animais previstos

Mão de obra – Fase de Operação

- Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50).
- De onde provirá a mão-de-obra?
- Quantos destes trabalhadores serão recrutados localmente?
- Existem oportunidades para as mulheres se envolverem em actividades operacionais? Descreva estas oportunidades
- Que infra-estruturas e apoio serão disponibilizados à mão-de-obra durante as operações (transporte, alojamento, formação, etc.).

Benefícios

- Que benefícios sociais é que o projecto poderá trazer? Considerar emprego, formação, oportunidades geradoras de rendimentos, melhoria dos meios de subsistência / rendimentos de produção, etc.
- Que benefícios ambientais é que o projecto pode trazer? Considerar melhores resultados de protecção dos solos, preservação da biodiversidade, remediação de habitats, melhores práticas de gestão ambiental (incluindo a prevenção da poluição), etc.

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - AQUACULTURA

- Finalidade do projecto
- Nova ou expansão da actividade existente?
- Identificar as espécies a produzir
- O projecto irá utilizar tanques construídos propositadamente ou será utilizado um corpo de água natural? Se num corpo natural identificar (mar, lagoa, etc.)
- Se em tanques identificar a dimensão da área total a ser utilizada (m2 ou hectares)
- Para tanques construídos propositadamente, identificar a fonte da água.
- Descrever outros potenciais utilizadores de água da mesma fonte (tipo de utilização).
- Se em massas de água descrever a tecnologia a ser utilizada, e se já existem outros projectos de aquacultura na mesma massa de água (no caso de lagoa) ou em estreita proximidade no caso de projectos planeados para o mar.
- Fornecer uma visão geral das medidas de prevenção da poluição que são incorporadas na concepção (por exemplo, tratamento de água antes da descarga, outros).

Mão de Obra – Fase de Operação

<ul style="list-style-type: none">• Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50).• De onde provirá a mão-de-obra?• Quantos destes trabalhadores podem ser recrutados localmente?• Existem oportunidades para as mulheres se envolverem em actividades operacionais? Descreva estas oportunidades (por exemplo, mão-de-obra em geral, apoio administrativo, etc.).• Que infra-estruturas e apoio serão fornecidos à mão-de-obra durante as operações (transporte, alojamento, formação, etc.).• Que mercados estão a ser visados para o produto final?
Benefícios
<ul style="list-style-type: none">• Que benefícios sociais é que o projecto poderá trazer? Considerar emprego, formação, oportunidades geradoras de rendimentos, melhoria dos meios de subsistência / rendimentos de produção, etc.• Que benefícios ambientais é que o projecto pode trazer? Considerar melhores resultados de protecção dos solos, preservação da biodiversidade, remediação de habitats, melhores práticas de gestão ambiental (incluindo a prevenção da poluição),

2 - DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE - PROCESSAMENTO

Finalidade do projecto

Nova ou reabilitação / expansão da actividade existente?

Se a actividade existir, descreva-a brevemente.

Enumerar as matérias-primas a processar

Identificar a(s) tecnologia(s) a utilizar (ex. moinho de cereais, secagem, fervura, classificação e embalagem, armazenagem em cadeia de frio, outras)

Se o processo exigir água, identificar a fonte de água (sistema/rede de abastecimento de água existente, furo, rio); estimativa da procura de água, medidas de eficiência hídrica já consideradas, sistema de tratamento de águas residuais proposto, local proposto para a descarga de águas residuais
processo irá requerer electricidade? Se sim identificar a fonte (rede eléctrica, gerador e seu combustível, painel solar, etc.)

Identificar o tipo de resíduos sólidos a gerar e quaisquer medidas de gestão propostas já em estudo (para evitar, reutilizar, reciclar, tratar ou eliminar os resíduos)

processo gera poeiras? Em caso afirmativo, identificar quaisquer medidas já consideradas para evitar a emissão de partículas em suspensão e os seus impactos nos receptores sensíveis circundantes

processo gera ruído e vibração? Em caso afirmativo, identificar quaisquer medidas já consideradas para evitar ruídos e vibrações e os seus impactos nos receptores sensíveis circundantes

O processo gera odores? Se sim, identifique quaisquer medidas já consideradas para minimizar/prevenir os odores e o seu impacto nos receptores sensíveis circundantes

Mão de Obra – Fase de Operação

Qual é o número total previsto de trabalhadores: <10; 10-25; 25-50; >50 (especificar quantos se forem superiores a 50).

De onde provirá a mão-de-obra?

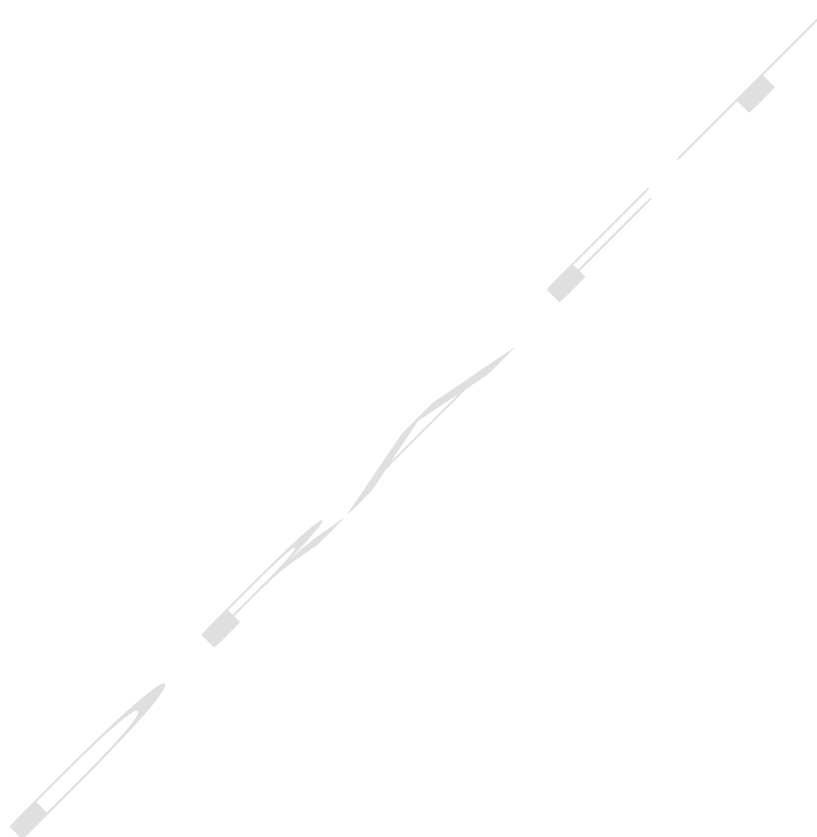
Quantos destes trabalhadores serão recrutados localmente?

Existem oportunidades para as mulheres se envolverem em actividades operacionais? Descreva estas oportunidades

que infra-estruturas e apoio serão disponibilizados à mão-de-obra durante as operações (transporte, alojamento, formação, etc.).

Benefícios

- Que benefícios sociais é que o projecto poderá trazer? Considerar emprego, formação, oportunidades geradoras de rendimentos, melhoria dos meios de subsistência / rendimentos de produção, etc.
- Que benefícios ambientais é que o projecto pode trazer? Considerar melhores resultados de protecção dos solos, preservação da biodiversidade, remediação de habitats, melhores práticas de gestão ambiental (incluindo a prevenção da poluição),





ANEXO II – FICHA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL PRELIMINAR CONSTANTE NO RAIA

Ficha de Informação Ambiental Preliminar Constante no RAIA

1. Nome da Actividade: _____

2. Tipo de Actividade:

a)

Turística ☐ Industrial ☐ Agro-pecuária ☐ Outro ☐

b)

Novo ☐ Reabilitação ☐ Expansão ☐

3. Identificação do(s) Proponente(s):

4. Endereço/Contacto:

5. Localização da Actividade:

5.1 Localização Administrativa

Bairro de _____ Vila/Cidade _____

Localidade _____ Distrito _____

Província _____

Coordenadas Geográficas _____

5.2 Meio de Inserção:

Urbana ☐ Rural ☐

6. Enquadramento no zoneamento

Espaço
habitacional

☐

Industrial

☐

Serviços

☐

Área Verde

☐

7. Descrição da Actividade

7.1 Infra-estruturas da actividade, suas dimensões e capacidade instalada :*(utilizar sempre que possível peças escritas e desenhadas da actividade)*

.....

.....

7.2 Actividades Associadas:

.....

.....

7.3 Breve descrição da tecnologia de construção e operação:

.....

.....

7.4 Actividades principais e complementares:

.....

.....

7.5 Tipo, origem e quantidade de mão de obra:

.....

.....

7.6 Tipo, origem e quantidade de matéria-prima:

.....

.....

7.7 Produtos químicos citados quimicamente a serem utilizados

.....

.....

7.8 Tipo, origem e quantidade de consumo de água e energia:

.....
.....

7.9 Origem e quantidade de combustíveis e lubrificantes a serem usados:

.....
.....

7.10 Outras recursos necessários:

.....
.....

8. Posse da Terra (situação legal relativa a aquisição de espaço físico):

.....
.....

9. Alternativas para localização das actividades: *(Motivo da escolha do local de implantação da actividade, indicando pelo menos dois locais alternativos)*

.....
.....

10. Breve informação relativa a situação ambiental de referência local e regional:

10.1 Características físicas do local de realização das actividades:

Planície ☐ Planalto ☐ Vale ☐ Montanha ☐

10.2 Ecossistemas Predominantes:

Rio ☐ Lago ☐ Mar ☐ Terrestre ☐

10.3 Zona de localização:

Zona Costeira ☐

Zona do Interior ☐

Ilha ☐

10.4 Tipo de Vegetação Predominante:

Floresta ☐
(especifique) _____

Savana ☐

Outro ☐

10.5 Uso do solo segundo o plano de estrutura o ou política vigente:

Agricultura ☐

Residencial ☐

Industrial ☐

Protecção ☐

Outro ☐

(especifique) _____

10.6 Principais infra-estruturas existentes em redor da área de actividade:

.....
.....

11. Informação complementar através de mapas

- *Mapa de localização (à escala conveniente)*
- *Mapa de enquadramento da actividade na zona de localização (à escala conveniente)*
- *Outra informação que julgar relevante*

de.....de 202...



ANEXO III – MODELO PARA PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)

1. INTRODUÇÃO

Fornecer uma visão geral do subprojecto, do contexto ambiental e social e do objectivo deste PGAS.

2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Descrever o subprojecto, os trabalhos de construção necessários, as actividades associadas à fase operacional e a informação sobre o desmantelamento planeado. Incluir os componentes do projecto que possam ter um impacto ambiental ou social, incluindo:

- Tipos de materiais necessários durante a construção (agregados, água doce)
- Fonte e transporte de materiais durante a construção
- Gestão de resíduos (resíduos sólidos e líquidos) - construção e operações
- Gestão de materiais perigosos
- Práticas de gestão do trabalho
- Melhorias propostas ou benefícios resultantes do subprojecto que irão beneficiar a comunidade local, o ambiente e a economia.

Fornecer uma visão geral dos prazos do projecto.

Incluir um mapa da área geral.

(Ter em consideração a informação já fornecida na Lista de Controlo Ambiental e Social preparada para o subprojecto e complementar/detalhar/actualizar, sempre que possível).

3. LINHA DE BASE AMBIENTAL E SOCIAL

Descrever a localização e uso do solo (terreno agrícola, residencial), habitação(s) mais próxima(s), massa de água que irá receber drenagem, habitats naturais (áreas protegidas, ecossistemas significativos ou relevantes, flora e/ou fauna na área).

Descrever a comunidade, estruturas formais e de liderança comunitária, descrever quaisquer aspectos únicos da cultura e da língua. Descrever os serviços sociais existentes, tais como educação, saúde, lei e ordem, bem como as actividades económicas (comércio, comércio). Fornecer informações sobre os títulos de propriedade existentes. O contexto social deve também descrever ocupações e fontes de subsistência, papéis e questões de género, posse da terra e ligações à terra, e as condições socioeconómicas, incluindo qualquer comentário sobre pobreza, vulnerabilidade devido ao género, etnia ou grupo cultural, idade ou deficiência na comunidade, atribuição de recursos e acesso e distribuição de rendimentos, quando relevante.

(Ter em consideração as informações já fornecidas na Lista de Controlo Ambiental e Social preparada para o subprojecto e complemento/detalhe/actualização, sempre que possível).

4. CONTEXTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

Fornecer uma visão geral das leis, regulamentos e políticas relevantes e como este PMSF fornece a informação relevante para apoiar uma aprovação ambiental.

Fornecer uma visão geral de como o PGAS cumpre os requisitos das políticas de salvaguarda do Banco Mundial.

Fornecer uma visão geral das principais instituições com jurisdição sobre o subprojecto.

(Ver Secções 4 do QGAS).

5. IMPACTOS SIGNIFICATIVOS E MITIGAÇÃO

Fornecer uma visão geral dos impactos ambientais e sociais significativos associados ao subprojecto e indicar como o projecto os gerirá para incorporar a política de salvaguardas e os requisitos regulamentares aplicáveis.

(Ver questões já identificadas na Lista de Controlo Ambiental e Social, assim como na Secção 5.2.4 do QGAS do MozNorte).

6. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DE GESTÃO

Identificar e definir as responsabilidades e autoridade das várias pessoas e organizações que estarão envolvidas no sub-projecto.

7. MEDIDAS DE GESTÃO

Enumerar os principais impactos ambientais e sociais, por fase relevante do projecto, e indicar as medidas de gestão recomendadas e a responsabilidade de assegurar que as medidas são cumpridas.

(Assegurar que as medidas contidas no Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social são incluídas).

8. ORÇAMENTO

Incluir estimativa orçamental para a implementação das medidas de mitigação e monitorização.

Os exemplos abaixo são fornecidos em itálico.

FASE DE CONSTRUÇÃO			
Actividade	Risco / Impacto	Mitigação	Responsabilidade
<i>Estabelecimento de campos de trabalho e locais de trabalho</i>	<i>Perda de vegetação natural, perda de actividades físicas e económicas, alteração na drenagem natural da água, contaminação do solo e da água, saúde e segurança da comunidade</i>	<p><i>A selecção do local de trabalho deve ter em conta os aspectos ambientais e sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- Será dada preferência a áreas já perturbadas,</i> <i>- As zonas de "não-partida" devem ser claramente identificadas e marcadas. Estas devem incluir áreas com árvores de grande porte (>200 mm de diâmetro à altura do peito), terras cultivadas ou árvores de fruto, zonas húmidas, sítios de sepultura ou qualquer ambiente sensível ou sítio/área social identificado pelo Assistente de Salvaguardas,</i> <i>- Deve ser evitada a proximidade de escolas, postos de saúde e lares com famílias vulneráveis (tais como idosos, membros do agregado familiar com doenças crónicas),</i> <i>- O estaleiro deve ser claramente identificado, e as áreas perigosas claramente marcadas (burocracia / barricagem de áreas de risco).</i> 	<i>Empreiteiro, Assistente de Salvaguardas, SDPI</i>
<i>Recrutamento de Mão de Obra</i>	<i>Emprego de locais</i>	<ul style="list-style-type: none"> <i>- Promover o recrutamento de trabalhadores locais, incluindo mulheres.</i> <i>- O processo de recrutamento deve ser transparente promover o recrutamento de mulheres e ser não discriminatório (por exemplo, com base no estatuto familiar, etnia, raça, sexo, religião, língua, estado civil, nascimento, idade, deficiência ou convicções políticas).</i> 	<i>Empreiteiro</i>
FASE DE OPERAÇÃO			
Actividade	Risco / Impacto	Mitigação	Responsabilidade

FASE DE DESACTIVAÇÃO			
Actividade	Risco / Impacto	Mitigação	Responsabilidade

-8. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

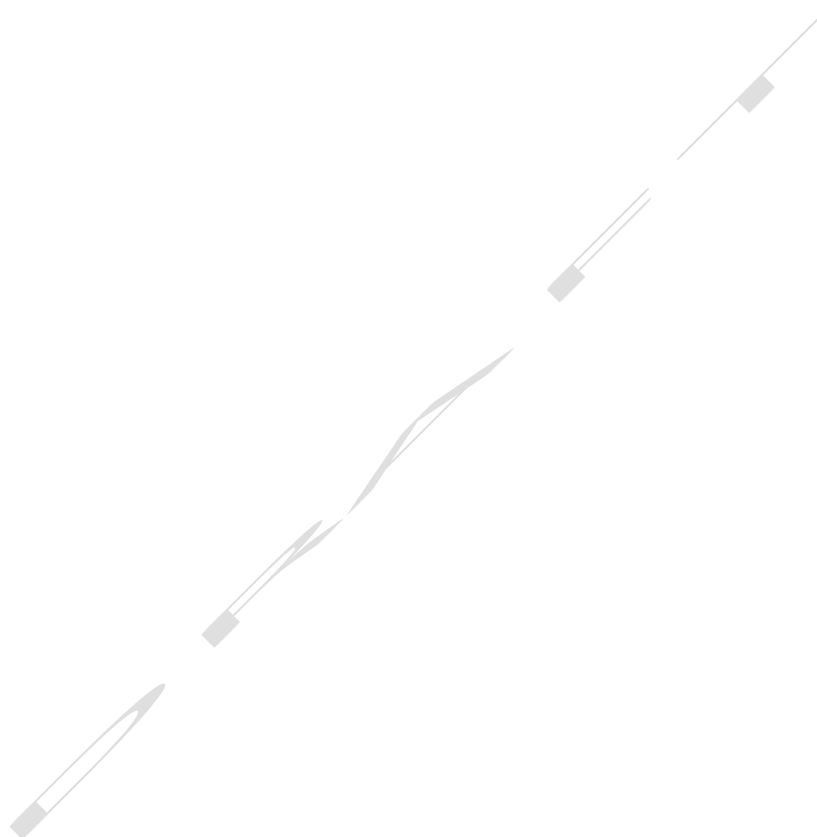
Definir e enumerar os indicadores-chave que serão monitorizados para acompanhar os progressos na gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais conhecidos. Enumerar as responsabilidades de monitorização.

(Consultar Secção 5.2.4 do QGAS)

Exemplos são fornecidos abaixo em itálico.

FASE DE CONSTRUÇÃO				
Aspecto/impacto ambiental e social	O quê? (será medido)	Como? (será medido)	Quando? (será medido)	Responsibilidade
<i>Limpeza da vegetação</i>	<i>Extensão do desmatamento - árvores maduras deixadas no lugar sempre que possível.</i>	<i>Observação visual por Oficial do Ambiente.</i>	<i>Diariamente durante a limpeza da vegetação.</i>	<i>Empreiteiro</i>
FASE DE OPERAÇÃO				
Aspecto/impacto ambiental e social	O quê? (será medido)	Como? (será medido)	Quando? (será medido)	Responsibilidade
FASE DE DESMANTELAMENTO				

Aspecto/impacto ambiental e social	O quê? (será medido)	Como? (será medido)	Quando? (será medido)	Responsibilidade





ANEXO IV – MODELO PARA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

Fornecer uma visão geral do subprojecto, do contexto ambiental e social e do objectivo destas Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social.

2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

Descrever a actividade, os trabalhos de construção necessários, as actividades associadas à fase operacional e as informações de desmantelamento previstas. Incluir componentes do projecto que possam ter um impacto ambiental ou social, incluindo:

3. OS PRINCIPAIS IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Enumerar e descrever impactos e riscos tendo em consideração Secção 6.3.3 do QGAS

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPONSABILIDADES

Listar as posições-chave envolvidas na gestão, execução e supervisão de projectos, especificamente relacionadas com os assuntos de Ambiente, Higiéne, Saúde e Segurança

Definir responsabilidades para cada posição.

6. RECOMENDAÇÕES DE GESTÃO (exemplo para Obras Cívicas)

1. Antes do início dos trabalhos

- O Empreiteiro deve visitar o local de trabalho com o proponente do subprojecto e o Assistente de Salvaguardas

- Com o Assistente de Salvaguardas, o Empreiteiro deve reunir-se com as autoridades locais, os líderes comunitários e os residentes que vivem ao lado do local do projecto:

o apresentar o Empreiteiro às autoridades/líderes da comunidade e à comunidade,

o Fornecer informações sobre a duração e o calendário das obras,

o Fornecer informação sobre a mão-de-obra necessária (estrangeiros e oportunidades para os locais),

o Definir o processo de recrutamento, que deve ser transparente e não discriminatório (por exemplo, com base no estatuto familiar, etnia, raça, sexo, religião, língua, estado civil, nascimento, idade, deficiência ou convicções políticas). Deve ser promovido o recrutamento de mulheres.

o Fazer qualquer pedido de acesso ou utilização de infra-estruturas comunitárias (tais como abastecimento de água), terra ou recursos naturais (por exemplo, areia, lenha),

o Sensibilizar para os riscos associados às actividades de construção e para a necessidade de limitar o acesso à área de trabalho a terceiros e a animais domésticos,

o Sensibilizar para as oportunidades de envolvimento com o empreiteiro, e

o Estabelecer um mecanismo de reparação de queixas.

- Definir área para o estabelecimento do local (incluindo alojamento dos trabalhadores, armazenamento, oficina e o próprio local de trabalho):

o Deve ser dada preferência a áreas já perturbadas,

o As zonas "não-lançadas" devem ser claramente identificadas e assinaladas. Estas devem incluir áreas com árvores de grande porte (>200 mm de diâmetro à altura do peito), terras cultivadas ou árvores de fruto, zonas húmidas, sítios de sepultura ou qualquer ambiente sensível ou sítio/área social identificado pelo Assistente de Salvaguardas,

o Deve ser evitada a proximidade de escolas, postos de saúde e lares com famílias vulneráveis (tais como idosos, membros do agregado familiar com doenças crónicas),

o O local de trabalho deve ser claramente identificado, e as áreas perigosas claramente marcadas (burocracia / barricagem de áreas de risco).

- Definir a via de acesso e o ponto de entrada no estaleiro, evitando danos às famílias e estruturas associadas, terras cultivadas, árvores de fruto ou qualquer outra fonte potencial de rendimento. Em caso de danos, o Empreiteiro será responsável pelo pagamento de indemnizações à parte afectada, de acordo com o Quadro da Política de Reassentamento do MozNorte.

2. Trabalho e condições de trabalho (SEGUIR Procedimentos de gestão da mão de obra)

- É proibido o recrutamento de crianças (menores de 18 anos) ou trabalhos forçados.

- O contratante deve celebrar contratos escritos com todos os trabalhadores, definindo tarefas, responsabilidades, duração do contrato, horas de trabalho, salário, e outros aspectos relevantes incluídos no Direito do Trabalho,

- O empreiteiro deverá fornecer equipamento de protecção pessoal (EPI) para todos os trabalhadores (capacetes, botas, luvas, etc.), de acordo com a natureza do trabalho/tarefas atribuídas, sem custos para o trabalhador. O empreiteiro treinará os trabalhadores sobre a utilização correcta do EPI e fará cumprir a sua utilização,

- O empreiteiro deve fornecer as ferramentas e equipamento de trabalho relevantes, em boas condições de trabalho, sem custos para o trabalhador (por exemplo, martelo, serra, caixa de ferramentas),

- O empreiteiro deve fornecer formação relevante em Saúde e Segurança aos trabalhadores, para que estes compreendam os riscos e as precauções necessárias,

- O empreiteiro deve fornecer o seguinte aos trabalhadores :

o Instalações dedicadas de alojamento para trabalhadores não locais, com ventilação e condições térmicas adequadas, para promover a saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores;

o Instalações dedicadas para cozinhar e comer (com sombras, armazenamento de alimentos e balcões de preparação de alimentos);

o Abastecimento de água potável;

o Instalações sanitárias adequadas, adequadas ao número de trabalhadores no local, a fim de minimizar os impactos na qualidade ambiental e na saúde pública e assegurar a privacidade. Recomenda-se a utilização de sanitários químicos portáteis (sempre que possível) a uma proporção de 1 sanitário por cada 15 trabalhadores. Nos casos em que não existam instalações sanitárias portáteis, devem ser construídas, no mínimo, latrinas melhoradas. Devem ser estabelecidas instalações de lavagem separadas (de modo a não sobrecarregar a latrina colocada).

- As drogas e o álcool devem ser proibidos no local de construção. Os trabalhadores suspeitos de estarem sob a influência dessas substâncias não serão autorizados no estaleiro - não será permitida a entrada nas instalações de alojamento nem o acesso ao estaleiro de trabalho.
- Todos os trabalhadores terão acesso às instalações sanitárias no estaleiro.
- Os empreiteiros devem sensibilizar os trabalhadores para transmitir atitudes de respeito e não discriminação e proibir atitudes de assédio sexual (tais como a proibição do uso de linguagem ou comportamento, em particular em relação a mulheres ou crianças, que seja inapropriado, assediador abusivo, sexualmente provocador, humilhante ou culturalmente inapropriado) e proibir a violência ou exploração (tais como a proibição da troca de dinheiro, emprego, bens ou serviços por sexo, incluindo favores sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador). Serão tomadas medidas disciplinares sempre que se verifiquem violações do acima exposto.

3. Saúde e Segurança da Comunidade

- O empreiteiro tomará medidas para reduzir os riscos para os membros da comunidade (especialmente crianças), colocando sinais de aviso e limitando o acesso à área de trabalho, mantendo os produtos perigosos em armazém/armazém fechado e tomando disposições para prevenir acidentes envolvendo veículos e maquinaria (ex: instruir e fazer cumprir os condutores para reduzir a velocidade em áreas povoadas).
- O empreiteiro deve assegurar que as comunidades vizinhas sejam sensibilizadas para os riscos colocados pelas actividades e os cuidados que devem ser tomados pelos membros da comunidade (especialmente no que diz respeito a crianças e animais domésticos).

4. Substâncias perigosas, armazenamento de combustível e actividades de manutenção

- As substâncias perigosas devem ser cobertas pela chuva e pelo sol, em áreas de armazenamento fechadas, e colocadas em pavimentos de betão (ou pelo menos numa área forrada com folhas plásticas fortes). Os empreiteiros são encorajados a construir pavimentos de betão empacotados para captar os derrames.
- Assegurar que todas as actividades de manutenção do equipamento, incluindo as trocas de óleo, sejam realizadas dentro de áreas de manutenção demarcadas, adequadamente revestidas (por exemplo, onde se realizam trocas de óleo) ou utilizando bandejas de contenção adequadas (tais como um corte de tambor longitudinalmente).
- Os óleos usados não devem ser eliminados no solo ou num corpo de água. Os empreiteiros são encorajados a recolher óleo usado, trapos contaminados e outros em recipientes claramente marcados (tais como tambores) para remoção do local.

5. Abastecimento de água

- Abstracções dos recursos hídricos naturais (por exemplo, nascentes, riachos, lagos) devem ser previamente aprovadas pelo Assistente de Salvaguardas, o SDPI, após consulta dos líderes locais.

6. Agregados

- Todos os agregados necessários para a construção de fundações ou plataformas devem ser provenientes de pedreiras autorizadas / licenciadas.

7. Limpeza de Vegetação

- O empreiteiro deverá garantir que todas as negociações e compensações por terra, culturas, árvores, casas, locais de sepultura e outros itens relevantes foram satisfatoriamente concluídas (tal como definido no Quadro da Política de Repovoamento de MozBio 2), antes do local de trabalho ser limpo.
- Nenhum solo, vegetação ou material de construção deve ser despejado em zonas húmidas ou corpos de água.
- Não será permitida a queima de vegetação para desobstruir o local.
- O Empreiteiro suspenderá as obras e notificará o Supervisor da MozBio se qualquer sepultura ou artefactos de significado arqueológico ou cultural previamente não identificados forem descobertos durante a limpeza do local. Os trabalhos serão suspensos enquanto as autoridades competentes são notificadas. Os trabalhos só poderão recomeçar depois de as autoridades terem inspeccionado o local e dado autorização para prosseguir.

8. Controlo de Ruído

- O Empreiteiro deve manter os níveis de ruído dentro de limites aceitáveis e as actividades de construção devem, sempre que possível, ser limitadas às horas normais de trabalho.

9. Controlo da Poeira

- A poeira é considerada um incómodo quando reduz a visibilidade, os solos propriedade privada, é esteticamente desagradável ou afecta a palatabilidade do pastoreio. A poeira gerada por actividades relacionadas com a construção deve ser minimizada.
- O empreiteiro é responsável pelo controlo da poeira resultante das actividades.
- As medidas de controlo devem incluir a pulverização regular de áreas de trabalho/expostas com água a uma taxa de aplicação que não resulte em erosão ou escorrimento do solo.
- A remoção da vegetação deve ser evitada até ao momento em que seja necessário um espaço livre e as superfícies expostas devem ser revegetadas ou estabilizadas o mais cedo possível na prática.
- A escavação, manuseamento e transporte de materiais erodíveis deverá ser evitada em condições de vento forte.
- Sempre que possível, as pilhas de terra devem ser protegidas do vento.
- As velocidades dos veículos devem ser limitadas para minimizar a produção de poeira no local e nas estradas de acesso.

10. Controlo de sedimentos

- A perturbação do solo deve ser reduzida ao mínimo.
- Quando num local inclinado, o Empreiteiro deverá apanhar sedimentos no local utilizando escovas ou cercas de lodo.
- O escoamento / água deve ser desviado em torno dos locais de construção ou áreas perturbadas, utilizando valas.

11. Gestão de resíduos

- O site deve ser mantido limpo, limpo e arrumado em todos os momentos.

- Para reduzir a quantidade de resíduos, o Empreiteiro é encorajado a encontrar utilizações locais para materiais e embalagens seguras (ex: os resíduos de madeira podem ser utilizados pela comunidade como lenha, os tambores vazios podem ser triplamente enxaguados e doados para armazenamento). Isto deve ser negociado e acordado com a liderança local para confirmar a necessidade e acordar um processo de distribuição de materiais.

- O empreiteiro deverá assegurar o:

o Fornecimento de contentores suficientes (de preferência à prova de vermes e de intempéries) no acampamento e nos locais de trabalho para armazenar os resíduos sólidos produzidos diariamente.

o Os empreiteiros são encorajados a promover a separação dos resíduos.

o Recolha de lixo e resíduos produzidos diariamente pelos trabalhadores.

o Os resíduos biodegradáveis devem ser compostados no local (enterrados em valas rasas dedicadas e cobertos com matéria vegetal e solo).

o O empreiteiro é encorajado a reciclar parte do fluxo de resíduos, sob reserva de estarem disponíveis instalações de reciclagem adequadas dentro de uma distância razoável de deslocação.

o Identificação de um local apropriado para depositar os resíduos gerados durante o contrato de construção (por exemplo, fosso local já em uso para depósito de resíduos, área apropriada perto do local de trabalho para enterrar e cobertura de resíduos em fossos dedicados).

o Os resíduos perigosos, tais como óleo usado, baterias, etc., devem ser mantidos separadamente e devem ser retirados do local pelo empreiteiro antes do fim do período de construção. Os empreiteiros são encorajados a canalizar todos os resíduos perigosos para as instalações disponíveis mais próximas, utilizando servidores devidamente autorizados para tal.

o Nenhum resíduo armazenado deverá ser deixado no local após a conclusão dos trabalhos.

12. Prevenção e Controlo de Incêndios

- O Empreiteiro deve tomar todas as medidas razoáveis e cautelares para assegurar que os incêndios não sejam iniciados em consequência das actividades do projecto no local.

- São proibidos os incêndios abertos dentro das áreas de conservação.

- O Empreiteiro deverá assegurar-se de que existe equipamento básico de combate a incêndios disponível no local. Isto deve incluir, mas não se limitar a:

- Batedores de borracha quando trabalham em áreas de pasto/barragem.

- Pelo menos um extintor de incêndio do tipo apropriado quando são realizadas actividades de soldadura ou outras actividades "quentes".

- Os materiais inflamáveis devem ser armazenados em condições que limitem o potencial de inflamação e a propagação de incêndios.

- O Empreiteiro deverá assegurar que todo o pessoal do local esteja ciente dos riscos de incêndio e da forma de lidar com quaisquer incêndios que ocorram. Isto deve incluir, mas não se limitar a conversações regulares de prevenção de incêndios.

13. Restauração

- Será necessária a reabilitação de todas as áreas perturbadas pelas obras.

- O Empreiteiro deverá implementar um programa de reabilitação progressiva, ou seja, uma vez concluídas as obras em áreas particulares.
- A restauração incluirá, no mínimo, a remoção de materiais não utilizados, escombros e fundações, o rasgamento de qualquer solo compactado para soltar o solo, o espalhamento uniforme do solo superficial sobre o antigo local e o restabelecimento da cobertura de relva.
- Reabilitação de todas as vias de acesso temporárias, estradas de arrasto e quaisquer outras áreas perturbadas fora das áreas de trabalho aprovadas, até ao seu estado original.

14. Desmantelamento

- Após a conclusão do Contrato, o Empreiteiro deverá desmantelar o estaleiro. Isto incluirá o seguinte:

o Remoção de todas as estruturas, serviços, instalações restantes, a menos que sejam vendidas ou entregues à comunidade.

o Remoção de todos os escombros e resíduos de construção remanescentes, a serem eliminados num local apropriado.

o Restauração e reabilitação de todas as áreas perturbadas remanescentes, incluindo vias de acesso temporárias, círculos de viragem, áreas de estacionamento, etc.

ANEXO V – MODELO PARA RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL E SOCIAL

A decorative graphic consisting of a series of overlapping, curved lines in shades of gray, resembling a pen stroke or a stylized 'S' shape, positioned diagonally across the page.

1. Identificação do projecto

Nome do subprojecto:

Tipo de projecto:

Localização do projecto (incluindo Paisagem, Posto Administrativo, Comunidade):

Estado / fase de implementação do projecto (mobilização / preparação do local / construção / entrega / desmobilização / etc):

Data do relatório:

Autor(es) do relatório:

Relatório preparado para:

2. Resumo do cumprimento dos requisitos de salvaguarda

Guia de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social

Existe um Guia de Boas Práticas do ESM para o projecto (Sim / Não / N/A)?

O empreiteiro cumpriu os requisitos do Guia de Boas Práticas do ESM?

Existem algumas acções pendentes de inspecções ou auditorias anteriores?

Comentários adicionais:

Plano de Gestão Ambiental e Social do Empreiteiro

Existe um contratante ESMP no local para o projecto (Sim / Não / N/A)?

O empreiteiro cumpriu os requisitos do c-ESMP?

Existem algumas acções pendentes de inspecções ou auditorias anteriores?

Comentários adicionais:

Empreiteiro Código de Conduta ESHS

Existe um contratante ESMP no local para o projecto (Sim / Não / N/A)?

O empreiteiro cumpriu os requisitos do c-ESMP?

Existem algumas acções pendentes de inspecções ou auditorias anteriores?

Comentários adicionais:

Empreiteiro Saúde e Segurança Ambiental e Social (ESHS) Estratégias de Gestão e Plano de Implementação (MSIP)

Existe um MSIP para o projecto (Sim / Não / N/A)?

O empreiteiro cumpriu os requisitos do MSIP?

Existem algumas acções pendentes de inspecções ou auditorias anteriores?

Comentários adicionais:

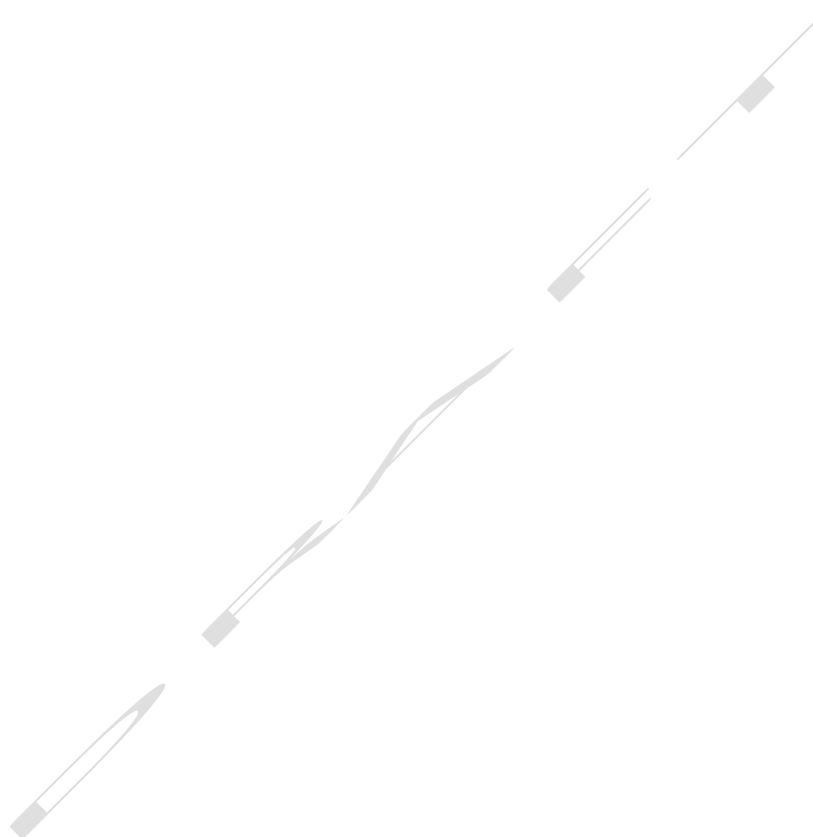
3. Recomendação à equipa de Subvenções Comparticipadas ou Aquisições

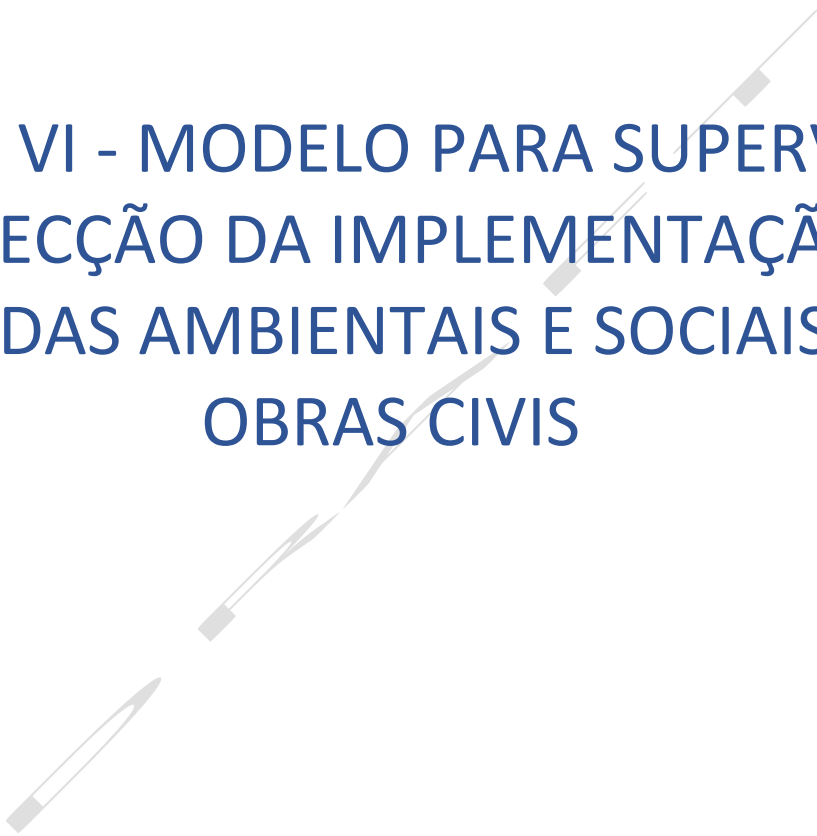
O pagamento é recomendado sem objecções.

O pagamento é recomendado sujeito às seguintes condições e prazos.

O pagamento não é recomendado.

Comentários adicionais:





ANEXO VI - MODELO PARA SUPERVISÃO E INSPECÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS EM OBRAS CIVIS

TIPO DE ACTIVIDADE: CONSTRUÇÃO CIVIL

Medida de Mitigação	Indicador a verificar	Conformidade		Observações
		SIM	NÃO	
Acampamento				
Alojamento para trabalhadores	Verificar as condições			
Acesso a água potável	Verificar a fonte de água e tratamento se necessário			
Área de Trabalho				
Mão de Obra				
Acordos escritos com todos os trabalhadores	Verificar contratos escritos			
Gestão de Resíduos Sólidos				
Ruído, Poeira, Odores, outros				

	Consultar comunidade na envolvente para verificar se existe alguma queixa			
Substâncias perigosas, armazenamento de combustível e actividades de manutenção				
Social				

ANEXO VII – AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA COM BASE NO GÊNERO

A decorative graphic consisting of a pen and a pencil. The pen is positioned diagonally from the bottom left towards the top right, with its tip pointing towards the top right. The pencil is positioned diagonally from the top left towards the bottom right, with its tip pointing towards the bottom right. The two writing instruments are arranged in a way that they appear to be interacting or meeting in the center of the page.

Índice

1. *Introdução*
2. *Violência Baseada no Género (VBG)*
3. *Contexto sobre VBG*
 - 3.1. *Quadro Político-legal*
 - 3.2. *Relações de Género e Violência Baseada no Género*
 - 3.3. *Conflito em Cabo Delgado e VBG*
4. *Mapeamento dos Prestadores de Serviços de VBG*
 - 4.1. *Organizações estatais e poder local*
 - 4.2. *Organizações não estatais*
5. *Avaliação do Risco*
6. *Plano de Acção*
7. *Estrutura organizacional*

Abreviaturas

CAI- Centro de Atendimento Integrado
CEDAW- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra a Mulher
CGRN- Comité de Gestão de Recursos Naturais
CECAGE- Centro de Estudos de Género
Covid-19- Corona – Corona Virus Disease/ Doença do Coronavírus
FNUAP- Fundo das Nações Unidas para a População
GALS- Sistema de Aprendizagem e Acção de Género
MDR- Mecanismo de Diálogo e Reclamação
MGCAS- Ministério do Género, Criança e Acção Social
MULEIDE- Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
ONU Mulheres- Entidade Das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres
ONG- Organização Não-Governamental
OSC- Organização da Sociedade Civil
SDSMAS- Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
UNFEM- *United Nation Development Fund for Women*/Fundo de desenvolvimento da Nações Unidas para as Mulheres
VBG- Violência Baseada no Género

1. Introdução

O presente anexo do Quadro de Gestão Ambiental e Social apresenta a Avaliação de Riscos de Violência Baseada no Género (VBG), nas áreas do *Projecto Resiliência e Meios de Subsistência Sustentáveis para a Região Norte*. O projecto irá abranger as seguintes províncias e distritos: **Niassa** (Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula Sanga), **Nampula** (Memba, Erati, Mecuburi, Ribaue, Moma, Larde, Angoche, Mossuril) e **Cabo Delgado**: Montepuez, Namuno, Mecufe, Metuge).

Objectivos gerais e específicos

- (i) Identificar riscos preexistentes de VBG e aqueles que podem ser exacerbados ou que possam surgir com as actividades do projeto;
- (ii) Realizar o mapeamento de prestadores de serviços de VBG nas áreas circundantes do projeto que possam ser usados pelos beneficiários;
- (iii) Identificar medidas de mitigação para reduzir o risco de VBG.
- (iv) Desenvolver um Plano de Acção para mitigar esses mesmos riscos;

A avaliação baseou-se no método qualitativo, que incluiu essencialmente a revisão de literatura sendo os principais documentos consultados: estratégias sectoriais; documentos do projecto, a avaliação prévia de risco de VBG do Banco Mundial; material recolhido para avaliações de projectos e áreas similares e estudos recentes sobre questões emergentes (conflito em Cabo Delgado, COVID-19, desastres naturais recentes e cíclicos) que podem influenciar o aumento ou ocorrência da VBG.

2. Violência Baseada no Género (VBG)

Cruz e Klinger (2011) definem VBG como sendo uma forma generalizada de violência enraizada nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens, e reflecte e reforça o estatuto subordinado das mulheres em muitas sociedades. É ainda definida como “violência dirigida contra uma pessoa por causa do género dessa pessoa ou violência que afecta pessoas de um determinado género de forma desproporcional”³⁹. A violência baseada no género é cada vez mais usada para definir actos de violência enraizada em alguma forma de “ideologia patriarcal” com o objetivo de manter o poder social dos homens (Conselho da Europa, 2007).

Os termos violência contra mulheres e violência baseada no género, são frequentemente usadas de forma intercambiável quer na literatura quer pelos defensores dos direitos das mulheres, contudo a VBG enaltece a dimensão de género, mais concretamente a interligação entre (i) o estatuto de subordinação da mulher e; (ii) a crescente vulnerabilidade à violência derivada das relações desiguais de poder e papéis de género. O termo VBG providencia uma oportunidade para examinar e perceber o fenómeno da violência contra a mulher deixando de olhar para a mulher como vítima, mas sim focalizando no género e relações de poder entre o homem e a mulher criadas e mantidas por estereótipos de género (UNFEM 2001). Neste contexto as mulheres podem ser vítimas de VBG perpetrada por outras mulheres na tentativa de exercer o poder patriarcal e significa ainda que homens e rapazes podem também ser vítimas de VBG, com especial atenção à violência sexual, como nos casos em que estes são considerados como estando “fora do padrão” tradicional dos papéis de género. No entanto é importante ter em conta que a grande maioria das vítimas de VBG são as mulheres.

A VBG tem efeitos muito negativos para a vítima/sobrevivente, sua família e comunidade uma vez que pode resultar em danos de diferente natureza, tais como física, sexual, económica e psicológica e

³⁹ https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en

outras formas de sofrimento para as vítimas, levando muitas mulheres a não gozarem do seu direito de participar e usufruir dos benefícios e iniciativas de desenvolvimento nas suas comunidades.

Formas de violência baseada no género

- a) Física: resulta em lesões, angústia e problemas de saúde. Formas típicas de violência física são espancamento, estrangulamento, empurrão e uso de armas para atacar a vítima;
- b) Sexual: inclui actos sexuais, tentativas de obter um acto sexual, actos de tráfico ou outros actos dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa sem o consentimento da pessoa;
- c) Psicológico: inclui comportamentos psicologicamente abusivos, como controle, coerção, violência econômica e chantagem;
- d) Económica: inclui barreiras impostas pelo violador para que a vítima possa ter acesso ao dinheiro ou recursos. A pressão para não trabalhar e ficar em casa ou o controlo dos recursos, são exemplos muito claros de violência econômica.

Fonte: https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en

Alguns exemplos de VBG⁴⁰



3. Contexto sobre VBG

3.1 Quadro político-legal

Desde a ratificação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra a Mulher (CEDAW) em 1997 e a adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, bem como da consideração da igualdade de género como princípio constitucional, Moçambique fez progressos significativos a nível político, legal e institucional no que concerne aos esforços para eliminar a VBG. Alguns marcos incluem: a existência de uma Política Nacional de Género e sua Estratégia de Implementação; o Plano Nacional para o Avanço da Mulher; a Lei sobre Violência Doméstica contra a Mulher (29/2009); a adoção e implementação de uma abordagem multissetorial integrada para ajudar vítimas de violência contra as mulheres; o Plano Nacional de Acção para a Resposta à Violência Baseada no Género no Sector da Saúde; a lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (19/2019), incluindo a Lei das Sucessões e revisão da Lei da Família. Contudo, apesar dos esforços a nível institucional, a VBG continua uma grande preocupação no país.

⁴⁰ Mais informações sobre definição podem ser encontradas em (entre outras fontes): https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en

World Health Organization (WHO) Covid 19 Questions and Answers. 2020. <http://www.emro.who.int/health-topics/corona-virus/questions-and-answers.html>.

UN Women (2019). Handbook: Addressing violence and harassment against women in the world of work. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/addressing-violence-and-harassment-against-women-in-the-world-of-work-en.pdf?la=en&vs=4050>

Dados do primeiro e único inquérito abrangente do país sobre a prevalência da VBG, realizado em 2004 pelo Ministério da Mulher e Acção Social⁴¹ indicaram que 54% de mulheres mencionaram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez durante a vida, sendo a violência física e sexual as mais comuns. Um outro estudo, realizado em 2014 concluiu que 48% das mulheres que participaram do mesmo revelaram ter sofrido uma agressão psicológica severa, 39% violência física e 30% violência sexual nos 12 meses antes do estudo. Um outro inquérito realizado pela Universidade Eduardo Mondlane em 2018 nas províncias de Gaza, Nampula e Sofala concluiu que 45,5% de inquiridos relataram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez ao longo da vida.

Importa realçar que os dados acima, apesar de incidirem em algumas zonas/províncias, indicam que as mulheres são as maiores vítimas de VBG, que pode ser entendida como intrinsecamente ligada à masculinidade legitimada e sustentada pelo patriarcado, que coloca a mulher numa situação de subalternidade e desigualdade nas relações de poder e papéis de género. E ainda, que as violências físicas, sexuais e psicológicas constituem as mais predominantes.

3.2 Relações de Género e Violência Baseada no Género

As províncias abrangidas pelo projecto (Nampula, Cabo Delgado e Niassa), localizam-se na zona norte do país e são predominantemente matrilineares, o que significa que a descendência ocorre pela linha da mãe, incluindo a transmissão dos direitos de propriedade da terra. De uma forma geral, a matrilinearidade não altera a posição principal da mulher, no que diz respeito ao controlo de recursos e tomada de decisão que continuam a ser feitos pelos homens da família, do lado materno. Entretanto Menezes (2008)⁴², chama atenção da necessidade de contextualizar a questão uma vez que factores como a incidência forte de valores patriarcais, a religião e o universo cultural, podem desempenhar um papel importante no lugar da mulher na sociedade.

Por exemplo, a região costeira do norte de Moçambique, predominantemente assente em valores matrilineares, aliados à uma forte influência islâmica, tem estruturas próprias de resolução de conflitos onde as estruturas oficiais de justiça (que integram as mulheres) não são muito valorizadas. Apesar destas diferenças, de um modo geral em Moçambique, as mulheres continuam a não poder ter acesso aos recursos, escolaridade e a uma participação activa em muitos dos espaços de tomada de decisão, contudo outros factores podem influenciar as relações de género, as expectativas em relação aos papéis entre homens e mulheres.

Outro exemplo advém de dados recentes, recolhidos numa sociedade matrilinear, que demonstraram que apesar de as mulheres estarem representadas nos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) e ocuparem cargos de liderança a sua participação é quase invisível estando muitas delas alheias ao funcionamento do comité incluindo informações básicas. No que concerne à tomada de decisão e acesso aos recursos (financiamento, informação, etc), nas mesmas comunidades foram identificados casos de mulheres que desistiram de participar nos grupos de poupança porque os seus parceiros decidiam sobre outras prioridades e isto acontecia mesmo nos casos em que era a esposa que o ganhava, através de pequenos negócios, etc.

A baixa escolaridade, que por sua vez limita o acesso à informação e aos recursos, constitui um dos elementos identificados como tendo inibido mulheres de beneficiarem-se, por exemplo de projectos como o SUSTENTA (quer como PACES ou PA's). Os estereótipos ligados aos papéis sociais de género constituem outros inibidores porque por exemplo, “tradicionalmente” não se espera que as mulheres estejam envolvidas directamente na pesca ou a praticar agricultura para o negócio, esperando que

⁴¹ Actualmente, Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS).

⁴² Menezes, P. 2008: Mulheres submissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Universidade de Coimbra.

esta esteja em actividades ligadas ao processamento, venda e agricultura de subsistência apesar de existirem vários exemplos de mulheres engajadas no agronegócio.

Importa realçar que devido a constantes apelos para a inclusão da mulher, cria-se um “romantismo” em torno da questão e a inclusão das mulheres em alguns projectos é vista como o cumprimento de uma orientação/obrigação e não como um direito ou merecimento, o que pode resultar na marginalização e discriminação das mesmas mesmo quando inseridas nos projectos. Por exemplo, alguns líderes comunitários de zonas onde é implementado o SUSTENTA afirmaram que “temos que ter mulheres, porque quando não tem PAs mulheres somos questionados. Os chefes quando vêm questionam”. Estas afirmações, mostram que por um lado existe uma preocupação de incluir as mulheres como beneficiárias directas dos projectos de desenvolvimento, mas, por outro, esta necessidade é entendida como uma questão meramente “administrativa”, o que pressupõe que existe ainda há necessidade de alterar a percepção que existe em algumas comunidades sobre os papéis desiguais género. Facilitar o acesso da mulher aos recursos e meios de produção é importante para prevenir a VBG.

Numa situação de exclusão e vulnerabilidade, o assédio e abuso sexual, uniões forçadas e precoces constituem alguns dos riscos a que as mulheres podem estar expostas, por exemplo quando elas participam em actividades em espaço naturalmente dominado por homens, como por exemplo na construção/melhoria de infra-estruturas (buscar água, arrear, cozinhar, sinalização, etc.) num contexto dominado por estereótipos de género construídas a partir de uma ideologia patriarcal. Outros exemplos dizem respeito às comunidades pesqueiras e de mineração, onde a mobilidade de pessoas (pescadores de outras zonas, compradores, empreiteiros de outras zonas), movimentação de dinheiro aumenta e por causa da vulnerabilidade económica muitas mulheres e crianças são sujeitas à casos de VBG. Por várias razões (aparente consentimento da vítima, o desconhecimento dos canais de queixa, a ausência de mecanismos de reclamação acessíveis, normalização social da violência, fraco conhecimento sobre VBG quer por parte das entidades como da vítima, considerar situações de assédio como “brincadeira”, entre outras) o agressor não é responsabilizado.

3.2.1 Conflito em Cabo Delgado e influência sobre a Violência Baseada no Género

O extremismo violento em Cabo Delgado que levou ao aumento da pessoas internamente deslocadas, o impacto dos desastres naturais (ciclone Kenneth) particularmente na zona norte, a pandemia COVID-19, que surgiu num contexto já bastante frágil, em termos social e económico (sobretudo para a região norte), aumentam de forma muito significativa a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à VBG, incluindo o risco de aumento do número de relações forçadas, de filhos não assumidos pelos pais e de famílias chefiadas por mulheres, sobretudo devido aos conflitos.

Nos locais de conflito, as mulheres sofrem inúmeras formas de VBG desde agressões sexuais pelos grupos envolvidos no conflito, incluindo nos locais de acolhimento. A exposição ao assédio, abuso sexual, sexo transaccional e casamentos prematuros constituem riscos graves a que mulheres e raparigas estão sujeitas e que pode exacerbar-se com o evoluir da situação, sobretudo num contexto de alta vulnerabilidade económica onde as próprias, mulheres, raparigas e suas famílias podem ter estas alternativas como as mais viáveis para ultrapassar a situação em que se encontram. Evidências recentes podem ilustrar a forma como estes eventos tiveram um impacto maior nas mulheres e raparigas, pelo facto de se encontrarem já expostas a uma situação de risco e vulnerabilidade, o que dificulta o recomeço da sua vida e meios de subsistência incluindo o aumento do risco de VBG nas suas variadas formas.

Um estudo exploratório realizado pela Universidade Eduardo Mondlane em 2019, mostra que em contextos de conflito, as mulheres sofrem todo o tipo de violência (sexual, física, psicológica e social-separação dos membros das suas famílias). O mesmo estudo indica ainda que os conflitos provocam consequências devastadoras para a economia das pessoas (ex. aumento dos preços dos e escassez de produtos). Impactos sociais como o aumento da criminalidade, percepção de perda de valores tradicionais (sentido de respeito intergeracional, reciprocidade, solidariedade).

Por sua vez, o estudo da avaliação do impacto dos ciclones IDAI e Kenneth em homens e mulheres numa perspectiva de género, realizado nas províncias afectadas, incluindo Cabo Delgado, uma província já conhecida pelos altos índices de uniões prematuras e outras formas de violência contra mulheres e raparigas, a vulnerabilidade das mulheres e a exposição ao risco de VBG aumentou com a eclosão dos ciclones. Foram reportados casos de abuso de poder e assédio sexual cometidos contra as mulheres e raparigas em troca de comida, sobretudo nos centros de acomodação ou mesmo nas famílias de acolhimento, pelos líderes comunitários e outras pessoas responsáveis nos centros de acomodação e outros locais. O estudo indica ainda que as raparigas em particular, órfãs de pais vítimas de HIV e SIDA, eram as mais vulneráveis e propensas à pressão ao sexo transaccional para pagar a escola, alimentação, e comprar roupa para si e os seus irmãos mais novos. A insegurança, limitou ainda as mulheres de continuarem com as suas actividades de subsistência, como por exemplo, ir a machamba.

A província de Cabo Delgado é desde 2017 assolada por conflitos (extremismo violento), por grupos armados desconhecidos, tendo criado uma situação de instabilidade e insegurança e estima-se que o conflito já provocou mais de 3,800 mortes e o deslocamento de aproximadamente 700,000 pessoas (sendo a maior parte mulheres, raparigas e crianças) que se refugiaram para outras zonas/distritos da província mais seguras ou para Nampula e Niassa. De acordo com um estudo realizado em fevereiro de 2021 pela Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) em Cabo Delgado, nos locais de acolhimento (quer seja nos centros ou em casas de familiares, amigos, etc), as pessoas deslocadas (quer homens como mulheres) internas experimentam várias formas de violência, que incluem: insegurança, aumento da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, falta de recursos/acesso à terra para produzir alimentos (subsistência e oportunidades de negócio), discriminação (são tratadas por “*Anakhoto*” = “pessoas vindas da guerra”), maus tratos ou exploração (serviços domésticos não remunerados, realizados pelas mulheres deslocadas internas em troca moradia), perda de bens materiais, discriminação na base da religião (sobretudo sendo esta muitas vezes vista como o foco do conflito), exclusão na distribuição de bens e serviços. Esta situação para além de agudizar a vulnerabilidade socio-económica das mulheres funciona como bloqueio para a sua recuperação e das suas famílias para que possam recomeçar a reconstruir a s suas vidas na zona de acolhimento. Esforços adicionais e uma atenção especial deverá ser tomada em conta para permitir que estes grupos já vulneráveis não sejam excluídos.

Como anteriormente mencionado, a COVID-19 emergiu num contexto já frágil e de alto risco para as mulheres e raparigas sobretudo na zona norte, o que veio a expor as mesmas a vulnerabilidades múltiplas e interseccionais aumentando ainda mais a exposição ao risco da VBG, tal como aconteceu em vários países. Um outro estudo recentemente realizado pela ONU Mulheres e UNFPA em finais de 2020 demonstrou que a VBG aumentou com a eclosão da COVID-19 em Moçambique, incluindo a insegurança das mulheres e o medo de serem vítimas quer em casa como na rua. Ainda, a Covid-19 contribuiu para aumentar o peso do trabalho não remunerado (tarefas domésticas) realizado pelas mulheres o que limita e poderá limitar a sua participação em outras actividades fora de casa.

No meio deste contexto, é importante encontrar medidas e acções que vão contribuir para aumentar a capacidade das mulheres e raparigas sobretudo as mais vulneráveis de participar e beneficiar-se das oportunidades de criação de meios de subsistência que irão contribuir para reduzir a sua vulnerabilidade e risco de VBG que são os principais entraves para o empoderamento das mulheres e raparigas. E existem evidências que mostram que uma atenção específica às necessidades e prioridades das mulheres baseada na resposta aos principais elementos que inibem a sua participação plena nas diferentes iniciativas de desenvolvimento, pode melhorar a situação. Por exemplo, a Estratégia de Género do sector Agrícola 2016-2025 assinala que esforços levados a cabo a partir de

2005⁴³ resultaram em progressos assinaláveis no que concerne ao acesso pelas mulheres à terra, aos meios de produção, tecnologias, crédito agrário e mercados agrícolas. Contudo, a mesma fonte reconhece que a participação da mulher em toda a cadeia de produção agrícola ainda continua muito baixa quando comparada com a sua contraparte masculina, apesar de as mulheres serem a maioria da população empregue no sector agrário. Por exemplo, em 2012, embora as mulheres participam na agricultura com a maior força de trabalho (81,2%) em comparação aos homens (61,6%), apenas 28% das mulheres tem posse de terra contra 71,07% da contraparte masculina; dos produtores assistidos pela rede de extensão pública, 20,98% das mulheres receberam conselhos técnicos contra 46,5% da sua contraparte masculina; e dos produtores que receberam crédito, 15,81% foram mulheres, contra 71,07% de homens⁴⁴.

4. Mapeamento dos Prestadores de Serviços de VGB

4.1 Organizações estatais e poder local

O Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado às Mulheres Vítimas de Violência surge no ano 2012 sob a liderança do Ministério de Género, Criança e Acção Social (MGCAS) como um instrumento de coordenação entre entidades governamentais, e com a participação da sociedade civil, para dar resposta e atendimento integrado às mulheres vítimas de violência, interligando os sectores, os papéis chave, as áreas e necessidades prioritárias. O mecanismo integrado contempla as seguintes instituições do governo: Ministério da Género, Criança e Acção Social (MGCAS), Ministério da Saúde (MISAU), Ministério do Interior (MINIT) e Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR)/IPAJ.

O acesso ao mecanismo pode ser efectuado através de:

- (i) Centro de Atendimento Integrado (CAIS): nos quais estão inseridos num mesmo espaço, os serviços de saúde, apoio psicossocial, policial e jurídicos. Existem no país 25 CAIS⁴⁵ e nas províncias abrangidas pelo projecto apenas na província de Nampula (cidade de Nampula), sendo que Niassa e Cabo Delgado não possuem CAIs;
- (ii) Gabinete de Atendimento à Família e Menor Vítima de Violência (GAFMVV): que funcionam sob a égide e dentro das esquadras da Polícia da República de Moçambique, existindo no país 25 gabinetes⁴⁶ e 351 secções⁴⁷ de atendimento;

É importante ainda mencionar o papel das organizações da sociedade civil locais e nacionais no atendimento às vítimas de violência, das lideranças comunitárias (pessoas influentes, líderes religiosos, líderes comunitários, matronas, madrinhas etc) como agentes que desempenham um papel importante na prevenção da VBG, dado o seu papel de guardiões das práticas e normas tradicionais, que algumas perpetuam e legitimam a VBG.

Apesar da existência destes serviços, existem lacunas no seu funcionamento, por um lado devido ao desconhecimento da existência dos serviços por parte das comunidades ou pelo desconhecimento dos seus direitos pelas comunidades, opção pelo uso de instâncias locais/comunitárias de resolução

⁴³ Altura da aprovação da primeira Estratégia do Género do Sector Agrário (EGSA 2005-2010), seguida da aprovação da Política do Género e Estratégia de Implementação (PGEI) e do Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM);

⁴⁴ Fonte: Estratégia de Género do Sector Produtivo 2016-2025;

⁴⁵ Fonte: MGCAS: Lista de CAIs no país actualizada, em Junho de 2020;

⁴⁶ Distritos do projecto com Gabinetes de atendimento: Nampula: Angoche; Cabo Delgado: Montepuez.

⁴⁷ As secções de atendimento à família e menores existem em todos os distritos abrangidos e podem ser encontrados nos comandos distritais, Esquadras e Postos Policiais, contudo a sua estrutura não é especializada para casos de VBG. Em todos os distritos abrangidos pelo projecto existem secções de atendimento, contudo são serviços gerais para atendimento a VBG e não específicos para VBG.

de VBG, dificuldades de acesso, normalização da VBG, medo de represálias/pressão da família e da comunidade e a dependência financeira ao agressor que muitas vezes é o parceiro/esposo, o que contribui para a fraca demanda pelos mesmos; por outro lado, existem fragilidades técnicas no atendimento dos casos, falta de meios para fazer a divulgação das leis e serviços e mensagens chaves de prevenção à VBG. É importante ainda mencionar que a fraca criminalização dos casos também contribuiu para a fraca procura dos serviços.

É essencial a divulgação dos serviços de VBG existentes nas comunidades, incluindo as entidades que prestam os mesmos e o papel das lideranças comunitárias na prevenção e encaminhamento dos casos. Para alcançar um maior número de pessoas, sobretudo aquelas que tem acesso limitado à informação (mulheres e raparigas vulneráveis, afectadas por conflitos, etc) a disseminação desta informação deve ser feita em conjunto com as sessões de sensibilização/palestras sobre VBG nas comunidades para que as pessoas saibam onde encaminhar/ou denunciar casos de VBG, bem como os serviços prestados por cada um dos provedores quer Estatais ou não Estatais. Entretanto as rádios comunitárias, uso de panfletos devem também ser considerados.

4.2 Organizações Não- Estatais que actuam na protecção dos direitos das mulheres e VBG⁴⁸

A tabela abaixo apresenta o mapeamento preliminar dos prestadores de serviços de VBG pelas organizações não estatais (ONG, OSC, OCBs, Redes) nos locais abrangidos pelo projecto com um foco para as províncias. Entretanto, importa realçar ainda que este mapeamento está sujeito à actualização e aprofundamento que é recomendado que seja feito a nível local no início da implementação do projecto.

É importante destacar a iniciativa *Spotlight*, um programa financiado pela União Europeia e implementado pelas Nações Unidas e em parceria com o Governo de Moçambique. O projecto faz como grupo-alvo mulheres e raparigas entre 10-24 anos de idade, cujo principal foco eliminar a violência contra mulheres e raparigas. As principais áreas de intervenção da iniciativa são: promoção de leis e políticas; apoio ao movimento de mulheres e sociedade civil; acesso a dados de qualidade sobre VBG; Serviços essenciais (capacitação de provedores de serviços de assistência às vítimas e melhoria da qualidade dos serviços); promoção de normas sociais, atitudes e comportamentos sensíveis a equidade de género; e o apoio institucional ao governo e organismos regionais em aspectos relacionados com VBG e práticas sociais nocivas. O mesmo actua em 3 províncias sendo que das províncias abrangidas pelo projecto, apenas Nampula (distritos de Moma e Angoche) entretanto a iniciativa também intervém ao nível central.

Nome	Actividades específicas na área de Género
Nampula	
AENA (Associação Nacional de Extensão Rural)	Divulgação de leis de família e violência doméstica; Debates sobre Género e HIV/SIDA; Debates sobre género, participação e liderança; Integração de mulheres no processo de alfabetização de educação de adultos; agricultura; recursos naturais
AMR (Associação de Mulheres Rurais)	Divulgação de leis contra violência; Debates sobre género e violência
AMORA – Associação de Mulheres para Apoio da Rapariga	Direitos das mulheres, Violência baseada no género
Activa	Direitos das Mulheres

⁴⁸ Esta identificação deve ser considerada provisória e recomenda-se que seja aprofundada posteriormente. A mesma foi apenas baseada na revisão de literatura.

NUGENA – Núcleo de Género de Nampula	Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres
OPHAVELA – Associação para o Desenvolvimento Socio Económico	Temas transversais: Meio Ambiente, Género e HIV e SIDA; Sessões de Debate nos grupos de Poupança sobre as relações sociais de género no contexto do Desenvolvimento Comunitário e do HIV e SIDA
OPHENTA- Associação de Mulheres e Apoio à Raparigas	Governança com enfoque para os direitos humanos, direitos humanos das mulheres e raparigas
Nações Unidas/Spotlight Initiative ⁴⁹	Violência baseada no género (10-24 anos), practicas nocivas; serviços essenciais de apoio às vítimas e sobreviventes de violência;
TCV – Todos Contra Violência	Assistência Social, Defesa dos direitos da Mulher na área da Violência
Niassa	
Estamos- Organização comunitária	Água e Saneamento, HIV e SIDA, Recursos Naturais, Governança e Auditoria Social (mulher e a criança como área transversal)
FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa	Prevenção da VBG, Mulheres Paz e Segurança, Participação das Mulheres na Política
Cabo Delgado	
AME-Associação Mulher Esperança	Defesa dos direitos das mulheres, prevenção imobilização contra VBG
AVSI – Passarinhos a voar	Desenvolvimento social e educativo, segurança alimentar, agricultura, energia e meio ambiente, emergência, VBG
DJUMULA – “Resolver Tudo” (Cabo delgado)	Violência baseada no género
GDJM (Mama Mahincha Pitara)	Assistência Jurídica e Apoio psico social as vítimas de VBG, primeiros núcleos na Província a prestar serviços de encaminhamento de casos de VBG e apoio Psico Social a vitimas de VBG
OCUPALI - Acreditar	Violência baseada no género
PROMURA- Associação de Protecção a Mulher e Rapariga	Violência baseada no género
UNU WAWATIANA – Crescimento das Mulheres	Violência Baseada no género
UNUWATHIANA	VBG – Sensibilização comunitária através da rádio
KWENDELWIA	VBG – sensibilização comunitária
Nacionais (Organizações de âmbito nacional que actuam em um ou mais províncias cobertas pelo projecto)	
AMMCJ – Associação Moçambicana de Mulheres de carreira Jurídica	Assistência Jurídica e Apoio psico social as vítimas de VBG
AMODEFA- Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família	Direitos sexuais reprodutivos
AGA KHAN	VBG, empoderamento económico da mulher, voz activa, Promoção da igualdade de género nas organizações
Ariel Gleiser	Direitos Sexuais e Reprodutivos e HIV/SIDA
Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE)	Pesquisa e treinamento de mulheres no setor informal, treinamento em saúde e prevenção de HIV / AIDS e treinamento em consciencialização jurídica

⁴⁹ A Iniciativa *Spotlight* actua também ao nível nacional nas áreas de promoção de leis e políticas; capacitação institucional; melhoria da colecta e disponibilização de dados sobre VBG (infoviolência database). Dos distritos abrangidos pelo projecto Nampula é uma das que implementa a iniciativa nos distritos de Moma e Angoche;

CARE International	Género e nutrição; Treinamento sobre lei de terra, lei de família e violência baseada no género; Género e Inclusão Social no Programa de Prevenção e Resposta a Emergência em Moçambique; Empoderamento da mulher para alcançar a igualdade de género.
DKT – Íntimo	Direitos Sexuais Reprodutivos da mulher
FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	Erradicação da pobreza, advocacia, justiça social, construção da paz e reconciliação nacional e coesão social, direitos das mulheres, crianças e raparigas
IREX-Programa para Fortalecimento da Mídia	Cobertura de matérias relacionadas com Violência baseada no Género (Rede de Pontos Focais nas Rádios Comunitárias parceiras)
LAMBDA	Defesa dos direitos das minorias sexuais
Magariro	Advocacia e defesa dos direitos dos grupos mais desfavorecidos
N'weti	Comunicação para mudança de comportamento na área da saúde e género; multimédia, Pesquisa e Mobilização social
PATHFINDER	Direitos sexuais reprodutivos
Rede CAME	Prevenção e combate a todas as formas de abuso da criança através da educação, advocacia e sensibilização
WLSA- Mulher e Lei na Africa Austral	Pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres, advocacia, mobilização social sobre o combate e prevenção a VBG

5. Avaliação de Risco de VBG e medidas de mitigação

Dadas as vulnerabilidades identificadas e tendo em consideração estes riscos, considera-se que o projecto terá um **risco alto**, a considerar o escalonamento e intensificação da violência extremista em Cabo Delgado, os efeitos da COVID-19 e os impactos ainda persistentes dos recentes desastres naturais (ciclone *Kenneth*). Estes eventos resultaram na deterioração socioeconómica, aumento de deslocados internos, perdas de fontes de vida, aumento da VBG tendo afectado de forma desproporcional mulheres e raparigas, expondo-as a múltiplas vulnerabilidades. Este cenário, poderá contribuir ainda para a exacerbação da VBG sobre as mulheres e raparigas.

Na tabela seguinte apresenta-se o racional da avaliação do risco.

Nr.	Contextualização do Projecto	S/N	Escala	Comentários
1	O projecto será implementado numa área de crise humanitária ou emergência?	Sim	Muito alto	Propensão a desastres naturais, extremismo violento, aumento de número de deslocados internos, exacerbados pela pandemia da COVID-19 que afecta desproporcionalmente mulheres e raparigas, incapacitadas de continuar os seus meios de subsistência. Esta situação coloca as Mulheres, mais expostas a múltiplas formas VBG.
2	O projecto será implementado numa região com elevados índices de pobreza no país?	Sim	Muito alto	As províncias do norte do país apresentam os níveis de pobreza mais altos, se comparadas com outras províncias do Sul do país. As províncias abrangidas apresentam percentagens significativamente mais elevadas de pobres em Niassa (67 %), Nampula (65 por cento) e Cabo Delgado (5%) do que na Província de Maputo (12 %) e Cidade de Maputo (4%) (project appraisal).
3	O projecto será implementado em áreas de difícil acesso?	Não	Moderado	Com os eventos climáticos (ciclones, chuvas), limitações de mobilidade por causa da COVID-19, escalonamento do extremismo violento e crise político militar no norte e centro do país e vias de acesso degradadas em algumas regiões/distritos as áreas podem ser de difícil acesso, o que pode colocar em causa a supervisão das actividades do projecto. Contudo existem localmente mecanismos para facilitar a supervisão, tais como instituições do governo ao nível local, provedores de serviço contratados ao nível local, alocação de assistentes de VBG do projecto afectos localmente que podem apoiar na

				implementação, monitoria e supervisão das actividades, reduzindo assim os possíveis riscos de fragilidade de supervisão.
4	O projecto será implementado numa zona Urbana, peri-urbana ou rural?	Rural	Alto risco	O MozNorte estará focado em zonas rurais, onde a maior parte de Raparigas e Mulheres encontram-se em extrema vulnerabilidade, tem limitado acesso aos recursos, a maior parte não sabem ler e escrever. Elevado Índice de uniões prematuras, normas culturais nocivas à igualdade de género, o que propicia um ambiente para a discriminação da mulher e VBG, fraco acesso aos espaços de tomada de decisão.
5	Os usuários dos serviços de saúde conhecem os custos dos serviços de saúde e dos medicamentos?	s/infor mação	Medio risco	Há pouca informação difundida nas comunidades sobre esta matéria, entretanto por não se tratar de um projecto directamente ligado à saúde, este risco pode ser considerado baixo para o projecto na componente de VBG;
6	Os serviços de saúde incluem protocolos de atendimento como parte da gestão de resposta de VBG?	sim	Baixo risco	Existe o protocolo do mecanismo multisectorial integrado de atendimento à mulher vítima de violência e protocolo específico de saúde para atendimento de casos de violência. Através do mecanismo, as instituições integrantes no mesmo harmonizam as formas de atendimento à vítima e asseguram que esta possa beneficiar-se de todos os serviços a través do mecanismo de referência de um serviço para o outro conforme os casos. O uso da ficha única que permite recolher os dados da vítima apenas uma vez, faz parte também do protocolo e da gestão da resposta de VBG.
7	Os provedores de serviços de saúde estão treinados para gerir a VBG como uma resposta no sector de saúde?	Sim	Baixo risco	No âmbito do mecanismo multisectorial, todos os técnicos que lidam com a questão da VBG nos sectores beneficiam-se de capacitações promovidas pelo governo, organizações da sociedade civil, Nações Unidas sobre o atendimento às vítimas de VBG.
8	Existe um código de conduta nacional ou específico do local para prestadores de serviços de saúde que inclua proibições contra a) assédio sexual; b) exploração sexual; c) abuso sexual	sim	Medio risco	Existe um Código de conduta nacional, incluindo o recurso aos Estatutos dos funcionários e agentes do Estado e o Código deontológico dos profissionais de saúde, para além da lei contra a Violência contra a mulher que servem como instrumentos reguladores.
9	O projeto é capaz de fazer a monitoria dos riscos de GBV e Exploração Sexual e Abuso?	sim	Baixo risco	A estrutura do projecto permitirá criar mecanismos para a monitoria, sobretudo porque usará provedores de serviços especializados em matérias de VBG e ESA, externos ao projecto;
10	As trabalhadoras estão muito próximas de trabalhadores do sexo masculino com supervisão limitada?	Não	Medio risco	O projecto não envolve uma componente alta de construções e infraestruturas e serão criados códigos de conduta e mecanismos de reclamação.
	Classificação da avaliação de risco			Alto: dada a alta deterioração da insegurança, aumento de deslocados internos que afectam em grande medida as zonas de implementação do projecto afectando desproporcionalmente Mulheres e raparigas, num contexto já economicamente frágil que veio a piorar com a eclosão da COVID-19. As Mulheres e raparigas destas zonas ficaram mais expostas e vulneráveis, o que representa um risco alto para o projecto. Esta pontuação pode ainda ser sustentada pela incerteza relativamente ao future destes incidentes dado que estão fora do controlo do projecto. Contudo, sendo tomadas as medidas acima mencionadas este risco pode ser reduzido.

Na secção6 são apresentados riscos de VBG para as subcomponentes do MozNorte e é apresentado um plano de acção, identificando medidas específicas para cada risco.

As medidas de mitigação propostas compreendem em termos gerais:

- Promoção do envolvimento da mulher, designadamente através da implementação da metodologia GALS
- Sensibilização dos diversos intervenientes sobre GBV
- Aplicação de Códigos de Conduta a todos os trabalhadores e colaboradores, com cláusulas sobre as diversas formas de GBV
- Estabelecimento de canais de reclamações de GBV e protocolos de encaminhamento de vítimas
- Monitorização.

Sobre a metodologia GALS:

Trata-se de uma abordagem que visa empoderar homens e mulheres, liderada pela comunidade, por meio da participação de ambos. Contribui para o desenvolvimento de relações de género justas, facilitando o aumento dos rendimentos da família e o acesso aos benefícios por todos os membros do agregado familiar incluindo a mulher. Permite aos beneficiários (indivíduo/grupo) identificarem os seus sonhos/visão (o que querem ser ou ter num horizonte temporal definido) e com base em suas ferramentas, conceber e visualizar uma sequência de etapas que levam ao alcance destes (sonhos), quando os recursos e oportunidades são adequadamente aproveitados. Por outro lado, a metodologia, auxilia os beneficiários a identificarem as barreiras, riscos e problemas existentes (incluindo desigualdades nas relações de género), e de igual modo, ajuda-os a identificar e adoptar soluções que os permitem de forma voluntária e sobretudo consciente, redimensionar os sonhos e reestruturar/ajustar os procedimentos/plano de realização do sonho (caminhada da visão).

O GALS é caracterizado por:

- Uso exclusivo de linguagem gráfica (desenhos), permitindo o uso da abordagem com beneficiários com baixo nível de escolaridade;
- O GALS é constituído pelas seguintes ferramentas: planificação para a vida, para identificação de indicadores sobre desigualdades da sociedade e para o desenvolvimento de meios de vida;
- A abordagem é flexível e pode ser usada para diferentes fins (consciencialização, mobilização, sensibilização, e / ou advocacia) e contextos ou objectos (indivíduo, agregado familiar, instituições de diversa ordem, pesquisa, meios de vida);
- O processo de indução do GALS começa com o interesse e apropriação individual e as transformações a este nível constituem motivação para as outras pessoas a sua volta;
- Envolve os homens e mulheres como agentes de mudança de regras sociais que perpetuam as disparidades de género;
- Permite aos beneficiários viver novas formas de relacionamento entre homens e mulheres, promovendo a igualdade de género e o empoderamento da mulher sem afectar o papel do homem como chefe de família;

6. Plano de Acção para Redução do Risco de VBG no MozNorte

Na tabela seguinte são apresentados os riscos de VBG associados a cada subcomponente e as respectivas medidas de mitigação a implementar, indicadores de execução e responsabilidades.

Tabela VII-1 - Plano de Acção sobre VBG

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
Infra-estruturas (sub-componente 1.1, 1.3 e 2.2)	- Aumento da mobilidade masculina, por causa das obras de construção pode aumentar o risco de VBG (assédio, abuso sexual, uniões forçadas/prematuras), incluindo violência por parceiros íntimos que pode resultar de situações de envolvimento dos trabalhadores das obras com mulheres e raparigas locais (incluindo entre trabalhadores da mesma empresa). Esta situação pode exacerbar-se sobretudo nas comunidades abrangidas pelo projecto que foram afectadas directa ou indirectamente (acolhimento das vítimas do conflito), pelo conflito em Cabo Delgado que veio agravar a situação já precária incluindo os efeitos económicos da COVID-19;	- Elaborar e implementar um código de conduta a ser observado/assinado pelos trabalhadores envolvidos nas actividades de infraestruturas nos diferentes sub-projectos;	Procedimento de gestão de mão de obra	# de subprojectos que tem um código de conduta; # de trabalhadores que assinam o código de conduta	UIP- Especialista salvaguardas AS
		- Comunicar previamente às comunidades, através das lideranças comunitárias, informações sobre o MozNorte (objectivos, áreas de abrangência, duração) incluindo a vinda de pessoas externas e o seu papel (empreiteiros, provedores), bem como sobre a existência de códigos de conduta que regulam o seu comportamento na relação com a comunidade.	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	# de encontros de partilha de informação sobre o projecto com as comunidades	
		- Realizar palestras e acções de sensibilização sobre VBG, especificamente o assédio e abuso sexual e uniões prematuras direccionadas aos trabalhadores nas obras (homens e mulheres), incluindo disponibilizar informação sobre a criminalização da VBG e sanções aplicáveis; acções e comportamentos proibidos no âmbito do projecto.	Avaliação de risco e Plano de Acção de VBG	# de palestras de sensibilização realizadas para os trabalhadores envolvidos nas empresas de construção	
<u>Actividades económicas (sub-componente 1.1, 1.2; 1.3; 1.4; 2.2)</u>	- Aumento da renda por parte das mulheres e o seu envolvimento em actividades económicas pode exacerbar o risco de violência física e	- Implementar a metodologia do Sistema de Aprendizagem de Acção de Género (GALS) nas famílias, para apoio na identificação de barreiras	Avaliação de risco e Plano de Acção de VBG	# de famílias abrangidas na implementação da metodologia GALS	UIP- Especialista de género e VBG e Assistentes de género e VBG

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	psicológica por parte dos seus parceiros devido às normas sociais prevalecentes que colocam a mulher na situação de subalternidade, o que pode prejudicar também a sua participação efectiva nas actividades do projecto que incluem o empoderamento económico das mulheres.	ao progresso económico e social ligadas à divisão de trabalho por género, bem como as vantagens da inclusão das mulheres para a economia familiar e comunitária;			
	- Aumento de casos de assédio sexual e abuso de autoridade, como forma de favorecimento de algumas mulheres para serem incluídas/seleccionadas nos projectos ligados a actividades económicas, mesmo nos casos em que estas demonstram capacidade para beneficiarem-se dos mesmos;	- Prestar apoio técnico específico às mulheres no processo de candidaturas/submissão de propostas para financiamento, preferencialmente o apoio deve ser feito por mulheres;	Avaliação de risco e Plano de Acção de VBG	% de mulheres (social e economicamente expostas) que se beneficiam de financiamento para as actividades económicas (desagregar por tipo de vulnerabilidade);	
	- A existência de projectos de actividades económicas pode facilitar o surgimento de pessoas economicamente estáveis (em comparação com a maioria), sobretudo homens o que pode dar lugar a situações de uniões prematuras/forçadas, assédio e abuso sexual e sexo transaccional. Em situações de vulnerabilidade económica, destruição económica devido aos conflitos as mulheres e raparigas chefes de agregados familiares ou de famílias economicamente desfavorecidas são as mais expostas muitas vezes pressionadas pela situação económica, por pais e outros membros	- Em parceria com ONGs locais, promover sessões de sensibilização comunitária sobretudo direccionadas aos líderes, e pessoas influentes, homens e rapazes sobre: importância de proteger os direitos das raparigas e leis relacionadas com a VBG;	Avaliação de risco e Plano de Acção de VBG	# de casos de VBG contra as mulheres e raparigas nas áreas de implementação de subprojectos com componente económica	

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	da família.				
<u>Fortalecimento de capacidades (sub-componente 1.1)</u>	- Risco de assédio e abuso sexual às raparigas no processo de selecção e candidatura às bolsas de estudo, por parte dos membros do júri e outras pessoas influentes na comunidade (ex. de pessoas que podem aproveitar-se da situação mesmo não fazendo parte do processo). Este risco pode ainda ser agravado pelo desconhecimento/falta de informação sobre as regras/normas de acesso às bolsas pelas raparigas. É importante mencionar que a procura pelos serviços de educação e sobretudo por bolsas de estudo pode agravar-se na situação actual da COVID-19 e conflitos e Cabo delgado, onde a capacidade das famílias de financiar/ custear as despesas com a escola dos filhos vai reduzir (as raparigas serão as mais afectadas);	- Disseminar informações relacionadas com o acesso às bolsas de estudo nas escolas através dos clubes de raparigas e esclarecer sobre os procedimentos do processo e alertar sobre algumas a possibilidade de surgirem atitudes contrárias aos procedimentos estabelecidos (ex. pessoas que podem prometer o acesso à bolsa em troca de favores). As rádios comunitárias e outras fontes de comunicação podem ser usadas para divulgar a mesma informação; - Envolver mais mulheres nos comités de júri, preferencialmente as pessoas que já trabalham com os clubes de raparigas nas escolas (ex. Matronas, membros de ONGs; e professoras);	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	# de raparigas que se beneficiam de bolsas de estudo financiadas pelo projecto	UIP- Especialista de género e VBG e Assistentes de género e VBG
			Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	# de mulheres que fazem parte dos comités de júri para atribuição de bolsas	
	-Nos dormitórios, as raparigas corem ainda o risco de assédio e abuso sexual por parte de outros alunos de sexo masculino como funcionários, pela troca de manutenção/acesso, bens e serviços. Particularmente as raparigas afectadas por conflitos podem ser as mais expostas ao risco por terem poucas alternativas localmente;	- Realizar palestras frequentes nas escolas e sancionar situações de VBG por parte de professores e alunos com base no código de conduta vigente no sector de educação e pela lei em vigor no país. - Instalar de caixas de reclamação nas escolas em locais seguros para facilitar as denúncias e seguimento dos casos;		% de escolas com planos de palestras sobre VBG que são implementados % de escolas com informação sobre VBG acessível aos alunos (ex. cartazes, panfletos, etc)	
			Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	% de escolas com mecanismos internos de reclamação disponíveis para os alunos	UIP- Especialista Social

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e capacitar pontos focais nas escolas (ex. professora, oficial de desenvolvimento comunitário ou extensionista mulher) para questões de género e VBG, para servir de elo de ligação/comunicação com as raparigas nos casos de VBG, incluindo aconselhamento e facilitação de seguimento dos casos; 		% de escolas com pontos focais mulheres capacitados e que tratam de assuntos de VBG	
<u>Subcomponente 1.3 – Pesca Sustentável</u>	<ul style="list-style-type: none"> - Não sendo a pesca uma actividade “tradicionalmente” praticada por mulheres (senão em algumas regiões como recolectoras de produtos marinhos, processadoras e vendedoras), nas comunidades pesqueiras onde o sub-projecto será implementado as mulheres ao não serem abrangidas pelo projecto podem aumentar a sua vulnerabilidade a VBG (expostas ao sexo transaccional, alta dependência económica em relação a outros familiares e parceiros, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Nos projectos de pesca/comunidades pesqueiras incluir as mulheres nas outras fases da cadeia (ex. processamento e venda), bem como promover/incluir as mulheres em outras actividades ligadas à produção agrícola, actividade de geração de rendimento como actividades complementares, para reduzir a sua dependência económica e reduzir o risco de exposição a VBG (ex. sexo transaccional, assédio, abuso e casamentos forçados/prematuros). 		% de mulheres beneficiárias nas comunidades de implementação do sub-projecto de pesca (desagregado por tipo de actividades);	UIP Especialista de Género
<u>Todas as actividades com potencial de risco de VBG (1.1; 1.2; 1.3;; 2.1; 2.2;</u>	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca consciência sobre a VBG por parte de homens e mulheres nas áreas do projecto, pode levar à “neutralização, normalização e silenciamento” dos casos perpetuando os casos, o que pode afectar negativamente os direitos humanos das mulheres e a sua participação e benefícios do projecto. Este risco pode agravar-se nas comunidades de acolhimento de pessoas (foco para mulheres e 	<ul style="list-style-type: none"> - Alocar e treinar facilitadores comunitários nos diferentes projectos em matérias de VBG para fazerem a monitoria dos mesmos 		# de facilitadores comunitários alocados aos projectos que monitoram casos de VBG nas comunidades (desagregado por sexo)	UIP- Especialista de género e VBG e Assistentes de género e VBG

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	<p>raparigas) provenientes das zonas afectadas pelo conflito ou no caso de mulheres e raparigas nos centros de acomodação para deslocados internos;</p> <p>- Risco de assédio relacionados com o aliciamento das mulheres para beneficiarem-se do (incluindo a tramitação do processo/documentação para a candidatura) sobretudo as mulheres vulneráveis e deslocadas pelo facto de estarem fora das suas comunidades e não possuírem a sua base comunitária normal de apoio. Este risco pode ainda resultar na exclusão económica das mesmas. Ainda, mulheres e raparigas provenientes das zonas de conflito podem estar psicologicamente abaladas pela violência a que estiveram expostas (incluindo abuso sexual), o que pode torná-las mais expostas aos casos de VBG nas comunidades de acolhimento, resultando num aproveitamento por parte dos responsáveis e pessoas envolvidas no sub-projecto (ex. pelos extensionistas no processo de selecção dos beneficiários;</p>	<p>nas comunidades junto aos beneficiários, encorajar/facilitar a denúncia e seguimento dos mesmos;</p>		<p>% de casos de VBG que apresentados e que foram seguidos (contra os casos reportados);</p>	
	<p>- Fraco conhecimento sobre a disponibilidade dos serviços e acções a serem feitas nos casos de violência (protocolos) de prevenção e atendimento de casos de violência pode levar ao risco de casos de</p>	<p>- Mapear os serviços disponíveis na comunidade e disponibilizar informação sobre os mesmos, incluindo o protocolo e fluxograma de denúncias;</p>		<p>Lista de organizações e serviços disponíveis para atender casos de VBG no local do projecto e proximidades (desagregado por</p>	

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	violência não denunciados o que			tipo de serviços, de atendimento às vítimas de VBG)	
	<p>- Há o risco de as mulheres provenientes de zonas afectadas por conflito serem vítimas de violência física e psicológica por familiares e comunidades nos locais de acolhimento por se considerar que estão a ter mais privilégios, uma vez que o projecto irá priorizar sobretudo as pessoas deslocadas internas devido ao conflito;</p>	<p>- Envolver ambas comunidades (acolhimento e chegada) na tomada de decisão sobre as iniciativas em curso envolvendo as pessoas provenientes de zonas afectadas por conflitos e informá-los sobre os benefícios e razões para a priorização os grupos mais vulneráveis e juntos definirem as melhores estratégias de apoio;</p>		# de encontros comunitários realizados envolvendo a comunidade de acolhimento e de chegada para discutir/decidir sobre a implementação dos projectos	
	<p>- Com a ausência/fraco funcionamento de mecanismos de reclamação dentro dos projectos que reportem casos sobre VBG, há o risco de as mulheres e raparigas vítimas e sobreviventes de VBG não denunciarem os casos, o que pode perpetuar e normalizar situações similares e incentivar os</p>	<p>- Criar e implementar um mecanismo de reclamação e disponibilizar informação sobre os serviços existentes de apoio e prevenção da VBG e as acções a serem levadas a cabo em caso de violência na comunidade.</p>		% de projectos com mecanismos de reclamação e denúncias funcionais que incluam aspecto específico sobre VBG;	

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Instrumento de Referência	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	perpetradores a continuarem com tais actos	-Proteger e fornecer segurança às vítimas (incluindo a não perda do emprego) como forma de encorajar outras mulheres na mesma situação a fazerem a denúncia e desencorajar actos similares por parte dos perpetradores (ex. estabelecer e implementar protocolos para a gestão de informação confidencial relacionada com os casos de VBG, incluindo os dados de sobreviventes e denunciantes;		<ul style="list-style-type: none"> - % de casos de VBG apresentados através dos mecanismos de reclamação que foram seguidos; - Nível de satisfação de mulheres e raparigas beneficiárias e nas áreas do projecto sobre o funcionamento dos mecanismos de reclamação e denúncia ligados a VBG, incluindo a gestão de casos por parte dos responsáveis pelos sub-projectos 	

8. Capacidade organizacional

Para a implementação do Plano de Acção para Redução do Risco de VBG no MozNorte a equipa do MozNorte irá contar com um especialista de Género e GBV do FNDS na UIP Central, apoiado por um assistente baseado na UIP de Nampula. O ProAzul, terá um especialista de Género em Maputo e um assistente no Niassa. Esta equipa terá o apoio de provedores de serviços a serem contratados.

Pessoal	Responsabilidades	Obs.
1 Especialista de género e GBV	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o fortalecimento da Unidade de Género; • Promover o engajamento da equipa, principalmente, nas questões de género e direitos humanos das mulheres; • Promover a participação das mulheres em posições de tomada de decisão; • Assegurar a inclusão de questões de género em todos os projectos do FNDS; • Desenvolver módulos sobre igualdade de género (incluindo a VBG) nos pacotes de formação. • Mapear os actores existentes e disponibilizar a informação para os intervenientes do projecto; • Incluir questões de Violência Baseada no Género (VBG) nos mecanismos de denúncia e reclamações, usando dispositivos acessíveis sobretudo para mulheres nas zonas rurais; • Planificar e monitorar todas as actividades relativas a componente de género do projecto; • Recolher e sistematizar as informações das lições aprendidas e de boas práticas no domínio do género; • Promover a aprendizagem sobre a inclusão de género e abordagens de VBG no projecto para informar melhorias no projecto e futuras intervenções similares; • Assegurar a implementação da metodologia GALS no projecto; 	Responderá por todos os projectos do FNDS
2 Assistentes de GBV	<ul style="list-style-type: none"> • Participar e monitorar a implementação do GALS a nível do projecto ao nível das províncias. • Fornecer treinamento, suporte técnico e desenvolver a capacidade dos provedores de serviços em material relacionadas a VBG; • Fornecer apoio técnico e supervisionar os provedores de serviços de VBG na implementação do plano de acção de VBG; • Realizar vistas de monitoria regular e recolher dados e informação sobre VBG no âmbito do projecto e documentar boas práticas e lições aprendidas; • Fazer a supervisão das actividades realizadas pelos provedores de serviços no âmbito do projecto ao nível das províncias; 	Assistência ao especialista de GBV em Niassa e Nampula
Provedores de serviços de GBV em Nampula, Niassa e Cabo Delgado (ONG's, OSCs e OCBs)	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o plano de acção de VBG • Treinar facilitadores comunitários em matérias de VBG para fazerem a monitoria dos casos 	O mapeamento pode informar a identificação de potenciais prestadores de serviços em cada província;

9. MECANISMOS DE RECLAMAÇÕES

No âmbito do mecanismo multisectorial de atendimento integrado à mulher vítima de violência existe um protocolo e fluxograma de atendimento integrado à mulher vítima de Violência, que deve ser divulgado ao nível das comunidades e provedores de serviço de VBG do MozNorte.

A par destes protocolos, o MozNorte estabeleceu um Mecanismo de Diálogo e Reclamações que pode ser utilizado por trabalhadores ou comunidades abrangidas pelo MozNorte, para encaminhamento de denúncias / reclamações relacionadas com VBG.

9.1 Protocolos e Fluxograma de Atendimento do mecanismo Multisectorial

Protocolo de Atendimento Policial (Ministério do Interior)		
Grupo alvo	Tipo de violência	Procedimentos
Adultos	Violência Física; Sexual; Psicológica; Patrimonial; Social; Sexual; Cópula não Consentida; Cópula com transmissão de doenças; Ofensas corporais simples/qualificadas (agressões físicas);	<ul style="list-style-type: none"> São passíveis de se abrir um auto crime, dependendo da natureza do caso, as fases serão as mesmas usadas para crianças (abaixo indicadas);
Crianças	Violação ou abuso sexual	<ul style="list-style-type: none"> Capturar o suspeito se for identificado, caso não, envidar esforços para sua localização e captura; Encaminhar imediatamente aos serviços de Urgência de Ginecologia e Medicina Legal; Proteger a criança do/a acusado/a, familiares, da Imprensa e outros; Se a violação tiver tido lugar na família, isolar a criança da mesma; Recolher toda a informação possível da criança; Evitar interrogar a criança; Abrir o Auto; Encaminhar o processo a Polícia de Investigação Criminal; Acompanhar o processo; Encaminhar a vítima aos serviços de assistência psicológica e outros; Notificar o caso à Acção Social
Protocolo de atendimento médico ⁵⁰ (Ministério de Saúde)		
Se a vítima estiver acompanhada, deve-se pedir para que o acompanhante se retire do gabinete médico para deixar a paciente à vontade. Fazer o registo demográfico completo da vítima no processo clínico (nome, idade, sexo, morada, estado civil), e o registo dos acontecimentos.		
Crianças	Abuso Sexual Infantil	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar a vítima à consulta médica; Dar apoio emocional/psicológico, acompanhado de explicação sobre os direitos que a vítima tem; Instituir o tratamento físico e mental de acordo com o diagnóstico; Comunicar o evento às autoridades policiais;

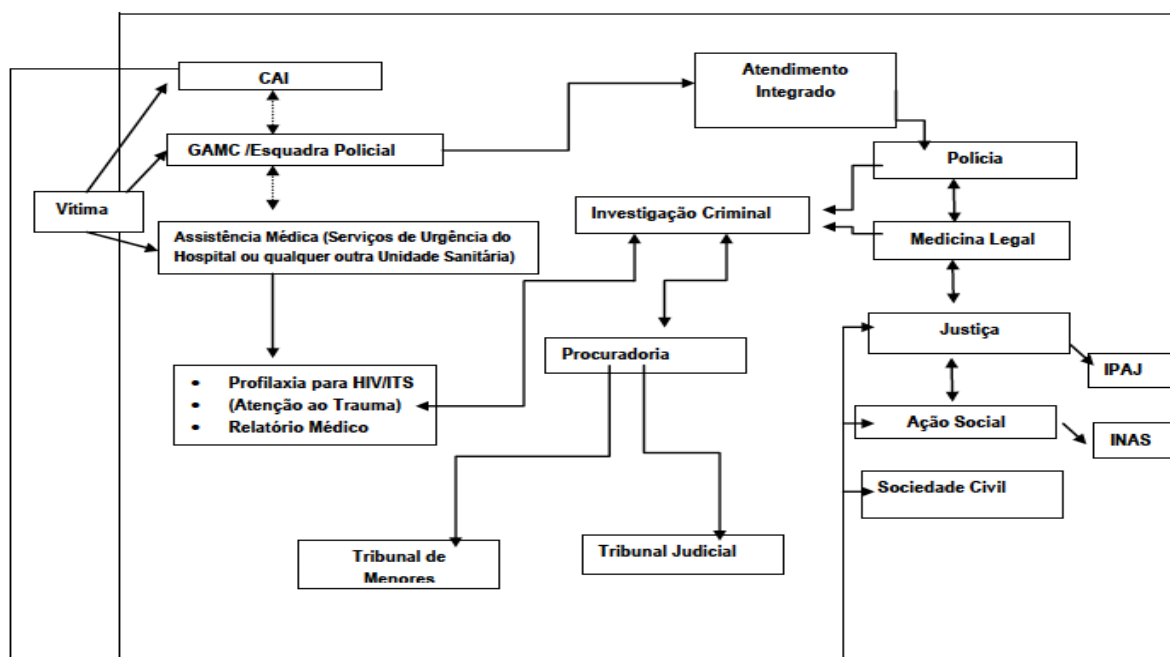
⁵⁰ O mecanismo de atendimento integrado prevê o atendimento específico em diferentes níveis das unidades sanitárias (ex. Hospital central, provincial geral, rural e distrital), entretanto neste documento apresentamos apenas o modelo para Centros de Saúde. O mecanismo inclui ainda o protocolo de atendimento medico-legal;

		<ul style="list-style-type: none"> Se tratar de violação sexual deve-se seguir as instruções da violação sexual descritas abaixo.
Adultos/crianças	Violência Doméstica	<ul style="list-style-type: none"> Instituir o tratamento físico de acordo com o diagnóstico; Encorajar a vítima a participar nas sessões terapêuticas e outros serviços de apoio psicológicos ou nas organizações/serviços que prestam apoio à comunidade durante os seis (6) meses seguintes; Aconselhá-la a denunciar o caso às autoridades policiais, pois a agressão é um crime punido por lei; Caso seja uma pessoa menor de idade o/a trabalhador/a de saúde DEVE comunicar o facto às autoridades policiais; Elaborar relatório médico-legal destinado às autoridades policiais; Estabelecer comunicação regular com as autoridades para fazer seguimento dos casos. Marcar consultas de seguimento.
	Violação Sexual	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar urgentemente a vítima à consulta médica; A vítima não deve lavar-se após o acto da violação, assim como não deve mudar de roupa, antes de ser observada na US (pode cobrir-se com uma capulana ou casaco para se dirigir à US); Fazer aconselhamento e testagem do HIV/SIDA, caso o resultado seja negativo, a vítima deve repetir o teste nos 3 (meses) seguintes; Administrar anti-retrovirais de emergência nas primeiras 24h; Administrar antibióticos para prevenir as ITS; 32. Administrar vacina contra a Hepatite B; Administrar medicamentos para depressão, insónia e/ou ansiedade; Encorajar a vítima a participar nas sessões terapêuticas e outros serviços de apoio psicológicos ou nas organizações/serviços que prestam apoio à comunidade durante os seis (6) meses seguintes; Guardar o processo clínico em local seguro; Informar a vítima sobre como proceder em relação à instauração do processo criminal; Marcar consultas de seguimento; Para as vítimas do sexo feminino, com 11 anos de idade ou mais: Contracepção de emergência: deve ser feita tomando lofemenal/microgenon até 72 h depois da violação. Se ela aparecer depois de 72h mas antes de completar 5 dias, insere-se DIU. Se ela aparecer depois de 5 dias, já não há nada a fazer senão aguardar até o início do período menstrual. Se a menstruação não aparecer até ao dia esperado, deve voltar ao CS para avaliar se está grávida.
Protocolo de atendimento Jurídico (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos/Instituto de Patrocínio Jurídico)		
Esquadras da Polícia e/ou Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança ii. Centro de Atendimento Integrado (CAI) iii. Serviços de assistência social iv. Sistema Nacional de Saúde (serviços de saúde como hospitais (urgências), centros e postos de saúde); Os serviços de assistência legal, independentemente da sua proveniência (juristas particulares ou técnicos do IPAJ), devem garantir que a vítima beneficie do seguinte.		
Adultos/Crianças		<ul style="list-style-type: none"> Informar sobre as medidas punitivas e as multas/subsídios/pensões preconizados por lei no contexto do crime em causa de que a vítima pode beneficiar;

		<ul style="list-style-type: none"> • Informar e apoiar nos passos a serem tomados para submissão do caso em Tribunal e do ponto de situação do processo a qualquer momento, por solicitação da vítima; • Acompanhamento e assistência durante as audiências em Tribunal e até a proclamação da sentença; • Acompanhamento e assistência na submissão de recurso perante o Tribunal Supremo, se existirem condições legais para tal.
Protocolo de Assistência Social (Ministério do Género, Criança e Acção Social)		
Em todas as situações de violência, os Serviços Sociais devem trabalhar para apoiar e ajudar as pessoas vulneráveis a tomar as medidas necessárias para se proteger dos abusos que possam resultar em danos significativos para si ou outras pessoas vulneráveis.		
Adultos/crianças	Aplica-se a todos os tipos de violência	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as circunstâncias e as necessidades imediatas das vítimas; • Notificar o caso às autoridades policiais competentes caso a vítima dê entrada no CAI e/ou serviços de Urgência; • Encaminhar a vítima à consulta médica-legal / exame; • Informar a vítima sobre os serviços oficiais e privados de apoio disponíveis na região; • Fazer um registro oficial do caso denunciado; • Discutir um plano de ação inicial e, com a participação activa da vítima, desenvolver um plano de resposta⁵¹; • Os assistentes sociais devem intervir de forma adequada. Qualquer intervenção deve ser baseada na vontade, nas circunstâncias e nas necessidades da vítima. É importante ter em mente que nem todas as vítimas estão preparadas para deixar o ambiente violento e pode haver uma multiplicidade de factores que influenciam a vítima na acção, omissão, decisão ou indecisão. O/a assistente social deve assistir a vítima na análise desses factores de modo que a vítima possa fazer uma escolha informada por ela própria.
Família da Vítima		<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a família sobre a necessidade de apoio que a vítima precisa de obter da família e como esta tem que estar alerta para os sinais de violência e reincidência da violência no ambiente familiar. • Ao identificar tais sinais, a família deve ser aconselhada a apoiar e proteger a vítima, retirando-a deste ambiente violento (com o seu consentimento) e aconselhar a vítima a apresentar queixa contra o agressor. Caso a vítima esteja impossibilitada de prestar a queixa, a família deverá o fazer em seu lugar de forma a salvaguardar a vítima, caso não, deve-se encaminhar o caso aos serviços da Mulher e da Acção social para intervir na resolução do caso em articulação com os outros intervenientes. • A família é um grupo social, natural que governa os membros da família, deste modo, esta deve ser mobilizada a fornecer acolhimento à vítima e prestar o apoio psicossocial, enquanto decorre a resolução do seu caso, e o/a assistente social encarregar-se-á em informar a família sobre a importância deste acolhimento

⁵¹ Necessidades de abrigo (pode ser encaminhada para um CAI, familiares e/ou amigos e vizinhos), fontes de subsistência (necessidade de beneficiar de apoio do INAS e/ou possibilidade de beneficiar de apoio de alguma organização da sociedade civil se não possuir condições próprias para garantir a sua subsistência), reintegração no lar (possibilidade de reconciliação ou necessidade de mudança de residência);

		<p>garantindo o bem-estar social da vítima (incluindo filhos se os tiver). Só em caso de esgotadas as possibilidades de acolhimento no meio familiar (incluindo os casos em que a vítima prefere não recorrer a sua família) é que a vítima será encaminhada a um CAI.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A violência à que a vítima foi sujeita tem repercussões sobre a sua família. O/a assistente social deve prestar apoio psicossocial à esta família, apoiando-a a lidar com o trauma de ter um dos seus membros familiares vitimizados.
Comunidade		<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia/ mobilização social para denúncia dos casos de violência; • Divulgação das leis existentes para a punição dos perpetradores da violência de género; • Divulgação dos direitos humanos; • Discussões na comunidade sobre a violência baseada no género e importância do respeito pela igualdade e equidade de género; • Sensibilização e divulgação dos serviços existentes aos líderes comunitários; • Sensibilização das estruturas de governo locais e comunidade e para a criação de um mecanismo • de denúncia dos casos às autoridades competentes.



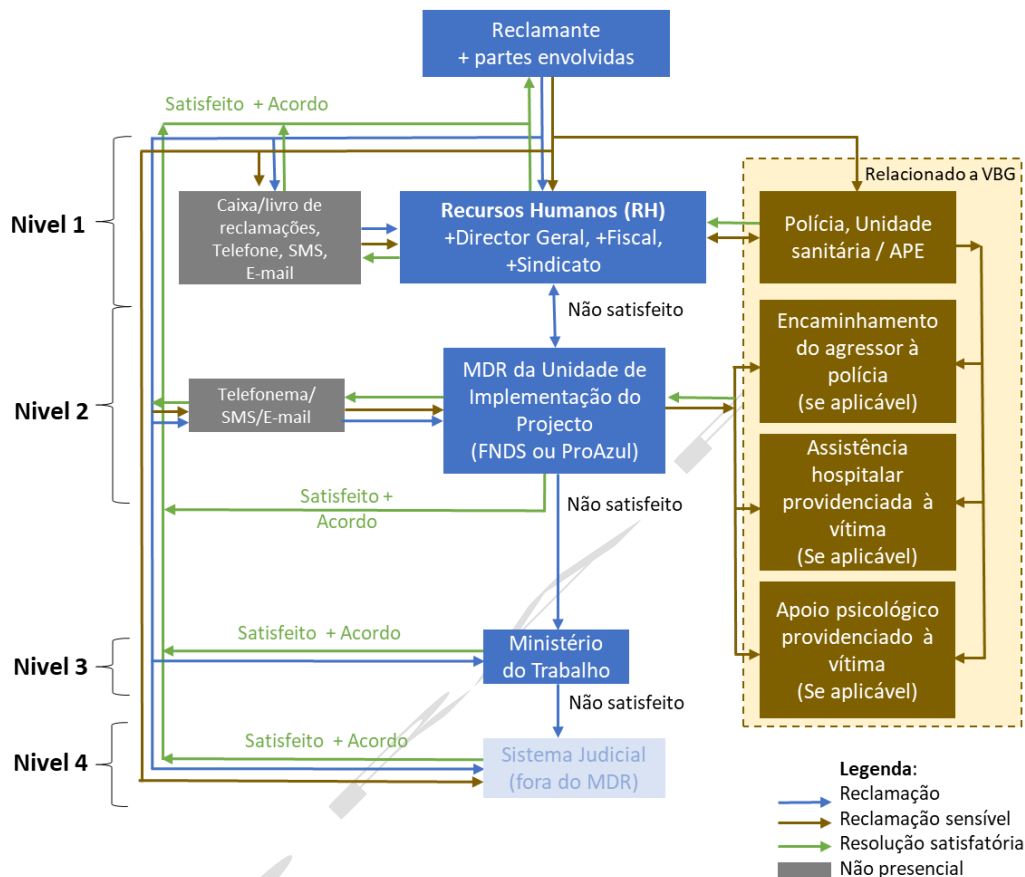
Fonte: Ministério de Género, Criança e Acção Social. Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência.

9.2 Mecanismo de Diálogo e Reclamações do MozNorte

O MDR geral do projecto integra queixas relacionadas com VBG assumindo para tal, os três princípios orientadores fundamentais que devem ser sistematicamente aplicados para responder adequadamente à natureza específica destes casos: confidencialidade, centralidade de

sobrevivência⁵², e segurança de sobrevivência⁵³, o que requer a definição de canais de recepção destas queixas que sejam confiáveis, por parte da vítima. ⁵⁴. Assim, haverá necessidade de capacitar os canais de recepção de reclamações, tanto nas comunidades como nas empresas para que adotem estes princípios, o que deverá ser da responsabilidade da equipa de Género/GBV da UIP do MozNorte.

No caso de empresas envolvidas no Projecto, o departamento/sector de Recursos Humanos (RH) é designado como o departamento nodal para lidar com as reclamações dos funcionários, todavia, o MDR dos trabalhadores deve ser sincronizado com o MDR geral do Projecto, como sugerido no fluxograma e nos níveis de resolução que a seguir se apresenta.



Nível 1 – Qualquer funcionário pode registar a sua queixa, reclamação, sugestão, etc. ao oficial de reclamação designado no sector dos Recursos Humanos (RH) da empresa. A queixa pode ser feita

⁵² Este princípio orientador significa que o foco do processo deve ser "o melhor interesse a curto e longo prazo do sobrevivente" e que "o sobrevivente deve estar no centro" do mecanismo de informação e encaminhamento. (WB. *Grievance Mechanisms for Sexual Exploitation & Sexual Harassment in WB financed Projects*. April 2020)

⁵³ Uma vez que alguns sobreviventes podem estar em risco de sofrer mais danos, é essencial tomar medidas para ajudar a garantir a sua segurança física e psicossocial e a da sua família. A manutenção da confidencialidade de uma queixa é essencial para garantir a segurança de um sobrevivente contra eventuais represálias, especialmente se as alegações puderem conduzir a medidas disciplinares. WB. *Grievance Mechanisms for Sexual Exploitation & Sexual Harassment in WB financed Projects*. April 2020)

fisicamente ou remotamente através dos contactos que devem estar disponíveis e divulgados para o efeito.

Em caso de desconforto em apresentar a queixa ao RH ou na ausência de resposta, o reclamante pode optar por encaminhar ao director geral da empresa (ou seu representante no local) ou ao sindicato dos trabalhadores ou, se aplicável, ao fiscal. Estes deverão providenciar esclarecimentos ao reclamante sobre o assunto em causa, com vista a resolver a reclamação. Reclamações anónimas poderão ser registadas por telefone ou depositadas na caixa de reclamações, devendo para tal apresentarem informações detalhadas⁵⁵ e que permitam o seguimento do caso sem, contudo, expor a vítima, sobretudo em casos ligados a VBG.

Nível 2 – Se a reclamação não for resolvida internamente no Nível 1 a empresa é responsável por providenciar espaço para o queixoso levar o caso directamente ao Nível 3 ou ao Nível 4.

Nível 3 – Na insatisfação da solução promovida pela UIP, o reclamante poderá recorrer ao ministério do trabalho através de suas representações distritais e municipais para fazer a reclamação. Esta irá assegurar que os intervenientes se reúnam para intermediar a solução da reclamação com base na lei do trabalho e instrumentos jurídicos associados.

Nível 4 – Caso não haja solução a nível das representações do ministério do trabalho, a reclamação será transmitida para mediação por um tribunal, de preferência seguindo toda a hierarquia.

O trabalhador ou membro da comunidade tem o direito de submeter a reclamação ao nível que lhe é conveniente, porém, deve incentivar-se a resolução pelo nível 1 através do estabelecimento de abertura à diálogo, paciência em ouvir e explicar cuidadosamente e apresentando rápida resposta e, se for caso, reposição do direito reclamado pelo trabalhador.

Casos ligados a à Violência Baseada no Género (VBG), (incluindo a Violência Contra Criança (VCC), Violência Sexual Baseada no Género (VSBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS), Uniões Prematuras/forçadas, trabalho infantil, trabalho forçado, etc.) as vítimas podem seguir os níveis acima descritos no MDR do Projecto ou da agencia empregadora, ou podem comunicar directo à esquadra da polícia ou à saúde (unidade sanitária ou Agente Polivalente Elementar de saúde - APE), à uma pessoa de confiança⁵⁶ (ex. familiar, amigo, membro da igreja, etc.), ou seguir os níveis acima descritos para o encaminhamento do caso conforme se sentir mais protegida⁵⁷. O recurso às instâncias comunitárias (ex. Líderes, activistas de ONGs/OSCs e OBC) e familiares pode ser uma estratégia viável a ser usada para denunciar casos de VBG nas comunidades.

Se o perpetrador do acto for um trabalhador do Projecto é importante que o caso seja notificado à gestão da empresa e a UIP para que se accionem as devidas penalizações associadas ao plano de acção e código de conduta para prevenção de VBG. Dependendo da gravidade e da prontidão em

⁵⁵ A falta de detalhes nas informações fornecidas pelo reclamante anónimo pode dificultar o seguimento do caso e na identificação do perpetrador ou pode resultar em situações de “queixas falsas” e que resultariam em danos para o Projecto.

⁵⁶ A Legislação Moçambicana (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro, sobre a Violência Doméstica) considera VBG como um crime público onde qualquer pessoa pode fazer a denúncia;

⁵⁷ Os canais de recepção de reclamações sensíveis e relacionadas a VBG serão previamente mapeados pela UIP ao nível do distrito como parte da estratégia de comunicação do Projecto e devem ser previamente preparados e capacitados para receber este tipo de queixa, considerando o grau de confidencialidade e a necessidade de encaminhar as vítimas para instituições de apoio.

denunciar⁵⁸, encaminha-se o agressor a polícia, e a vítima para atendimento hospitalar e psicológico sempre que esses serviços estejam disponíveis.

Os beneficiários/ou pessoas que vivem nos locais do projecto e que sejam vítimas de VBG como resultado da implementação do projecto devem ser conselhas a liberdade de apresentarem a denúncia nos locais onde acharem conveniente, entretanto no caso de a mesma ser feita usando o MDR do projecto, este deverá assegurar a protecção às vítimas e acompanhamento, em coordenação com os provedores de serviços de VBG.

Os afectados podem também enviar reclamações ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se um dano ocorreu como resultado da não-conformidade com suas políticas e procedimentos - para mais informação visite www.inspectionpanel.org.

10. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DE VBG

N r	Acções-chave	Orçamento
Todas as actividades com potencial de risco de VBG (componentes 1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2)		
1	Mapear os actores/provedores de serviços de VBG existentes nos locais de implementação e disponibilizar a informação para os intervenientes do projecto sobre a disponibilidade dos serviços nos 18 distritos do projecto	180,000 USD
2	Treinar Facilitadores comunitários em VBG para monitorarem casos de VBG nas comunidades	350,000 USD
3	Realizar sessões de sensibilização e palestras regulares sobre VBG nas áreas de intervenção do projecto, incluindo as principais Leis ligadas a defesa dos direitos das mulheres, com foco para VBG (incluindo nas escolas)	250,000 USD
4	Divulgar o fluxograma e protocolos de atendimento do mecanismo integrado de atendimento às vítimas de violência durante as sessões de mobilização e sensibilização sobre VBG nas comunidades	
5	Produzir e distribuir materiais de comunicação e informação sobre VBG nas áreas do projecto	
Actividades económicas (sub-componente 1.2; 1.3; 1.4; 1.5)		
6	Implementar a metodologia GALS em agregados seleccionados que fazem parte do projecto	Por definir de acordo com o número das famílias
Monitoria, Avaliação e Aprendizagem e Gestão de conhecimento		
7	Desenhar e implementar um sistema de monitoria do projecto que inclua questões de género e VBG	100,000. USD
8	Realizar encontros anuais de aprendizagem sobre VBG no projecto e documentar as lições aprendidas e boas práticas	150,000 USD
	Total	1,030,000 USD

⁵⁸ Se o caso for de violação sexual por exemplo é crucial que a vítima priorize o sector de saúde para assegurar que as "provas" não se desfazem, incluindo questões ligadas a exposição de ITS (ex HIV);

Referências

CECAGE/UEM (2018): Inquérito sobre Violência contra Mulheres e Raparigas em moçambique-Províncias de Gaza, Sofala e Nampula;

CECAGE/UEM (2019): Estudo exploratório: Promoção da participação efectiva das mulheres e raparigas nos processos de paz, segurança e reabilitação em Moçambique;

Cruz e Klinger (2011): Gender-based violence in the world of work: Overview and selected annotated bibliography.

Meneses (2008): Mulheres submissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Universidade de Coimbra.

MULEIDE (2021): Mapeamento sobre a violência baseada no género no contexto de vulnerabilidade face à emergência em Cabo Delgado, com foco para as mulheres e meninas deslocadas internas;

MADER (2016) Estratégia de Género do Sector Produtivo 2016-2025;

MMAS (2012) Mecanismo Multisectorial Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência;

ONU Mulheres (2020): Avaliação profunda do impacto Idai e Kenneth sobre os assuntos de género;

ONU Mulheres e FNUAP (2020): Avaliação Rápida sobre o Impacto da COVID-19 numa perspectiva de género em Moçambique;

World Bank (2019): Gender Based Violence (GBV)- Mozambique Risk Assessment Portfolio Review

https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en

https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en

World Health Organization (WHO) Covid 19 Questions and Answers. 2020. <http://www.emro.who.int/health-topics/corona-virus/questions-and-answers.html> .

UN Women (2019). Handbook: Addressing violence and harassment against women in the world of work. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/addressing-violence-and-harassment-against-women-in-the-world-of-work-en.pdf?la=en&vs=4050>

ANEXO VIII– PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS



Índice

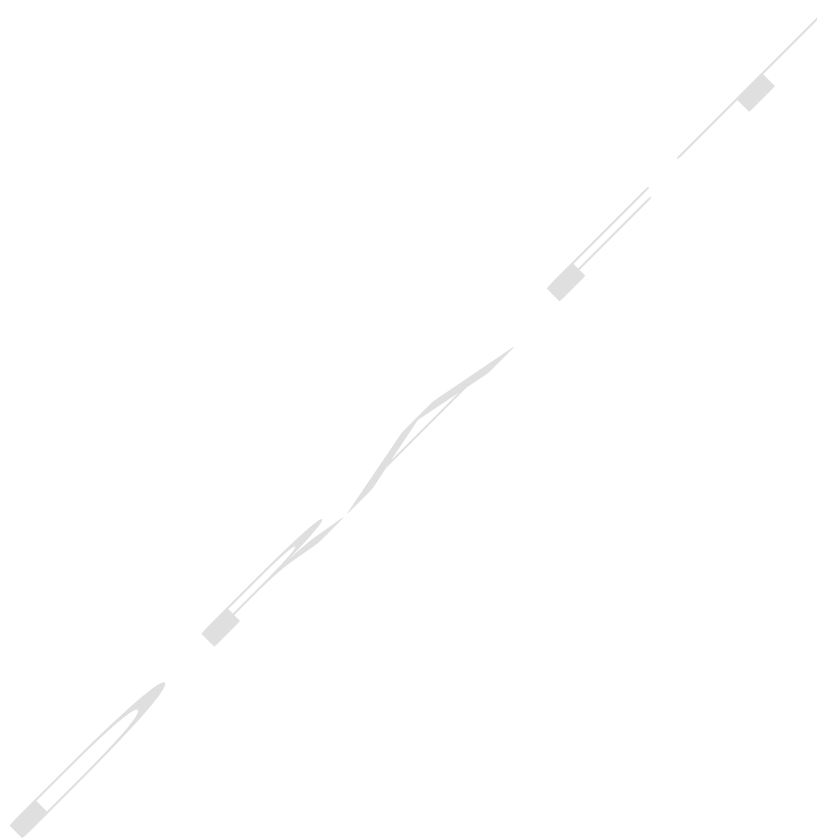
1. Introdução
2. Vulnerabilidade, Eventos Extremos e Instrumentos Orientadores
3. Quadro legal e Planos
4. Condições de resposta e adaptação
5. Arranjo institucional e Mecanismos de Coordenação
6. Acções de Emergência ANTES, DURANTE E APÓS a ocorrência do evento

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

AC	Áreas de Conservação
ACNUR	Agência das Nações Unidas para os Refugiados
ADIN	Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
APAIPS	Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
AQUA	Agência Nacional para a Qualidade e Controlo Ambiental
BIOFUND	Fundo para a Conservação da Biodiversidade
CDD	Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade (Community Demand Driven)
CENOE	Centro Operativo de Emergência do Nível Distrital
CERC	Componente de Resposta a Emergências de Contingência (Contingency Emergency Response Component)
CGRN	Comités de Gestão dos Recursos Naturais
CHFB	Conflito Homem Fauna Bravia
COGECO	Conselho de Gestão Comunitária
CTDGD	Conselho Técnico Distrital de Gestão e Redução do Risco de Desastres
DINAF	Direcção Nacional de Florestas
DNDEL	Direcção Nacional de Desenvolvimento Económico Local
DPADR	Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural
DPEDH	Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano
DPGCAS	Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social
DPIC	Direcção Provincial de Indústria e Comércio
DPMAIP	Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas
DPOPHRH	Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
DPRME	Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DPTA	Direcção Província de Terra e Ambiente
DPTC	Direcção Provincial de Transporte e Comunicação
ECGD	Entidade Coordenadora de Gestão e Redução do Risco de Desastres
ENAMMC	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas
FDDC	Fundo de Desenvolvimento Dirigido pela Demanda da Comunidade (Community Driven Development Fund)
FGC	Fundo de Gestão de Calamidades
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GALS	Sistema de aprendizagem de acção de género (Gender Action Learning System)

GdM	Governo de Moçambique
GEE	Gás de Efeito Estufa
IDP	Deslocados internos, também conhecidos por refugiados internos (internally displaced people)
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
M&A	Monitoria e Avaliação
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MDN	Ministério da Defesa
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MINT	Ministério do Interior
MIP	Manual de Implementação do Projecto
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MISAU	Ministério da Saúde
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MozNorte	Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPS	Mais Peixe Sustentável
MRV	Medição, Relatório e Verificação (Measurement, Reporting and Verification)
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
PACEs	Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes
PAs	Pequenos Agricultores
PCC	Programa Chipanje Cheto
PCR	Poupança e Crédito Rotativos Baseados na Comunidade (community-based savings and credit groups)
PEOT	Plano Especial de Ordenamento Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PLCM	Programa de Liderança na Conservação de Moçambique
PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
ProAzul	Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul
PRE	Plano de Resposta a Emergência
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
REDD	Redução de Emissões Decorrentes da Desflorestação e da degradação de florestas (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation)
REN	Reserva Especial do Niassa
SPADR	Secretaria Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural
SPEDH	Secretaria Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano
SPGCAS	Secretaria Provincial do Género, Criança e Acção Social
SPIC	Secretaria Provincial de Indústria e Comércio
SPMAIP	Secretaria Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas
SPOPHRH	Secretaria Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
SPRME	Secretaria Provincial de Recursos Minerais e Energia
SPS	Secretaria Provincial de Saúde
SPTA	Secretaria Província de Terra e Ambiente

SPTC	Secretaria Provincial de Transporte e Comunicação
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas
SDSMAS	Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
UMF	Unidade de Maneio Florestal
UNAPROC	Unidade Nacional de Protecção Civil
WCS	Wildlife Conservation Society (organização não governamental dedica à protecção da vida e lugares selvagens)



1. INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique (GdM), através do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) e outros parceiros de implementação⁵⁹, está a preparar o Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (adiante denominado "Projecto" ou "MozNorte"), com vista a melhorar a resiliência das comunidades vulneráveis em áreas seleccionadas do Norte de Moçambique, nomeadamente: Niassa (Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula e Sanga); Cabo Delgado (Montepuez, Namuno, Mecufe, Metuge); e Nampula (Memba, Erati, Mecuburi, Ribau, Moma, Larde, Angoche, Mossuril).

O Projecto prevê financiamento do Banco Mundial é constituído por múltiplos pequenos subprojectos, que serão identificados, preparados e implementados durante a implementação do MozNorte nestes 18 distritos.

Sendo Moçambique um dos países com maior vulnerabilidade a riscos climáticos é importante avaliar a vulnerabilidade climática dos distritos abrangidos pelo projecto de forma e orientar a preparação e resposta a eventos climáticos extremos.

Este anexo do Quadro de Gestão Ambiental e Social é o Plano de Resposta a Emergências do MozNorte (adiante designado por "Plano" ou "PRE"), que visa orientar os implementadores do Projecto na preparação e resposta a emergências relacionadas com desastres climáticos. de que forma as entidades responsáveis pelas acções coordenadas de prevenção e protecção, ao nível dos distritos abrangidos, podem responder a possíveis riscos de desastres. Contudo, deve-se deixar claro que o mesmo não substitui o Plano de Contingência elaborado pelos distritos em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD).

2. VULNERABILIDADE, EVENTOS EXTREMOS E INSTRUMENTOS ORIENTADORES

De acordo com a Figura 1, nos últimos 20 anos registaram-se a nível nacional, um aumento significativo de eventos climáticos, sendo que mais da metade destes eventos resultaram em desastres naturais devido a seus impactos negativos, tais como as secas, cheias ou ciclones tropicais. Um exemplo recente destes impactos negativos, foi o caso dramático do ciclone Kennedy em 2019, que com ventos de até 210 km/h, afectaram pouco mais de 35 mil famílias (ONU NEWS, 2019).

⁵⁹ O Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), será a agência de implementação líder, responsável pela coordenação geral da implementação do Projecto enquanto a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) terá uma função incremental de coordenação e extensão nas três províncias do Norte visadas por este projecto. O Fundo de Promoção da Economia Azul (ProAzul) e a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) tutelados respectivamente pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) e Ministério da Terra e Ambiente (MTA) são também entidades de implementação com responsabilidades fiduciárias e de salvaguarda, respectivamente nos sectores de pesca e de conservação.

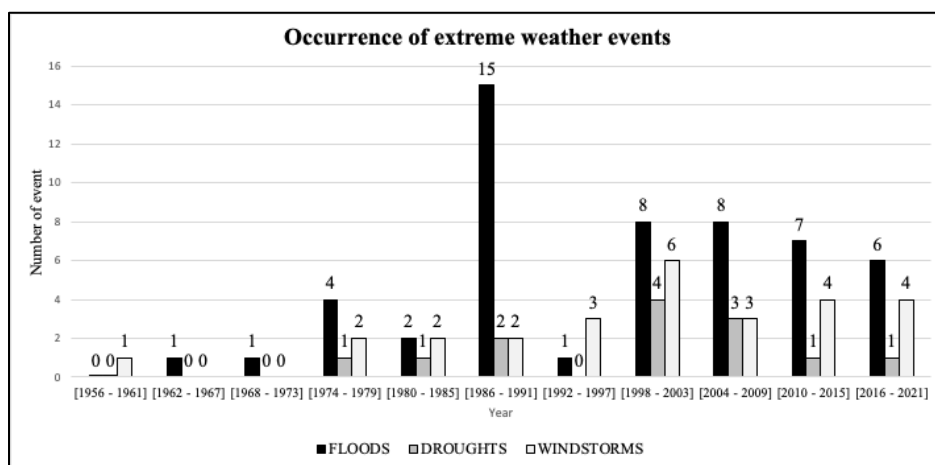


Figura 1 - Frequência dos eventos climáticos extremos em Moçambique, no período 1956-2020 (Adaptado de Buchir, 2021)

Essas constatações, reforçadas pelo aumento da frequência dos eventos climáticos extremos, com magnitudes cada vez mais alarmantes, exigem que o país se posicione num cenário de prontidão, em que as demandas por solução de problemas decorrentes principalmente de chuvas extremas são a principal preocupação para os tomadores de decisão.

Nas figuras seguintes apresenta-se risco climático da região para seca, ciclones e cheias. (Figuras 2a, 2b e 2c), apresentando-se de seguida a síntese dos riscos climáticos para cada um dos distritos abrangidos pelo MozNorte.

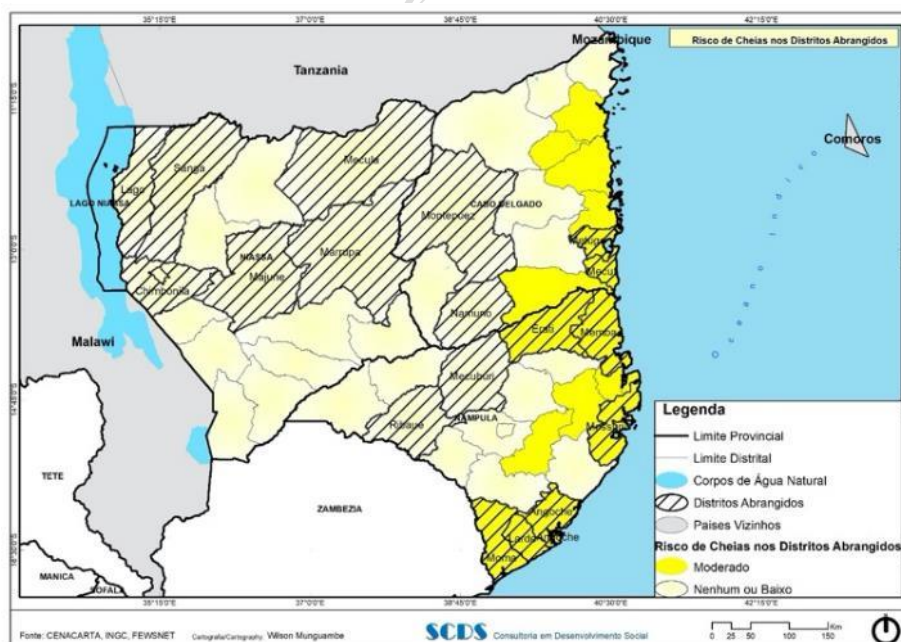


Figura 2a - Risco de ocorrência de cheias nos distritos de intervenção do MozNorte

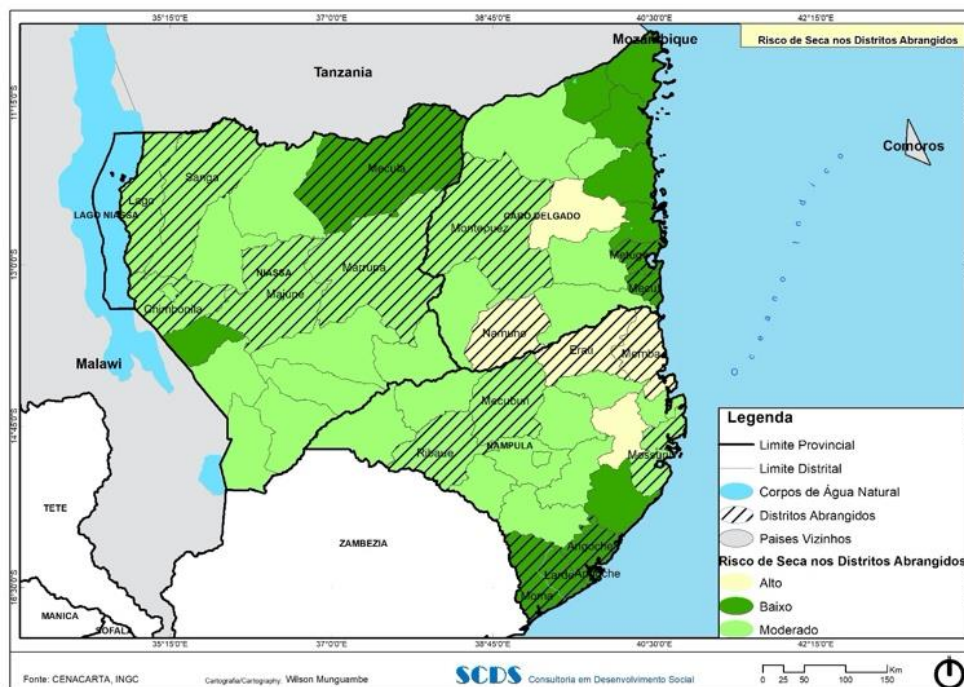


Figura 2b - Risco de ocorrência de secas nos distritos de intervenção do MozNorte

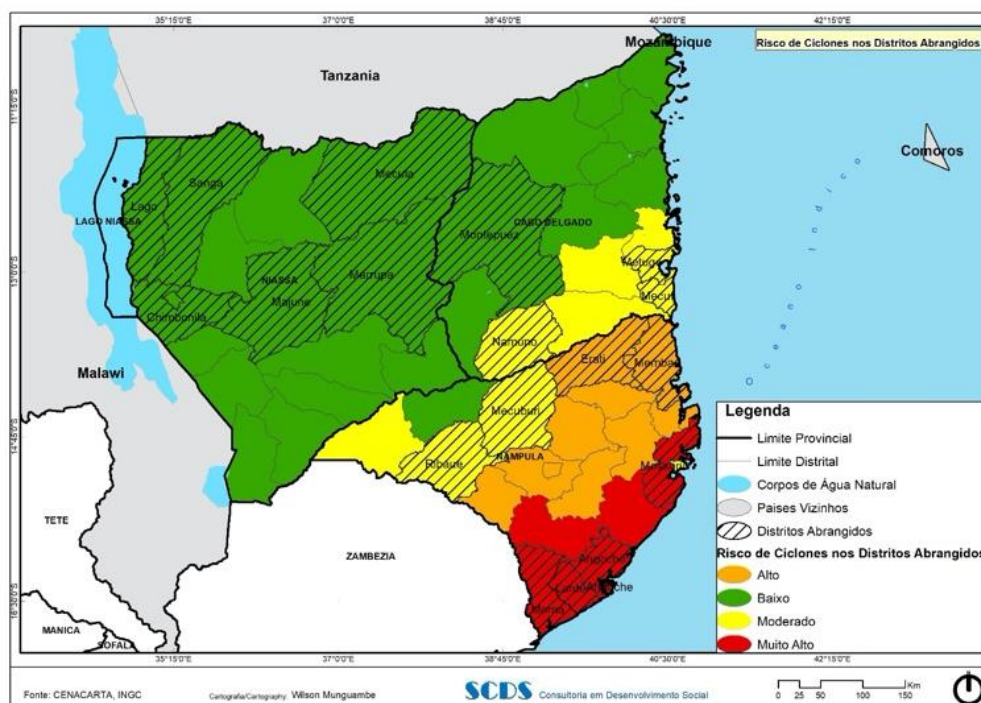


Figura 2c - Risco de ocorrência de ciclones nos distritos de intervenção do MozNorte

Tabela 151: Vulnerabilidade a eventos extremos nas áreas de implementação do projecto

Província	Distrito	Risco de Ciclone	Risco de Cheia	Risco de Seca
Niassa	Chimbonila	Baixo	Baixo	Moderado
	Lago	Baixo	Baixo	Moderado
	Majune	Baixo	Baixo	Moderado
	Marrupa	Baixo	Baixo	Moderado
	Mecula	Baixo	Baixo	Baixo
	Sanga	Baixo	Baixo	Moderado
Cabo Delgado	Mecufi	Moderado	Moderado	Baixo
	Metuge	Moderado	Moderado	Baixo
	Montepuez	Baixo	Baixo	Moderado
	Namuno	Moderado	Baixo	Alto
Nampula	Angoche	Muito alto	Moderado	Baixo
	Eráti	Alto	Moderado	Alto
	Larde	Muito alto	Moderado	Baixo
	Mecuburi	Moderado	Baixo	Moderado
	Memba	Alto	Moderado	Alto
	Moma	Muito alto	Moderado	Baixo
	Mossuril	Muito alto	Moderado	Moderado
	Ribáuè	Moderado	Baixo	Moderado

Conforme se pode verificar, os distritos da Província de Nampula são aqueles que têm maior vulnerabilidade, com destaque para os distritos costeiros. A faixa costeira é a mais fustigada pela acção de ciclones, bem como por cheias. Enquanto a acção dos ciclones é mais abrangente no território, o risco de cheias é condicionado por condições topográficas e pela ocupação do território, em termos de impermeabilização, alteração/ bloqueio da drenagem natural. As áreas baixas adjacentes e a jusante das principais linhas de água serão as áreas de maior risco de cheias.

O INGD tem estado a produzir mapeamentos distritais de riscos a desastres, onde são apresentadas com maior detalhe as zonas de maior risco. À data de preparação deste relatório apenas estão disponíveis mapeamentos distritais para alguns dos distritos cobertos pelo MozNorte, designadamente para os distritos de Moma, Montepuez, Lago, Chimbonila, Marrupa).

3. QUADRO LEGAL, ESTRATÉGIAS E PLANOS

Uma possível exposição a eventos extremos como os acima ilustrados (Figuras 2a, 2b e 2c), levaram o Governo moçambicano a procurar soluções eficazes e de carácter específico, tendo começado com a aprovação da Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (ENAMMC) em 2012 e mais recentemente, em 2020, a aprovação da Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres, definindo claramente as prioridades do país no que concerne a gestão do risco de desastres e adaptação as mudanças climáticas, como preconizado no Plano Quinquenal do Governo (2020-2024).

Adicionalmente existe um quadro legal e outros instrumentos orientadores que cabe ressaltar (Tabela VIII-1).

Tabela VIII-1 - Instrumentos Orientadores

Diplomas legais	Relevância
Lei do Ordenamento Territorial (Lei nº 19/2007) e Regulamento da Lei do Ordenamento Territorial (Decreto N.º 23/2008, de 1 de Junho)	Define os instrumentos de ordenamento territorial e a sua subordinação
Lei das Terras (Lei n.º 19/97) e Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º 66/98, alterado pelo Decreto nº 1/2003)	Define zonas de protecção parcial, relevantes para a adaptação climática
Lei de Gestão e Redução de Risco de Desastres (Lei nº 10/2020) e Regulamento de Gestão e redução de Risco de Desastres (Decreto nº 76/2020)	Preconiza a resiliência climática e define resposta em caso de desastre
Regulamento para Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro (Decreto nº 45/2006)	Estabelece bases legais para a protecção e conservação das áreas que constituem domínio público marítimo, lacustre, fluvial, praias e ecossistemas frágeis.
Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias (Decreto nº 97/2020)	Condiciona actividades e empreendimentos, na zona costeira à sua compatibilidade com Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e Planos Locais de Ordenamento Territorial e Ambiental
Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto nº 54/2015)	Requer a integração do tema mudanças climáticas nos instrumentos de avaliação e gestão de impacto ambiental e social de projectos
Estratégias e planos	
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (2013 – 2025) • Plano Director de Redução de Riscos de Desastres (2017 – 2030) • Plano Nacional de Seca e Desertificação • Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras • Plano de Acção de Combate à Desertificação • Plano de Acção para Prevenção e Controle as Queimadas Descontroladas • Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação as Mudanças Climáticas (2014 – 2025) • Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) • Estratégia Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) • Estratégias de Biocombustíveis, de Energias Renováveis, e da Biomassa • Plano de Adaptação do Sector de Agricultura às Mudanças Climáticas • Estratégia Nacional de Segurança Social Básica • Plano Estratégico do Sector da Meteorologia • Estratégia Nacional e Plano de Acção de Gestão do Mangal em Moçambique • Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) • Planos de Desenvolvimento do Distrito (PDD) 	

- Planos Distritais de Uso de Terra (PDUT)
- **Planos Locais de Adaptação (PLA)**
- **Planos Provinciais de Redução de Risco de Desastres**
- **Planos Distritais de Redução de Risco de Desastres**

No que diz respeito aos instrumentos orientadores, é preciso salientar que nem todos os distritos que se encontram na área de intervenção do projecto possuem Planos Locais de Adaptação e os respectivos Planos de Contingência, que são os instrumentos que numa escala menor, priorizam acções de resiliência a nível local, através da identificação dos riscos, definição da vulnerabilidade e criação de capacidade para fazer frente a possíveis emergências. Para o caso dos Planos Locais de Adaptação têm-se em Niassa (Sanga); Cabo Delgado (Namuno e Metuge) e Nampula (Memba, Moma, Larde, Angoche, Mossuril), sendo que os restantes ainda estão em fase de elaboração. Quanto aos Planos de Contingência, por lei (Lei n.º 15/2014) os distritos devem anualmente preparar os seus respectivos Planos de Contingência, pelo que assume-se que todos, ou, pelo menos, a maioria os distritos da área do Projecto tenham os seus Planos elaborados. Contudo, existe sempre uma necessidade de aprimorar o sistema de gestão de risco de desastres e a adaptação as mudanças climáticas, como forma de projectar um cenário de segurança no uso e aproveitamento dos recursos do Projecto. No âmbito do Projecto MozNorte está prevista a actualização dos Planos Locais de Adaptação, o que constituirá um instrumento de grande utilidade.

4. CONDIÇÕES DE RESPOSTA E ADAPTAÇÃO

De acordo com os eventos que se destacam na área de intervenção, pode-se projectar um cenário de prontidão que especifique acções a serem desempenhadas ANTES, DURANTE e DEPOIS da ocorrência do evento (Tabela VIII 2). No entanto, é preciso sempre primar por exercícios regulares de capacitação simulando situações de emergência, e criar uma capacidade técnica e institucional a altura das possíveis ameaças.

Tabela VIII-2 – Cenário de Prontidão

EXPOSIÇÃO		SENSIBILIDADE	CAPACIDADE ADAPTATIVA	Sector Responsável	Acção
Ameaça/Perigo	Risco	Impacto	Capacidade Técnica/Institucional		
Chuvas acima da média	Inundação/Cheias	Infraestruturas, agricultura, pecuária	Aviso prévio/Rotas de evacuação	Governamental, Não Governamental, Academias e outros	Monitorar, Aviso prévio, Busca e Salvamento, Assistência as vítimas, Restabelecimento
Chuvas abaixo da média	Seca/Estiagem	Agricultura, pecuária	Processo de armazenamento/Retenção		
Ventos fortes	Ciclones/Vendaval	Infraestruturas	Aviso prévio/Rotas de evacuação		
Temperaturas acima da média	Vagas de calor	Agricultura, pecuária, aquacultura	Aviso prévio/Pessoal qualificado		

5. ARRANJO INSTITUCIONAL E MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

O processo de planificação e coordenação nos e entre os diferentes níveis de governação com vista a avaliar, regular e definir acções que resultem na redução dos impactos negativos de possíveis desastres, é uma actividade de carácter permanente e exige uma intervenção multi-sectorial.

O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD)⁶⁰, outrora Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), é a entidade nacional responsável pela direcção e coordenação da gestão de desastres, nomeadamente acções de prevenção e assistência às vítimas dos impactos negativos de eventos extremos, para além das demais ameaças como queimadas, erosão, epidemias e pandemias.

Para o caso concreto do MozNorte, não se pretende alterar o actual mecanismo de coordenação, mas sim trazer mais responsabilidades para os actores locais, isto é, serviços distritais e parceiros de cooperação que actuam localmente. A figura abaixo (Figura 5), ilustra o possível mecanismo de coordenação a nível do Projecto, incluindo a articulação com as autoridades nacionais e locais de gestão de desastres. Consideram-se como sendo possíveis ameaças ao Projecto as secas, cheias, ciclones, queimadas descontroladas, poluição e o aparecimento de algumas epidemias.

Em situação de desastre climático, a Unidade de Implementação do Projecto (UIP) do MozNorte será responsável pela articulação entre as entidades governamentais e os beneficiários do Projecto.

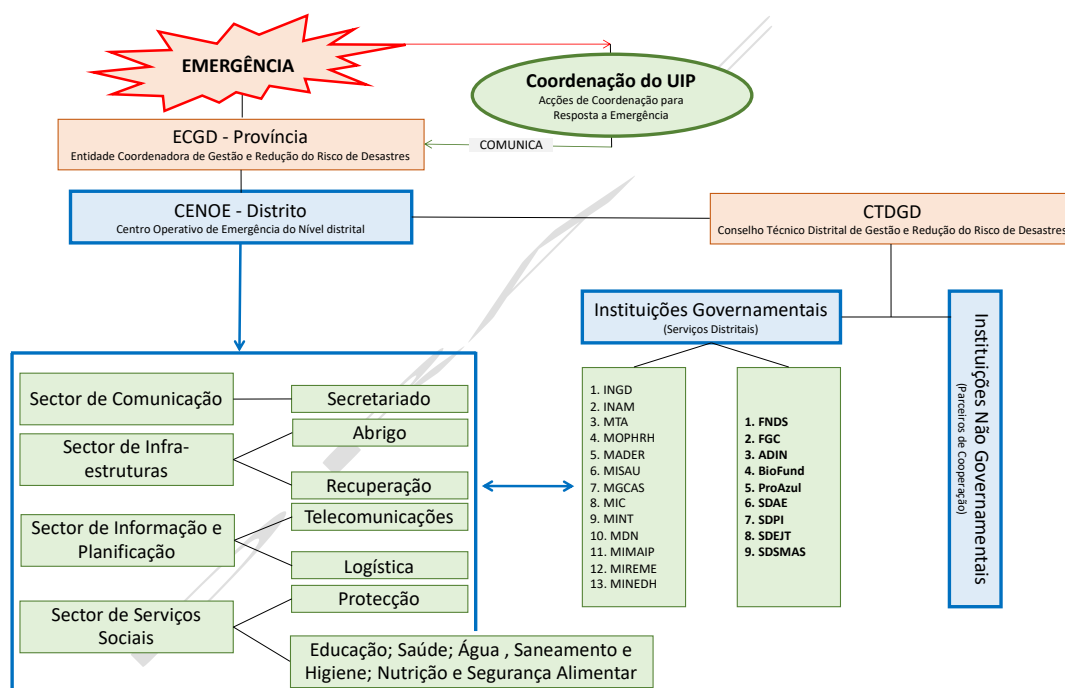


Figura 5 – Mecanismo de coordenação para resposta a emergência nos distritos de intervenção do MozNorte

Neste processo, a pronta reacção da UIP comunicando a ECGD e a CTDGD uma eventual necessidade de resposta de emergência, torna-se crucial, visto que dará tempo as unidades locais para reagir, ao mesmo tempo que ao nível superior se definam estratégias e acções concretas de resposta. Assim sendo, é evidente que o MADER/FNDS através das suas UIP será encarregue de fazer o primeiro contacto, e depois, seguindo os protocolos e níveis de comunicação e intervenção, o processo seguirá o seu curso, dando

⁶⁰ Criado pelo Decreto N. 38/99, de 10 de Junho e alterado pela Lei N. 10/2020 de 23 de Agosto

responsabilidades aos sectores nas suas diferentes etapas de intervenção, como ilustra a [tabela 3](#) abaixo apresentada. Aos demais órgãos que compõem a coordenação e supervisão do MozNorte (FNDS, ADIN, BioFund e ProAzul), cabe o monitoramento das acções em curso e a garantia da existência de fundos suficientes para o sucesso das operações.

O Fundo de Apoio a Emergência que possa garantir o suporte financeiro em caso de desastre. Paralelamente, nas suas diferentes áreas de actuação, o FNDS/UIP deve apoiar os distritos na elaboração e implementação dos seus respectivos Planos Locais de Adaptação e de Contingência. O sucesso dessa colaboração poderá resultar numa redução significativa dos impactos negativos de eventuais desastres.

Na tabela seguinte (Tabela 3) são apresentadas acções de emergência para desastres climáticos, a serem implementadas antes, durante e após a ocorrência, para as diversas instituições e intervenientes, incluindo a UIP.

De referir que existem outros riscos que requerem resposta de emergência que são tratados em outros documentos, designadamente no Procedimento de Gestão de Mão de Obra - PGMO (Anexo X do QGAS).

No PGMO são apresentados procedimentos de resposta para situações de emergência a que os trabalhadores podem estar expostos, tais como atropelamento, derrame de produtos químicos, assistência à vítimas e combate a incêndios.

6. Acções de Emergência ANTES, DURANTE e DEPOIS da Ocorrência do Evento

Tabela VIII-3 – Acções de emergência

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
Instituto Nacional de Gestão de Desastres	CTGD; INAM; SDEJT, DPTC; SPTC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar os Planos de Contingência. 2. Fortalecer os Conselhos de Gestão e Redução do Risco de Desastres. 3. Providenciar sessões de simulação de respostas em caso de emergência. 4. Manter o grupo de resposta a emergência em prontidão. 5. Posicionar o equipamento de resgate. 6. Divulgar nas escolas, os procedimentos em caso de emergência. 7. Fazer o levantamento dos principais eventos extremos da região. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a implementação do Plano de Contingência. 2. Definir as actividades de cada membro do Conselho de Gestão e Redução do Risco de Desastres. 3. Definir o procedimento/acção imediata dependendo da magnitude do evento. 4. Activar o grupo de resposta a emergência. 5. Disponibilizar todo e qualquer equipamento necessário para o resgate. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar o início do processo de reconstrução. 2. Monitorar as actividades de cada sector. 3. Distribuir os kit's de reconstrução, incluindo a cesta básica.
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	CTGD; SDPI; SDSMAS; DPOPHRH; SPOPHRH; DPS; SPS; MDN; MINT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer o levantamento do estado actual das infra-estruturas (estradas, pontes, barragens). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abrir vias de acesso a áreas seguras. 2. Monitorar os níveis dos lençóis freáticos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter as vias de acesso transitáveis. 2. Continuar a monitorar os lençóis freáticos.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
		<ol style="list-style-type: none"> Identificar os potenciais locais para abrigo em caso de emergência. Mobilizar e por em prontidão a associação dos empreiteiros nos diferentes níveis. Construção de gabiões para contenção da erosão. Construção ou campanhas de desobstrução das valas de drenagem perto da época chuvosa. Aumentar a rede de captação de informação hidrológica. 	<ol style="list-style-type: none"> Garantir que haja condições de abrigo nos locais previamente identificados. Coordenar as actividades relacionadas a empreitadas. 	<ol style="list-style-type: none"> Assegurar a qualidade e manutenção das obras desenvolvidas. Divulgar mapas actualizados da abrangência do evento extremo. Disponibilizar serviços básicos de saneamento nas áreas de reassentamento.
Instituto Nacional de Meteorologia	CTGD; SDEJT; SDSMAS; DPTC; SPTC	<ol style="list-style-type: none"> Capacitar técnicos a todos os níveis no monitoramento e interpretação de dados meteorológicos. Desenvolver linguagens simples de interpretação de informação meteorológica. Estabelecer uma base de dados meteorológicos. Divulgar diariamente as previsões meteorológicas 	<ol style="list-style-type: none"> Divulgar em todas redes de comunicação social, informação atempada sobre as condições meteorológicas actuais e o seu estado de evolução. Monitorar e interpretar o estado de evolução dos eventos extremos. 	<ol style="list-style-type: none"> Continuar a monitorar e divulgar as condições meteorológicas da região. Disponibilizar mapas actualizados da abrangência do evento extremo.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
		<p>e condições climáticas de cada região.</p> <p>5. Aumentar a rede de captação de informação meteorológica.</p> <p>6. Divulgar nas escolas o procedimento de interpretação de dados meteorológicos (Aviso Prévio).</p>		
Ministério da Terra e Ambiente	CTGD; SDPI; SDSMAS; DPTA; SPTA; MDN	<p>1. Identificar áreas seguras para o reassentamento.</p> <p>2. Definir as possíveis rotas de evacuação em caso de emergência.</p> <p>3. Fazer o levantamento das zonas vulneráveis a eventos extremos.</p>	<p>1. Abrir campos de reassentamento.</p> <p>2. Disponibilizar o mapeamento das áreas de reassentamento.</p> <p>3. Disponibilizar o mapeamento das rotas de evacuação.</p> <p>4. Catalogar o número de reassentados.</p> <p>5. Disponibilizar o mapeamento das zonas vulneráveis a eventos extremos.</p>	<p>1. Assegura a elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial para as áreas de reassentamento.</p> <p>2. Promover as técnicas básicas de planeamento físico.</p> <p>3. Mobilizar a disponibilidade de serviços básicos nas áreas de reassentamento.</p> <p>4. Promover a recuperação das áreas degradadas.</p>
Ministério do Interior	MINT; MDN	<p>1. Participar dos treinamentos e simulações para casos de emergência.</p> <p>2. Ter um contingente de Homens preparados para responder em caso de emergência.</p>	<p>1. Garantir a ordem e segurança nas áreas de reassentamento.</p> <p>2. Dominar as rotas de evacuação para o melhor direccionamento das populações.</p>	<p>1. Assegurar a tranquilidade pública dentro dos novos bairros.</p> <p>2. Garantir que se estabeleçam postos de policiamento.</p>

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
			3. Flexibilizar o processo de tramitação de produtos para a emergência.	
Ministério da Defesa Nacional	MDN; MINT; UNAPROC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar dos treinamentos e simulações para casos de emergência. 2. Ter um contingente de Homens preparados para responder em caso de emergência. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a disponibilidade de Homens no processo de resgate das vítimas. 2. Garantir a disponibilidade de efectivo para o manuseamento dos equipamentos de busca e salvamento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ter disponível um contingente mínimo de apoio para situações pontuais. 2. Garantir a manutenção dos equipamentos de busca e salvamento.
Ministério da Saúde	CTGD; SDSMAS; SDEJT; DPS; SPS; DPGCAS; SPGCAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar dos treinamentos e simulações para casos de emergência. 2. Ter profissionais preparados para responder em caso de emergência. 3. Ter o levantamento de quantos postos de saúde e profissionais da área existem na região. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorar as condições de saneamento do meio das pessoas afectadas. 2. Garantir assistência médica e medicamentosa as pessoas afectadas. 3. Promover o uso de redes mosquiteiras e água tratada. 4. Fazer a vigilância epidemiológica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a disponibilidade de pessoal qualificado e de medicamentos nas zonas de reassentamento. 2. Garantir que hajam postos de saúde.
Ministério do Género, Criança e Acção Social	CTGD; SDSMAS; SDEJT; DPGCAS; SPGCAS; DPS; SPS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer o levantamento de pessoas em situação de vulnerabilidade. 2. Fazer o monitoramento das famílias vulneráveis. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir e disponibilizar o mapeamento das famílias vulneráveis. 2. Garantir a disponibilidade de cestas básicas as famílias vulneráveis. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilizar um acompanhamento psicológico as pessoas afectadas. 2. Assegurar que as acções de Protecção social cheguem as famílias mais vulneráveis.

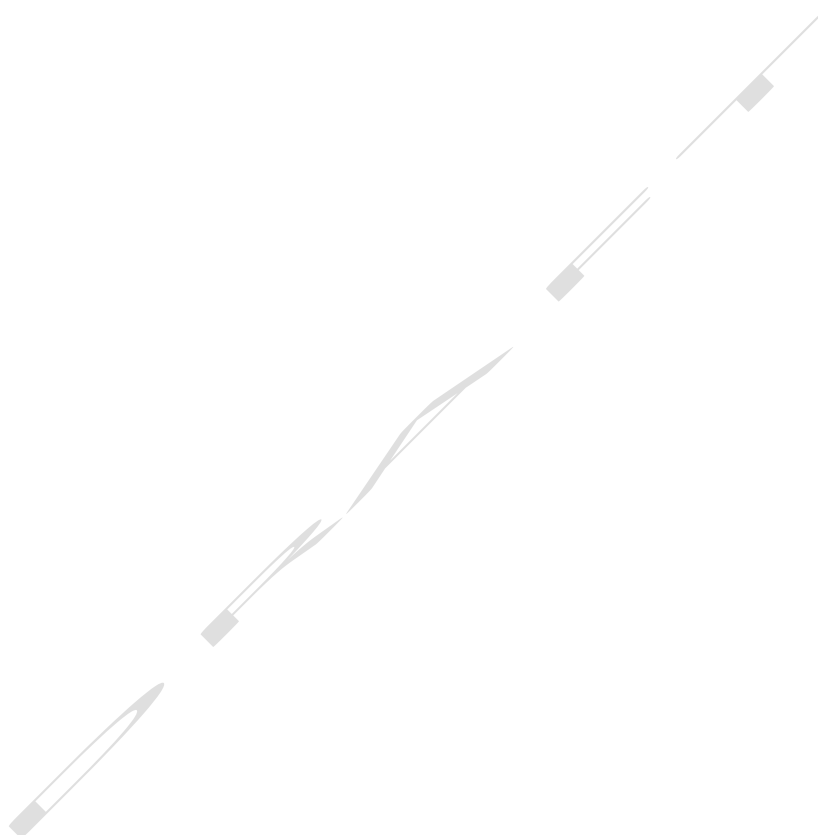
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações distrito)	no	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
			3. Realizar sessões de sensibilização para questões de violação doméstica e divulgação dos Direitos Humanos. 4. Capacitar voluntários para a sensibilização em zonas de risco.	3. Assegurar que haja prioridade no atendimento as pessoas mais vulneráveis. 4. Garantir que haja pessoal especializado para assistir as crianças desamparadas.	3. Assegurar a instalação de estabelecimentos de ensino.
Ministério da Indústria e Comércio	SDAE; DPIC; SPIC		1. Fazer o levantamento dos operadores na região. 2. Criar condições de apoio aos operadores em casos de emergência. 3. Criar locais de produção e armazenamentos de produtos diversos. 4. Ter o levantamento das actividades de risco e propensas a desastres.	1. Garantir que os operadores tenham os seus produtos em condições de comercialização. 2. Garantir que não haja especulação de preços durante o período de emergência. 3. Assegurar a entrada e disponibilidade de produtos de primeira necessidade. 4. Garantir que se respeitem as normas de segurança em casos de acidente.	1. Assegurar a reposição da rede comercial. 2. Assegurar que não haja produtos fora do prazo em comercialização.
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	CTGD; INAM; SDAE; DPMAIP; SPMAIP; DPTC; SPTC		1. Divulgar diariamente a informação meteorológica para a negação marinha. 2. Reforçar a capacidade de monitoramento nas estações de observação.	1. Disponibilizar pessoal qualificado para apoiar as vítimas. 2. Garantir a segurança das embarcações nas docas.	1. Apoiar no processo de retoma a actividade pesqueira. 2. Promover o associativismo entre as famílias afectadas.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
		3. Promover acções alternativas a actividade pesqueira. 4. Fazer palestras de sensibilização para o uso sustentável dos recursos marinhos e pesqueiros. 5. Ter o levantamento de todos os operadores da actividade pesqueira.		
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	INGD; SDAE; SDPF; SDEJT; SDSMAS; DPEDH; SPEDH	1. Ter o levantamento de quantas escolas, alunos e profissionais da área existem na região. 2. Divulgar nas escolas as rotas de evacuação em casos de emergência.	1. Garantir o acesso a informação dentro dos Centros de Acomodação. 2. Criar condições de ensino dentro dos Centro de Acomodação.	1. Garantir que haja estabelecimentos de ensino nas áreas de reassentamento. 2. Garantir a retoma das aulas.
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	INGD; INAM; SDAE; DPTA; SPTA; DPADR; SPADR	1. Controlar as pragas e doenças das plantas. 2. Divulgar o calendário climático sazonal. 3. Identificar culturas tolerantes a eventos extremos. 4. Identificar as áreas propícias para os diferentes tipos de culturas.	1. Disponibilizar insumos agrícolas as pessoas afectadas. 2. Acionar as equipas de combate ao fogo. 3. Disponibilizar pessoal qualificado para assistência as famílias afectadas.	4. Garantir apoio aos pequenos e médios produtores. 5. Promover o associativismo entre as famílias afectadas. 6. Fazer a reposição nos silos. 7. Promover acções de recuperação das áreas degradadas.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações no distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
		5. Fazer o levantamento de áreas propensas as queimadas descontroladas. 6. Investir em silos.		
Governo Provincial e Distrital	INGD; INAM; SD; SDPI; SDAE; SDEJT; SDSMAS	1. Liderar o processo de elaboração dos Planos de contingência. 2. Mobilizar parceiros de cooperação para o período de emergência. 3. Organizar encontros periódicos de monitoramento do estado de prontidão dos diferentes sectores.	1. Coordenar as operações conjuntas nos diferentes níveis. 2. Sensibilizar os operadores de telefonia móvel na divulgação de informação. 3. Divulgar em tempo real o ponto de situação do processo de recuperação.	1. Fazer a avaliação do impacto do evento ocorrido. 2. Elaborar um plano de reconstrução pós-evento. 3. Assegurar que todas as famílias saiam dos centros de acolhimento e se fixem nas zonas de reassentamento.
FNDS/UIP	UIP; ADIN; BioFund; ProAzul	1. Garantir a disponibilização de fundo para eventuais estados de emergência. 2. Promover o processo de elaboração e implementação dos Planos de Contingência e dos Planos Locais de Adaptação. 3. Garantir que os beneficiários do	1. Participar da definição das acções estratégicas de intervenção nas zonas afectadas. 2. Flexibilizar o desembolso de fundos e demais apoios necessários. 3. Monitorar o processo de assistência as vítimas. 4. Auxiliar a transferencia de pessoas e bens (incluindo de pestecidas e alimentos) das	1. Assegurar os todos afectados estejam em zonas de reassentamento. 2. Prestar assistência as vítimas pós evento. 3. Distribuir kits de ajuda com equipamentos e insumos básicos. 4. Promover a elaboração dos Planos de Pormenor nas áreas de reassentamento.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES (Representações distrito)	Acções ANTES da Ocorrência	Acções DURANTE a Ocorrência	Acções DEPOIS da Ocorrência
		<p>MozNorte conheçam as rotas de evacuação e os procedimentos a seguir em caso de desastre.</p> <p>4. Assegurar a disseminação de protocolos de emergência, incluindo contactos relevantes, principalmente nos distritos mais vulneráveis.</p> <p>5. Garantir que sejam identificados e preparados abrigos temporários em casos de cheias, ciclones e outros desastres semelhantes.</p> <p>6. Promover a construção de infra-estruturas resilientes a eventos extremos (vias de acesso e edificações).</p> <p>7. Promover actividades económicas resilientes a eventos climáticos extremos.</p>	<p>zonas de risco para áreas seguras.</p> <p>5. Assegurar o envolvimento de mais parceiros para o processo de reconstrução.</p> <p>6. Orientar aos beneficiários do Projecto a seguirem com as normas e protocolos de emergência.</p> <p>7. Ter técnicos das UIP posicionados nas áreas de implementação do Projecto para pronta resposta.</p> <p>8. Garantir que os investimentos do projecto estejam ou sejam guardados em locais seguros.</p>	<p>5. Prestar assistência técnica as vítimas de modo que estes possam retornar as suas actividades.</p> <p>6. Garantir a manutenção dos equipamentos de busca e salvamento.</p> <p>7. Assegurar a elaboração do Plano de Reconstrução e garantir a implementação do mesmo.</p> <p>8. Instalar temporariamente um gabinete de reconstrução pós-evento.</p> <p>9. Elaborar um relatório sobre as lições aprendidas no processo de resposta a desastres.</p>

ANEXO IX - PROCEDIMIENTO PARA ACHADOS FORTUÍTOS



1. Introdução

O território de Moçambique possui uma diversificada quantidade de recursos que no passado atraiu várias comunidades para o desenvolvimento de diferentes atividades que imperava uma vida sedentária. As evidências deixadas por essas comunidades são, hoje, património cultural inalienável do estado, impondo ao projeto atividades e cuidados específicos quando da realização de obras.

Tal como definido pela Política Ambiental e Social adotada pelo Banco Mundial – o novo Quadro Ambiental e Social, o termo património cultural inclui o património tangível e intangível, caracterizando-se como: (i) património cultural tangível, que inclui moveis ou imoveis, locais, estruturas e recursos naturais e paisagens que tem importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetónica, religiosa, estética ou ainda com outro significado cultural, podendo ser encontrado tanto em áreas urbanas como rurais, em ambientes terrestres, subterrâneos ou aquáticos; (ii) património cultural intangível, que inclui praticas, representações, expressões, conhecimentos, competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais associados, que as comunidades reconheçam como parte do seu património cultural ou ainda transmitidos de geração em geração.

Segundo o QAS, os requisitos da NAS8 – Património Cultural devem ser aplicados a todos os projetos que possam causar riscos ou impactos para o património, em especial, pela realização de atividades de projeto que tenham as seguintes características:

- Implique em escavações, demolições, movimentação de terra, inundação ou outras mudanças do ambiente físico;
- Esteja localizado dentro de uma área legalmente protegida ou zona de proteção legalmente definida; e,
- Esteja localizada em uma área reconhecida como património cultural ou adjacente.

O Projeto MozNorte tem como uma de suas diretrizes a não realização de atividades ou obras em áreas já reconhecidas como património cultural, evitando-se todo e qualquer impacto sobre tais áreas.

Trabalhos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos por diferentes arqueólogos (Adamowicz 1987; Sinclair 1985a, 1986; Duarte 1993; Madiquida 2007, 2015) identificaram, na zona norte de Moçambique, evidencias arqueológicas que resultam da ocupação por diferentes comunidades, que desenvolveram diversificadas actividades como agricultura, domesticação de animais, o comércio a longa distância e fundação de cidades-estado.

O presente documento constitui o procedimento de achados fortuitos integrado no Quadro de Gestão Ambiental e Social do Projecto MozNorte

2. Enquadramento Legal

Segundo a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, Capítulo II, artigo 3, Nº 1, define o património cultural como conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana.

O património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais (móveis e imóveis). Como a nossa análise vai cingir-se sobre os procedimentos para descobertas fortuitas, vamos falar apenas do património cultural material que é constituído de bens culturais móveis e bens culturais imóveis.

Bens culturais imoveis

Os bens culturais imoveis compreendem as seguintes categorias:

a) Monumentos; b) conjuntos; c) locais ou sítios e d) elementos naturais.

Bens culturais moveis

Os bens culturais moveis compreendem as seguintes categorias:

a) Espécimes; b) Elementos arqueológicos; c) Manuscritos antigos; d) Objectos históricos e documentos antigos; e) Objectos etnográficos; f) Obras de arte plásticas; g) Filmes e gravações sonoras e h) Documentos e objectos relacionados com personalidades do movimento de libertação nacional.

Elementos arqueológicos - são todas as evidências e bens materiais moveis e imoveis: ou qualquer traço da existência do homem, que tenha sido detectado ou possa vir a ser detectado à superfície, no subsolo; leito de águas interiores e plataforma continental, a partir das quais se pode extrair informações arqueológicas sobre o passado da Humanidade, sendo protegidos por lei, e só possíveis de serem removidos ou escavados, com recurso a meios científicos e técnicos apropriados e licenciados

pela autoridade competente, incluindo:

- e) objectos produzidos pelo homem, como instrumentos e artefactos de pedra ou ferro, cerâmica, vestígios de adornos em metal, vidro ou osso, vestígios de construções, edifícios e obras, entre outros;
- f) vestígios humanos, antigos cemitérios, jazidas ou locais de enterramento;
- g) vestígios paleontológicos, geológicos e outros vestígios naturais de fauna ou flora, associados aos objectos e vestígios humanos;
- h) outros vestígios que podem auxiliar em questões de datação e esclarecimento.

Pode-se notar que nesta definição de elementos arqueológicos engloba um conjunto bastante vasto de objectos que podem ser encontrados no campo como descobertas fortuitas o que dificultará na sua identificação para quem não tenha o olho treinado para o efeito. É preciso ter em mente que todo elemento arqueológico faz parte do património arqueológico desde que esteja no contexto da estação arqueológica.

O **Decreto 27/94 de 20 de Julho**, Capítulo I artigo 2, paragrafo 3, considera *Descobertas fortuitas* como todos os vestígios materiais e elementos arqueológicos que tenham sido descobertos ocasionalmente, incluindo os que-são detectados em trabalhos de escavação, remoção de terras e outros que não visem directamente a investigação arqueológica. Ainda no Capítulo III artigo 10 do mesmo decreto considera ser obrigatório que:

1. O autor de qualquer descoberta fortuita de elementos arqueológicos, deve comunicar com um prazo de 48 horas a autoridade local, referida no paragrafo 3 do artigo 6 da Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro, que notificará os órgãos competentes do Ministério da Cultura e Turismo, com a maior brevidade possível, e tomar as medidas apropriadas para a protecção dos referidos elementos;
2. Se a descoberta se verificar no decurso de obras que envolvam o uso de meios mecânicos ou de qualquer modo instrumentos que possam pôr em perigo a integridade dos bens descobertos, os trabalhos devem ser suspensos;
3. O autor da descoberta, o titular da propriedade ou das obras onde a descoberta teve lugar, são co-responsáveis pela conservação dos elementos descobertos, competindo aos titulares das obras custear as despesas necessárias para a protecção e acções de arqueologia de salvaguarda que forem determinadas pelas autoridades competentes;
4. Compete a Direcção Nacional do Património Cultural designar, num prazo não superior a trinta dias após receber a notificação, um inspetor para supervisionar as medidas de protecção e elaborar um relatório, até ao máximo de 60 dias após a notificação, com um parecer sobre a importância e

teor dos elementos descobertos e proposta das medidas mais aconselháveis, realizado após prospecções ou escavações «in loco».

Uma das dificuldades inerentes para um procedimento correcto durante a descoberta fortuita é a falta do conhecimento do tipo do material encontrado. Porque mesmo um olho treinado tem determinadas predisposições que lhe não permite ver, ou que lhe truncam, realidade observável. Este fenómeno é principalmente consequência de dois factores:

- ❑ *Cultural* – Resulta do treino ou formação académica da pessoa e as diferenças da cultura material (Paleolítico, Neolítico, Idade do Ferro, Época Romana, etc.);
- ❑ *Físico* – A visão humana adapta-se a um certo tipo de informação, que se denomina por escala ou tamanho. Um pré-historiador poderá passar evidências da época Romana.

Neste pressuposto, torna-se difícil criar um programa de procedimentos para descobertas fortuitas direccionado a uma comunidade que não tem noção de que se trata e que nunca ouviram falar do património cultural, muito menos do património arqueológico. Se na realidade as empresas vêm a necessidade de proteger o património cultural nas áreas onde estão implantadas, como primeiro passo deveriam investir os seus esforços na Educação Patrimonial direccionada para o publico local e, em particular, aos técnicos que estarão a operar no campo. Como escrevem Horta, Grunberg & Monteiro (1999: 6):

(...) Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e colectivo.
(...) O trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo activo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A permanência do arqueólogo licenciado no campo reduz significativamente os impactos negativos que podem afectar o Património Cultural e é responsável na gestão de descobertas fortuitas. Nas tabelas abaixo apresenta-se **Classificação dos critérios de avaliação** e **Matriz de classificação para fornecer uma significância ambiental** onde nota-se elevados impactos negativos quando não são mitigados e ao contrário temos elevados impactos positivos. É de recordar que uma estação arqueológica uma vez destruída é irrecuperável.

O Decreto 27/94 de 20 de Julho no Capitulo V, artigo 12 obriga:

Todos os projectos que impliquem obras de escavação, remoção ou alargamento de terras, ou a remoção de objectos submersos ou soterrados, deverão incluir trabalhos de prospecção arqueológica preliminar e de arqueologia de salvaguarda, na área abrangida pelas obras, devendo incluir para tal efeito no respectivo orçamento uma dotação não inferior a 0,5 por cento do custo total das obras.

3. Suposições

A região norte de Moçambique é caracterizada pela existência de múltiplos recursos naturais como água, diversificada fauna, floresta, silvicultura e matérias-primas (por exemplo granito, quartzo, ferro, ouro, argila, etc.). No passado, a existência de tais recursos, atraiu assentamentos humanos, como é evidenciado pelas estações arqueológicas que foram localizadas nesta região.

Devido às várias limitações (vias de acesso, distância de Maputo à Norte, os conflitos armados, custos de transporte, etc.) a região norte é menos estudada em termos arqueológicos comparativamente com o sul e o centro de Moçambique. No entanto, considerando a geomorfologia, os diferentes ecossistemas (aquáticos e terrestres) e a extensão da área do projeto é provável que as intervenções

propostas pelo projecto possam gerar algum impacto em diferentes estações e elementos arqueológicos desconhecidos de diferentes períodos de ocupação na área do projeto. De facto, trabalhos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos por diferentes arqueólogos (Adamowicz 1987; Sinclair 1985a, 1986; Duarte 1993; Madiquida 2007, 2015) identificaram, na zona norte de Moçambique, evidências arqueológicas que resultam da ocupação por diferentes comunidades, que desenvolveram diversificadas actividades como agricultura, domesticação de animais, o comércio a longa distância e fundação de cidades-estado (ver Anexo IXa). De referir que o número de estações arqueológicas identificadas em cada província deriva essencialmente do esforço empreendido em projectos de investigação realizados em determinadas zonas e não propriamente na riqueza arqueológica da área.

Portanto, é provável que existam mais sítios arqueológicos, do que aquelas que já foram identificados, incluindo nos distritos abrangidos pelo MozNorte.

4. Recomendações

Para melhor abordar questões potenciais relacionadas ao Patrimônio Cultural, impõe-se a realização de um trabalho prévio de levantamento arqueológico, que tem por base:

- Uma triagem preliminar e uma delimitação do escopo dos locais usando o inventário nacional ou recursos da UNESCO, que deverá ser incluída como parte da versão final do QGAS; e, ainda,
- Procedimentos, também incluídos nessa versão do QGAS, para a realização de consulta às partes interessadas para identificação de sítios de patrimônio cultural e avaliação de impacto para todos os investimentos específicos que possam ter valor cultural ou religioso para as comunidades locais.

Se forem identificados impactos potenciais sobre o patrimônio cultural (tanto tangível quanto intangível) próximo ou em qualquer local do projeto, o(s) plano(s) de patrimônio cultural será(ão) desenvolvido(s) de acordo com a NAS8 e com a legislação nacional, incluindo o procedimento de localização por acaso.

No entanto, durante a realização de obras de escavação que impliquem em movimentação de terra ou outras mudanças no ambiente físico, é possível encontrar algum patrimônio cultural previamente desconhecido ainda não identificados. Nesse caso, há um procedimento específico de projeto a ser adotado, e que também será incluído em todos os contratos relacionados com as atividades de construção propostas pelo projeto.

Antes do início das actividades a UIP deverá:

- Identificar actores envolvidos no Património Cultural, coerentes com os requisitos da NAS8 e da legislação nacional;
- Realizar um mapeamento das estações arqueológicas conhecidas nos distritos abrangidos pelo projecto e definir critérios para avaliação de risco de ocorrência de património arqueológico (existência de estações arqueológicas ou condições biofísicas propícias a assentamentos)
- Capacitar a equipa para procedimentos relacionados a descobertas casuais, por arqueólogo contratado para o efeito.

Na triagem dos subprojectos

- Consultar as comunidades locais sobre o eventual conhecimento da importância histórica ou espiritual do local.
- Evitar actividades sobre qualquer activo de valor cultural histórico conhecido;

No caso de movimentações de terras em áreas com maior risco de ocorrência de património arqueológico

- Treinar equipa para identificação de achado com potencial importância arqueológica
- Caso seja algum achado que aparente possa ter importância em termos de património cultural, deverão ser seguidos os seguintes passos:
 - Parar imediatamente todas as actividades na área do achado e envolvente próxima;
 - Vedar a área, assegurando o controlo de acesso e segurança da área/objecto, de modo a impedir danos, furtos ou qualquer outra perturbação, até que as autoridades competentes tomem conta e controlo da situação;
 - Notificar as autoridades competentes locais e/ou nacionais num prazo máximo de 48 horas após o achado;
 - Notificar e informar todos os trabalhadores das medidas de protecção em vigor;
 - No caso de ter havido recolha de objectos/achados, estes deverão ser avaliados por especialista em património cultural e entregues às entidades competentes.

Bibliografia

1. Adamowicz, L. 1987. Projecto "CIPRIANA", 1981-1985, Contribuição para o conhecimento da Arqueologia Entre-Os-Rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 3, 45–144.
2. Duarte, R. T. 1993. *Northern Mozambique in the Swahili World, an Archaeological approach*. Uppsala: Uppsala University.
3. Horta, M. L. P., Grunberg, E. & Monteiro, A. Q. 1999. Guia Básico da Educação Patrimonial. MUSEU IMPERIAL / DEPRON - IPHAN - MINC
4. Madiquida, H. 2007. *The Iron-Using Communities of the Cape Delgado Coast from AD 100*. Uppsala: Uppsala University.
5. - 2015: *Archaeological and Historical Reconstructions of the Foraging and Farming Communities of the Lower Zambezi: From the mid-Holocene to the second Millennium AD*. (Studies in Global Archaeology 21), Uppsala, Sweden
6. Sinclair 1985a. *An Archaeological reconnaissance of Northern Mozambique. Part I: Nampula province. Working papers in African Studies*, 14. Uppsala: Uppsala University.
- 7 - 1986. *An Archaeological reconnaissance of Northern Mozambique. Part I: Nampula province. Working papers in African Studies*, 15. Uppsala: Uppsala University.

Anexo IXa – Estações Arqueológicas em Distritos abrangidos pelo Projecto MozNorte

NIASSA

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA	CODIGO	COORDENADAS		DISTRITO	TIPO DA ESTAÇÃO	ACHADOS
		LATITUDE	LONGITUDE			
NGALUE		12°51.517"S	35°11.902"E	Sanga	Abrigo rochoso	L
MIKUYU		12°43.600"S	34°49.600"E	Lago	Aberto	L
MVUMU		12°44.099"S	34°49.149"E	Lago	Aberto	L
LASSEMBAGUE	1235Dd01	12°51'10"S	35°51'00"E	Sanga	Abrigo rochoso	RpC
MONTE CHONGUE	1335Bb01	13°03'30"S	35°51'00"E	Sanga	Abrigo rochoso	RpC

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA	CODIGO	COORDENADAS		DISTRITO	TIPO DA ESTAÇÃO	ACHADOS
		LATITUDE	LONGITUDE			
AMURALHADO GOMENE	1340Ba	13°10'00"S,	40°20'00"E	Mecufi	Amuralhado	Sw
MATELA	1339Aa	13°05'49"S,	39°01'54"E	Montepuez	Céu aberto	C
BAMBARA CAVE	1338Dc	13°47'96"S	38°34'18"E	Namuno	Abrigo Rochoso	LC

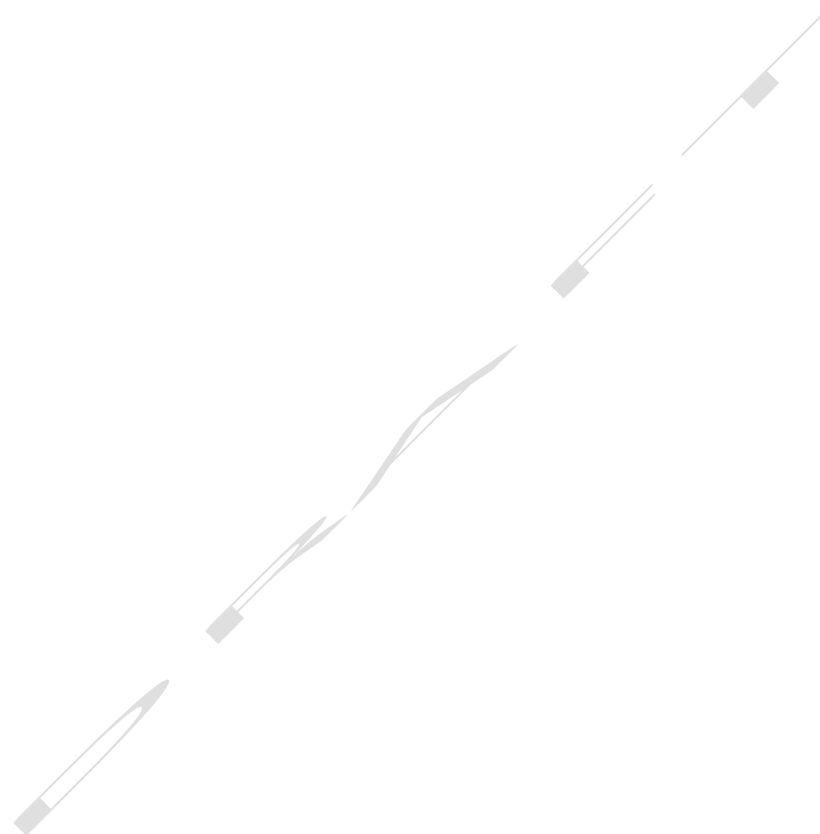
CABO DELGADO

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA	CODIGO	COORDENADAS		DISTRITO	TIPO DA ESTAÇÃO	ACHADOS
		LATITUDE	LONGITUDE			
ANGOCHE 1	1639Bb01	16°15'15"	39°54'30"	Angoche	costa oceanica	CChBK
ANGOCHE 2	1639Bb02	16°15'40"	39°54'40"	Anchoche	montanha	CK
ARMAZIA	1540Ba12	15°07'15"	40°33'30"	Mossuril	costa oceanica	CChBSPK
CABECEIRA G	1540Bb01	15°00'40"	40°46'14"	Mossuril	aberta	CSK
CABECEIRA P	1540Bb02	15°01'15"	40°47'14"	Mossuril	aberta	CSK
CAPULA	1439Bb02	14°11'15"	39°54'25"	Mecuburi	aberta	CK
ELEPA	1440Aa05	14°04'08"	40°08'30"	Erati	montanha	CF
LUMBO 1	1540Ba01	15°01'40"	40°40'25"	Mossuril	costa oceanica	CK
LUMBO 2	1540Ba02	15°01'35"	40°39'30"	Mossuril	costa oceanica	CK
LUMBO 3	1540Ba03	15°02'40"	40°41'14"	Mossuril	costa oceanica	CShK
LUNGA	1540Ba18	15°10'00"	40°30'30"	Mossuril	costa oceanica	CK
LUNGA 1	1540Ba17	15°10'15"	40°30'14"	Mossuril	costa oceanica	CK
MAADJA 1	1439Ad01	14°21'40"	39°21'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CMFK
MAADJA 2	1439Ad02	14°21'08"	39°21'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CF
MAADJA 3	1439Ad03	14°21'35"	39°21'25"	Mecuburi	aberta	CBK
MARIEPULA	1440Aa02	14°00'40"	40°06'30"	Erati	aberta	CFK
MATANO	1440Aa03	14°04'35"	40°11'25"	Erati	montanha	C

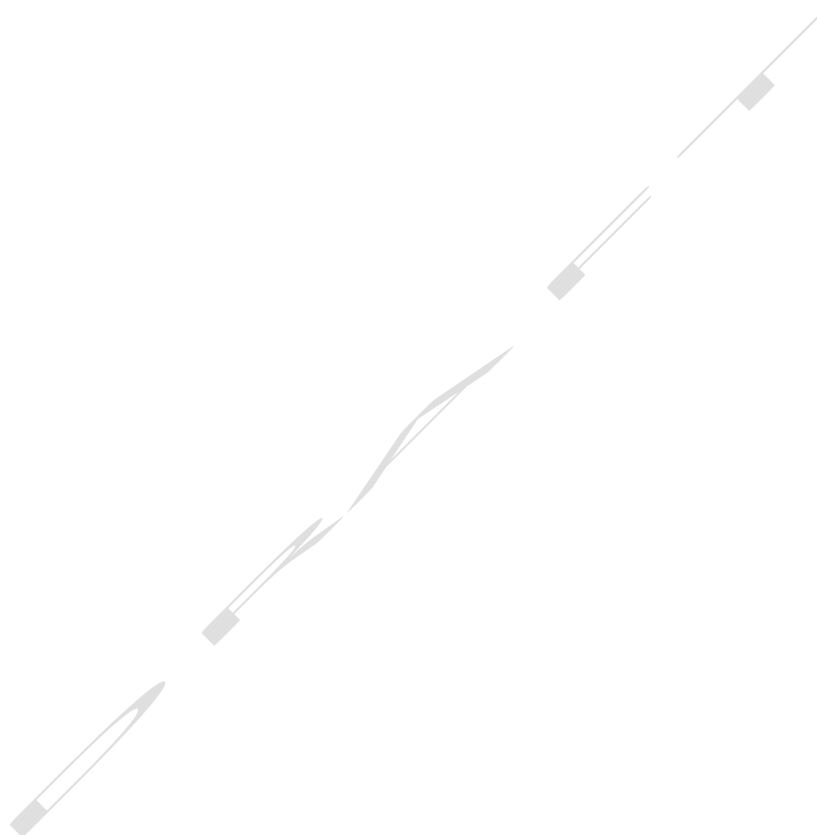
MERRIPA	1440Aa07	14°14'15"	40°12'14"	Erati	montanha	CMF
MONTEPUEZ	1540Ba13	15°07'40"	40°33'14"	Mossuril	costa oceanica	CSK
MUKAJUNI	1540Ba14	15°07'35"	40°32'25"	Mossuril	costa oceanica	CK
MUSE 1	1537Bb01	15°05'15"	37°49'40"	Ribaué	gruta/abrigo	CMChRpSc
MUSE 2	1537Bb02	15°05'15"	37°49'30"	Ribaué	gruta/abrigo	CMCHRPSc
MUSE 3	1537Bb03	15°05'15"	37°49'25"	Ribaué	gruta/abrigo	CF
MWAKONE	1540Ba10	15°07'00"	40°34'30"	Mossuril	montanha	CMChSFK
MWANONA	1540Ba16	15°07'40"	40°31'14"	Mossuril	costa oceanica	C
NAKAROA	1439Bd01	14°23'35"	39°55'25"	Erati	aberta	CMF
OJAWA	1540Ba15	15°07'40"	40°32'30"	Mossuril	costa oceanica	CK
OKURRINE	1437Dd01	14°51'22"	37°47'37"	Ribaué	gruta/abrigo	CMRpK
PT.XICOMA	1440Dd01	14°52'15"	40°45'30"	Mossuril	aberta	CK
RIANE 1	1340Ca01	13°43'18"	40°09'05"	Memba	gruta/abrigo	CMChBSFRp
RIANE 2	1340Ca02	13°44'22"	40°09'08"	Memba	gruta	CM
RIBAUE 1	1438Cd01	14°54'40"	38°19'45"	Ribaué	aberta	M
RIBAUE 2	1438Cd02	14°52'15"	38°18'15"	Ribaué	gruta/abrigo	CMFK
RUTULA	1440Aa06	14°08'40"	40°03'40"	Erati	montanha	CF
SANCUL 1	1540Ba05	15°03'40"	40°41'25"	Mossuril	costa oceanica	CSK
SANCUL 2	1540Ba06	15°04'15"	40°41'30"	Mossuril	costa oceanica	CSK
SANCUL 3	1540Ba07	15°05'35"	40°42'30"	Mossuril	costa oceanica	CK
SANCUL 4	1540Ba08	15°05'40"	40°41'40"	Mossuril	costa oceanica	CSK
SANCUL 5	1540Ba09	15°05'35"	40°34'25"	Mossuril	costa oceanica	CSK

SANHUTE-MESA	1440Dc01	14°46'40"	40°39'25"	Mossuril	aberta	FFu
SAUA	1438Cc01	14°58'10"	38°14'25"	Ribaué	aberta	CMF
TAWARIA	1440Aa04	14°04'40"	40°14'30"	Erati	aberta	CK
TAYIA	1438Db05	14°38'15"	38°51'05"	Mecuburi	gruta/abrigo	CK
TIKINIYA	1440Aa01	14°17'15"	40°11'14"	Erati	aberta	CFSCK
TOTOTO 1	1438Db02	14°43'35"	38°55'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CK
TOTOTO 2	1438Db03	14°43'00"	38°56'22"	Mecuburi	gruta/abrigo	CBK
TOTOTO 3	1438Db04	14°44'40"	38°55'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CFK
USSENE	1440Db03	14°38'15"	40°46'30"	Mossuril	aberta	CF
F.DE LURIO	1340Da01	13°31'48"	40°30'55"	Memba	aberta	CBS
TAWARIA	1440Aa04	14°04'40"	40°14'30"	Erati	aberta	CK
TAYIA	1438Db05	14°38'15"	38°51'05"	Mecuburi	gruta/abrigo	CK
TIKINIYA	1440Aa01	14°17'15"	40°11'14"	Erati	aberta	CFSCK
TOTOTO 1	1438Db02	14°43'35"	38°55'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CK
TOTOTO 2	1438Db03	14°43'00"	38°56'22"	Mecuburi	gruta/abrigo	CBK
TOTOTO 3	1438Db04	14°44'40"	38°55'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CFK
USSENE	1440Db03	14°38'15"	40°46'30"	Mossuril	aberta	CF
XAKOTA	1438Db01	14°35'08"	38°49'25"	Mecuburi	gruta/abrigo	CB
XOKAS	1540Ba11	15°07'40"	40°33'25"	Mossuril	costa oceanica	CSFK

C=ceramica; M=microlitos; L=instrumentos líticos; Ch=carvão; B=ossos; S=caracois ou moluscos; F=ferro; Rp=pinturas rupestres; Fu=fornos; Sc=lugares sagrados; Sw=amuralhados; G=tumolos; P=pollen; K=missang



ANEXO X - PROCEDIMENTO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA



11 Conteúdo

GLOSSÁRIO	2382
1. INTRODUÇÃO.....	2393
1.1. Âmbito e objectivos	2393
1.2. Responsabilidades na implementação do plano	2393
2. SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO DE TRABALHO	2404
3. VISÃO GERAL DO USO DE MÃO DE OBRA NO PROJECTO	2437
3.1. Visão geral	2437
3.2. Estimativa do número de trabalhadores para o projecto	2438
4. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS LIGADOS AO TRABALHADOR	2448
5. REQUISITOS DE GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA	24610
5.1. Termos e condições	24610
5.2. Políticas e procedimentos gerais para o Projecto	24711
5.3. Higiene, saúde e segurança ocupacional	24811
5.4. Livre consentimento e idade de emprego	24812
5.5. Gestão de riscos específicos	25012
5.6. Código de Conduta	25315
5.7. Procedimentos para a mitigação da COVID 19	Error! Bookmark not defined.15
6. MECANISMO DE DIÁLOGO E RECLAMAÇÕES	25417
7. GESTÃO DE EMPRESAS CONTRATADAS.....	25618
8. TRABALHADORES COMUNITÁRIOS.....	25619
9. TRABALHADORES DE FORNECIMENTO PRIMÁRIO	25719
10. PROCEDIMENTOS DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS	25720
Anexo 1.1 - Guia de operacionalização do MDR para trabalhadores	25921
Anexo 1.2 - Procedimentos de Respostas a Situações de Emergência	26123
Anexo 1.3 - Código de Conduta	26527

GLOSSÁRIO

Fornecedores primários	Aqueles que fornecem, de maneira contínua, bens ou materiais essenciais para as principais funções do Projecto.
Funções essenciais do Projecto	Processos de produção e serviços essenciais para uma actividade específica do Projecto, sem os quais o Projecto não pode continuar de forma adequada.
Grupos vulneráveis	Referem-se a indivíduos propensos a ser negativamente afectados pelos impactos do projecto, ou ainda são mais limitados a determinadas acções nos projectos. Os factores limitantes podem ser devido a idade, analfabetismo, sexo, condição física, religião, etc.
Trabalhadores comunitários	Indivíduos empregados ou envolvidos em trabalho comunitário, incluindo quando o trabalho é prestado pela comunidade como uma contribuição para o projecto, ou quando os Projectos são concebidos e executados com o objectivo de incentivar o desenvolvimento impulsionado pela comunidade, proporcionando segurança social ou fornecendo assistência direccionada em situações de fragilidade e afectadas por conflitos. Em virtude da natureza e objectivos, a aplicação de todos os requisitos da NAS 2 pode não ser apropriada, porém, a UIP exigirá que sejam implementadas medidas para verificar se tal trabalho é ou será fornecido de forma voluntária, como resultado de acordo individual ou comunitário. [NAS 2, Parágrafos 3 (d) e 34].
Trabalhadores contratados	Indivíduos empregados ou contratados por intermédio de terceiros (empresas contratadas, subcontratadas, agentes intermediários, etc.) para executar trabalhos relacionados com funções essenciais do Projecto, independentemente do local [NAS 2, Parágrafo 3 (b)].
Trabalhadores de fornecimento primário	Indivíduos empregados ou contratados pelos fornecedores primários da UIP [NAS 2, Parágrafo 3 (c)].
Trabalhadores directos	Indivíduos empregados ou contratados directamente pela UIP para trabalhar especificamente no Projecto [NAS 2, Parágrafo 3 (a)].
Trabalhadores migrantes	Aqueles que migraram de um país a outro ou de uma parte a outra do país, para fins de emprego [NAS 2, Parágrafos 3 (d) e 34].
Trabalho forçado	Qualquer trabalho ou serviço realizado de forma não voluntária, exigido de um indivíduo mediante ameaça de força ou sanção, não será utilizado no Projecto. Esta proibição abrange qualquer tipo de trabalho involuntário ou obrigatório, como escravidão ou acordos semelhantes de contratação de mão de obra. Nenhuma pessoa vítima de tráfico poderá ser empregada em conexão com o Projecto. [NAS 2, Rodapé 107].
Trabalho voluntário (ou não forçado)	Quando executado com o consentimento livre e esclarecido do trabalhador. Esse consentimento deve existir ao longo da relação laboral, e o trabalhador deve ter a possibilidade de revogar o livre consentimento. Em particular, não pode haver “oferta voluntária” sob ameaça ou outras circunstâncias de restrição ou engano. Para avaliar a autenticidade de um consentimento livre e esclarecido, é necessário assegurar que não há restrição externa ou coerção indirecta, seja por um acto das autoridades ou pela prática de um empregador [NAS 2, Parágrafo 20].
Tráfico humano	Recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recepção de pessoas por meio de ameaças ou uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de posição de vulnerabilidade, entrega ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra, para fins de exploração. Mulheres e crianças são particularmente vulneráveis às práticas de tráfico [NAS 2, Rodapé 108].

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique (GdM), através do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) e outros parceiros de implementação⁶¹, está a preparar o Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (adiante denominado "Projecto" ou "MozNorte"), com vista a melhorar a resiliência das comunidades vulneráveis em áreas seleccionadas das três províncias do Norte de Moçambique.

O presente anexo do Quadro de Gestão Ambiental e Social constitui o Procedimento de Gestão de Mão de Obras (PGMO) para o Projecto MozNorte.

O Projecto⁶² compreende quatro componentes: (i) melhoria dos meios de subsistência nas comunidades-alvo, (ii) melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais, (iii) fortalecimento de instituições e políticas e (iv) resposta de emergência agrícola.

1.1. Âmbito e objectivos

Os requisitos enunciados no presente PGMO são aplicáveis ao Projecto MozNorte e serão incorporados nos contractos entre a Unidade de Implementação do Projecto (UIP) e as empresas e indivíduos contratados ou subcontratados para executar quaisquer actividades no contexto do presente Projecto, seja como funcionário directo, provedor de bens e serviços ou como beneficiários de subvenções.

O PGMO é preparado com base na avaliação dos potenciais riscos para a mão de obra e das medidas de gestão associadas, por forma a cumprir a legislação moçambicana e o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) do Banco Mundial, particularmente a norma ambiental e social referente a mão de obra e condições de trabalho (NAS2).

Este documento é dinâmico, podendo ser modificado sobre aprovação (não objecção) do Banco Mundial de acordo com mudanças ou melhor clareza do escopo das actividades, bem como ser customizado (personalizado/adequado) para responder à necessidades específicas (ex. de escritórios, províncias, distritos, empresas) com aprovação da Unidade de implementação do Projecto (UIP). Nos subprojectos aplicáveis, durante a elaboração de Manual de Boas Práticas ou Planos de Gestão Ambiental poderá se customizar igualmente para atender as características e riscos dos subprojectos específicos e fazer constar como anexo do Manual/Plano.

Os objectivos do PGMO, alinhados com a NAS2 são:

- Promover condições de trabalho seguras e saudáveis.
- Promover o tratamento justo, não discriminação e a igualdade de oportunidades.
- Proteger os trabalhadores do Projecto (directos e indirectos) incluindo categorias vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, indivíduos com deficiências, crianças em idade laboral (entre 15 e 18 anos), trabalhadores migrantes.
- Evitar o uso de todas as formas de trabalho forçado e infantil.
- Apoiar os princípios de liberdade de associação e negociação colectiva dos trabalhadores do projecto de maneira compatível com a legislação nacional.
- Fornecer meios acessíveis aos trabalhadores do projecto para levantar preocupações no local de trabalho.

1.2. Responsabilidades na implementação do plano

- UIP: responsável pela gestão geral do projecto e pela contratação e monitoria de consultores e contratadas de forma competitiva. Garante a integração dos códigos de ética, de conduta e o PGMO nos contractos e garante o funcionamento pleno do MDR.
- Departamento de Recursos Humanos da UIP: responsável por todas as relações trabalhistas dos funcionários internos e por apoiar na monitoria das empresas contratadas e subcontratadas.

⁶¹ O Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), será a agência de implementação líder, responsável pela coordenação geral da implementação do Projecto enquanto a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) terá uma função incremental de coordenação e extensão nas três províncias do Norte visadas por este projecto. O Fundo de Promoção da Economia Azul (ProAzul) e a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) tutelados respectivamente pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) e Ministério da Terra e Ambiente (MTA) são também entidades de implementação com responsabilidades fiduciárias e de salvaguarda, respectivamente nos sectores de pesca e de conservação.

⁶² O Projecto está suficientemente detalhado no documento principal do QGAS que inclui: descrição das actividades/componentes do projecto, objectivos, entidades envolvidas, etc.

- Especialista de Salvaguardas da UIP: garante a integração do PGMO nos contractos, treinará e supervisionará as empresas e indivíduos contratados na implementação dos aspectos descritos no presente documento.
- Empresas contratadas e subcontratadas: tem a responsabilidade de cumprir com a legislação nacional, divulgar e garantir a implementação e o cumprimento do PGMO.
- Departamento de Recursos Humanos da contratada: responsável por todas as relações trabalhistas dos seus funcionários, incluindo das empresas subcontratadas, elaboração dos contractos que se adequam a lei do trabalho, garante que todos os trabalhadores no âmbito do projecto assinam o código de conduta e assegura a funcionalidade do MDR.
- Especialista/técnico Ambiental, Social, de Saúde e Segurança da Contratada: responsável pela saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores, treinamentos e cumprimento da legislação moçambicana e do presente PGMO.
- Trabalhador/Beneficiário do Projecto: responsável por cumprir com todas as cláusulas contractuais, do código de conduta e assegurar que as suas actividades não violem os requisitos estabelecidos no presente PGMO.

2. SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO DE TRABALHO

A Legislação moçambicana estabelece as relações jurídicas de trabalho entre o empregador e o trabalhador (também designado por termos e condições) e, as medidas a adoptar sobre Saúde e Segurança Ocupacional. Na tabela abaixo é sintetizado o quadro legal moçambicano aplicável.

Legislação	Descrição	Obrigações
TERMOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO		
Lei do Trabalho Lei nº 23/2007	Esta lei aplica-se às relações jurídicas de trabalho subordinado estabelecidas entre empregadores e trabalhadores nacionais e estrangeiros, de todas as actividades no país.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O empregador e o trabalhador devem respeitar e fazer respeitar as disposições legais, os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, os códigos de conduta e colaborar para a obtenção de elevados níveis de produtividade da empresa. ▪ O trabalhador deve prestar o trabalho com zelo e diligência ▪ O trabalhador deve comparecer ao serviço com pontualidade e assiduidade ▪ O trabalhador deve obedecer ordens legais a instrução do empregador ▪ O trabalhador deve utilizar correctamente os bens e equipamentos de trabalho ▪ O empregador deve respeitar os direitos e garantias do trabalhador. ▪ O empregador deve pagar uma remuneração justa em função da qualidade e quantidade do trabalho prestado ▪ O empregador deve permitir ao trabalhador o exercício de actividade sindical, não o prejudicando pelo exercício de cargos sindicais.
Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado Decreto nº 5/2018	O regulamento aplica-se subsidiariamente, com as necessárias adaptações, ao funcionário e agente do Estado sujeitos a estatuto específico.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em caso de destacamento para outras funções, o regime do destacamento tem duração de 3 anos prorrogáveis uma única vez por igual período, sem prejuízo da duração do mandate, devendo ser sempre no interesse e iniciativa da Administração Publica. Em caso de prorrogação do destacamento é aberta a respectiva vaga no quadro de pessoal. ▪ Todo o funcionário e agente do Estado em regime idêntico de prestação de serviço tem

Legislação		Descrição	Obrigações
			<p>direito a receber vencimento igual por trabalho igual.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O funcionário e agente do Estado deve apresentar-se periodicamente nos pólos de registo para efeitos de prova de vida. ▪ Todos os que tiverem conhecimento de que um funcionário ou agente do Estado praticou infracção disciplinar devem participa-la ao superior hierárquico do arguido. O funcionário ou agente do Estado autor da participação feita de boa-fé não pode ser, de qualquer modo, prejudicado. ▪ O sindicante deve convidar toda a pessoa que tenha razão de queixa ou reclamação contra o regular funcionamento dos serviços sindicados, a apresentar-se a ele ou submeter a queixa por escrito, devendo esta conter os elementos de identificação do queixoso.
Lei do Voluntariado Lei nº 7/2011		A Lei estabelece o regime jurídico do voluntariado e de realização de actividades afins prestadas por pessoa singular ou colectiva, de direito público ou privado, que tenha em vista o interesse público.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O voluntariado não gera vínculo laboral ou afim, mas o prestador pode ser ressarcido junto à entidade promotora, pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho do serviço voluntário. As despesas a serem ressarcidas ao voluntário devem ser comprovadas junto à entidade promotora. ▪ O voluntário deve observar as normas que regulam o funcionamento da entidade promotora na qual presta colaboração e dos respectivos programas ou projectos. ▪ Entre a entidade promotora e o voluntário deve constar a definição do âmbito do serviço voluntário, os critérios de participação nas actividades por ela promovidas, a sua duração, as formas de cessação, e o modo de resolução de conflitos entre a entidade promotora e o voluntário.
Regulamento Inspeção Geral do Trabalho Decreto nº 45/2009	sobre	O regulamento estabelece as regras relativas às actividades de inspecção, no âmbito do controle da legalidade do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O empregador deve cumprir com as exigências. No caso de uma inspecção o empregador deve ajudar a fornecer toda informação necessária para os inspectores.
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL			
Lei do Trabalho Lei nº 23/2007		Esta lei aplica-se às relações jurídicas de trabalho subordinado e inclui dispositivos de protecção da saúde e segurança dos trabalhadores.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O empregador deve fornecer aos seus trabalhadores, boas condições físicas, o trabalho ambiental e moral, informá-los sobre os riscos do seu trabalho e instruí-los sobre o cumprimento adequado das normas de higiene e segurança no trabalho. ▪ O empregador também deve providenciar os primeiros socorros aos trabalhadores em caso de acidente, doença súbita, envenenamento ou indisposição. ▪ O empregador em cooperação com o sindicato, deve informar o órgão competente da administração do trabalho sobre a

Legislação	Descrição	Obrigações
		<p>natureza dos acidentes de trabalho ou doenças profissionais, suas causas e consequências, depois de fazer suas consultas e de registo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O assédio sexual no local de trabalho deverá ser evitado. Deve-se criar um ambiente aberto no local de trabalho e que permita a denúncia dos casos de assédio sexual.
Lei do Voluntariado Lei nº 7/2011	A Lei estabelece o regime jurídico do voluntariado e prevê medidas de protecção da saúde e segurança dos voluntários adscritos a determinada pessoa singular ou colectiva, de direito público ou privado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sempre que as acções praticadas em regime de voluntariado possam perigar a vida ou pôr em causa a integridade física, ou ainda, que possam acarretar eventuais riscos para a pessoa voluntária, as entidades públicas ou privadas promotoras devem providenciar um seguro que cubra a totalidade dos riscos a que o voluntário se encontra exposto. ▪ O voluntário deve exercer o serviço voluntário em condições de segurança, receber da entidade promotora indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias definidas legalmente, em caso de acidentes ou doenças contraídas no exercício do serviço voluntário.
Lei de Protecção dos trabalhadores com HIV/SIDA Lei nº 5/ 2002	Esta lei estabelece os princípios gerais que visam assegurar que todos os empregados e candidatos a emprego não sejam discriminados no local de trabalho ou quando se candidatam a empregos, por estes serem suspeitos ou por terem HIV/SIDA.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É proibida a testagem de HIV/SIDA aos trabalhadores, candidatos a emprego, candidatos para avaliar o treinamento ou candidatos a promoção, a pedido dos empregadores, sem o consentimento do trabalhador ou candidato a emprego. O empregador deverá treinar e reorientar todos os trabalhadores ou candidato a emprego infectados com HIV/SIDA, que sejam capazes de cumprir os seus deveres no trabalho, levando-o para um emprego compatível com as suas capacidades residuais.
Lei de Protecção a Pessoa, Trabalhador ou Candidato ao Emprego vivendo com HIV/SIDA, Lei nº 19/2014 de 27 de Agosto	Estabelece os direitos e deveres das pessoas, trabalhadores ou candidatos a emprego vivendo com HIV/SIDA, incluindo pessoas em risco de contaminação como o pessoal médico.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O acesso a oportunidades de emprego, assim como a integração na empresa deve-se basear no princípio de igualdade e não discriminação aos indivíduos seropositivos. ▪ É dever do empregador assegurar a manutenção da assistência médica do trabalhador com HIV/SIDA. Deverá também criar um programa de combate e prevenção ao HIV/SIDA, assim como implantar normas de saúde e segurança ocupacional que evitem ou diminuam o risco de infecção ocupacional.
Regulamento que Estabelece o Regime Jurídico de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais Decreto nº 62/2013 de 4 de Dezembro	Caracteriza os acidentes de trabalho e doenças profissionais, as responsabilidades dos empregadores e trabalhadores em matéria de saúde e segurança no trabalho; incluindo as instituições competentes em	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O empregador é obrigado a garantir as condições de saúde e segurança ocupacional aos trabalhadores para a prevenção de acidentes de trabalho. Deverá ainda desenvolver acções de treinamento aos trabalhadores sobre as normas de prevenção de acidentes e doenças profissionais na fase de construção e operação do projecto.

Legislação	Descrição	Obrigaçao
	matéria de acidentes e doenças profissionais.	
Regulamento sobre Inspeção Geral do Trabalho Decreto nº 45/2009	O regulamento estabelece as regras relativas às actividades de inspecção, no âmbito do controle da legalidade do trabalho.	▪ O empregador deve cumprir com as exigências. No caso de uma inspecção o empregador deve ajudar a fornecer toda informação necessária para os inspectores.

3. VISÃO GERAL DO USO DE MÃO DE OBRA NO PROJECTO

3.1. Visão geral

As actividades por desenvolver em cada componente do Projecto resumem-se em:

Actividades da Componente 1: *Melhoria dos meios de subsistência nas comunidades-alvo:*

- Treinamento e capacitação comunitária.
- Linhas de financiamento para actividades específicas (infraestruturas, iniciativas inovadoras, campanhas que promovam inclusão e diálogo) para o distrito, comunidades e grupos de interesse.
- Linhas de financiamento para actividades específicas no sector agrícola (aquisição de insumos, equipamentos, serviços de extensão e capacitação de extensionistas).
- Linhas de financiamento para actividades específicas no sector de pesca (MPMEs, pescadores de pequena escala e operadores na área de pescas, aquicultura, protecção e restauração do mangal, construção de um desembarcadouro em Metangula-Lago Niassa).
- Conservação comunitária (mitigação de conflitos homem fauna bravia, criação de associação comunitária para co-gestão das reservas, melhoria dos meios de subsistência das comunidades, etc).

Actividades da Componente 2: *Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais:*

- Fortalecimento institucional da Agência Nacional para a Qualidade e Controle Ambiental, Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte e Ministério da Terra e Ambiente (aquisição de materiais, equipamentos e actividades específicas).
- Melhoria no maneo operacional da Reserva Especial do Niassa, Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeira e Segundas e Parque Nacional das Quirimbas.
- Melhoria da gestão de pescas nas áreas costeiras e no lago Niassa (Melhoramento do licenciamento e registro da pesca artesanal, fortalecimento da capacidade de monitoramento, controle e vigilância das pescas, promoção da co-gestão local das pescas).

Actividades da Componente 3: *Coordenação, gestão e comunicação do projecto:*

- Contratação dos diferentes especialistas para a gestão e coordenação das actividades do projecto
- Comunicação inclusiva e participativa (produção de vídeo, entrevistas, participação em programas nas rádios comunitárias, produção de material para media social, entre outros, em conjunto com os beneficiários)
- Actividades de monitoria (da desflorestação, emissões de gases de efeito estufa, preços, mercados rendimentos na área agrícola, florestas e pesca, etc).

Actividades da Componente 4: *Componente de Resposta a Emergências de Contingência (CERC):*

- Apoio emergencial em áreas seleccionadas no caso de uma potencial necessidade de recuperação face a desastres naturais (insumos, equipamentos, materiais).

3.2. Estimativa do número de trabalhadores para o projecto

A NAS2 do Banco Mundial define quatro categorias de trabalhadores do projecto cujas definições são apresentadas no glossário deste PGM, nomeadamente i. Trabalhadores directos, ii. Trabalhadores contratados, iii. trabalhadores de fornecimento primário e iv. Trabalhadores comunitários.

Actualmente não é conhecido o número exacto de trabalhadores do projecto. Estima-se, no entanto, que o número total de trabalhadores directos a serem contratados para a implementação das actividades do projecto a nível das UIPs

e parceiros directos de implementação esteja entre 450 e 600 trabalhadores. Estes trabalhadores (técnicos ou consultores a serem contratados) irão trabalhar com um número actualmente não conhecido de funcionários dos ministérios interessados no Projecto.

Os funcionários integrados no Projecto pelos ministérios e agências tuteladas em função das áreas específicas, são considerados beneficiários e pessoal de apoio e a equipa de consultores deve fazer a transferência do conhecimento⁶³.

De momento não existe estimativa do número total de trabalhadores contratados, trabalhadores de fornecimento primário e trabalhadores comunitários, no entanto pela tipologia de projecto, prevê-se que as empresas contratadas tenham até 30 trabalhadores, excepto os empreiteiros que poderão ter até 100 trabalhadores.

Aquando da elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Social ou Manual de Boas Práticas do subprojecto ou outros instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais, o presente PGMO será adequado para responder às necessidades específicas do subprojecto e incluído como anexo ao PGAS.

4. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS LIGADOS AO TRABALHADOR

As actividades Projecto MozNorte serão implementadas em 18 distritos das três províncias da região Norte, que se caracterizam por serem rurais, alguns são recônditos com limitações de acessos, outros ainda em áreas de floresta, com fauna bravia. Os ataques armados de insurgentes extremistas que vêm ocorrendo na Província de Cabo Delgado, criam uma situação de insegurança na região, principalmente nos distritos adjacentes às zonas atacadas, mas não só, já que em alguns dos distritos do MozNorte foram identificadas células de insurgentes (entretanto desmanteladas pelas FDM), havendo risco de alastramento dos ataques, principalmente em Mecufi, Mecula, Marrupa, Chimbonila e Pemba. A existência de redes organizadas de comércio ilícito de recursos minerais, drogas e tráfico humano contribuem também para um clima de insegurança, com risco de ataques por operadores furtivos. A pandemia COVID-19 cria risco de exposição ao vírus nas actividades que requeiram maior interacção. Nos distritos costeiros de Nampula, na época chuvosa, há risco de ocorrência de ciclones tropicais, que podem também colocar trabalhadores em situações de risco. Além destes, no local de trabalho e relacionado a ele, os riscos de Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual são prevalentes e eventos raramente reclamados, mas o risco é exacerbado pela natureza competitiva das oportunidades oferecidas pelo Projecto aos beneficiários, a demanda para emprego, e pelo stress de trabalhar em zonas com risco de insegurança.

As actividades compreendem a construção/reabilitação de infraestruturas de pequeno a médio porte, que como referido envolverão empreiteiros com dezenas de trabalhadores e actividades de capacitação comunitária que envolverão provedores de serviços também com dezenas de trabalhadores. Conforme referido serão também envolvidos trabalhadores directos (incluindo 300 facilitadores a serem afectos às comunidades alvo) bem como extensionistas do SDAE, dos distritos abrangidos.

Todos estes trabalhadores, assim como todos os que se deslocarem à área do projecto poderão ser expostos a riscos de:

- Exposição a vectores de doenças (nomeadamente de malária).
- Exposição ao COVID-19⁶⁴ (enquanto a pandemia estiver activa)
- Exposição a ataques por fauna bravia ou animais peçonhentos (incluindo cobras, escorpiões).
- Exposição a ataques armados por insurgentes ou redes organizadas de comércio ilícito
- Exposição a eventos climáticos extremos, em especial ciclones nos distritos costeiros da Província de Nampula, e
- VBG, EAS e Assédio Sexual.

A tabela que se segue apresenta uma estratificação dos trabalhadores do projecto por categoria e avalia os potenciais riscos a que poderão estar expostos.

⁶³ O projecto não prevê nenhuma forma de contratação dos funcionários públicos, a não ser que estejam desligados ou desvinculados do Estado.

⁶⁴ O risco de exposição a COVID-19 e a ataques armados e eventos climáticos extremos está patente em todas as categorias de trabalhadores, devendo se tomar medidas para mitigar o risco de forma generalizada.

Categoria	Subcategoria	Principais riscos
Trabalhadores directos ⁶⁵	Actuais empregados dos ministérios/agências envolvidas na implementação do projecto - são funcionários públicos regidos por legislação específica	<ul style="list-style-type: none"> • Acidentes de viação/aviação nas viagens ao campo. • Trabalho sedentário. • Doenças ocupacionais (ergonómicas).
	Consultores internos e técnicos contratados para apoiar a implementação do Projecto, tanto para a UIP assim como para unidades específicas do ministério a nível central ou provincial	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicam-se os riscos descritos acima. • Doenças ocupacionais associadas ao stress, devido a trabalho sobre pressão e por longas horas • Conflitos entre consultores/técnicos contratados pela UIP e funcionários públicos. • Desvinculações prematuras de consultores que procuram “empregos mais longos”. • Agressões pelas comunidades (insatisfação na implementação de projectos anteriores ou falha na comunicação).
	Trabalhadores dos <u>empreiteiros</u> das obras do projecto	<ul style="list-style-type: none"> • Violação de direitos laborais/trabalhistas básicos (ausência de contracto formal, desrespeito de carga horária, salários atrasados/não pagos, despedimentos sem justa causa/arbitrários, etc). • Envolvimento em Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual. • Acidentes de trabalho (queda, choques eléctricos, atropelamento, choque entre viaturas, contusões, ablação de membros, etc.). • Incidência de trabalho infantil ou forçado • Conflitos e tensões sociais • Trabalho em condições insalubres (ruído, poeiras, calor, chuva, etc.).
	Trabalhadores de empresas de <u>prestação de serviços</u> (consultores para implementar treinamentos específicos, visibilidade do projecto, etc) e <u>organizações não governamentais (ONGs)</u> que fornecerão serviços de parceria e suporte de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicam-se os riscos descritos acima para trabalhadores directos. • Trabalho sedentário • Doenças ocupacionais (ergonómicas)
Trabalhadores contratados	Trabalhadores de pequenas e médias <u>empresas beneficiárias de subvenções do Projecto</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Violação de direitos laborais básicos (ausência de contracto formal, desrespeito de carga horária, salários atrasados/não pagos, despedimentos sem justa causa/arbitrários, etc). • Incidência de trabalho forçado e mão de obra infantil. • Doenças ocupacionais. • Acidentes com equipamentos/maquinas de trabalho

⁶⁵ De forma geral, os riscos internos frequentes para trabalhadores directos em projectos desenvolvidos por entidades governamentais com UIPs são comportamentais:

- Conflitos entre funcionários públicos e consultores internos/técnicos contratados pela UIP - cria impacto negativo ao Projecto devido a:
 - Fraca coordenação - o Projecto pode funcionar de forma isolada (como “ilha”), havendo descontinuidade após o término do financiamento/saída dos consultores.
 - Barreiras às actividades desenvolvidas pelos consultores, de modo a influenciar negativamente no seu desempenho.
 - Pagamento atrasado e intencional de honorários e outras solicitações feitas pelos consultores (ex. de condições para deslocações ao campo) - para os desmotivar.
- A natureza do contracto temporário, cria susceptibilidade de (a) perda de foco no trabalho para procurar outros empregos considerados “mais seguros”; (b) desvinculações prematuras com impacto negativo ao Projecto.

Estes riscos, são geridos com um bom programa de liderança, motivação e capacitação das equipas envolvidas.

Categoria	Subcategoria	Principais riscos
		<ul style="list-style-type: none"> • Aplicam-se os riscos descritos para beneficiários informais e autónomos de “pequenas” subvenções, mas com menor incidência.
	Trabalhadores de empresas de segurança (protecção dos recursos humanos, materiais ou de infraestruturas)	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição a actos de violência (física e verbal). • Trabalhos em ambientes insalubres (exposição ao calor, frio, chuva/humidade). • Aplicam-se os riscos descritos para trabalhadores de pequenas e médias empresas.
Trabalhadores de fornecedores primários	Trabalhadores de <u>fornecedores de equipamentos e consumíveis</u> para as subvenções e para as actividades administrativas do Projecto	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência de acidentes de trabalho (atropelamento, danificação do material a fornecer, choque entre viaturas). •
Trabalhadores comunitários	Trabalhadores informais e autónomos beneficiários de “pequenas” subvenções (inclui seus familiares directos que contribuem na actividade dado que partilham a mesma renda de subsistência, Pequenos Agricultores (PA’s), Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), pescadores).	<ul style="list-style-type: none"> • Afogamento (pescadores). • Queimaduras/incêndio (na manipulação de combustíveis e substâncias inflamáveis durante o uso de barcos a motor ou na lavoura). • Ferimentos ou amputação (nas actividades ligadas a agricultura devido a manuseamento de equipamentos cortantes e penetrantes). • Doenças ocupacionais ergonómicas de Postura (longas horas em posições inadequadas). • Exposição a secreções ou substâncias venenosas (os agricultores podem estar expostos em agro-tóxicos, pesticidas). • Incidência de mão de obra infantil (em actividades ligadas a pesca e agricultura). • Choque térmico (devido a exposição de temperaturas extremas em longos períodos). • Exposição a ataques por fauna bravia (principalmente nas áreas de conservação) e vectores de doenças.
	Trabalhadores voluntários das ONGs, OCBs, dinamizadores comunitários, lideranças locais e líderes religiosos envolvidas em actividades específicas nas comunidades (ligadas a VBG, MDR, inclusão Social, engajamento comunitário, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Choque térmico (devido a exposição à temperaturas extremas e sol intenso ao longo do dia).

5. REQUISITOS DE GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA

11.1 5.1 Termos e condições

Os termos e condições de emprego são regidos pelas disposições da legislação nacional e políticas definidas pela FNDS, ProAzul e BIOFUND. Os funcionários directos do projecto recebem todos os benefícios e direitos sociais exigidos pela legislação nacional (ou seja, horas extras, férias anuais remuneradas, licença por doença, jornada máxima de trabalho, etc.). Esta informação e documentação serão fornecidas no âmbito da contratação e quando ocorrer qualquer alteração aos termos ou condições de emprego.

Os trabalhadores contratados (de ONGs, empresas de construção civil envolvidos no projecto, pequenas e médias empresas beneficiárias de subvenções, etc.) e de fornecimento primário serão regidos pelas disposições da legislação

nacional e pelas políticas internas de cada empregador, as quais devem estar sincronizadas com o PGMO e as políticas do Projecto.

Em caso de rescisão de contracto, os trabalhadores do projecto (trabalhadores directos, contratados e de fornecimento primário) receberão notificação por escrito, bem como detalhes do pagamento ou quando for aplicável, indemnizações em tempo útil, conforme estipulado na lei do trabalho.

Os trabalhadores comunitários (distinguidos neste caso por serem voluntários) são regidos pela lei de voluntariado (lei nº 7/2011 de 11 de Janeiro), e a entidade responsável pelo voluntário deve garantir formações para o cumprimento do presente PGMO e as políticas do projecto, porém, os trabalhadores comunitários geralmente gozam de um estatuto diferenciado das outras categorias de trabalhador como consequência da inexistência de um vínculo laboral: tem menos direitos (ex. salário) e menos deveres (ex. regras de assiduidade). Nalgumas situações o trabalhador comunitário pode representar o projecto (ex. trabalhador de ONG de sensibilização) e aí deve respeitar todas regras do Projecto (ex. código de conduta individual) mas noutras situações estará em representação da comunidade (ex. líder comunitário). Quando representa a comunidade, ainda assim, é recomendável que obedeça as políticas do projecto (ex. passe por treinamentos e assine o código de conduta), porém estes requisitos são mais facultativos que vinculativos.

Todos estas categorias de trabalhadores, sendo directos, trabalhadores contratados ou fornecedores primários ou trabalhadores das comunidades, serão regidos pelas Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial e especificamente NAS 2 sobre a mão de obra e condições de trabalho. No contexto de NAS 2 os riscos principais a gerir através das políticas do Projecto e o Código de Conduta são os seguintes: os riscos de discriminação no recrutamento, supervisão e relações entre trabalhadores, os riscos de trabalho infantil particularmente na área de agricultura onde a participação da criança possa interferir com a sua educação ou ser prejudicial à sua saúde ou ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social são pertinentes para os fornecedores primários. O risco de trabalho esforçado directamente ou indirectamente e de trabalho sem contrato que protege os de estarem impedidos de usufruir das normas laborais fundamentais da OIT está mais focado a nível da comunidade, mas que não se exclui trabalhadores recrutados de outros locais. Nas pequenas obras desenvolvidas sob MozNorte, o risco de exposição de trabalhadores contratados, fornecedores primários e comunitários a riscos de saúde e segurança no trabalho (SST), incluindo riscos específicos nas áreas de trabalho, riscos físicos (tais como maquinaria perigosa), químicos, biológicos e ameaças específicas para as mulheres. Neste Projecto há de considerar riscos de lesões ou a perda de vidas devido à exposição à animais de selvagem. Os trabalhadores contratados e comunitários têm de ter acesso ao MDR.

Ao operar no âmbito do Projecto, todos os trabalhadores endossam e aceitam a legislação nacional, as NAS do Banco Mundial e os requisitos expressos no Código de Conduta fornecido pelo empregador.

11.2 5.2 Políticas e procedimentos gerais para o Projecto

Todos empregadores com mão-de-obra afecta ao Projecto ou subprojecto deverão:

- Conhecer e cumprir as disposições legais relativas a emprego e trabalho, incluído o trabalho infantil, e normas técnicas e regulamentadoras em vigor.
- Conhecer e cumprir os diplomas legais relativos à Saúde e Segurança dos Trabalhadores.
- Ter um departamento, sector ou pessoal responsável por gestão de recursos humanos e relações trabalhistas.
- Documentar e fornecer a cada trabalhador, ao ser contratado, de forma clara e compreensível, as informações relativas aos seus direitos previstos na legislação de trabalho, incluindo os direitos a salários e benefícios.
- Respeitar as condições de acordos colectivos e o direito à organização livre.
- Documentar, divulgar e manter visível para os trabalhadores (em mural/locais estratégicos):
 - Código de conduta
 - Canais de apresentação de queixas laborais e trabalhistas
 - Regulamentos internos ou documentos similares que clarificam: Horário (de entrada, saída e intervalos diários); carga horária semanal e mensal, requisitos para benefício de horas extras, direito a repousos semanais e férias, sanções em vigor (ex. em caso de falta não justificada), etc.
- De acordo com o princípio da igualdade de oportunidades, promoção do género, e no tratamento justo, não fazer e não tolerar discriminação em nenhum dos aspectos da relação trabalhista (recrutamento, contratação, remuneração, condições de trabalho e termos de contratação, treinamento, promoção, rescisão do contracto e disciplina).

- Disponibilizar mecanismo de acesso fácil para reclamações aos trabalhadores e suas organizações, independente de outros recursos jurídicos, para que expressem suas preocupações quanto às condições de trabalho, com garantia de retorno aos reclamantes, sem qualquer retaliação.

11.3 5.3 Higiene, saúde e segurança ocupacional

- Fornecer aos trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, que leve em consideração os riscos inerentes de seu sector em particular e às classes de perigos específicos das áreas de trabalho, incluindo perigos físicos, químicos, biológicos e radiológicos.
- Tomar medidas para prevenir acidentes e doenças resultantes, associadas ou ocorridas durante o curso do trabalho, segundo as boas práticas que incluem: a identificação de perigos potenciais para os trabalhadores, principalmente aqueles que possam ser um risco à vida.
- Disponibilizar medidas preventivas e de protecção, incluindo a modificação, a substituição ou a eliminação de condições ou substâncias perigosas.
- Ministrando treinamento de trabalhadores.
- Documentar e divulgar acidentes, doenças e incidentes ocupacionais.
- Dispor de organização para prevenção, preparação e resposta para emergências.
- Fornecer os Equipamentos de Protecção Individual (EPIs) e Equipamentos de Protecção Colectiva (EPC) inerentes aos riscos das actividades aplicáveis aos riscos inerentes.
- Verificando uso contínuo de EPI e EPC durante os trabalhos.
- Promover campanhas de conscientização/sensibilização sobre o HIV/SIDA, e infecções sexualmente transmissíveis (ITSs) e disponibilizar preservativos gratuitamente para os funcionários, directos e indirectos, das obras
- - Sensibilizar todos os trabalhadores sobre VBG para divulgando os riscos e acções preventivas, formas de apoio e assegurar um mecanismo de reparação de queixas de VBG, plenamente operacional, que responda confidencialmente aos incidentes e utilize uma abordagem centrada na sobrevivência, com normas seguras e éticas de notificação.;
- Manter as melhores condições possíveis que garantam a qualidade de vida e o saneamento nas instalações de apoio aos colaboradores, como as áreas de vivência, refeitórios, sanitários e vestiários no canteiro de obras;
- Contar com água potável em quantidade correspondente ao necessário, bem como, contar com dispositivos de esgotos sanitários, como fossas sépticas,
- Garantir no seu corpo técnico uma equipe especializada em Segurança do Trabalho, observando as directrizes das Normas Técnicas vigentes e riscos inerentes.
- Informar à Contratante e aos órgãos competentes, em cumprimento das normas legais, todos os acidentes, incidentes e fatalidades associados às obras ou que envolvam comunidades locais, cobrindo a segurança dos trabalhadores e do público e fornecendo assistência imediata, de acordo com o que seja necessário, aos acidentados e seus familiares.
- Dispor de equipa de primeiros socorros no local das obras (quando aplicável), com condições necessárias para prover os primeiros socorros aos trabalhadores, de acordo com a legislação em vigor em Moçambique.
- Cumprir com os procedimentos para prevenção do COVID-19 (ver secção 5.4)

Os beneficiários de subvenções beneficiam de treinamento sobre meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, para além de outros benefícios que permitem sustentabilidade ambiental (aumentar a produtividade e ao mesmo tempo menor pressão e poluição sobre os recursos naturais)

11.4 5.4 Procedimentos para a mitigação da COVID 19

Enquanto durar a pandemia da COVID 19, acções de prevenção e controlo deverão ser implementadas em diferentes situações, com a finalidade de garantir a segurança do trabalhador. Estes procedimentos deverão ser implementados em diferentes situações, principalmente:

- Em geral, e em contexto de trabalho
 - Uso obrigatório e correcto das máscaras. A indicação da obrigatoriedade deve estar visível através de cartazes.
 - Incentivar o uso da etiqueta da tosse - cobrir a boca e nariz com o cotovelo flexionado ao tossir ou espirrar (medidas para reduzir a propagação de doenças respiratórias).

- Promover a lavagem frequente das mãos - fornecer um local para lavar as mãos nas instalações (para trabalhadores e visitantes). Se o sabão e a água corrente não estiverem imediatamente disponíveis, fornecer um desinfetante a base de álcool (70% de álcool).
 - Proibir o contacto físico, como apertos de mão, abraços e beijos. Promover formas de cumprimentar as pessoas sem o contacto físico.
 - Desencorajar o contacto dos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas.
 - Desinfectar regularmente os objectos e superfícies frequentemente tocadas.
 - Os colaboradores que estejam saudáveis, mas que tenham um membro da família em casa infectado pela COVID-19, devem notificar o seu supervisor.
 - Todos os trabalhadores devem utilizar a sua própria garrafa de água e evitar partilhar objectos (celular, computadores pessoais, esferográficas, etc).
- Em caso de reunião, consulta pública, ou interações com a comunidade local (em conformidade com o Protocolo do FNDS para prevenção do COVID-19 em actividades comunitárias – ver)
 - Sempre que possível, as reuniões devem ser realizadas remotamente, com recurso a teleconferências.
 - As reuniões presenciais devem obedecer ao número máximo de pessoas estipuladas pelo decreto em vigor sobre a COVID-19 em Moçambique.
 - Sempre que possível, as reuniões presenciais serão realizadas ao ar livre (em ambientes abertos).
 - Praticar o distanciamento físico, mantendo uma distância de pelo menos 1,5 metros entre os participantes. Para reuniões de pequenos grupos, conceber formas de ter reuniões que permitam ao grupo manter o distanciamento social, mas continuar a funcionar como um grupo, por exemplo, arranjos em semicírculo.
 - Deve-se assegurar a utilização correcta de máscaras pelos intervenientes.
 - Encorajar os colaboradores suspeitos de estarem contaminados pela COVID a não comparecer na interacção com a comunidade e reportar imediatamente ao supervisor.
 - Incentivar o uso da etiqueta da tosse.
 - Aconselhar todos (trabalhadores e convidadas) que sejam positivos da COVID-19 para que permaneçam em casa e não compareçam em nenhuma sessão.
 - Em caso de trabalhos que envolvam visitas domiciliárias, devem ser realizadas reuniões do lado exterior da residência. Realizar discussões com um ou apenas alguns membros do agregado familiar.
 - Após a interacção ou reunião com membros da comunidade, conservar os nomes e contactos de todos os participantes durante pelo menos um mês. Isto ajudará a localizar pessoas que possam ter sido expostas à COVID-19 se um ou mais participantes ficarem doentes pouco tempo depois do evento.
 - Em caso de reuniões em lugares fechados, garantir o arejamento natural (abertura das portas e janelas) e obedecer todos os cuidados individuais descritos nos parágrafos anteriores.
- Em casos de existência de casos suspeitos na equipa:
 Para efeitos deste PGMO, os casos suspeitos são aqueles que estiveram em contacto com casos positivos e que apresentam sintomas de COVID 19. Estes devem:
 - Comunicar ao fiscal.
 - Consultar um médico através das linhas telefónicas divulgadas pelo Ministério da Saúde e seguir as recomendações.
 - Permanecer em licença de trabalho autorizada, em casa e em quarentena, mesmo que sinta que os sintomas sejam ligeiros.
 - Monitorar a saúde, incluindo a realização de verificações de temperatura.
 - Cumprir com todas as medidas preventivas e de controlo acima e abaixo descritas.
- Em situação de caso confirmado na equipa.
 - Interromper temporariamente as actividades de toda a equipa enquanto se assegura que não há mais infectados - os membros da equipa devem estar em quarentena seguindo as recomendações da autoridade de saúde. Estes podem trabalhar a partir de casa.
 - Por este motivo, sempre que possível é importante ter várias equipas em que os seus membros não tenham interacções físicas frequentes (por exemplo, diferentes turnos ou equipas para diferentes áreas e actividades),
 - Avaliar o risco (ex. de ser linchado devido a acusação de espalhar doenças na comunidade local) e utilizar uma melhor abordagem para comunicar o mais rapidamente possível comunidade local com quem a equipa teve interacções nos últimos 15 dias - se aplicável.

- As autoridades sanitárias devem ser apoiadas na identificação dos "contactos" que o caso confirmado tenha feito.
- Monitorização e relatórios:
 - Devem ser realizadas pequenas palestras sobre a COVID-19, de modo a colher percepções dos colaboradores, beneficiários sobre os sintomas da COVID-19, mecanismos a serem usados em casos suspeitos, em caso de contacto com um caso confirmado, etc.
 - Contactos de emergência devem estar fixos em locais facilmente visíveis e de fácil acesso.
 - Deve se monitorizar a implementação das medidas acima referidas e o conhecimento da equipa (ex. certificar que os trabalhadores conhecem os passos a seguir em caso de possível contaminação).
- Para comunicar os procedimentos aos trabalhadores/beneficiários
 - Os colaboradores devem ser treinados em medidas de prevenção e controlo da COVID.
 - Deve se reproduzir e fixar informações de boas práticas em locais acessíveis aos trabalhadores, ex. instruindo sobre: lavagem das mãos, como utilizar a máscara, etc.

O FNDS elaborou um Protocolo de COVID-19 (disponível em <https://fnds.infordata.co.mz/biblioteca>) com o objectivo de propor orientações claras para prevenir a contaminação da COVID-19 durante a implementação de subprojectos. Embora o protocolo da COVID-19 tenha sido desenhado originalmente para os projectos da FNDS, é também adoptado por este Projecto (MozNorte), para as actividades geridas pelas agências de implementação (ADIN, FNDS, ProAzul e BIOFUND). Este protocolo está incluído no *Anexo XI do QGAS*.

5.5 Livre consentimento e idade de emprego

É estritamente proibido o trabalho forçado e o emprego de menores de 15 anos a nível das actividades associadas ao Projecto.

É necessário fazer sensibilização sobre condições de trabalho forçado nos grupos potencialmente vulneráveis a este, especialmente comunidades e outras fontes de trabalho local, bem como os empregadores. A sensibilização para os riscos, particularmente em torno do trabalho comunitário, em que a cobrança de taxas de recrutamento aos trabalhadores, a inclusão de mão-de-obra feminina para cumprir quotas estipuladas, que podem ser contra a livre vontade das mulheres envolvidas ou outras práticas deste tipo teriam de ser discutidas abertamente. Serão necessários sistemas para lidar com incidentes de trabalho forçado e para proporcionar soluções, devendo os contratos de fornecimento primário incluir disposições legais sobre a utilização de trabalho infantil/forçado que identifiquem a proibição explícita e o cumprimento dos regulamentos de saúde e segurança ocupacional.

O emprego de menores entre os 15 e os 18 anos de idade em actividades laborais do Projecto é permitido apenas mediante aprovação formal da UIP. O pedido de aprovação deve ser acompanhado de evidências de aprovação do representante legal do menor, bem como da análise de risco que evidencia que o menor não está exposto a trabalhos perigos e a carga horária não irá exceder 38 horas semanais e sete horas diárias.

As instituições que recebem estagiários estão isentas da solicitação de autorização, desde que disponham de contractos de estágio disponíveis para evidenciar de forma rápida em auditorias e monitorias.

Contudo, para trabalhadores directos, o Projecto considera 18 anos como idade mínima para emprego, com base nos requisitos gerais para a provisão de funções públicas.

5.6 Gestão de riscos específicos

Os riscos identificados acima, são geridos com a implementação de medidas de mitigação dos riscos listados abaixo:

Risco	Medidas de gestão
Exposição a COVID-19	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o Protocolo de COVID-19 do FNDS (Anexo XI) ▪ Cumprir com procedimentos de contingência da COVID-19 adequados ao ambiente de trabalho, podendo basear-se nos procedimentos descritos na Secção 11.46-6.
Acidentes de viação/aviação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir o número de viagens e dar preferência a contratação de consultores/empresas de assessoria da área de implementação do projecto.

Risco	Medidas de gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratar mão de obra residente próximo dos locais de intervenção dos subprojectos. ▪ Garantir o envolvimento de entidades locais (órgãos provinciais, distrital, posto administrativo) por forma a garantir a monitoria e o reporte para consultores a nível central. ▪ Providenciar capacitação de funcionários a nível das localidades, postos administrativos e distritos e atribuir poderes rumo a descentralização e desconcentração. ▪ Condução em velocidade moderada, principalmente em condições adversas (noturna, em chuva, estradas em obra/esburacadas).
Exposição a ataques armados (de insurgentes e furtivos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o plano de segurança. ▪ Evitar trabalhos/deslocações em áreas com risco iminente de ataques armados e outras medidas patentes no plano de segurança. ▪ Evitar contacto com operadores furtivos sem devido acompanhamento e protecção.
Exposição a ataques por animais peçonhentos, bravios e vectores de doenças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trajar botas, camisa e calças de cano longo em deslocações ao campo. ▪ Não circular a pé sem prévia autorização. ▪ Seguir os procedimentos das áreas de conservação. ▪ Estar sempre acompanhado por um guia experiente em caso de incursões nas áreas. ▪ Informar-se sobre riscos locais e corredores de animais. ▪ Usar rede mosquiteira.
Agressão aos trabalhadores pelas comunidades locais, derivadas de falha na transmissão de informações ou descontentamento pelo projecto.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consultar e envolver os líderes locais nas actividades com as comunidades abrangidas ▪ Envolver organizações comunitárias sempre que possível. ▪ Divulgar o MDR. ▪ Implementar o PEPI
Conflitos entre consultores internos e funcionários públicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição clara das tarefas e responsabilidades exercidas por cada trabalhador do projecto. ▪ Definição de lideranças para cada componente/subcomponente do projecto. ▪ Treinamentos sistemáticos, motivação e sensibilização aos trabalhadores em temáticas associadas a trabalho em equipe, importância de ambos aprenderem e empreenderem no Projecto, importância dos mais antigos aderirem aos ritmos mais dinâmicos trazidos pelo projecto e da necessidade de se manter um ambiente saudável de trabalho - esses treinamentos devem ocorrer também a nível local - nos distritos e postos administrativos alvos. ▪ Assinatura e cumprimento do código de conduta e código de ética por todos trabalhadores em todos os níveis. ▪ Introdução do MDR para trabalhadores e monitoria regular pelos líderes dos diferentes sectores.
Violação de direitos trabalhistas ou má interpretação dos mesmos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prover explicação (aos trabalhadores) sobre o do tipo de contracto, duração, das cláusulas do contracto, tipo e condições de trabalho a realizar. ▪ Disponibilização de contracto de trabalho, código de conduta, código de ética e estatuto interno no acto da assinatura do contracto. Depois de assinados, uma cópia fica com cada uma das partes. ▪ Qualquer cláusula contratual que viola a legislação vigente é anulada pela respectiva legislação violada. ▪ Formações internas sobre os direitos e deveres dos trabalhadores. ▪ Cumprimento dos termos e condições do trabalho promulgados na legislação moçambicana sobre trabalho e nas políticas do empregador, referentes a carga horária diária (de entrada, saída, intervalos diários); semanal e mensal; requisitos para benefício de horas extras, férias anuais remuneradas, licença por doença, jornada máxima de trabalho, impostos e direito a segurança social (INSS), direito a compensação e indemnizações por acidentes ou outros requisitos aplicáveis, etc.

Risco	Medidas de gestão
Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização e divulgação do MDR para trabalhadores - os canais de apresentação de queixas devem estar fixados em locais visíveis. ▪ Sensibilizações frequentes sobre VBG/EAS e desencorajamento da sua prática visto ser uma violação brutal as políticas do Projecto. ▪ Cumprimento das obrigações do código de conduta e das penalizações no caso de violação do cumprimento. ▪ Disponibilização e divulgação do mecanismo de diálogo e reclamação (MDR) e garantir assistência e resolução de todos os casos relacionados a VBG. ▪ Implementação do plano de acção de violência baseada no género
Contratação de mão de obra infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento da legislação moçambicana no que se refere a formas de contratação de menores em idade laboral⁶⁶. <ul style="list-style-type: none"> ○ Proibição do recrutamento de menores de 15 anos para qualquer tipo de trabalho no Projecto. ○ Proibição da contratação de menores em idade laboral (entre 15 e 18 anos de idade) sem a aprovação dos responsáveis do menor e do projecto. ▪ Capacitação sobre questões relacionados ao trabalho infantil e violência contra criança (VCC) e o seu desencorajamento. ▪ Capacitação dos funcionários (trabalhadores directos, contractados, comunitários e de fornecimento directo) para que não se envolvam e não promovam o trabalho infantil. ▪ Disponibilização e divulgação do código de conduta e explicação do mesmo sobre sanções para casos de uso de mão de obra infantil.
Incidência de trabalho forçado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proibição estrita do trabalho forçado ou acções que levam ao trabalho forçado. ▪ Disponibilização de MDR para encaminhamento de casos de trabalho forçado. ▪ Disponibilização de contractos escritos com todos os trabalhadores em todos os níveis (incluindo trabalhadores temporários), definindo tarefas, responsabilidades, duração do contracto, horas de trabalho, salário e outros aspectos relevantes.
Ocorrência de acidentes de trabalho (doenças ocupacionais, Risco de afogamento, queimaduras/incêndio, ablação, Problemas de Postura, contusões, Distensões musculares, etc)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No âmbito da contratação, os trabalhadores directos e contractados devem apresentar os exames médicos e a contratante deve dispor de registro médico de cada colaborador. ▪ Substâncias inflamáveis devem ser mantidas em local protegido do calor e de qualquer fonte de ignição, em áreas de acesso restrito e com sinaléticas de proibição de fumar. ▪ Devem ser garantidas formações e capacitações em diferentes níveis sobre o manuseio de substâncias, equipamentos e materiais perigosos. ▪ Devem ser realizadas formações (com os corpos de bombeiro) sobre prestação de primeiros socorros e a identificação de responsável em prestar os primeiros socorros. ▪ Implementação de código de conduta (proibição de uso ou consumo de álcool, drogas ou outras substâncias, acções ilegais, comportamento irresponsável e falta de cuidado no local de trabalho). ▪ Observância da carga horária máxima consentida pela lei. ▪ Devem ser feitos treinamentos sobre saúde e segurança aos trabalhadores, incluindo identificação de riscos climáticos para a pesca. ▪ Os trabalhadores devem dispor de equipamentos de protecção individual (EPI) adequados às suas actividades e aos principais riscos associados. ▪ Os trabalhadores devem ser treinados a fazer a manutenção adequada do EPI, limpando os sujos e substituindo os danificados (o empregador deve atribuir). ▪ Assegurar que áreas em obra ou com algum outro risco ocupacional, estejam vedadas à entrada de pessoas não autorizadas e não treinadas/induzidas.

⁶⁶ Estágios académicos e trabalhos voluntários por curtas horas (ex em palestras de sensibilização) não se enquadram nesta categoria.

Risco	Medidas de gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a organização dos materiais ou equipamentos por forma a que não apresentem riscos para o trabalhador. ▪ Os operadores de maquinarias e equipamentos a motor devem receber formação sobre o uso do equipamento e riscos de acidentes associados. Os já formados devem evidenciar experiência e profissionalismo no acto da contratação. ▪ Devem ser adoptadas medidas de prevenção e resposta a acidentes adequando as condições locais.
Exposição a ruídos intensos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de treinamentos e sensibilização sobre os riscos que advém do ruído prolongado. ▪ Distribuir equipamentos de protecção adequados para o risco ▪ Garantir a fiscalização.
Exposição a secreções ou substâncias venenosas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve se evitar o uso de produtos químicos sem o devido acompanhamento/treinamento por especialistas. ▪ Caso seja necessário à sua utilização, deve-se controlar a segurança das entregas das substâncias perigosos, o armazenamento, transporte, utilização e eliminação. ▪ Garantir o fornecimento de EPIs adequados para a tarefa e ao produto por manusear. ▪ Treinar aos manuseadores sobre a ficha de segurança de produto químico que apresenta os cuidados e regras no transporte, armazenamento, em caso de acidente, etc.
Incidência da prostituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os trabalhadores devem ser sensibilizados a não apoiarem/submeterem-se a prostituição, sobre risco de serem acusados de envolvimento em acto não consentido por vingança. ▪ Cumprimento do código de conduta.
Disseminação de doenças transmissíveis (ITSS, HIV/SIDA, etc)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização dos trabalhadores a submeterem-se a testes voluntários de HIV. ▪ Sensibilizar os trabalhadores sobre a necessidade de tratamento das ITSS na sua fase inicial, de forma a minimizar o risco de infecção por HIV. ▪ Disponibilização ou distribuição gratuita dos preservativos.
Influxo de trabalhadores, que podem ocasionar conflitos e tensões sociais derivada da competição pelo acesso ao trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os trabalhadores locais deverão ter prioridade, principalmente do sexo feminino. ▪ O processo de recrutamento deve ser transparente, efectuado em coordenação com os órgãos locais.

5.7 Código de Conduta

Um código de conduta para trabalhadores e empregadores deve ser elaborado para o Projecto, onde deverá enfatizar as questões trabalhistas, de Saúde e Segurança, questões ambientais e sociais, incluindo a violência baseada no género (VBG) e a violência contra crianças (VCC). As obrigações do código devem ser aplicadas a todos os trabalhadores do Projecto.

O Código de Conduta deve ser um documento resumido, escrito em linguagem simples. Deverá estar disponível em português⁶⁷ e, se aplicável, em inglês, e deverá ser explicado oralmente ao trabalhador nos idiomas locais da região do subprojecto antes da sua assinatura. Será também tema de debate nas sessões de treinamento/capacitação interna promovidas pelo empregador.

Um conjunto de Códigos de Conduta para o empregador/empresa, para os gestores da empresa e para os trabalhadores/voluntários individuais é apresentado no [Anexo 1.3](#). O código individual deve ser assinado por cada trabalhador, preferencialmente na assinatura do contracto, e mantida uma cópia por ambas partes (trabalhador e empregador). No caso de trabalhadores contratados antes do projecto, estes devem assinar na fase de planificação e mobilização do subprojecto, ou seja, antes do início das actividades práticas no âmbito do Projecto.

⁶⁷ Geralmente, quem sabe ler nas línguas vernaculares também o sabe na língua portuguesa pois está última é o idioma com que se aprende a ler.

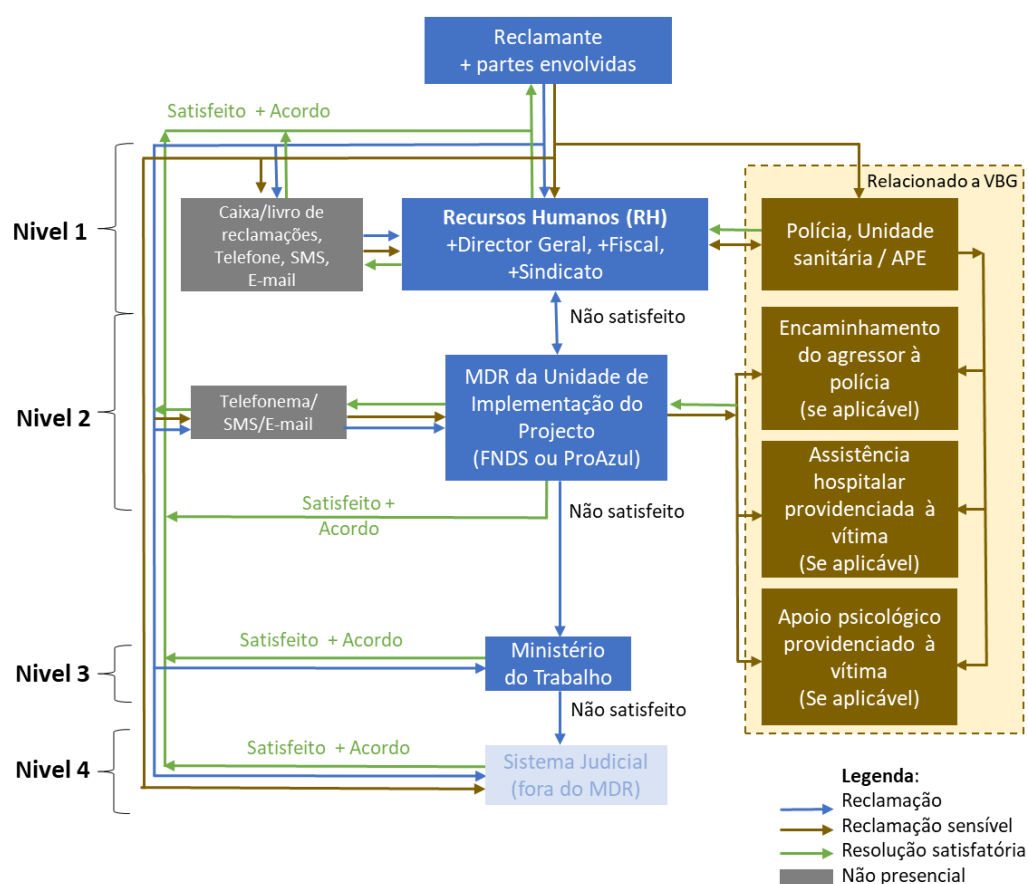
Ao assinar o código de conduta, confirmam que eles:

- Receberam uma cópia do Código;
- Tiveram uma explicação sobre o Código;
- Reconhecem que a adesão a este Código de Conduta é uma condição de trabalho no projecto; e
- Reconhecem que as violações do Código podem resultar em graves consequências, até e inclusive a demissão, ou encaminhamento às autoridades legais.

12 MECANISMO DE DIÁLOGO E RECLAMAÇÕES

Todas empresas com trabalhadores envolvidos no Projecto deverão dispor de um Mecanismo de Diálogo e Reclamações (MDR) interno para os seus trabalhadores baseado nos princípios que a seguir se apresentam. O [Anexo 1.1](#) apresenta um guia de operacionalização do MDR.

O departamento/sector de Recursos Humanos (RH) é designado como o departamento nodal para lidar com as reclamações dos funcionários, todavia, o MDR dos trabalhadores deve ser sincronizado com o MDR geral do Projecto, como sugerido no fluxograma e nos níveis de resolução que a seguir se apresenta.



Nível 1 – Qualquer funcionário pode registar a sua queixa, reclamação, sugestão, etc. ao oficial de reclamação designado no sector dos Recursos Humanos (RH) da empresa. A queixa pode ser feita fisicamente ou remotamente através dos contactos que devem estar disponíveis e divulgados para o efeito.

Em caso de desconforto em apresentar a queixa ao RH ou na ausência de resposta, o reclamante pode optar por encaminhar ao director geral da empresa (ou seu representante no local) ou ao sindicato dos trabalhadores ou, se aplicável, ao fiscal. Estes deverão providenciar esclarecimentos ao reclamante sobre o assunto em causa, com vista a resolver a reclamação. Reclamações anónimas poderão ser registadas por telefone ou depositadas na caixa de reclamações, devendo para tal apresentarem informações detalhadas⁶⁸ e que permitam o seguimento do caso.

⁶⁸ A falta de detalhes nas informações fornecidas pelo reclamante anónimo pode dificultar o seguimento do caso e na identificação do perpetrador ou pode resultar em situações de “queixas falsas” e que resultariam em danos para o Projecto.

Nível 2 – Se a reclamação não for resolvida internamente no Nível 1 a empresa é responsável por providenciar espaço para o queixoso levar o caso directamente ao Nível 3 ou ao Nível 4.

Se a queixa envolver terceiros ou questões de conformidade com as normas internacionais do trabalho, que não estejam bem cobertas pelo quadro legal moçambicano, tais como o trabalho forçado, o reclamante poderá submeter à Unidade de Implementação do Projecto (UIP) para definir devida solução. O trabalhador irá comunicar à UIP através do MDR geral do Projecto, que está baseado a nível central (no FNDS e, para reclamações do sector de pescas, no ProAzul) e dispõe de meios electrónicos para comunicação eficiente (linha telefónica verde (grátis), email e plataforma online).

Este segundo nível pode auxiliar na resolução local através da direcção da empresa ou proporcionar um canal rápido para resolução atempada envolvendo as autoridades distritais e provinciais relevantes.

Nível 3 – Na insatisfação da solução promovida pela UIP, o reclamante poderá recorrer ao ministério do trabalho através de suas representações distritais e municipais para fazer a reclamação. Esta irá assegurar que os intervenientes se reúnam para intermediar a solução da reclamação com base na lei do trabalho e instrumentos jurídicos associados.

Nível 4 – Caso não haja solução a nível das representações do ministério do trabalho, a reclamação será transmitida para mediação por um tribunal, de preferência seguindo toda a hierarquia.

O trabalhador tem o direito de submeter a reclamação ao nível que lhe é conveniente, porém, deve incentivar-se a resolução pelo nível 1 através do estabelecimento de abertura à diálogo, paciência em ouvir e explicar cuidadosamente e apresentando rápida resposta e, se for caso, reposição do direito reclamado pelo trabalhador.

A greve é um outro canal de reclamação, quando as reivindicações são colectivas. É importante que a empresa apoie aos trabalhadores a criar condições para o estabelecimento de greves legais por forma a evitar greves ilegais mal planificadas e associadas a tumultos. Ao criar esta abertura, a empresa tem oportunidade de explicar aos colaboradores que, por lei, “não devem recorrer à greve sem antes tentar resolver o conflito através de meios alternativos de resolução de conflitos” (Nr 3 do Artigo 197 da Lei do Trabalho - Lei n. 23/2007)⁶⁹. De facto, um MDR eficiente e “transparente” é um poderoso instrumento que mitiga este método de resolução desgastante e com custos para a produtividade da empresa.

Os trabalhadores comunitários poderão dirigir as suas reclamações através do MDR disponibilizado no Projecto para resolução de reclamações da comunidade.

Se a reclamação, ou denuncia, estiver associada a Violência Baseada no Género (VBG)⁷⁰ (incluindo a Violência Contra Criança (VCC), Violência Sexual Baseada no Género (VSBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS), Uniões Prematuras/forçadas, trabalho infantil, trabalho forçado, etc) a vítima deverá contactar o provedor de serviços (um prestador de serviços com experiência deve ser identificado em cada área do projecto) para a apoiar, ou poderá seguir os níveis acima descritos no MDR do Projecto ou da agência empregadora⁷¹, ou ainda, quando aplicável, poderá comunicar directamente à esquadra da polícia ou à entidade de saúde (unidade sanitária ou Agente Polivalente Elementar de saúde - APE), ou a uma pessoa de confiança⁷² (ex. familiar, amigo, membro da igreja, etc.)..

⁶⁹ O Nr 4 do Artigo 197 da Lei do Trabalho (Lei n. 23/2007) estipula que “durante a vigência de instrumentos de regulamentação colectiva, os trabalhadores não devem recorrer à greve, senão em face de graves violações por parte do empregador e só depois de esgotados [os mecanismos alternativos de resolução de conflitos]”.

⁷⁰ Violência baseada no género (VBG) é qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se baseia em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres. Inclui actos que infligem danos ou sofrimento físico, violência sexual ou mental, ameaças de tais actos, coacções e outras privações de liberdade. Esses actos podem ocorrer em público ou em privado.

VBG pode afectar qualquer pessoa, incluindo as que não se reconhecem nas dimensões tradicionais/estereótipos de género, no entanto, a grande maioria de casos de VBG diz respeito à mulheres e é perpetrada maioritariamente por homens, o que em certos casos tende a ser associada à violência contra mulheres e raparigas.

⁷¹ Os canais de recepção de reclamações sensíveis e relacionadas a VBG serão previamente mapeados pela UIP ao nível do distrito como parte da estratégia de comunicação do Projecto e devem ser previamente preparados e capacitados para receber este tipo de queixa, considerando o grau de confidencialidade e a necessidade de encaminhar as vítimas para instituições de apoio.

⁷² A Legislação Moçambicana (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro, sobre a Violência Doméstica) considera VBG como um crime público onde qualquer pessoa pode fazer a denúncia;

Se o perpetrador do acto for um trabalhador do Projecto é importante que o caso seja notificado à gestão da empresa e a UIP para que se accionem as devidas penalizações associadas ao plano de acção e código de conduta para prevenção de VBG. Dependendo da gravidade e da prontidão em denunciar⁷³, encaminha-se o agressor a polícia, e a vítima para atendimento hospitalar e psicológico sempre que esses serviços estejam disponíveis.

Os afectados podem também enviar reclamações ao Paineiro de Inspecção independente do Banco Mundial, que determina se um dano ocorreu como resultado da não-conformidade com suas políticas e procedimentos - para mais informação visite www.inspectionpanel.org.

6. GESTÃO DE EMPRESAS CONTRATADAS

Algumas actividades específicas do Projecto serão desenvolvidas e apoiadas por empresas contratadas e subcontratadas (fornecedoras de bens e serviços ou beneficiárias de subvenções) para garantir o alcance dos objectivos do projecto (ex. serviços de TI, construção civil, ONGs para formações e capacitações, consultores para apoiar nos programas de subvenções, etc.).

Sempre que necessário proceder a contratação, será aberto um concurso de forma transparente, e divulgados os requisitos de selecção que podem incluir experiência anterior, licenças do negócio, qualificação dos recursos humanos da contratada, conformidade em questões de meio ambiente, saúde e segurança, exclusão de trabalho infantil e trabalho forçado, seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais (incluindo cobertura para a COVID-19 e outros riscos), etc.

De acordo com os critérios de selecção, os que atenderem melhor serão seleccionados e contratados. Os cadernos de concurso e o contracto deverão ter cláusulas que obrigam ao cumprimento do QGAS, PGMO e outros instrumentos relevantes de salvaguarda ambiental e social do Projecto, incluindo códigos de conduta, código de ética, procedimentos gestão de queixas/reclamações que devem ser assinados aquando da contratação e antes do início das actividades no âmbito do Projecto conforme descrito na [Secção 06-6](#).

Se necessário, os empreiteiros serão obrigados a produzir planos específicos de acordo com os requisitos laborais, por exemplo, Plano de Gestão de Influxos, Plano de Gestão de Acampamentos de Trabalhadores. Estes planos serão implementados pelo empreiteiro e monitorizados pela UIP.

Durante a fase de implementação dos serviços, a equipe de UIP organizará visitas planeadas e não planeadas aos escritórios das contratadas e / ou local onde o trabalho está sendo executado. Nessas visitas, serão observados os progressos alcançados, questões relacionadas à saúde e segurança ocupacional e a situação do trabalho infantil e forçado.

A contratada deverá fornecer informações que a contratante (UIP) solicitar por meio de relatórios ou outros meios acordados. As auditorias laborais dos empreiteiros podem ser realizadas pelo departamento de inspecção do trabalho do Ministério do Trabalho como parte das suas rotinas, mas quando os riscos são considerados elevados internamente, podem também ser realizadas por especialistas contratados.

7. TRABALHADORES COMUNITÁRIOS

Os trabalhadores comunitários do projecto agrupam-se em duas subcategorias e receberão a assistência listada na tabela abaixo.

Subcategoria de trabalhador comunitário	Assistência
Trabalhadores voluntários de ONGs/OCBs, dinamizadores comunitários, lideranças locais e líderes religiosos envolvidos em actividades específicas nas comunidades (ligadas a VBG, MDR, inclusão Social,	Serão sensibilizadas sobre o condições de trabalho, tolerância zero a práticas discriminatórias, trabalho forçado e trabalho infantil, funcionamento do MDR e riscos e gestão de incidentes de VBG.

⁷³ Se o caso for de violação sexual por exemplo é crucial que a vítima priorize o sector de saúde para assegurar que as "provas" não se desfazem, incluindo questões ligadas a exposição de ITS (ex HIV);

Subcategoria de trabalhador comunitário	Assistência
engajamento comunitário, etc.), sem a existência de algum vínculo laboral trabalhista ou de fornecimento de serviços.	
Trabalhadores rurais, informais e autônomos que se dedicam a agricultura ou pesca de subsistência com envolvimento de familiares directos que contribuem para a mesma renda familiar, que podem/não receber apoio de outros beneficiários (dos PACEs)	Receberão formação sobre meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, bem como em técnicas de produção sustentável (melhor produtividade causando menor pressão sobre o meio ambiente. Serão sensibilizadas sobre o MDR e VBG. Receberão equipamento de protecção individual (Colete salva-vida, botas, etc)

8. TRABALHADORES DE FORNECIMENTO PRIMÁRIO

A UIP supervisionará as aquisições de bens e equipamentos (tratores, veículos, insumos agrícolas, computadores, etc.) e realizará os devidos procedimentos baseando-se no Regulamento de Aquisições, nas Directrizes de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção e outras disposições estipuladas nos Contractos de Financiamento. O trabalho infantil ou forçado não é tolerado. Nos casos em que fornecedores estrangeiros são envolvidos, a UIP investigará (*due diligence*) se o fornecedor foi acusado ou sancionado por algum desses problemas - relacionados a trabalho infantil, trabalho forçado e segurança ocupacional.

As empresas contratadas quando subcontratam terceiros para o fornecimento de materiais e equipamentos, são responsáveis por incluir em seus acordos de contratação as condições de aquisições e especificações sobre aspectos de saúde e segurança ocupacional, trabalho infantil, trabalho forçado, Códigos de Conduta, e deverão fazer a devida fiscalização.

9. PROCEDIMENTOS DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

Tendo em conta as actividades previstas e potenciais riscos de acidentes, apresentam-se no [Anexo 1.2](#), procedimentos de resposta para situações de emergência relacionadas a:

- Atropelamento;
- Derrame de produtos químicos;
- Assistência à vítimas;
- Combate à incêndios.
- Os procedimentos de resposta a cenários de emergência visam facilitar a identificação dos intervenientes e a definição do respectivo padrão de actuação em caso de ocorrência de emergência. Estas acções permitem um combate eficaz do acidente/incidente e a minimização da respectiva consequência, para assegurar a integridade física de toda a pessoa e trabalhadores no local.

Esta lista de procedimentos não pretende ser exaustiva nem precisa. Como parte do sistema de gestão de riscos, durante a execução do Projecto, as repartições locais do MADER, MIMAIP e MTA ou seus parceiros (Contratados, Subcontratados e Beneficiários) poderão reavaliar as potenciais situações de risco inerentes às actividades e especificar melhor os responsáveis e acções.

Os procedimentos anexados deverão incluir contactos relevantes e estar fixados em locais estratégicos visíveis aos trabalhadores. Caso sejam identificados outros cenários de emergência razoavelmente previsíveis, deverá se desenvolver e implementar procedimento de resposta adicional, que devem conciliar com o plano de respostas a desastres elaborado no âmbito do projecto, e com planos distritais, provincial ou nacional para o caso de eventos extremos (cheias, secas, ataques armados, etc).

De notar, que em complemento a estes procedimentos de resposta a emergência, o QGAS do MozNorte integra um Plano de Resposta a Emergências (Anexo VIII) focado em riscos associados a eventos climáticos extremos, tais como ciclones, cheias e secas, que poderão afectar também trabalhadores, bem como a comunidade em geral. Nesse plano são definidas directrizes para preparação e resposta a situações desse tipo de emergência.

Anexo 1.1 - Guia de operacionalização do MDR para trabalhadores

Guia de operacionalização do Mecanismo de Diálogo e Reclamação (MDR) para trabalhadores

Os elementos do Mecanismo de Diálogo e Reclamação para trabalhadores reconhecem os princípios já apresentados no PGMO do MozNorte e podem ser organizados em fluxos de operacionalização da seguinte forma:

PASSO 0: Estabelecimentos dos canais de recepção de reclamações

O Empregador, Director Geral e dos Recursos Humanos (RH) criam os canais para recepção de reclamações, nomeadamente:

- Linha telefónica dedicada⁷⁴ para (i) Oficial de Reclamação de RH (ii) oficial ambiental e social e (iii) fiscal (dependendo da dimensão do subprojecto, poderá ser apenas do RH).
- Caixa de reclamações, livros de registo físico disponibilizados em locais estratégicos de fácil acesso para os trabalhadores.
- Mural (muro, parede ou quadro) para fixação de informação relevante - deve estar coberto de sol e chuva

[Agentes de implementação: Oficial de Reclamação de RH e oficial ambiental]

PASSO 1: Divulgar o Mecanismo de Diálogo e Reclamação (MDR)

O Empregador, através do sector dos Recursos Humanos (RH) e do oficial de salvaguardas ambientais promove a consciencialização sobre os procedimentos do MDR

(Agentes de implementação: Oficial de Reclamação de RH e oficial ambiental e social e oficial social do fiscal).

Meios de comunicação: Reuniões constantes com os trabalhadores; panfletos /mural do MDR em locais de fácil visualização pelos trabalhadores.

Deve se explicar que é importante o reclamante obedecer a sequência abaixo de níveis de apresentação de reclamação e só passar a nível acima depois de não ficar satisfeito pelo nível abaixo, porem, está livre de ir directo aos níveis acima se não está confortável com os níveis abaixo.

- 1) 1º Recursos Humanos (RH) da empresa, 2º Director geral da empresa (ou seu representante no local), 3º Fiscal, 4º Sindicato de trabalhadores
- 2) 5º MDR do FNDS ou, se for no sector de pescas, MDR do ProAzul
- 3) 6º Ministério do trabalho (representação local a nível do distrito/província)
- 4) 7º outros mediadores ou 8º tribunal

PASSO 2: Receber e acompanhar as reclamações

Assegurar a acessibilidade do MDR a todos trabalhadores - reuniões regulares, linha(s) telefónica dedicada, caixa de reclamações, livros de registo físico - operacionais e disponíveis.

(Oficial de Reclamação, Director Geral)

O Oficial de Reclamação preenche o formulário no caso de reclamações orais e regista todas as reclamações num banco de dados electrónico simples, com um *back-up* regularmente mantido nos relatórios de progresso.

PASSO 3: Avaliação preliminar da reclamação

O Oficial de Reclamação categoriza as reclamações: p.ex. violência, emprego, saúde e segurança.

É decidido (através do Oficial de Reclamações e o Director Geral) como e quem será responsável por resolver a reclamação e quem vai canalizar a reclamação aos intervenientes.

⁷⁴ Os números e os aparelhos de telefone devem ser da Empresa e não pessoais. Devem estar sempre ligados e deve se dar abertura aos reclamantes em mandar "bip" "mbip" ou "sms" e receberem uma chamada de retorno em menos de 24 horas, por forma a garantir um sistema de reclamações sem custo para o reclamante.

PASSO 4: Resposta inicial ao autor da reclamação

O sector dos Recursos Humanos, através do Oficial de Reclamação escreve ou comunica verbalmente (o mais apropriado) ao autor da reclamação dentro de 5 dias para explicar o processo de gestão da reclamação.

O prazo de resolução e resposta (ao autor da queixa) é de até 15 dias da recepção da reclamação.

PASSO 5: Investigar a reclamação e desenvolver opções de resolução

O **Empregador**, dependendo da natureza da reclamação, nomeia uma pessoa ou equipa apropriada para obter informações e investigar cada caso.

PASSO 6: Implementar e acompanhar a resolução acordada

O **Empregador** implementa a solução acordada.

O **Oficial de Reclamação** faz acompanhamento do queixoso para garantir a sua satisfação com a resolução e obtém acordo escrito do autor da reclamação que confirma a sua posição e arquiva os documentos no banco de dados.

PASSO 7: Acção adicional se autor da reclamação não estiver satisfeito

O **Empregador** procura outras opções para encontrar soluções.

Se não se consegue resolver, remete-se para resolução pela UIP (FNDS ou, se for no sector de pescas, a ProAzul) ou mediação de terceiros.

Se o reclamante não concorda com a solução promovida pela UIP pode recorrer ao Sindicato dos trabalhadores ou pode encaminhar o caso a representação local do ministério do trabalho ou ao tribunal.

PASSO 8: Monitorar, avaliar e reportar sobre implementação do MDR

O **Oficial de Reclamação e a Equipa de Salvaguardas da UIP** monitora mensalmente o número e tipo de reclamações recebidas, resolvidas e pendentes e reporta ao Director Geral/da UIP.

O **Director Geral e o Director da UIP** avaliam as tendências ao longo do tempo e as etapas do desenvolvimento do Projecto.

Anexo 1.2 - Procedimentos de Respostas a Situações de Emergência

Procedimento de Resposta a Atropelamento

Fluxograma	Descrição	Responsável
<pre> graph TD A([1. Atropelamento]) --> B[2. Não tocar na vítima] B --> C[3. Avaliar a vítima e prestar primeiros socorros] C --> D{Lesão grave?} D -- Sim --> E[4. Chamar Emergência Médica] D -- Não --> F[3. Transportar a vítima até à unidade médica] E --> G[5. Assinalar o local do acidente] G --> H[6. Aguardar a chegada da Emergência Médica] H --> I([Fim]) F --> I </pre>	<p>Não tocar na vítima, acalmando-a e solicitando-lhe que não se mexa;</p> <p>Avaliar a gravidade da lesão e prestar primeiro socorro, caso seja necessário e haja socorrista treinado;</p> <p>Transportar a vítima até uma unidade médica caso não seja grave;</p> <p>Se for grave, chamar Emergência Médica ou socorrista a nível comunitário para o transporte a unidade hospitalar mais próxima, informando calmamente do local da ocorrência, número de vítimas e do seu estado;</p> <p>Assinalar o local do acidente, colocando o triângulo de sinalização a cerca de 30 metros (quando necessário);</p> <p>Aguardar a chegada da Emergência Médica/socorrista a nível comunitário, conversando e acalmando a vítima.</p>	<p>Qualquer colaborador</p> <p>Socorrista treinado, previamente identificado na Empresa ou comunidade próxima</p> <p>Qualquer colaborador</p> <p>Qualquer colaborador</p> <p>Qualquer colaborador</p> <p>Qualquer colaborador</p>

Procedimento de Resposta a Derrames de Substância Perigosa

Fluxograma	Descrição	Responsável
<pre> graph TD Start([Derrame produto perigoso]) --> Step1[1. Verificar qual o produto derramado] Step1 --> Decision{Possível estancar / eliminar o derrame?} Decision -- Sim --> Step2[2. Estancar/eliminar o derrame] Decision -- Não --> Step4[4. Alertar as autoridades competentes] Step2 --> Step3[3. Absorver e recolher o derrame] Step3 --> Step7[7. Preencher o registo da ocorrência] Step4 --> Step5[5. Tentar represar o derrame] Step5 --> Step6[6. Aguardar a chegada das autoridades competentes] Step6 --> Step7 Step7 --> End([Fim]) </pre>	<p>Verificar e confirmar que produto está a ser derramado;</p> <p>Estancar ou eliminar a fonte do derrame, tomando sempre as devidas precauções de segurança;</p> <p>Absorver e recolher o produto derramado para um recipiente próprio de modo a proceder à sua eliminação em local adequado;</p> <p>Notificar as autoridades competentes (autoridades distritais de saúde/ambiente), informando acerca do local da ocorrência, quantidade e tipo de produto derramado;</p> <p>Tentar represar o derrame (conter para evitar alastramento) recorrendo à utilização do meio disponíveis;</p> <p>Esperar pela actuação das autoridades, não abandonando o local e adoptando uma atitude preventiva no que diz respeito ao efeito que o derrame poderá provocar;</p> <p>Preencher o registo da ocorrência SIDA e SDPI.</p>	<p>Qualquer colaborador</p> <p>Qualquer colaborador* que conheça a FISPQ do produto e cuidados a tomar**</p> <p>Qualquer colaborador* que conheça a FISPQ e cuidados a tomar **</p> <p>Coordenador de Emergência</p> <p>Qualquer colaborador* que conheça a FISPQ e cuidados a tomar **</p> <p>Qualquer colaborador</p> <p>Líder da equipe</p>

*Apenas colaboradores que conheçam os perigos e com adequado equipamento de protecção individual e colectivo devem manusear produtos químicos, incluindo em emergências.

**Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ - também conhecido por MSDS) é um documento que fornece informações detalhadas sobre o produto químico e acções de emergência a serem adoptadas em caso de acidente. É um documento obrigatório que deve ser obtido no fornecedor do produto (geralmente disponível na internet) e o seu conteúdo deve ser conhecido por quem utiliza, movimenta ou transporta o produto.

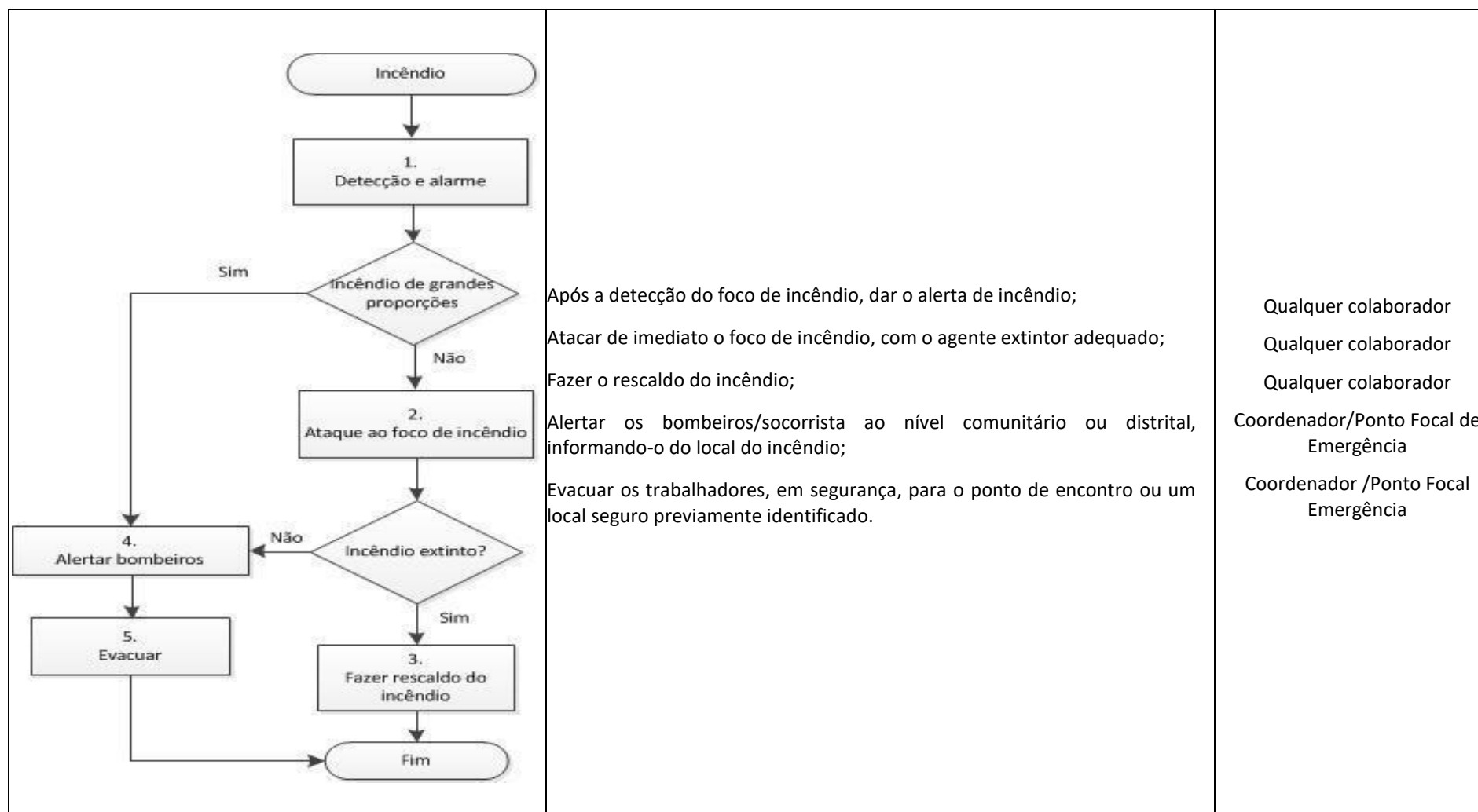
Procedimento de resposta para assistência a vítimas

Fluxograma	Descrição	Responsável
<pre> graph TD A([Lesão corporal]) --> B[1. Afastar o perigo] B --> C{Lesão grave} C -- Sim --> D[3. Alertar a Emergência Médica] C -- Não --> E[2. Prestar os primeiros socorros] D --> F([Fim]) E --> F </pre>	<p>Afastar o perigo da vítima ou vice-versa e sinalizar o local, de modo a evitar novo acidente ou o agravamento do estado do sinistrado;</p> <p>Prestar o primeiro socorro à vítima ou levar ao posto médico, verificando se existe:</p> <ul style="list-style-type: none"> Asfixia Choque Hemorragia Envenenamento <p>Alertar a Emergência Médica/socorrista ao nível comunitário, informando, calmamente do local da ocorrência, número de vítimas e do seu estado.</p>	<p>Qualquer colaborador</p> <p>Socorrista treinado, previamente identificado na Empresa ou comunidade próxima</p> <p>Coordenador /Ponto Focal de Emergência</p>

Nota: Dependendo da gravidade do sinistro, o socorrista não deverá remover a vítima. A evacuação deverá ser feita pela guarnição da ambulância.

Procedimento de Combate a Incêndios

FLUXOGRAMA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
------------	-----------	-------------



Código de Conduta da Empresa

A Empresa está empenhada em criar e manter um ambiente seguro para os trabalhadores e a comunidade local, garantindo que os riscos e impactos ambientais e sociais sejam mínimos através do uso mais eficiente e eficaz dos recursos, a prevenção da poluição e as práticas de anulação do efeito estufa e que a violência baseada no género (VBG) e a violência contra crianças (VCC) (incluindo Violência Sexual Baseada no Género (VSBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS), Uniões Prematuras, trabalho infantil, etc.), não tenham lugar e não sejam toleradas por nenhum trabalhador, associado ou representante da empresa. Portanto, para garantir que todos os envolvidos no projecto estejam conscientes desse compromisso, a empresa compromete-se com os seguintes princípios fundamentais e padrões mínimos de comportamento que se aplicará a todos os funcionários da empresa, associados e representantes, incluindo subcontratados, sem excepção.

- A Empresa e, portanto, todos os funcionários, associados e representantes – comprometem-se a respeitar os direitos básicos de todos os seres humanos, independentemente do sexo, idade, origem étnica, nação, religião, idioma, orientação sexual, opinião política, se têm alguma deficiência, se têm HIV-SIDA ou qualquer outro aspecto de sua identidade, incluindo,
 - Agir com justiça, honestidade para tratar as pessoas com dignidade e respeito. Os actos de VBG e de VCC violam esse compromisso e justificam penalizações que podem incluir sanções, cessação de funções e/ou processos legais.
 - Respeitar e fazer respeitar os direitos das crianças que participam das suas actividades, promovendo ambientes seguros e evitando qualquer forma de abandono, abuso, tráfico ou exploração sexual, laboral ou qualquer outro tipo de exploração e VCC, incluindo não empregar ou usar crianças abaixo da idade laboral em qualquer tipo de actividade.
 - Estabelecer um vigoroso sistema para a verificação da idade como parte dos processos de recrutamento e assegurar que esse sistema também seja utilizado em toda a sua cadeia de valor.
 - Garantir um ambiente seguro para actividades desempenhadas por crianças em idade laboral, cumprindo com a legislação do trabalho em vigor no país.
 - Proibir o contacto ou actividade sexual com menores de 18 anos – inclusive através da média digital. A crença equivocada sobre a idade de uma criança não é uma defesa. O consentimento da criança também não é uma defesa ou desculpa.
 - Assegurar que os direitos das crianças, de suas famílias e das comunidades sejam incluídos no processo de reparação de danos ambientais e de saúde causados pela operação da empresa.
 - Assegurar que as comunicações e o *marketing* não tenham um impacto negativo sobre os direitos das crianças e não atentam a integridade de qualquer pessoa ou comunidade. As campanhas de *marketing* não devem incitar a discriminação.
- A linguagem, ameaças, discriminação, assédio, intimidação, tráfico e comportamentos sexuais indesejáveis, ameaçadores, abusivos ou que se traduzem em favores sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradador ou explorador, culturalmente inapropriados ou sexualmente provocados são proibidos entre todos os funcionários da empresa, associados e seus representantes, incluindo,
 - Qualquer abuso real ou tentativa de abuso de posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a, lucrar monetariamente, social ou politicamente com a exploração sexual.
 - Registrar, aceder ou partilhar conteúdos que atentam a integridade do outrem.
 - Envolvimento sexual com membros das comunidades vizinhas sem consentimento⁷⁵. Isso inclui relacionamentos que envolvem a retenção na fonte ou a promessa de

⁷⁵ Consentimento é uma escolha informada subjacente à intenção, aceitação ou acordo voluntário de um indivíduo para fazer algo. A falta de consentimento pode acontecer quando tal aceitação ou acordo é obtido por ameaças, força, ou outras formas de coerção, abdução, fraude, decepção ou falsas declarações. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o código de conduta seja introduzido tenha uma idade mais baixa. A crença equivocada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

- prestação efectiva de benefício (monetário ou não monetário) aos membros da comunidade em troca de sexo.
- Ao implementar actividades do projecto, garantir que as operações não afectem significativamente o meio ambiente, e não desenvolvam nem apoiem:
 - Acções que pela sua natureza incentivam a exploração e comercialização de recursos naturais de forma ilegal (caça, pesca, compra ou venda ilegal de produtos florestais, faunísticos, minerais e seus derivados).
 - Acções que alteram a qualidade/quantidade de qualquer recurso natural de importância comunitária de forma permanente (poluição dos rios, lagos, diminuição do caudal das águas, poluição do ar, afugentamento de animais, remoção em grande escala da vegetação local, entre outras).
 - Actividades que limitam o acesso da comunidade à terra e aos recursos naturais ou lugares de importância histórica ou social sem devida compensação.
 - Todos os funcionários, incluindo voluntários e subcontratados, são altamente encorajados a reportar qualquer desvio aos requisitos do Código de Conduta feitos por um colega de trabalho, seja da mesma empresa ou não, e por isso protegidos pela empresa contra-retaliação.
 - Os gerentes são obrigados a denunciar qualquer desvio suspeito ou real dos requisitos do código de conduta, uma vez que têm a responsabilidade de manter os compromissos da empresa e manter seus relatórios directo a seus responsáveis.
 - A empresa, funcionários, associados e representantes – comprometem-se a garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, incluindo:
 - Assegurar que os locais de trabalho e os seus equipamentos não causem risco ao trabalhador e a comunidade.
 - Garantir que os trabalhadores tenham equipamentos de protecção individual adequados aos riscos das actividades específicas a serem desenvolvidas.
 - Disponibilizar água potável, sanitários e outros recursos necessários para o trabalho digno.
 - Para garantir que os princípios acima mencionados sejam efectivamente implementados, a empresa compromete-se a garantir que:
 - Todos os gestores assinam o “Código de Conduta do Gestores” detalhando suas responsabilidades pela implementação dos compromissos da empresa e pelo cumprimento das responsabilidades no “Código de Conduta Individual”.
 - Todos os funcionários assinam o “Código de Conduta Individual”, confirmando seu acordo com as directrizes da empresa e do projecto.
 - Expor os Códigos de Conduta da empresa e individuais de forma proeminente e de forma clara nas frente de trabalho, escritórios e locais públicos da área do projecto. Exemplos incluem áreas de entrada, espera, repouso, refeitório, vitrinas/murais, etc.
 - Assegurar que todas as cópias publicadas e distribuídas pela empresa e os Códigos de Conduta individuais sejam traduzidos para um idioma de uso apropriado nas áreas do local de trabalho, bem como para qualquer equipa internacional em sua língua nativa.
 - Uma pessoa apropriada é nominada como “Ponto Focal” da empresa para abordar questões de saúde e segurança ocupacional, VBG e VCC, incluindo aspectos de conformidade ambiental e social.
 - Assegurar que um Plano de Acção efectivo seja desenvolvido, que inclui como mínimo:
 - a) **Procedimento de Alegação/denúncia**⁷⁶ para reportar casos de desvio do código de conduta, incluindo para reportar VBG e VCC através do Mecanismo de Diálogo e Reclamações (MDR)⁷⁷;
 - b) **Medidas de Responsabilização** para proteger a confidencialidade de todos os envolvidos; e,
 - c) **Protocolo de Resposta/assistência** aplicável às vítimas/sobreviventes ⁷⁸ e perpetradores⁷⁹ da VBG e VCC.
 - A empresa não se envolva ou apoie qualquer grupo/indivíduo que fomente ou pratica crimes públicos ou terrorismo

⁷⁶ Alegação é o procedimento prescrito a seguir a relatar incidentes.

⁷⁷ Mecanismo de Diálogo e Reclamações é o processo estabelecido pelo projecto para receber e resolver reclamações.

⁷⁸ Sobrevivente é a pessoa / pessoas negativamente afectadas pela VBG ou VCC. Mulheres e homens podem ser sobreviventes da VBG; crianças podem ser sobreviventes da VCC.

⁷⁹ Perpetrador é a pessoa que comete ou ameaça cometer um acto de VBG ou VCC

- Garantir que sejam dadas formações de indução antes do início dos trabalhos na área do projecto para garantir que estejam familiarizados com o compromisso da empresa e do Código de Conduta.

Por este meio, confirmo ter lido o Código de Conduta da empresa e, em nome da empresa, concordo em cumprir com os princípios acima estabelecidos. Entendo que qualquer acção inconsistente com este Código de Conduta da empresa ou falha na acção exigida por este Código de Conduta da empresa pode resultar em acção disciplinar ou penalizações complementares aplicáveis.

Nome da empresa: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Título: _____

Data : _____

Código de conduta para Gestores

O gestor em todos os níveis tem responsabilidades particulares de fazer cumprir o compromisso da empresa na prevenção dos riscos e impactos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional, incluindo evitar e resolver casos de VBG e VCC (note-se Violência Sexual Baseada no Género (VSBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS), Uniões Prematuras, trabalho infantil, etc.). Os gestores devem encorajar e promover a implementação do Código de Conduta da empresa. Para esse fim, os gestores devem aderir ao Código de Conduta para Gestores e também assinar o Código de Conduta Individual. Isso os compromete a apoiar e desenvolver sistemas que facilitem a implementação do código e Plano de Acção. Essas responsabilidades incluem, mas não se restringem a:

Implementação

- 1) Para garantir a efectividade máxima do Código de Conduta da Empresa e Individual:
 - a. Exibir de forma proeminente o Código de Conduta da empresa e Individual de forma clara nos locais de trabalho, escritórios e em espaços públicos. Exemplos de áreas incluem áreas de entrada, espera, repouso, refeitório, vitrinas/murais, etc.
 - b. Assegurar que todas as cópias enviadas e distribuídas dos códigos de conduta da empresa e os individuais sejam traduzidos para idiomas apropriados nas áreas do local de trabalho, bem como para qualquer equipa internacional em suas línguas nativas.
- 2) Explicação verbal nas línguas locais de incidência na área do subprojecto do Código de Conduta da Empresa e Individual para todos os colaboradores.
- 3) Garantir que:
 - a. Todos assinam o 'código de conduta individual' incluindo o reconhecimento de que leram e concordam com o código de conduta.
 - b. As listas de pessoal e as cópias assinadas dos códigos de conduta individuais são fornecidos a clientes quando solicitadas.
 - c. Participar das formações e garantir que o pessoal também participe conforme realçado abaixo.
 - d. Os trabalhadores estão familiarizados com o Mecanismo de Diálogo de Reclamações (MDR) e o usam de forma anónima para denunciar casos de desvio do código, incluindo de VBG e VCC.
 - e. Os funcionários são encorajados a denunciar suspeitas ou casos reais de actividades ou acções que contradizem ao estipulado nos códigos de conduta e na legislação moçambicana, enfatizando a responsabilidade da equipa e enfatizando o respeito pela confidencialidade.
 - f. Os funcionários tenham todo material e equipamento necessário para a execução segura e eficaz das suas actividades, garantindo menor risco ambiental, social e de acidentes de trabalho.
- 4) Cumprir e fazer cumprir a legislação moçambicana e o código de conduta por todos os trabalhadores.
- 5) Em conformidade com as leis aplicáveis, devem ser utilizadas verificações de referência e de registo criminal para todos os funcionários e evitar contratações a pessoas que foram acusados de crimes ligados a VBG e VCC.
- 6) Garantir que quando envolvidos em parcerias, subcontratações ou acordos/contractos similares, esses acordos/contractos:
 - a. Incorporem os Códigos de Conduta como um anexo.
 - b. Incluam linguagem apropriada que exija que tais entidades contratantes e pessoas físicas, e seus funcionários e voluntários cumpram com os códigos de conduta individual.
 - c. Declarem expressamente que o fracasso dessas entidades ou indivíduos, conforma apropriado, no cumprimento do estipulado no código de conduta, constituirá motivo para sanções e penalizações.
- 7) Certificar-se de que qualquer problema que justifique a acção policial seja denunciado ao cliente e ou financiador imediatamente.

Formação

- 8) Todos os gestores são obrigados a participar de uma secção de indução para gestores antes do início dos trabalhos no local de forma a garantir que eles estejam familiarizados com as funções e responsabilidades na manutenção dos códigos de conduta. Essa formação será separada da indução para todos os funcionários e proporcionará aos gestores o entendimento necessário e o apoio técnico necessário para começar a desenvolver o Plano de Acção.
- 9) Os gestores são obrigados a participar e auxiliar nos cursos de formação facilitados pelo projecto para todos os funcionários. Os gestores serão obrigados a apresentar as formações e anunciar as auto-avaliações.

Recolher pesquisas de satisfação para avaliar experiências das formações e fornecer conselhos sobre como melhorar a eficácia das formações.

Resposta

- 10) Os gestores são obrigados a fornecer contribuições para os procedimentos de resposta a reclamações e alegação/denúncia advindas das actividades da empresa.
- 11) Uma vez adoptada pela empresa, os gestores defenderão as medidas de responsabilização estabelecidas para manter a confidencialidade de todos os funcionários que relatam ou (alegadamente) perpetuam incidências do código (a menos que seja necessária uma violação de confidencialidade para proteger pessoas ou propriedade de danos graves ou quando exigido por lei).
- 12) Se um gestor tiver preocupações ou suspeitas em relação a qualquer violação do código por um dos seus relatórios directos, ou por um funcionário trabalhando para outro contratante no mesmo local de trabalho, ele é obrigado a denunciar o caso usando o MDR.
- 13) Uma vez que uma sanção for determinada, o gestor relevante deve ser pessoalmente responsabilizado por garantir que a medida seja efectivamente aplicada, dentro de um prazo máximo de 14 dias a partir da data em que foi tomada a decisão de sancionar.

Os gestores que não informam ou estão de acordo com a tal disposição podem, por sua vez, estar sujeitos a medidas disciplinares, a serem determinadas e promulgadas pelo gestor da empresa, gestor do projecto ou gestor de classificação superior equivalente da empresa. Essas medidas podem incluir acções disciplinares previstas no nº 1 do artigo 63 da Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto que aprova a Lei do Trabalho, designadamente:

- Advertência verbal
- Advertência registada
- Suspensão do trabalho (com perda de remuneração): correspondentes até 10 (dez) dias por cada infracção, ou 30 (trinta) dias, em cada ano civil
- Perda de remuneração até 20 (vinte) dias
- Despromoção para categoria profissional imediatamente inferior, por um período não superior a 1 (um) ano, havendo possibilidade de formação adicional
- Encaminhamento a Polícia
- Despedimento

- 14) No caso de prestação de serviços a título individual ou colectivo, as sanções acima poderão ser substituídas por cessação de contracto e penalizações complementares aplicáveis.
- 15) Em última análise, a incapacidade de responder efectivamente a casos de desvios do código pelos gestores das empresas pode justificar acções legais pelas autoridades.

Reconheço, que li o Código de Conduta do Gestor e comprometo-me em cumprir os padrões nele contidos e compreendendo meus papéis e responsabilidades para evitar acções ou comportamentos que possam ser interpretados como violação do Código de Conduta e para prevenir e responder a VBG e VCC. Eu entendo que qualquer acção inconsistente com este Código de Conduta do Gestor ou falha na acção exigida pelo Código de Conduta pode resultar em acção disciplinar.

Assinatura: _____

Nome: _____

Título: _____

Data: _____

Código de Conduta Individual

Eu, _____, reconheço que a prevenção dos riscos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional relacionados com as actividades do Projecto, incluindo os riscos a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) (que inclui violência sexual baseada no género, exploração e abuso sexual, assédio sexual, uniões prematuras, trabalho infantil, etc.) é importante. A empresa considera que atitudes que constituem actos de má conduta grosseira são motivos de sanções, penalidades ou potencial término do contracto.

Concordo que enquanto trabalhar no projecto/empregador, eu irei:

- Desempenhar as funções que me forem atribuídas de forma competente e diligente.
- Cumprir o presente Código de Conduta e todas as leis, regulamentos e outros requisitos aplicáveis ao trabalho/Projecto.
- Cumprir o dever de informar qualquer violação a este Código de Conduta e não retaliar quem denunciar violações ao Código, se a denúncia for feita de boa-fé.
- Desenvolver actividades por forma a que estas não afectem significativamente o meio ambiente, incluindo:
 - Não me envolver directa ou indirectamente em acções que pela sua natureza incentivam a exploração e comercialização de recursos naturais de forma ilegal (caça, pesca, compra ou venda ilegal de produtos florestais, faunísticos, minerais e seus derivados).
 - Abster-me de acções que alteram a qualidade/quantidade de qualquer recurso natural de importância comunitária de forma permanente (poluição dos rios, lagos, diminuição do caudal das águas, poluição do ar, afugentamento de animais, remoção em grande escala da vegetação local, entre outras).
 - Não devastar a flora e fauna sem clara e estrita necessidade (abertura de novos caminhos, caça, etc.).
- Proteger as crianças contra abusos ou comportamentos, inaceitáveis, e:
 - Limitar as minhas interações com crianças e garantir sua segurança nas áreas do projecto ou em qualquer outro lugar.
 - Sempre que possível, assegurar que outro adulto esteja presente ao trabalhar próximo de crianças.
 - Usar equipamentos/meios electrónicos adequadamente, e nunca explorar, assediar crianças, aceder/partilhar pornografia infantil.
 - Não envolver crianças abaixo da idade permitida em actividades laborais ou que impliquem riscos a sua saúde e segurança.
 - Não maltratar ou agir de forma abusiva, ou de forma a colocar a criança em risco de maus-tratos ou abuso, incluindo insinuações, ou uso de linguagem que possa ser caracterizada como inadequada, ofensiva ou abusiva.
 - Não participar em contactos sexuais ou actividades com crianças – incluindo instigação ou contacto através da média digital. A crença equivocada sobre a idade ou consentimento de uma criança não é uma defesa ou desculpa
 - Cumprir com todas as leis relevantes, incluindo leis trabalhistas em relação ao trabalho infantil.
- Tratar outras pessoas e lugares com respeito e não discriminar grupos específicos, tais como mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores migrantes ou crianças comunidades
 - Interagir de forma respeitosa com os membros da comunidade (por exemplo, transmitir uma atitude de respeito e não discriminação).
 - Respeitar e preservar costumes e locais de importância histórica ou cultural.
 - distinção de raça, cor, sexo, língua, deficiência, religião, opiniões políticas ou quaisquer outras, nacionalidade, origem indígena ou classe social, ou ainda qualquer outra condição de riqueza, nascimento, etc.
- Distanciar-me de qualquer acto de Violência Baseada no Género, incluindo:
 - Qualquer abuso real ou tentativa de abuso de posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a, lucrar monetariamente, social ou politicamente com a exploração sexual de outro

- Não usar linguagem ou comportamento para mulheres, crianças ou homens que seja impróprio, agressivo, abusivo, sexualmente provocante, rebaixante ou culturalmente impróprio
- Não me envolver em favores sexuais, por exemplo, promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais, ou outras formas de comportamento humilhante, degradador ou explorador
- Não registrar, aceder ou partilhar conteúdos que atentam a integridade do outrem sem a sua permissão
- A menos que exista o pleno consentimento⁸⁰ de todas as partes envolvidas, não terei interações sexuais com membros das comunidades vizinhas. Isso inclui relacionamentos que envolvem a retenção na fonte ou a promessa de prestação efectiva de benefício (monetário ou não monetário) aos membros da comunidade em troca de sexo.
- Manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, para mim, colegas e comunidade, incluindo:
 - Assegurar que os locais de trabalho, equipamentos e processos sob o meu controlo são seguros e sem riscos para a saúde
 - Usar de forma correcta o equipamento de protecção pessoal que me for atribuído para a actividade
 - Manter as melhores condições possíveis que garantam a qualidade de vida e o saneamento em qualquer local em que me encontrar
 - Garantir que as actividades em minha responsabilidade não causam riscos aos outros trabalhadores e a comunidade
 - Usar os sanitários fornecidos pelo empregador e não áreas impróprias.
- Participar activamente em formação relevantes organizadas pelo trabalho e ler conteúdos disponíveis relacionados com os aspectos ambientais e sociais, incluindo sobre questões de saúde e segurança, exploração e abuso sexual, assédio sexual e qualquer outro conteúdo que possa ser relevante para o Projecto
- Actuar com zelo, ética e profissionalismo em todas as actividades que for a desenvolver, incluindo:
 - Não usar de privilégio profissional ou faculdade decorrente de função de forma abusiva, para fins discriminatórios ou para aferir vantagens pessoais;
 - Não actuar sob circunstâncias de conflitos de interesse, favoritismo ou condições que prejudiquem moralmente ou profissionalmente outros envolvidos na actividade.
 - Não usar substâncias psicotrópicas (álcool, narcóticos, etc) dentro da área do trabalho ou apresentar-me no local de trabalho sob influencia das mesmas.
 - Usar os bens e instalações da empresa com o devido cuidado, evitando furto, descuido ou desperdícios;
 - Guardar sigilo profissional, ainda que o meu vínculo com a empresa venha a cessar, independentemente dos motivos
 - Não reter informações sobre condenações criminais, acusações ou procedimentos civis relacionados ao abuso de menores, ou violência sexual contra mulheres, sejam eles anteriores à minha admissão ou que surjam durante o tempo em que estou colaborando com a instituição
 - Não me aliar ou apoiar (financeiramente, materialmente, abrigar ou deter informações cruciais) de grupos/indivíduos que fomentam ou praticam crimes públicos, incluindo terrorismo.

Sanções

Eu compreendo que se violar este código conduta individual, o meu empregador pode tomar acções disciplinares previstas no nº 1 do artigo 63 da Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto que aprova a Lei do Trabalho, designadamente:

⁸⁰ O consentimento é definido como a escolha informada subjacente à intenção, aceitação ou concordância voluntária de um indivíduo de fazer algo. Nenhum consentimento pode ser encontrado quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coerção, abdução, fraude, decepção ou falsas declarações. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o financiador considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta seja introduzido uma idade mais baixa. A crença equivocada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

- Advertência verbal
- Advertência registada
- Suspensão do trabalho (com perda de remuneração): correspondentes até 10 (dez) dias por cada infracção, ou 30 (trinta) dias, em cada ano civil
- Perda de remuneração até 20 (vinte) dias
- Despromoção para categoria profissional imediatamente inferior, por um período não superior a 1 (um) ano, havendo possibilidade de formação adicional
- Encaminhamento a Polícia
- Despedimento

No caso de prestação de serviços a título individual, as sanções acima poderão ser substituídas por cessação de contrato e penalizações complementares aplicáveis.

Dúvidas e denúncias

Compreendo que se eu tiver qualquer dúvida sobre este Código de Conduta, entrarei em contacto com o departamento de Recursos Humanos (RH) ou usarei o Mecanismo de Diálogo e Reclamações (MDR) do empregador e/ou o geral do projecto.

Livre consentimento

Entendo que é minha responsabilidade evitar acções ou comportamentos que possam ser interpretados como violação do Código de Conduta Individual. Por este meio, reconheço que li e recebi uma cópia do Código de Conduta Individual acima mencionado.

Assinatura: _____

Nome (Letras Maiúsculas): _____

Cargo: _____

Data: _____

13 ANEXO XI – PROTOCOLO SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO DO COVID-19 A NÍVEL DAS ACTIVIDADES COMUNITÁRIAS

Protocolo sobre medidas de prevenção do COVID-19 a nível das actividades comunitárias



Junho, 2020

Índice

1. INTRODUÇÃO	<u>2774</u>
2. MEDIDAS FUNDAMENTAIS EM ACTIVIDADES COMUNITÁRIAS.....	<u>2796</u>
3. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO–VBG	<u>28411</u>
4. MEDIDAS FUNDAMENTAIS A SER OBSERVADAS PELOS TÉCNICOS DO FNDS, PS E OUTROS	<u>28413</u>
ANEXO 1 - INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL A TRANSMITIR PARA AS PESSOAS ENVOLVIDAS NA ACTIVIDADE	<u>28614</u>

Lista de Acrónimos

Acrónimos	Significado
CGC	Comité de Gestão Comunitário
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DELCOM	Delimitação de Terras Comunitárias
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EFF	Esquema de Fomento Florestal
EPI	Equipamento de Protecção Individual
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural
MDR	Mecanismo de Diálogo e Reclamações
OCB	Organização Comunitária de Base
OMS	Organização Mundial da Saúde
PA	Pequeno Agricultor
PACE	Pequeno Agricultor Comercial Emergente
PCR	Poupança e Crédito Rotativo
PE	Pequeno Empreendedor
PECE	Pequeno Empreendedor Comercial Emergente
PS	Provedor de Serviço
RDUAT	Regularização do Direito de Uso de Terras
SAF	Sistemas Agroflorestais
SAPA	Social Assessment for Protected Area
VBG	Violência Baseada no Género

1. Introdução

O COVID-19 é uma doença infecciosa causada por um coronavírus que surgiu por volta de Dezembro de 2019. Actualmente, o COVID-19 é uma pandemia que afecta praticamente todos os países no mundo com graves implicações tanto para a saúde humana como para a economia e a vida social com destaque para a coesão social.

Moçambique registou o primeiro caso de COVID-19 a 22 de Março de 2020 e, no dia 1 de Abril de 2020, o Presidente da República declarou o Estado de Emergência para reduzir a transmissão da doença. Até 23 de Junho de 2020, existiam mais de 9.1 milhões de pessoas infectadas no mundo, tendo sido registados no mesmo período mais de 473.475 mortes. À mesma data, Moçambique tinha registado 757 casos de pessoas infectadas e 5 óbitos.

O espectro epidemiológico da doença no país está bastante diferenciado nas diferentes províncias para reduzir a transmissão e propagação do COVID-19 o Ministério da Saúde definiu uma série de medidas com base nas recomendações da OMS.

O presente protocolo visa reforçar e adequar as medidas às actividades comunitárias dos projectos do FNDS para prevenir a infecção das pessoas envolvidas nestas actividades através da disponibilização de orientações pontuais, claras e fáceis de entender a nível comunitário. O protocolo tem como grupos alvo, as comunidades locais, técnicos e extensionistas, provedores de serviços e outros actores no âmbito da implementação de actividades comunitárias nas paisagens alvo do FNDS (Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Costa dos Elefantes).

O protocolo focaliza as seguintes actividades principais: (i) engajamento comunitário, (ii) educação ambiental e género; (iii) avaliação social para as ACs-SAPA; (iv) capacitação e sensibilização comunitária; (v) esquema de fomento florestal (EFF); (vi) sistema Agroflorestal (SAF); (vii) desenvolvimento de cadeias de valor com Pequenos Empreendedores Comerciais Emergentes (PECEs), Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACEs), Pequenos Agricultores (PAs), Pequenos Empreendedores (PEs); (viii) energia de biomassa; (ix) regularização de DUAT e DELCOM e (x) outras actividades que envolvam comunidades.

O presente protocolo faz referência também a violência doméstica (VBG) que tem registado um aumento em todos os países devido tanto ao confinamento como aos problemas económicos derivados do desemprego e da falta de entradas de bens e renda na família e nos grupos vulneráveis.

2. Medidas fundamentais em actividades comunitárias

Todos os técnicos que assistem as comunidades nas actividades dos projectos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS): MozFIP, MozBio, Sustenta, Mozland e outros devem ter um bom conhecimento sobre o COVID-19 para poder aplicar medidas de protecção durante a implementação das actividades com comunidades. Os principais temas que devem ser de domínio são os seguintes: (i) O que é COVID-19; (ii) Como se pode transmitir; (iii) Qual é o período de incubação; (iv) Quais são os sinais e sintomas da pessoa infectada; (v) Quais são as formas de prevenção; (vi) Que cuidados a ter na implementação das actividades comunitárias; (vii) Quais são os serviços disponíveis para atender casos de COVID-19 e (viii) Como atender os casos de VBG durante o COVID-19 (vide anexo 1).

A tabela abaixo apresenta de uma forma detalhada as medidas e cuidados de prevenção a serem observadas nas actividades comunitárias em cada paisagem.

Tabela 1. Medidas e cuidados de prevenção do COVID 19

Actividade	Medidas de prevenção do COVID-19
Qualquer actividade no geral	<ul style="list-style-type: none">• Antes de qualquer actividade, o técnico deve realizar uma pequena palestra sobre o COVID-19, abordando: como se transmite, que sintomas da doença, quais os serviços disponíveis e que medidas de prevenção devem ser tomadas? (vide anexo 1).• Uso de máscara pelas pessoas envolvidas nas actividades é obrigatório.
<i>Actividades de capacitação, sensibilização, educação ambiental e género, SAPA e outras de engajamento e governação comunitário envolvendo CGC, CGRN, e outras OCBs.</i>	<ul style="list-style-type: none">• Realizar a actividade com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 10, e distanciadas em pelo menos 1.5m.• Executar as actividades dentro e/ou próximo da comunidade e evitar deslocções de pessoas para outros locais fora da comunidade.• Disponibilizar balde com água, sabão ou desinfectante para as pessoas lavarem e desinfectar as mãos quando chegam no local da actividade e sempre que se movimentarem e ou forem a casa-de-banho (latrina).• Executar a actividade em pouco tempo, não mais do que 4 horas.• Não fornecer qualquer tipo de alimento ou bebida aos participantes.• Em casos imprescindíveis da actividade durar um dia ou mais, deve-se assegurar uma higienização frequente em curtos espaços de intervalos, no mínimo, uma higienização de 4 em 4 horas e as refeições devem ser tomadas dentro do isolamento social.• Quando terminar a realização da actividade deve-se assegurar que o local de trabalho, e de acomodação estejam devidamente higienizado.

<i>Actividade de Educação ambiental e género-específico</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Levar e recolher fichas de trabalho para as raparigas estudantes beneficiárias de bolsas de estudo para motivá-las para continuar com os seus estudos. • Assegurar que os meios tais como rádios, telefones, disponíveis para estudo das raparigas beneficiárias de bolsas de estudo, sejam desinfectados.
<i>Actividades de apoio e assessoria a empresas e empreendedores no Esquema de Fomento Florestal, Sistema Agroflorestal-SAF e Desenvolvimento de Cadeias de Valor com PECEs, PACEs, PAs, PES</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a actividade (incluindo reuniões) com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 10 e distanciados em pelo menos 1.5m. • Reunir apenas com intervenientes-chaves em cada visita de campo. Ex: chefe de produção (capataz, gerente, supervisor), chefe da aldeia, ponto focal e/ou o próprio beneficiário-alvo. • Usar os PECEs, PACEs, PAC's, líderes comunitários e outros influentes para servirem de difusores das medidas de prevenção do COVID-19 junto às comunidades e junto aos seus próprios colaboradores. • Reduzir o número de trabalhadores nas actividades diárias através da rotatividade e redistribuição de tarefas, assegurando a manutenção do emprego. • Disponibilizar balde com água, sabão ou desinfetante para que os PACEs, PECEs, PAs, PACs, PE's, beneficiários de SAF e EFF e outros lavem e desinfectem as mãos.
<i>SAFs-específico</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar assistência técnica de forma individual, nas suas áreas agrícolas e distanciados em pelo menos 1.5m. • Limitar para apenas 1 técnico/a prestar assistência técnica durante o lançamento de informação na Plataforma survey 123.
<i>Energia de Biomassa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a actividade, incluindo reuniões, com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 10 e distanciados em pelo menos 1.5m. • Garantir o uso dos equipamentos de protecção individual adequadamente (EPI) por todas as pessoas nas actividades, incluindo nas obras e monitoria. • Disponibilizar balde com água, sabão ou desinfetante para que os beneficiários lavem e desinfectem as mãos.
<i>PCRs</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a actividade incluindo reuniões com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 15 e distanciados em pelo menos 1.5m. Isto é, dividir o grupo de PCR em dois subgrupos. Assegurar que as sessões de poupança dos dois subgrupos sejam registadas no papel gigante e toda informação e decisões tomadas deverão ser partilhadas para fortalecer a confiança entre os membros.

	<ul style="list-style-type: none"> • Manter encontro frequente com membros do comité de gestão para acompanhamento e capacitação. • Colocar luvas para manusear as caixas de poupança incluindo as chaves. • Não tocar nem partilhar os cadernos de poupança dos beneficiários. • Assegurar que as mulheres, e outros membros dos PCRs usem máscara devidamente, e não levam crianças as sessões de trabalho. • Disponibilizar balde com água, sabão ou desinfectante para as pessoas lavarem e desinfectarem as mãos
<i>RDUAT</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a actividade incluindo reuniões com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 10 e distanciados em pelo menos 1.5m. • Sensibilizar a comunidade a aderir aos trabalhos de registo (RDUAT) sem realização de reuniões públicas. • Focalizar encontros de informação e divulgação sobre RDUAT com menos de 10 pessoas, (líderes comunitários, chefes de zonas, secretários do bairro e pessoas influentes da comunidade), que servem posteriormente de difusores de informação sobre o processo RDUAT de casa em casa, usando devidamente a máscara. • Seleccionar colaboradores comunitários (jovens, homens e mulheres) para acompanhar os técnicos de RDUAT no registo de parcelas de terras, devidamente mascarados. • Disponibilizar balde com água, sabão ou desinfectante para as pessoas lavarem e desinfectarem as mãos.
<i>DELCOM</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a actividade incluindo reuniões de divulgação da informação e sensibilização com pequenos grupos de pessoas, não mais do que 10 e distanciados em pelo menos 1.5m. • Focalizar a realização de encontros informativos aos líderes comunitários, chefes de zonas, secretários e pessoas influentes na comunidade observando as medidas de higienização e distanciamento social previstas no presente protocolo. • Assegurar que a capacitação dos CGRN e facilitadores seja em pequenos grupos , não mais do que 10 pessoas. • Assegurar que a recolha de dados relevantes (questões sociais, história, actividades socioeconómicas, potencialidades das comunidades, limites, infraestruturas, etc.) sobre a comunidade seja feita com indivíduos chave da comunidade sem a realização do encontro habitual de recolha de dados (DRP) com todos os membros da comunidade visada e vizinhas. • Assegurar que os DRPs sejam feitos apenas com a participação dos líderes comunitários, chefes de zonas e secretários dos bairros ou

	<p>células) e pessoas influentes (anciãos, líderes religiosos, etc.), evitando aglomerados populacionais da comunidade. Estes grupos devem contar com a participação de mulheres, jovens, idosos e outros grupos menos influentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que a afixação e consulta do edital seja feita individualmente sem aglomeração de pessoas. Em caso de ser um local fechado, deve assegurar a entrada de uma pessoa de cada vez. • Reduzir a circulação e aglomerados de pessoas na consulta do edital afixando muitos editais a distâncias consideráveis uns dos outros, de pelo menos 10 metros • Usar colaboradores comunitários na difusão de casa-em-casa da informação sobre o período da afixação do edital, importância e procedimentos da sua consulta. • Assegurar que a cerimónia de devolução dos produtos de delimitação comunitária (incluindo o esboço e sua memória) seja feita apenas com os líderes comunitários (secretários, chefes de zonas, representantes do CGRN e pessoas influentes da comunidade visada e vizinhas), mas garantindo a participação representativa de mulheres, jovens e outros grupos sociais menos influentes.
<i>Deslocação dos técnicos do FNDS, PS, e outros intervenientes</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os veículos sejam limpos e desinfetados antes e depois da missão com comunidades. • Uso obrigatório de máscaras de protecção facial durante a viagem. • Assegurar que cada viatura com capacidade de 5 pessoas, transporte no máximo 3 pessoas incluindo o condutor. • As viagens deverão ser com vidros abertos. Em caso de utilização do ar-condicionado, deverá haver consenso de todos os passageiros. • Viajar com janelas abertas do carro sempre que possível. • Lavar as mãos e/ou desinfetar segundo procedimentos indicados neste protocolo ao sair e ao entrar na viatura. • Nas portagens, o condutor deve usar o gel alcoólico depois de manipular dinheiro e ou cartão de pagamento de portagem. • Evitar partilhar objectos ou alimentos durante a viagem, durante o trabalho comunitário ou qualquer outro momento. • Desinfetar celulares que levarão à viagem antes e depois das actividades de campo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Não permitir que o celular seja utilizado por terceiros para tirar fotografias-memórias da viagem/visita. Se tal tiver que acontecer, deve-se desinfetar o celular imediatamente antes de se introduzir na viatura. • No caso de missões com hospedagem, deve-se assegurar roupa suficiente para mudar diariamente, colocando a anterior em saco fechado e ou lavar imediatamente, se as condições permitir.
--	---

Lembre-se, no fim da actividade deve informar os participantes que ao chegar em casa devem lavar as mãos com água e sabão ou cinza e tirar os sapatos antes de entrar dentro.

3. Violência Baseada no Género–VBG

Em situações de emergência (crises económicas, conflitos armados e epidemias) os casos de Violência Baseada no Género (VBG) aumentam em consequência da alteração dos padrões de interacção social e do perfil económico e material das famílias. A restrição de movimentos e do acesso aos espaços destinados a prática de actividades individual e colectiva devido ao COVID-19 agrava os casos de violência. O presente protocolo apresenta algumas medidas para prevenção deste tipo de violência, devendo, consequentemente, ser observadas pelos técnicos e outros usuários do protocolo. Algumas destas medidas são:

- Aumentar a informação disponibilizada sobre COVID-19 via rádios comunitários, telefones, jornais e outros meios de comunicação social e de veiculação da informação do FNDS;
- Aumentar as campanhas de consciencialização para homens, mulheres e jovens e outros grupos sociais;
- Usar a potencialidade do MDR para a apresentação/denúncia e resolução de casos de VBG, desencorajando-os;
- Trabalhar em estreita ligação e em coordenação com instituições e organizações ligadas a protecção da mulher, criança e género a nível local para melhor conhecimento da situação e do perfil comportamental dos casos de VBG;
- Garantir que todos os casos de violência doméstica no geral sejam encaminhados para serviços dos sistemas judiciais (incluindo a polícia) e saúde para o devido atendimento;
- Assegurar que as mulheres utilizem os serviços de protecção existentes (gabinete de atendimento a mulher e crianças vítimas de violência doméstica, abuso sexual, tráfico de pessoas, posto policial) de forma mais segura e confidencial para evitar reocorrência de violência pelo agressor;
- Motivar as raparigas a ficar em casa ou, tratando-se de estudantes, estimulá-las a continuarem a estudar utilizando as plataformas (rádios, telefones, fichas) disponíveis e acessíveis em cada local;
- Sensibilizar os pais e encarregados de educação das raparigas a dedicarem mais atenção e ajudar mais as raparigas a fazer os trabalhos de escola durante este período de isolamento social, reduzindo-lhes a carga de actividades domésticas. Neste sentido, deve-se estimular no seio das famílias a redistribuição dos papéis sociais domésticos e eliminar as assimetrias;
- Assegurar que as actividades comunitárias dos diferentes projectos continuem de acordo as medidas de prevenção do COVID-19 previstas no presente protocolo para que os beneficiários das actividades produtivas mantenham a sua produção e renda familiar.

4. Medidas fundamentais a ser observadas pelos técnicos do FNDS, PS e outros

Antes de iniciar qualquer actividade com comunidade os técnicos devem:

- Usar o seu material de protecção individual (máscara) e lavar e ou desinfectar as mãos.

- Não apertar a mão e nem outro tipo de contacto físico para saudar as pessoas envolvidas na actividade.
- Assegurar que no local da realização da actividade haja um balde com água e sabão ou desinfectante para as pessoas envolvidas lavarem e/ou desinfectar as mãos antes da actividade.
- Assegurar que o encontro seja feito num lugar aberto, quer dizer ao ar livre. Deve-se assegurar que no local haja sombra, por exemplo debaixo de uma árvore.
- Assegurar que se mantem uma distância mínima de 1.5 metros entre os técnicos e entre outros participantes.
- Certificar que as pessoas envolvidas na actividade estão com máscara devidamente colocadas (tapando a boca, o nariz até abaixo do queixo).
- Assegurar que a actividade não envolva mais de 10 pessoas. Esta restrição é para garantir maior segurança aos beneficiários, tendo em conta que entre eles possam existir idosos e/ou doentes crónicos que muitas vezes não têm o devido conhecimento do seu estado de saúde.
- Assegurar, sempre que possível, que pessoas idosas não participem nas actividades. Podendo ser representadas por outros membros da família.
- Certificar que as mulheres (mães) não estão com as crianças durante a actividade.
- Assegurar que todo material ilustrativo usado para actividade, incluindo o usado para a demonstração, seja tocado apenas pelos técnicos e nunca pelos membros da comunidade.
- Assegurar que além dos objectos e mobiliários das instalações (escritórios), os veículos sejam desinfetados na parte interna diariamente (nas primeiras horas e no final do expediente).

ANEXO 1 - Informação fundamental a transmitir para as pessoas envolvidas na actividade

O que é COVID-19?

O COVID-19 é uma doença provocada pelo coronavírus que foi identificado pela primeira vez em Dezembro de 2019.

Os casos iniciais da doença COVID-19 foram associados a um mercado de venda de animais vivos. O mercado foi encerrado a 1 de Janeiro de 2020, mas a doença foi progredindo desencadeando uma epidemia mundial ou **pandemia**.

O que é um coronavírus ?

O coronavírus é um vírus que pode causar infecção no homem, em mamíferos e em aves. Até à data, conhecem-se oito coronavírus que infectam e podem causar doença no homem. Normalmente, estas infecções afectam o sistema respiratório, podendo ser semelhantes às constipações comuns ou evoluir para uma doença mais grave, como a pneumonia.

Como se pode transmitir o COVID-19?

A transmissão do COVID-19 pode ser:

- **Directa:** transmissão pessoa-a-pessoa por contacto próximo com pessoas infetadas pelo vírus. A transmissão ocorre principalmente através de gotículas que contêm vírus que são libertadas pelo nariz ou boca de pessoas infectadas, quando tosse ou espirram, e que podem atingir diretamente a boca, nariz e olhos de quem estiver próximo.
- **Indirecta:** através do contacto com superfícies e objectos contaminados. As gotículas libertadas pela pessoa infectada podem depositar-se nos objectos ou superfícies que rodeiam a pessoa infetada e, desta forma, infectar outras pessoas quando tocam com as mãos nestes objectos ou superfícies, tocando depois nos seus olhos, nariz ou boca. O vírus pode sobreviver em superfícies e objectos durante horas ou até dias, se estas superfícies não forem limpas e desinfetadas com frequência.

Qual é o período de incubação?

- O período de incubação (tempo desde a exposição ao vírus até ao aparecimento de sintomas) é de 2 a 14 dias.

Quais são os sintomas da pessoa infectada?

- Febre acima de 38°C.
- Tosse seca.
- Cansaço e dores musculares
- Dor da garganta
- Dificuldade para respirar (dor no peito).
- Sintomas iguais a constipação comum (mal-estar geral, dor de cabeça, náuseas, dores musculares, diarreia, não sentir o cheiro e sabor da comida, entre outros sintomas).

- Recentemente, foi também verificada a perda do olfato e em alguns casos a perda do paladar.

Lembre-se que há pessoas assintomáticas padecendo de COVID-19, o que significa que existem pessoas infectadas que não apresentam os sintomas, mas podem transmitir o vírus a outros.

Quais são as formas de prevenção?

- Evitar qualquer tipo de contacto físico para saudar as pessoas. Não apertar a mão, não abraçar, não beijar, não encostar.
- Manter uma distância mínima de 1,5 metros das outras pessoas.
- Usar máscara quando estiver em lugares fechados e com aglomerado populacional.
- Lavar as mãos com água e sabão ou cinza, ou desinfectar.
- Evitar tocar os olhos, nariz e boca com as mãos.
- Evitar aglomerados das pessoas.
- Cobrir a boca com o braço em formato de V, sempre que tossir ou espirrar.
- Ficar em casa se tiver com febre, tosse, ou sintomas de constipação.
- Evitar deslocações de pessoas para outros locais fora da comunidade.
- Pessoas com mais de 50 anos devem sempre que possível ficar em casa, porque tem sintomas mais graves.

Lembre-se que pessoas idosas, e pessoas com outras doenças como pressão arterial alta (hipertensos), doenças cardiovascular e diabetes têm maior risco de desenvolver doença de forma grave comparativamente às outras pessoas.

O que se pode fazer quando a pessoa fica infectada com COVID-19?

- Se a pessoa tiver febre e tosse seca recomende ou telefone para “Alô Vida” e ou outros contactos abaixo. Se a pessoa tiver dificuldades para respirar contacte à Unidade Sanitária mais próxima.
- Evite tocar todos os objectos usados pela pessoa infectada.

Serviços sociais disponíveis para tratar o COVID-19

- Alô Vida
- Tmcel Moçambique - 82149 ou 1490
- Vodacom - 84146
- Movitel - 1490
- PENSA-plataforma educativa de informação sobre a saúde- *660#
- MDR- número telefónico da paisagem:
 - Cabo Delgado:+258857000100/+25885700101
 - Nampula: +258857000104/+258857000105
 - Zambézia:+258857000108/+258857000109
 - Marromeu:+258857000117/+258857000118/+258857000119
 - Chimanimani:+258857000113/+258857000114/+25857000115
 - Costa dos Elefantes: +258846449880/+258846452067/+258846451241

Lembre-se que toda informação deve ser dada na língua usada e percebida pelas comunidades e pessoas envolvidas na actividade. Em caso de ser em português deve haver tradução.

ANEXO XII - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE PRAGAS (PGIP)

Índice

1 INTRODUÇÃO	2741
2 QUADRO POLÍTICO, LEGAL E INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PGIP	2932
2.1 Quadro Legal de Moçambique.....	2943
2.2 Normas e Directrizes Relevantes do Banco Mundial	2965
2.3 Breve Comparação entre os Regulamentos do GdM e as Normas e Directrizes do BM	2987
2.4 Quadro Institucional de Moçambique	30210
3 QUESTÕES DE PRAGAS EM MOÇAMBIQUE.....	31121
3.1 Problemas Actuais e Previsíveis de Pragas	31121
3.1.1 Produção Agrícola	31121
3.1.2 Produção Pecuária	31627
4 A ADOÇÃO ACTIVA DE UM GIP	32739
5 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	34255
6 ORÇAMENTO PROPOSTO	34558
REFERÊNCIAS	34659
ANEXOS	

Lista de Tabelas

Tabela 1: Leis e regulamentos moçambicanos relevantes	2943
Tabela 2: Comparação entre os regulamentos do GOM e as diretrizes do WB	2987
Tabela 3: Instituições, funções e responsabilidades na GP	30211
Tabela 4: Breve avaliação da capacidade institucional.....	30615
Tabela 5: Lista das principais pragas e culturas associadas em Moçambique.....	31221
Tabela 6: Lista das principais ervas daninhas (infestantes) em Moçambique.....	31223
Tabela 7: Lista das principais doenças e agentes patogénicos associados às culturas em Moçambique	31424
Tabela 8: Principais doenças pecuárias em Moçambique	31829
Tabela 9: Distribuição da incidência de doenças por províncias	31829
Tabela 10: Calendário geral de vacinação animal em Moçambique	31930
Tabela 11: Doenças causadas por vírus que constituem ameaça para os organismos aquáticos..	32132
Tabela 12: Doenças bacterianas que constituem ameaça para os organismos aquáticos.....	32233
Tabela 13: Doenças causadas por fungos que constituem ameaça para os organismos aquáticos.	32234
Tabela 14:: Doenças causadas por protozoários que constituem ameaça para os organismos aquáticos.	32334

Tabela 15: Doenças e distúrbios causados por agentes e factores não infecciosos em organismos aquáticos.....	32335
Tabela 16: Principais recomendações sobre gestão de agroquímicos	32537
Tabela 17: Plano de ação indicativo	32841
Tabela 18: Objectivos de uma GIP	33043
Tabela 19: Manuseio de pesticidas.....	33145
Tabela 20: Indicadores de Monitorização.....	34153

Lista de Anexos

Anexo 1; Práticas recomendadas na produção vegetal.....	Error! Bookmark not defined.64
Anexo 2: Práticas recomendadas na produção de milho, arroz e cana-de-açúcar	Error! Bookmark not defined.67
Anexo 3: Práticas recomendadas para feijões.....	Error! Bookmark not defined.69

Acrónimos

AQUA	Agência Nacional para o Controlo de Qualidade Ambiental
CEPAQ	Centro de Pesquisa em Aquicultura
DAS	Departamento de Saúde Ambiental do MISAU
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DNPDA	Direcção Nacional de Promoção e Divulgação Ambientais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GIP	Gestão Integrada de Pragas
IDEPA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura
IIAM	Investigação Agrária de Moçambique
INNOQ	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
INS	Instituto Nacional de Saúde (
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MISAU	Ministério da Saúde
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MTA	Ministério de Terra e Ambiente
NAS	Norma Ambiental e Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário
PEPI	Plao de Envolvimento de Partes Interessadas
PGIP	Plano de Gestão Integrada de Pragas
PNI	Programa Nacional de Irrigação
PNISA	Plano Nacional de Investimentos na Agricultura
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social

1 Introdução

O Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (MozNorte) tem como objectivo de desenvolvimento do projecto melhorar a subsistência das comunidades vulneráveis e a gestão dos recursos naturais em áreas rurais seleccionadas do Norte de Moçambique, com especial enfoque nos deslocados internos, mulheres e jovens.

A esperada intensificação da produção nas actividades acima tem o potencial de desencadear o aumento das populações de pragas e, subsequentemente, um aumento na utilização de pesticidas e outros produtos químicos para o seu controlo. Qualquer aumento nas populações de pragas pode ser prejudicial à produtividade agrícola e pesqueira/aquícola ou à saúde humana/animal, o que, por sua vez, aumentará a dependência em pesticidas e produtos afins. Qualquer aumento posterior no uso de produtos químicos tem o potencial de causar danos nos utilizadores desses produtos, no público em geral e no ambiente natural receptor.

Está sobejamente demonstrado que, embora os países em desenvolvimento, como Moçambique, fiquem muito atrás dos países desenvolvidos no uso de pesticidas, eles testemunham o maior número de episódios de envenenamento por esses produtos devido aos fracos sistemas de regulamentação, saúde e educação.

No contexto deste projecto e deste documento, uma praga pode ser definida como qualquer organismo cuja presença causa ou tem o potencial de causar perda económica ou de outra forma prejudica o bem-estar e a segurança humana em geral. O termo cobre uma ampla gama de organismos (plantas, animais e microrganismos) que reduzem a produtividade da agricultura (produção animal e vegetal, incluindo a florestal) e pesca (neste caso a aquicultura). O Projecto MozNorte preconiza práticas sustentáveis de produção agrícola, pecuária e aquícola, considerando, contudo, a possibilidade de utilização de pesticidas. Está prevista a aquisição de pesticidas para fornecimento aos agricultores apoiados através de Produtores Agrícolas Comerciais Emergentes (PACE) ou organizados em blocos de produção. O apoio a projectos de aquicultura poderá também vir a aumentar a utilização de agentes químicos nesta actividade.

Existe uma multiplicidade de pragas que atacam as plantas e animais com potencial de causar danos significativos. A incapacidade de as controlar de forma efectiva pode estar associada a reduções de rendimentos e de qualidade dos produtos (FAO 2007, Schelling 2014). No entanto, muitos problemas de gestão de pragas decorrem de se depender inteiramente de pesticidas para o seu controlo. De uma maneira geral o controlo de pragas tende a ser dependente de calendários mais ou menos rígidos de aplicação/pulverização dos produtos controladores o que por sua vez tende a conduzir à aplicação repetida de produtos químicos e, consequentemente, à formação de resistência dos organismos que se pretende controlar a esses produtos. Isso tem o potencial de afectar negativamente a densidade populacional desses inimigos naturais, aumentar o custo de produção e os problemas ambientais (Thomas 1999, Radcliffe et al 2009, Gurr et al 2017). Por outro lado, os problemas de saúde pública decorrentes de doenças transmitidas pela água e relacionadas com a água, como são os casos de malária e bilharziose em empreendimentos agropecuários e de aquicultura, podem desencadear o uso de pesticidas no controlo dos seus vectores.

Esta secção do QGAS do projecto MozNorte constitui-se Plano de Gestão Integrada de Pragas (PGIP). O PGIP destina-se a definir a abordagem geral para minimizar potenciais impactos adversos do projecto no que respeita ao controlo de pragas na saúde humana e ambiental por intermédio da promoção de Boas Práticas de Produção Agrícola e Aquícola e uso racional de pesticidas, inseticidas e herbicidas, bem como as acções de formação e supervisão para que haja uma adopção, uso e descarte seguros desses produtos onde eles tiverem que ser usados.

As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial (BM), com destaque para a NAS 3 sobre Eficiência no Uso de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição reconhecem que “a actividade económica assim como a urbanização tendem a gerar poluição do ar, água e solo bem como a

consumir recursos finitos de modo que pode ameaçar as pessoas, os serviços eco sistêmicos e o ambiente aos níveis local, regional e global” (BM, 2018). De forma mais concreta a NAS 3 estipula que “nos casos em que os projectos envolvem o recurso a medidas de gestão de pragas, o Mutuário dará preferência à gestão integrada de pragas pela via da adopção de abordagens que usam modalidades combinadas ou múltiplas. A aquisição de quaisquer pesticidas deve passar por uma avaliação da “natureza e o grau de riscos associados, tomando em consideração os usos propostos e os utilizadores a que se destinam”. Por fim, a Norma também destaca que o Mutuário não fará uso de quaisquer pesticidas ou produtos ou formulações de pesticidas a menos que tal esteja em conformidade com as Directrizes de Ambiente, Saúde e Segurança (DASS) do Banco, de Abril de 2007⁸¹.

Em consonância com os princípios acima enunciados, o PGIP e consequentemente este Plano, visa:

- i. Rever os objectivos e actividades propostas do Projecto;
- ii. Destacar as pragas previstas e os problemas de controlo de pragas nas áreas abrangidas pelo Projecto;
- iii. Analisar as políticas e regulamentos nacionais para lidar com essas pragas;
- iv. Analisar as práticas de gestão de pragas do país, incluindo as experiências existentes na gestão integrada de pragas (PGIP);
- v. Apresentar um Plano de Trabalho para a aplicação da PGIP para melhorar a eficácia e segurança da gestão de pragas no âmbito do Projecto proposto (ou seja, a ser especificado em um Plano de Gestão Integrada de Pragas específico);
- vi. Estabelecer um plano geral de monitorização e avaliação a ser detalhado no PGIP.

A preparação deste PGIP envolveu a combinação de muitas metodologias e instrumentos com destaque para revisão da literatura, consultas com os departamentos governamentais relevantes, e consulta com pessoal técnico especializado e com as comunidades de produtores agrários e aquícolas. De forma rápida foi levado a cabo um inventário dos problemas comuns de pragas nos locais do projecto assim como das práticas comuns dos agricultores e aquícultores para controlar essas pragas. Os resultados foram discutidos e comparados com os dados de adopção disponíveis na literatura. A experiência de projectos de desenvolvimento agrário e aquícola mais recentes (por ex. Sustenta, MozFIP, MozBio, PROIRRI/IRRIGA, Prosul/PROCAVA, PROPECA-PROAQUA/PRODAPE, etc.) foi amplamente examinada como forma de extrair lições que deverão ser aplicadas no Projecto de MozNorte como forma de aumentar a sua capacidade de traduzir os princípios da GIP em valor agregado para o projecto.

2 Quadro Político, Legal e Institucional para a Implementação do PGIP

No contexto do Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique em geral, uma Gestão Integrada de Pragas (GIP) eficaz só pode resultar de uma combinação inteligente e adequada das políticas e quadro institucional de Moçambique e das práticas predominantes, decorrentes disso com as Normas Ambientais e Sociais e Directrizes de Saúde e Segurança do Banco Mundial.

Este capítulo faz uma revisão dos elementos mais significativos desse quadro. O mesmo apresenta (i) os principais instrumentos de Moçambique e a sua relevância para o projecto; (ii) as normas e directrizes do BM e sua relevância para o projecto; e (iii) faz uma breve comparação entre os dois

⁸¹ Refere-se às Directrizes Gerais de Ambiente, Saúde e Segurança (DASS) do Banco, produzidas em Abril de 2007. Estas constituem-se em documentos de referência técnica com orientações gerais e de indústrias específicas apresentando exemplos de Boas Práticas da Indústria Internacional (BPII) em matéria de gestão ambiental e de saúde e segurança. No que é relevante para este projecto e PGIP, do ponto de vista das indústrias específicas, as DASS elaboram, entre outros, sobre (i) Agronegócios/produção alimentar; (ii) produtos químicos; (iii) florestas.

conjuntos de quadros regulamentares e recomendação de medidas a serem adoptadas pelo projecto para harmonizar as diferenças entre os dois sistemas.

14 2.1 Quadro Legal de Moçambique

Os principais instrumentos legais de gestão das questões ambientais e sociais com enforque sobre os sectores e subsectores abraçados pelo Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique encontram-se suficientemente tratados no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) do projecto do qual a componente de gestão integrada de pragas se constitui em anexo e parte integrante. Para os vários efeitos os conteúdos desses instrumentos podem ser consultados nas secções específicas do QGAS e por isso não vão ser aqui repetidos.

Este documento centra-se sobre os aspectos mais específicos relacionados com a gestão de pragas assim como os diversos produtos utilizados para o seu combate, com destaque para os pesticidas e produtos afins.

Tal como acontece em outras importantes áreas da vida económico social, a legislação sobre pesticidas e produtos químicos de combate às doenças de plantas e animais de Moçambique encontra-se dispersa por uma série de leis e regulamentos, o que às vezes torna difícil discernir a direcção principal e os aspectos críticos a ser tomados em conta em contextos específicos. Claramente existem momentos em que a soma das parcelas não resulta necessariamente numa direcção coerente, especialmente em ciências sociais. E isto parece aplicar-se à temática em discussão neste subcapítulo. Isto torna-se ainda mais complexo no contexto deste projecto que reúne mais do que um subsector e que inclui o da aquacultura que se pode considerar emergente no contexto de desenvolvimento de Moçambique. Por outro lado, sobretudo quando se trata do sector familiar e das micro ou pequenas empresas, que se situam no centro deste trabalho, e em função da tradição deste tipo de produtores nestes subsectores, na prática, a consistência no combate a pragas e doenças apresenta significativa maturidade onde se trata de produção agrícola e pecuária, sendo que na primeira é ainda mais sólida. As florestas e a aquacultura não se encontram ao mesmo nível. Isto é devidamente equacionado neste documento e deverá continuar a sê-lo nas acções à jusante da sua formulação e adopção.

Em Moçambique na temática dos pesticidas para combate a doenças de plantas e animais ocupam posição central dois importantes instrumentos, nomeadamente: (i) **Diploma Ministerial 153/2002 de 11 de Setembro de 2002** (Regulamento de Pesticidas) e (ii) **Decreto 6/2009 de 31 de Março de 2009** (Regulamento de Gestão de Pesticidas). A tabela abaixo resume os principais conteúdos desses instrumentos e de outros relevantes para o assunto:

Tabela 164: Leis e regulamentos moçambicanos relevantes

Leis e regulamentos e breve descrição	Relevância em relação ao projecto
<p>Diploma Ministerial 153/2002 de 11 de Setembro de 2002 (Regulamento de Pesticidas)</p> <p>Este é um diploma conjunto emitido pelos Ministérios da Agricultura, Saúde e Ambiente para a gestão e utilização de pesticidas em Moçambique.</p> <p>Ele exige que o uso de pesticidas seja objecto de registo anterior junto do Ministério da Agricultura. O Ministério da Saúde estabelece os níveis permitidos de resíduos de pesticidas em alimentos com base nas directrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).</p>	<p>É relevante uma vez que muitas de suas disposições estão em conformidade com as normas e directrizes do BM sobre a gestão de pragas, incluindo a gestão integrada.</p> <p>A sujeição da realização das várias operações com pesticidas à avaliação de risco ambiental e social, em conformidade com os regulamentos em vigor no país,</p>

Leis e regulamentos e breve descrição	Relevância em relação ao projecto
<p>Dependendo do seu nível de toxicidade, os pesticidas devem ser claramente rotulados e identificados e codificados com recurso a cores. Em conformidade com o respectivo regulamento (54/2015) uso, armazenamento, manuseio, venda e remoção ou destruição de pesticidas podem estar sujeitos a licenciamento ambiental.</p>	<p>também está em conformidade com as disposições do BM, que coloca a NAS 1 a comandar a adopção das várias intervenções</p>
<p>Decreto 6/2009 de 31 de Março de 2009 (Regulamento de Gestão de Pesticidas)</p> <p>O objectivo do Regulamento é o de garantir que todos os processos que envolvam trabalhar com ou manuseio de pesticidas não sejam realizados em detrimento da saúde pública, animal e ambiental</p> <p>O regulamento aplica-se ao registo, produção, doação, comercialização, importação, exportação, embalagem, armazenamento, transporte, manuseio, uso e eliminação de pesticidas e auxiliares, por pessoas singulares ou colectivas, para agricultura, pecuária, silvicultura, protecção à saúde pública, doméstica e outros propósitos⁸².</p> <p>De entre outros aspectos, o regulamento identifica as instituições envolvidas na gestão de pesticidas, identifica os órgãos responsáveis pela execução de tarefas específicas na área, tais como (i) Comissão Técnica de Avaliação de Registo de Pesticidas; e o (ii) Comitê Técnico Consultivo para Agroquímicos.</p> <p>Por outro lado, fornece e actualiza regularmente (anualmente⁸³) a lista de produtos de pesticidas que podem ser usados em Moçambique. Estes são classificados de acordo com a sua toxicidade potencial (Artigo 9). Dos 188 pesticidas registados, 109 são da classe III; 67 classe II e apenas 12 classe I (sendo a classe I os mais tóxicos)⁸⁴.</p> <p>O regulamento também salienta que as empresas ou entidades que empregam pessoas nas áreas de armazenamento, comercialização, transporte, aplicação e eliminação de pesticidas devem assegurar a formação contínua e actualizada do seu pessoal, incluindo regras de combate a incêndios, intoxicações, primeiros socorros, derrames e outros perigos. As empresas têm a responsabilidade de formar os seus funcionários junto das entidades governamentais no Ministério da Agricultura sendo este último responsável pela preparação e administração dos cursos. O regulamento também discorre sobre a</p>	<p>É aplicável pelas mesmas razões acima e por recomendar o máximo de cuidado e limitações na publicidade, adopção, uso e gestão de pesticidas cobrindo todo o ciclo, i.e. desde a produção até ao descarte.</p>

⁸² A não referencia directa à aquacultura pode dever-se ao facto de esta actividade ser ainda emergente e o seu ímpeto ser ainda mais recente. Mas tal como está escrito, incluindo a menção de “outros propósitos” possibilita a extensão da sua relevância a este subsector e outros afins.

⁸³ Presentemente está em vigor a versão de Dezembro de 2020.

⁸⁴ O artigo 51, do Regulamento de Classificação Toxicológica, estipula que os Ministros que superintendem as áreas de agricultura, ambiente e saúde definem os critérios para a classificação toxicológica de pesticidas, que obedecerão aos padrões internacionais definidos pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Leis e regulamentos e breve descrição	Relevância em relação ao projecto
necessidade de divulgação de informações e estabelece limitações para a publicidade de pesticidas	
<p>Decreto n. 18/2004 Regulamento sobre Qualidade Ambiental e Emissões de Efluentes alterado pelo Decreto n.º 67/2010 (ver link abaixo)</p> <p>O objetivo deste regulamento é o de definir os padrões de qualidade ambiental que garantam um controlo e gestão eficaz dos níveis de concentração de poluentes nas componentes ambientais (terra/solo, água e ar incluindo as componentes que estes acolhem). O Regulamento (anexo) compreende 26 artigos e 6 anexos, divididos em seis capítulos. Ele define os padrões de qualidade do ar e requisitos de emissão, classificação da água de acordo com os usos e requisitos de controlo de qualidade relacionados, com especial atenção à água potável. Para além disso, regula a qualidade do solo e as emissões de ruído. Os seus anexos fornecem requisitos e padrões técnicos.</p> <p>O Decreto nº 67/2010 que altera o Regulamento da Qualidade Ambiental e Emissões de Efluentes altera os artigos 23 e 24 e os Anexos I e V do Regulamento da Qualidade Ambiental e Emissões de Efluentes, relativos às taxas para autorizações especiais e novas multas e sanções por actividades ilegais. Os Anexos IA e IB tratam de novos padrões de qualidade do ar, agentes poluentes da atmosfera e parâmetros para agentes inorgânicos e orgânicos cancerígenos. O Anexo V lista substâncias químicas potencialmente nocivas</p>	<p>Relevante. Embora aborde apenas aspectos específicos e parciais, está em conformidade com os objectivos cruciais do PGIP, como também defendido pelo BM</p>
<p><i>Regulamento sobre Gestão de Resíduos Perigosos (Decreto nº 83/2014, de 31 de Dezembro)</i> Estabelece o quadro legal sobre a gestão de resíduos perigosos.</p> <p>Os resíduos sólidos perigosos deverão ser segregados de acordo com as classes definidas no regulamento, devendo cada entidade produtora ou manuseadora, dispor no mínimo de condições técnicas para o acondicionamento dos resíduos na sua posse (Ar. 13). A recolha dos resíduos sólidos perigosos é da exclusiva responsabilidade das entidades produtoras (Art.15). Os resíduos sólidos perigosos só poderão ser movimentados para fora das instalações das entidades por operadores de transporte previamente certificados para o efeito (Art.º. 16)</p>	<p>Relevante, pois pesticidas obsoletos são considerados resíduos perigosos</p>

14.1 2.2 Convenções internacionais e Normas e Directrizes Relevantes do Banco Mundial

Convenções Internacionais

Entre as convenções internacionais aplicáveis, ratificadas por Moçambique, há que destacar a a Convenção Fitossanitária Internacional I(PPC), um tratado internacional que tem como objectivo assegurar a acção coordenada e eficaz para prevenir e controlar a introdução e propagação de pragas de plantas e produtos vegetais. Tem em consideração tanto os danos directos como indirectos

causados pelas pragas, pelo que inclui as ervas daninhas. Também abrange veículos, aeronaves e embarcações, contentores, locais de armazenamento, solo e outros objectos ou materiais que possam abrigar ou disseminar pragas.

A Convenção Fitossanitária Internacional entrou em vigor em 3 pril 1952. A Convenção foi adoptada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. A sua implementação envolve a colaboração das Organizações Nacionais de Protecção das Plantas (NPPO) - os serviços oficiais estabelecidos pelos governos para desempenhar as funções especificadas pela IPPC - e das Organizações Regionais de Protecção das Plantas (RPPO), que podem actuar como órgãos de coordenação a nível regional para alcançar os objectivos da IPPC.

Outras convenções internacionais relevantes ratificadas por Moçambique incluem:

CONVENÇÃO	ANO DE RATIFICAÇÃO
Convenção de Estocolmo para os Poluentes Orgânicos Persistentes	2001
Convenção de Bamako sobre a Interdição da Importação de Lixos Perigosos e Controlo da Movimentação Transfronteiriça desses lixos em África, de 1991	1996
Convenção de Basileia sobre o controlo de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação de 1989	1996

Normas Ambientais e Sociais (NAS)

As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do BM estabelecem requisitos para a identificação e avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais associados aos projectos apoiados por esta instituição. O pressuposto é o de que a aplicação dessas normas, com enfoque na identificação e gestão de riscos ambientais e sociais, apoia na meta de reduzir a pobreza e aumentar a prosperidade de maneira sustentável em benefício do ambiente e dos cidadãos. As normas, enquadradas num compêndio coeso em que os vários aspectos são tratados de forma integrada, visam: (a) apoiar os Mutuários na realização de boas práticas internacionais relativas à sustentabilidade ambiental e social; (b) auxiliar os Mutuários no cumprimento das suas obrigações ambientais e sociais nacionais e internacionais; (c) aumentar a não discriminação, transparência, participação, responsabilidade e boa governação; e (d) melhorar os resultados de desenvolvimento sustentável dos projectos por meio do envolvimento contínuo das partes interessadas.

A NAS 3, relativa a Eficiência no Uso de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição estipula estritamente que:

Caixa 1: Aspectos essenciais da NAS sobre GP

Está vedado aos Mutuários o uso de quaisquer produtos pesticidas que contenham ingredientes activos que sejam restritos pelas convenções internacionais ou seus protocolos aplicáveis ou que estejam listados em, ou que satisfaçam os critérios dos seus anexos, excepto quando se trate de um propósito aceitável, conforme definido por tais convenções, seus protocolos ou anexos, ou caso uma isenção seja obtida pelo Mutuário nos termos de tais convenções, seus protocolos ou anexos, numa forma que seja consistente com os compromissos do Mutuário sob estes e outros acordos internacionais aplicáveis.

O Mutuário também não usará nenhum produto pesticida formulado que atenda aos critérios de carcinogenicidade, provocação de mutação genética ou toxicidade reprodutiva, em conformidade com o estabelecido pelas agências internacionais.

Para quaisquer outros produto pesticidas que representem outro risco potencialmente sério à saúde humana ou ao ambiente e que tenham sido identificados em sistemas de classificação e rotulagem internacionalmente reconhecidos, o Mutuário não usará formulações de pesticidas de produtos se: (a) o país carecer de restrições à sua distribuição, gestão e uso; ou (b) se eles provavelmente serão usados por, ou serão acessível para pessoal leigo, agricultores ou outros sem formação, equipamento e instalações para o devido manuseio, armazenagem e aplicação correcta desses produtos.

Critérios adicionais aplicam-se à selecção e uso de tais pesticidas, nos casos em que os mesmos: (a) possam ter efeitos adversos insignificativos à saúde humana; (b) se mostrarão eficazes contra as espécies-alvo; e (c) terão um efeito mínimo sobre espécies não-alvo e o ambiente natural. Ainda se estabelece que os métodos, tempo e frequência de aplicação de pesticidas devem ter como objectivo minimizar os danos naturais. Em relação aos pesticidas usados em programas de saúde pública deverá ser demonstrado que são seguros para os habitantes e animais domésticos nas áreas tratadas, bem como para o pessoal que os aplica; (d) que o seu uso tomará em consideração a necessidade de prevenir o desenvolvimento de resistência das pragas; e (e) onde se exige registo, todos os pesticidas serão registados ou de outra forma autorizados para uso nas plantações e na pecuária ou para os padrões de uso, para os quais se destinam sob o projecto.

O Mutuário garantirá que todos os pesticidas usados serão fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com os padrões internacionais relevantes e de acordo com os códigos de conduta, bem como as DASSs.

Para qualquer projecto que envolva questões significativas de gestão de pragas ou qualquer projecto que contemple actividades que podem desencadear pragas significativas e questões de gestão de pesticidas, o Mutuário irá preparar um Plano de Gestão de Pragas (PGP). Tal Plano também será preparado quando o financiamento proposto de produtos de controlo de pragas representar uma grande componente do projecto.

(WB, 2017)

A NAS 2 define requisitos de saúde ocupacional e a NAS4 de saúde na comunidade, ambas também relevantes na análise de potenciais impactos na saúde, derivados da utilização de pesticidas.

15 2.3 Breve Comparação entre os Regulamentos do GdM e as Normas e Directrizes do BM

Junto com a breve análise feita acima a tabela abaixo fala por si em relação às diferenças entre os regulamentos GdM e as normas e directrizes do BM incluindo a proposta de medidas a serem tomadas no âmbito deste projecto para harmonizar tais diferenças.

Tabela 175: Comparação entre os regulamentos do GOM e as diretrizes do WB

Problemas	Legislação moçambicana	Normas e directrizes do WB	Avaliação e medidas recomendadas para harmonizar as diferenças
Avaliação do projecto e	De forma directa e apesar de o DM 153/2002 referir a possível	A combinação das NAS 1 e 3 em si junto com a DASS,	Os dois conjuntos de legislação apresentam

Problemas	Legislação moçambicana	Normas e directrizes do WB	Avaliação e medidas recomendadas para harmonizar as diferenças
identificação e determinação da necessidade de um PGP ou GIP para um projecto	necessidade de sujeitar certas formas de uso, armazenamento, manuseio, venda e remoção ou destruição de pesticidas ao licenciamento ambiental nem os Regulamentos de AIA (com destaque para Decreto 54/2015) nem os instrumentos de gestão de pragas (Diploma Ministerial 153/2002 (Regulamento de Pesticidas), Decreto 6/2009 (Regulamento de Gestão de Pesticidas) e Decreto n. 18/2004/ Decreto n.º 67/2010 Regulamento de Qualidade Ambiental e Emissões de Efluentes) se referem à necessidade de avaliar um projecto em geral para identificar e determinar se ele precisa de um PGP ou um GIP.	torna obrigatório que um projecto de agronegócios e alimentação (ou de saúde) seja avaliado para identificar e/ou determinar a necessidade de um PGM ou um PGIP	diferenças. Em conformidade com as normas e directrizes do BM, o projecto foi avaliado e a necessidade de PGP e PGIP foi verificada e justificou a preparação deste Plano. As implicações disso continuarão ao longo das fases subsequentes do projecto
O financiamento e uso de pesticidas só é feito quando o seu uso é justificado sob uma abordagem de GIP	Embora os regulamentos de Moçambique (DM 153/2002 (Regulamento Pesticidas), Decreto 6/2009 (Regulamento de Gestão de Pesticidas) repetidamente se refiram ao valor do uso de formas alternativas de combate a doenças de plantas e animais usando meios mais amigáveis para o ambiente eles não condicionam o financiamento e uso de pesticidas a uma GIP que justifique os pesticidas	Este também é um aspecto crucial das duas NAS, i.e. 1 e 3 em relação a projectos que envolvam a gestão de pragas. A abordagem de GIP é central e o financiamento de pesticidas está condicionado ao seu uso ser justificado sob tal abordagem, incluindo as restrições e limitações destacadas na NAS 3, como descrito acima	Esta é uma definição de integração/quadro fundamental na qual os dois conjuntos de regulamentos diferem. A formulação do PGP para este projecto e as acções subsequentes são uma confirmação de que as normas e directrizes do BM prevaleceram e irão prevalecer. Isso é especificado neste documento, mas também no QGAS do projecto, preparado separadamente
Contingência de aquisição de qualquer pesticida a uma avaliação da natureza e do grau de riscos associados, considerando o uso proposto e os	Embora os regulamentos moçambicanos (DM 153/2002 (Regulamento de Pesticidas), Decreto 6/2009 (Regulamento de Gestão de Pesticidas)) estabeleçam uma série de medidas para se tomar precauções na aquisição e utilização de pesticidas em conformidade com o uso proposto e potenciais	Esta é uma das disposições centrais da NAS 3, no que respeita à gestão de pesticidas do Banco Mundial, ou seja, que a aquisição de qualquer pesticida num projecto financiado pelo Banco é dependente de uma avaliação da natureza e do grau de riscos associados,	Existem diferenças significativas nos princípios gerais. As disposições da NAS 3 sobre Gestão de Pesticidas, do Banco Mundial, será respeitado durante todo o ciclo de vida do projecto.

Problemas	Legislação moçambicana	Normas e directrizes do WB	Avaliação e medidas recomendadas para harmonizar as diferenças
usuários pretendidos	utilizadores. não torna o processo necessariamente contingente a uma avaliação	considerando o uso proposto e os usuários pretendidos	
Os pesticidas financiados devem ser fabricados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, eliminados e aplicados de acordo com padrões aceitáveis claramente definidos	Ambos os regulamentos moçambicanos (DM 153/2002 (Regulamento de Pesticidas) , Decreto 6/2009 (Regulamento de Gestão de Pesticidas)) e particularmente o último tornam obrigatório que qualquer operação que envolva pesticidas esta se restrinja estritamente à adopção de padrões de pesticidas aceitáveis claramente definidos. A lista de pesticidas aceitáveis existe e está em conformidade com os padrões da OMS.	O Banco exige que todos os pesticidas que financia sejam fabricados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, eliminados e aplicados de acordo com os padrões aceitáveis pelo Banco. A classificação de pesticidas existe em Moçambique e está de acordo com os padrões da OMS.	Existem semelhanças consideráveis na definição de padrões e listas de produtos aceitáveis, desde que isso seja feito em conformidade com o disposto nas 3. No que diz respeito à listagem, ambos os conjuntos de regulamentos podem ser usados indistintamente

A comparação entre as leis e regulamentos do GdM e as normas e directrizes do BM destaca a falta de um quadro mais geral de Gestão de Pragas e sobretudo da sua gestão integrada por parte do primeiro. Os três regulamentos mencionados e, em particular, os dois relativos ao sector produtivo (principalmente agrícola) centram-se em questões operacionais em detrimento de definir e regulamentar o contexto geral em que os pesticidas devem ser integrados, considerados e eventualmente utilizados. Apesar da existência de várias peças soltas sobre estas matérias o país não possui um quadro de gestão integrada de pragas ou estratégia de produção orgânica como tais. Aspectos parciais relacionados à GIP são referidos indirectamente quando o incentivo para o uso de outros métodos de controlo de pragas (por exemplo, biológico, físico, etc.) e outros métodos de precaução para lidar com pesticidas são endossados em circunstâncias particulares. A GIP como tal não existe como uma política e um instrumento regulatório autónomos. Em contextos específicos, essa situação também tem atrás de si o potencial de ser uma porta aberta para os agricultores e aquicultores e outros operadores na cadeia de valor dos agroquímicos embarcarem num mercado mal planificado e mal controlado, o que pode ter e por vezes tem consequências indesejáveis.

Pelo contrário, a GIP é fundamental para a abordagem do BM. Esta pode ser definida como uma mistura de práticas de controlo de pragas, com base ecológica e outros mecanismos e sistemas, impulsionado pelos agricultores e aquicultores que procuram reduzir a dependência em pesticidas químico-sintéticos. Ela envolve (a) a gestão de pragas (mantendo-as abaixo de níveis economicamente prejudiciais), em vez de procurar erradicá-las; (b) baseia-se, na medida do possível, em medidas não químicas para manter as populações de pragas baixas; e (c) assenta na selecção e aplicação de pesticidas, quando estes devem ser usados, de uma maneira que minimize os efeitos adversos sobre os organismos benéficos, seres humanos e o ambiente. As normas do Banco exigem a avaliação da natureza e grau de riscos associados, considerando o uso proposto e os usuários destinados à compra de qualquer pesticida em projectos por si financiados. A abordagem do BM torna obrigatório que quaisquer pesticidas que possam ser usados, fabricados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados o sejam de acordo com os padrões por si aceitáveis. Isso será aplicado em todo o ciclo de vida do projecto.

Apesar das limitações existentes na legislação nacional, os instrumentos em vigor envolvem um forte elemento de controlo sobre todo o ciclo de uso de pesticidas. Consequentemente, apenas os pesticidas registados no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), podem ser usados em Moçambique. Isso inclui uma lista de produtos pesticidas que são classificados de acordo com seu potencial tóxico (Artigo 9), já referidos acima, incluindo a indicação do seu grau de toxicidade e relativa classificação nas três (3) categorias existentes. A composição e as características físico-químicas dos pesticidas propostos para registo devem estar de acordo com as especificações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e isso deve constar do rótulo. O regulamento também exige embalagem e manuseio adequados, que atendam aos requisitos de saúde e segurança.

Medidas adicionais em torno de todo o ciclo de controlo de pesticidas previstas no Regulamento de Gestão de Pesticidas incluem:

- O uso de pesticidas da Classe I está sujeito a autorização de 1 ano renovável a ser emitida pela CATERP (Comissão Técnica de Avaliação de Registro de Pesticidas), mediante solicitação formal, com os seguintes dados anexados: (i) curriculum vitae, (ii) certificado sanitário que atesta a saúde adequada para o manuseio de pesticidas e atestado que atesta a formação técnica do requerente.
- Os pesticidas só podem ser usados por adultos. Os requerentes de pesticidas da Classe I devem ter o nível básico de escolaridade concedido por instituições reconhecidas pelo DNSAS.
- O DNSAS pode submeter o candidato a um teste para medir as suas capacidades técnicas.
- O uso de pesticidas é proibido a mulheres grávidas ou que estejam a amamentar assim como é proibido a menores (Art. 30)

Entre outros, os três instrumentos básicos e sobretudo os últimos dois preconizam que os operadores implementem planos ou medidas de biossegurança nas suas unidades de produção como condição necessária para que sejam autorizados a exercer suas actividades. Esses instrumentos legais permitem aos operadores identificar medidas de biossegurança que possam ser aplicáveis nas suas unidades de produção. Neles são descritas as medidas de biossegurança que podem ser implementadas pelos criadores de animais incluindo aquicultores e comerciantes.

Essas e outras disposições legais em todo o ciclo de pesticidas constituem-se em sistemas e procedimentos de controlo que visam garantir a contenção do uso destes produtos. A maior parte das vezes estes sistemas e procedimentos são contrabalançados por várias restrições e fraquezas institucionais, incluindo a fraca capacidade de aplicação da lei, incluindo, nos anos mais recentes, a corrupção, como pode ser visto a seguir na análise institucional. Essas deficiências são mais uma razão para tornar a GIP do BM ainda mais relevante no âmbito do Projecto MozNorte e outros projectos semelhantes.

Para além do Regulamento de Qualidade Ambiental e Emissões de Efluentes já mencionado acima, os dois principais regulamentos sobre pesticidas são complementados por vários outros que também lidam com as questões da sanidade na agricultura (produção vegetal e florestal e animal) e pescas/aquacultura, como são os casos de:

- Regulamento de Sanidade Pecuária (Diploma Ministerial no 21912002 de 5 de Dezembro) – que visa estabelecer as normas que permitam realizar a vigilância epidemiológica e o controlo de doenças dos animais em Moçambique;
- Regulamento de Saúde Animal (Decreto nº 26/2009 de 17 de Agosto);
- Regulamento Geral para o Controlo Higiéno-Sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática (Decreto nº 76/2009 de 12 de Novembro).
- Decreto 17/2001 de 12 de Junho – Regulamento de Inspeção e Garantia de Qualidade dos Produtos da Pesca: Estabelece os requisitos higiene-sanitários de gestão de qualidade que

regem as actividades de manuseamento, processamento, exportação e importação dos produtos da pesca, garantindo-se assim o cumprimento das exigências do mercado e melhor protecção do consumidor.

- Decreto 35/2001 – Regulamento Geral da Aquacultura: Estabelece normas gerais sobre o exercício da actividade de aquacultura, que inclui elementos de sanidade e saúde pública.
- Directiva 96/23/CE do Conselho, de 29 de Abril de 1996: Estabelece as medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos nos animais vivos e respectivos produtos.

Porém, são os três regulamentos inseridos e discutidos na Tabela 2 que definem o essencial da política, estratégias e acções para combater doenças de plantas e animais e lidar com pesticidas e outros produtos afins.

2.4 Quadro Institucional de Moçambique

2.4.1 O Quadro Institucional

As instituições centrais na gestão de pesticidas em Moçambique, em função da sua nomeação pelo Diploma Ministerial do Regulamento de Pesticidas 153/2002, são os Ministérios da Agricultura⁸⁵ (presentemente Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)), Ambiente⁸⁶ (presentemente Ministério da Terra e Ambiente (MIT)) e o Ministério da Saúde (MISAU). Embora nem sempre isso seja tratado dessa maneira e não conste no referido diploma, o actual Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) deve sentar-se na mesma mesa que os sectores tradicionais. O Projecto MozNorte poderá ter um papel importante e pratico neste sentido.

Sem exclusão dos restantes órgãos do governo e não só, até porque saúde e segurança, que é essencial na gestão de pesticidas, é da responsabilidade de todos, as instituições acima apontadas têm a particular responsabilidade de tradução do conjunto de acções previstas nos dispositivos legais em resultados que garantam que os pesticidas sejam geridos de uma forma que não represente uma ameaça para a saúde humana/pública, plantas e animais e à saúde geral das componentes ambientais (solo, água e ar).

A tabela abaixo, com ajustamentos julgados convenientes (por ex. considerando o MIMAIP que não aparece de modo directo e sem muita atenção à designação específica dos órgãos por detrás dos sectores/subsectores⁸⁷), faz um resumo das funções e responsabilidades dos quatro principais ministérios/sectores e subsectores acima no que se refere à gestão de pesticidas. As principais funções são as de produção e/ou promoção desta, investigação, regulação e extensão.

Tabela 186: Instituições, funções e responsabilidades na GP

Sectores/Departamentos Governamentais	Papéis e responsabilidades
Setor Agrário e Pesqueiro/Aquícola	
MADER e por extensão o MIMAIP são os departamentos do governo que são centrais na	Na sua qualidade de gestor geral de produção vegetal e animal e serviços relacionados, incluindo saúde, o

⁸⁵ Ao longo dos anos este ministério tem assumido diferentes designações em função da sua junção/separação em relação a outros sectores. Já houve um período em que esteve associado ao sector das pescas, durante o qual assumiu a designação de Ministério da Agricultura e Pescas.

⁸⁶ Idem – desde o seu primeiro estabelecimento em 1994 este ministério já vai na sua terceira designação diferente das anteriores duas.

⁸⁷ De facto as designações específicas mudam com frequência. O estabelecimento do novo governo em 2020, depois das eleições gerais de 2019 viu surgir novas designações para os ministérios da agricultura e do ambiente.

Sectores/Departamentos Governamentais	Papéis e responsabilidades
<p>GP. Estão envolvidos no processo por meio das unidades e áreas de operação principais na produção agrícola e pesqueira:</p> <p>No MADER as Direcções Nacionais de Desenvolvimento e de Assistência⁸⁸ à Agricultura Familiar assim como a de Desenvolvimento Pecuário ocupam-se pela promoção da produção em si. A Direcção Nacional de Sanidade Agropecuária e Biossegurança ocupa-se pelas questões de sanidade vegetal e animal. Para a Inspeção da Agricultura e Desenvolvimento Rural se ocupar precisamente pela inspecção e controlo gerais. Ainda existe o Gabinete de Salvaguardas Ambientais e Sociais, que complementam as acções de promoção, educação, extensão e inspecção, mas com enfoque nas questões ambientais e sociais.</p> <p>No MIMAIP o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (IDEPA) e suas respectivas unidades a nível central e provincial e distrital (SDAE) é que tratam de doenças de plantas e animais. Compreendem departamentos de produção e de sanidade.</p> <p>Os Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)⁸⁹/Instituto de Investigação Pesqueira (IIP)⁹⁰, ocupam-se pela investigação e geração de tecnologias, o que inclui doenças de plantas e animais e seu tratamento.</p>	<p>MADER é a principal instituição responsável pela gestão de pragas. Realiza funções de promoção da produção vegetal e animal, assistência aos produtores, sanidade e biossegurança e inspecção e controlo.</p> <p>O MIMAIP complementa esta acção no que respeita às pescas e sobretudo à aquicultura, que apesar de ser presentemente um subsector emergente, poderá crescer de importância nos próximos anos.</p> <p>As Direcções Nacionais do MADER e suas ramificações provinciais e distritais e o IDEPA no MADER e MIMAIP, respectivamente, são directamente responsáveis pela produção vegetal e animal (MADER) e pesqueira/aquícola (MIMAIP), que por sua vez gerem as subunidades que tratam de questões relacionadas com a saúde e os pesticidas.</p> <p>IIAM⁹¹ é a principal instituição de investigação no sector agrícola em Moçambique, focada na melhoria da produção de culturas, melhoramento de sementes, gestão integrada de pragas, capacitação e formação. Está estabelecida ao nível central com delegações regionais/provinciais limitadas, principalmente sob a forma de unidades temáticas específicas que lidam com culturas e outras questões específicas. No sector pesqueiro e da aquicultura é o Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e o Centro de Pesquisa em Aquicultura (CEPAQ) que também estão envolvidos em algumas formas de investigação e geração de tecnologias e informação.</p>
Sector da Saúde	
<p>O MISAU é a entidade central responsável pela saúde pública. Entre outras instituições e medidas ele cumpre este papel por intermédio da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP), que tem uma série de unidades, incluindo o Departamento de Saúde Ambiental (DSA).</p>	<p>O DSA faz parte da Direcção Nacional de Saúde Pública e subordina-se à Direcção Nacional Adjunta de "Prevenção e Controlo de Doenças". A nível provincial, a DSA é uma unidade subordinada ao Departamento de Saúde Comunitária da DPS e a nível distrital, as actividades são realizadas pela Unidade de Saúde Comunitária que faz parte do SDMAS.</p>

⁸⁸ À luz do mais recente estatuto orgânico do Ministério (DM n.º 3/2020) foram criadas duas direcções nacionais de apoio à agricultura do sector familiar, i.e. uma de desenvolvimento e a outra de assistência.

⁸⁹ As Faculdades de Agronomia e Veterinária da principal universidade pública de Moçambique (UEM) também participa em trabalhos de investigação em conjunto com o IIAM.

⁹⁰ Que também conta com a colaboração da Faculdade de Biologia da principal universidade pública de Moçambique (UEM).

⁹¹ Depois de muitos anos de separação, presentemente (após a aprovação do Decreto 47/2004, de 27 de Outubro, do Conselho de Ministros) o IIAM trata dos três subsectores de produção agrícola, ou seja, vegetal, florestal e produção animal numa única instituição, embora com divisões internas de responsabilidades para tratar de problemas específicos em torno destes subsectores. O IIAM também compreende uma unidade de formação e divulgação.

Sectores/Departamentos Governamentais	Papéis e responsabilidades
Na investigação o MISAU enquadra ainda o Instituto Nacional de Saúde (INS ⁹²).	O INS que é uma instituição técnico-científica pública, responsável pela gestão, regulamentação e fiscalização das actividades relacionadas com a geração de evidência científica em matéria de saúde pública.
Sector Ambiental	
<p>O MIT é o órgão central responsável pela saúde das componentes ambientais como água, solo, ar, flora e fauna. Ele exerce as suas funções por meio de três unidades principais:</p> <p>a) A Agência Nacional para o Controlo de Qualidade Ambiental (AQUA), que se ocupa de investigação, monitorização e fiscalização da qualidade do ambiente</p> <p>b) A Direcção Nacional do Ambiente (DINAB), que é responsável pelo licenciamento ambiental das actividades.</p> <p>A Direcção Nacional de Promoção e Divulgação Ambientais (DNPDA)</p>	<p>Na sua qualidade de gerente geral dos aspectos ambientais e serviços relacionados, o MITADER é a principal instituição responsável por controlar as implicações potenciais do uso de pesticidas na qualidade dos componentes ambientais</p> <p>A AQUA é a instituição líder em gestão da qualidade ambiental ao, entre outros, estabelecer padrões ambientais a serem observados e definir formas e procedimentos para colocá-los em prática, incluindo investigação, monitorização e fiscalização.</p> <p>A DINAB é responsável pelo licenciamento das actividades e também por promover a educação ambiental.</p> <p>A DNPDA ocupa-se pela educação e promoção da boa gestão ambiental junto do vasto público.</p>

O Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) também deve ser considerado. Foi instituído em Março de 1993 pelo Decreto-Lei n.º 02/93 do Conselho de Ministros, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC). É um órgão autónomo responsável pela definição e implementação da política de qualidade e pela coordenação de todas as actividades de normalização e qualidade a nível nacional. As principais funções do INNOQ são: (i) a promoção da padronização e qualidade na fabricação de produtos e na prestação de serviços; e (ii) cooperação com organizações regionais e internacionais que actuam nas áreas de padronização e qualidade. O objectivo é o de melhorar as condições da indústria, proteger os consumidores e o ambiente, aumentar e facilitar o comércio nacional e internacional para melhorar os padrões de vida e fortalecer a economia em geral.

Todas as instituições estão, de diferentes formas, representadas ao nível central, provincial e distrital.

Para lidar com o carácter multidisciplinar da GP as instituições acima mencionadas e outras encontram-se organizadas por uma série de órgãos de gestão colectiva e técnicos que lidam com os diferentes aspectos da GP. Os mais importantes, que são presididos pelo Ministério da Agricultura, incluem o sector privado, são:

- Registo: através da Repartição de Registo e Controlo de Agroquímicos (RRCA) e seu braço técnico a Comissão Técnica de Avaliação de Registo de Pesticidas
- Assessoria: por meio do Comité Técnico Assessoria de Agroquímicos.

Nas linhas que se seguem faz-se uma breve caracterização dos actores nos subsectores do PGIP fora do sector público. As descrições são oferecidas a título de indicação e avaliação gerais. Não existe a

⁹² A Faculdade de Medicina da principal universidade pública de Moçambique (UEM) também participa em trabalhos de investigação em conjunto com o INS.

intenção de dispersão por uma série de detalhes que poderiam desvirtuar o que é essencial a este trabalho.

Na **Produção Vegetal**: os principais actores são (i) os grandes produtores de cana-de-açúcar⁹³ e do emergente sector de frutícola (que se tem focalizado sobretudo na banana)⁹⁴ e arroz⁹⁵ incluindo as várias formas de produção por contrato e outras afins envolvendo grandes empresas que engajam pequenos agricultores locais em torno de culturas tais como o algodão⁹⁶, tabaco (Mozambique Leaf Tobacco (MLT)), mandioca⁹⁷ e castanha de caju⁹⁸; (ii) ONGs, embora o peso desta categoria de actores na agricultura e/ou assistência à produção tenha estado a diminuir desde 1992, após o fim da guerra. Os principais actores desta categoria, principalmente em Nampula e Zambézia têm sido a World Vision, CARE; IBIS, etc. e (iii) os próprios pequenos agricultores que se concentram em culturas alimentares (milho, feijão, mandioca, batata-doce e uma variedade de frutas) e culturas de rendimento (principalmente algodão, castanha de caju, mandioca⁹⁹ e suas associações.

Na **Pecuária**: apesar de a estratégia do sector referente a 2009-2015 já prever que “o sector privado deve assumir um papel de maior relevo na provisão de bens e serviços privados, em resultado da retirada progressiva do sector público na execução de um conjunto de actividades, em particular na provisão de insumos veterinários e na assistência clínica veterinária, no âmbito do novo modelo de serviços de saúde animal, através do ambiente favorável que o Estado criará”, nota-se que este subsector não tem testemunhado a mesma vitalidade e crescimento que se verifica na produção vegetal. A rede comercial de venda de drogas e medicamentos veterinários cinge-se aos grandes centros urbanos. Apenas alguns distritos, perto das capitais provinciais é que apresentam escassas lojas.

A estratégia de desenvolvimento para o período 2011-20¹⁰⁰ veio a reconhecer que “a contribuição da pecuária para a economia nacional é incipiente. Em 2008 a pecuária representava 10% da produção agrária total e contribuía apenas com 1,7 % para o Produto Nacional Bruto (Relatório da OIE, 2008). A falta de desenvolvimentos também lineares se pode dizer da contribuição da sociedade civil em relação à qual o PEDSA prevê “que apoiem na organização dos produtores em associações/cooperativas e na sua respectiva formação”, sendo que presentemente muito pouco disto se verifica. No entanto existe uma Ordem dos Médicos Veterinários de Moçambique orientada

⁹³ Nas províncias de Maputo e Sofala inde actualmente existem açucareiras

⁹⁴ Nas províncias de Maputo (Boane) e Nampula (Matanuska – entretanto encerrado precisamente por causa de uma praga. Tratava-se de plantação de banana em Monapo, Nampula, que era para ser um modelo para uma iniciativa estrangeira de produção em grande escala promovida pela Norfund, que não conseguiu, entre outros, controlar a doença do Panamá que dizimou as culturas numa altura em que o empreendimento já contava com cerca de 2500 trabalhadores e exportava 1400 toneladas de bananas por dia) e Manica em geral.

⁹⁵ Na província de Gaza (Weibao).

⁹⁶ Por empresas como OLAM, SANAM e JFS em todo o país, mas principalmente nas províncias do Norte, com destaque para Nampula.

⁹⁷ Na província de Nampula, as cervejarias CDM e Heineken têm produzido cerveja com recurso à mandioca terceirizada junto de agricultores locais como principal produto primário.

⁹⁸ Em diversas províncias com destaque para Nampula, Cabo Delgado, Gaza, etc. existem muitas iniciativas de processamento de caju (nos tempos mais recentes chegaram de atingir 17 unidades) adquirido junto dos pequenos produtores familiares

⁹⁹ Em conexão com as cervejeiras tal como já apontado acima.

¹⁰⁰ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) que já trata de forma integrada os subsectores do sector agrário, i.e. produção agrícola, pecuária, madeireira e florestal.

para a defesa da profissão. Os vários aspectos do PGIP que este documento corporiza vai ter de tomar mais em consideração os desenvolvimentos esperados da pecuária do que propriamente o contexto de um passado recente e actual, que são de fraca expressão.

Na **Produção Madeireira e Florestal**: trata-se de um subsector que tem estado em declínio desde os anos 1990, depois de ter relativa pujança logo após a independência e nos anos 1980. A indústria extractiva da madeira tem seguido contornos cada vez mais controversos dominados por acções reconhecidamente insustentáveis e em relação aos quais o estado tem estado empenhado em reverter. O mesmo se passa com a produção de lenha e carvão, que ainda ocupam um espaço significativo na disponibilidade de energia à grande maioria da população. A extracção de lenha e produção de carvão são as principais actividades florestais desenvolvidas pelos pequenos operadores familiares e comerciais nas três regiões do país. Todavia o corte de capim e a apanha de folhas estão mais concentrados no norte e centro, respectivamente. Na região sul também se destaca o corte de estacas principalmente para a construção de habitação. Outra actividade importante relacionada com a gestão florestal é a caça, mais concentrada nas regiões centro e norte do país.

Neste contexto o papel quer do sector privado quer do da sociedade civil não apresenta as mesmas características que o das culturas alimentares e de exportação. Uma boa parte do trabalho no âmbito do PGIP consistirá em estabelecer uma massa crítica de actores privados e da sociedade civil para fortalecer o diálogo interinstitucional. Os projectos MozBio e MozFIP, também financiados pelo BM, destinam-se a oferecer direcção a alguns dos problemas reconhecidos.

Na **Aquacultura**: apesar do que se considera ser um rápido e pujante crescimento a aquacultura, sobretudo a ligada ao sector familiar e pequenos produtores, ainda pode ser considerada uma actividade emergente. Não apresenta os mesmos níveis de afirmação que os que se verificam na produção vegetal e animal em geral. Este é capaz de ser o subsector em que mais trabalho de base ainda se torna necessário para estabelecer uma massa crítica de actores privados e da sociedade civil para contracenar com o governo e o estado em geral. Isso terá de ser devidamente considerado no PGIP.

2.4.2 Capacidade Institucional

De forma resumida, na **Tabela 19**, abaixo, avalia-se a capacidade das instituições acima mencionadas para cumprir os seus mandatos dentro da GP. Os resultados são seguidamente usados para delinear o PGP e a GIP adoptados neste documento. O QGAS e o PEPI também fazem avaliações gerais mais abrangentes e devem ser usados em conjunto com esta avaliação específica para obter uma melhor compreensão dos pontos fortes/fracos, oportunidades/ameaças preponderantes.

Tabela 19: Breve avaliação da capacidade institucional

Sectores/Departamentos Governamentais	Avaliação da Capacidade
Setor agrícola	
Tradicionalmente o Ministério da Agricultura (presentemente MADER) de forma destacável é o departamento do governo central em GP. Está envolvido no processo por meio das principais unidades e áreas de actuação que compreendem: Promoção da Produção: direcções nacionais de (i) Desenvolvimento da Agricultura Familiar; e (ii) Direcção Nacional de	Serviços de promoção da produção vegetal e animal no MADER: a sua capacidade para realizar actividades de rotina é avaliada como consistente. Apesar das mudanças de designações ao longo do tempo são unidades com forte tradição e experiência na realização das várias funções de promoção da produção (por intermédio de políticas, estratégias, planos e outras formas de facilitação). Com recursos adequados realizam e podem realizar cabalmente as suas funções.

Sectores/Departamentos Governamentais	Avaliação da Capacidade
<p>Desenvolvimento Pecuário e respectivas unidades aos níveis provincial e distrital;</p> <p>Sanidade Agropecuária e Biossegurança propriamente ditos: a cargo da Direção Nacional com a mesma designação complementada pelo Gabinete de Salvaguardas Ambientais e Sociais</p> <p>Educação e Extensão: Direcção Nacional de Assistência à Agricultura Familiar;</p> <p>Inspecção: Inspecção da Agricultura e Desenvolvimento Rural</p> <p>Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)</p>	<p>Sanidade Agropecuária e Biossegurança: a capacidade da Direção Nacional Sanidade Agropecuária e Biossegurança de realizar parte das suas funções, tais como registo de pesticidas, licenciamento de actores e publicação periódica (anual) de pesticidas autorizados é avaliada como estável e forte. A disseminação para atingir o maior número possível de usuários é avaliada como sendo fraca. Muitos produtores não conhecem os dispositivos existentes e em vigor sobre GP.</p> <p>É uma instituição com capacidade insuficiente para realizar a inspecção e outras funções de imposição da lei. Mesmo depois do recente estabelecimento da Direção Nacional Sanidade Agropecuária e Biossegurança, para um país com cerca de 800.000 km² e pouco mais de 4,0 milhões de unidades de produção, das quais mais de 90% são formadas por agricultores de subsistência, tem menos de 20 técnicos a nível central neste momento (2021) e apenas um em cada província e nenhum técnico especializado ao nível distrital para se ocupar especificamente das questões de sanidade.</p> <p>Também se apresenta mal equipada em termos de outros meios para a realização de suas actividades, tais como veículos, laboratórios e outros.</p> <p>Direcção Nacional de Assistência à Agricultura Familiar: embora o governo empregue pouco mais de 70% de todos os extensionistas agropecuários e os números tenham crescido consideravelmente nos últimos anos¹⁰¹ até muito recentemente trabalho de extensão em Moçambique dependia muito de projectos especificamente financiados, com fundos externos. Tradicionalmente o governo tem investido relativamente pouco no estabelecimento e manutenção de serviços de extensão. O pagamento dos salários dos extensionistas, bem como de outras facilidades necessárias para o subsector, tais como bicicletas, motos e kits de trabalho de campo, etc., geralmente ficavam sob a responsabilidade de agências doadoras e de assistência ao desenvolvimento. Sempre que o envolvimento dessas agências diminui, também diminui a vitalidade e os meios atribuídos aos serviços de extensão.</p> <p>A rede de extensão é marcada pela baixa cobertura, com apenas 2 a 5% dos produtores a ter contacto directo ocasional com esses trabalhadores (Gemo, 2006). Embora o nível de educação formal tenha aumentado nos últimos anos¹⁰² extensionistas têm poucos ou nenhuns vínculos com os serviços de investigação que poderiam fornecer-lhes mensagens actualizadas a ser transmitidas aos produtores.</p>

¹⁰¹ De acordo com Gemo (2006), que se constitui num dos poucos estudos mais abrangentes sobre esta matéria, em 2006, 18% trabalhavam para o setor privado e 12% para ONGs.

¹⁰² Em 2006, 48% dos extensionistas tinham concluído a formação profissional de nível médio (pré-universitário), 29% o ensino básico e 20% o ensino superior (Gemo, 2006)

Sectores/Departamentos Governamentais	Avaliação da Capacidade
	<p>Por ex. apesar de reconhecer que várias práticas correctas foram testemunhadas, o relatório de avaliação de desempenho ambiental e social do PROIRRI (Ribeiro; N. et al, 2017) descreve inconsistências na forma como os extensionistas ajudaram os agricultores no uso de pesticidas, principalmente em Manica e Sofala.</p> <p>Claramente o treinamento em GP não está no topo da agenda.</p> <p>IIAM (investigação): nas últimas 3-4 décadas o IIAM tem exibido consideráveis inconsistências nos seus programas e projectos de investigação com vista a gerar mensagens que poderiam ser usadas pelos trabalhadores de extensão/produtores para melhorar o seu trabalho em áreas cruciais da sector (por exemplo, variedades, sementes e espécies melhoradas, etc). As poucas excepções, particularmente na Província de Nampula, têm sido para a mandioca, caju e algodão, para os quais o desenvolvimento de novas e melhoradas variedades adaptadas às condições locais (agroecológicas e socioeconómicas) tem mostrado resultados notáveis. O IIAM é marcadamente subfinanciado, com pessoal insuficiente e extremamente dependente de apoio externo, que tende a ser de curto prazo (3-5 anos). Isso vai contra a natureza do trabalho de investigação, que geralmente requer um compromisso de longo prazo. O resultado tem sido que a maioria dos programas de pesquisa que são iniciados geralmente não são concluídos, ou não o são devidamente.</p> <p>Destaca-se também que a pesquisa em matéria de pesticidas não está no topo da agenda. O IIAM também apresenta considerável centralização com apenas algumas estações de investigação em alguns pontos do país. Estas tratam principalmente de investigação sobre produção e muito pouco sobre doenças de plantas e animais e seu tratamento.</p> <p>O que se nota com o sector agrário repete-se no sector pesqueiro e da aquacultura e claramente com maiores problemas em muitos casos, sobretudo no subsector da aquacultura, em virtude de ser um subsector emergente.</p>
Sector de Pescas	
<p>No MIMAIP o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura (IDEPA) e suas respectivas unidades a nível central e provincial e distrital (SDAE) é que tratam de doenças de plantas e animais. Compreendem departamentos de produção e de sanidade.</p>	<p>Na sua qualidade de gestor geral de produção vegetal e animal e serviços relacionados, incluindo saúde, o MADER é a principal instituição responsável pela gestão de pragas. Realiza funções de promoção da produção vegetal e animal, assistência aos produtores, sanidade e biossegurança e inspecção e controlo.</p> <p>Tratando-se a aquacultura de uma área relativamente nova no país há ainda necessidade de reforço da capacitação em áreas relacionadas nomeadamente, com a biosegurança</p>

Sectores/Departamentos Governamentais	Avaliação da Capacidade
<p>O Instituto de Investigação Pesqueira (IIP)¹⁰³, ocupam-se pela investigação e geração de tecnologias, o que inclui doenças de plantas e animais e seu tratamento.</p> <p>O Centro de Pesquisa em Aquicultura (CEPAQ) que também estão envolvidos em algumas formas de investigação e geração de tecnologias e informação.</p>	
Sector da Saúde	
<p>O MISAU é a entidade central responsável pela saúde pública. Ele cumpre seu papel por meio da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP), que tem uma série de unidades, incluindo o Departamento de Saúde Ambiental (DSA)</p>	<p>A Saúde Ambiental é avaliada como tendo limitações para tentar cumprir o seu papel e funções de forma compatível com seu mandato multissetorial. Porque esta é uma área sob a responsabilidades de todos, incluindo cidadãos singulares, a Saúde Ambiental deve ser posicionada de forma diferente dentro das instituições que gerem os factores ambientais e de saúde. Deveria prestar mais atenção à definição de políticas e normas, promoção e regulação/vigilância do que à implementação (AFD, 2010)¹⁰⁴.</p> <p>Em geral o sector da saúde sofre de insuficiências de pessoal¹⁰⁵ e o subsector de saúde ambiental encontra-se mal representado aos níveis provincial e distrital e enfrenta falta de pessoal e deficientes condições de trabalho</p>
Sector do Ambiental	
<p>O MIT é o órgão central responsável pela saúde das componentes ambientais tais como água, solo, ar, flora e fauna. Ele exerce a sua função por meio de duas unidades principais:</p> <p>AQUA (agência de qualidade ambiental)</p> <p>DINAB, que é responsável pelo licenciamento ambiental das actividades por intermédio do Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA) e também pela educação/divulgação ambiental</p>	<p>AQUA (qualidade ambiental): A AQUA continua a ser uma unidade em processo de implantação. Durante muitos anos o Ministério do Ambiente (então MICOA (1994-2015) cumpriu o seu papel na gestão das componentes ambientais através da Direcção Nacional de Gestão Ambiental (DGA). Esta enfrentava sérios desafios para cumprir o seu papel de promoção da cooperação e coordenação com outros Ministérios de linha ambiental e instituições da sociedade civil, especificamente para definir e esclarecer o seu papel coordenador. O seu papel na definição dos padrões ambientais continua a ser confrontado com muitos pré-requisitos que não são de fácil solução em alguns casos devido ao carácter extranacional de algumas das questões. A rotatividade de pessoal é elevada e alguns cargos não são preenchidos com pessoal adequado (DANIDA, 2012)¹⁰⁶. A AQUA veio para substituir o DNGA, mas ainda não está</p>

¹⁰³ Que também conta com a colaboração da Faculdade de Biologia da principal universidade pública de Moçambique (UEM).

¹⁰⁴ Nota sobre análise do sector da saúde ambiental (AFD, 2010).

¹⁰⁵ Em 2015 moçambique tinha menos de 1.800 médicos para uma população de cerca de 25,0 milhões de pessoas (MISAU, 2015), o que se traduz num rácio médico/pessoa dos mais baixos do mundo.

¹⁰⁶ Estudo de Desempenho Institucional (DANIDA, 2012).

Sectores/Departamentos Governamentais	Avaliação da Capacidade
	<p>totalmente operacional e herdou alguns dos problemas descritos.</p> <p>DINAB (licenciamento ambiental): o licenciamento de actividades específicas através do regulamento de avaliação de impacto ambiental (presentemente Decreto 54/2015¹⁰⁷) tem sido uma das formas mais bem sucedidas de exercício da gestão ambiental em Moçambique (DANIDA, 2012). A montante da emissão da licença, estão em fase de consolidação sólidos sistemas e procedimentos que reúnem os diferentes actores (promotores, engenheiros, consultores e público incluindo os representantes do sector público relevantes em cada projecto). A aplicação da lei continua bastante fraca, especialmente após a emissão da licença ambiental, o que ainda necessita de consideráveis melhoramentos.</p> <p>No quadro actual as possibilidades de as questões de GP escaparem do crivo da avaliação ambiental são muito elevadas. Apesar de todos os desenvolvimentos positivos as acções de AIA ainda tendem a concentrar-se sobre projectos de certa magnitude. Nas condições e modalidades actuais pequenas intervenções envolvendo pesticidas e que poderiam ter impactos consideráveis, isolados ou cumulativos, sobre a saúde pública e do ambiente, podem muito facilmente escapar do escrutínio.</p>

Apesar dos esforços contínuos feitos pelos vários projectos agrários e aquícolas liderados pelo governo, a capacidade de gestão de pesticidas permanece relativamente fraca em Moçambique.

Nota-se uma série de restrições institucionais na forma de (i) deficiente coordenação; (ii) dependência de financiamento externo; (iii) deficiente aplicação da lei; (iv) inconsistência e descontinuidade na implementação de programas; (v) pessoal insuficiente; e (vi) deficiente alocação de recursos; (vii) incoerência e descontinuidades na pesquisa aplicada e adaptativa e no desenvolvimento de capacidades. Esses são obstáculos consideráveis para a formulação adequada e consistente de políticas, implementação, monitorização e avaliação da GIP. Alguns exemplos incluem: (i) os resíduos de pesticidas não estão a ser devidamente monitorizados nas culturas/produtos de exportação e até mesmo para os que se destinam ao mercado interno de tal forma que de tempos a tempos noticiam-se eventos isolados (por ex. nos média), mas as estatísticas de envenenamento por pesticidas não se encontram disponíveis; (ii) as equipas médicas nas clínicas rurais não são treinadas para reconhecer e tratar adequadamente o envenenamento por pesticidas; e (iii) os antídotos não estão sistematicamente disponíveis nas áreas rurais e em certos centros urbanos provinciais e distritais de áreas mais remotas.

O pessoal de inspecção aos níveis das províncias relata que as poucas inspecções aleatórias que são realizadas destapam incumprimento por diferentes tipos de operadores, incluindo por grandes produtores agrícolas sob a forma de:

- pesticidas obsoletos,

¹⁰⁷ O país vai no seu terceiro regulamento de avaliação de impacto ambiental o que pode ser indicador de uma certa vitalidade no tratamento desta temática.

- rotulagem inadequada,
- uso de pesticidas sem o equipamento adequado.

Isto contribui para aumentar o risco de contaminação e uso de embalagens de pesticidas de uso doméstico que são lavados em rios e colocam riscos de contaminação da água e do solo, etc. sobressaem riscos para a saúde das pessoas e animais assim como para a biota em geral, o que torna a abordagem do BM sobre a gestão integrada de pragas e respectivos pesticidas ainda mais relevantes.

Todos os aspectos combinados tornam obrigatória a adopção da GIP ao abrigo do Projecto MozNorte. Os actores locais reconhecem que a estratégia de GIP em si mesma será um sério desafio, pois será necessário manter uma série de factores sob controlo para garantir que os elementos essenciais de GIP sejam adoptados e colocados em prática. Esta é mais uma razão para justificar um plano de acção bem pensado e estruturado que inclui a mobilização e capacitação de pessoas, instituições e recursos.

3 Questões de Pragas em Moçambique

Esta secção descreve os problemas actuais e previsíveis relacionados com a gestão de pragas relevantes em Moçambique e para o Projecto. A secção retoma a experiência relevante de GIP dentro da área do projecto, avalia as abordagens e recomendações propostas ou actuais de gestão de pragas e pesticidas. A secção considera o facto de que o Projecto terá uma forte componente de desenvolvimento agrário nos três subsectores já enunciados e na aquacultura sobretudo devido à orientação que o mesmo tem para a almejada “Intensificação da Produção Agrária e Pesqueira/Aquacultura do Sector Familiar e das micro, pequenas e médias empresas e Ligações com o Mercado”. Esta última tem sido a área em que a capacidade do GdM para diversificar a economia e aprofundar a inclusão tem sido significativamente fraca, sendo que nos anos mais recentes se nota um renovado empenho para fazer isso funcionar. A contribuição dos sectores agrário e pesqueiro/aquícola para o PIB do país tem estado muito abaixo do seu potencial real. Documentos estratégicos e de política para os sectores adoptados recentemente, como o PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário), o PNISA (Plano Nacional de Investimentos na Agricultura), o PNI (Programa Nacional de Irrigação), Estratégia de Aquacultura, etc. visam reverter esse fenómeno e o Projecto MozNorte está bem posicionado para acolher e estimular essa reversão.

16 3.1 Problemas Actuais e Previsíveis de Pragas

3.1.1 Produção Agrícola

O uso de pesticidas poderá estar associado a actividades agrícolas (produção de plantas) para o controlo de pragas, doenças, nematoides e ervas daninhas. As principais culturas visadas pelo PGIP na área do projecto e, particularmente, onde predominarem os esquemas irrigados estabelecidos e/ou a serem estabelecidos são provavelmente arroz, milho, cana-de-açúcar, uma variedade de feijões, horticultura e frutas. Não é de excluir a integração de outras culturas com o destaque para o milho e mandioca, que se constituem em culturas essenciais para o sector familiar e que nos últimos tempos registam uma significativa procura e ligação com as indústrias (ver o exemplo da mandioca referido acima e sua ligação com as cervejeiras). Estas culturas estão associadas a várias doenças de plantas típicas do contexto moçambicano. Diferentes formas de combate a essas doenças são adoptadas pelas três categorias principais de agricultores, nomeadamente (i) o sector familiar; (ii) as MPMEs; e (iii) os grandes agricultores e operadores. A intensificação esperada envolvendo principalmente as duas primeiras categorias de agricultores sob o Projecto MozNorte provavelmente desencadeará a aplicação de agroquímicos e insumos como fertilizantes, herbicidas, inseticidas, nematicidas e fungicidas. Isto tem acontecido com os projectos em curso (por ex. PROIRRI/IRRIGA, Sustenta) e espera-se que continue e, se não for controlado, até que isto aumente.

No contexto deste texto e em Moçambique em geral, as pragas que afectam as plantas são subdivididas em três categorias principais, ou seja, pragas, doenças e infestantes. A Tabela 5, a Tabela 6 e a Tabela 7 apresentam sucessivamente as pragas, infestantes e doenças e cultivos associados mais comuns no país. Os infestantes (ervas daninhas) tendem a estar associados a todos os tipos de plantações e são muito comuns em todos os ambientes.

Tabela 208: Lista das principais pragas e culturas associadas em Moçambique

Nome comum	Nome da praga ou vector	Cultura
Pragas		
Brocas do Colmo	<i>Busseola fusca</i> , <i>Sesamia calamistis</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Milho, arroz e cana-de-açúcar
	<i>Chilo partellus</i> (Lepidoptera: Crambidae)	Milho, arroz e cana-de-açúcar
Brocas da espiga	<i>Mussidia nigrivenella</i> (Lepidoptera: Pyralidae)	Milho
Lagarta do funil do milho Lagarta do cartucho	<i>Spodoptera frugiperda</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Milho
Lagarta das searas ou militar	<i>Spodoptera exempta</i> = <i>Laphygna exempta</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Milho
Pragas de armazenamento	<i>Sitotroga cerealella</i> (Lepidoptera: Gelechiidae)	Milho
	<i>Sitophilus orizae</i> (Coleoptera: curculionidae)	Milho
Roscas (lagartas)	<i>Agrotis segetum</i> , <i>A. ypsilon</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Milho
Pássaros (perdizes, etc.)	<i>Rhynchotus rufescens</i>	Milho e Feijão
Ratos, toupeiras	<i>Talpidae</i>	Milho e Feijão
Ácaros	<i>Tetranychus urticae</i>	Feijão, feijão-nhemba e vegetais
Besouro da flor	<i>Mylabris</i> spp, <i>Coryna</i> spp. (Coleoptera: Meloidae)	Feijão e feijão-caupi
Besouro da folhagem	<i>Ootheca mutabilis</i> , <i>O. bennigseni</i> (Coleoptera: Chrysomelidae)	Feijão e feijão-nhemba
Besouro listrado	<i>Alcidodoles leucogrammus</i> (Coleoptera: Curculionidae)	Feijão e feijão-nhemba
Cigarrinha verde	<i>Empoasca dolichi</i> , <i>E. lybica</i> (Hemiptera: Cicadellidae)	Feijão e feijão-nhemba
Gorgulhos	<i>Acanthoscelides obtecus</i> & <i>Zabrotes subfasciatus</i> (Coleoptera: Bruchidae)	Feijão e feijão-nhemba
Lagarta caterpillar	<i>Spodoptera</i> spp. (Lepidoptera: Noctuidae)	Feijão e feijão-nhemba
Lagarta das cápsulas do algodoeiro	<i>Helicoverpa (Heliothis) armigera</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Feijão e feijão-nhemba
Lagarta-das-vagens	<i>Marura testulalis</i> (Lepidoptera: Pyraustidae)	Feijão e feijão-nhemba
Lagartas (roscas)	<i>Agrotis segetum</i> & <i>A. ypsilon</i> (Lepidoptera: Aleyrodidae)	Feijão e feijão-nhemba
Mosca branca	<i>Bemisia tabaci</i> (Hemiptera: Aleyrodidae)	Feijão e feijão-nhemba, vegetais
Mosca do Fejoeiro	<i>Ophiomyia phaseoli</i> , <i>O. spencerella</i> (Diptera: Agromyzidae)	Feijão e feijão-nhemba
Pulgão preto	<i>Aphis fabae</i> , <i>A. cracivora</i> <i>Myzus persicae</i> (Hemiptera: Aphididae)	Feijão, feijão-nhemba e vegetais
Trips	<i>Mgalurothrips sjostedti</i> ; <i>Thrips tabaci</i> (Lindeman)	Feijão, feijão-nhemba e vegetais
Traça de diamante	<i>Plutella xylostella</i>	Brassicas
Traça do tomate	<i>Tuta absoluta</i>	Tomate
Mosca das frutas	<i>Bactrocera</i> spp	Tomate e outras frutas
Lagarta Americana = Africana	<i>Helicoverpa zea</i> (Lepidoptera: Noctuidae)	Vegetal

Tabela 219: Lista das principais ervas daninhas (infestantes) em Moçambique

Nome de família	Nome científico	Classificador
	<i>Pteridófitas</i>	
Acanthaceae	<i>Justiça sp</i>	
	<i>Dicotiledôneas</i>	
Amaranthaceae	<i>Amaranthus hibridus</i>	EU.
Asteraceae	<i>Acanthospermum xanthioides</i>	DC.
Asteraceae	<i>Ageratum conyzoides</i>	EU.
Asteraceae	<i>Bidens biternata</i>	(Lour.) Merr. & Scherff
Asteraceae	<i>Bidens pilosa</i>	EU.
Asteraceae	<i>Bidens steppia</i>	(Steetz) Sherff
Asteraceae	<i>Blumea lacera</i>	(Burm.f) DC
Asteraceae	<i>Crassocephalum rubens</i>	(Juss. Ex Jacq.) S. Moore
Asteraceae	<i>Crassocephalum sarcobasis</i>	(DC) S. Moore
Asteraceae	<i>Conyza stricta</i>	Selvagem
Asteraceae	<i>Emilia coccínea</i>	(Sims) G. Dan
Asteraceae	<i>Feliaia muricata</i>	Thunb.
Asteraceae	<i>Galinsoga parviflora</i>	Cav.
Asteraceae	<i>Álbum luteo de pseudognaphalim</i>	(EU.)
Asteraceae	<i>Tagete minuta</i>	EU.
Asteraceae	<i>Vernonia petersii</i>	Oliv. & Hiern
Asteraceae	<i>Vernonia poskeana</i>	Vatke e Hildebrandt
Capparaceae	<i>Cleome iberidella</i>	Welw.
Capparaceae	<i>Cleome monophylla</i>	EU.
Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	EU.
Convolvulaceae	<i>Ipomea eriocarpa</i>	R. Br.
Curcubitaceae	<i>Zehneria racemosa</i>	Hook.f
Fabaceae	<i>Caesalpina sp.</i>	
Fabaceae	<i>Chamaecrista mimisoides</i>	EU.
Fabaceae	<i>Crotolaria aculeata</i>	de Wild
Fabaceae	<i>Crotolaria anthyllopsis</i>	Welw.
Fabaceae	<i>Crotolaria comosa</i>	padeiro
Fabaceae	<i>Indigostrum costatum</i>	(Guill. & Perr.)
Fabaceae	<i>Indigofera subulifera</i>	Welw.
Fabaceae	<i>Sesbania pachycarpa</i>	DC.
Fabaceae	<i>Tephrosia melanocalix</i>	Welw.
Fabaceae	<i>Vigna sp.</i>	
Lamiaceae	<i>Leucas martinicensis</i>	(Jacq.) R. Br.
Malvaceae	<i>Hibiscus cannabinus</i>	EU.
Malvaceae	<i>Sida cardifolia</i>	EU.
Menispermaceae	<i>Cissampelos mucronata</i>	Um rico
Oxalidaceae	<i>Oxalis semiloba</i>	
Portulacaceae	<i>Portulaca oleraceae</i>	EU.
Rubiaceae	<i>Calanda rubricaulis</i>	K. Schum
Rubiaceae	<i>Oldenlandia herbácea</i>	(L.) Roxb.
Rubiaceae	<i>Richardia Scabra</i>	EU.

Nome de família	Nome científico	Classificador
Scrophulariaceae	<i>Alectra sessiliflora</i>	(vahl) Kuntze
Solanaceae	<i>Datura stramonium</i>	EU.
Solanaceae	<i>Fisoloides nicandra</i>	(L.) Gaertn
Tiliaceae	<i>Corchorus tridens</i>	EU.
Tiliaceae	<i>Lasiosiphon sp</i>	
Tiliaceae	<i>Triumfetta annua</i>	EU.
Verbenaceae	<i>Lipia sp</i>	
Commelinaceae	<i>Commelina benghalensis</i>	EU.
Commelinaceae	<i>Commelina purpurea</i>	CB Clarke
Cyperaceae	<i>Abilgaardia hispidula</i>	(Vahl) Lye
Cyperaceae	<i>Cyperus distans</i>	EU.
Cyperaceae	<i>Cyperus esculentus</i>	EU.
Cyperaceae	<i>Cyperus rotundus</i>	EU.
Cyperaceae	<i>Killinga Odorata</i>	Vahal
Cyperaceae	<i>Mariscus alternifolius</i>	Vahal
Cyperaceae	<i>Mariscus umbellatus</i>	Vahal
Cyperaceae	<i>Mariscus cylindristachyus</i>	Steud
Poaceae	<i>Cynodon Dactylon</i>	(L.) Pers.
Poaceae	<i>Digitaria spp</i>	
Poaceae	<i>Eleusine indica</i>	Gaertum
Poaceae	<i>Eragrotis Annualata</i>	Rendle
Poaceae	<i>Eragrostis chapelieri</i>	Ness
Poaceae	<i>Eragrostis superba</i>	Peyr
Poaceae	<i>Hyparrhenia rufa</i>	(Nees) Stapf
Poaceae	<i>Melinis Repens</i>	(Willd.) Zizka
Poaceae	<i>Setaria sphacelata</i>	(Shumach) Moss
Poaceae	<i>Sporobolus pyramidalis</i>	Beuv

Tabela 2249: Lista das principais doenças e agentes patogénicos associados às culturas em Moçambique

Cultura	Doença	Agente Patogénico
Tomate, beringela e pimenta	Mudas murchando	<i>Pythium, Rhizoctonia, Sclerotium e Fusarium</i>
	Ponto concêntrico	<i>Alternaria solani</i>
	Mofo	<i>Phytophthora infestans</i>
	Murcha bacteriana	<i>Pseudomonas solanacearum</i>
	Murcha bacteriana	<i>Xanthomonas vesicatoria</i>
	Corroer	<i>Colletotrichum sp.</i>
	Mosaico e enrolamento de folha	Vários vírus
Repolho, couve/repolho branco, nabo e repolho chinês	Murcha de Mudas	<i>Pythium, Rhizoctonia, Sclerotium e Fusarium</i>
	Mofo	<i>Peronospora parasitica</i>
	Podridão	<i>Xanthomonas campestris</i>
	Motile Rot	<i>Erwinia carotovora</i>
Batata reno	Mofo	<i>Phytophthora infestans</i>
	Ponto concêntrico	<i>Alternaria solani</i>
	Sarna comum	<i>Streptomyces sarna</i>
	Murcha bacteriana	<i>Pseudomonas solanacearum</i>
	Rhizoctonia (câncer)	<i>Rhizoctonia solani</i>

Cultura	Doença	Agente Patogénico
	Rolo de folha	Vírus do Leafroll Batata
Cebola e alho	Mudas murchando	<i>Pythium, Rhizoctonia, Sclerotium e Fusarium</i>
	Mancha roxa	<i>Alternaria porri</i>
	Mofo	<i>Destruidor de peronospora</i>
	Ferrugem (alho)	<i>Puccinia allii</i>
	Podridão mole (cebola)	<i>Botrytis spp.</i>
	Podridão branca	<i>Sclerotium cepivorum</i>
Pepino Melancia; abóbora – Cebola e alho.	Mudas murchando	<i>Pythium, Rhizoctonia, Sclerotium e Fusarium</i>
	Mofo	<i>Pseudoperonospora cubensis</i>
	Oidium	Vírus (doença estriada do Milho)
	mosaico	<i>Fusarium; Diplodia</i>
Milho	Mofo	<i>Peronoclenospora sp</i>
	Folha listrada	Vírus (doença estriada do Milho)
	Podridão de cob	<i>Fusarium; Diplodia</i>
	Caneca marrom	<i>Helminthosporium sp</i>
Arroz	Queimado	<i>Pyricularia oryzae</i>
	Caneca marrom	<i>Drechslera Helminthosporium oryzae</i>
Feijões	Mancha angular	<i>Phaeoisariopsis griseola</i>
	Ferrugem	<i>Uromyces appendiculatus</i>
	Pé e apodrecer	<i>Rhizoctonia solani, Sclerotium rolfsii</i>
	Corrosão	<i>Colletotrichum sp.</i>
	Mosaico comum	<i>Bean Common Mosaic Virus</i>
Cana de açúcar	Mofo	<i>Peronoclenospora sp</i>
	Folha listrada	Vírus (doença estriada do Milho)
	Mancha marrom	<i>Helminthosporium sp</i>

Em geral, o ataque de pragas é baixo em várias áreas-alvo do Projecto, mas há uma variedade de pragas, doenças e ervas daninhas relatadas pelos produtores, funcionários e na literatura. Os principais factores de mortalidade por detrás dessas pragas são (i) (i) clima (as estações frias e secas tendem a ser melhores do que as quentes e chuvosas); (ii) morfologia (áreas em altitudes mais elevadas tendem a desfrutar de temperaturas mais frias e maior regulação natural de pragas do que as áreas mais baixas da costa e da região sul do país). Todos esses factores funcionam como uma oportunidade para os agricultores em geral. Conclui-se também que as áreas mais altas de Nampula, Zambézia e Manica, que cultivam horticultura, milho, feijão e frutas, têm mais oportunidades do que as áreas mais baixas da Zambézia e Sofala e do sul de Moçambique (Maputo, Gaza e Inhambane). Os agricultores já sabem como jogar com esses factores e o projecto deve reforçar as estratégias existentes.

O impacto real dessas pragas não é bem conhecido e/ou mapeado, excepto talvez para o que diz respeito ao gafanhoto vermelho que ataca algumas das áreas. No entanto, a incidência esperada de pragas causa aumento na produção de (i) base agrícola (arroz, milho, cana-de-açúcar); (ii) horticultura/frutas provavelmente reverterão essa situação e algumas pragas podem se tornar um grande problema económico e ambiental, especialmente para subprojectos de média escala e, portanto, um aumento nas medidas de controlo de pragas e uso racional de fertilizantes químicos podem ser necessários nesses casos. Existem medidas de controlo (químico, cultural e biológico) para a maioria das culturas que podem ser utilizadas caso seja constatado um surto.

Embora a tendência tenha sido de aumento, na maioria das áreas a real ocorrência de pragas e uso de pesticidas é estimada pelos oficiais agrícolas como sendo baixos, mas um aumento das áreas de cultivo, especialmente de monoculturas (arroz, milho, feijões, cana-de-açúcar, frutas e horticultura), pode resultar num aumento da ocorrência de pragas, especialmente aves (para áreas de produção de cereais as aves granívoras são uma praga importante), gafanhotos e ratos nas áreas mais baixas em relação a estes últimos. Actualmente, essas são as principais pragas nessas áreas. No entanto, entre a maioria dos agricultores pobres, com poucos recursos para adquirir esses produtos, a menos que

encorajados a fazê-lo por diferentes formas de forças externas, especialmente se os operadores privados tiverem espaço para fazê-lo, o uso de pesticidas pode ser mantido a um nível mínimo caso os esforços necessários puderem ser feitos atempadamente. A falta de tradição de uso de pesticidas, fornecimento inadequado (a rede de fornecedores de insumos agrícolas, incluindo pesticidas ainda é relativamente deficiente) e acesso deficiente a pesticidas genéricos e de baixo preço pode ser usados para favorecer de uma estratégia de controlo de uso indiscriminado de agroquímicos

O desenvolvimento de actividades agrícolas por uma série de agricultores, incluindo os familiares e os das MPMEs (por ex. PROIRRI/IRRIGA, Sustenta) tem estado associado e provavelmente causará sob o Projecto MozNorte a intensificação dos seguintes impactos potenciais:

- Broca do caule, funil de planta e lagarta-do-cartucho podem aumentar, mas a solução não deve ser um aumento automático na aplicação de pesticidas do que o que existe actualmente, uma vez que menos da metade dos agricultores aplica apenas uma ou mais pulverizações por temporada;
- Apesar de um relativo aumento nos anos mais recentes e da existência da estratégia para o efeito¹⁰⁸, a produção agrícola irrigada não está disseminada em todos o país neste momento. Porém, com o aumento da irrigação, existe a possibilidade de que os cereais irrigados (por exemplo, arroz e milho) se tornem importantes e os agricultores estejam mais dispostos a aplicar fungicidas para proteger seus investimentos.
- Informantes locais acreditam que é improvável que o uso de fungicidas seja maior do que níveis actuais que são muito baixos.
- A mesma consideração se aplica às ervas daninhas, doenças, bem como ao uso de fertilizantes químicos.

3.1.2 Produção Pecuária

No Moçambique pós-independência, a produção pecuária envolve os sectores privado, cooperativo e familiar onde este último continua a deter a maioria dos efectivos, na forma típica que caracteriza os modelos de produção deste sector, i.e. dispersa, distribuída por uma multiplicidade de pequenas unidades em que cada unidade detém um número limitado de animais e se integram na economia de múltiplas relações em que também se praticam outras actividades produtivas. Praticamente não existe qualquer especialização. Esta ausência de especialização é, aliás, um dos maiores estrangimentos para o aumento da produção e produtividade por parte do sector familiar e das MPMEs. Tal como nota M. Krause et al (2011)¹⁰⁹ sobre as MPME esta ausência de especialização, que é por sua vez informada por factores diversos, faz com que apesar da importância das MPMEs no desenvolvimento económico nacional e no combate à pobreza, estas não tenham perspectivas de crescimento, em parte devido à deficiente formação e educação dos empresários e trabalhadores, regulamentos complexos, ao elevado custo do crédito e às pouco desenvolvidas infra-estruturas básicas. Como resultado, os empresários locais tendem a diversificar as suas actividades constituindo um grande número de empresas relativamente pequenas e pouco competitivas, em vez de apostarem no promissor crescimento das pequenas empresas tornando-as maiores. É hoje reconhecido que uma economia caracterizada por um número muito pequeno de mega projectos, num extremo, e em MPMEs familiares e informais, no outro, não promove um desenvolvimento equilibrado nem garante o acesso aos benefícios do desenvolvimento a uma parte significativa da população. Esta é uma das questões centrais que o Projecto MozNorte se propõe a reverter.

¹⁰⁸ INIR (2015) Programa Nacional de Irrigação, Maputo, Moçambique

¹⁰⁹ M. Krause and F. Kaufman, “*Industrial Policy in Mozambique*”, 2011.

Conforme ilustra a Figura 1 e segundo o relatório anual da Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário (DNDP), de 2020, Moçambique, tem cerca de 2 milhões de bovinos, 6 milhões de pequenos ruminantes, 2 milhões de suínos e cerca de 24 milhões de galinhas.

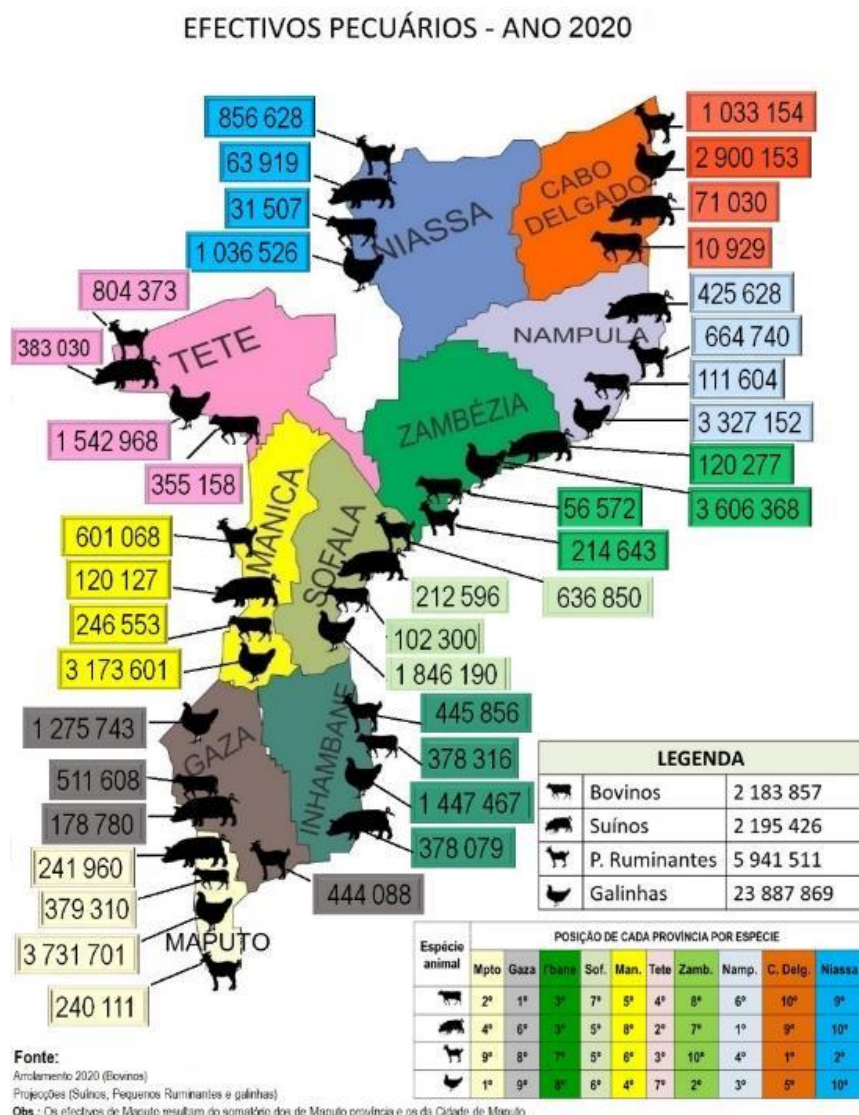


Figura 17: Distribuição dos efectivos pecuários em Moçambique

Em termos de distribuição da produção de bovinos, que lado a lado com as aves (principalmente galinhas) são os animais mais expressivos na pecuária em Moçambique, por tipo de produtores e regiões o sector familiar ocupa posição líder (87,5% de todos os efectivos), seguido do privado (12,39%). Os sectores Estatal e Cooperativo são pouco expressivos, (0,06%) e (0,02%), respectivamente. Este último (o cooperativo) é expressivo apenas nas províncias de Maputo e Cabo Delgado. Por regiões o Sul (58%) vai à frente, seguido do Centro (35%) o que deixa na cauda a Região Norte (7%).

A distribuição regional, sobretudo, deve-se por um lado aos factores climáticos e por via disso à distribuição da mosca tsé tsé no País, assim como à qualidade dos pastos que varia de doces, no Sul,

mistos no Centro e amargos no Norte. Em 2020 foi iniciada a prospecção da ocorrência da Glossina nas províncias de Inhambane e Maputo tendo sido encontrada a *G. brevipalpis* (DNDP, 2021).

As principais doenças de animais que ocorrem em Moçambique são as seguintes:

- Febre Aftosa
- Brucelose
- Clostridioses (Carbúnculo Hemático e Sintomático)
- Botulismo
- Leptospirose
- Raiva bovina
- IBR, BVD

A mosca *tsé tsé*, cuja espécie predominante em Moçambique é a *G. Palvipelpis*, é a transmissora da *tripanossomíase*, que é uma zoonose e provoca no Homem a “doença do sono”. Por espécies a distribuição das doenças estrutura-se nos seguintes moldes:

Tabela 2344: Principais doenças pecuárias em Moçambique

N.º	Espécies	Doenças mais comuns
1	Pequenos ruminantes	Brucelose Toxoplasmose (zoonose) Parasitoses
2	Galinhas	Newcastle
3	Cães e gatos	Raiva

Conforme ilustrado na Tabela 9, abaixo, por províncias as doenças mais reportadas foram as transmitidas por carraças (DTC's) com uma representação de 33%, Tuberculose 24% e Fasciolose com 16% dos casos totais reportados. As províncias que registaram mais focos de doenças foram as de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Zambézia.

Tabela 2412: Distribuição da incidência de doenças por províncias

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	l'bane	Gaza	Maputo	Nº Total de ocorrências no País
Febre Aftosa					2					2	4
D. Nodular	1	5	4		11						21
Raiva			2		1	1			1		5
Theileriose	1	1	2			1			6	72	83
Anaplasmosse						3	2			36	41
Variola Aviária		1									1
Erichiose ou Rickettsiose			1		1					6	8
Brucelose							1			10	11
Babesiose						1				2	3
Ectima contagioso		1			2	1					4
Peste Suína Africana										2	2
Tuberculose	2		1	17		2	47	19	4	5	97
Cisticercose				2		2	1		1	1	7
Fasciolose	3			3		3	11	23	16	5	64
Equinococose ou Hidatidose								4	14		18
Tripanossomose		2							14	3	19
Dermatofilose			2								2
Doença de Newcastle			2		1						3
Stílesia Hepática				1		1		1	14	2	19
Total por província	7	10	14	23	18	15	62	47	70	146	412

Para além dos tanques carracidas e outros cuidados tem se recorrido principalmente a vacinas para controlar os vários surtos de doenças. Ainda que isso tenha estado a ser feito de forma cada vez menos efectiva nas últimas 2-3 décadas. As vacinas tendem a seguir calendários pré-estabelecidos, dos quais a Tabela 10 oferece a estrutura vigente.

Tabela 2513: Calendário geral de vacinação animal em Moçambique

Vacinas	Animais a vacinar	Período de vacinação
Carbúnculo Hemático	Todos bovinos > 4 meses	Abril – Julho
Carbúnculo Sintomático	Todos bovinos < 3 anos	Abril – Julho
Brucelose	Vitelas de 4 a 8 meses	Março – Abril e Agosto – Outubro
Febre Aftosa	Todos bovinos > 4 meses	Fevereiro -Abril e Setembro – Novembro
Dermatose Nodular	Todos bovinos > 4 meses	Abril – Julho
Doença de Newcastle	Galinhas de todas idades	Março, Julho e Novembro
Raiva	Cães e gatos > 3 meses	Todo o ano

Em termos de princípio e considerável adaptação prática as vacinas, que na sua maioria são importadas, são providenciadas pelo Estado, através da DNDP, distribuídas pelos órgãos provinciais e aplicadas por técnicos dos órgãos distritais afins. Estes, são geralmente apoiados pelos técnicos do nível provincial, devido aos escassos recursos humanos. As vacinações, são gratuitas para o sector familiar e é cobrada uma taxa simbólica ao sector privado.

Ao nível interno, a Direcção de Ciências Animais (DCA) produz e satisfaz as necessidades das vacinas contra carbúnculos (hemático e sintomático) para bovinos e I-2 para a vacinação de galinhas contra a doença de Newcastle, (DNDP, 2021).

Do *Botswana Vaccine Institute*, importam-se a vacina (BVI) contra Febre Aftosa e contra a Raiva (*Rabicin*) a coberto do Memorando de Entendimento entre os Governos das Repúblicas de Moçambique e do Botswana.

Em relação às outras vacinas e instrumentos de uso veterinário, são adquiridas por concurso, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Sanidade (FNDS). O mesmo processo de aquisição é feito para as drogas carracidas (*Amitraz* e *Cyflex 1%*) e vendidas a preços subsidiados.

A aquisição e os banhos passaram a ser da responsabilidade dos produtores desde os limiares da década 1990, deixando o sector familiar, por sinal o maior detentor dos efectivos, à sua sorte. Porém, decorre o processo de retoma da responsabilidade do Estado sobre a realização dos banhos, de forma gratuita ao gado de sector familiar. A materialização disto e de uma forma que possa ter a cobertura desejada apresenta-se sombria no contexto actual de limitações financeiras por parte do governo.

Devido à carestia das drogas e medicamentos, o sector familiar não faz as as pulverizações e/ou banhos carracidas de forma regular, nem tão pouco as desparasitações. Para o efeito, recorrem a tratamentos tradicionais com recurso a plantas medicinais, cujos estudos mais científicos e validação continuam por realizar. Esta situação faz com que eles tenham muitas perdas quando abatem as suas reses nos matadouros e/ou casas de matança por rejeições de órgãos gastrointestinais ou mesmo de parte ou carcaças inteiras, na inspecção pós-morte. Esta situação, leva os criadores familiares a optarem por abates clandestinos, o que se constitui em mais um sério problema de saúde pública.

Os criadores privados, muitas vezes fazem-se valer dos seus conhecimentos empíricos para fazerem eles próprios o tratamento dos seus animais, uma vez que em Moçambique não se exige prescrição médica para a aquisição de drogas e medicamentos veterinários, à excepção da vacina anti-rábica, para a qual se exige a Carteira Profissional da Ordem dos Médicos Veterinários de Moçambique (OMVM). Porém, algumas, senão mesmo muitas clínicas veterinárias privadas, continuam a vender estas vacinas, indiscriminadamente. Claramente outro grande problema de saúde pública porque, entre outros aspectos, no geral, os paramédicos não observam, por ex. as normas de acondicionamento térmico das vacinas (6 a 8 ° C), acabando por injectar líquidos em vez de vacinas, elevando assim os casos de raiva no País.

Embora de momento isto se possa considerar como uma porta aberta a problemas sobretudo se a intensificação da produção coincidir com o aumento do poder de compra dos produtores e, eventualmente, isso provocar um mercado desregulado de drogas para o tratamento de doenças dos animais. Um aspecto que o Projecto MozNorte deveria vigiar com acuidade.

Aliado ao seu ainda limitado desenvolvimento o subsector pecuário não é o que se encontra actualmente associado a consideráveis problemas de GP. Os desenvolvimentos posteriores e os que deverão estar associados ao Projecto MozNorte deveriam encarar e tratar isso como uma oportunidade para embarcar numa GIP consistente.

3.1.3 Produção Aquícola

Como já sobejamente reiterado neste documento a aquacultura pode ainda ser considerada uma actividade económica em afirmação em Moçambique. E é o ainda mais no que respeita ao envolvimento do sector familiar.

As principais espécies cultivadas em Moçambique são o camarão e a tilápia. O primeiro pelo sector privado, incluindo as PME e o segundo pelo sector familiar, mas com potencial de crescente envolvimento das MPMEs, dado que se trata de uma indústria promissora, dada a posição dos produtos pesqueiros como principal fonte de fornecimento de proteína animal em Moçambique face a um reconhecido esgotamento dos produtos captados em corpos de água natural, incluindo o potencial de exportação, principalmente para os países vizinhos.

O rápido crescimento da aquacultura a nível mundial, que segundo a (FAO, 2018) é da ordem dos 6% anuais nas últimas quatro décadas, tem feito surgir várias questões e desafios sobre a sua sustentabilidade. Os surtos de várias doenças dos organismos cultivados, tais como a doença da mancha branca do camarão e o surto viral denominado *Tilapia Lake Virus* (TiLV) que afectam populações de tilápia, têm despertado enorme preocupação, pelos devastadores danos económicos que causam ao sector de aquacultura em diferentes partes do mundo.

Em Moçambique, houve relatos da doença da mancha branca em camarões que culminou com o encerramento de quase todas as instalações dedicadas à sua produção. Houve também a eclosão da síndrome epizootica em peixes na região Austral que mobilizou equipas de pesquisa para monitoramento incluindo Investigadores Moçambicanos, pois esta doença estava a se alastrar em corpos de água partilhados entre os países da região. A *Tilapia Lake Virus* está a afectar alguns países da região em meio natural, mas ainda não foi detectada em Moçambique.

As doenças que afectam os organismos aquáticos cultivados podem ser de carácter infeccioso e não infeccioso. As doenças de carácter infeccioso são causadas principalmente por vírus, bactérias, fungos e parasitas, sendo que as doenças não infecciosas, são originadas principalmente por factores ambientais, toxicidade e problemas nutricionais.

Na produção aquícola, a doença é uma parte inevitável, uma vez que certos patógenos estão normalmente presentes nas populações em cultivo, mas só causando doenças quando existirem condições propícias para tal. Quando os organismos em cultivo são afectados por alguma doença,

geralmente exibem alguns sinais (sintomas) antes de morrerem. Entre os primeiros sinais que podem observar-se em peixes acometidos por uma doença, está a redução no consumo de alimento, mudanças anormais na cor e no comportamento.

Não existe nenhum tratamento para infecções virais em peixes ou camarões, pelo que, a única forma de evitar suas graves consequências é adoptando medidas preventivas que permitam a exclusão dos agentes patogênicos virais.

Na Tabela 11 estão listadas as principais doenças virais que afectam organismos aquáticos e que constituem motivo de alerta.

Tabela 2614: Doenças causadas por vírus que constituem ameaça para os organismos aquáticos.

Doença	Agente causador	Organismos afetados
Síndrome da mancha branca	Vírus da mancha branca (WSSV)	Camarões
Síndrome de Taura	Vírus do Síndrome de Taura (TSV)	Camarões
Doença da cabeça amarela	Vírus da cabeça amarela (YHV)	Camarões
Necrose infecciosa hipodermal e hematopoiética	Vírus da necrose infecciosa hipodermal e hematopoiética (IHHNV)	Camarões
Síndrome da deformidade e do nanismo	Vírus IHHNV	Camarões
Mionecrose infecciosa	Vírus da mionecrose infecciosa (IMNV)	Camarões
Baculovirus penaei	Baculovirus penaei (BP)	Camarões
Baculovirus do Penaeus monodon	Baculovirus do Penaeus monodon (MBV)	Camarões
Hepatopancreatite viral	HPV	Camarões
Tilapia Lake Virus	TiLV	Tilápias
Síndrome da tilápia giratória	Iridovirus sp.	Tilápias

As doenças causadas por bactérias podem causar alta mortalidade em peixes e crustáceos selvagens e cultivados. As bactérias são encontradas em todo o ambiente aquático e a maioria dos agentes causadores de doenças bacterianas faz parte da microflora normal do ambiente marinho, sendo geralmente considerados agentes patogênicos secundários ou oportunistas.

Tal como em todos os sistemas de produção animal, as doenças bacterianas são um dos principais problemas enfrentados na produção aquícola, sendo que seu controlo fica dificultado porque os peixes encontram-se num sistema onde a produção é geralmente dependente das condições ambientais naturais. As alterações ou deterioração do ambiente aquático, são a causa de maior parte das doenças bacterianas encontradas e, os efeitos ambientais dão origem a muitas outras condições adversas.

Um segundo grande obstáculo ao controlo de doenças, é o número relativamente limitado de agentes terapêuticos disponíveis para o controlo de agentes de doenças bacterianas, sendo que mesmo as terapias recomendadas e as medidas preventivas impõe certas limitações. A terapia e a prevenção de doenças de animais aquáticos, é muitas vezes de difícil aplicação prática e em alguns casos impossível de implementar.

O surto das principais doenças bacterianas, pode ser prevenido, dando-se a devida atenção às boas práticas de criação e à manutenção de condições ambientais óptimas, especialmente a qualidade da água.

Na Tabela 12 são apresentadas as principais doenças causadas por bactérias e que já foram identificadas em ambientes de criação aquícola em diferentes locais geográficos. Os agentes bacterianos e as doenças apresentadas, representam um risco caso ocorram em Moçambique.

Tabela 2745: Doenças bacterianas que constituem ameaça para os organismos aquáticos.

Doença	Agente causador	Organismos afetados
Vibrioses	Gênero <i>Vibrio</i> (<i>Vibrio harveyi</i> , <i>V. splendidus</i> , <i>V. alginolyticus</i> , <i>V. pahaemolyticus</i> , <i>V. vulnificus</i> , <i>V. carchariae</i> e <i>V. campbelli</i>)	Camarões
Vibrioses por bactérias luminiscentes	<i>Vibrio harveyi</i> e <i>V. splendidus</i>	Camarões
Vibrioses por bactérias não luminescentes	<i>Vibrio parahaemolyticus</i> , <i>V. alginolyticus</i> , <i>V. anguillarum</i> , <i>V. vulnificus</i> , <i>V. damsela</i> , <i>V. fluvialis</i> e <i>V. penaeicida</i>	Camarões
Micobacteriose	<i>Mycobacterium spp</i>	Peixes
Black spot disease	Diversos agentes infecciosos (sistémica)	Peixes
Doença das bactérias filamentosas	<i>Leucothrix sp.</i> , <i>Thiothrix sp.</i> , <i>Flexibacter sp.</i> , <i>Cytophaga sp.</i> , <i>Flavobacterium sp.</i>	Camarões
Columnariose	<i>Flavobacterium columnare</i>	Peixes
Edwardsiellosis	<i>Edwardsiella tarda</i>	Peixes
Septicemia por aeromonas motiles	<i>Aeromonas hydrophila</i> , <i>A. caviae</i> e <i>A. sobria</i>	Peixes
Infeção estreptocócica	<i>Streptococcus sp.</i>	Peixes

Os fungos são geralmente invasores oportunistas, mas uma vez estabelecidos no organismo hospedeiro, podem ser fatais e de difícil tratamento. Assim, os fungos constituem patógenos com potencial de ocasionar graves problemas patogénicos, principalmente sob condições estressantes que podem ocorrer num sistema de aquicultura.

Na Tabela 13 são listadas algumas doenças e organismos fúngicos que podem representar um risco para os organismos cultivados.

Tabela 2846: Doenças causadas por fungos que constituem ameaça para os organismos aquáticos.

Doença	Agente causador	Organismos afetados
Fusariose	<i>Fusarium sp.</i> , <i>Fusarium solani</i> , <i>Lagenidium sp.</i> e <i>Sirolopidium sp.</i>	Camarões
Micose larval	<i>Lagenidium sp.</i> , <i>Sirolopidium sp.</i> , <i>Haliphthoros sp.</i>	Camarões, caranguejos
Aflatoxicosis	<i>Aspergillus spp.</i>	Camarões
Infeção fúngica	<i>Saprolegnia spp.</i> , <i>Achlya spp.</i> , e <i>Aphanomyces spp.</i>	Peixes
Síndrome ulcerativa epizoótica	<i>Aphanomyces invadans</i> , <i>Aeromonas hydrophila</i> , <i>Aphanomyces sp.</i> , <i>Saprolegnia spp.</i> , <i>Pythium spp.</i>	Peixes

Protozoários parasitas podem ser encontrados no interior ou exterior do corpo de organismos aquáticos. Os parasitas exteriores (ectoparasitas), vivem nas superfícies externas (pele, barbatanas, guelras) do hospedeiro, enquanto os parasitas internos (endoparasitas), atacam os órgãos internos dos animais. As ectoparasitas, por outro, podem fazer parte do ambiente natural, sendo inofensivas para os peixes, no entanto, podem exercer influência na saúde pública quando se encontram em elevada concentração.

Na Tabela 14 são descritos alguns parasitas protozoários e doenças parasitárias que podem representar um risco para os animais aquáticos.

Tabela 2917: Doenças causadas por protozoários que constituem ameaça para os organismos aquáticos.

Doença	Agente causador	Organismos afectados
Microsporidiose	<i>Microsporidium</i> (<i>Ameson sp.</i> , <i>Agmasoma sp.</i> , <i>Pleistophora sp.</i>)	Camarões
Gregarinas	<i>Nematopsis sp.</i> , <i>Cephalolobus sp.</i> , <i>Paraphiodina sp.</i>	Camarões
Ictiofiríase	<i>Ichthyophthirius multifiliis</i> ; <i>Cryptocaryon irritans</i>	Peixes
Ectoparasitas ciliados	<i>Trichodina sp.</i> , <i>Trichodinella sp.</i> , <i>Tripartiella sp.</i>	Peixes
Ectoparasitas monogénea	<i>Gyrodactylus sp.</i> , <i>Dactylogyrus sp.</i> , <i>Pseudorhabdosynochus sp.</i> , <i>Benedenia sp.</i>	Peixes
Endoparasitas digenia	<i>Bucephalus sp.</i> , <i>Lecithochirium sp.</i> , <i>Pseudometadene sp.</i> , <i>Transversotrema sp.</i> , <i>Stellantchasmus sp.</i> , <i>Haplorchis sp.</i> , <i>Procerovum sp.</i> , <i>Proserhynchus sp.</i> , <i>Hemiurus sp.</i>	Peixes
Infestação por acantocéfalos	<i>Acantocéfalo sp.</i> , <i>Pallisentis sp.</i>	Peixes
Crustáceos parasitas de peixes	<i>Argulus sp.</i> , <i>Caligus epidemicus</i> , <i>Caligus patulus</i> , <i>Ergasilus sp.</i> , <i>Lernaea sp.</i> , <i>Alitropus sp.</i> , <i>Nerocila sp.</i>	Peixes
Sanguessugas marinhas	<i>Zeylanicobdella arugamensis</i>	Peixes
Parasitas de crustáceos	<i>Vorticella sp.</i> , <i>Zoothamnium sp.</i> , <i>Epistylis sp.</i> , <i>Acineta sp.</i> , <i>Ephelota sp.</i>	Camarões, caranguejos
Esporozoários	Microsporídios: <i>Nosema sp.</i> , <i>Ameson sp.</i> , <i>Agmasoma sp.</i> , <i>Thelohania sp.</i> , <i>Pleistophora sp.</i> , <i>Glugea sp.</i> , <i>Ictiosporidio sp.</i>	Camarões

3.1.4 Doenças Não Infecciosas

As doenças não infecciosas são principalmente causadas por condições ambientais adversas, distúrbios nutricionais ou defeitos genéticos. Embora este tipo de doença tenha o potencial de causar mortalidades súbitas ou em massa de organismos aquáticos, ele não é contagioso. As doenças ambientais merecem especial destaque na aquacultura, pois surgem como resultado do tipo de cuidados e manejo que serão dados aos organismos em cultivo. A baixa concentração do oxigénio dissolvido na água, altos níveis de amónia e de nitrito e a presença de toxinas naturais ou artificiais no ambiente aquático, estão entre os principais distúrbios que podem provocar doenças e inclusive a morte dos animais (Tabela 15).

Tabela 3018: Doenças e distúrbios causados por agentes e factores não infecciosos em organismos aquáticos.

Factor causador da doença	Distúrbio/doença
Parâmetros ambientais e de qualidade de água extremos (temperatura, radiação solar, saturação de gases, pH, oxigénio, salinidade, amónia, etc.)	Doença da bolha de ar, síndrome da bexiga natatória, hipoxia, perda de peso, perda de escamas, opacidade do globo ocular, alcaloses e acidoses, queimaduras solares, necrose muscular, músculo preso, muda incompleta, brânquias pretas, carapaça mole, infecções secundárias
Deficiência em proteínas/aminoácidos	Redução de crescimento
Deficiência de gorduras e lipídios	Despigmentação, erosão das barbatanas, miopatia cardíaca e infiltração gordurosa do fígado

Desequilíbrio vitamínico	Síndrome da miopatia nutricional, necrose e degeneração da musculatura lateral dos peixes
Deficiência em vitamina C	“Doença da morte negra” em camarões (septicemia bacteriana)
Deficiência de minerais	Deformação da coluna vertebral.
Subnutrição	Síndrome de carapaça mole, carapaça solta
Deficiência de carotenoides na dieta	Síndrome da carapaça azul
Desequilíbrio na relação Ca:Mg e deficiência de vitamina B	Síndrome de camarão flexionado

Os principais elementos da biossegurança incluem, controlo legislativo prático e apropriado, métodos adequados de diagnóstico e detecção de doenças infecciosas, métodos de desinfecção e erradicação de agentes patogénicos, fontes seguras de alevinos e reprodutores de alta qualidade e boas práticas de gestão.

Ao nível local, a implementação de um plano eficaz de medidas de biossegurança é essencial na redução do risco de introdução de doenças. Isso segue o princípio fundamental de que a prevenção é melhor que o tratamento. É amplamente aceite que a prevenção de doenças na aquacultura é economicamente mais acessível que o tratamento.

Tal como na pecuária o uso de pesticidas no tratamento de animais criados em cativeiro mantém-se incipiente em Moçambique o que no âmbito do projecto e da sua GIP se constitui numa oportunidade.

17 3.2 Experiência relevante de GIP em Moçambique e nas Áreas do Projecto

Em função das descrições feitas acima e porque é no subsector da produção vegetal que mais actividade e experiências se têm desenvolvido esta subsecção vai focalizar-se mais sobre as experiências decorrentes deste subsector. Sempre que relevante vão ser usadas as experiências dos outros subsectores. Entretanto a relativa uniformidade dos elementos de resposta na GIP, independentemente dos subsectores, esta limitante não se constitui em obstáculo significativo para o que se pretende com este documento.

Em toda a extensão do território nacional e mesmo na região austral de África e não só, os agricultores tradicionais têm os seus próprios conhecimentos sobre o uso dos princípios da GIP. Diferentes formas de cultivo consorciado e/ou o uso de remédios feitos de plantas locais são frequentemente adoptados com o único propósito de manter as pragas e/ou aumentar a fertilidade do solo.

Mas, como em muitas outras áreas do conhecimento tradicional em Moçambique, a mistura disso com informações e práticas modernas aliados ao fraco incentivo para as pessoas usarem e expandirem esse conhecimento explica que ele esteja lentamente a desaparecer. A pesquisa e extensão “*on farm*” e “*on station*” deveriam se esforçar por promover uma melhor compreensão de tal conhecimento tradicional e promover o que funciona.

É recorrente a crença de que os produtos químicos são mais eficientes do que quaisquer outras práticas culturais. Porém, os agricultores em vários distritos preferem a rotação de culturas (verão (por exemplo, milho) e culturas de inverno (horticultura e alguns feijões) e consórcio (cereais e vegetais e leguminosas) como sendo eficientes no controlo de algumas pragas, especialmente insectos e fungos. Espera-se que essas técnicas também possam ser aplicadas em áreas maiores a serem desenvolvidas no âmbito do Projecto, visto que são uma prática comum em Moçambique. Um

conjunto específico de intervenções deve ser adoptado pelo projecto para reverter isso e neste documento sugestões são feitas sobre a melhor maneira de fazê-lo.

Em relação às principais culturas já inventariadas e em função das várias iniciativas de produção agrícola actualmente em curso as modalidades de produção compreendem os produtores familiares e os pequenos produtores que produzem para o autoconsumo e para mercados relativamente abertos, em que os pequenos produtores tendem a ser subcontratados por grandes e bem estabelecidas operadoras para complementar a sua produção. Houve também algumas misturas menores entre províncias, safras e modalidades de produção.

As recomendações tecnológicas (Cartas Tecnológicas) que delineiam as principais operações e os sistemas e procedimentos a serem adoptados para aumentar a produção e a produtividade ao abrigo das várias iniciativas também cobrem o tema de fertilizantes e pesticidas. As lições aprendidas dos processos passados e em curso são relevantes para delinear como o Projecto MozNorte deve lidar com estes aspectos. E estes são resumidos abaixo.

Tabela 3149: Principais recomendações sobre gestão de agroquímicos

Componentes	Sistemas e procedimentos
Fertilizantes	<p>O uso de adubo animal e vegetal (composto) é fortemente incentivado como uma das formas de adicionar matéria orgânica ao solo para fornecer nutrientes como nitrogénio (N), fósforo (P) e potássio (K), mas em pequenas quantidades. Estes têm sido adoptados principalmente por pequenos agricultores que produzem para o mercado aberto e autoconsumo, mas também por produtores contratados.</p> <p>Ao abrigo do PROIRRI/IRRIGA e Sustenta, para obter o máximo rendimento, também se recomendou a adição de fertilizantes químicos principalmente para hortaliças, árvores frutíferas e cana-de-açúcar. Os fertilizantes químicos mais usados têm sido (i) sulfato de amónio (ii) nitrato de cálcio e amónio (iii) superfosfato (iv) fosfato de amónio (v) ureia (vi) cloreto de potássio (vii) sulfato de potássio (viii) cal (ix) MAP e (x) KCl.</p> <p>Ao abrigo das mesmas iniciativas também se tem incentivado a adopção da Agricultura de Conservação, definida como (i) mínima perturbação do solo (em decorrência do uso reduzido ou nenhuma mobilização) para preservar a sua estrutura, fauna e matéria orgânica; (ii) manter a cobertura permanente da terra (com culturas, resíduos e outros materiais de cobertura) para protegê-lo e contribuir para a eliminação de ervas daninhas; e (iii) diversificação das rotações e combinações de culturas, que favoreçam a manutenção dos microrganismos do solo e eliminem pragas, ervas daninhas e doenças das plantas. Isso faz parte da gestão integrada de solos, recursos hídricos e biológicos combinada com factores externos.</p>
Pesticidas	<p>Começa-se por incentivar a preparação e o uso de pesticidas caseiros para reduzir custos e, ao mesmo tempo, realizar o tratamento eficaz de algumas pragas. Os pesticidas desta natureza mais importantes e recomendados incluem: (i) emulsão de petróleo, que é um insecticida de contacto que é útil contra muitos insectos sugadores; (ii) mistura de tabaco, muito eficaz no controlo de micro-organismos que infestam plantações de hortaliças; (iii) Emulsão de semente de Margosa (<i>Azadirachta indica</i>) (nim) muito eficaz como repelente de gafanhotos. Estes foram adoptados ao acaso por todas as classes de produtores e principalmente pelos pequenos produtores que produzem para mercados abertos e autoconsumo.</p> <p>Adicionalmente, os projectos têm tido as suas próprias listas de fungicidas, insecticidas e herbicidas recomendados para serem usados nas diferentes plantações, principalmente horticultura e frutas. Entre os três projectos mais conhecidos (PROIRRI/IRRIGA e Sustenta) em termos práticos, os mais utilizados têm sido os herbicidas, nomeadamente Pendimethalin, MCPA, Metryn, Gramoxone, Glifosato, utilizados principalmente pelos produtores de cana-de-açúcar. Sobretudo, não existem grandes produtores por detrás, na maioria dos casos, os agricultores não se envolvem directamente na compra e no uso de tais fertilizantes. Isso fica nas mãos das</p>

Componentes	Sistemas e procedimentos
	<p>empresas que os contrataram. Às vezes, isso tem o potencial de aumentar os conflitos entre os dois lados, já que as empresas deduziam o dinheiro gasto com pesticidas do pagamento final devido aos agricultores.</p> <p>O relatório de desempenho ambiental e social (PROIRRI, 2017) identificou vários problemas com a forma como os fertilizantes e pesticidas eram tratados no âmbito deste projecto. Apesar da recomendação de produtos alternativos e mais acessíveis e mais saudáveis, incluindo produtos feitos localmente, notou-se a ausência de uma GIP consistente. Tudo indica que se requerem esforços continuados e métodos e instrumentos (por ex. listas de verificação) de monitorização bem estruturados.</p>

18 3.3 Práticas Actuais de Gestão de Pragas

Presentemente, o controlo de pragas e doenças de plantas é limitado por uma combinação de falta de conhecimento, equipamento, produtos e financiamento. Em geral, os pequenos agricultores tomam várias medidas para minimizar ou evitar infestações de pragas, tais como capinar e aplicação de inseticidas e herbicidas. O controlo de ervas daninhas é comumente alcançado por meio de uma combinação de preparo das áreas a semear com recurso a várias passagens do arado puxado por bois (ou manualmente) e subsequentemente controlo de ervas daninhas entre as linhas de cultivo. Não existem dados abrangentes sobre o uso de pesticidas, mas os oficiais provinciais no subsector referem Cipermetrina, Mancozeb, Cobox e Teodan, todos sob a Classe III (menos tóxica), como os principais pesticidas usados. São também os pesticidas mais adquiridos e distribuídos pelo sector público em momentos críticos.

O controlo de aves e animais selvagens (onde estes ocorrem) é efectuado principalmente através da utilização da forma tradicional de assustar (o uso de espantalhos é muito comum, especialmente nas zonas de produção de cereais), perseguindo e guardando os animais.

Conforme se vai apresentar mais abaixo, uma combinação de conhecimentos tradicionais e melhores práticas recomendadas por agentes agrícolas formais é promissora na adopção da GIP.

19 3.4 Gestão de Pesticidas

Os dados sobre pesticidas envenenamento e contaminação ambiental frequentemente não estão disponíveis ou são difíceis de obter, uma vez que não existe qualquer sistema regular do governo para o seu devido registo e monitorização. Além disso, o pessoal médico em clínicas rurais não está bem treinado para reconhecer e tratar adequadamente o envenenamento por pesticidas e tende a existir a falta de antídotos, como já referido.

Em resumo, e em conformidade com os relatos locais dos vários agentes, com destaque para o pessoal de sanidade vegetal nas provinciais, os principais problemas de gestão de pesticidas em Moçambique em geral são:

- Uso sem fundamento quando aplicado, o que pode resultar em problemas para a saúde humana e para o ambiente, principalmente a contaminação do solo e da água. Sinais de contaminação/esgotamento do solo/água são por vezes observados em algumas áreas, incluindo a concentração de sal no solo;
- Uso de pesticidas fora do prazo/obsoletos (observado na maioria das áreas), o que se estende aos grandes operadores que não deveriam fazê-lo;
- Uso de pesticidas não autorizados e/ou não rotulados ou uso de pesticidas sujeitos a novo empacotamento;
- Aplicação sem o equipamento adequado, com aumento do risco de contaminação;

- Utilização de embalagens vazias de pesticidas para uso doméstico (por exemplo, como recipientes de água e alimentos, etc.), incluindo a sua lavagem em rios, o que pode levar à sua contaminação.
- Falta de monitorização adequada do uso e manuseio de pesticidas.

Ainda que em muito menor grau devido ao ainda fraco dinamismo destes subsectores e maiores restrições estruturais de acesso a tecnologias e produtos, o que se disse sobre a produção vegetal repete-se na produção pecuária e na aquacultura.

Impõe-se corrigir e melhorar as práticas prevalentes de gestão de pragas e pesticidas no país e particularmente no âmbito do Projecto, tendo em conta o facto de que um dos objectivos do Projecto é o de estabelecer o caminho a ser seguido em relação à promoção da agricultura mais intensiva com base nas lições aprendidas. O plano de ação do PGIP deve contribuir para reverter as tendências negativas prevalentes, especialmente as já identificadas nos projectos em curso financiados pelo BM.

20 4 Adopção Activa de um GIP

21 4.1 Direcção Principal do Plano

Para mitigar os impactos potenciais associados à proliferação descontrolada de pesticidas, a abordagem geral do Projecto MozNorte deve ser manter o uso de pesticidas no mínimo ou evitá-lo e garantir que qualquer uso necessário seja inteligente, coerente e parte de uma abordagem de GIP. Isso está de acordo com as Normas e Directrizes do Banco quanto à gestão ambiental e social em geral (NAS 1), gestão de pesticidas (NAS 3) e garantia de saúde e segurança, incluindo o envolvimento das partes afectadas e interessadas (NAS 10). As discussões preliminares com as partes interessadas e a avaliação da situação no terreno indicam que a formulação de um plano de ação conciso deve adoptar uma abordagem faseada, da qual é apresentado um esboço geral. Isso precisará de ser endossado pelas partes interessadas do projecto e ajustado conforme mais evidências forem reunidas. O plano de acção final adota as seguintes etapas essenciais:

Tabela 3220: Plano de Ação Indicativo

Atividade	Acionistas	Objetivo/Ação	Agência líder
Mobilização	Unidades de promoção/produção, investigação, sanidade, extensão e inspeção do MADER e MIMAIP MTA (Ambiente) Saúde Ambiental Sector privado, ONG, pequenos, médios e grandes agricultores na área do projecto	Estabelecimento da Equipa Central de GIP (Representantes dos sectores e subsectores identificados na Tabela 3) Um workshop nacional na área do projecto para identificar agências e indivíduos que irão liderar a formulação e implementação do PGP do projecto	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal
Diagnóstico	Unidades de promoção/produção, investigação, sanidade, extensão e inspeção do MADER e MIMAIP MTA (Ambiente)Saúde Ambiental Sector privado, ONG, pequenos, médios e grandes agricultores na área do projecto	Fazer um balanço das principais questões que afectam o subsector no país e na área do projecto. Uso extensivo de lições aprendidas nos projectos em curso Definição concisa da linha de base Acordar a sequência de actividades para formular um plano de acção e respectivos conteúdos	Projecto como o organizador Unidades de sanidade vegetal e animal como secretariado executor do plano
Formulação de planos de ação específicos	Unidades de promoção/produção, investigação, sanidade, extensão e inspeção do MADER e MIMAIP MTA (Ambiente)Saúde Ambiental Sector privado, ONG, pequenos, médios e grandes agricultores na área do projecto	Identificação de questões e actividades específicas (incluindo acções correctivas vis a vis as experiências dos projectos anteriores e em curso) a serem realizadas sobre: GIP em geral regulamentação de pesticidas per se, pesquisa, extensão, e uso de pesticidas	Unidades de sanidade vegetal e animal assistidas pelo IIAM/IIP e afins
Implementação dos planos de acção	Unidades de promoção/produção, investigação, sanidade, extensão e inspeção do MADER e MIMAIP	Acções separadas e coordenadas em: GIP em geral regulamentação de pesticidas per se,	Coordenação pelo Projecto De acordo com seu papel e responsabilidade, cada agência trabalhará na sua área, ou seja,

Atividade	Acionistas	Objetivo/Ação	Agência líder
	MTA (Ambiente)Saúde Ambiental Sector privado, ONG, pequenos, médios e grandes agricultores na área do projecto	pesquisa, extensão, e uso de pesticidas produção e aplicação de métodos e instrumentos de monitorização	regulamentação, pesquisa, extensão, GIP e uso de pesticidas
Monitorização e avaliação e lições aprendidas para alimentar o projecto e os subsectores relevantes em geral	Unidades de promoção/produção, investigação, sanidade, extensão e inspeção do MADER e MIMAIP MTA (Ambiente)Saúde Ambiental Sector privado, ONG, pequenos, médios e grandes agricultores na área do projecto	Monitorização contínua, introdução de medidas correctivas quando necessário, extracção de lições aprendidas e feedback para o projeto e GIP em geral	Projecto MozNorte assistido por todas a unidades relevantes

Os objectivos e a acção principal de uma abordagem de GIP são apresentados abaixo em ordem sequencial:

Tabela 3321: Objectivos de uma GIP

Principais áreas e de questões de intervenção	Acções necessárias	Responsabilidade
Mudar as práticas actuais de gestão de pragas	Alocar recursos adequados para implementar a Política Nacional de Proteção de Plantas e Animais, incluindo o dos animais em cativeiro Aumentar a consciência sobre a GIP entre os formuladores de políticas e a comunidade agrária e pesqueira/aquícola Abolir a distribuição gratuita de pesticidas aos agricultores e promover o manuseio e aplicação seguros de pesticidas.	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal
Integração da GIP	Incorporação da GIP nas componentes principais do projecto de: produção e comercialização na agricultura familiar e dos pequenos produtores; e tornar a GIP num elemento prático que penetra todos os aspectos de extensão e treinamento	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal e de apoio à produção
Pesquisa e extensão de GIP	Fortalecer a pesquisa em GIP no MADER/MIMAIP/Instituições de Pesquisa Relevantes Reforçar a extensão em GIP Fortalecer a colaboração entre M MADER/MIMAIP e MIT para implementação de campo de GIP Envolver o Sector Privado, ONGs e Comunidades na promoção de actividades de GIP; Implementar abordagens participativas em GIP para que os agricultores aprendam, testem, seleccionem e implementem opções de GIP para reduzir as perdas devido a pragas e doenças	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal, de apoio à produção e de investigação
Menor uso e dependência de pesticidas químicos	Promover a adopção de práticas de GIP por meio da educação e treinamento de agricultores Desenvolver estratégias para afastar os agricultores das práticas de controlo de pragas dependentes de pesticidas e promover o uso do controlo biológico	Serviços de extensão em coordenação com pesquisa, incluindo pesquisa aplicada em práticas tradicionais/demonstrações de campo
Aplicação da legislação	Fortalecer a capacidade institucional do MIT e do MIC (indústria e comércio) para supervisionar eficazmente o cumprimento da legislação de pesticidas	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal/MIT/MIC
Riscos ambientais do uso indevido de pesticidas	Criar consciência pública sobre os perigos do uso indevido de pesticidas por meio de campanhas de conscientização pública	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal/MIT

Principais áreas e de questões de intervenção	Ações necessárias	Responsabilidade
	Avaliação regular de resíduos de pesticidas em sistemas de produção e colheita Monitorização de intoxicações por pesticidas na agricultura/aquacultura e comunidades rurais.	
Aumento das populações de vectores e de doenças transmitidas por vectores, como a malária	Colaborar com outros programas de GIP nas áreas do projecto Conduzir vigilância regular de vectores.	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal/MISAU
Monitorização	Estabelecer um sistema de Monitorização participativo que forneça aviso prévio sobre o status das pragas com potencial de atingir a área do projecto Identificar em que nível as perdas económicas ocorrerão Identificar as principais espécies de pragas, benéficas, regulares e migratórias	Projecto MozNorte assistido pelas unidades de sanidade vegetal e animal/IIAM e IIP

A gestão efectiva e planos específicos de manuseio e de implementação de pesticidas serão específicos para cada local. Como tal, eles irão (i) identificar as espécies de pragas mais prevalentes numa área específica do projecto; (ii) apresentar uma estimativa das populações de pragas e comparação com os limites de acção estabelecidos; (iii) seleccionar e fornecer as modalidades de gestão apropriadas com base nas informações actuais no local; (iv) avaliar a eficácia de gestão de pragas; e (v) manter registos apropriados de todas as acções tomadas naquela área e subprojecto para implementar de forma consistente a GIP. Combinação do disposto no (i) Decreto 6/2009 de 31 de Março que regulamenta a gestão de pesticidas no país, para garantir a saúde pública e a qualidade ambiental, ao abrigo do disposto no artigo 9.º da Lei 20/97 de 1 de Outubro; (ii) Normas e Directrizes do BM sobre controlo de pragas; e (iii) melhores práticas recomendadas resultam nos seguintes sistemas e procedimentos para o manuseio de pesticidas que são relevantes para o projecto, ou seja, agricultores aquicultores e todos os outros operadores de pesticidas e prestadores de serviços.

Tabela 3422: Manuseio de pesticidas

Nr.	Área de Atuação	Sistemas e Procedimentos
1	Geral	<p>Usar culturas e variedades resistentes, sequências de culturas, associações e práticas culturais que minimizem a pressão e maximizem a prevenção biológica de pragas e doenças.</p> <p>Manter uma avaliação regular e quantitativa do estado de equilíbrio entre pragas e doenças e organismos benéficos de todas as culturas.</p> <p>Aplicar técnicas de previsão de pragas e doenças, quando disponíveis.</p> <p>Compreender e usar práticas não químicas de gestão de pragas e doenças.</p> <p>Decidir sobre as intervenções após a consideração de todos os métodos possíveis e seus efeitos de curto e longo prazo na produtividade agrária e aquícola e implicações ambientais para minimizar o uso de agroquímicos e promover a GIP.</p>

Nr.	Área de Atuação	Sistemas e Procedimentos
		<p>Armazenar e usar agroquímicos de acordo com os requisitos legais, por ex. registo para culturas individuais, quantidades, horários e intervalos de pré-colheita. Assegurar-se de que os agroquímicos sejam aplicados apenas por pessoas com conhecimento especializado. Assegurar que os equipamentos usados para o manuseio e aplicação de agroquímicos estejam em conformidade com os padrões de segurança e manutenção estabelecidos.</p> <p>Manter registos precisos do uso de agroquímicos.</p> <p>Evitar qualquer fonte pontual de poluição de agroquímicos resultante do uso, armazenamento, limpeza e descarte de produtos ou equipamentos de aplicação. Evitar o impacto em áreas não-alvo de qualquer actividade de gestão de pragas e doenças.</p>
2	Aquisições	<p>A aquisição de pesticidas será prerrogativa exclusiva dos agentes licenciados e autorizados.</p> <p>De acordo com a legislação do GdM em Moçambique, a produção, doação, comercialização, importação e utilização de qualquer substância pesticida está sujeita a registo prévio: (i) o registo é feito com base num pedido a ser apresentado por empresas devidamente registadas junto da Direcção Nacional de Sanidade Agropecuária (ii) as empresas que registam pesticidas também devem registadas junto da Direcção Nacional de Sanidade Agropecuária como importadoras de pesticidas.</p>
3	Armazenamento	<p>Os pesticidas não devem ser armazenados: (a) de maneira que possa resultar na contaminação de alimentos para animais ou fertilizantes comerciais. (b) por cima de ou contra componentes de rações, alimentos de origem animal, alimentos, medicamentos ou brinquedos infantis. (c) carregados em equipamento de aplicação aérea num espaço de 92 metros (100 jardas) de um terminal de passageiros de linha aérea.</p> <p>Para fins de exibição: (a) os pesticidas não devem ser colocados em cima de prateleiras ou contra componentes de rações, alimentos para animais, alimentos, medicamentos ou brinquedos para crianças. b) As estantes ou áreas de exposição utilizadas para exposição de pesticidas devem ser cuidadosamente limpas antes de serem reutilizadas para exposição de outros produtos.</p> <p>Para instalações de pesticidas a granel líquido: (a) os recipientes e equipamentos acessórios usados para o armazenamento e manuseio de pesticidas a granel devem ser de materiais e construção compatíveis com o pesticida armazenado e as condições de armazenamento especificadas nas instruções do rótulo. b) As instalações de contentores não móveis para armazenamento de pesticidas líquidos a granel devem ser construídas de modo a que tenham um meio secundário de contenção. (i) a contenção secundária deve ser construída com espessura, densidade e composição suficientes para conter qualquer derramamento ou material descarregado. (ii) as áreas de contenção secundária não devem conter um dreno, a menos que este esteja tapado para evitar a libertação de qualquer derramamento da área de contenção. (ii) os recipientes não móveis de armazenamento de pesticidas líquidos a granel devem ser protegidos ou elevados o suficiente para evitar a flutuação se a estrutura de contenção secundária se encher de líquido.</p> <p>Para instalações que utilizem recipientes: (a) as instalações de armazenamento e manuseio de pesticidas a granel devem estar localizadas de acordo com os regulamentos nacionais ou locais apropriados e ser construídas com espessura, densidade e composição suficientes para conter qualquer derramamento ou material descartado. (b) os recipientes e equipamentos acessórios usados para o armazenamento e manuseio de pesticidas a granel devem ser de materiais e construção compatíveis com o pesticida armazenado e as condições de</p>

Nr.	Área de Atuação	Sistemas e Procedimentos
		armazenamento especificadas nas instruções do rótulo. c) Os contentores devem ser protegidos contra o vento e chuva. d) Os contentores devem ser colocados sobre paletes ou plataformas elevadas. (e) os recipientes devem ser colocados numa superfície impermeável que se estenda completamente abaixo dos paletes ou plataformas elevadas (f) o rótulo do pesticida registado deve ser exibido de forma bem visível no recipiente de armazenamento do pesticida a granel.
4	Transporte de embalagens de pesticidas a granel	<p>As embalagens de pesticidas a granel devem cumprir todas as normas aplicáveis, conforme especificado pelo Decreto 6/2009 de 31 de Março.</p> <p>Os recipientes de pesticidas a granel devem ser totalmente protegidos para evitar derramamento de pesticidas e danos aos recipientes durante o transporte.</p> <p>(3) os recipientes de pesticidas a granel devem levar o rótulo do produto registado para o material contido neles.</p>
5	Manuseio e carregamento de pesticidas a granel	<p>Os pesticidas a granel devem ser manuseados, misturados e carregados de maneira a garantir a protecção das plantações, pecuária, público e do ambiente.</p> <p>As propriedades físicas e químicas devem ser consideradas no manuseio e carregamento de pesticidas a granel.</p> <p>O carregamento e a mistura de pesticidas a granel conduzidos em locais de distribuição permanentes devem ser em superfícies impermeáveis com condições suficientes para permitir a contenção e recuperação de qualquer derramamento. a) Os proprietários ou operadores de locais permanentes de distribuição de pesticidas a granel devem iniciar a reparação imediata de quaisquer sinais visíveis de danos nas superfícies impermeáveis onde os pesticidas a granel sejam carregados ou misturados. (b) os proprietários ou operadores de locais permanentes de distribuição de pesticidas a granel devem garantir que todas as superfícies impermeáveis sejam construídas de forma a evitar que água e outros líquidos penetrem ou fluam para essas áreas provenientes de terrenos ou estruturas adjacentes. (c) os proprietários ou operadores de locais permanentes de distribuição de pesticidas a granel devem assegurar que todas as superfícies impermeáveis para carregamento e mistura de pesticidas a granel sejam construídas com materiais que sejam compatíveis com os materiais a serem manuseados e não sejam feitos de asfalto ou materiais de terra.</p> <p>Antes do reabastecimento, os recipientes de pesticidas a granel devem ser completamente limpos, excepto quando um recipiente a granel reciclável selado ou dedicado seja recarregado com o mesmo pesticida rotulado e tenha o mesmo rótulo do pesticida imediatamente anterior.</p>
6	Aplicação de pesticidas	<p>As formas mais comuns de aplicação de pesticidas, na agricultura convencional, consistem no uso de pulverizadores mecânicos. O equipamento deve estar em boas condições de funcionamento e isso deve ser garantido por testes regulares e estabelecimento de padrões para equipamentos de aplicação.</p> <p>Deve haver um treinamento apropriado antes da aplicação de pesticida que esclareça sobre os riscos e perigos associados e procedimentos a adoptar e requerido o uso de equipamento de protecção individual apropriado, durante a aplicação. Não deverá ser envolvidas crianças no manuseio / aplicação de pesticidas.</p>
7	Eliminação de embalagens e pesticidas não utilizados	<p>Os recipientes de pesticidas vazios e recipientes que continham sementes tratadas com pesticidas: (a) devem ser descartados de maneira consistente com o rótulo do pesticida; ou (b) na ausência de instruções específicas no rótulo, devem ser lavados três vezes e eliminados em locais de eliminação designados; e (c) não devem ser vendidos ou reutilizados para qualquer fim. A reutilização de tais recipientes para o</p>

Nr.	Área de Atuação	Sistemas e Procedimentos
		armazenamento de comida humana ou animal ou água, ou para o armazenamento de utensílios de cozinha, pratos ou roupas é estritamente proibida. (2) os pesticidas não utilizados e as sementes tratadas com pesticidas devem ser eliminados de forma consistente com a sua rotulagem.
8	Distribuição de pesticidas a granel	Os pesticidas a granel podem ser reembalados para venda ou entrega se: (a) um representante do referido estabelecimento registado estiver presente quando o produto for reembalado para venda ou entrega; e (b) não haja alteração em nenhum dos itens a seguir como resultado da reembalagem: (i) a formulação do pesticida; (ii) a rotulagem do produto, (iii) balanças e medições usadas para vendas de pesticidas a granel devem atender às especificações, tolerâncias e outros requisitos técnicos, conforme definido pelo INNOQ (iv) torneiras e medidores separados devem ser usados para cada pesticida quando distribuído para venda.
9	Misturas ou combinações personalizadas	Devem ser preparadas de acordo com a ordem do usuário, dentro da faixa recomendada de rotulagem do pesticida; Não deve ser mantido em armazenamento; Ou as suas porções, se divididas para entrega, devem ser rotuladas com a percentagem real do pesticida dentro da mistura ou mistura personalizada, juntamente com as instruções pertinentes e adequadas para o seu uso, finalidade e cuidados. Este requisito pode ser atendido anexando uma cópia do rótulo de uso final dos pesticidas usados na mistura. Deve ser preparada em estabelecimento autorizado pelo Decreto 6/2009, de 31 de Março.

Um factor significativo que pode funcionar como uma restrição na adoção de práticas de GIP é a atitude de que os pesticidas são “medicamentos” modernos que fornecem cura rápida e eficaz para todos os problemas que afectam as culturas. Consequentemente, o sucesso de qualquer estratégia de GIP depende não apenas da capacidade do Projecto de definir um programa de GIP e vinculá-lo a parceiros estratégicos (empresas privadas ou ONGs), mas também da capacidade dos diferentes actores (governo, serviços de extensão, agricultores, organizações privadas, parceiros estratégicos) para cumprir os seus compromissos nestas áreas. Isso requer um investimento considerável em treinamento e capacitação em vários tópicos de GIP e a implementação deste PGP, conforme referido no documento principal do QGAS e do PEPI.

Pelo menos numa primeira fase e até que os vários aspectos deem mostras de estar a funcionar a contento, recomenda-se que a GIP do projeto seja gerido e facilitado por Provedores de Serviços Contratados. Estes serão responsáveis por facilitar as principais etapas do processo, ou seja, mobilização, diagnóstico participativo, formulação do plano de acção detalhado envolvendo os principais actores e principais áreas de intervenção que foram identificados, implementação, monitorização e avaliação e feedback ao sistema por meio de lições aprendidas válidas para o projecto e outras intervenções semelhantes. O Provedor de Serviços trabalhará em estreita colaboração com os pontos focais para GIP sob o Projecto estacionados no MADER e MIMAIP. Estes farão a ligação com os operadores e serviços agrários/aquícolas relevantes, incluindo serviços de pesquisa e extensão, no cumprimento dos seus objectivos.

Aspectos importantes de treinamento podem ser realizados com agricultores/produtores líderes ou envolvendo agricultores/aquicultores experientes. O uso destes produtores líderes faz parte do sistema de extensão em Moçambique já usado em outras áreas de demonstração. Isso deve ser replicado em

conformidade com a GIP. O sucesso da GIP dependerá principalmente do desenvolvimento e sustentação da capacidade institucional e humana para facilitar a aprendizagem experimental para a tomada de decisões informadas na integração do conhecimento científico e nativo para minimizar os potenciais impactos prejudiciais do uso de pesticidas. A pesquisa adaptativa prevista no projecto também deve incluir esta subcomponente.

A comunicação deficiente entre os agricultores e extensionistas e outros funcionários agrários e aquícolas e governamentais pode levar a pesquisas mal direccionadas ou à adopção inadequada de opções promissoras geradas pela pesquisa. Idealmente, parte do treinamento deve ser conduzido pelos próprios agricultores/aquicultores, direccionados a outros produtores. A troca de experiências entre diferentes comunidades de produtores pode ser essencial para os resultados pretendidos.

22 4.2 Possíveis Intervenções na Gestão integrada de Pragas e Pesticidas

Com base nas descrições feitas nos capítulos anteriores, esta subsecção fornece um esboço geral de vários tipos de estratégias de controlo de pragas conhecidas e aplicadas em Moçambique e que podem ser investigadas e disseminadas em áreas mais amplas, incluindo a área do projecto, com recurso a evidências. Isso inclui uma breve revisão das técnicas de controlo biológico, de culturas, químico, quarentena e controlo físico ou mecânico. O subcapítulo é complementado por três tabelas que resumem a melhor combinação de GIP tradicional e moderna em torno das culturas e pragas relacionadas, tal como são actualmente vistas em Moçambique. Testes contínuos e desenho sistemático de lições aprendidas são recomendados ao abrigo do Projecto MozNorte.

A maior parte dos exemplos usados são uma vez mais os da produção vegetal assumindo que elas sejam geralmente validas para a pecuária e a aquacultura.

4.2.1 Estratégia para Intervenção e Plano de Ação de Gestão de Pesticidas

Controlo Biológico

O controlo biológico envolve o uso de agentes biológicos e predadores para controlar pragas e doenças. O método costuma ser bem-sucedido em culturas como a mandioca e envolve a conservação ou optimização do impacto de agentes vivos já existentes no ecossistema, aumentando artificialmente o número de inimigos naturais no agroecossistema, introduzindo as novas espécies de inimigos naturais onde estes eram inexistentes.

As evidências mostram que todo organismo vivo tem seus inimigos naturais e doenças, que mantêm a sua população em equilíbrio. Os inimigos naturais incluem predadores, parasitoides, nematoides, fungos, bactérias, vírus etc. O uso de predadores, parasitoides, nematoides, fungos, bactérias e vírus para manter a densidade populacional de pragas a um nível mais baixo do que ocorreria na sua ausência é um método comum de controlo biológico ou simplesmente bio-controlo.

No reino vegetal e animal, a resistência às pragas é a regra, e não a excepção. Na coevolução de pragas e hospedeiros, as plantas e animais desenvolveram mecanismos de defesa. Os mecanismos podem ser físicos (superfície cerosa, folhas cabeludas, etc.) ou químicos (produção de metabólitos secundários) na natureza. As variedades de culturas ou espécies resistentes a pragas suprimem a abundância de pragas ou aumentam o nível de tolerância a danos da planta. Em outras palavras, a resistência genética altera a relação entre a praga e o hospedeiro. A resistência de base genética inerente de uma planta ou animal pode protegê-los contra pragas ou doenças, sem recurso a pesticidas e/ou outras drogas.

Agricultores/aquicultores de todas as classes, principalmente familiares, pequenos e médios serão incentivados a trabalhar juntos para fazer experiências e chegar a combinações que sejam adequadas para as diferentes áreas. As formas específicas sob as quais isso será feito serão definidas conforme estabelecido na Tabela abaixo. Em muitas partes de Moçambique o uso de (i) emulsão de petróleo, que é um insecticida de contacto útil contra muitos insectos sugadores tem provado ser útil neste sentido; (ii) mistura de tabaco, que é muito eficaz no controlo de micro-organismos que infestam plantações de hortaliças; (iii) Emulsão de semente de Margosa (*Azadirachta indica*) muito eficaz como repelente de gafanhotos; (iv) o consórcio com a pimenta (piri-piri) tem se mostrado eficaz, embora nem sempre seja adoptado de forma sistemática e não devidamente disseminado.

Práticas de Sanidade de Culturas

As pragas também podem ser controladas por meio da adopção de práticas de sanidade de culturas e seu aprimoramento. Algumas delas incluem:

- a) **Rotação de culturas:** esta prática é usada para diminuir ervas daninhas e/pragas de insectos e doenças em algumas culturas. Por exemplo, Striga no sorgo e mapira pode ser controlada/reduzida plantando uma cultura armadilha como amendoim ou algodão;
- b) **Consortiação:** o campo é utilizado para cultivar duas ou mais culturas ao mesmo tempo, as quais intercambiam entre si elementos de controlo de doenças;
- c) **Colheita alternada:** onde uma cultura é retransmitida com outra para reduzir a infestação de gorgulhos, por exemplo;
- d) **Pousio:** o campo não é cultivado durante alguns anos para o controlo de várias ervas daninhas parasitas;
- e) **Culturas de cobertura:** são culturas de leguminosas, que são cultivadas para suprimir as ervas daninhas no campo. Eles podem ser consorciados ou não e protegem e cobrem o campo, por ex. abóboras;
- f) **Culturas armadilha:** induzem a germinação de uma praga. A cultura armadilha pode ser consorciada ou roteada com um hospedeiro susceptível (por exemplo, amendoim, algodão, etc.).
- g) **Cobertura com plantas mortas:** é a cobertura de campos de cultivo por gramíneas secas para controlar ervas daninhas e conservar a humidade do solo (por exemplo, em campos de banana, tomate, etc.);
- h) **Arranque manual e sacha com enxada:** estas práticas são as mais comuns e utilizadas pelos pequenos agricultores. Em momentos de relativa abundância de mão de obra nas áreas rurais, essa prática pode ser facilmente adoptada;
- i) **Queima: limpeza de terras e destruição de plantas/culturas infectadas.** Embora seja fundamental garantir que as queimadas sejam estritamente controladas e limitadas às áreas e espécies visadas e não se espalhem para outras áreas;
- j) **Aplicação de fertilizante/estrupe:** a aplicação de nutrientes na forma de fertilizante inorgânico ou estrupe doméstico reduz a infestação dos campos por ervas daninhas (por exemplo, Striga) e as perdas no rendimento da colheita;
- k) **Uso de material de plantio livre de doenças:** por ex. estacas de mandioca, ramas de batata-doce etc.;
- l) **Poda:** feita no chá, laranjeiras etc. para reduzir os insectos-praga e as doenças que podem infestar as culturas;

- m) **Monda:** feito para reduzir a população de plantas no campo (por exemplo, milho, arroz, sorgo e algodão, etc.).

Estas práticas são muito comuns e conhecidas em Moçambique e na área do projecto e devem ser encorajadas. Tal como acontece com o controlo biológico, o conhecimento e as experiências existentes na área do projecto devem ser usadas e/ou realizadas para identificar as práticas mais adequadas às condições locais. Com base em evidências, elas devem ser disseminadas.

Controlo Físico e Mecânico

São medidas que matam as pragas, perturbam a sua fisiologia ou afectam adversamente o meio ambiente da praga. Diferenciam-se das medidas culturais, pois os dispositivos ou acções adoptados são direccionados contra a praga ao invés de modificar as práticas culturais. A colheita manual de ralos de algodão em plantas de algodão, gorgulhos de banana em caules caducos, matança de lagarta americana de tomateiros são formas de controlo físico, enquanto o uso de mata-moscas contra moscas irritantes é uma forma de controlo mecânico, assim como o uso de espantalhos para assustar os pássaros, o que é muito comum em relação ao arroz e ao trigo e outras culturas. Algumas das medidas mecânicas são relativamente fáceis de aplicar onde e quando há abundância de mão de obra. Ao mesmo tempo que estes são mecanismos bem conhecidos.

Em momentos de pragas de animais (por ex. gafanhotos, répteis, etc.) e face às limitações de acesso a proteína animal na produção animal (pecuária e aquícola) por parte dos pequenos agricultores familiares em muitas partes do mundo tem estado a ganhar forma (recente debate no Quénia face à praga de gafanhotos que tem assolado o leste de África) a captura desses animais para fortalecer alimentos a ser usados nessas actividades produtivas. De resto o negócio de cultura de insectos em cativeiro para o mesmo fim (por ex. baratas e outros insectos na Ásia e em particular na China), vermes e outros (em muitas partes de África) tem estado a provar ser uma actividade promissora. Um aspecto cuja relevância poderia ser perseguida nos sistemas de pesquisa e de produção no país.

Controlo Químico

As medidas químicas envolvem o uso de herbicidas, insecticidas e fungicidas para controlar ervas daninhas, pragas e doenças. Como já foi explicado ao longo deste documento, elas só podem ser usadas sob certas condições e quando outras medidas menos intrusivas e tóxicas se provarem ineficazes. Todos os aspectos da capacitação de indivíduos e instituições devem ser postos em prática para garantir que o uso de produtos químicos não seja feito em detrimento da saúde humana e de outros organismos vivos e, conseqüentemente, garantir um ambiente saudável.

Devem ser recomendados como componentes de pacotes de GIP. E devem estar registados ao abrigo do Regulamento de Pesticidas (Diploma Ministerial 153/2002 de 11 de Setembro de 2002) e conforme actualizado anualmente.

Na Aquicultura as medidas incluídas na Caixa 2 têm sido as mais recomendadas em função das diferentes pragas e doenças:

Caixa 2: Principais doenças na aquicultura e estratégias de combate

Sempre que possível e considerado adequado, a indústria da aquicultura deve fazer uso de alternativas adequadas aos medicamentos e pesticidas disponíveis. Antes de qualquer decisão tomada numa instalação de aquicultura para controlar a ocorrência de doenças por meio do uso de drogas ou pesticidas, o

proprietário ou operador deve considerar alternativas viáveis para seu uso. Algumas alternativas possíveis para o uso ou depósito de drogas e pesticidas incluem o seguinte:

- Uso de tecnologias de contenção económicas disponíveis comercialmente para evitar depósitos da droga em águas com peixes
- Uso de tecnologias económicas de tratamento biológico não químico disponíveis comercialmente
- Uso de tecnologias de tratamento económicas e comercialmente disponíveis para tornar a droga não tóxica para peixes
- Antes de decidir usar drogas, os proprietários e operadores já devem ter levado em consideração e implementado outras tecnologias preventivas, algumas das quais ainda estão em desenvolvimento, incluindo (mas não se limitando a):
 - Remoção mecânica ou biológica de agentes externos
 - Filtros biológicos (por exemplo, mexilhões)
 - Vacinas
 - Modificações de manejo (por exemplo, ajustamento da densidade de peixes na área de contenção)

Zoonoses

Deve ser monitorada a presença dos principais microrganismos infecciosos que afectam o homem (zoonoses) em aquacultura. Destacam-se abaixo as seguintes bactérias que afectam a saúde tanto dos peixes como do homem:

- *Leptospira* sp.
- *Yersinia* spp.
- *Vibrio* spp.
- *Aeromonas hydrophila*
- *Clostridium perfringens* e *C. Botulinum*
- *Erysipelothrix rhusiopathiae*
- *Mycobacterium* Spp
- Bactérias resultantes da contaminação durante o processamento de produtos aquáticos tais como: *Salmonella* spp., *Shigella* spp., *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas* spp., e *Streptococcus* spp.
- Bactérias cuja acção causa intoxicação e outros microrganismos que produzem toxinas.

Os parasitas listados abaixo também podem afectar a saúde dos peixes e do homem:

- Nemátodos – *Anasakis simplex*, *Pseudoterranova decipiens*, e *Eustrogyliodes* spp.
- Céstodos – *Diphyllbothrium latum*
- Tremátodos – *Clonorchis sinensis*, *Opisthorchis* spp., *Heterophyes heterophyes* e *Nanophyetus salicola*.
- Protozoários – *Cryptosporidium* sp. e *Giardia* sp.

Os cuidados a ter para evitar contaminação por doenças resumem-se no seguinte:

- Lavar sempre as mãos após o trabalho e antes de comer ou beber;
- Proteger os ferimentos com pensos ou ligaduras impermeáveis antes do trabalho;
- Em caso de acidente em que haja ferimento ou corte, deve-se lavar imediatamente a ferida com sabão e água ou antisséptico, cobrindo-o depois com penso;
- Usar luvas ao manusear animais e produtos;
- Lavar as mãos após a administração de primeiros socorros;
- Os itens pessoais como lâminas de barbear e escovas de dentes não devem ser compartilhados;
- As áreas de trabalho e os pisos devem ser mantidos limpos com detergentes ou desinfetantes;
- Assegurar o descarte higiénico dos efluentes;

- As doenças infecciosas e zoonoses devem ser relatadas às autoridades de saúde.

4.2.2 Resumo das Medidas Combinadas e Recomendadas

As pragas encontradas na agricultura e aquacultura e na Saúde Pública são todas consideradas organismos prejudiciais, tais como insectos, ervas daninhas ou microrganismos. O conhecimento e a experiência actuais de combinação da GIP tradicional e moderna em Moçambique em torno das principais culturas e respectivas pragas podem ser resumidos como se apresenta nos Anexo 2 e 3 e (“Práticas recomendadas na produção vegetal”, “Práticas recomendadas na produção de milho, arroz e cana-de-açúcar” e “Práticas recomendadas para feijões”). Ao abrigo do projecto, as práticas recomendadas serão adoptadas em função dos resultados da monitorização e avaliação sistemáticas e a extracção de lições aprendidas informarão o progresso.

Relativamente a directrizes de ambiente, saúde e segurança, deverão ser asseguradas as seguintes medidas

PESTICIDAS

Armazenamento

- Armazenar todos os pesticidas num contentor fechado à chave, enfardado ou num armazém que tenha espaço suficiente para capturar quaisquer derrames sem contaminar o ambiente. Os armazéns devem ser afastados de fontes de água, áreas residenciais e construídas, bem como de áreas de armazenamento de gado e alimentos.
- Adquirir kits de derrame e instituir medidas de controlo adequadas em caso de derrame accidental.
- Armazenar todos os pesticidas nos seus recipientes originais, rotulados e garantir que as instruções de armazenamento são seguidas.
- Manter um registo de todos os pesticidas adquiridos, registando quando foram recebidos, a quantidade utilizada, a quantidade restante em armazém, e a sua localização.
- Manter a FDS em locais apropriados nas instalações de armazenamento.
- Os armazéns devem ter ventilação adequada, contenção secundária, e chuveiros e kits de emergência.

Manuseamento

- Os operadores devem ler, compreender e seguir as instruções do rótulo do produto para mistura, segurança, aplicação e eliminação; utilizar pessoal treinado para operações críticas (por exemplo, mistura, transferências, tanques de enchimento, e aplicação).
 - Insistir para que os EPI correctos (por exemplo, luvas, macacão, protecção ocular) para cada via de exposição¹⁸ listada na FDS sejam sempre usados no manuseamento e aplicação de pesticidas.
 - Mandatar que qualquer mistura e enchimento de tanques de pesticidas ocorra numa área de enchimento designada.
- o Esta deve ser afastada de cursos de água e drenagens.
- o Se em betão, a água deve ser recolhida num poço separado e eliminada como resíduo perigoso.
- o Assegurar que os derrames sejam limpos imediatamente utilizando kits de derrame apropriados; os derrames não devem ser lavados em cursos de água ou drenos.

Aplicação

- Dar preferência ao método de aplicação com o menor risco de EHS.
- Seleccionar tecnologias e práticas de aplicação de pesticidas concebidas para minimizar o movimento ou escoamento para fora do local (por exemplo, bicos de baixa deriva, utilizando o maior tamanho de gota e a menor pressão que sejam adequados ao produto).
- Estabelecer zonas tampão em torno de cursos de água, bairros residenciais e urbanizados, bem como zonas de armazenamento de gado e alimentos.
- Para a aplicação aérea de pesticidas, os limites das áreas alvo devem ser claramente demarcados e todas as possíveis comunidades próximas, gado e rios devem ser identificados no plano de voo. A aplicação aérea de pesticidas não deve ser conduzida onde haja potencial para contaminação da produção orgânica ou de outra forma certificável.
- Assegurar que todo o equipamento está em bom estado e devidamente calibrado para aplicar a dosagem correcta.
- Insistir para que as aplicações ocorram em condições climáticas adequadas; evitar tempo húmido e condições de vento.

Eliminação

- Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura, juntamente com água de lavagem, e pesticidas desactualizados ou aprovados há mais tempo, deve ser eliminado como um resíduo perigoso, de acordo com as directrizes da FAO.
- Os recipientes vazios de pesticidas, selos de alumínio e tampas devem ser enxaguados triplamente, e as lavagens utilizadas no tanque de pesticidas devem ser pulverizadas de novo no campo ou eliminadas como resíduos perigosos, de forma consistente com as directrizes da FAO e de acordo com as instruções do fabricante. Os contentores devem ser armazenados em segurança e sob abrigo antes da sua eliminação segura; não devem ser utilizados para outros fins.

FERTILIZANTES

- Armazenar OS fertilizantes na sua embalagem original e num local dedicado que possa ser fechado e devidamente identificado com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Assegurar que as fichas com dados de segurança e os inventários estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros socorros quando necessário.
- Adquirir e armazenar apenas os requisitos mínimos de fertilizantes, e utilizar primeiro os fertilizantes mais antigos.
- Manter os armazéns de fertilizantes separados de pesticidas e máquinas (por exemplo, combustíveis, ignição, ou fontes de calor).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o que é necessário, quando necessário, para minimizar as perdas para o ambiente.
- Implementar um programa de formação adequado para o pessoal que está a transportar, manusear, carregar, armazenar, e aplicar fertilizantes.

Fonte: WBG, Directrizes Ambientais, Sanitárias e de Segurança e para a Produção de Culturas Perenes, 2015

4.2.3 Monitorização e Avaliação

O foco na Monitorização e avaliação deve ser baseado na avaliação do aumento na capacidade em matéria de GIP, até que ponto as práticas e técnicas de GIP estão a ser adoptadas na produção agrícola e

aquícola e os benefícios económicos que os produtores obtêm com a adoção de GIP. Os indicadores para monitorar a adoção da GIP podem ser, mas não se limitam a:

Tabela 3523: Indicadores de Monitorização

Indicadores de Monitorização	Número de agricultores/aquicultores/percentagens ao longo do tempo	Responsabilidade institucional
Número de agricultores/aquicultores que adotaram práticas de GIP e suas especificações		SDAE e extensionistas
Número de agricultores/aquicultores que receberam treinamento em métodos de GIP		SDAE e extensionistas
Número de culturas/espécies em que a GIP é aplicada		SDAE e extensionistas
Quantificação dos benefícios económicos, de saúde, ambientais e sociais		SDAE e extensionistas
Extensão da área em que os pesticidas são usados		SDAE e extensionistas (como parte da Monitorização normal e avaliação dos resultados da produção)
Eficiência do uso de pesticidas: tipo de pesticidas utilizados, uso racional, manuseio, armazenamento e destino final de resíduos de pesticidas e embalagens de pesticidas		SDAE e extensionistas (como parte da Monitorização normal e avaliação dos resultados da produção)
Nível de redução da compra de pesticidas		SDAE e extensionistas (como parte da Monitorização normal e avaliação dos resultados da produção)

A monitorização será uma função contínua que usará uma recolha sistemática de dados sobre os indicadores mencionados acima e outros para medir o progresso ao longo do tempo. Listas de verificação a ser usadas nas acções de auditoria e monitorização geral serão desenvolvidos para medir o progresso numa base regular. A avaliação, por outro lado, será a periódica cobrindo aspectos da sustentabilidade, relevância, impacto, eficácia e eficácia de uma intervenção em relação aos objectivos declarados. A avaliação mede as realizações em relação às políticas institucionais, objectivos do projecto e metas estabelecidas para cada operação. Como pode ser visto, a monitorização e a avaliação devem, na medida do possível, ser incorporados na recolha e processamento de dados existentes. O progresso da GIP será feito levando-se em consideração as múltiplas áreas em que a estratégia será implementada, cobrindo regulamentação em si, pesquisa e extensão, adoção GIP e uso de pesticidas de uma forma que esteja em linha com a estratégia.

23 4.3 Pesticidas Autorizados

Se o projecto não mudar completamente e aplicar uma abordagem totalmente orgânica, é inevitável que pesticidas sejam recomendados para uso em alguns locais e plantações em cujo caso as disposições da NAS 3 terão de ser seguidas escrupulosamente. No território definido pela área do Projecto o uso de agroquímicos e pesticidas já é uma realidade em casos consideráveis e crescente. Há bolsas de agricultores que fazem isso e, se nenhuma outra medida for tomada, isso tenderá a crescer.

Sob o financiamento do Banco Mundial para o Projecto, a aquisição de pesticidas a fornecer aos agricultores será limitada. Será recomendável elaborar uma lista provisória de pesticidas menos nocivos que podem ser usados. Uma lista de pesticidas registados em Moçambique é fornecida como um Anexo do Regulamento de Pesticidas (Diploma Ministerial 153/2002 de 11 de Setembro de 2002) e inclui, entre outros: cipermetrina, deltametrina, mancozebe e dimetoato. A lista é actualizada regularmente, podendo ser solicitada MADER ou suas direcções provinciais. A lista actualizada em Dezembro de 2020 inclui um total de 3100 pesticidas, especificando a marca do produto, substância activa e teores, categoria, classe, agente

24 5 Fortalecimento Institucional, Formação e Capacitação

25 5.1 Fortalecimento Institucional

Diferentes medidas terão de ser combinadas para mitigar os potenciais impactos adversos que podem ocorrer devido ao uso de pesticidas nas áreas do projecto. Idealmente, os departamentos de apoio à produção e os que tratam das doenças de plantas e animais e biossegurança em geral deveria estar melhor representados nas províncias e distritos do Projecto de uma forma que vá para além do que é actualmente a prática. Existem menos de 20 funcionários técnicos ao nível central, 2-3 ao nível provincial e ao nível distrital a unidade é representada por extensionistas ou quaisquer outros funcionários que desenvolvam cumulativamente outras actividades. Por outro lado, as unidades estão mal equipadas em termos de outros meios para desenvolver o seu trabalho (transporte, laboratórios e outros equipamentos relevantes). O envolvimento das instituições de investigação e a activação de programas dedicados nesta área também se apresenta imprescindível.

O projecto terá de fornecer apoio para se ter oficiais e outros recursos claramente designados a nível provincial e distrital para realizar trabalho dedicado em matéria de GIP. Porém esse apoio deverá ser estruturado de modo a tender a ser a nova ordem de coisas no quadro institucional dos sectores envolvidos, de forma a que depois de terminado o financiamento directo do projecto os aspectos essenciais permaneçam.

O processo de envolver os departamentos governamentais relevantes (MADER, MIMAIP, MIT, MISAU e MIC) aos níveis central, provincial e distrital.

No dia-a-dia, a UIP ao nível Central e Provincial vai contar com os seus técnicos nas áreas da agricultura e aquacultura e os Especialistas em Salvaguardas Ambientais e Sociais e todos os outros agentes do MADER e MIMAIP a nível provincial e distrital para assumir a responsabilidade por todos os requisitos da GIP. Isso também se estenderá à AT em torno das culturas a serem abrangidas pelo projecto, como tem sido o caso nos projectos em curso ou passados (PROIRRI/IRRIGA, PROSUL, PROCAVA, PRODAPE, etc.). A eles serão atribuídas responsabilidades específicas para o desenvolvimento e implementação da GIP. No nível dos subprojectos, os gestores do projecto, os oficiais técnicos e / ou outras pessoas designadas terão responsabilidade directa pela GIP.

A principal medida de mitigação inclui o fortalecimento institucional e a segunda é o treinamento das várias categorias de partes interessadas na cadeia de pesticidas no seu uso e gestão seguros e cuidadosos. Este último inclui o fornecimento de uma combinação de (i) abordagens de informação, educação e comunicação voltadas para agricultores/aquicultores, operadores e equipas de pesticidas; (ii) fornecimento de Equipamento de Protecção Individual (EPI); (iii) treinamento para agricultores/aquicultores e supervisão e monitorização abrangentes e consistentes. Aspectos específicos e número de pessoas a serem envolvidas serão definidos após o diagnóstico da situação e elaboração da versão final do plano de acção previsto na Tabela 17.

26 5.2 Formação e Capacitação

Não se trata de uma percepção linear, mas em geral os agricultores e aquicultores estão cientes de que os pesticidas são tóxicos e representam um sério risco à saúde ocupacional e ao ambiente. Além disso, o custo dos pesticidas é desencorajador para a maioria dos deles embarcarem no uso massivo, por não terem recursos. Para tirar partido desta situação favorável, é necessário implementar campanhas de sensibilização para aumentar a compreensão dos potenciais impactos ambientais e para a saúde humana relacionados com a utilização inadequada de pesticidas, bem como os benefícios das práticas de gestão integrada de pragas.

A capacitação será alcançada por meio de mecanismos de gestão colaborativa com base nos agricultores/aquicultores, em que todos os principais interessados devem ser considerados como parceiros iguais, cujo papel será facilitar o processo e fornecer orientação técnica e qualquer outro apoio necessário para a implementação das actividades

Sem prejuízo das outras medidas de imposição da lei, deve se tomar medidas necessárias para preparar manuais de treinamento, brochuras e folhetos sobre o uso e gestão de pesticidas, abrangentes, visando diferentes actores dentro do projecto, que vão desde prestadores de serviços de extensão, produtores, carregadores, misturadores, transportadores, funcionários do governo, entre outros. Os manuais ou guias de treinamento a serem desenvolvidos para uso devem ser simplificados e fáceis de entender e de natureza participativa com sessões integradas e de demonstração / práticas, tanto quanto possível. A adopção da série de modalidades de engajamento previstas no PEPI poderá ser fundamental.

A formação e capacitação em GIP, visando agricultores/aquicultores líderes, extensionistas, líderes locais, etc. incluirá, mas não se limitará a:

- **Programas de treinamento de aprender fazendo / descoberta:** os produtores estão mais aptos a adoptar novas técnicas quando adquirem conhecimentos e habilidades por meio da experiência pessoal, observação, análise, experimentação, tomada de decisões e prática. Isso permite identificar o conhecimento dos próprios produtores e eles compreenderem como a GIP se aplica às suas próprias actividades.
- **Recuperação da memória colectiva:** sobretudo na agricultura, os problemas de pragas frequentemente surgem porque os métodos de produção tradicionais foram alterados de uma forma ou de outra ou se perderam. Essas alterações às vezes podem ser revertidas. Esta abordagem usa discussões em grupo para tentar identificar quais as mudanças que podem ter causado o problema actual de pragas.
- **Discussões de grupos focais:** reuniões regulares entre mulheres, homens e jovens para discutir problemas de produção, incluindo pragas e problemas relacionados, podem ajudar no sucesso de vários métodos de controlo. Essas reuniões devem ser promovidas usando todas as formas de incentivos locais.

- **Projectos de demonstração:** as escolas de campo para produtores podem ser muito eficazes na promoção da GIP na comunidade local. Essas sessões piloto demonstram a GIP em acção e permitem que os agricultores comparem a GIP com a produção contínua apoiada por pesticidas sintéticos. Acerca disto e dos métodos de ensino/aprendizagem de adultos consta que certa vez Confúcio disse: **“Quando eu oiço eu esqueço-me. Quando eu vejo eu lembro-me. Quando eu faço eu entendo”**. Uma graduação interessante de seguir. Deve-se enveredar por experiências de aprendizagem compartilhadas entre os facilitadores/formadores e os participantes
- **Material educacional:** guias básicos escritos e fotográficos / figuras ou mesmo vídeos sobre a identificação de pragas e técnicas de gestão específicas de produção específicos são essenciais para o treinamento e podem ser um factor importante para motivar os produtores a adotar a GIP.
- **Educação de jovens:** a promoção e melhoria da qualidade dos programas de GIP e os riscos dos pesticidas sintéticos tem sido eficaz nas escolas técnicas para a juventude rural. Além de se tornarem melhores produtores no futuro, esses alunos podem trazer pontos de vista informados junto das suas comunidades.

A formação e capacitação no uso de pesticidas, visando produtores líderes, extensionistas, líderes locais, etc., incluirá, mas não se limitará a:

- **Seleção de pesticidas:** indicando a lista de pesticidas autorizados por praga alvo, indicando o seu nível de toxicidade e perigo, possíveis efeitos nocivos e experiência de uso desses pesticidas para a praga e a cultura.
- **Compreender o rótulo do pesticida:** explicar todas as informações incluídas no rótulo.
- **Transporte de pesticidas:** dar indicações de como transportar pesticidas para evitar qualquer derrame e evitar o contacto com pessoas ou animais.
- **Mistura e enchimento de pesticidas:** explicar a importância de garantir a diluição adequada do pesticida concentrado e a necessidade de usar equipamentos de protecção.
- **Armazenamento de pesticidas:** dar indicações sobre como armazenar pesticidas (ou seja, localização (não permitido em áreas inundadas), segurança (contra entradas ilegais, bem como crianças e gado), isolado de residências, bem ventilado, telhado impermeável, ter uma lista actual de inventário de stock de pesticidas.
- **Descarte/deposição de recipientes:** dar indicações sobre como destruir / descartar recipientes de pesticidas usados.
- **Pesticidas obsoletos:** explicar os riscos associados aos pesticidas obsoletos e procedimentos a serem seguidos.
- **Calibração, quantidade de produto e aplicação de pesticidas:** explicar a importância da calibração do equipamento de aplicação e como fazê-lo.
- **Determinar a quantidade de produtos químicos a usar:** dar explicações sobre os métodos para descobrir a quantidade de produtos químicos a aplicar por hectare e os níveis de diluição.
- **Precauções relacionadas à aplicação de pesticidas:** dar indicações sobre precauções importantes para o uso seguro de pesticidas.
- **Toxicidade, protecção humana e primeiros socorros:** explicar os possíveis efeitos dos pesticidas na saúde humana, formas e portas de entrada de pesticidas no corpo, importância de equipamentos de protecção, primeiros socorros básicos face a exposição a pesticidas (pela via da pele, boca, olhos ou sistema respiratório).

Mesmo depois de cumpridos os requisitos previstos nas NAS do Banco quanto às excepções a ser conferidas para o uso de pesticidas, ao abrigo do Projecto MozNorte, a distribuição e o uso de pesticidas para ou por pessoas que não receberam formação e capacitação, devem ser evitados. O trabalho de

inspecção e monitorização previsto no QGAS também inclui uma linha de orientação para cuidar desse aspecto.

Todos os detalhes sobre fortalecimento institucional e treinamento e capacitação devem ser revisados logo no início do projecto.

27 6 Orçamento Proposto

Na tabela seguinte apresenta-se a estimativa orçamental para a implementação do PIGP, a integrar nos custos das subcomponentes 1.2 e 1.3.

Tabela 37: Estimativa orçamental

Itens	Custos totais (USD)
Estabelecimento de um programa de GIP no âmbito do projecto	45 000,00
Formação do pessoal e equipas centrais de GIP do MADER/MIMAIP aos níveis central, provincial e distrital	82 500,00
Capacitação de outros departamentos relevantes (Centrais e Provinciais)	40 000,00
Capacitação dos produtores	110 000,00
Formações e demonstrações de campo	85 000,00
Aquisição de Equipamentos de Protecção Individual (EPI), saúde e segurança	80 000,00
TOTAL	442 500,00

6. Referências

- Altieri, M.A., Nicholls, C.I. and Fritz, M.A. Manage Insects on Your Farm: a Guide to Ecological Strategies. Sustainable Agriculture Network, Washington, DC. 2005.
- Bata, O. (1996). Estudo preliminar de exploração de Bivalves no distrito da Beira. Trabalho de licenciatura. Universidade Pedagógica da Beira, 98pp.
- Brummett, R.E., Lazard, J. and Moehl, J., 2008. African aquaculture: Realizing the potential. Food Policy 33, 371–385.
- CHANNING, A. (2001). Amphibians of Central and Southern Africa. Cornell University Press. Ithaca, New York.
- FAO. Farmer Field Schools: Key Practices for DRR Implementers, 2014.
- FAO. State of the World's Forests. Rome, 2007.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2004. Aquaculture extension in sub-Saharan Africa. Fisheries Department, Inland Water Resources and Aquaculture Service, Rome.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2006a. State of world aquaculture 2006, Inland Water Resources and Aquaculture Service Fishery Resources Division FAO Fisheries Department, 128 p.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2006d. National Aquaculture Sector Overview. Mozambique. National Aquaculture Sector Overview Fact Sheets. In: FAO Fisheries and Aquaculture Department. Rome. http://www.fao.org/fishery/countrysector/naso_mozambique/en (Retrieved 10 May 2010).
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2009a. The world state of fisheries and aquaculture 2008. Fisheries and Aquaculture Department. Rome. 196 p.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2007. Cultured Aquatic Species Information Programme. *Chanos chanos*. Cultured Aquatic Species Information Programme. Text by Nelson, A.L.; Marygrace C.Q. In: FAO Fisheries and Aquaculture Department. Rome. http://www.fao.org/fishery/culturedspecies/Chanos_chanos/en (Retrieved 13 July 2010).
- Hanoomanjee, S., Mapfumo, B. and Russell, D., 2009. Small Scale Aquaculture Development Plan for Mozambique. INFOSA. Windhoek, Namibia. 107 p.
- Hempel E., 2006 African aquaculture. Article from EUROFISH Magazine, Issue 6. www.globefish.org/?id=3497 - 24k (Retrieved 18 February 2010).
- IDEPA, 2018. Revisão, Aprimoramento e Conclusão da Estratégia e Plano de Acção para o Desenvolvimento da Aquacultura (under review).
- IFAD (2017) Social, Environmental and Climate Assessment Procedures – Managing risks to create opportunities, 2017 Edition.
- International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2007. The advantages and disadvantages of culturing Fish. In “Guidelines for the Sustainable Development of Mediterranean Aquaculture”. Málaga, Spain.

- Kogan, M. Integrated pest management: historical perspectives and contemporary developments. *Annual Review of Entomology* 43: 243–270, 1998.
- Marzoli A. 2007. Inventário florestal nacional. Relatório final. Direcção Nacional de Terras e Florestas. Ministério da Agricultura. Maputo, Mozambique. 74p.
- Machipane, M. (2010). A Comunidade Ictiológica do Lago Urema, sua Diversidade e Interações Tróficas. Tese de Licenciatura. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Meserve, N. 2005. Aquaculture in America Is it worth it? Benefits, Costs and the Future. Duke University, Biology, Spring, 217 p.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural/Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário (Janeiro de 2021) “Plano económico e social do ano 2020 balanço anual”; Maputo, Moçambique
- Ministério das Pescas (2007). Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique (2008 – 2017).
- Moffitt, C.M., 2006. Environmental, economic and social aspects of animal protein production and the opportunities for aquaculture. *economic growth forum. Fisheries* 30 (9) 29-38.
- Myers, N., Lovett, J.C. & Burgess, N.D. (1999). Eastern Arc Mountains and Coastal Forests. In: *Hotspots: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions*, pp. 205–217. Conservation International, Washington/Cemex, Mexico.
- Pedro, J. Gomes & Barbosa, L.A. Grandvaux (1955). A Vegetação. In: *Esboço da Vegetação Ecológico-Agrícola de Moçambique pela Junta de Exportação do Algodão em Moçambique*. CICA Memórias e Trabalhos 23. Lourenço Marques, Mozambique
- Porchas, M. and Cordova, L. World Aquaculture: Environmental Impacts and Troubleshooting Alternatives, 2012. *The Scientific World Journal*, Volume 2012, Article ID 389623, 9 pages.
- Pullin, R.S.V., 1993. An overview of Environmental Issues in Developing Country Aquaculture, in: Pullin, R. S. V., Rosenthal, H. and Maclean, J.L. (eds.). *Environment and Aquaculture in Developing Countries*. ICLARM Conference Proceedings. 31, 359 p.
- Radcliffe E.B., Hutchison W.D., Cancelado R.E. Integrated Pest Management. Concepts, Tactics, Strategies and Case Studies. Cambridge University Press, 529p, 2009.
- Ribeiro, F., 1983. Guia prático de piscicultura. Boletim de Divulgação 4. Instituto de Investigação Pesqueira. Maputo, 15 p.
- Ribeiro, F., 2007. Inventory of Small-Scale Mariculture in Mozambique. The Sustainable Coastal Communities and Ecosystems (SUCCESS) Program. WIOMSA. Zanzibar, Tanzania. 12 p.
- SETSAN. Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório da Monitoria de Segurança Alimentar e Nutricional, 2016.
- Sitoe, A., V. Macandza, I. Remane, F. Mamugy (2015). Mapeamento de habitats de moçambique: Criando as bases para contrabalanços de biodiversidade em Moçambique. 60pp.

Thomas M.B. 1999. Ecological Approaches and the Development of “truly Integrated” Pest Management. Proc. Natl. Acad. Sci. USA. 96: pp5944-595, 1999.

Timberlake, J. (1998). Wetlands of Zambezi Basin. Volume 2. 636 pp. Project “Know our Diversity for Better Manegment”.

The 2013 Human Development Report – “*The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*”. United Nations Development Programme, March 14, 2013.

Thurlow, J. (2008) *Agricultural Growth Options for Poverty Reduction in Mozambique: Preliminary Report Prepared for Mozambique’s Ministry of the Agriculture and Strategic Analysis and Knowledge Support System (SAKSS)*. ReSAKSS Working Paper No. 20.

Tomo, A. (2009) *Economic impact of Newcastle disease control in village chickens: A case study in Mozambique*. Masters Thesis. East Lansing: Michigan State University

UN (United Nations 2015a): The Millennium Development Goals Report 2015. New York. [www.un.org/millenniumgoals/2015 MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%2015\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%2015).pdf). Acessado 21 Março 2017.

UNDP, 1997. Human Development Report: Human Development to Eradicate Poverty. Oxford University Press, 1997. New York.

UNFPA (United Nations Population Fund) (2007). “Monitoring ICPD Goals: Selected Indicators.” In *State of the World Population 2007*, 86–89. http://www.unfpa.org/swp/2007/english/notes/indicators/e_indicator1.pdf.

Uwe Deichmann, (2007): Use of GIS in Road Sector Analysis, DECRG, Transport Forum and Learning Week 2007, Transport Measurement Matters: Indicators of Performance and Impact, March 30, 2007.

Walker, T., D. Tschirley, J. Low, M. Tanque, D. Boughton, E. Payongayong and M. Weber (2004) *Determinants of Rural Income, Poverty and Perceived Well-Being in Mozambique in 2001-2002*. Working Paper 57E. Maputo: Ministry of Agriculture.

Welcomme, R.L. and Barg, U., 1997. Aquaculture development. Series title: FAO Technical Guidelines for Responsible Fisheries 5, 40 p.

White, F. (1983). The vegetation of Africa: a descriptive memoir to accompany the Unesco/AETFAT/UNSO vegetation map of Africa. (Natural Resources Research: 20). Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 356p.

World Bank (2010: The Zambezi River Basin: A Multi-Sector Investment Opportunities Analysis. Volume 3. State of the Basin. The International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank. Washington DC, 20433, USA.

World Bank (2016): World Development Indicators 2016. World Bank Group. Acessado em 21 de Novembro 2016: <https://issuu.com/world.bank.publications/docs/9781464806834?e=0/35179276>

World Bank (2017) Environmental and Social Framework, International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank 1818 H Street NW, Washington, DC 20433 Telephone: 202-473-1000; Telephone: 202-473-1000; Internet: www.worldbank.org

WWF, (2012): Green Economic Development in times of rising land and water claims. Lower Zambezi case study. www.miningweekly.com, December 2011

USAID, Environmental Guidelines for Small-Scale Activities in Africa: Environmentally Sound Design for Planning and Implementing Development Activities, 2007.

Walmsley, B & Patel, S. Handbook on environmental assessment legislation in the SADC region. 3rd edition. Pretoria: Development Bank of Southern Africa (DBSA) in collaboration with the Southern African Institute for Environmental Assessment (SAIEA), 2011.

WHO Recommended Classification of Pesticides by Hazard. Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals (GHS), United Nations, 2009.

World Bank, Pest Management Guidebook, 357p, 2006.

The World Bank Group (WBG) Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines, 2014.

Anexo 1: Práticas recomendadas na produção vegetal

Pragas	Nome Científico	Nome em Português	Recomendações
	<i>Aceria = Eriophyes tulipae</i>	Ácaro do Alho	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Biocontrolo • Acaricida selectiva
	<i>Aculops lycopersici</i>	Ácaro do bronzeado	
	<i>Agromyza sp</i>	Minador	
	<i>Agrotis sp</i>	Lagarta rosca	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Biocontrolo • Inseticida selectivo
	<i>Bagrada picta</i>	Percevejo da couve	
	<i>Bemisia spp</i>	Mosca branca	
	<i>Brevicoryne brassicae</i>	Pulgão da couve/repolho	<ul style="list-style-type: none"> • Botânica • Biocontrolo • Variedades resistentes • Inseticida selectivo
	<i>Diabrotica sp</i>	Crisomélidos	
	<i>Epitrix sp</i>	Crisomélidos	
	<i>Helicoverpa sp</i>	Lagarta /Broca do fruto	
	<i>Heliothis sp</i>	Lagarta /Broca do fruto	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Corte consorciado • Biocontrolo • Armadilha de feromonas • Inseticida selectivo
	<i>Lariomyza sp</i>	Lagarta mineira	
	<i>Macrosiphum euphorbiae</i>	Afídeos	
	<i>Myzus persicae</i>	Afídeos	<ul style="list-style-type: none"> • Biocontrolo • Inseticida selectivo
	<i>Mylabris occidentalis</i>	Besouro das flores	
	<i>Phyllophaga spp</i>	Escaravelho do solo	• Controlo cultural
	<i>Plutella maculipennis</i>	Teia da couve	• Biocontrolo
	<i>Prodenia sp</i>	Lagartas das folhas	<ul style="list-style-type: none"> • Biocontrolo • Inseticida selectivo
	<i>Solenopsis sp</i>	Formigas	
	<i>Spodoptera sp</i>	Lagarta dos frutos	<ul style="list-style-type: none"> • Biocontrolo • Inseticida selectivo
	<i>Trichoplusia sp</i>	Lagarta medidora	
	<i>Thrips tabaci</i>	Trips	<ul style="list-style-type: none"> • Variedades resistentes • Inseticida selectivo
	<i>Tetranychus sp</i>	Ácaros vermelho	
Doenças	<i>Aspergillus niger</i>	Podridão dos bolbos	<ul style="list-style-type: none"> • • Medidas fitossanitárias • Controlo cultural • Variedades resistentes
	<i>Alternaria brassicae</i>	Mancha zonada	
	<i>Alternaria porri</i>	Mancha púrpura	
	<i>Alternaria porri f. sp.dauci</i>	Queima das folhas	
	<i>Alternaria solani</i>	Mancha concêntrica/ Pinta preta	
	<i>Alternaria sp</i>	Pinta preta	
	<i>Botrytis sp</i>	Podridão da cabeça	
	<i>Bremia lactucae</i>	Míldio	
	<i>Cercospora capsici</i>	Mancha cinzenta	
	<i>Cercospora carotae</i>	Pinta cinzenta das folhas	
	<i>Cercospora sp</i>	Mancha cinzenta	
	<i>Cladosporium fulvum</i>	Mancha olivácea	

	<i>Colletotrichum capsici</i>	Antracnoses	
	<i>Colletotrichum gloesporoide</i>	Anthrancnoses	
	<i>Corynespora melogenae</i>	Mancha da folha	
	Deficiência de Boro	Necroses do fruto	
	Deficiência de cálcio	Necrose ou podridão apical	
	Deficiência de magnésio	Clorose internerval	
	<i>Erwinia carotovora</i>	Podridão mole	
	Fendilhamento longitudinal da raiz	Deficiência de Boro	
	<i>Fusarium</i> sp	Murcha	
	<i>Helminthosporium</i> sp	Mancha da folha	
	<i>Leveillula taurica</i>	Míldio	
	<i>Peronospora destructor</i>	Míldio	
	<i>Phytophthora</i> , <i>Fusarium</i> , <i>Rizoctonia</i>	Damping off	
	<i>Phytophthora infestans</i>	Queima ou Míldio	
	<i>Pseudomonas solanacearum</i>	Murcha bacteriana	
	<i>Puccinia porri</i>	Ferrugem	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas fitossanitárias • Variedades resistentes
	<i>Rhizoctonia solani</i>	Tombamento das mudas	
	<i>Rhizoctonia</i> sp	Aguado dos alfobres	
	<i>Septoria lactucae</i>	Manchas por septoria	
	<i>Septoria lycopersici</i>	Pinta da folha	
	<i>Stemphylium botryosum</i>	Mancha amarela das folhas	
	<i>Xanthomonas axonopodis</i> pv <i>vesicatoria</i>	Queda das folhas	
	<i>Xanthomonas campestris</i>	Podridão preta/ Queima dos bordos	
Nematodes	<i>Meloidogyne</i> sp	Malformação da raiz	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas fitossanitárias • Variedades resistentes
	<i>Heterodera</i> sp	Raízes bifurcadas	
Vírus	Mosaic Tomato Vírus	Enrolamento do topo	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas fitossanitárias • Variedades resistentes
	Lettuce Yellow Vírus	Amarelecimento borde das folhas	

Anexo 2: Práticas recomendadas na produção de milho, arroz e cana-de-açúcar

Pragas	Nome científico	Nome em português	Recomendações
	<i>Sesamia calamistis</i>	Brocas do colmo	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas de IPM • Variedades resistentes
	<i>Chilo partellus</i>	Brocas do Colmo	
	<i>Busseola fusca</i>	Broca do colmo/espiga	
	<i>Rhopalosiphum maydis</i>	Afideos	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas de IPM • Variedades resistentes
	<i>Aphis gossypii</i>	Afideos	
	<i>Agrotis segetum</i>	Roscas	
	<i>Spodoptera exempta</i>	Lagarta invasora /do colmo /maçaroca	
	<i>Acanthopplus stratiotes</i>	Matirindinde	
	<i>Zonocerus variegatus</i>	Gafanhotos	

	<i>Phymateus viripides</i>	Gafanhotos	
	<i>Heliothis sp</i>	Lagarta das espigas	
	<i>Helicoverpa sp</i>	Lagartas das espigas	
	<i>Quelea – quelea</i>	Pássaro de bico vermelho	
	<i>Mastomys natalensis</i>	Ratos	
	<i>Heterotermes sp</i>	Térmitas e Cupins	
Doenças	<i>Helminthosporium turcicum</i>	Mancha da folha	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas fitossanitárias • Variedades resistentes
	<i>Helminthosporium maydis</i>	Mancha da folha	
	<i>Ustilago zea = U. maydis</i>	Carvão comum	
	<i>Erwinia sp</i>	Podridão do colo	
	<i>Diplodia macrospora</i>	Podridão seca das espigas e grãos	
	<i>Fusarium spp</i>	Podridão das espigas	
	<i>Sphacelotheca reiliana</i>	Fungão da bandeira	
	<i>Sphacelotheca sorghi</i>	Carvão do sorgo	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo cultural • Medidas fitossanitárias • Variedades resistentes
	<i>Ustilago sp</i>	Carvão da espiga	
	<i>Puccinia spp</i>	Ferrugem	
	<i>Sclerospora graminicola</i>	Míldio	
	<i>Diplodia zeae</i>	Podridão do caule	
	Podridão escura da Maçaroca		
Vírus	Maize Streak Vírus	Listrado da folha	

Anexo 3: Práticas recomendadas para feijões

Pragas	Nome Científico	Nome em Português	Recomendações
	Térmitas ou Salalé	Broca da vagem	<ul style="list-style-type: none"> Controlo cultural Medidas de IPM Variedades resistentes
	<i>Solenopsis</i> sp	Formigas	
	<i>Epicauta</i> sp	Besouro das folhas	
	<i>Prodenia litura</i>	Lagarta das folhas	
	<i>Myzus persicae</i>	Afídeos	
	<i>Mylabris occidentalis</i>	Besouro das flores	
	<i>Omphyomia phaseoli</i>	Minador/ Fendilhamento do caule	
	<i>Agrotis</i> sp	Roscas	
	<i>Acanthoscelides obtectus</i>	Lagarta das vagens	
	<i>Prodenia litura</i>	Lagarta das folhas	
	<i>Aphis fabae/ Aphis cracivora</i>	Pulgão preto do feijoeiro	
	<i>Ootheca mutabilis</i>	Crisomélido das folhas	
	<i>Epicauta velata</i>	Besouro da folhas	
	<i>Bemisia tabaci</i>	Mosca branca	
	<i>Tertranychus</i> sp	Ácaros vermelhos	
	<i>Spodoptera</i> spp	Lagarta das vagens	
	<i>Heliothis</i> spp	Lagarta das vagens	
	<i>Anoplocnemis</i> sp	Percevejo das folhas	
Doenças	<i>Cercospora arachidicola</i>	Mancha castanha	<ul style="list-style-type: none"> Controlo cultural Medidas fitossanitárias Variedades resistentes
	<i>Cercospora personata</i>	Mancha preta arredondadas	
	<i>Puccinia arachidis</i>	Ferrugem	
	<i>Alternaria arachidis</i>	Mancha zonada	
	<i>Rhizoctonia</i> sp	Podridão seca da raiz	
	<i>Ascochita</i> sp	Mancha por Ascochita	
	<i>Colletotrichum</i> sp	Anthracnose das folhas	
	<i>Pseudomonas</i> sp	Mancha bacteriana	
	<i>Uromyces appendiculatus</i>	Ferrugem	
	<i>Colletotrichum lindemuthianum</i>	Anthracnose	<ul style="list-style-type: none"> Controlo cultural Medidas fitossanitárias Variedades resistentes
	<i>Glomerella cingulata</i>	Anthracnose	
	<i>Alternaria tenuissima</i>	Mancha concêntrica das folhas	
	<i>Phoma</i> sp	Mancha de Ascoshyta	
	<i>Phaeoisariopsis griseola</i>	Mancha angular	
	<i>Erysiphe polygoni</i>	Míldio	
Nematodes	<i>Meloidogyne</i> spp	Nematodos de lesão ou de galha	
Vírus		Mosaico comum do Feijoeiro - BCMNV	<ul style="list-style-type: none"> Controlo cultural Medidas fitossanitárias Variedades resistentes

ANEXO XIII – CONSULTA DOS DRAFTS DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique
MozNorte

ACTA DE REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

Data: 28/04/2021

Online: Via plataforma google meetings: <https://meet.google.com/yuz-kezq-xcd?authuser=0>

Objectivo da reunião:

- Breve contextualização dos distritos abrangidos, situação de referência em termos sociais, ambientais e económicos;
- Apresentação e discussão dos Instrumentos Ambientais e Sociais preparados para o Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique - MozNorte

Apresentações

1. Apresentação do projecto, seu objectivo e abrangência a nível da região norte, apresentação das actividades do projecto e suas componentes – Sónia Nordez(FNDS)
2. Plano de Engajamento de Partes Interessadas: identificação das partes interessadas e participantes, Mecanismo de diálogo e reclamação – Catarina Chidiamassamba (FNDS)
3. Quadro de Gestão Ambiental e Social: objectivo, riscos contextuais, principais potenciais impactos e riscos ambientais e sociais, procedimentos, arranjo institucional e capacitação - Madalena Dray (SCDS)
4. Quadro da Política de Reassentamento: objectivo, potenciais impactos do projecto, procedimentos para planificação e implementação de compensação e reassentamento – Gaye Thompson (SCDS)
5. Quadro do Processo: Objectivo, potenciais impactos do projecto, medidas de mitigação e compensação ou potenciação, elegibilidade, instrumentos de participação e fluxo do processo de participação – Gaye Thompson (SCDS)

Após as apresentações seguiu-se um período de discussão, apresentando-se na tabela abaixo as questões e contribuições expostas pelos participantes, bem como as respostas/comentários feitos pelos oradores:

Síntese de questões discutidas

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Respondeu
Abel Joia	<p>Agradeceu pelas apresentações.</p> <p>Não se falou da reserva florestal do distrito de Mecuburi. Confirma-se que faz parte do projecto?</p> <p>Gostava de saber do orçamento geral do projecto</p>	<p>A floresta de Mecubiri é sim parte integrante do projecto, onde se vai aplicar uma unidade de manejo florestal piloto e um plano integrado de manejo florestal.</p> <p>O Projecto é orçado em 150 milhões de dólares norte-americanos distribuídos para as três componentes do projecto a ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 100 milhões de dólares para primeira componente • 40 milhões para segunda componente • 10 milhões para terceira componente 	<p>Gaye Thompson</p> <p>Sónia Nordez</p>
Augusto Basílio	<p>Um elemento muito importante foi esquecido: a sensibilização de comunidades que têm um baixo nível de escolarização constitui um problema.</p> <p>Talvez fosse bom incluir no Projecto a escolarização de adultos, pois vemos que até mesmo jovens ainda não estão escolarizados</p>	<p>Sim, esta componente é importante e vamos incluir no Quadro do Processo.</p> <p>Vamos incluir esta contribuição como parte integrante das recomendações, até então temos alguns cursos vocacionais e capacitação para governação da comunidade, gestão financeira. A alfabetização não está ainda considerada. Colocaremos como recomendação e procuraremos fazer um ajuste ao projecto, para que seja integrado</p>	<p>Gaye Thompson</p> <p>Sonia Nordez</p>

<p>Ivo..... Plataforma da Sociedade Civil de Cabo Delgado</p>	<p>Simplesmente queria parabenizar pela apresentação. Tem havido a prática nos distritos, de atribuir espaço à população deslocada, para construção de casas o que tem gerado conflitos, pois alguns espaços já têm proprietários nativos da região anfitriã. Há também problemas no aumento da pressão sobre os recursos naturais, como o mangal. Como será tratada essa questão?</p>	<p>Este Projecto não inclui zonas de assentamento, mas inclui zonas para agricultura, que poderão ter também esse tipo de problemas. Este item vai ser considerado no relatório e veremos qual tratamento dar.</p> <p>Temos um projecto paralelo que é o MozLand, onde estamos a procurar soluções para ultrapassar esta dificuldade, definir como abordar este tipo de casos sobre conflito de terras e ganhar alguma experiência para os próximos projectos. Estamos na fase de desenho e temos certeza de que estes casos virão. Já foi feito o desenho e proposta do projecto MozLand, mas infelizmente não temos ainda nenhuma experiência em casos iguais.</p> <p>Agradeceu pela questão colocada. Também estamos interessados em ouvir sobre alguma experiência adquirida para informar este e outros Projectos na mesma zona. Sobre os conflitos no âmbito das intervenções agrícolas do MozNorte, quero acreditar que serão mínimos, , mas sempre faremos rastreamento ambiental e social dos sub-projectos para identificar, e evitar ou mitigar potenciais conflitos gerados pela ocupação de solos. No Quadro de Política de Reassentamento foi dito que será compensada a deslocação económica de área quando não pode ser evitada.</p> <p>Este projecto não vai abranger os centros de acomodação, mas sim podem ser incluídos blocos adquiridos pelo Estado para a população deslocada</p>	<p>Gaye Thompson</p> <p>Sonia Nordez</p> <p>Gaye Thompson</p> <p>Madalena Dray</p>
---	--	---	--

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Respondeu
		praticar a agricultura. Se tiver alguma opinião de que medidas podem ser aplicadas para evitar algum conflito gostava de ouvir do sr. Ivo	
N/A	O colega de Cabo Delgado levantou uma questão útil, iremos incluir a questão sobre a educação de adultos no quadro de gestão ambiental e social, pois é muito relevante. Vamos integrar todas contribuições no relatório final	N/A	Madalena Dray
N/A	Agradeceu pela presença de todos na reunião	N/A	Gaye Thompson
N/A	Convidou a todos para fazer uma visita aos sites virtuais do FNDS, ProAzul e Biofund para consultar todos instrumentos e documentos relacionados ao projecto	N/A	Sónia Nordez

Lista de participantes

Nome	Instituição	Função	Provincia
Abel Joia	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Assistente de Recursos Naturais e Florestas	Nampula
Anibal Nhampossa	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Coordenador da PIU	Cabo-Delgado
Antonio Chilengue	Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC)	Tecnico	Maputo
Arsénio Banze	ProAzul	Especialista de Salvaguardas Ambiental e Social	Maputo
Atija Juliao	ProAzul	Tecnica	
Augusto Basilio	Mecanismo Para Promoção do Desenvolvimento Sustentavel (MPDSPN)	Secretario Executivo	Nampula
Benildo Xavier	ProAzul	Assistente Provincial do SWIOFish1	Nampula
Catarina Chidiamassamba	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Especialista de Desenvolvimento Comunitário	Maputo
Clara Bento	Mecanismo Para Promoção do Desenvolvimento Sustentável (MPDSPN)	Secretária do Mecanismo	Nampula
Dinnis Guiamba	ProAzul	Tecnico	Maputo
Edson Mabuto	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Assistente de Recursos Naturais e Floresta	Zambézia
Gaye Tompson	SCDS- Consultoria em Desenvolvimento Social	Consultora, Especialista Social	Maputo
José Mani Samuel	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Especialista de IT	Zambézia
Madalena Dray	SCDS- Consultoria em Desenvolvimento Social	Especialista de Salvaguardas Ambiental e Social	Maputo
Manuel Nadimo	Mecanismo Para Promoção do Desenvolvimento Sustentável (MPDSPN)	Presidente do Mecanismo	Nampula
Manafi Momade	Plataforma da Sociedade Civil de Cabo Delgado		Cabo Delgado
Ivo ...	Plataforma da Sociedade Civil de Cabo Delgado	Presidente da Plataforma	Cabo Delgado

Momad Afonso Infulo	ProAzul	Tecnico	Maputo
Nadir Khan	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Técnico Salvaguardas	Nampula
Rezia Cumbe	Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC)	Tecnica	Maputo
Sean Nazareli	BIOFUND	Director de investimento	Maputo
Sonia Nordez Muteia	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Especialista de Salvaguardas Ambiental e Social	Maputo
Tomás Fernando Bastique	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)	Coordenador Provincial do REDD+	Zambézia
Wilson Munguambe	SCDS- Consultoria em Desenvolvimento Social	Especialista em Sistemas de Informacao Geografica	Zambézia

NUMA CHAMADA

				<div>B</div>	Benildo Xavier					
NUMA CHAMADA										
	Wilson Mung... (O utilizador)			<div>C</div>	Catarina Chidiamassam...					
	Abel Joia				Clara Bento				Clara Bento	
	Antony Chilengue			<div>G</div>	Gaye Thompson				Jose Mani Samuel	
	Arsenio Banze				Jose Mani Samuel			<div>M</div>	Madalena Dray	
<div>A</div>	Augusto Basilio			<div>M</div>	Madalena Dray			<div>R</div>	Rezia Cumbi	
<div>A</div>	Augusto Basilio			<div>R</div>	Rezia Cumbi				Sonia Nordez	
								<div>t</div>	tomas fernando Bastique	

Catarina Chidiamassa... também está aqui

10 14

Eu

Jose Mani Samuel

Clara Bento

Madalena Dray

Arsenio Banze

Augusto Basilio

Gaye Thompson

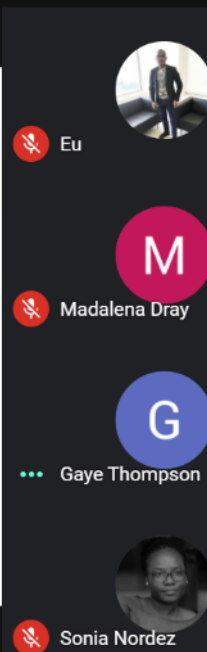
Sonia Nordez

Abel Joia

M Madalena Dray está a apresentar

Planificação e implementação de compensação e reassentamento

- Preparação do Plano
 - Elegibilidade dos afectados e comunidades
 - Procedimento da avaliação dos bens para compensação
 - Data limite
 - Direitos a compensação
- Elaboração do plano de acordo com a legislação e este QPR (NAS5)
- Organização para entrega (institucional, sensibilização e compensação)
- Preparação da área de acolhimento
- Fornecer a assistência e compensação de direito (Meios de subsistência / negócios etc.)
- Acompanhamento após reassentamento
- Mecanismo de Diálogo e Reclamações e resolução de conflitos
- Consulta e participação dos PIA / PAP



Detalhes da reunião

Pessoas (21)

Chat

A	Augusto Basilio			
B	Benildo Xavier			
C	Catarina Chidiamassam...			
	Clara Bento			
D	Dennis Guiamba			
	Edson Mabuto			
G	Gaye Thompson		...	

Apresentação em *Powerpoint* da Consulta
Pública



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PROJECTO MOZNORTE

PROJECTO DE RESILIÊNCIA PARA A REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE

ABRIL 2021

CONTEXTO

- Crescimento económico do pucio inclusivo e não se traduz numa ampla
- Detereorização signficante da segurança nos últimos 4 anos
- Vulnerabilidade face às mudanças climáticas
- Região considerada rica em termos de recursos naturais renováveis
- A agricultura com baixos investimentos infraestruturais
- Estima-se que mais de 700.000 pessoas estão deslocadas internamen
- Áreas de Conservação (ACs) ocupam mais de 20% da paisagem do N

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

1



2

LOCAIS DE INTERVENÇÃO

- **Território:** Região Norte do País, províncias de Cabo Delgado; Nampula e Niassa

- **Número de distritos:** 18

Cabo Delgado

- Metuge
- Ancuabe
- Mentepuez
- Namuno
-
-
-
-
-
-

Nampula

- Memba
- Erati
- Mecuburi
- Ribawe
- Memba
- Larde
- Angoche
- Mossuril

Niassa

- Sanga
- Chimbonila
- Majune
- Marrupa
- Lago
- Mecula



PDO (Objectivo de Desenvolvimento do Proj

Melhorar os meios de subsistência das com
gestão dos recursos naturais em áreas rurais
Moçambique, com foco especial em desloca
jovens.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

COMPONENTES DO PROJECTO

Componente 1- Melhorar o acesso aos meios de subsistência e à infraestrutura da comunidade
Subcomponente 1.1: Reforço dos meios de subsistência por meio do desenvolvimento voltado para a comunidade (CDD)
Subcomponente 1.2: Intervenções em agricultura sustentável
Subcomponente 1.3: Intervenções de pesca sustentável
Componente 2 - Melhor gestão dos recursos naturais
Subcomponente 2.1: Melhoria da Gestão de Florestas e Riscos Climáticos
Subcomponente 2.2: Melhoria da Gestão e mais Inclusiva de Áreas de Conservação
Subcomponente 2.3: Melhoria da gestão dos recursos pesqueiros
Componente 3 - Coordenação e Gestão do Projecto
Salvaguardas, comunicação, Monitoria e Avaliação
Suporte as agências fiduciárias e plataformas de engajamento das partes interessadas
Componente 4- CERC/Emergência

5

ACTIVIDADES POR COMPONENTE

Componente 1: Melhorando os meios de subsistência em con

Actividade
1.1 Capacitação da Comunidade <ul style="list-style-type: none"> Treinamentos (governança, gestão de recursos naturais, gestão financeira, para jovens) Sistema de Ação e Aprendizagem de Género (GALS) Grupos de crédito e poupança Formação vocacional / profissional Programa de Liderança para a Conservação de Moçambique (ANAC e BIOFUND)
1.2 Fundo de Desenvolvimento Orientado para a Comunidade (CDDF) para melhorar estruturas básicas (18 distritos) <ul style="list-style-type: none"> Janela da comunidade (300 comunidades) Janela de Distritos
1.3: Intervenções em Agricultura Sustentável <ul style="list-style-type: none"> Subvenções para PACES Serviços de treinamento e extensão
1.4: Intervenções de pesca sustentável <ul style="list-style-type: none"> Subvenções para pescadores Restauração de mangais
1.5: Intervenções de conservação <ul style="list-style-type: none"> Área da Conservação Comunitária Chipanje Chetu, Reserva Nacional do Niassa, APA-Ilhas Quirimbas

6

ACTIVIDADES POR COMPONENTE

Componente 2 - Fortalecimento institucional para a gestão sustentável dos recursos naturais

Actividade
2.1: Melhor Governança Florestal <ul style="list-style-type: none"> Aplicar a lei florestal Patrulhar, inspeção, prevenção e detecção de infrações em áreas florestais Fortalecer a coordenação interinstitucional
2.2: Gestão de Áreas de Conservação <ul style="list-style-type: none"> Reserva Nacional do Niassa (melhoria da infraestruturas e proteção de recursos) Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas Parque Nacional das Quirimbas
2.3: Gestão da pesca <ul style="list-style-type: none"> Melhorar o licenciamento e registo da pesca artesanal Fortalecimento da capacidade de monitoramento, controle e vigilância da pesca Promover a co-gestão da pesca local
2.4: Fortalecimento de instituições-chave <ul style="list-style-type: none"> Apoiar a organização da ADIN Desenvolver a Plataforma Multi-Stakeholders

ACTIVIDADES POR COMPONENTE

Componente 3- Coordenação, gestão e comunicação

Actividade
1.1 Coordenação e gestão de projetos <ul style="list-style-type: none"> Financiar custos operacionais do FNDS, ProAzul e BIOFUND relativos a
1.2 Comunicação <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma estratégia robusta de comunicação e divulgação em Apoiar campanhas de rádio e mídia social entre as comunidades-alvo
1.3 Salvaguardas Ambientais e Sociais <ul style="list-style-type: none"> Implementar e Monitorar as actividades de salvaguardas sociais e ambientais implementacao do PCAS-Plano de Compromisso Ambiental e Social e referido PCAS.
1.4 Suporte a MRV e M&E <ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a Unidade de Medição, Relatório e Verificação (MRV) no M

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Ao nível sectorial:

- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – MADER
- Ministério da Terra e Ambiente – MTA
- Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas – MMAIP

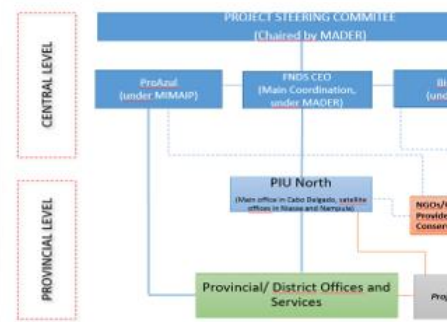
Ao nível da implementação:

- Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável – FNDS
- Fundo Nacional para Economia Azul – ProAzul
- Biofundo
- Unidade de Implementação ao nível local (Pemba, Lichinga e Niassa)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

9

ARRANJO INSTITUCIONAL



10

CRONOGRAMA



• Até a efectividade do projecto os instrumentos de salvaguardas continuam à ser submetidos e aprovados uma vez que condicionam o desembolso dos fundos

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2





1



2

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)

- Instrumento de avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais do *Quadro Ambiental e Social do Grupo Banco Mundial*
- Aplicável a Programas que são constituídos por diversos subprojectos, cujas características e localização não são ainda conhecidos.

Objectivo:

Assegurar que os subprojectos sejam implementados de uma forma sustentável em termos ambientais e sociais, cumprindo com os requisitos nacionais e das normas ambientais e sociais do GBM *Quadro Ambiental e Social do Grupo Banco Mundial*

Conteúdo do relatório do QGAS

- Descrição do Projecto
- Quadro Legal e Institucional e Requisitos do B... matérias ambiental e social
- Breve caracterização ambiental e social
- Avaliação de Potenciais Riscos e Impactos Am... Medidas de Mitigação
- Procedimentos para gestão ambiental e socia... implementação
- Organização institucional e capacitação

Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial

Normas Ambientais e Sociais aplicáveis

- NAS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais
- NAS2: Mão de Obra e Condições de Trabalho
- NAS3: Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição
- NAS4: Saúde e Segurança da Comunidade
- NAS5: Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário
- NAS6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos
- NAS8: Património Cultural
- NAS10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de informações

SCDS

5

Principais Potenciais Riscos e Impactos Positivos do MozNorte

Maior resiliência social em resultado de:

- Promoção de actividades de subsistência e geração de renda (agricultura, artesanato, etc.)
- Reforço das infraestruturas nas comunidades e distritos e áreas de conservação
- Priorização de deslocados internos, mulheres e jovens

Contribuição para a melhoria da gestão dos recursos naturais

- Apoio a iniciativas de gestão comunitária (Chipanje Cheto e Bloco L4),
- Apoio à gestão de áreas de conservação (RE Niassa, PNQuirimbas, APA Niassa, etc.)
- Reforço da fiscalização da exploração de floresta e pesca
- Recuperação de mangal
- Promoção de actividades agrícolas e pesqueiras ambientalmente sustentáveis

6

Principais Potenciais Riscos e Impactos AMBIENTAIS Adversos e Medidas de Mitigação

Destruição ou fragmentação de habitats	• Não são elegíveis projectos que requeiram destruição de habitats naturais
Contaminação por substâncias / resíduos perigosos	• Medidas para armazenamento, manuseamento e descarte adequado (incluindo pesticidas)
Desenvolvimento de pragas, doenças pecuárias ou de aquacultura	• Medidas de controle das espécies introduzidas e boas práticas de sanidade das culturas agrícolas e animal
Acidentes laborais e na comunidade	• Medidas para prevenção de acidentes, nomeadamente com equipamentos fornecidos
Contaminação por Covid-19	• Implementação de medidas do protocolo para prevenção contaminação por COVID-19

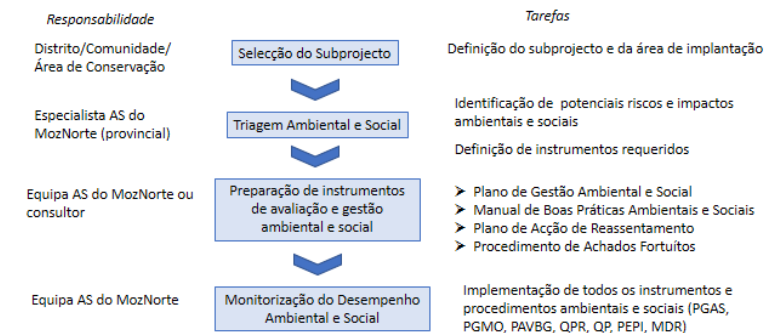
7

Principais Potenciais Riscos e Impactos Adversos e Medidas de Mitigação

Perda de uso da terra	• Não são elegíveis projectos que requeiram perda de uso da terra • Implementação das medidas do Quadro 1
Criação de conflitos entre deslocados internos e comunidade hospedeira	• Os benefícios deverão abranger também a comunidade hospedeira • Processos transparentes e participativos
Fraco envolvimento de mulheres e risco de VBG	• Implementação de estratégias para promover o envolvimento das mulheres • Mecanismos específicos de apoio • Sensibilização sobre VBG, Código de Conduta
Falta de equidade e transparência no acesso às subvenções	• Maior divulgação, incluindo por meios digitais • Ampla divulgação do Mecanismo de Diálogo e Reclamações
Restrição no acesso a recursos naturais, nas áreas de conservação	• Implementação das medidas do Quadro 1
Fraco acesso ao Mecanismo de Diálogo e Reclamações	• Ampla divulgação nos canais de comunicação • Sensibilização dos extensionistas para o Mecanismo de Diálogo e Reclamações

8

Procedimento de Gestão Ambiental e Social



SCDS

9

Procedimento de Gestão de Mão de Obra

- Promover o tratamento justo, oportunidades.
- Proteger os trabalhadores do incluindo categorias vulneráveis
- Evitar o uso de todas as formas
- Apoiar os princípios de liberdade colectiva dos trabalhadores de com a legislação nacional.
- Garantir condições de saúde e
- Fornecer meios acessíveis aos levantar preocupações no local
- Procedimentos de resposta par
- Códigos de Conduta

10

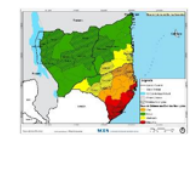
Plano de Acção de Violência Baseada no Género (VBG)

- Promoção do envolvimento da mulher
 - Sensibilização comunitária sobre vantagens da inclusão das mulheres na economia familiar e comunitária e nos processos de tomada de decisão
 - Oportunidades específicas para mulheres (agricultura e pesca)
- Sensibilização sobre VBG
 - Trabalhadores (incl. assédio e abuso sexual e uniões prematuras, criminalização, incluindo disponibilizar, ações e comportamentos proibidos no âmbito do projecto e sanções aplicáveis);
 - Comunidade
- Código de conduta para trabalhadores, com cláusulas sobre VBG



11

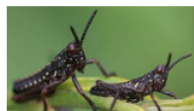
Plano de Resposta a Emergência



- Identificação de partes intervenientes em emergência (desastres climáticos) equipa MozNorte
- Definição de acções de preparação
 - Promover actividades resilientes a eventos climáticos
 - Assegurar a disseminação incluindo contactos nos distritos mais vulneráveis
 - Garantir a disponibilização de estados de emergência.

12

Plano de Gestão de Pragas



- Define a abordagem geral para **controlo de pragas na saúde humana e ambiental** por intermédio da
 - promoção de Boas Práticas de Produção Agrária e Aquícola
 - uso racional de pesticidas, inseticidas e herbicidas,
 - descarte seguros desses produtos onde eles tiverem que ser usados.

Componentes

- Controlo biológico.
- Adopção de práticas de sanidade de culturas
- Controlo Físico e Mecânico
- Controlo Químico

13

Procedimento de Achados Fortuitos

- Mapeamento do património de abrangência do projecto
- Durante a triagem dos subp (loais sagrados, históricos,
- Em caso de escavação, trein potenciais achados
- Perante um possível achado e comunicar às autoridades

14

Arranjo Institucional para implementação QGAS

Equipa de Salvaguardas Ambientais e Sociais do MozNorte

UIP MozNorte (Pemba)

- Especialistas Sénior Social e Ambiental (FNDS e ProAzul)
- Especialista Sénior em Desenvolvimento Comunitário
- Assistente Técnico de Género e VBG
- Oficiais de Desenvolvimento Comunitário
- Oficiais de Educação Ambiental

Equipas Provinciais do FNDS e ProAzul (Nampula, Niassa e Cabo Delgado)

Assistentes de Salvaguardas Ambientais e Sociais
Assistentes Técnico de Género e VBG

Equipas Centrais do FNDS, ProAzul e Biofund (Maputo)

Especialista Sénior Género e VBG (FNDS)
Especialista Sénior Social e Ambiental (Biofund e ProAzul)

15

Capacitação para implementação

Treinamentos e Sensibilizações:

- Equipa
- trabalhadores
- comunidade

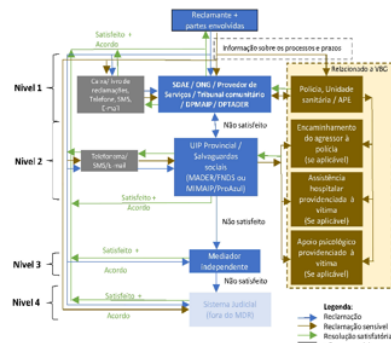
➤ Papel e responsabilidades dos vários intervenientes na implementação sociais

➤ Sensibilização e consciencialização para as boas práticas ambientais e soci

- Preservação e recuperação de habitats sensíveis
- Gestão Integrada de pragas
- Envolvimento da mulher e jovens
- Violência baseada em género
- Mecanismo de reclamações.

16

Mecanismo de Diálogo e Reclamações



17

DRAFTs Quadro da Política de Reassentamento e Quadro do Processo



18

Quadro da Política de Reassentamento

Objectivos do QPR

- Algumas actividades propostas pelo MozNorte têm potencial de aquisição de terra
- Eventuais impactos de perda de uso de terra ou restrição no acesso a recursos baseados na terra (activos e/ou meios de subsistência) resultarão na necessidade de compensação e/ou reassentamento.
- Nesta fase de planificação do MozNorte não são conhecidos os pormenores das componentes com potencial aquisição de terra
- Não podendo avaliar os detalhes de potenciais impactos, estabelecido quadro de políticas e procedimentos
- Princípios: 1º Evitar. 2º Minimizar os impactos de deslocação. 3º Compensar.

SCDS

19

Impactos

Magnitude de impactos	Critério para avaliação da magnitude	Perdas esperadas
Muito baixa ou negligenciável	Quando não se esperam desalojamentos físicos ou perdas económicas, apenas impactos sociais mitigáveis através de um Plano de Gestão Ambiental.	Muitos subprojectos nesta categoria, preocupação a n
Baixa	Apenas perdas económicas. Geralmente as famílias individuais, empresas ou comunidades perdem até 10% dos activos produtivos e os recursos remanescentes são economicamente viáveis para garantir sua subsistência.	Estima-se que d... irão causar apen... de baixa magnitu... famílias por subp...
Média	Quando há principalmente dados de perdas económicas de baixa magnitude (< 10% dos activos produtivos) mas inclui pequeno número de famílias desalojadas fisicamente (< 200 PAP).	Prevê-se que doi... poderão desaloja... média de 10 agre... subprojecto, par... económicas a div...
Alta	Quando há mais de 200 PAPs afectadas fisicamente, podendo ou não incluir casos de apenas perdas económicas.	Não se prevê imp...

20

Planificação e implementação de compensação e reassentamento

- Preparação do Plano
 - Elegibilidade dos afectados e comunidades
 - Procedimento da avaliação dos bens para compensação
 - Data limite
 - Direitos a compensação
- Elaboração do plano de acordo com a legislação e este QPR (NASS)
- Organização para entrega (institucional, sensibilização e compensação)
- Preparação da área de acolhimento
- Fornecer a assistência e compensação de direito (Meios de subsistência / negócios etc.)
- Acompanhamento após reassentamento
- Mecanismo de Diálogo e Reclamações e resolução de conflitos
- Consulta e participação dos PIA / PAP

21

Quadro do Processo

Objectivo: Quando o Projecto provoca constrangimento no acesso a Conservação ou outras, por parte da comunidade, há necessidade de qual os membros das comunidades potencialmente afectadas participem

- Concepção das componentes do Projecto
- Determinação das medidas necessárias para alcançar os objectivos Sociais
- Implementação e monitoria das actividades relevantes do Projecto

Inclui:

- Envolvimento das PAP/comunidades na identificação e avaliação da elegibilidade para medidas mitigadoras ou compensatórias
- Melhoraria ou restauro dos seus meios de subsistência aos n
- Processo de resolução de conflitos
- Procedimentos administrativos e legais das instituições
- Acompanhamento

SCDS Associação para o Desenvolvimento do Território

22

Impactos

A perda de acesso total ou parcial aos recursos terrestres e lacustres/marinhos em uma área específica delimitada (por exemplo no estabelecimento de santuários, concessões florestais ou turísticos);

Mudança na qualidade ou quantidade de recursos de acesso e uso familiar como meio importante de subsistência (por exemplo terra para agricultura, quantidades de peixe, árvores e produtos florestais não madeireiros);

Mudança no acesso sazonal a um recurso (veda de espécies);

Mudança na natureza do acesso modificada por regulamentação;

Mudança nos tipos de bens e instrumentos necessários para obter ou manter acesso aos recursos (por exemplo, condições de licenciamento (florestas, pesca, e caça), proibição de certas artes de pesca, protectores de acesso (vedação, culturas não preferidas por animais, redes de malha maior etc.);

Agravado quando pessoas / AFs são vulneráveis.

SCDS Associação para o Desenvolvimento do Território

23

Medidas de mitigação e compensação ou potenciação

- **Identificação** na AAS, harmonização com Planos de Compromissos Comunitários e GRN
- **Legislação** fornece: Planos de Gestão de Áreas Protegidas (PGAS), exigência de planos de acesso, DUAT na zona de reassentamento, com (consignação 20% da área para recreio contemplativo e cine) para facilitar a recepção

24

Fluxo de Trabalho para a Elaboração e Implementação de Planos

Infraestrutura e serviços	Mecanismos de Participação na Planificação, e Implementação de desenho do Projecto e mitigação de Impactos sobre meios de sustento		
Planos de Comunicação e de Resposta às Queixas			
Nível de AC, Concessões e Paisagem	Nível de AC, Concessões e Paisagem	Ação organizacional	Nível da Comunidade
Planificação da localização de infraestruturas e serviços na AC	Microzonamento	Identificação CGRN	Microzonamento
Traçagem	Planos de Maneio e PDUT	Capacitação CGRN	Delimitação
Construção de facilidades e infraestruturas na AC	Harmonização	Capacitação em liderança, governança, direitos e responsabilidades	Agenda Comunitária / PADG
		Capacitação de CGRN / CCP / Associações	Propostas para financiamento
Planificação da localização de infraestruturas e serviços na ZT e TT	Plano de Desenvolvimento da Zona Tampão / Área de desenvolvimento comunitário	Capacitação em negócios, organização, habilidades e conhecimentos técnicos, alfabetização, numérica	Planos de negócios piloto
Traçagem			Projectos piloto
Construção de facilidades e infraestruturas na ZT e TT	Planos de negócios e de turismo	Capacitação SAPA	SAPA
		Harmonização	PADG actualizado
			Propostas para financiamento
		Reciclagem e capacitação direccionada	Planos de negócios
		Criação de ACC	Projectos de desenvolvimento comunitário
Monitoria e avaliação	Monitoria e avaliação		Migração para fira dos comedores de animais
			Monitoria e avaliação via SAPA
Auditoria	Auditoria		Auditoria

29

Mecanismo de diálogo e reclamações

- Todas as estruturas de gestão comunitária ligadas às autoridades e ao Conselho de Gestão das AC devem ouvir, verificar e responder às queixas
- A nível comunitário, os comités de co-gestão, CCP, CGRN e OMT são os principais fóruns envolvidos no diálogo e na monitoria participativa
- O MTA é responsável pela monitoria do PGA e do cumprimento do PDUT, a monitoria e maneio das AC, florestas, fauna e biodiversidade, o modelo de gestão adaptativa, e MIMAIP é responsável pela monitoria da gestão das pescas.

SCDS Consultoria em Desenvolvimento Social Lda

30



Obrigada



SCDS
Consultoria em Desenvolvimento Social Lda

31

